

# ISTÓRIA

**HISTÓRIA** Revista da FLUP

---

IV Série, Volume 1, 2011



## ÍNDICE

---

Armando Luís de Carvalho Homem 5 Apresentação

---

A Comissão Editorial 7 História – Revista da FLUP.  
Breve nota sobre o Programa Editorial

---

### Dossier Temático

---

Nuno Jennings Tasso de Sousa 11 *Edifício da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O conceito e a forma.*

---

Armando Luís de Carvalho Homem 23 *Saber positivo e teorização nos primitivos currículos da licenciatura em História (1957 e 1968).*

---

Amélia Veiga e Alberto Amaral 29 *Uma interpretação do olhar da História sobre Bolonha.*

---

Fátima Vieira 41 *As Letras e o novo paradigma de ensino-aprendizagem. Da teoria à prática: reflexões e contributo.*

---

Ana Lúcia Cunha Fernandes 61 *Movimento estudantil no Rio de Janeiro nos anos 60: educação, política e cultura da Faculdade Nacional de Filosofia.*

---

João Vilela Moreira 77 *Da fragmentação aos Anos de Brasa: o movimento associativo da UP na agonia do Estado Novo.*

---

Armando Luís de Carvalho Homem 89 *A Universidade do Porto e a vida nacional: cronologia sinóptica (1911-2010).*

---

### Outros Estudos

---

Rosa Maria dos Santos Capelão 105 *Lo racional en el culto de las reliquias: la función taumatúrgica. La necesidad de creer.*

---

Patrícia Costa 119 *Abrindo as sete chaves: percurso de estudo em torno das despesas municipais do Porto (1668-1696).*

---

Wallison de Oliveira Antunes 133 *Escravidão e sociedade na América Portuguesa: a freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1800. Minas Gerais no Século XVIII.*

---

Jon Penche 155 *Republicanism en España y Portugal (1876-1890/91): una perspectiva comparada.*

---

Hugo Silveira Pereira 171 *Um Banco na Misericórdia de Viana do Castelo.*

---

---

José António Afonso	183	<i>O nascimento de uma instituição educativa republicana: a Tutoria. Argumentos científicos e pedagógicos.</i>
---------------------	-----	--

---

Carla Patrícia Silva Ribeiro	209	O “heróico cinema português”: 1930-1950.
------------------------------	-----	--

---

	223	<b>Recensões Bibliográficas</b>
--	-----	---------------------------------

---

	237	<b>Notícias de Eventos</b>
--	-----	----------------------------

---

	245	<b>DHEPI – Pós-Graduações (2009-2011)</b>
--	-----	---

---

	299	<b>Notas Biográficas dos Autores</b>
--	-----	--------------------------------------

---

## Apresentação<sup>1</sup>

A actual FL/UP – compreendendo, logo à partida, o 4.º Grupo (*História*) – foi (re)criada por Decreto de 17 de Agosto de 1961. Mas só em 1970 plenamente se institucionalizou, quando passou a contar com três professores catedráticos em exercício de funções – António Cruz (1911-1989, *História*), Eduardo Abranches de Soveral (1927-2003, *Filosofia*) e Maria de Lurdes Belchior (1925-1997, *Filologia Românica*), e um pouco mais tarde José António Ferreira de Almeida (1913-1981, *História*) – e as consequentes instalação do Conselho Escolar e nomeação do Director (A. Cruz), do Secretário (E. Soveral) e do Bibliotecário (M. L. Belchior, depois J. A. Ferreira de Almeida).

Do dito ano de 1970 data igualmente a criação da presente *Revista* / série de *História*, tendo como Director António Cruz e como secretário da Redacção o então assistente Eugénio Francisco dos Santos. Essa primeira série publicar-se-á até 1974, e constará de um total de 4 volumes – um dos quais duplo –, onde se editaram 27 artigos, da responsabilidade de 13 autores, sendo Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996) o mais prolífico, com 10 títulos; a *Arqueologia* e a *História Moderna* foram os domínios mais versados, representando globalmente cerca de 70 % dos conteúdos da *Revista*.

Após uma interrupção de cerca de 10 anos<sup>2</sup>, a 2.ª série da *Revista da FL / História* arranchará em 1984 e publicar-se-á até 1998, com Direcção dos sucessivos Presidentes do Conselho Científico e coordenação editorial de José Marques. Constando de 15 (grossos) volumes – um dos quais duplo –, funcionaram eles de certa forma como *repositório* da produção científica do Corpo Docente do 4.º Grupo (e daí a volumetria); não se criou a prática dos números temáticos, ainda que a permanente atenção do coordenador permitisse que múltiplos volumes pluralmente versassem efemérides em vias de comemoração ao longo dos 15 anos terminais de Novecentos. Com colaboração distribuída equilibradamente entre as épocas medieval, moderna e contemporânea – e, em segundo plano quantitativo, a *Arqueologia* e a *História da Arte* –, as abordagens político-institucionais do passado português – domínio em cuja renovação historiográfica entre nós a *Escola do Porto* desempenhou papel destacado – constituíram a ‘regionalidade’ mais representada, abarcando quase 40 % dos conteúdos; e, num total de 108 colaboradores, os seis mais *assíduos* foram José Marques, Humberto Baquero Moreno, Luís A. de Oliveira Ramos, Francisco Ribeiro da Silva, Victor de Sá (1921-2004) e Vítor Oliveira Jorge.

Pela viragem do século, a departamentalização da FL/UP, a saída do 4.º Grupo das áreas de *Arqueologia*, *História da Arte* e *Museologia* – as quais foram constituir o Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP, 1997 ss.) –, a transformação do até então

---

<sup>1</sup> Sobre os factos aqui evocados v. por todos Homem, Armando Luís de Carvalho, «25 (Os) anos da Faculdade de Letras: passado e presente», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, II sér., IV (1987), pp. 293-307; e Idem, «Revistas universitárias de História no Portugal do século XX», *Revista de História das Ideias*, 18 (1996), pp. 339- 372.

<sup>2</sup> ‘Interregno’ de certa forma preenchido pela *Revista de História*, do Centro de História da UP, dir. Luís A. de Oliveira Ramos, 13 vols. editados, 1978-1994.

4.º Grupo em Departamento de História (DH, 2000) e depois em Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI, 2005), tudo isso levou ao nascimento de nova série – a 3.ª – da publicação *cliológica* da FL/UP. Estender-se-á ela até 2010, sob coordenação de Luís Miguel Duarte, Conceição Meireles Pereira e Amélia Polónia (Comissão Redactorial) e com um Conselho Editorial integrando historiadores de outras instituições, do País ou de fora dele. Os respectivos 11 volumes compreendem agora *Núcleo Temático* (cada um dos quais com 1 ou dois coordenador[es]) e *Outros Estudos* e o número de páginas de cada um baixa de forma significativa; para além disto, acentua-se a colaboração de autores externos ao DHEPI, com uma importante componente de membros do Corpo Discente de 2.º e 3.º Ciclos.

Na primeira passagem de década do século XXI, nova série se inaugura. A conjuntura é – tanto quanto possível... – *comemorativa*: Centenário da UP, Cinquentenário da FL/UP e do DHEPI; crescem as exigências que as publicações periódicas de carácter científico vêm conhecendo, mormente a introdução da *arbitragem*. Equilibrada e empenhadamente, soube a Comissão Editorial propor uma pequena adequação no título e constituir equipas de consultores – alguns dos quais transitando da 3.ª série – e de *referees*; como soube coordenar um *Núcleo Temático* em torno, alargadamente, da(s) problemática(s) – histórica(s) e não só – da Universidade, e onde temos o gosto de ver colaborar um antigo *prelado* portuense (1985-1998), o lente de *Química* da FC/UP Doutor Alberto Manuel Sampaio e Castro Amaral, bem como o Arq. Nuno Tasso de Sousa, autor do projecto do actual edifício da FL/UP.

Por mais do que uma vez se discutiu ultimamente o futuro dos Departamentos como subdivisões da FL/UP. Mas independentemente de tal futuro – ou não –, a *História* foi entretanto definida como *área disciplinar* da Casa. Assim, como não augurar *futuro* à série que este volume inicia ?...

Resta uma palavra de agradecimento, aos responsáveis directos pelo arranque da presente série e a quantos honraram o DHEPI com a sua colaboração no volume.

*Armando Luís de Carvalho Homem*  
(Presidente do DHEPI no mandato 2010-2012)

# História – Revista da FLUP

## Breve nota sobre o Programa Editorial

A *Revista da Faculdade de Letras – História* foi fundada em 1970, no âmbito do Grupo de História (hoje Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais – DHEPI) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e é editada com periodicidade anual desde 1984, agora também em formato electrónico (disponível em <http://ler.lettras.up.pt/>).

Com o presente número dá-se início a uma nova série editorial, à adopção de um novo processo de arbitragem científica e a uma nova designação, a de *História – Revista da FLUP*, mantendo-se, contudo, a sua missão original de apoio à inovação e disseminação de conhecimento científico. Vocacionada para a divulgação de trabalhos resultantes de investigação original na área das Ciências Sociais e das Humanidades, em especial no domínio da História, a Revista também acolhe estudos de outras áreas do conhecimento, convergentes com o teor dos dossiers temáticos.

São finalidades da *História – Revista da FLUP*:

- Divulgar trabalhos originais de investigadores nacionais e estrangeiros, a integrar nos dossiers temáticos de cada número e na secção “Outros Estudos”;
- Promover estudos comparativos e interdisciplinares;
- Proporcionar um espaço de divulgação da produção historiográfica de investigadores e estudantes de pós-graduação do DHEPI (Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da FLUP) e de outras actividades científicas e académicas.

Os artigos publicados são submetidos a procedimentos de arbitragem científica, a cargo de especialistas portugueses e estrangeiros.

A direcção, a gestão executiva e a consultoria científica da Revista são asseguradas pelo seu Director, por inerência o Presidente do DHEPI, pela Comissão Editorial e pelo Conselho Consultivo, respectivamente.

Compete à Comissão Editorial da Revista definir o calendário e alinhamento editoriais, proceder à organização de cada número da Revista, coordenar o dossier temático e solicitar pareceres aos membros do Conselho Consultivo. Compete-lhe ainda lançar o pedido de colaboração (*call for papers*), incentivar a submissão de artigos por autores especialistas do domínio de estudos de cada dossier temático, propor a designação de revisores para cada

artigo em conformidade com as respectivas áreas de especialidade e gerir todo o processo de avaliação científica e de organização editorial.

Ao Conselho Consultivo, formado por investigadores nacionais e estrangeiros de reconhecido mérito, compete apreciar as linhas fundamentais de orientação editorial da revista, propor alterações da linha editorial e emitir pareceres sobre qualquer questão colocada pela direcção da revista.

A edição da Revista conta com o financiamento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o financiamento da FCT e com o apoio da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nomeadamente na organização do processo de arbitragem, na organização da edição em linha e nos procedimentos de indexação internacional.

A *História - Revista da FLUP* publica artigos em cinco línguas (português, castelhano, francês, italiano e inglês), está classificada no ERIH da European Science Foundation e no CAPES (Brasil), indexada no Latindex e na EBSCO.

A Revista dispõe de uma página electrónica (em <http://web.letras.up.pt/revista.historia>).

*A Comissão Editorial*

# Dossier Temático



Nuno Jennings Tasso de Sousa<sup>1</sup>

## Edifício da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O conceito e a forma.

R E S U M O

*Após um breve apontamento sobre as origens da FLUP e do Pólo 3 da Universidade, faz-se uma descrição da área onde se veio a implantar a actual Faculdade de Letras, assim como das linhas programáticas apresentadas para o novo edifício. Em seguida, são apresentados os critérios que acompanharam o desenvolvimento do projecto. Finalmente, dá-se ainda conta das vicissitudes do processo, que limitaram o trabalho do arquitecto e condicionaram irremediavelmente a relação do imóvel com os restantes edifícios académicos. Um campus universitário que deveria ser atractivo, propício à reflexão e fomentador do diálogo entre as diversas áreas do saber aí implantadas, acabou por se tornar confuso, polarizador e enredado numa malha rodoviária de consequências dramáticas e praticamente irreversíveis.*

A B S T R A C T

*After a small note concerning the past of the Humanities Faculty of Porto University, follows a description of the area where the actual building is situated and the main features of the program. Then, are presented the concepts that underlie through the design procedures. Finally, are accounted several events that interfered in the development of the project and irremediably damaged the relationship with the other faculties located nearby. This campus that was meant to be appealing, favourable to meditation and to encourage exchange of information between the various lines of knowledge, became all mixed-up, self centred and entangled in a vast road junction, with almost irreversible dramatic results.*

### 1. Antecedentes

A Faculdade de Letras do Porto, inicialmente designada por Escola do Ensino Superior para as Humanidades e Ciências Sociais, foi criada pelo Decreto n.º 5770, de 1919<sup>2</sup>. Veio a ser extinta em 1928, pelo Decreto n.º 15365<sup>3</sup>, já como Faculdade de Letras da Universidade do Porto, retomando a sua actividade 33 anos depois, por meio do Decreto n.º 45864<sup>4</sup>. No diploma que recria o estudo superior de Letras foram-lhe atribuídas as «licenciaturas em História, em Filosofia e ainda o curso de Ciências de Ciências Pedagógicas». Progressivamente, foram-se alargando os *curricula* relativos aos cursos actualmente ministrados nesta instituição.

Sendo certo que o processo fundacional se caracterizou por ser agitado e controverso, não menos o foi no respeitante aos espaços que sucessivamente ocupou, até vir a dispor de instalações definitivas. Na verdade passou por vários edifícios que foram utilizados a título precário.

Tendo a Faculdade de Letras manifestado, de forma clara, o seu desagrado perante a eventualidade de se localizar no Campus Universitário da Asprela, na freguesia de Paranhos – tal como previsto no Plano Director da Cidade do Porto, da autoria de Robert Auzelle, aprovado em 1962 – foi necessário aguardar pela reforma das instalações da Universidade do Porto, promovida pelo seu Reitor, Professor Armando Campos e Matos.

<sup>1</sup> Arquitecto, autor do projecto da FLUP.

<sup>2</sup> Diário do Governo, n.º 98, 140 suplemento, I Série, de 10 de Maio.

<sup>3</sup> Diário do Governo, n.º 85, I Série, de 14 de Abril.

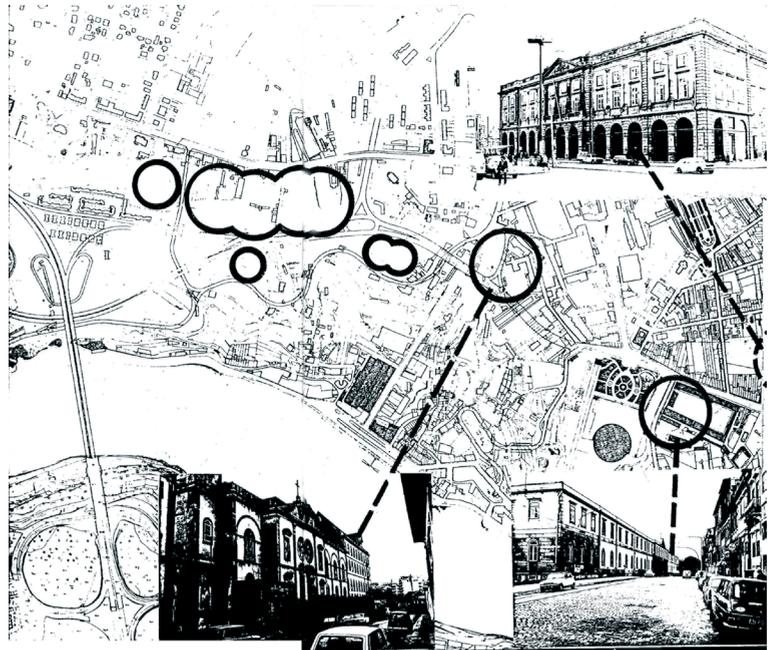
<sup>4</sup> Diário do Governo, n.º 190, I Série, de 17 de Agosto de 1961.

Expressando a vontade das várias Faculdades que não aceitavam a sua deslocalização para o chamado Pólo 2, foi acordado com o Governo e a CMP, a criação de três Pólos universitários, permanecendo algumas das Faculdades na área histórica da cidade, as quais passaram a constituir, Pólo 1. Outras deslocaram-se para um núcleo relativamente próximo, o Pólo 3, cujo Plano Geral foi iniciado em 1980, a abranger a área compreendida entre a Rua do Campo Alegre e a Ponte da Arrábida, já ocupada pelo nó de acesso da ponte ao centro da cidade.

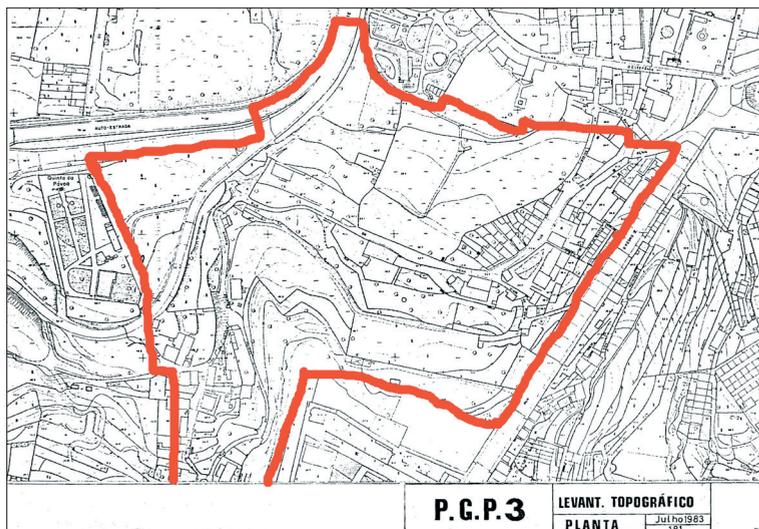
Tudo decorria num momento em que se avaliavam os aspectos negativos decorrentes da deslocação das universidades para zonas suburbanas, inclusive quando o seu regresso aos núcleos históricos já estava a ser posto em prática em algumas cidades da Europa, que apostavam na renovação dos centros urbanos. Por isso, foi feita de imediato uma tentativa para desenvolver um eixo “universitário”, de orientação nascente poente, com início na Praça Gomes Teixeira e final no Jardim Botânico, instalado na antiga casa Andersen, em frente à Rua António Cardoso (Imagem 1). A própria Faculdade de Letras já tinha ocupado diversos edifícios ao longo daquele percurso (antiga Faculdade de Medicina, Seminário de Vilar e Complexo Pedagógico na Casa Burmester)

Embora o PDM de 1962 já previsse uma ligação da VCI à Rua D. Manuel II, o novo estudo baseava-se numa alternativa promovida posteriormente pela Direcção Regional de Urbanização do Norte, do Ministério das Obras Públicas. Ele tinha por objectivo a realização de uma via de entrada na cidade, com início no topo norte da Ponte e chegada à Praça da Galiza, o que daria lugar à expansão da malha urbana desde a Rua D. Pedro V até à Via de Cintura Interna, integrando todo um território “esventrado” pelos diversos lacetes que ainda compõem o nó (Imagem 2).

Face a interesses instalados e a compromissos já difíceis de alterar, foi gorada essa hipótese. Como consequência, os espaços a ocupar remeteram-se para as áreas residuais,



1.  
Distribuição de edifícios universitários ao longo do traçado viário previsto no Plano Auzelle conforme o estudo preliminar do plano geral do Pólo 3



2. Área de expansão do Pólo 3

LICENCIATURAS	ESPAÇOS					
	AULAS			LABS		ANFS
	S 15	S 30	S 60	L 10	L 15	A120
LÍNGUAS E LITERATURAS	48	422	38	*		68
HISTÓRIA		66	8		*	
HISTÓRIA DE ARTE	52	36			*	
ARQUEOLOGIA	72	22			*	
FILOSOFIA	36	90	26			8
GEOGRAFIA	116	20	18		*	
SOCIOLOGIA	24	68			*	
Total hora/semana	428	724	98	40	200	100
Nº DE SALAS = $\frac{\text{total h/sem.}}{40 \text{ h}} \times 1,2$	7	22	3	1	5	3

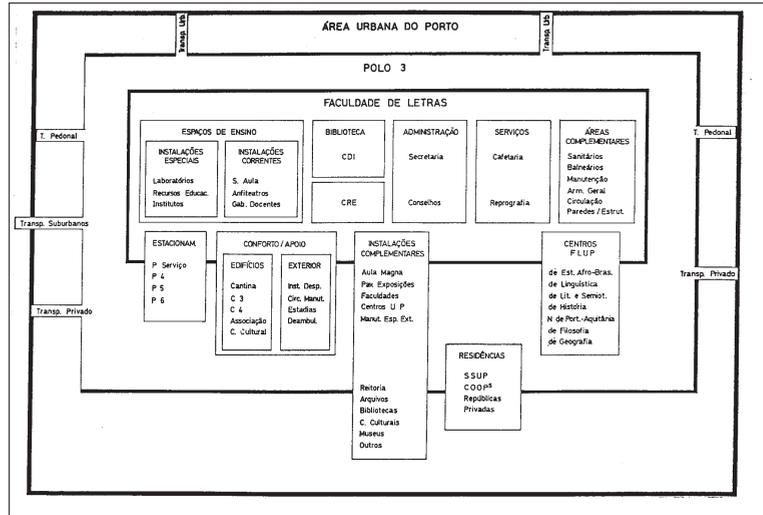
COEFICIENTE DE OCUPAÇÃO =  $\frac{22 \times 2000}{55600} = 0,79 = 80\%$

3. Quadro constante do Programa para a nova Faculdade de Letras

isoladas umas das outras pelo traçado das vias de sentido único, destinadas exclusivamente a tráfego motorizado, sem que daí resultasse uma superfície suficientemente dimensionada para acolher, entre outras, as novas instalações da Faculdade de Letras.

As inúmeras dificuldades levantadas para situar o futuro edifício não foram suficientes para demover a firme determinação do Vice-Reitor, Professor Horácio Maia e Costa, em encontrar um local com as condições adequadas. Uma vez consideradas várias hipóteses, entre as quais figurava agora a Quinta de Serralves, e ultrapassados obstáculos de vária ordem, foi possível aprovar o alargamento ou “Expansão do Polo 3”, para nascente (Imagem 3).

4.  
 Quadro de inter-  
 relacionamento de  
 espaços, nos termos  
 do Programa



O vasto terreno que veio a ocupar, delimitado, em grande parte, pela Rua da Pena e pelo lanço final da Via Panorâmica junto à Rua do Gólgota, também foi objecto de um Plano de Pormenor iniciado em 1983.

No âmbito do reajustamento do Plano Geral, foi previsto que construção a implantar neste novo sector teria uma capacidade de 3.500 alunos e ocuparia aproximadamente uma área coberta de 14.000 metros quadrados, restando ainda um espaço livre, suficiente para permitir uma expansão equivalente a 50% da superfície inicialmente calculada.

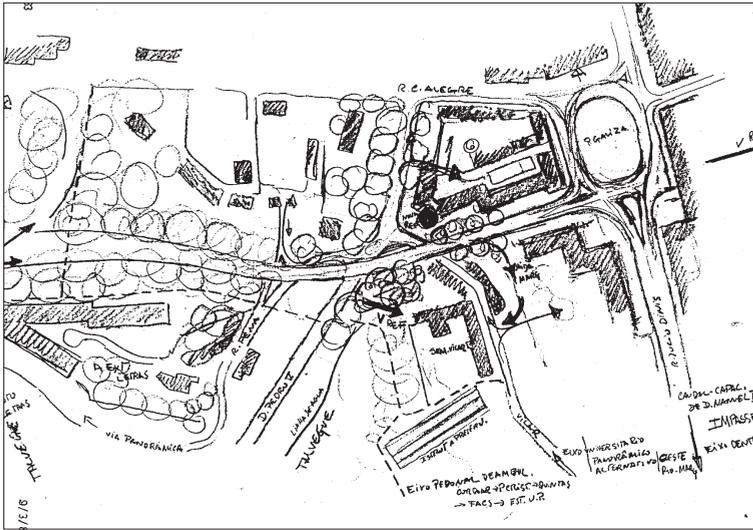
## 2. O programa

Estabelecida a sua localização e reajustado o Plano, foram elaboradas – colegialmente pelos representantes dos diversos departamentos da Faculdade de Letras – as premissas que sustentaram o programa para as novas instalações (Imagem 4). Para efeito do dimensionamento prévio do edifício, tendo em conta aqueles pressupostos, foi utilizado um método de gestão de espaços recentemente aplicado no Reino Unido, em circunstâncias similares. Assim, foram considerados diversos factores, a saber: o processo de ensino então praticado, o magistral; os currícula de cada área disciplinar; o número de alunos e respectivos tempos de ocupação; o acervo documental; o elenco de docentes; o pessoal administrativo e auxiliar; as tipologias dos espaços; o uso previsto para cada um e o equipamento necessário (Imagem 5).

No Programa Base apresentado na fase inicial do projecto, com data de 1986.12.20, encontra-se sistematizada toda a informação anteriormente proposta por aquele grupo de trabalho, assim como o inter-relacionamento dos espaços e o respectivo dimensionamento. O referido documento, assente nos dados recebidos pelo projectista, através do colégio de representantes da Faculdade, foi submetido à Reitoria, o qual mereceu a aprovação após consultada aquela instituição.

## 3. Referências

Havendo já uma localização pré-determinada, com um contexto específico (natural e humanizado), faz parte daquele mesmo documento uma reflexão sobre as características históricas,



5. Esboço da alternativa de traçado entre a Ponte da Arrábida e a Praça da Galiza

morfológicas e ambientais do lugar. Evidenciam essa preocupação as citações textuais extraídas da «Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto»<sup>5</sup> e da obra do romano Vitruvius<sup>6</sup>.

Do primeiro, e em relação às características ambientais recordamos: «Enfim, se o clima desta cidade não é o mais sadio de todo o reino ele não é dos mais perniciosos, se assim não fosse não se multiplicariam nas suas vizinhanças as muitas e belas quintas que a rodeiam e fazem um paraíso delicioso, ou Primavera contínua... Muitas destas quintas dilatam-se por Massarelos, Vilar e Cedofeita. Raríssima haverá da qual não se goze vista do rio e mar»<sup>7</sup>.

Já do segundo extraiu-se uma associação entre o símbolo da sabedoria, a deusa Minerva, a Atena dos gregos, e o modo de implantar os templos a ela dedicados, neste caso simbolicamente figurado pela Faculdade, em especial pela sua biblioteca, que se entende como um dos núcleos geradores da modelação dos espaços do edifício. Tratar-se-á de uma celebração do espírito do lugar, em que, para além dos seus atributos naturais, as humanidades são evocadas através da simbologia da antiguidade clássica, onde se defende – de acordo com Vitruvius – que «os templos de... e Minerva devem implantar-se no ponto mais alto dominando visualmente a maior parte da cidade»<sup>8</sup>.

Deste quadro de referências e de um certo encantamento do lugar, faz parte o ambiente cromático e a luminosidade própria da orla do extenso vale que vai abrir-se, a jusante, sobre o oceano onde o rio desagua. Ali são frequentes os tons cinza proporcionados pelas brumas espessas que se confundem, alternadamente, com os rosados da aurora ou do ocaso, desvanecendo-se ao longo do dia para os azuis do firmamento e os dourados da luz solar, próprias destas paragens, aspectos que podemos encontrar inúmeras vezes registados na obra do mestre Júlio Resende.

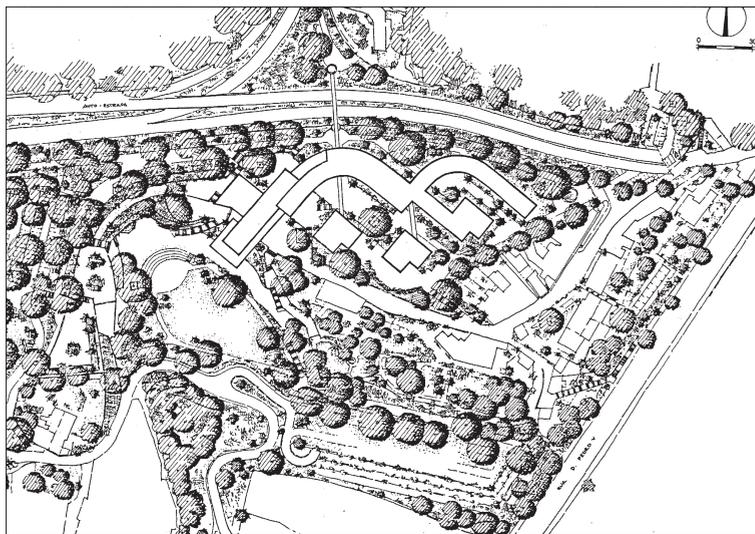
<sup>5</sup> Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto* (2ª ed., Gaia: Edições Progredior, 1945).

<sup>6</sup> Marcus Vitruvius Pollio, *The Ten Books on Architecture* (New York: Dover Publications, s/ d.).

<sup>7</sup> Agostinho Rebelo da Costa, *ob.cit.*

<sup>8</sup> Marcus Vitruvius Pollio, *ob. cit.*

6.  
Proposta final de  
implantação da  
Faculdade de Letras



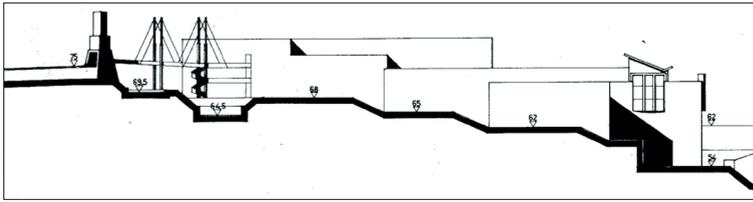
#### 4. Ocupação do solo

O facto de o terreno se situar sobre limite sudeste da plataforma que se estende desde a Boavista até ao Campo Alegre, encaixado entre os festos da Pena e do Gólgota, mesmo sobre o início da encosta sobranceira à margem norte do Rio Douro, confere-lhe uma morfologia peculiar. Daí resulta, entre outros aspectos, uma transição quanto ao modo de ocupação do solo, que se pauta na direcção norte por uma grande densidade de malha edificada e por extensos alinhamentos à face dos traçados viários. Pelo contrário, na encosta, a sul, a fixação é dispersa e quase aleatória, apesar desta se encontrar em processo de alteração, graças aos empreendimentos que ali presentemente se vão erguendo. Deste enquadramento ressalta uma variação das amplitudes do campo visual, ou seja, na direcção do rio ele é vasto ou profundo, enquanto para o lado oposto se torna mais contido ou confinado. São factores que contribuíram para sugerir uma modelação diferenciada das massas volumétricas, conforme se expõem ao observador e se relacionam com o desenho urbano próximo. Naquele momento, também se associou a remota possibilidade de estabelecer uma ligação franca na direcção da Praça da Galiza (Imagem 6).

#### 5. A modelação e o programa

A noção clara desta complexidade de circunstâncias, inerentes ao local e ao programa, traduziu-se no processo de materialização dos espaços livres e edificados, o qual se configurou do seguinte modo:

- sobre a encosta, distribuem-se sucessivamente várias torres, sobressaindo a da biblioteca, as quais abrem sobre o pequeno vale do Gólgota, destacando-se de um extenso corpo predominantemente horizontal, a abraçar aquele conjunto e a demarcar o vasto corredor cujo alinhamento previsto se integraria na restante malha urbana, a estender-se na direcção da Boavista e da Praça da Galiza (Imagem 7);
- os diversos volumes interligam-se, a vários níveis, por galerias entreabertas assentes em plataformas desniveladas segundo as pendentes, delimitando conjuntamente pátios, com geometrias e superfícies diferenciadas, de onde se adivinha o vale adjacente;

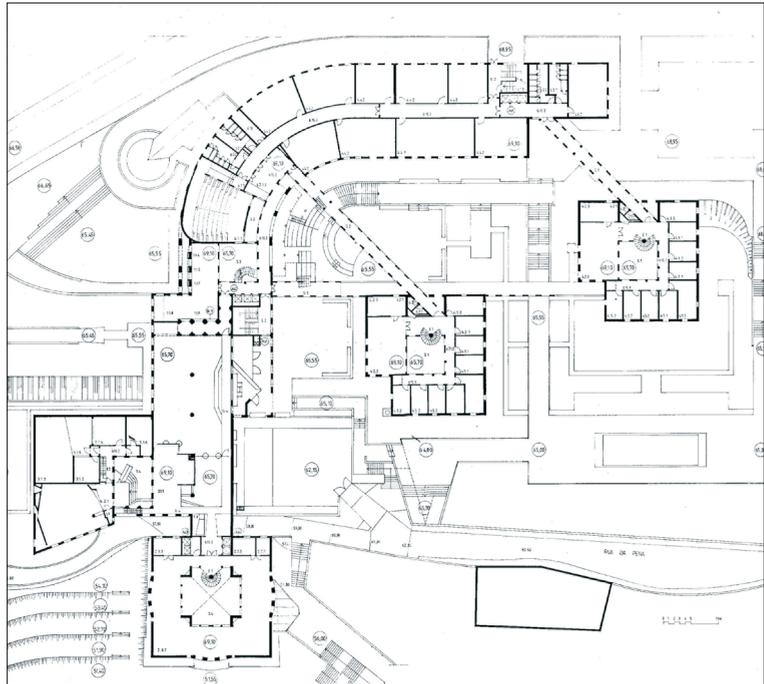


7.  
Perfil do acesso  
pedonal, em viaduto,  
sobre a via alternativa  
proposta

- a constante alternância entre os espaços livres e construídos, que seria acentuada por um notável arranjo paisagístico não concretizado, apela à percepção do lugar, tanto pelas suas vertentes naturais, como pelas humanizadas;
- graças às tonalidades naturais empregues no revestimento exterior e interior, ora de predominância ocre, ora de óxido de ferro ou ainda de cinza, esta última bem presente na luz portuense, estabelece-se um dialogo com o contexto cromático, rico e delicado, próprio do vale do Rio Douro que neste trecho final se manifesta de modo inconstante, pleno de alternâncias surpreendentes;
- a coloração das superfícies edificadas, tanto exteriores como interiores, tem um envolvimento directo na modelação espacial, participando de modo activo na dinâmica cromática do meio. A aplicação da “lei de Albers”, torna-se aqui uma evidência, variando a presença e destaque dos diversos volumes de acordo com a tonalidade dominante do ambiente, compartilhando o protagonismo da definição formal com as sombras, próprias e projectadas;
- através do uso de mesclas de cores, padronizadas segundo geometria única, distribuídas sobre fundos dominantes, proporcionam-se índices de percepção cromática, variáveis conforme o grau de proximidade do observador;
- é bem patente a aplicação de princípios associados à formulação de séries numéricas diferenciadas, coexistindo por sobreposição, como é o caso da relação entre os padrões do revestimento dos paramentos opacos e as sequências de vãos ou da fenestração;
- no conjunto dos espaços não prevalece um ordenamento formal determinado pelas leis da perspectiva, onde impera o ponto de fuga e a linha de horizonte. As diagonais, as superfícies curvas e as demarcações de desenvolvimento vertical, tanto interiores como exteriores, contrariam-na regularmente num processo que a torna menos impositiva nas sequências visuais, sejam elas estáticas ou em movimento;
- através da representação altimétrica dos espaços, cortes e alçados, não é possível visualizar por inteiro as diferentes faces do conjunto, segundo as orientações convencionais, N-E-S-W, o que denota um processo de pesquisa onde é menos valorizado esse procedimento secular.

Tendo em atenção os inúmeros espaços vazios, os pátios interiores e exteriores, com pronunciado desenvolvimento vertical e transparência, apercebemo-nos de que eles emergem de um outro pressuposto conceptual, o de atestar, de modo insistente um sentido de comunidade e gregário à instituição, que oferece licenciaturas, mestrados e doutoramentos em diferentes áreas.

Efectivamente, a necessidade de distribuir os espaços lectivos por vários pisos e a diversidade curricular oferecida, quando encerrados em contextos estanques, iriam gerar o sucessivo isolamento de cada sector e pôr em causa o espírito de academia, além de desperdiçar a vantagem decorrente da interdisciplinaridade e da convivialidade que valorizam o âmbito



8.  
Planta do piso que  
abrange a totalidade  
do novo edifício

conhecimento. Tal intenção constituiu uma oportunidade para abordar arquitectonicamente a questão “confuncionista”, vertida para um dos atributos formais mais determinantes na definição do espaço: a ambiguidade existente entre o vazio ou a sua materialidade envolvente (positivo versus negativo).

Saliente-se ainda o facto de, numa parte do edifício, ter sido suprimida a demarcação habitual entre cobertura e paramentos de fachada. Continuidade entretanto desaparecida, devido a um desvio grosseiro, quanto ao modo de construção previsto, o qual se traduziu em danos diversos, entre os quais os resultantes na expressão plástica do edifício, agora patenteando uma separação clara.

## 6. A acessibilidade

Constituindo a Via Panorâmica e a Rua do Campo Alegre os principais eixos de aproximação, conjuntamente com a Rua Gonçalo Sampaio, a entrada principal fica situada na vizinhança do seu ponto de encontro, embora desnivelada em relação à cota média daqueles arruamentos. Ela constitui uma alternativa àquela que foi prevista inicialmente no Plano Geral do Pólo 3. De facto, neste momento, faz sentido mencionar tal intenção, uma vez que integrava o edifício numa malha mais vasta apoiada em equipamentos comuns a todas as faculdades situadas neste Pólo e determinava aspectos de concepção e desenho dos quais a construção ficou amputada.

Previa-se um percurso nivelado até à Faculdade de Letras, com origem na RCA, junto do núcleo de equipamentos comuns de apoio a todas as faculdades ali sedeadas, onde convergiam também os transportes colectivos, além de um tramo final, lançado em viaduto, sobre a via direccionada à Praça da Galiza (Imagem 8). O seu traçado, exclusivamente destinado



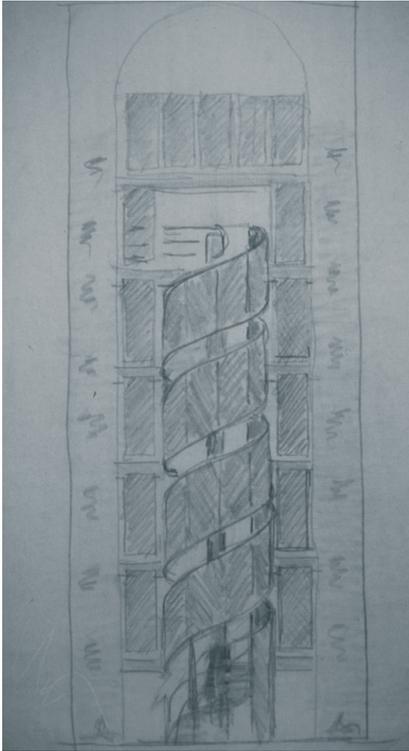
9.  
Vista das galerias  
que limitam o pátio  
triangular

a peões, constituía uma radial do tramo curvo da construção que era por ele cruzado, para terminar na torre intermédia, sobranceira à Rua da Pena. Este acesso era acolhido no único nível que abrange a totalidade do edifício (Imagem 9). Perante a rejeição deste conceito integrador das várias instituições, ainda se avançou outra hipótese de aproximação àquela Faculdade, novamente em viaduto, agora a partir do cruzamento da Rua do Campo Alegre com a Rua Gonçalo Sampaio, a qual, por sua vez, se viu gorada perante a desistência de estabelecer a ligação à Praça da Galiza.

## 7. A interrelação espacial

Estão patentes na organização e distribuição dos espaços dos diversos sectores, tanto os níveis de proximidade preferencial definidos no programa, como a aplicação de um critério de permeabilidade de acessos, dirigido a visitantes e utilizadores, de acordo com os graus de privacidade e de segurança necessários ao desempenho eficaz das diversas actividades em causa (livre, condicionado e restrito). Isto sem prejudicarem o contexto conceptual mais alargado, entretanto referido.

Anexo ao portal de entrada, o átrio principal contacta directamente com as áreas destinadas ao livre acesso, ao uso comum e aos espaços de convivalidade, como a cafetaria, a esplanada, o auditório principal e a recepção da biblioteca. Aquele ponto de distribuição, também confina com um dos pátios interiores, de onde se apercebem, de imediato, dois auditórios e os diversos pisos em que se desenvolve a construção. A ele adossado, junto ao paramento curvo, desenvolve-se um pátio exterior de forma triangular, delimitado por duas galerias convergentes, e que acolhe uma estrutura metálica de grande transparência, servindo simultaneamente de quebra-luz e de bancada destinada a espectáculos de ar livre. Estranhamente, este equipamento – confinado por elementos arquitectónicos constituídos por fachadas equivalentes às demais, mas que configuram cenários – praticamente nunca foi utilizado, apesar das excelentes condições ambientais de que dispõe (Imagem 10).



10.  
Estudo para a escada helicoidal da biblioteca



11.  
Lanternim do saguão da biblioteca

## 8. A biblioteca

Considerada pela instituição, à data da realização do projecto, como o repositório por excelência de um vasto acervo de conhecimento, a biblioteca veio, por isso, a ficar situada num ponto estratégico relativamente ao edifício e à envolvente externa. Distribuída por diversos pisos, a sua forma não escapa à influência literária de Humberto Eco e Jorge Luís Borges (Imagem 11). Embora faça parte dos espaços de uso condicionado, confina com outros de livre acesso, distribuídos em torno da área de acolhimento, podendo no seu conjunto constituir uma forma de apoio explícito à comunidade exterior, sem perturbar o funcionamento dos restantes sectores do edifício.

Perante o auxílio que pode disponibilizar, situaram-se nas suas imediações o auditório principal e o Centro de Recursos Educacionais. Este último, inexplicavelmente, jamais foi objecto do uso previsto.

O conjunto das áreas programáticas da biblioteca, com excepção dos serviços técnicos, dispõe-se em torno de um saguão central, onde se desenvolve uma extensa escada helicoidal, simbolizando a profundidade e o infinito alcance do conhecimento. Já os vãos, abrindo sobre a encosta modelada pela linha do talvegue apontado ao rio, convidam à contemplação serena e reflexiva, proporcionada por uma paisagem de rara beleza. Encimada por uma imensa entrada de luz tripartida, é recoberta por um terraço acessível, de onde se usufrui aquela



**12.**  
Vista da Faculdade de  
Letras e sua integração  
na paisagem

mesma panorâmica, em condições de grande atractividade que, até agora, foram praticamente ignoradas (Imagem 12).

### 9. Outros espaços e seus atributos

Através de duas amplas escadas de segurança alcançam-se os pisos superiores, onde se encontram os espaços lectivos, ladeados por um extenso corredor, que é rematado no topo por um tramo curvo, cuja expressão é bem mais acentuada no último andar, ocupado pelos espaços laboratoriais. O efeito de surpresa e de descontinuidade são atributos destes acessos de prevalência horizontal, que nos extremos interligam com as galerias exteriores e sucessivos pátios, cobertos ou ao ar livre. Nos primeiros, a fenestração das paredes interiores replica as restantes fachadas do edifício, contribuindo para a ambiguidade da definição espacial das três pequenas praças cobertas, que apelam ao encontro, à comunicação e ao debate dos resultados da produção intelectual gerada em ambiente académico.

A fusão entre os processos de modelação arquitectónica e a oferta de condições de sociabilidade e comunicabilidade presencial estão presentes em inúmeros locais do edifício, factores hoje em dia muito valorizados, devido ao tendencial isolamento físico gerado pelas tecnologias informáticas, que não podemos dispensar. Pode-se anotar que a importância daquela abordagem se tem, aliás, enfatizado ao longo dos tempos, uma vez que as relações entre o Homem e os espaços de convivalidade constituem uma constante da sua existência.

Tido como o centro nevrálgico, norteador da actividade da instituição, os espaços afectos à Direcção ocupam parte de um piso, que assenta sobre a cafetaria, em contacto visual com a biblioteca e em ligação directa com o terraço que a recobre. Aquele sector interliga com uma área de convívio exclusiva ao corpo docente que se encontra apoiado por uma ampla galeria abobadada, cujas características se aproximam às de uns “espaços perdidos”, francamente iluminados pela luz natural, e que apelam a um uso informal e ao relaxe, em quaisquer condições climáticas.

## 10. Adaptabilidade

Mais uma vez, a oferta de espaços proporcionada vai ao encontro da variabilidade do tempo de permanência dos utilizadores na Faculdade. Verifica-se, hoje em dia, uma tendência para uma menor presença dos alunos, devido à redução dos tempos “magistrais” e um pendor para uma estadia mais prolongada dos docentes em investigação e apoio tutorial, como já vinha ocorrendo noutros países à data do início dos estudos e projectos. Isto, porque os parâmetros que foram inicialmente definidos no Programa, quanto à distribuição do corpo docente, encontram-se hoje em evolução.

Para fazer face a eventuais mudanças, foram previstas (designadamente no sector lectivo), conforme recomendações de centros de pesquisa sobre espaços destinados ao ensino superior, condições de flexibilidade construtiva que permitem reposicionar divisórias e, assim, redimensionar as salas para corresponder a novas solicitações ou condicionalismos.

Finalmente, as instalações de apoio técnico e logístico ficaram localizadas ao nível da Rua da Pena, a partir da qual se faz o acesso através de um pátio exterior, com que confinam em grande parte.

## 11. Transformações

Perante a implementação global do Pólo 3 – bastante díspar dos objectivos iniciais, onde os equipamentos de apoio logístico seriam de uso comum – foi necessário encontrar respostas pontuais para cada uma das instituições, o que se repercutiu na necessidade de reordenar os espaços situados a nascente da Faculdade. Em tais circunstâncias, tornou-se inevitável estabelecer ligações com a malha urbana que se estende desde a Rua da Pena até à Praça da Galiza. Embora de modo comprometido, por todas as constricções entretanto constituídas, não seria possível implantar ali os equipamentos necessários.

Naquele espaço residual, inicialmente previsto como área de ampliação do edifício, foi implantado um complexo edificado que alberga um parque de estacionamento coberto, uma cantina, uma cafetaria e uma residência para estudantes.

O conjunto de infraestruturas necessárias à utilização das novas instalações, que se apoiam nos velhos arruamentos da Pena (rua, travessa e rampa), articuladas com a servidão disposta ao longo da fachada norte da Faculdade, permitiu estabelecer uma malha de vias de secção reduzida, em regime de acesso condicionado. No entanto, e apesar das condições de inserção na estrutura viária, a nascente do Polo3, não serem as mais favoráveis, ficou em aberto a possibilidade de futuramente vir a ocorrer uma melhor integração no restante tecido urbano.

Armando Luís de Carvalho Homem<sup>1</sup>

**Saber positivo e teorização nos primitivos currículos da licenciatura em *história* (1957 e 1968)**

R E S U M O | A licenciatura em História existe desde 1957, por separação em relação à Filosofia, e estabelecendo-se então estruturas curriculares de 5 anos; a reforma subsequente (1968) mantém tal duração, mas distinguindo bacharelato (3.º ano) e licenciatura (5.º ano + acto de licenciatura [= defesa de uma dissertação expressamente elaborada para o efeito]). O presente texto efectua um breve percurso pelas estruturas curriculares previstas nessas duas reformas e pelo papel nelas detido pelas disciplinas teóricas e metodológicas, intentando ainda o relance possível pela docência respectiva nas três Faculdades de Letras.  
PALAVRAS-CHAVE: Portugal, século XX, Historiografia, Universidade do Porto, Ensino da História

A B S T R A C T | The degree in History exists in Portuguese Universities since 1957, after separation from Philosophy. It was then established curricular structures of 5 years. The subsequent reform (1968) continued this long, but distinguished the baccalaureate (3 years) and undergraduate (5 years+ thesis). This paper makes a brief tour through the structures provided in this two curricular reforms and the role played by theoretical and methodological disciplines. It also tries the possible glimpse by the teaching of these subjects at the Universities of Coimbra, Lisbon and Porto.  
KEYWORDS: Portugal, 20th century, Historiography, Porto University, The teaching of History

Em Outubro de 2007 completaram-se 50 anos sobre o Decreto-Lei que, reformando os currículos das então duas Faculdades de Letras, pela primeira vez autonomizou a licenciatura em *História*, separando-a da *Filosofia*, uma associação de saberes que vigorava desde 1930. Foram fautores desta reforma o ministro da Educação Francisco de Paula Leite Pinto (1902-2000), o respectivo subsecretário de Estado, Baltazar Rebelo de Souza (1921-2002), e o director-geral do Ensino Superior João Alexandre Ferreira de Almeida (?-1997)<sup>2</sup>.

Apesar de defraudante das expectativas que a prolongada vigência do anterior cenário fora suscitando<sup>3</sup>, esta reforma foi-o de facto, talvez a um ponto só antes atingido pela legislação fundadora e reformadora das Faculdades em causa, entre 1911 e 1919<sup>4</sup>. Com efeito, e para

<sup>1</sup> U. Porto / Faculdade de Letras – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais; investigador do Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade (CEPESE). O presente texto constitui a comunicação apresentada ao *V Encontro Nacional de Estudantes de História* (V-eneh, Porto, FL/UP, 2010/03/14-15).

<sup>2</sup> Decreto 41.341, de 30 de Outubro (*Diário do Governo*, I sér. da mesma data). Para um enquadramento das reformas curriculares de 1957 e de 1968, cf. HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Idade (A) Média nas Universidades Portuguesas (1911-1987): Legislação, ensino, investigação», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, II sér., X (1993), pp. 351-61; «Nótula sobre as disciplinas teórico-metodológicas no âmbito dos currículos da licenciatura em *História*», in *Ensaios em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1998, pp. 397-401; e «Invicta Clio», texto redigido em finais de 2000, como abertura para a página do Dep. de *História* da FL/UP na INTERNET (disponível em <http://www.letras.up.pt/dh/apresentacao.htm>); publ: *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, III sér., 2 (2001), pp. 9-12.

<sup>3</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaios de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988, pp. 155-157.

<sup>4</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – Ob. cit. na n. anterior, pp. 133-151.

além de se aumentar e diversificar o elenco das disciplinas, tal reforma ampliou o plano de estudos de 4 para 5 anos e introduziu no 5º e derradeiro ano um *Seminário* com a explícita função de enquadrar a preparação do ulterior acto de licenciatura, reduzindo-se este último à defesa de uma dissertação expressamente elaborada. Por esta última via, e desenvolvendo tendências que se iam já fazendo sentir desde os alvares daqueles anos 50, um mínimo de investigação autêntica no seio dos estudantes da licenciatura; e Mestres como Manuel Lopes de Almeida (1900-1980), Torquato de Sousa Soares (1903-1988), Avelino de Jesus da Costa (1908-2000), Salvador Dias Arnaut (1913-1995) ou José Sebastião da Silva Dias (1916-1994) em Coimbra, ou Manuel Heleno (1894-1970), Virgínia Rau (1907-1973), José António Ferreira de Almeida (1913-1981), António Henrique de Oliveira Marques (1933-2007), Joaquim Veríssimo Serrão, Jorge Borges de Macedo (1921-1996), Eduardo Borges Nunes (1924-2008) ou Iria Gonçalves em Lisboa competentemente estreariam a por enquanto oficiosa situação de *orientador de tese*.

O currículo de 1957 previa portanto uma licenciatura em *História* com 5 anos de duração e um total de 22 disciplinas anuais (que incluíam 3 opções e a *Introdução à Filosofia*) e 5 semestrais. Procurando agrupar tais disciplinas por áreas – e excluindo aqui, naturalmente, as opções – teremos então: Pré-História e História da Antiguidade; História Medieval; História Moderna e Contemporânea (em conjunto); cronologicamente compósitas; o que então ainda se ia designando como «ciências auxiliares» (*Paleografia e Diplomática; Epigrafia; Numismática; Arqueologia*); e um esboço mínimo de teorização (*Introdução à Filosofia, Teoria da História*).

O conjunto que designei como Pré-História e História da Antiguidade até nem estava propriamente ‘mal servido’, contando com as disciplinas anuais de *Pré-História, História da Civilização Romana e História da Cultura Clássica*, e as semestrais de *História da Antiguidade Oriental, História da Civilização Grega, Epigrafia e Numismática* (estas últimas tinham normalmente um conteúdo exclusivamente antiquista, ou quase); e a este conjunto poderíamos ainda acrescentar a disciplina anual de *Arqueologia*, nas mais das vezes funcionando menos como uma iniciação aos métodos e técnicas na investigação arqueológica e mais como Arqueologia concreta do território português, de tempos pré-históricos à Alta Idade Média.

A História Medieval, do ponto de vista quantitativo, também se não apresentava propriamente mal, com as disciplinas anuais de *História da Idade Média, Cultura Medieval e História de Portugal I (História Medieval de Portugal a partir de 1968)*, de algum modo ainda complementadas pela *Paleografia*, pelos conteúdos medievais de algumas outras cadeiras cronologicamente compósitas (*Cultura Portuguesa, Expansão Portuguesa, Arte em Portugal...*) ou mesmo pelos capítulos iniciais de algumas disciplinas de História Moderna, que costumavam arrancar no século XV.

E, naturalmente, a época mais mal-servida era o somatório Moderna/Contemporânea (*História Moderna e Contemporânea, História de Portugal II* [mais tarde *História Moderna e Contemporânea de Portugal*] e *Cultura Moderna*), com programas a arrancar em Quatrocentos e com incidências especialmente longas em Quinhentos e em Seiscentos, raramente em Setecentos. Era o tempo em que em Coimbra o programa de *História de Portugal II* se iniciava em 1383 para terminar na Restauração; em Lisboa, e na mesma cadeira, versavam-se, em fim de programa, os tempos pombalinos, eventualmente a Guerra Peninsular. De *História Contemporânea*, portanto, nada ou quase. E apenas nos meados dos anos 60 alguns jovens assistentes em início de carreira (Luís António de Oliveira Ramos na FL/UP, 1965 ss.; João Lourenço Roque na FL/UC, 1970 ss.; e Cândido dos Santos também na FL/UP, 1970 ss.)

começaram a abordar temas de séc. XVIII final e do séc. XIX no 2.º semestre de *História Moderna e Contemporânea*, temas como a Revolução Americana e a Revolução Francesa, no quadro dos conceitos de «Revolução Ocidental», «Revolução Atlântica», que o francês Jacques Godechot (1907-1989) e o norte-americano Robert Roswell Palmer (1909-2002) haviam lançado nos anos 50<sup>5</sup>; temas ainda como a Revolução Industrial, o nascer da «Questão Social» e as soluções para a mesma propostas pelos socialismos utópico e científico.

É óbvio que, no meio de tudo isto, o espaço de disciplinas teóricas e metodológicas era restrito, limitado, a bem dizer, à *Teoria da História*. Só que a mudança da inserção desta disciplina no currículo de 1968 leva-me a versar antes de mais tal reforma, saída em tempo do ministro José Hermano Saraiva e do subsecretário de Estado Justino Mendes de Almeida (ambos vivos, por sinal)<sup>6</sup>. Este reajustamento curricular ficou conhecido como «reforma dos bacharelatos», já que os 5 anos dos currículos das Faculdades de Letras e de Ciências ficavam divididos em 2 ciclos:

O primeiro, de 3 anos, levava ao grau de bacharel, algo que existira em Oitocentos e que fora morrendo ao longo do segundo quartel de Novecentos; a sua reintrodução agora permitia lançar mais rapidamente no mercado de trabalho os candidatos à docência nos então Ensinos Liceal e Técnico e sobretudo no Ensino Preparatório, uma novidade desses anos, para a qual a falta de professores era grande, já que se pretendia a curto prazo levar este ciclo de estudos a todos os concelhos do País.

O 4.º e o 5.º anos e a ulterior tese continuavam a conduzir à licenciatura.

Para cumprir os objectivos em causa, a reforma de 1968 começou por reduzir um pouco o número de disciplinas: *Introdução à Filosofia* desapareceu e as opções passaram de três para duas; e, sobretudo, rearranjou-se completamente a distribuição das unidades curriculares: nos 3 anos bacharelantes eram concentradas as disciplinas ditas «informativas gerais», da Pré-História à História Contemporânea; nos 2 restantes concentravam-se as opções, as ditas «ciências auxiliares», a *História do Cristianismo*, o *Seminário* e sobretudo – para o que de momento nos interessa – a *Teoria da História*.

Ora a transferência de tal disciplina do 1.º para o 4.º ano diz já algo sobre uma ambiguidade de fundo, quer no quadro legal, quer no modo como foi ensinada entre 1957 e 1975: pretendia esta disciplina constituir uma Metodologia da História «avant-la-lettre»? ou uma mais densa reflexão sobre a Ontologia do acontecer histórico e sobre a Epistemologia da Historiografia? A colocação no 1.º ano pareceria coincidir com o primeiro termo da alternativa; a deslocação para o 4.º ano com o segundo.

E o que é que efectivamente se ensinou em tal disciplina? Nos arquivos das 3 FFLL existe uma fonte preciosa para a resposta, só que até agora muito esparsamente utilizada: os livros e cadernetas de registo de Sumários. Fernando Catroga, em trabalho de há 5 anos, utilizou proficientemente tais registos para analisar a docência nesta disciplina dos Mestres

---

<sup>5</sup> Mais concretamente por ocasião do X<sup>e</sup> *Congrès du Comité International des Sciences Historiques* (Roma, 1955). Cf. nomeadamente PALMER, R. R. – *Age (The) of the democratic revolution: a political history of Europe and America, 1760-1800*, 2 vols., Princeton, Princeton University Press, 1959-1964; e GODECHOT, Jacques – *Révolutions (Les) (1770-1799)*, reed., Paris, PUF, 1986.

<sup>6</sup> Decreto 48.627, de 12 de Outubro (*Diário do Governo*, I sér., da mesma data).

Luís Ferrand de Almeida (1922-2006) e António de Oliveira<sup>7</sup>. E o seu exemplo bem mereceria ser seguido para outras Escolas, outros Mestres, outras cronologias.

Entre testemunhos bibliográficos, conhecimento directo de situações e o que possam dizer antigos estudantes, alinhemos os dados disponíveis:

Em Lisboa foi Virgínia Rau a inauguradora da regência; alunos seus desse tempo dizem-nos que a primeira «Dama de Ferro» da Historiografia Portuguesa achava que deveriam existir uma cadeira propedêutica no início do curso e uma cadeira propriamente de teoria do acontecer histórico no final do mesmo; como tal, ministrava um programa de teor metodológico acentuado. E Henri-I. Marrou e o seu clássico *De la Connaissance Historique*<sup>8</sup> parece ter sido referencial de tomo.

Também em Lisboa, uma passageira regência de Joaquim Veríssimo Serrão plasmou-se no livro *História e Conhecimento Histórico*, de 1967<sup>9</sup>. É um volume não muito extenso, que em linguagem clara e acessível concilia reflexões gnoseológicas com alguns preceitos metodológicos.

Ainda em Lisboa, o mais longo magistério de Jorge Borges de Macedo parece ter corporizado um programa extenso e denso em torno de problemas do acontecer histórico, com uma especial incidência em autores como Dilthey<sup>10</sup> e Simmel<sup>11</sup>.

Em Coimbra foi o emblemático Mestre de *Filosofia* Sílvio Lima (1905-1993) o inaugurador da cadeira, que regeu de 1957 a 1964, ano em que se aposentou; nas aulas práticas coadjuvaram-no, sucessivamente, os já mencionados Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira (e este último regeria por alguns anos a partir de 1964). O tipo de formação de Sílvio Lima claramente configurou as aulas teóricas, enquanto que nas práticas os seus 2 mencionados colaboradores – ao tempo assistentes – corporizaram um programa intensivamente metodológico e com uma notável actualização bibliográfica; a título de exemplo, o clássico volume *L'Histoire et ses méthodes*, dir. Charles Samaran, de 1961<sup>12</sup>, logo em 1961/62 incorpora a Bibliografia da disciplina.

Nesta casa, finalmente, o primeiro titular da disciplina foi Carlos Eduardo de Soveral (1921-2007), entre 1962 e 1968. Apesar do testemunho bibliográfico que nos ficou – o pequeno volume *História, Historiografia, Historiologia*, de 1963<sup>13</sup> –, não se me torna fácil pronunciar-me sobre este Mestre que não conheci, de verbo inspirado e denso, com um vocabulário rebuscado e altamente criador de neologismos, e que,

<sup>7</sup> CATROGA, Fernando – «Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira no ensino de Teoria da História», *Revista Portuguesa de História*, 36 / 2 (2002-2003), pp. 125-134. Sobre o primeiro destes Mestres cf. igualmente *HOMEM*, Armando Luís de Carvalho – «Luís Ferrand de Almeida (1922-2006): desaparece um Grande Mestre da Escola de Coimbra», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, III sér., 8 (2007), pp. 499-515.

<sup>8</sup> MARROU, Henri-Irenée – *De la connaissance historique*, Paris, Seuil, 1954 (há trad. port., da responsabilidade de Ruy Belo).

<sup>9</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História e conhecimento histórico*, Lisboa / São Paulo, Verbo, 1967.

<sup>10</sup> *Maxime* DILTHEY, Wilhelm – *Oeuvres*, 1. *Critique de la raison historique* [1883], trad. franc., reed., Paris, Cerf, 1992.

<sup>11</sup> *Maxime* SIMMEL, Georg – *Forme (La) de l'histoire*, trad. franc., reed., Paris, Gallimard, 2004.

<sup>12</sup> SAMARAN, Charles (Dir.) – *Histoire (L') et ses méthodes*, Paris, Gallimard, 1961.

<sup>13</sup> SOVERAL, C. E. – «História, Historiografia, Historiologia», sep. de *Stvdium Generale*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1963 (col. «Amphitheatrum», n.º XIII).

numa Obra ensaística de alguma dimensão, não parece inserir-se em qualquer corrente da Historiografia do século XX português. De qualquer modo, o mencionado livro de 1963 mostra uma preocupação de fundo – até em termos vocabulares – com a distinção entre *História / realidade* e *História / conhecimento*. No universo de referenciais, Spengler, Toynbee e até Collingwood aparentam ser algo de já *datado*, emergindo em contrapartida Marrou e o já mencionado volume colectivo *L'Histoire et ses méthodes*, de que inclusivamente se cita o manifesto-programa de Georges Duby para a História das mentalidades<sup>14</sup>.

Mais equilibrado se apresentou o programa do seu sucessor, o professor de *Filosofia* João Pereira de Freitas, que regeu de 1968 a 1972 (e que depois se radicaria em Itália, onde se doutorou). Programa tripartido, entre uma História da Historiografia, da Antiguidade aos alvares do séc. XX; o referencial era uma obra de 2 autores argentinos (anos 60)<sup>15</sup>; uma Ontologia do acontecer histórico, com referenciais em Nikolai Hartmann<sup>16</sup>, em Carlos Baliñas<sup>17</sup> e em Xavier Zubiri<sup>18</sup>; e uma derradeira secção, dedicada à Epistemologia e à Metodologia da Historiografia, com Marrou como obra-base.

Finalmente nesta Casa, de 1972 a 1975 a regência é assumida por Eugénio dos Santos, e na Bibliografia é o então bem recente Paul Veyne, *Comment on écrit l'Histoire*<sup>19</sup> que faz a sua entrada *pela porta grande*.

Que poderei concluir ?

Parece-me evidente que as orgânicas curriculares de 1957 e de 1968 pretenderam continuar numa linha algo enciclopédica na formação dos escolares, o que era uma tradição curricular nas FFLP desde a legislação fundadora de 1911. A escassa ou nula abertura a outras Ciências Sociais manteve-se, e até uma cadeira de *Geografia Humana* que existia no antigo Curso de *Histórico-Filosóficas* desapareceu. E os equívocos de uma *Teoria da História* que ora se pretendeu propedêutica iniciante, ora reflexiva finalizante, e por vezes com uma cansativa componente historiográfica, da Grécia Antiga ao séc. XX, os equívocos, repito, são evidentes. E não será por acaso que as reformas curriculares de 1974 e de 1975 de imediato procuraram reforçar a componente propedêutica e interdisciplinar da licenciatura, com disciplinas, e nas várias Escolas, de *Introdução aos Estudos Históricos*, *Introdução à Sociologia*, *Introdução à Economia*, *Epistemologia das Ciências Sociais* ou *Matemática para as Ciências Humanas*, entre outras.

Só que a história curricular das nossas licenciaturas de 1974 a *ca.* 1981 seria já tema para outra conversa. Talvez – quem sabe ? – para o *VI Encontro Nacional de Estudantes de História...*

<sup>14</sup> DUBY, Georges, «Histoire (L') des mentalités», pp. 937-966 da ob. cit. *supra*, n. 12.

<sup>15</sup> CASSANI (Jorge Luis) e PÉREZ AMUCHÁSTEGUI (A. J.), *Del EPOS à la Historia Científica. Una visión de la Historiografía a través del Método*, 3.ª ed., Buenos Aires, Editorial Nova, 1970.

<sup>16</sup> HARTMANN, N. – *Problema (II) del essere spirituale*, trad. it., Roma, 1933.

<sup>17</sup> BALIÑAS, Carlos – *Acontecer (El) histórico*, Madrid, Bauer, 1965.

<sup>18</sup> ZUBIRI, Xavier – *Naturaleza, Historia, Dios*, reed., Madrid, Alianza, 1974.

<sup>19</sup> Paris, Seuil, 1971.



Amélia Veiga<sup>1</sup> e Alberto Amaral<sup>2</sup>

## Uma interpretação do olhar da História sobre Bolonha

**R E S U M O** | *Este artigo utiliza os resultados de investigação de um projecto de doutoramento<sup>3</sup>, que avaliou em que medida a implementação do processo de Bolonha está a institucionalizar a Área Europeia de Ensino Superior (AEES). O artigo toma como suporte as percepções dos corpos que constituem a Universidade. Os resultados explorados neste artigo apontam para a importância da perspectiva dos historiadores para a (re)contextualização do processo de Bolonha. PALAVRAS-CHAVE: processo de Bolonha; Área Europeia de Ensino Superior; percepções dos académicos, dos estudantes e do pessoal técnico superior.*

**A B S T R A C T** | *This paper uses the research findings of a PhD project<sup>4</sup>, which assesses how the Bologna process institutionalizes the European Higher Education Area (EHEA). The paper uses the perceptions of the university constituencies. The main findings of this paper reveal the importance of the historians' perspective in the (re)contextualization of the Bologna process.*

### Introdução

A construção da Universidade europeia tem subjacente a institucionalização da Área Europeia de Ensino Superior (AEES)<sup>5</sup>. Este foi o objectivo definido pelos Ministros da Educação de 29 países europeus na reunião de Junho de 1999, e formalmente firmado na Declaração de Bolonha. Uma reflexão sobre a Universidade europeia face a Bolonha incita, deste modo, a utilização de uma abordagem que se centre na implementação do processo de Bolonha é recente, enquanto objecto de estudo.

O campo do ensino superior, enquanto área científica, tem recebido o contributo de diversas perspectivas analíticas, por exemplo, da Ciência Política, da História, da Economia, da Filosofia, da Sociologia e da Educação, por exemplo. Todas estas abordagens têm concorrido para definir o campo científico do ensino superior e, no caso concreto, têm permitido conferir ao processo de Bolonha uma multiplicidade de interpretações que interpelam o processo de implementação<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> CIPES e Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior – aveiga@cipes.up.pt

<sup>2</sup> CIPES e Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior – aamaral@cipes.up.pt

<sup>3</sup> Amélia Veiga, “Bologna and the Institutionalisation of European Higher Education Area.” (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2010) (2 vols.).

<sup>4</sup> Amélia Veiga, “Bologna and the Institutionalisation of European Higher Education Area.” (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2010), (2 vols.).

<sup>5</sup> O estabelecimento da AEES, sendo um objectivo expresso pela Declaração de Bolonha, pode inserir-se num processo muito mais amplo de integração de políticas assumido pelas iniciativas que têm sido tomadas no contexto da estratégia de Lisboa, definida pelo Conselho Europeu em 2000, no quadro da União Europeia.

<sup>6</sup> Amélia Veiga, “Bologna and the Institutionalisation of European Higher Education Area.” (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2010), (2 vols.).

Neste contexto, o processo de implementação revela-se complexo. Por um lado, insere-se num projecto amplo de integração europeia que prevê o reescalonamento das políticas educativas<sup>7</sup>, exigindo um enquadramento analítico que compreenda diferentes níveis de análise: o europeu, o nacional e o institucional. Por outro lado, a sua implementação assume-se como um processo continuado e de adaptação<sup>8</sup>.

O processo de implementação é uma questão estratégica para o estabelecimento da AEES, porque a diversidade de interpretações fornecidas pelas perspectivas analíticas usadas nos estudos sobre o processo de Bolonha envolvem os tópicos da agenda de Bolonha (e.g. estrutura de graus, qualidade, mobilidade, sistema de créditos, enquadramento de qualificações, suplemento ao diploma, empregabilidade, etc.). Este facto transpõe para o contexto da prática uma heterogeneidade que dificulta o processo de implementação. Por outro lado, a produção científica sobre o processo de Bolonha estimula outros tópicos relacionados com as características dos sistemas nacionais de ensino superior e as particularidades das diferentes áreas científicas (e.g. Medicina, Engenharia, etc.).

Estes aspectos encaminham-nos para um conceito de implementação baseado na ideia de adaptação, desafiando abordagens centradas em estratégias *top-down* ou *bottom-up*, uma vez que no processo de implementação de Bolonha aparecem, na trajetória das políticas, elementos alheios à agenda que vai sendo estabelecida.

Os resultados da investigação<sup>9</sup> apontam para uma ineficiência de Bolonha enquanto processo visando a institucionalização de uma AEES. O inquérito realizado permite evidenciar, por um lado, que os inquiridos que emitiram opinião revelam um fraco conhecimento dos objectivos prioridades definidos pelo *país político*, e, por outro lado, que os inquiridos que não formularam uma opinião são em número muito elevado. A distinção entre *país político* e *país real* foi aplicada, pela primeira vez, no campo do ensino superior por Neave<sup>10</sup> para distinguir duas arenas de acção política. O *país político* é dominado pelo campo oficial e pelo discurso político (e.g. Comissão Europeia e governos nacionais) e o *país real* é dominado pelo campo pedagógico e pelas dinâmicas institucionais.

Relativamente à consciencialização sobre as mudanças e o seu impacto no *país real*, as opiniões centraram-se nas seguintes áreas políticas: reforma pedagógica, internacionalização e qualidade.

Como estudo centrado na institucionalização da AEES, a investigação levada a cabo na avaliação do grau atingido pelo processo de Bolonha na concretização da universidade europeia, conduziu-nos a dois resultados significativos. Em primeiro lugar, serviu para ponderar as respostas do *país real* às questões colocadas nas esferas, europeia e nacional. Em segundo lugar, serviu para alertar para a importância que a ausência de opinião poderá ter como factor prejudicial para a institucionalização da AEES.

---

<sup>7</sup> Roger Dale, "Globalization and the Rescaling of Educational governance: a case of sociological ectopia". In *Critique and Utopia: New Developments in the Sociology of Education in the twenty-first century*, C. A. Torres & A. Teodoro (Eds.), (New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2007).

<sup>8</sup> L. J Pressman; Aaron Wildavsky, *Implementation – How great expectations in Washington are dashed in Oakland; or, Why It's amazing that Federal Programs Work at All, This Being a Saga of the Economic Development Administration* (3rd ed.), (California: University of California Press, 1984).

<sup>9</sup> Amélia Veiga "Bologna and the Institutionalisation of European Higher Education Area." (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2010), (2 vols.).

<sup>10</sup> Guy Neave, "Vale Tudo – ou como a adaptação das universidades à integração europeia encerra contradições afinal inspiradoras", *Boletim da Universidade do Porto*, (10.35, 2002) 9-18.

Considerando que os inquiridos da área científica de História<sup>11</sup> – diferenciando-se dos restantes inquiridos de forma estatisticamente significativa – revelaram um sentido de participação favorável, o presente artigo visa envolver esta área de uma forma mais estreita, divulgando alguns dados que sirvam de estímulo a novas investigações.

## 1. Um modelo de análise do país real sobre Bolonha

A análise do *país real* baseia-se em dados recolhidos através de um questionário administrado, em 2008, em sete instituições de ensino superior, localizadas em quatro países: Alemanha, Itália, Noruega e Portugal. As variáveis contextuais analisadas foram: a universidade, quatro áreas científicas (Direito, Física, História e Medicina) e os três corpos constituintes da universidade (docentes, estudantes, pessoal técnico superior).

O questionário incluiu três partes distintas: a) Bolonha enquanto processo político, b) Bolonha enquanto processo de implementação e c) Bolonha enquanto indutor das mudanças nos processos de ensino/aprendizagem e investigação. Foi pedido aos inquiridos que, em função das questões, ordenassem a sua resposta de acordo com uma escala de quarto pontos: de “discordo” a “concordo”; de “sem mudança” a “muitas mudanças”; de “sem impacto” a “muito impacto”; de “não implementado” a “totalmente implementado”; e de “sem actividade” a “muita actividade”. Os inquiridos puderam ainda declarar “não tenho opinião”, se as questões eram conhecidas mas não suscitaram a manifestação de uma opinião, ou afirmar “não sei”, se os assuntos eram totalmente ignorados.

Numa amostra de 2.695 inquiridos responderam ao questionário 947 pessoas, ao que corresponde uma taxa global de resposta de 35%, sendo de 34% para a área científica de História. Os Quadros 1 a 3 detalham a taxa de resposta, por universidade, por área científica e pelos corpos constituintes da universidade (professores e investigadores, estudantes, pessoal técnico superior).

**Quadro 1.** Taxa de resposta, por universidade

Universidades	Amostra	Número de respostas	Taxa de resposta
A-PT	385	304	79%
B-PT	385	267	69%
C-IT	385	113	29%
D-IT	385	82	21%
E-GE	385	63	16%
F-NO	385	88	23%
G-NO	385	30	8%
<b>Total</b>	<b>2695</b>	<b>947</b>	<b>35%</b>

Legenda: PT – Portugal; IT – Itália; GE – Alemanha; NO – Noruega

<sup>11</sup> Os inquiridos da área da História são sobretudo provenientes de Portugal e a sua participação não é a mais relevante (ver Quadro 2).

**Quadro 2.** Taxa de resposta, por universidade e por área científica

Universi- dades	Direito			Física			História			Medicina		
	Amostra	Resposta	Taxa de Resposta									
A-PT	90	81	90%	90	40	44%	90	80	89%	90	83	92%
B-PT	90	39	43%	90	44	49%	90	78	87%	90	86	96%
C-IT	90	0	0%	90	43	103%	90	0	0%	90	19	21%
D-IT	90	70	78%	90	0	0%	90	2	2%	90	n.a.	n.a.
E-GE	90	0	0%	90	29	32%	90	29	32%	90	0	0%
F-NO	90	19	21%	90	18	20%	90	23	26%	90	15	17%
G-NO	90	22	24%	90	2	2%	90	0	0%	90	0	0%
<b>Total</b>	<b>630</b>	<b>231</b>	<b>37%</b>	<b>630</b>	<b>226</b>	<b>36%</b>	<b>630</b>	<b>212</b>	<b>34%</b>	<b>630</b>	<b>203</b>	<b>32%</b>

Legenda PT – Portugal; IT – Itália; GE – Alemanha; NO – Noruega

**Quadro 3.** Taxa de resposta, por universidade e por corpos constituintes da Universidade

Universi- dades	Professores e investigadores			Estudantes			Pessoal técnico superior		
	Amostra	Resposta	Taxa de Resposta	Amostra	Resposta	Taxa de Resposta	Amostra	Resposta	Taxa de Resposta
A-PT	120	101	84%	240	183	76%	25	20	80%
B-PT	120	79	66%	240	168	70%	25	20	80%
C-IT	120	40	33%	240	72	30%	25	1	4%
D-IT	120	24	27%	240	48	27%	25	10	40%
E-GE	120	20	17%	240	38	16%	25	5	20%
F-NO	120	48	40%	240	27	11%	25	13	52%
G-NO	120	9	8%	240	15	6%	25	6	24%
<b>Total</b>	<b>840</b>	<b>321</b>	<b>38%</b>	<b>1680</b>	<b>551</b>	<b>33%</b>	<b>175</b>	<b>75</b>	<b>43%</b>

Legenda PT – Portugal; IT – Itália; GE – Alemanha; NO – Noruega

A primeira parte do inquérito, considerando *Bolonha enquanto processo político*, procurava revelar até que ponto a sua implementação gerou um nível de consciencialização apropriado à sua própria institucionalização. Os inquiridos, tomando como referencial o sistema nacional de ensino superior, tiveram que se pronunciar: sobre os veículos de promoção e os princípios de Bolonha; os objectivos preconizados pelo processo; o foco de interesse e as principais mudanças ocorridas. A segunda parte do inquérito, considerando *Bolonha enquanto processo de implementação*, procurou revelar a forma como os corpos da universidade avaliaram o processo de implementação na sua própria universidade. A terceira parte, considerando Bolonha enquanto indutor dos processos ensino/aprendizagem e investigação, procurou revelar as percepções do corpo docente relativamente às mudanças que afectaram esses domínios.

## 2. Bolonha enquanto processo político

Relativamente às perguntas da primeira parte do questionário, *Bolonha enquanto processo político*, os inquiridos optaram, maioritariamente, por não formular a sua opinião, o que significa que tem pouca relevância para os participantes no estudo realizado. As questões, que reflectiram a não formulação de uma opinião pelos inquiridos da área científica de História, relacionaram-se com a ligação entre a implementação do processo de Bolonha, ao nível nacional, e as políticas de financiamento que visam baixar os custos, diversificar as fontes de financiamento e reduzir a despesa pública. Estes dados mostram, que na óptica dos historiadores que participaram no estudo, a relevância do nível nacional, para a implementação do processo de Bolonha, é fraca.

### 2.1. A importância latente do nível europeu face ao nível nacional

Por parte dos historiadores, é interessante notar que o desenvolvimento de um mercado europeu de ensino superior competitivo motivou a manifestação de uma opinião, sendo possível verificar que há diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de inquiridos. Os historiadores tendem a concordar mais do que os inquiridos das outras áreas científicas, que a implementação de Bolonha se tem centrado na prossecução do objectivo ligado à promoção de um mercado europeu de ensino superior competitivo. Isto demonstra até que ponto o discurso político em torno da atractividade dos sistemas de ensino superior permeia as percepções daqueles que estão envolvidos no processo de implementação.

O que acabámos de dizer reflecte que a relevância do nível europeu para o processo de implementação se centra, na perspectiva dos historiadores inquiridos, em questões económicas, de natureza europeia e não necessariamente de carácter nacional. Contudo, a perspectiva da implementação de Bolonha centrada no estabelecimento da AEES não foi a preferida pelos historiadores, tendendo estes a concordar, mais do que os inquiridos das outras áreas científicas, que o processo de Bolonha tem estado a ser conduzido, no seu sistema de ensino superior, pela progressão de Bolonha nos restantes países europeus.

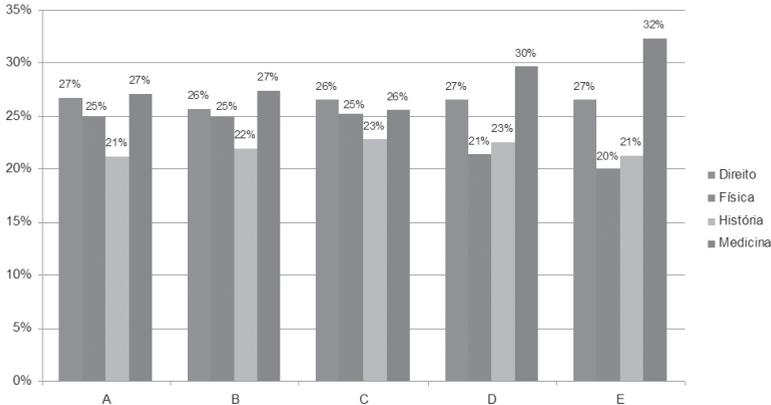
Por outro lado, é significativo que também não tivessem merecido a opinião dos inquiridos outras questões de índole estratégica como: temas relacionados com as motivações de Bolonha (e.g. considerações políticas), os objectivos estratégicos (e.g. estabelecimento da AEES), o âmbito de reforma (e.g. reforma administrativa), o foco da reforma (e.g. remoção de barreiras que visem facilitar a mobilidade) e as políticas afectadas pelas reformas (e.g. mobilidade de estudantes europeus, docentes e pessoal não docente). Tratando-se de dimensões centrais do processo de Bolonha, os resultados reflectem um nível de consciencialização muito baixo que o *país real* revela sobre as intenções do *país político*.

Relativamente à importância latente do nível europeu face ao nível nacional, considerando a participação dos historiadores, podemos concluir que a dimensão europeia está longe de aparecer vertida na dimensão nacional.

### 2.2 O significado da não formulação de uma opinião

O gráfico I apresenta os dados relativos àqueles que preferiram suspender a sua opinião sobre os aspectos relacionados com as características políticas do processo de Bolonha.

### Gráfico I. Opinião suspensa sobre motivações, objectivos estratégicos, reformas e mudanças induzidas pelo processo de Bolonha



- A – Motivações do processo de Bolonha – No seu sistema de ensino superior a implementação de Bolonha tem sido fortemente motivada por considerações políticas (e.g. identidade política europeia)
- B – Objectivos estratégicos de Bolonha – No seu sistema de ensino superior as reformas estão a ser implementadas tendo em vista o estabelecimento da AEEES
- C – Reformas de Bolonha – No seu sistema de ensino superior o processo de Bolonha corresponde a uma reforma administrativa (e.g. estabelecimento de uma estrutura de graus e estabelecimento de procedimentos de reconhecimento e de mobilidade académica)
- D – Foco das reformas – No seu sistema de ensino superior o processo de Bolonha está focado na remoção das barreiras tendo em vista facilitar a mobilidade de cidadãos europeus (e.g. promovendo a legibilidade e comparabilidade dos sistemas de ensino superior)
- E – Mudanças resultantes da implementação de Bolonha – No seu sistema de ensino superior a implementação de Bolonha induziu mudanças na área da mobilidade de estudantes europeus, docentes e pessoal não docente

A percentagem de opinião suspensa revelada pelos historiadores é equivalente em todas as dimensões. As percentagens mais elevadas de opinião suspensa são provenientes dos respondentes da área científica de Medicina em questões relacionadas com a mobilidade (D e E).

Apesar da contribuição das restantes áreas científicas ter sido idêntica em termos percentuais, registaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de inquiridos que revelaram uma opinião qualitativa e os que optaram por suspender a sua opinião sobre estas dimensões do processo de Bolonha. Analisando os grupos de inquiridos que mais contribuíram para os níveis de opinião suspensa, foi possível verificar que os inquiridos da área científica de Medicina foram aqueles que mais contribuíram para a percentagem de opinião omitida no caso das motivações do processo de Bolonha considerando as motivações políticas e culturais, das reformas de Bolonha centradas na pedagogia, das questões de mobilidade e das mudanças das políticas de internacionalização resultantes da implementação de Bolonha. Os historiadores, por seu lado, suspenderam a sua opinião de uma forma estatisticamente relevante relativamente aos outros grupos de inquiridos sobre questões ligadas ao financiamento, tendo-se destacado como o grupo de respondentes que mais contribuiu para os níveis de opinião suspensa relativamente a uma reforma das políticas de financiamento do ensino superior e a uma focagem de Bolonha na redução da despesa pública no ensino superior.

De todo em todo, apesar de os historiadores não terem sido o grupo de inquiridos que mais contribuiu para o fraco nível de consciencialização que parece existir sobre Bolonha, a

elevada percentagem pela opção que inibe a concretização de um juízo de valor pode afectar o processo de implementação no seu conjunto e obstar à concretização de um projecto mais amplo de construção da universidade europeia.

A literatura<sup>12</sup> identifica como factores prejudiciais à implementação de qualquer reforma a falta de consistência e de clareza entre motivações e objectivos estratégicos, o que está patente nas percepções recolhidas deste estudo. Deste modo, o grau de envolvimento institucional, no *país real*, relativamente aos objectivos da AEES (tais como o aumento da mobilidade, empregabilidade, competitividade e atractividade) pode estar comprometido.

Os objectivos de Bolonha, tal como noutras políticas, são múltiplos, conflitantes e vagos<sup>13</sup>. No caso do processo de Bolonha, os objectivos têm vindo a aumentar e até a alterar-se progressivamente, na medida em que as reuniões ministeriais (Praga, 2001; Berlim, 2003; Bergen 2005; Londres, 2007; Leuven, 2009), para garantir algum dinamismo político, acrescentaram sucessivamente os objectivos e prioridades a atingir no ano de 2010. Tornando o processo mais complexo, os objectivos de Bolonha são sobrepostos a objectivos de outros processos políticos, nomeadamente da estratégia de Lisboa, levando a desenvolvimentos que se pretendem coerentes, mas que na prática distorcem o foco das reformas e geram avaliações contraditórias pelo *país político*: Portugal, que é avaliado no âmbito do processo de Bolonha como um “bom aluno”<sup>14</sup>, não tem uma avaliação positiva no âmbito da estratégia de Lisboa em relação aos objectivos relacionados com o ensino superior<sup>15</sup>.

Relativamente aos objectivos, o conceito de mobilidade é um exemplo do modo como estes têm vindo a ser alterados com implicações para a clareza e transparência dos pressupostos políticos.

O conceito de mobilidade por um período de estudos está a ser substituído pelo conceito de mobilidade entre ciclos de estudo. O conceito de mobilidade por um período de estudos decorreu dos programas europeus como o ERASMUS. O conceito de mobilidade entre ciclos de estudo está a decorrer das preocupações económicas de desenvolvimento de um mercado europeu de ensino superior competitivo. A elevada percentagem de opinião não formulada relativamente a questões de mobilidade (51%) pode estar relacionada com um processo de mudança de normas e valores. Considerando o nível de participação da área de História no estudo (34% – ver Quadro 2) e, particularmente, da área de História das universidades portuguesas (A-PT 89% e B-PT 87%), é de deixar aqui um desafio aos historiadores que, segundo o estudo tenderam a ter uma perspectiva positiva sobre o tema, para que desenvolvam reflexões que possam superar a ambiguidade da não formulação de uma opinião em relação a uma dimensão importante para a construção da Universidade europeia face a Bolonha.

### 3. Bolonha enquanto processo de implementação

Uma reflexão sobre os dados recolhidos na segunda parte do questionário levam-nos a avaliar o processo de implementação, considerando, por um lado, o impacto das iniciativas

---

<sup>12</sup> L. Cerych; Paul Sabatier, *Great expectations and mixed performance: the implementation of higher education reforms in Europe* (Trentham: European Institute of Education and Social Policy, 1986).

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> Bologna Follow-up Group, *Bologna process stocktaking report* (Leuven/Louvain-la-Neuve, 2009) (disponível in [http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/conference/documents/Stocktaking\\_report\\_2009\\_FINAL.pdf](http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/conference/documents/Stocktaking_report_2009_FINAL.pdf)).

<sup>15</sup> S. Tilford; P. Whyte, *The Lisbon Scorecard IX – How to emerge from the wreckage* (London: Centre for European Reform, 2009).

européias e nacionais, e por outro lado, a dimensão europeia e as alterações ocorridas nas universidades na sequência da implementação de Bolonha.

O impacto das iniciativas europeias consideradas no estudo<sup>16</sup> suscitou nos inquiridos de História a manifestação de uma opinião com uma expressão mais vincada do que a que se verificou em relação aos outros grupos de inquiridos. Por outro lado, a opinião revelada pelos historiadores leva-nos a verificar que as diferenças estatisticamente significativas surgem, com mais expressão, tendo em conta o impacto das iniciativas europeias face ao impacto das iniciativas nacionais. Porém, o impacto das iniciativas lançadas a nível europeu não se reflecte em diferenças estatisticamente relevantes em relação às questões que abordam a dimensão europeia das reformas. Por exemplo, a correlação estabelecida entre a dimensão europeia das reformas consignada na possibilidade de identificar cursos e curricula com um conteúdo europeu significativo e os programas de educação financiados pela União Europeia revelam que os inquiridos estabeleceram uma correlação estatística significativa, mas fraca.

Relativamente aos dados recolhidos na segunda parte do questionário, e tomando em consideração todas as respostas, as percentagens de “não tenho opinião” e “não sei” continuam a ser bastante elevadas, embora menos altas do que as observadas na primeira parte do questionário, tomando em consideração todas as respostas.

A percentagem mais elevada daqueles que decidiram não formular a sua opinião sobre Bolonha, enquanto processo político, pode ser explicada pelas implicações que as decisões sobre a implementação podem ter nos vários Departamentos, Faculdades e Escolas, revelando que os inquiridos estão mais conscientes das questões de implementação no seu próprio contexto. Porém, o nível de não formulação de opinião, em algumas dimensões, é preocupante na perspectiva da construção da Universidade europeia ancorada no processo de Bolonha, uma vez que o impacto de relatórios internacionais, da convergência da estrutura de graus com outras estruturas europeias e das actividades de *benchmarking*, por exemplo, não favorecem a existência de um pensamento estratégico estribado sobre a troca de boas práticas e de conhecimento mútuo.

### *3.1. O posicionamento dos corpos constituintes da universidade no processo de implementação*

A identificação de factores positivos relativamente ao processo de implementação não registou diferenças estatisticamente significativas por área científica. Antes, as discrepâncias de resposta foram estatisticamente relevantes entre os técnicos superiores e o corpo docente. Os primeiros tenderam a ser mais positivos em relação ao reforço da liderança institucional, enquanto o corpo docente tendeu a registar com mais agrado a existência de estruturas de apoio ligadas à implementação do suplemento ao diploma.

Estas diferenças no carácter da resposta podem ser explicadas, no caso dos técnicos superiores, pelo facto do pessoal técnico superior, colocado tradicionalmente na periferia da instituição – criando e disseminando rotinas e procedimentos inerentes à sua actividade profissional –, parece deslocar-se para o centro<sup>17</sup>. Com as reformas ligadas à Nova Gestão Pública, o pessoal não docente vê-se a si próprio como um elemento essencial ao funcio-

---

<sup>16</sup> e.g. documentos oficiais; programas europeus financiados pela União Europeia, estudos desenvolvidos pela European University Association, estudos desenvolvidos em áreas específicas pelos grupos de trabalho estabelecidos no âmbito do grupo de acompanhamento do processo de Bolonha, estabelecimento de redes e troca de boas práticas com instituições de ensino superior estrangeiras.

<sup>17</sup> Burton Clark, *The Higher Education System* (California: University of California Press, 1983).

namento bem sucedido da universidade e considera que a complexidade do seu trabalho não é compatível com uma abordagem ingénu e amadora<sup>18</sup>. Dos dados recolhidos, este posicionamento aparece reforçado no contexto de Bolonha.

Em relação aos docentes, estes estão posicionados no centro da instituição e interpretam as mudanças e adaptações de forma a manter este posicionamento<sup>19</sup>, enfatizando o processo de interpretação. Neste processo, os académicos tentam assegurar que não perdem prerrogativas da sua actividade profissional<sup>20</sup>, tornando-se activos na busca de estratégias que permitam lidar com as mudanças de forma bem sucedida<sup>21</sup>. Alguns autores<sup>22</sup> referem que entre essas estratégias pode estar uma resistência colectiva que, de uma forma deliberada, distorce os requisitos políticos que as próprias mudanças exigem e Kogan fala de oportunidades para criar uma ambiguidade construtiva<sup>23</sup>. Deste modo, o facto de as estruturas de apoio serem tidas como factor de êxito, pode ser interpretado como um meio de aliviar a carga burocrática e administrativa da implementação das reformas.

Merece uma referência especial o posicionamento dos estudantes, já que neste estudo eles aparecem como o grupo de inquiridos que mais contribuiu para as elevadas percentagens de opinião não formulada. Os estudantes, na periferia da instituição, não são envolvidos nos processos de decisão. No contexto português, o corpo docente e o pessoal não docente são mais representativos da autoridade académica e de gestão, pelo que os estudantes não se sentem motivados para se envolverem em processos e dinâmicas institucionais<sup>24</sup>. Os estudantes, tal como os resultados do estudo indicam, são muitas vezes (in)voluntariamente excluídos das dinâmicas institucionais, o que no contexto de Bolonha é paradoxal, tendo em conta a relevância que a reforma pedagógica adquiriu nas instituições que participaram no estudo.

### 3.2 A visibilidade da reforma pedagógica no âmbito de Bolonha

Da inquirição sobre o grau de implementação de diferentes dimensões do processo de Bolonha é possível inferir, dos dados recolhidos, uma crescente visibilidade em torno da reforma pedagógica.

Por outro lado, reflectindo sobre o nível de não formulação de opinião relativamente às dimensões que geraram mais “não tenho opinião” e “não sei”, verificamos que a prossecução de objectivos preconizados por Bolonha, subjacentes à implementação da estrutura de graus, do sistema de créditos, do suplemento ao diploma e dos mecanismos de garantia de qualidade, não foram centrais às reformas empreendidas. Pela distribuição do agregado “não tenho opinião” e “não sei” verifica-se que os historiadores apresentam uma hesitação menor sobre a dimensão que abrange o impacto dos mecanismos de garantia da qualidade.

<sup>18</sup> Mary Henkel (Ed.), *Academic Entities and Policy Change in Higher Education* (London: Jessica Kingsley, 2000).

<sup>19</sup> Tony Becher; Paul Trowler, *Academic Tribes and Territories* (2nd edition ed.) (Buckingham: The Society for Research into Higher Education, 2001).

<sup>20</sup> E. Martin, *Changing Academic Work – Developing the Learning University* (Oxford: The Society for Research into Higher Education, 1999).

<sup>21</sup> Paul R. Trowler, *Academics Responding to Change – New Higher Education Frameworks and Academic Cultures* (Oxford: The Society for Research into Higher Education, 1998).

<sup>22</sup> Mary Henkel (Ed.), *Academic Entities and Policy Change in Higher Education* (London: Jessica Kingsley, 2000).

<sup>23</sup> Maurice Kogan, “Academic and Administrative Interface”. In *Changing Relationships Between Higher Education and the State*, M. Henkel & B. Little (Eds.), (London: Jessica Kingsley Publishers, 1999), 263–279.

<sup>24</sup> Sónia Cardoso, “Representações estudantis da avaliação das instituições de ensino superior” (Diss. Doutoramento, Universidade de Aveiro, 2007).

O peso da não formulação de uma opinião relativamente aos historiadores decresce face às questões centradas em Bolonha enquanto processo político.

É interessante verificar, pela distribuição de todas as respostas, que a percentagem mais elevada diz respeito aos que manifestaram “não tenho opinião” sobre a implementação do sistema de créditos quando inquiridos sobre o nível de implementação das várias dimensões do processo de Bolonha, incluindo a estrutura de graus e o suplemento ao diploma. A implementação do sistema de créditos, a par da estrutura de graus, é central para a reforma pedagógica tida como completa e moderadamente implementada na perspectiva de 56% dos inquiridos. Depois, apenas 35% têm a uma percepção sobre o nível de implementação do sistema de créditos e 30% dos inquiridos têm uma ideia sobre a implementação do suplemento ao diploma.

Na perspectiva dos inquiridos, a reforma pedagógica aparece assimilada; no entanto, ficamos com uma ideia diferente, quando relativamente a certas dimensões relacionadas com os instrumentos que Bolonha preconiza (e.g. estrutura de graus e sistema de créditos) o nível de opinião não formulada é elevado.

Numa tentativa de balancear a informação recolhida, podemos considerar que o peso representado pelos pontos positivos evidenciados pela intercepção do processo de Bolonha e a reforma pedagógica não foi suficiente para neutralizar o peso negativo das opiniões recolhidas. Neste sentido, será de destacar: a falta de participação das instituições de ensino superior nos processos de decisão ligados à implementação de Bolonha; a falta de consistência entre políticas definidas a nível europeu e as políticas desenvolvidas a nível institucional; a incompatibilidade de algumas áreas científicas com a estrutura de graus de Bolonha; o aumento do controlo da administração central; a diminuição do nível de satisfação do corpo docente que parece resultar do aumento da burocracia e do tempo disponível para a investigação.

Os inquiridos da área científica de História tenderam a concordar mais do que os outros grupos de respondentes sobre o aumento do trabalho ligado à gestão e a tarefas administrativas associado à implementação de Bolonha.

#### **4. Bolonha indutor de mudanças nos processos de ensino-aprendizagem e investigação**

A terceira e última parte do inquérito estava reservada ao pessoal docente e procurava esclarecer questões relacionadas com os processos de ensino-aprendizagem e investigação. Foi interessante notar que a percentagem de “não tenho opinião” e “não sei” diminuiu drasticamente quando comparada com os níveis registados nas duas primeiras partes do questionário.

Sobre as mudanças que podem afectar uma alegada reforma pedagógica, completa ou moderadamente implementada, na perspectiva de 56% dos inquiridos, é curioso notar que nas três dimensões exploradas sobre mudanças no processo de ensino-aprendizagem (mudanças no ensino-aprendizagem, definição de competências no âmbito da estrutura de graus de Bolonha e estrutura de graus e reforma curricular) as respostas registaram diferenças estatisticamente significativas entre os inquiridos. Dos historiadores proveio a informação mais positiva sobre: mudanças pedagógicas, definição de competências e definição de objectivos de aprendizagem e, na chamada de atenção, no sentido de que os efeitos produzidos pela reforma curricular da nova estrutura de graus têm consequências no estreitamento do perfil profissional dos graduados. Sendo de realçar que 32% dos docentes inquiridos discordaram, parcialmente, que a reforma curricular desenvolva as competências de investigação dos estudantes.

Os dados recolhidos revelam que a apropriação da reforma pedagógica pelo processo de Bolonha encontra, junto dos historiadores que participaram neste estudo, algum funda-

mento, o que pode ser importante realçar num contexto de reflexão sobre a Universidade europeia, uma vez que se trata de uma dimensão importante. Cabe referir que o processo de Bolonha, tal como foi perspectivado pelo *país político*, não tem uma relação causal directa com a reforma pedagógica.

Os valores dominantes no *país político* (e.g. a comparabilidade, a transparência, a legibilidade, a mobilidade e a empregabilidade) pouco conseguiram afectar e mobilizar o *país real* no cumprimento dos objectivos ligados ao estabelecimento da AEES: o uso do suplemento ao diploma, a implementação do sistema de créditos, a estrutura de graus (convergente) baseada em três ciclos de estudo, etc.

Porém, a reforma pedagógica foi encontrando repercussão no *país político*. Em 2005, no Comunicado de Bergen, os Ministros valorizaram o compromisso das instituições de ensino superior europeias com o processo de Bolonha, reconhecendo que seria necessário otimizar o impacto das mudanças nos currículos e, assim, assegurar a introdução de metodologias inovadoras nos processos de ensino-aprendizagem de que a Europa carecia. Em 2009, no Comunicado de Leuven and Louvain-la-Neuve, os Ministros reafirmaram que os processos de aprendizagem e de mobilidade centrados no estudante vão ajudá-los a desenvolver as competências adequadas a um mercado de trabalho competitivo e a torná-los cidadãos activos e responsáveis. Só então, a partir de 2009, o discurso do *país político* no âmbito de Bolonha traz consigo, de uma forma clara, a questão pedagógica.

A reforma pedagógica, eventualmente necessária num contexto de massificação do ensino superior, aparece investida, no âmbito de Bolonha, com uma envergadura provavelmente impossível de alcançar noutras circunstâncias.

Por outro lado, também se pode argumentar que a faceta pedagógica de Bolonha é a mais apreciada pelas instituições de ensino superior porque visa mudanças inerentes à taxa de participação no ensino superior. A questão que se coloca é a de saber se a reforma pedagógica teria a mesma relevância sem o processo de Bolonha, e se faria independentemente de Bolonha.

De qualquer modo, a reforma pedagógica também concorre para a participação das instituições de ensino superior num processo de implementação gerado pela interacção entre instituições localizadas no nível europeu, nacional e institucional, contribuindo este envolvimento para retardar o cumprimento das reformas. Neste sentido, as reformas que teriam de estar concluídas em 2010, segundo a agenda do *país político*, estão a ser prolongadas porque a questão pedagógica enraizada na cultura institucional e académica das várias áreas científicas leva muito tempo a ser resolvida. Em contrapartida, o *país político* olha para a reforma pedagógica como um modo de otimizar Bolonha, tornando o processo mais eficiente, já que permite potenciar outras vantagens.

A perspectiva dos historiadores inquiridos, neste contexto, é interessante, porquanto alimenta a ideia da reforma pedagógica no âmbito do processo de Bolonha, contribuindo para a relevância do nível institucional no processo de implementação. Uma reflexão sobre o papel da Universidade europeia, interpretada à luz do processo de Bolonha, na linha dos historiadores inquiridos, invoca a reforma pedagógica e promove a projecção da reforma, para além do foro estritamente pedagógico, já que o *país político* procura tirar o melhor partido possível do processo de implementação.

## Conclusão

Sabemos pela literatura<sup>25</sup> que o reescalamento das políticas de educação tem, a montante, um processo de integração que coloca no cerne a interação que ocorre, no âmbito e no seio das instituições colocadas em diferentes níveis de análise. Embora a integração das políticas europeias de educação esteja protegida pelo princípio da subsidiariedade, a intrusão das instituições europeias emerge, indirectamente, e os efeitos de um reescalamento das políticas fazem-se sentir pela fragmentação e pulverização das actividades de governo e governação que atingem as políticas de ensino superior.

Assim, à universidade colocam-se, por uma lado, as políticas europeias centradas na educação, formação vocacional e formação ao longo da vida, em que considerações económicas, reconhecimento académico, inovação, modernização e investigação são os determinantes do discurso político a nível europeu. Por outro lado, as políticas nacionais são desenvolvidas em torno de prioridades e especificidades internas. Estas políticas nem sempre são congruentes ou consistentes com o nível europeu e exigem, por parte das instituições de ensino superior, o desenvolvimento de acções estratégicas que contribuam, também, para o seu reconhecimento a nível regional, nacional e internacional. Além disso, no caso do processo de Bolonha, elemento co-adjuvante da europeização da educação, enaltece-se a importância do estabelecimento da AEES e do nível europeu. Neste contexto, o desafio da Universidade europeia é prodigioso: tornar o processo de Bolonha um meio para institucionalizar a AEES.

Uma reflexão sobre a universidade face aos desafios do presente, focada nos reptos que o processo de Bolonha coloca, parece tornar-se mais interessante se centrada na interpretação que a própria História proporciona sobre o ensino superior.

Na implementação do processo de Bolonha, o nível institucional desponta pela relevância que é dada à reforma pedagógica. Para este aparecimento contribuíram, de uma forma clara, de acordo com os dados recolhidos no estudo, as opiniões dos inquiridos da área de História. Significa isto que o processo de Bolonha pode contar com o contributo certo da História para potenciar a reforma pedagógica. A construção da Universidade europeia sedeadada no estabelecimento da AEES é, porém, incerto.

Nestas circunstâncias, seria interessante conhecer a perspectiva dos historiadores sobre o estabelecimento da AEES, para que se pudesse promover uma interpretação num contexto mais alargado de integração de políticas europeias. Dos dados recolhidos sobre a produção científica do período 1999-2007<sup>26</sup>, a História foi uma disciplina pouco utilizada para interpretar o processo de Bolonha e o estabelecimento da AEES. Este será, porventura, o desafio maior colocado à História e à perspectiva dos historiadores sobre o processo de Bolonha.

---

<sup>25</sup> Roger Dale, "Globalization and the Rescaling of Educational governance: a case of sociological ectopia". In *Critique and Utopia: New Developments in the Sociology of Education in the twenty-first century*, C. A. Torres & A. Teodoro (Eds.), (New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2007).

<sup>26</sup> Amélia Veiga, *Bologna and the Institutionalisation of European Higher Education Area* (2 vols., Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2010).

Fátima Vieira<sup>1</sup>

## As Letras e o novo paradigma de ensino- -aprendizagem. Da teoria à prática: reflexões e contributo.

R E S U M O

*O artigo dá conta das reflexões que a autora tem vindo a fazer sobre o “novo paradigma de ensino”, tão debatido a propósito (e como consequência) da Declaração de Bolonha, e descreve experiências realizadas no âmbito de uma unidade curricular de um curso de mestrado da FLUP. Propõe, neste enquadramento, estratégias pedagógicas concretas facilmente transponíveis para outras unidades curriculares das áreas das Humanidades e Ciências Sociais.*

A B S T R A C T

*The author of this article reflects on the “new paradigm of teaching” which has been debated with regard to (and as a result of) the Declaration of Bologna, and describes the experiments she made within the scope of a subject of a Master Course offered by Faculdade de Letras da Universidade do Porto. She thus puts forward ideas for pedagogical strategies, very concrete and easily transferrable to other subjects in the field of the Humanities and Social Sciences.*

Neste artigo, dou conta da investigação e das reflexões que tenho vindo a fazer sobre o “novo paradigma de ensino”, tão debatido a propósito (e como consequência) da Declaração de Bolonha, e descrevo experiências realizadas no âmbito de uma unidade curricular de um curso de mestrado da FLUP. Proponho, neste enquadramento, e com base em estudos sobre o funcionamento do nosso cérebro e sobre a forma como apreendemos nova informação, estratégias pedagógicas concretas, tais como actividades de discussão de textos e a criação de portefólios digitais, facilmente transponíveis para outras unidades curriculares das áreas das Humanidades e Ciências Sociais. Pretendo deste modo contribuir, tanto a nível teórico como a nível prático, para um debate que se torna cada vez mais urgente para que a Declaração de Bolonha tenha consequências pedagógicas positivas e visíveis no Ensino Superior.

### 1. Enquadramento

Vivemos um período de transição no mundo universitário, em grande parte consequência da *Declaração de Bolonha*, que obrigou, entre outros aspectos, à adopção de uma nova lógica na estruturação dos cursos e na organização do trabalho do corpo docente, mas também a uma reflexão sobre as práticas pedagógicas. Fala-se muito da emergência de um “novo paradigma de ensino”, mas a verdade é que, em muitos casos, os pressupostos dessa novidade não foram bem entendidos, e a “nova atitude pedagógica” tem sido reduzida à divisão semanal das turmas em “Orientações Tutoriais”, onde se pede aos estudantes que trabalhem em grupo e apresentem trabalhos.

A convicção de que a “nova atitude pedagógica” deveria ser mais do que isso conduziu-me, em 2004, durante o período em que usufruí de uma licença sabática, à inscrição num Curso de Actualização Pedagógica da Universidade do Porto, realizado na Faculdade de

---

<sup>1</sup> Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Psicologia e Ciências da Educação, onde participaram vinte docentes de diferentes áreas do saber. A frequência desse Curso permitiu-me, por um lado, a constatação de que os problemas pedagógicos fundamentais são transversais a todas as áreas, e, por outro lado, uma reflexão informada e interdisciplinar sobre a melhor forma de resolver esses problemas. Na sequência desse Curso, integrei o grupo fundador do GIIPUP – Grupo de Investigação e Intervenção Pedagógica da Universidade do Porto – e coordenei os trabalhos do grupo de investigação dedicado ao estudo da problemática subjacente à adopção do *b-learning* no Ensino Superior.<sup>2</sup> Desde então, frequentei vários cursos de formação e familiarizei-me com a bibliografia fundamental sobre as (novas?) estratégias de ensino a adultos. A preparação de um *Relatório*,<sup>3</sup> no quadro das provas para acesso ao título de “Agregado” que realizei em 2007, obrigou-me a uma reflexão sobre os modos de funcionamento das unidades curriculares no contexto desta mudança de paradigma e à proposta de um “modelo pedagógico” que assenta basicamente em actividades de relatórios de leitura, discussões em grupo e recurso a uma plataforma de ensino à distância. No presente artigo, partilho algumas das minhas reflexões sobre o tema – decorrentes da investigação que fiz no sentido de tentar compreender por que razão deverá o ensino passar a ser “centrado nos estudantes” – e descrevo as estratégias de ensino que tenho vindo a adoptar nos últimos anos. Não pretendo, com estas páginas, que em muito devam às reflexões que verti para o referido *Relatório*, oferecer a minha experiência como “modelo”, mas creio que poderá ser útil, no quadro de uma Faculdade de Letras que comemora os seus cinquenta anos de existência, o testemunho de que alguns dos conceitos básicos do “novo paradigma” são algo mais do que “chavões” que nos são oferecidos pelas Ciências da Educação, e de que é realmente possível passar-se da teoria à prática.

A passagem da teoria à prática só é contudo possível nas *condições* que a adopção dos princípios estabelecidos pela *Declaração de Bolonha* pressupõe, isto é, em turmas com um número reduzido de alunos. Parece-me importante precisar aqui que as estratégias de ensino abaixo descritas têm vindo a ser adoptadas com sucesso em unidades curriculares de 2.º Ciclo, com cerca de quinze alunos por turma, tendo tido um sucesso apenas parcelar – e mesmo, devo confessá-lo, por vezes totalmente nulo – em turmas grandes de estudantes de 1.º Ciclo.

## 2. O novo paradigma de ensino

Numa reunião realizada em Bolonha em 19 de Junho de 1999, os ministros responsáveis por 29 países europeus comprometeram-se a “coordenar as suas políticas de modo a conseguir, a breve trecho, e em todo o caso, na primeira década do terceiro milénio o estabelecimento do espaço europeu do ensino superior e a promover o sistema europeu do ensino superior em todo o mundo”.<sup>4</sup> Foi este o primeiro passo de um processo que viria a ficar conhecido como o “processo de Bolonha”, que seria confirmado a 19 de Maio de 2001 por ministros da Educação de 32 países, reunidos em Praga, e que desde então a maior parte dos países europeus tem vindo

---

<sup>2</sup> Do trabalho desenvolvido por esse grupo resultou o volume *Novas Tecnologias e Educação: Ensinar a Aprender, Aprender a Ensinar* (Org. Fátima Vieira e Maria Teresa Restivo), a publicar em 2011 por Areal Editores. O volume contém contributos de docentes de diferentes unidades orgânicas da UP, e inclui uma diversidade de artigos sobre a forma como o recurso às novas tecnologias modificou o Ensino Superior.

<sup>3</sup> Cf. Fátima Vieira, *Fronteiras e muralhas: uma abordagem espacial do distopismo inglês e norte-americano do século XX – um programa para um seminário* (Relatório de Agregação, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007).

<sup>4</sup> Ver “Declaração conjunta dos Ministros da Educação europeus reunidos em Bolonha a 19 de Junho de 1999” (disponível em [http://www.dqb.fc.ul.pt/docentes/fsantos/diversos/bolonhadec\\_pt.pdf](http://www.dqb.fc.ul.pt/docentes/fsantos/diversos/bolonhadec_pt.pdf) – consultada em 1/2/2011).

a implementar. Em Portugal, a necessidade de se honrar esse compromisso levou, nos últimos anos, a reformas curriculares de grande importância, que passaram por um processo complicado de reformulação dos antigos cursos de licenciatura, bem como pelo estabelecimento de três ciclos de estudos, e pela implementação da ideia da necessidade de uma formação ao longo da vida.

Como refere Vítor Crespo, o processo resultante da *Declaração de Bolonha* contém uma gama completa de objectivos,<sup>5</sup> mas foi essencialmente a necessidade de se atribuir às disciplinas créditos ECTS que obrigou a “novas formas e outras atitudes na maneira como se pratica o ensino superior”.<sup>6</sup> E explica:

O ensino e formação que se propõem são baseados não em horas de contacto na sala de aula mas antes numa perspectiva de acumulação de conhecimentos, medidos em unidades de crédito ECTS. Esse ensino e formação são interactivos.

O estudante participa na discussão de conceitos, textos, casos, exemplos, informações e experiências. (...) Não é que tal não aconteça já no modelo tradicional, de uma ou de outra forma. Essa postura de aprendizagem já se pratica em certa extensão. No entanto, estamos agora perante uma mudança sistémica de atitudes real, perceptível e desejável.<sup>7</sup>

Esta explicação avançada por Vítor Crespo é importante pois, por um lado, estabelece uma relação directa entre a urgência de uma nova atitude pedagógica e os créditos ECTS, e, por outro lado, chama a atenção para o facto de as boas práticas pedagógicas não terem nascido com a *Declaração de Bolonha*. Muitos docentes tinham já em linha de conta, na preparação das suas aulas, a atitude pedagógica descrita por Crespo; o que mudou, entretanto, foi a urgência, sentida a nível institucional, de se reflectir sobre essa atitude, implementando-a onde ela não exista. É esta urgência institucional que José Veiga Simão refere quando fala dos créditos ECTS e da “nova pedagogia”.<sup>8</sup>

A “nova pedagogia” assenta, em grande parte, na ideia de que o ensino unilateral (docente-aluno) deverá ser substituído por um processo que envolva ambos os actores – docente e estudante. A adopção da nova terminologia – estudante, em vez de aluno – não é, de forma alguma, apenas uma moda burocrática, traduzindo, na realidade, uma nova atitude perante todo o processo de aprendizagem. Contudo, para que nós, enquanto professores do novo paradigma, possamos *ensinar os estudantes a aprender*, precisaremos primeiro de saber

---

<sup>5</sup> De entre esses objectivos, Vítor Crespo destaca os seguintes: “adopção de um sistema de graus de acessível leitura e comparação; adopção de um sistema essencialmente baseado em dois ciclos principais, o graduado e o pós-graduado; estabelecimento de um sistema de créditos – como, por exemplo, o sistema ECTS; promoção da mobilidade, ultrapassando obstáculos ao efectivo exercício da livre mobilidade; promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade; promoção das necessárias dimensões do ensino superior”. Cf. Vítor Crespo, *Ganhar Bolonha, Ganhar o Futuro: o Ensino Superior no Espaço Europeu* (Lisboa: Gradiva, 2003), 129.

<sup>6</sup> *Ibidem*, 130.

<sup>7</sup> *Idem*, 131.

<sup>8</sup> A ligação dos créditos ECTS às novas pedagogias é estabelecida de forma clara por José Veiga Simão: “O sistema ECTS, ao introduzir o novo paradigma de organização do ensino centrado no aluno e nos objectivos de formação (...) tem (...) implicações nas metodologias de aprendizagem, necessariamente activas, cooperativas e participativas, capazes de facilitar o enfoque na resolução de problemas e de criar o ambiente de aprendizagem propício ao desenvolvimento não só de competências específicas de uma área profissional, mas também de capacidades e competências horizontais, como sejam o aprender a pensar, o espírito crítico, o aprender a aprender, a capacidade para analisar situações e resolver problemas, as capacidades para a intercomunicação, a liderança, a inovação, a integração em equipa, a adaptação à mudança...”. Cf. José Veiga Simão, *Ambição para a Excelência: A oportunidade de Bolonha* (Lisboa: Gradiva, 2005), 102.

de que forma aprendemos. *O que nos faz pensar? Um neurocientista e um filósofo debatem ética, natureza humana e o cérebro* (2001), obra que coloca em diálogo Jean-Pierre Changeux e Paul Ricoeur, oferece uma perspectiva interessante e informada sobre esta matéria.

Como refere Jean-Pierre Changeux, quando, na sessão da Sociedade de Antropologia de Paris realizada a 18 de Abril de 1861, “Broca estabeleceu a primeira correlação rigorosa entre uma lesão da parte média do lobo frontal do hemisfério esquerdo e a perda da fala ou afasia”, lançou as bases para um estudo do cérebro que viria a conhecer grandes desenvolvimentos.<sup>9</sup> Nas últimas décadas do século XX, “os novos instrumentos de observação revolucionaram literalmente” esse estudo,<sup>10</sup> ajudando-nos a compreender que “o cérebro tem acesso ao conhecimento por um processo de selecção”.<sup>11</sup>

Explica Changeux que a aquisição de conhecimentos implica uma inscrição de algo de novo na nossa memória. Mas para compreendermos de que forma se processa essa inscrição teremos de ter em consideração a existência dos dois tipos de memória descritos por William James já em 1890: a *memória primária ou imediata* – “a que devemos a percepção do tempo, do imediatamente passado há escassos segundos” e a que correntemente chamamos “memória de curto prazo ou memória de trabalho” –, e a *memória secundária ou a longo prazo*, que consiste no “conhecimento de um acontecimento, de um objecto no qual deixámos de pensar por um certo tempo e que retoma, enriquecido por uma consciência adicional, assinalando-o como objecto de um pensamento ou de uma experiência anterior”.<sup>12</sup> Esta memória a longo prazo encontra-se marcada por uma componente emocional que é determinante para o processo de aprendizagem: “Os objectos de memória estão (...) muitas vezes associados a marcadores emocionais, e estes traços de memória são avaliados em função do prazer, da felicidade, da infelicidade, do sofrimento que o sujeito antecipa”.<sup>13</sup>

A esta ideia Paul Ricoeur acrescenta a perspectiva de que, no processo de aquisição de conhecimentos, a *objectivação* é essencial: “(...) sempre defendi a coordenação entre a compreensão (vivência) e a explicação (objectiva). *Quero explicar mais para compreender melhor*. (...) este processo de objectivação, que torna possível o nosso encontro e a nossa discussão, vem inscrever-se na experiência da significação”.<sup>14</sup>

A obra de divulgação de António Damásio sobre os avanços dos estudos sobre o cérebro é também relevante para a compreensão da forma como aprendemos. Em estudos como *O sentimento de si: o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência* (1999), Damásio descreve o carácter único de cada indivíduo e, conseqüentemente, de cada processo de aquisição de conhecimentos. O exemplo que nos dá da forma individualizada como cada ser humano vê o mundo é particularmente feliz:

O leitor está a olhar para esta página, a ler este texto e a elaborar o significado das minhas palavras à medida que vai avançando na leitura. Porém, o que se passa na sua mente não se limita de forma alguma ao que diz respeito ao texto e ao seu significado. Paralelamente à representação das palavras impressas e à evocação de conceitos necessários

---

<sup>9</sup> Jean Changeux & Paul Ricoeur, *O que nos faz pensar ? Um neurocientista e um filósofo debatem ética, natureza humana e o cérebro* (Lisboa, Edições 70, 2001), 53.

<sup>10</sup> *Idem*, 57.

<sup>11</sup> *Ibidem*, 113.

<sup>12</sup> *Idem*, 141.

<sup>13</sup> *Idem*, 145.

<sup>14</sup> *Idem*, 127.

para compreender aquilo que escrevi, a sua mente revela também uma outra coisa, algo que é suficiente para indicar, a cada instante, que é o leitor e não outra pessoa que está a ler e a compreender o texto. As imagens que correspondem às suas percepções externas e às percepções daquilo que recorda ocupam quase toda a extensão da sua mente, mas não ocupam a sua totalidade. Para além destas imagens, existe igualmente uma outra presença, que o significa a si, enquanto espectador das coisas imaginadas, proprietário das coisas imaginadas e actor potencial sobre as coisas imaginadas.”<sup>15</sup>

Como refere Damásio, “a presença do si é o sentir daquilo que acontece quando o seu ser é modificado pela acção de apreender alguma coisa”.<sup>16</sup>

Vemos assim que Changeux, subscrevendo a teoria de William James, defende que a aquisição de conhecimentos se dá ao nível da *memória secundária ou a longo prazo*; mas também Damásio investe num raciocínio similar ao propor a distinção dos conceitos de *consciência nuclear* e de *consciência alargada*. A *consciência nuclear* “fornece ao organismo um sentido de si num momento – agora – e num lugar – aqui”, não iluminando o futuro; já a *consciência alargada*, de que existem vários graus, define o indivíduo enquanto ser único:

(...) a *consciência alargada* (...) fornece ao organismo um elaborado sentido de si – uma identidade e uma pessoa, o leitor ou eu – e coloca essa pessoa num determinado ponto da sua história individual, amplamente informada acerca do passado que já viveu e do futuro que antecipa, e igualmente alerta para o mundo que a rodeia.<sup>17</sup>

Defende Damásio que a *consciência alargada* se encontra “edificada sobre os alicerces da consciência nuclear”, e é a partir desta última que se define o *si autobiográfico*, crucial para o processo de aquisição de conhecimentos:

O *si autobiográfico* depende de memórias sistematizadas de situações em que a consciência nuclear permitiu o conhecimento das características mais invariantes da vida de um organismo: quem foram os pais, onde se nasceu, quando, de que coisas se gosta e que coisas se detestam, a reacção habitual face a um problema ou conflito, o nome, etc.<sup>18</sup>

A este conjunto de informações que define cada indivíduo, Damásio chama *memória autobiográfica*; trata-se de um agregado memorial que é continuamente transformado pela vivência, e é nele que se baseia o *si autobiográfico*:

O *si autobiográfico* baseia-se na memória autobiográfica, constituída por memórias implícitas de múltiplos exemplos de experiência passada individual e de futuro antecipado. Os aspectos invariantes da biografia de um indivíduo formam a base da memória autobiográfica. A memória autobiográfica aumenta continuamente através da vida, mas pode ser parcialmente remodelada, de modo a reflectir novas experiências. Conjuntos de memórias que descrevem identidade e pessoa podem ser reactivados sob a forma de padrões neurais e, sempre que necessário, tornados explícitos sob a forma de imagens. Cada uma das memórias reactivadas funciona como “uma-coisa-que-está-

---

<sup>15</sup> António Damásio, *O sentimento de si: o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1999), 29.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> *Ibidem*, 35-6.

<sup>18</sup> *Idem*, 37.

para-ser-conhecida” e gera o seu próprio pulso de consciência nuclear. O resultado é o si autobiográfico, do qual estamos conscientes.”<sup>19</sup>

António Damásio reitera pois a ideia veiculada por Changeux de que o processo de aquisição de conhecimentos varia de indivíduo para indivíduo, dependendo das suas experiências pessoais. Os “marcadores emocionais” evocados por Changeux poderão sem dúvida ser encontrados a nível da “memória autobiográfica”, deles dependendo o *gosto* com que os estudantes aprendem ou a *resistência* que eles frequentemente demonstram relativamente a determinadas matérias. A questão é que, como tornam claro todos os textos recentes sobre o assunto, ao aprendermos estamos a integrar um novo elemento numa complexa teia de relações: *aprender* implica *apreender*, como afirma Selma Pimenta:

A aprendizagem exige a compreensão do conteúdo pelo aluno. *Compreendere*, por sua vez, significa “aprender em conjunto”. Isto exige a descoberta ou construção de uma rede de relações, de um sistema em que cada novo conhecimento é inserido pelo aluno, ampliando ou modificando o sistema inicial, a fim de, a cada contato, alcançar melhor compreensão.<sup>20</sup>

A explicação de Pimenta assenta, como esclarece a autora, nos estudos de Nilson Machado, para quem “os significados constituem (...) faixas de relações que, por sua vez, se entrecetem, se articulam em teias, em redes, construídas socialmente e individualmente, e em permanente estado de atualização”.<sup>21</sup> Como conclui Pimenta, o processo de aprendizagem não pode partir do professor – a quem cabe organizar as actividades de ensino –, tendo de partir do aluno: “O aluno tem de ativamente refletir (no sentido de dobrar-se de novo e de novo – tanto quanto seja necessário), para apropriar-se do quadro teórico objectivado pelo professor e pelo currículo no processo de ensino”.<sup>22</sup>

Compreendemos pois por que razão as novas teorias pedagógicas insistem na ideia de que o ensino deve ser *centrado no aluno*. Mas, como lembram Robert Cannon e David Neuble, o sucesso do sistema educativo não depende exclusivamente das *características dos estudantes*, tendo de ser tidas igualmente em conta as *características do contexto* (as especificidades do departamento em que os estudantes estudam e o currículo do curso que escolheram) e a *forma como os professores ensinam*.<sup>23</sup> Quando estas três características são favoráveis, torna-se possível a aquisição, por parte dos estudantes, de novos conhecimentos – conhecimentos que *perdurem*, como defende José Paulo Serralheiro,<sup>24</sup> e que possam vir a ser aumentados ao serem relacionados com mais novos conhecimentos, na lógica da teia de relações que a neurobiologia se tem empenhado em descrever.

Contudo, se a forma como aprendemos depende de *quem somos* e de *como vemos o mundo*, há um outro factor que deverá ser referido e que nem sempre tem vindo a ser tido

<sup>19</sup> *Idem*, 296.

<sup>20</sup> Selma Garrido Pimenta, Pimenta, Selma Garrido *Docência no Ensino Superior* (vol.1, São Paulo: Cortez Editora, 2002), 209.

<sup>21</sup> *Apud.* Pimenta, *Docência no Ensino Superior*, 209.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> Robert Cannon, Robert & David Neuble, *A Handbook for Teachers in Universities & Colleges: A Guide to Improving Teaching Methods* (London: Kogan Page [1989], 2002), 3.

<sup>24</sup> José Paulo Serralheiro, “Aprender para esquecer”, *A Página da Educação* (Ano 12, Abril 2003, n. 122), 17.

em conta pelos pedagogos:<sup>25</sup> a diferente forma como funciona o cérebro dos indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. Allan e Barbara Pease chamam a atenção para o erro em que incorremos quando tendemos a ignorar essa diferença:

At a time when we are raising boys and girls as if they are identical, science is proving they are dramatically different in their thinking. The conclusion that neurologists and brain researchers everywhere have now reached is that we are who we are because of hormones.<sup>26</sup>

Como defendem os autores, a forma diferente como as mulheres e os homens pensam deriva de “ligações cerebrais” distintas que não podem ser alteradas: “Our environment and our teachers can only add data and run compatible programmes”.<sup>27</sup>

Para além das diferenças de género, existem outras diferenças importantes a que a nova pedagogia tem vindo a dar destaque: as diferenças culturais. Como afirmam Olga e João Duque, a sociedade multicultural “constitui iniludível realidade, no contexto sócio-cultural do Ocidente deste início de milénio”.<sup>28</sup> E acrescentam:

Os conceitos de “multiculturalidade” e de “sociedade multicultural” estabeleceram-se já, no nosso vocabulário sociológico, educacional e mesmo quotidiano. E isso não propriamente por uma questão de moda sociológica, mas precisamente por se tratar do desafio mais urgente deste início de século.<sup>29</sup>

No âmbito do processo de Bolonha, será de esperar que a questão da multiculturalidade se imponha, com maior relevância, no nosso quotidiano universitário; e temos sem dúvida de estar preparados para receber estudantes oriundos de culturas diferentes e com uma formação de base que poderá diferir substancialmente da que têm os estudantes portugueses. O projecto pedagógico universitário terá, necessariamente, de contemplar estratégias de acolhimento desses estudantes, respeitando a sua *diferença* e ajudando-os a construir uma identidade *através da diferença* (*idem*, p. 155).

### 3. Da teoria à prática

As considerações que acima expus acerca da forma como funciona o nosso cérebro e como as características pessoais e situacionais condicionam a aprendizagem levaram-me, nos últimos anos, à construção e experimentação de um modelo pedagógico que me permite, por um lado, definir os conteúdos programáticos a serem assimilados pelos estudantes, mas que também, por outro lado, proporciona aos discentes uma confortável liberdade de investigação de conteúdos do seu interesse. Neste modelo pedagógico, eu assumo, enquanto docente, fundamentalmente a função de *construtora dos planos de aprendizagem*, tentando proporcionar aos estudantes um ambiente de estudo favorável, organizando actividades que os ajudem a integrar novos saberes e a desenvolver capacidades de reflexão crítica, poten-

---

<sup>25</sup> Na verdade, não encontrei nenhuma referência a este aspecto nos textos sobre pedagogia no Ensino Superior que consultei.

<sup>26</sup> Pease, Allan & Barbara Pease (2004), *Why men don't listen and women can't read maps* (London: Orion [1999], 2004).

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> Olga Fernandes Duque & João Manuel Duque, *Educação para a diferença* (Braga: Alcalá, 2005).

<sup>29</sup> *Ibidem*, 25.

ciando a sua curiosidade e gosto pela investigação, e planeando, por etapas, acções que os levem a conquistar um considerável grau de autonomia.

A questão da *construção da autonomia* dos estudantes é sem dúvida essencial para a nova pedagogia universitária, e para que a possamos compreender temos de ter em consideração o nível de desenvolvimento social, emocional e intelectual dos estudantes. Com efeito, tendemos a fazer coincidir o processo de emancipação social dos estudantes – a sua maioria – com a emancipação a outros níveis, mas esse é um pressuposto errado. Os estudantes que estudam nas nossas universidades são, como explica Agostinho Ribeiro, *jovens adultos*, caracterizados por uma condição psicológica que não pode ser vista como um mero prolongamento da adolescência, mas sentindo ainda que “as *tarefas de desenvolvimento (...)* que os deviam preparar para a idade adulta permanecem inacabadas”, experimentando por isso as *angústias do Self* descritas por Anthony Giddens.<sup>30</sup> Ao longo das últimas décadas, os pedagogos têm debatido a forma como deverão ser esses estudantes ensinados – dependendo a questão, naturalmente, da forma como os jovens adultos aprendem. Como lembra Ribeiro, o psicólogo americano Malcolm Knowles deu um passo importante quando avançou, em 1970, o conceito de *andragogia*, definindo-a como a “arte de ensinar a adultos”,<sup>31</sup> mas embora tenha tido alguns seguidores, “nenhum dos ‘clássicos’ da psicologia educacional como Piaget, Bruner ou Ausubel” aceitou os princípios de diferença sobre os quais Knowles fez assentar a sua teoria (*ibidem*). Já o trabalho de William Perry, publicado e posto em prática também nos anos 70,<sup>32</sup> poderá ser mais relevante para a questão que temos vindo a debater.

Em *Forms of intellectual and ethical development during the college years* (1970), William Perry distingue nos estudantes universitários três níveis de desenvolvimento, a que correspondem três formas de aprendizagem: 1) *Dualismo*; 2) *Relativismo*; 3) *Compromisso no Relativismo*. Como explica Agostinho Ribeiro, resumindo a teoria de Perry,<sup>33</sup> no primeiro nível, o do *Dualismo*, os estudantes vêem os factos apenas como verdadeiros ou falsos, as respostas como correctas ou incorrectas, identificam o saber com a verdade imutável e concebem a aprendizagem como memorização do que lhes é transmitido por figuras de autoridade; estes estudantes não conseguem distinguir o que é mais ou menos importante, nem definir prioridades; a sua aprendizagem assenta num processo de memorização mecânica. No segundo nível, o do *Relativismo*, os estudantes já não aceitam cegamente a informação e comparam pontos de vista alternativos, aprendendo reflexiva e selectivamente; têm a percepção do valor relativo das teorias e sabem distinguir o mais e o menos importante, definir prioridades e fazer generalizações significativas; neste nível, os estudantes acedem a um pensamento abstracto e teórico. No terceiro nível, o do *Compromisso no Relativismo*, os estudantes continuam a usar o pensamento abstracto e teórico e a relativizar a informação,

---

<sup>30</sup> Agostinho Ribeiro, “Jovem adulto em desenvolvimento de formação”, in *De uma Escola a Outra: Temas para pensar a formação inicial de professores* (org. Amélia Lopes, Porto: Edições Afrontamento, 2007), 64.

<sup>31</sup> *Ibidem*, 29. Malcolm Knowles escreveu na década de 70 dois livros importantes sobre o conceito de andragogia: *The modern practice of adult education: andragogy versus pedagogy* (1970) e *The adult learner: A neglected species* (1973). Em 1984 publicou um terceiro livro, *Andragogy in Action*.

<sup>32</sup> Explica Agostinho Ribeiro que nos anos 70 a “d direcção do *Harvard College* estava particularmente preocupada com o baixo rendimento de muitos dos seus estudantes, quando o reitor foi buscar a outro *college* (o *Williams College*) um professor, William G. Perry, já famoso pela experiência que aí estava a realizar. Cf. Agostinho Ribeiro, “Jovem adulto...”, 70.

<sup>33</sup> Não tendo tido acesso ao livro de William Perry, vi-me na necessidade de referir as suas teorias partindo do estudo de Agostinho Ribeiro.

mas são agora também capazes de assumir um ponto de vista ou uma posição moral; a este nível, a autoridade do professor dilui-se, sentindo-se o aluno no direito de assumir uma posição divergente. William Perry descreve a passagem do primeiro nível para o segundo como um processo difícil para muitos estudantes, que continuam a ver o estudo como uma forma de memorização; mais problemática ainda será, contudo, a passagem do segundo para o terceiro nível, na medida em que por vezes os estudantes incorrem naquilo a que Perry chama “relativismo galopante”, considerando que tudo pode ser visto como apenas uma “questão de opinião”.<sup>34</sup>

A descrição da teoria de William Perry, apesar de longa, parece-me pertinente, no contexto deste artigo, pois considero que define, de forma clara, um dos objectivos essenciais da nossa actividade docente. Com efeito, e particularmente no que respeita aos estudantes do 2.º Ciclo de estudos, considero que a nossa função, enquanto docentes, é assegurarmos a inscrição dos estudantes no nível do *Relativismo*, preparando-os para uma passagem harmoniosa para o nível do *Compromisso no Relativismo*. As actividades que proponho aos estudantes, e que descrevo neste artigo, visam o desenvolvimento progressivo da sua capacidade de autonomia, partindo do princípio de que no final do semestre os estudantes terão passado por todas as fases necessárias para a realização de um trabalho de investigação autónomo e bem informado.<sup>35</sup>

A autonomia não deverá implicar, contudo, um caminho de estudo e de investigação solitário. Se é certo que o indivíduo só *aprende* quando consegue relacionar a nova informação com informação antiga, inscrevendo-a assim no *seu registo autobiográfico* (perspectiva construtivista da aprendizagem, avançada, entre outros pedagogos, por Jean Piaget), também é verdade que o indivíduo só se desenvolve plenamente quando interage com outros indivíduos (perspectiva sociocultural da aprendizagem, fundada nas teorias de Lev Vygotsky). Com efeito, “o indivíduo desenvolve as suas estruturas mentais de conhecimento, primeiro num plano interindividual e só depois num plano intraindividual”; a sua trajectória de aprendizagem “começa na necessidade de apoio e acaba na capacidade de actuar autonomamente” (Cruz *et al* 2004: 111). E é precisamente porque tanto a perspectiva construtivista como a perspectiva sociocultural estão certas, alicerçando-se em pressupostos diferentes mas chegando a conclusões que são conciliáveis, que as teorias pedagógicas mais recentes propõem uma perspectiva construtivista-colaborativa da aprendizagem.

O modelo pedagógico que construí e tenho vindo a pôr em prática é informado pela dupla perspectiva da aprendizagem acima descrita. Com efeito, se, por um lado, a construção do portefólio reflexivo que proponho aos estudantes logo na primeira aula assenta na perspectiva construtivista, por outro lado as actividades de “relatório de leitura”, “discussão em pequeno e grande grupo” e “participação no fórum da plataforma de ensino à distância” perfilham os objectivos da pedagogia colaborativa. A minha experiência pedagógica é pois animada pela ideia descrita por Orlanda Cruz *et al* de que as interações colaborativas dos estudantes com os seus pares e com o professor “são o motor necessário à construção individual do conhecimento” (*idem*, p. 117).

<sup>34</sup> Cf. Agostinho Ribeiro, “Jovem adulto...”, 71.

<sup>35</sup> Recordo que as actividades aqui descritas se reportam a uma unidade curricular de segundo ciclo.

### 3.1. Relatórios de leitura e grupos de discussão

Antes de passar “da teoria à prática”, importará fazer notar que o modelo pedagógico abaixo descrito reporta-se ao seminário de Estudos Culturais que lecciono no âmbito do Curso de Mestrado em Estudos Anglo-Americanos, e cujo programa versa sobre o estudo do distopismo anglo-americano do século XX. Creio, contudo, que ele poderá ser facilmente transposto para unidades curriculares de outros cursos da FLUP, cujas actividades se dividam por quinze sessões semanais.

O sucesso do modelo pedagógico que construí depende, antes de mais, da celebração, com os estudantes, de um *contrato pedagógico*. Logo na primeira sessão do meu seminário exponho aos estudantes o meu projecto pedagógico, dando-lhes a conhecer não apenas o programa e a bibliografia essencial, mas também as actividades em que espero que se envolvam. Essas actividades são essencialmente quatro: 1) leitura de *todos* os textos<sup>36</sup> em análise em cada aula; 2) apresentação de “relatórios de leitura”, quando solicitados, e participação em grupos de discussão; 3) acesso regular à plataforma de ensino à distância e construção de um portefólio reflexivo; 4) realização de investigação, de acordo com o modelo fixado nas sessões de Orientação Tutorial. A estas actividades acresce, naturalmente, a participação activa nas aulas e a apresentação de um trabalho escrito no final do semestre.

A apresentação de “relatórios de leitura” é solicitada em dois momentos distintos do seminário, permitindo-me a aferição do desenvolvimento das competências de leitura dos estudantes. O primeiro relatório é solicitado na quarta sessão relativamente a textos que abordam o tema da utopia num sentido geral; a apresentação deste primeiro relatório possibilita-me a avaliação do nível da escala definida por William Perry em que se encontram os estudantes: não é invulgar a apresentação de relatórios em que os estudantes se limitam a reproduzir o texto estudado, ou em que não conseguem distinguir o que é essencial daquilo que surge, no texto em análise, como informação adicional, não contribuindo directamente para o argumento principal em discussão. No caso de grande parte das apresentações me indicar que os estudantes não conseguiram ainda uma passagem segura do nível do *Dualismo* para o do *Relativismo*, terei de trabalhar as competências de leitura nas sessões de Orientação Tutorial.

O segundo momento em que solicito aos estudantes a apresentação de um relatório de leitura é na nona sessão, mas aí com uma função diferente. A actividade que é então proposta aos estudantes é bastante mais complexa: eles têm não só de discernir, em textos relativamente longos, o argumento principal do autor, mas também de procurar, quando necessário, outras obras do autor ou de outros autores que sejam importantes para o elucidamento desse argumento, e ainda, por fim, explicar de que forma contribui o autor para o esclarecimento da teia de “sentidos” em análise. Esta segunda actividade serve para testar se o aluno é já suficientemente competente para desenvolver investigação bibliográfica sozinho. Note-se que já na segunda aula os estudantes são instados à apresentação de um relatório de uma visita que terão feito a um *sítio* da Internet sobre utopismo.

A formação de “grupos de discussão” ocorre a propósito do tratamento de temas distintos, tendo como ponto de partida os textos incluídos nas *Antologias* publicadas no sítio da unidade curricular. De facto, como tem vindo a ser sublinhado pela grande maioria dos

---

<sup>36</sup> Quando experimentei pôr em prática este modelo com estudantes de primeiro ciclo, este foi um dos factores que contribuiu para o seu insucesso. Na verdade, embora eu tivesse insistido na imprescindibilidade da leitura dos textos recomendados para uma participação nas actividades planeadas, uma boa parte dos estudantes assistia às aulas sem ter feito essa leitura.

manuais sobre estratégias pedagógicas para o ensino superior, a discussão é um instrumento muito útil, devendo partir sempre de uma ou mais perguntas formuladas pelo professor. Esta estratégia tem provado dar tão bons resultados que pedagogos como Paulo Freire sugerem mesmo que substituamos a tradicional *pedagogia da resposta* (que não dá lugar à criatividade) por uma *pedagogia da pergunta*, que implique directamente o aluno na busca da resposta.<sup>37</sup>

Os grupos de discussão são um momento privilegiado da aprendizagem colaborativa que instituo nas minhas aulas, e do sucesso dessa actividade depende a construção de uma *comunidade de conhecimento*. António Carlos Gil explica que os trabalhos de grupo têm a vantagem de implicar os estudantes enquanto seres individuais, “pois requerem dos estudantes que tragam para o grupo a sua colaboração, fiquem atentos à contribuição dos colegas, discutam os vários aspectos do tema, relacionem-no com seus conhecimentos e experiências e reformulem seus conhecimentos e atitudes”.<sup>38</sup>

Nos quatro momentos em que, nas minhas aulas, promovo a formação de trabalhos de grupo, recorro a estratégias diferentes, imprimindo às aulas uma dinâmica diversa. No primeiro momento, que ocorre na 6.ª sessão, recorro à estratégia mais simples: os estudantes são divididos em quatro grupos, cabendo a cada grupo a análise de um ou mais textos (sendo certo que cada grupo tratará de textos diferentes que se complementam ou opõem na forma como perspectivam o assunto em foco). A discussão em “pequeno grupo” é feita a partir de um “Guião de perguntas” que lhes forneço e que eles têm de discutir para determinarem as respostas; estas são registadas por um elemento de cada grupo num acetato. No final do período de discussão em “pequeno grupo”, é promovida uma discussão “em grande grupo”. Cada “pequeno grupo” é representado por um porta-voz que partilha com todos os outros estudantes os resultados da discussão registados nos acetatos, recorrendo a um retroprojector. Esta actividade tem um efeito *multiplicador de leituras*, na medida em que cada grupo tem como objecto de estudo um número reduzido de textos mas beneficia das leituras feitas pelos colegas.

Na 8.ª sessão, a discussão desenvolve-se também em torno de textos publicados na *Antologia* preparada para esta unidade curricular, mas com um maior grau de complexidade do que os anteriores. Para esta actividade, sigo a estratégia vulgarmente designada de “painel integrado”, que se organiza em três momentos descritos definidos por António Carlos Gil:

No primeiro, a classe é dividida em grupos de quatro a seis elementos. O professor propõe para cada grupo uma tarefa a ser desenvolvida num determinado período de tempo. Após a conclusão da tarefa, cujos resultados deverão ser anotados por todos, o professor distribui entre os seus membros um número.

No segundo momento, formam-se novos grupos. Formados pelos participantes de número 1 de todos os anteriores, pelos de número 2, 3, 4, e assim sucessivamente. Estes novos grupos desenvolverão outras actividades: relatar o que ocorreu no grupo anterior e fazer nova discussão. Esta discussão ocorrerá com base em nova questão apresentada pelo professor ou no debate anterior. O professor geralmente sugere um tópico mais amplo capaz de abranger as diversas discussões e conduzir a discussão para um âmbito mais geral.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> Cf. Paulo Freire, *Por uma pedagogia da pergunta* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985).

<sup>38</sup> António Carlos Gil, *Didática do Ensino Superior* (São Paulo: Edmilson Stadelhofer, 2006), 169.

<sup>39</sup> *Ibidem*, 170.

Esta estratégia, que explorei com sucesso quer como aluna do “Curso de Actualização Pedagógica / Didáctica para Docentes da UP”, quer como docente, tem a vantagem de, para além de garantir o *efeito multiplicador de leituras* que é obtido através da estratégia mais simples descrita anteriormente, chamar a atenção dos estudantes para a necessidade de se produzirem *sínteses das leituras efectuadas*.

Por fim, nas 10.<sup>a</sup> a 14.<sup>o</sup> sessões, os grupos de discussão são formados a propósito das obras da bibliografia primária em estudo. Mais uma vez, a estratégia é diferente: os estudantes são divididos em pequenos grupos, sendo distribuído a todos o mesmo “Guião de perguntas”. No final do período de discussão em “pequeno grupo”, passa-se para a discussão em “grande grupo”. Desta vez, contudo, a discussão de cada questão é promovida pelo portavoz de cada grupo. Caber-lhe-á, assim, perguntar aos colegas como responderam à questão em foco, contrapor outras respostas possíveis e fazer uma síntese das respostas obtidas. A minha intervenção ocorre apenas no final da discussão de cada questão (ou grupo de questões), aproveitando para articular os assuntos discutidos com outros assuntos anteriormente tratados. Esta estratégia permite-me testar a capacidade dos estudantes de se tornarem eles mesmos fomentadores de discussão, preparando-os para a condução, no futuro, de actividades congéneres.

Nas restantes sessões, recorro à estratégia da exposição oral de nova informação, assumindo a condução de todos os trabalhos, mas sempre com a intenção de incluir os estudantes nesse processo; na realidade, vou variando a forma como faço essa exposição em função da matéria leccionada e dos objectivos definidos para cada unidade temática. Para o planeamento das sessões em que aposto essencialmente na exposição oral, tenho em conta a distinção a que António Carlos Gil procede dos quatro tipos de aulas expositivas:

- a *aula-recitação*, em que o professor fala a maior parte do tempo, parando contudo com frequência para fazer perguntas específicas aos estudantes e para lhes pedir para lerem a matéria preparada em voz alta; a aula-recitação encoraja a participação dos estudantes, desde que as questões possam ser respondidas sem grande dificuldade.
- a *exposição-demonstração*, em que o professor, para ilustrar a matéria que está a ser ministrada, vale-se de recursos como modelos, máquinas, simuladores, etc.
- a *exposição provocativa*, em que o professor expõe questões visando a adopção de uma atitude reflexiva por parte do aluno, não fomentando contudo a discussão.
- a *exposição-discussão*, em que o professor encoraja os estudantes a expressar e a discutir os seus pontos de vista, em lugar de simplesmente levantar questões. Este tipo de aula inicia normalmente com uma introdução feita pelo professor, de cerca de quinze minutos, à qual se segue a discussão de alguns pontos-chave pelos estudantes. Ao longo da discussão, o professor faz alguns comentários e esforça-se por promover a integração do contributo dos estudantes.<sup>40</sup>

Como se poderá verificar da descrição das aulas a que acima procedi, opto essencialmente pela estratégia da *exposição-demonstração* nas aulas n.ºs 2, 3, 5 e 7. No contexto de uma disciplina da área das Ciências Sociais e Humanas, não entendo naturalmente a “demonstração” como a ilustração da informação dada com recurso a instrumentos laboratoriais, tendo antes em mente a forma como essa informação pode ser sustentada pela referência

---

<sup>40</sup> *Idem*, 142-3.

a sítios da Internet ou a textos de bibliografia primária e secundária relevantes para a tese que eu esteja a pretender defender. Nas aulas n.ºs 14 e 15 recorro a uma estratégia híbrida, combinando a *exposição-demonstração* com a *exposição provocativa*.

Convirá referir que as estratégias acima descritas e adstritas a cada sessão não são sempre rigorosamente aplicadas, dependendo de uma série de factores como o interesse dos estudantes pela matéria, o conhecimento prévio que possam ter dos assuntos discutidos e a sua vontade de participação. A planificação das aulas implica um exercício de abstracção da realidade da sala de aulas que torna essa actividade artificial; frequentemente, as melhores aulas são aquelas em que o docente, em função da disposição e do interesse dos estudantes, adapta o plano inicialmente previsto à situação concreta da aula. A adopção de diferentes modos de trabalho pedagógico numa mesma aula tem sido vista pelos pedagogos como uma importante mais-valia que confere uma dinâmica muito positiva ao acto educativo (cf. Lesne 1997).<sup>41</sup>

### 3.2. *Blended learning e portefólios reflexivos*

É sabida a apetência que o novo público de estudantes universitários tem pela utilização das novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC): os ambientes dos *chats* são-lhes familiares, a comunicação via correio electrónico é já considerada normal e a pesquisa na Internet faz parte do seu quotidiano de aprendizagem. A criação e recurso, no âmbito de uma disciplina de um Curso de Mestrado, a uma plataforma de ensino à distância, deverá ser por eles bem aceite. Contudo, como lembra Marcos Tarciso Maseto, “só tecnologia moderna não resolve nossos problemas educacionais de aprendizagem e formação. Ela é um instrumento”. Na verdade, a tecnologia só faz sentido, num contexto pedagógico, quando é utilizada como um “instrumento colaborativo das actividades de aprendizagem”.<sup>42</sup>

As vantagens da criação de uma plataforma de ensino à distância são muitas, como estudos recentes têm vindo a evidenciar. Em primeiro lugar, a plataforma permite o contacto entre professor e aluno “no período entre uma aula e outra dialogando, discutindo, pesquisando, respondendo, comunicando informações”,<sup>43</sup> a dinâmica de interacção que caracteriza as horas de contacto presencial é pois continuada fora da sala de aulas. A relação entre professor e estudantes é também facilitada pelo facto de a comunicação não se dar presencialmente. Escrevendo, “sem dar a cara”, os estudantes libertam-se mais do que na sala de aulas. Em segundo lugar, o recurso a uma plataforma de ensino à distância permite a criação de ambientes que beneficiam a aprendizagem em grupo. O estudo da matéria é feito de forma solidária e a criação de grupos de discussão *on-line* estimula a reflexão e o desenvolvimento do espírito crítico;<sup>44</sup> a plataforma de ensino à distância promove a construção de conhecimentos com significado, podendo ser um instrumento útil da perspectiva pedagógica construtivista-colaborativa.<sup>45</sup> No entanto, como advertem Rena Palloff e Keith Pratt, o docente tem de se assegurar de que é realmente formada uma *comunidade de aprendizagem*, sob pena de

<sup>41</sup> Cf. Marcel Lesne, *Trabalho pedagógico e formação de adultos: elementos de análise*, trad. Helena Domingos (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997).

<sup>42</sup> Marcos Tarcis Maseto, *Competências pedagógicas do professor universitário* (São Paulo: Summus Editora, 2003), 88-9.

<sup>43</sup> *Ibidem*, 141.

<sup>44</sup> Luísa Margarida Carvalho & Boguslaw M. Barszczak Sardinha, *A Página da Educação* (n.º 118, ano 11, Dezembro 2002), 15.

<sup>45</sup> Orlanda Cruz *et al.*, “Reflexões sobre o ensino e a aprendizagem a propósito das plataformas de e-learning”, in *E-learning@UP: Um Projecto Piloto na Universidade do Porto* (Porto: Universidade do Porto / IRICUP, 2004) 117.

a plataforma passar a ser utilizada pelos estudantes como uma mera fonte de informação.<sup>46</sup> Uma terceira vantagem do recurso a uma plataforma de ensino à distância decorre do facto de os estudantes poderem investigar, colocar os seus textos à consideração do professor e dos seus colegas e expor as suas dúvidas no período do dia que mais lhes convém. Por seu lado, também o professor poderá dedicar-se à leitura dos textos e à redacção das respostas fora do horário lectivo convencionado pela faculdade em que lecciona.

O sistema tem também naturalmente desvantagens. Por um lado, o projecto pedagógico poderá falhar se os estudantes não participarem activamente, pelo que caberá ao professor, aquando da celebração do *contrato pedagógico*, definir directrizes mínimas de participação. Por outro lado, o sistema depende em grande parte da boa vontade do professor, cujas horas despendidas na gestão da plataforma não são contabilizadas para o horário lectivo. Como referem Luísa Carvalho e Boguslawa Baszozak, “segundo um estudo da Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, a preparação de um curso *on-line*, manutenção e acompanhamento dos estudantes exige o dobro ou o triplo do trabalho relativamente aos cursos presenciais”.<sup>47</sup> Com efeito, a resposta do professor às questões colocadas pelos estudantes tem de ser rápida, tal como os seus comentários aos textos introduzidos pelos discentes na plataforma. Se o docente não for dando aos estudantes um *feedback* construtivo do seu contributo para a plataforma, eles deixarão de se sentir incentivados a nela participar. Convirá recordar que o recurso à plataforma de ensino à distância deverá ter um carácter meramente complementar das aulas presenciais. Aquilo que defendo e pratico não é pois uma prática exclusiva de *e-learning*, mas a combinação de actividades presenciais com actividades baseadas nas TIC – e que os pedagogos designam como *blended learning*.<sup>48</sup>

O recurso a uma plataforma de ensino à distância<sup>49</sup> provou ser de grande utilidade para as minhas aulas, quer a nível dos cursos de licenciatura, quer a nível dos cursos de mestrado, embora o trabalho proposto aos estudantes nos dois níveis seja necessariamente diferente. Os estudantes de licenciatura utilizam a plataforma essencialmente para a publicação de trabalhos de grupo.<sup>50</sup> A nível dos cursos de 2.º ciclo, tenho utilizado a plataforma para promover a comunicação com os meus estudantes e entre eles, para publicar as Antologias que contêm os textos das diferentes unidades temáticas, para propor, no “Fórum”, a discussão de temas relevantes para o programa e para atribuir a cada aluno um portefólio virtual que, espero, se tornará um instrumento importante de desenvolvimento e que me permitirá uma avaliação dos progressos individuais.

Os portefólios reflexivos são, desde há muito, adoptados no estrangeiro, sobretudo nos Estados Unidos da América e na Austrália. Na sua origem estão os *dossiers* que os estudantes dos cursos de Artes normalmente têm de apresentar aquando da candidatura ao ensino superior. Os portefólios diferem contudo dos *dossiers* na medida em que integram

---

<sup>46</sup> Rena M. Palloff & Keith Pratt, *O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line* (Porto Alegre: Artmed, 2004), 37.

<sup>47</sup> Luísa Margarida Carvalho & Boguslawa M. Barszozak, “Métodos, técnicas e reflexões sobre o ensino *on-line*”, *A Página da Educação* (n.º 124, ano 12, Junho de 2003), 8.

<sup>48</sup> Por vezes esta combinação surge referida como *blended e-learning* ou simplesmente *b-learning*.

<sup>49</sup> O Instituto de Recursos e de Iniciativas Comum da U.Porto disponibilizou, durante vários anos, a plataforma de ensino WebCT Vista, tendo esta sido mais recentemente substituída pela plataforma Moodle.

<sup>50</sup> Uma experiência interessante ocorreu em 2003, quando, a propósito do “Colóquio Evocativo dos 400 Anos da Morte de Isabel Tudor”, os estudantes construíram uma página da Internet reunindo informação de teor variado sobre a rainha inglesa.

uma componente auto-reflexiva sobre o trabalho produzido. Em Portugal, o conceito de portefólio reflexivo é relativamente recente, sendo aplicado essencialmente a nível da formação de professores. Tal como descreve Carlos Ceia,

Na formação inicial de professores (...) um porta-fólio da prática pedagógica é o resultado visível e objectivo de todo o trabalho educativo de um professor-estagiário. Representa um olhar auto-crítico sobre aquilo que se ensinou, sobre os métodos de ensino utilizados e sobre o processo de avaliação a que o professor-estagiário se sujeitou.<sup>51</sup>

O portefólio reflexivo é um instrumento essencial do ensino colaborativo. Na verdade, a sua adopção proporciona ao aluno a oportunidade de afirmar a sua *personalidade*,<sup>52</sup> no contexto de uma relação com os colegas. Como defendem João Grilo e Constança Machado, “o *portfolio* reflexivo implica que o formando se exponha, num primeiro momento, perante si próprio e, num segundo momento, perante aqueles com quem colabora no seu processo de formação”.<sup>53</sup> Favorecendo a “singularidade e peculiaridade do desenvolvimento de cada qual”, o portefólio reflexivo “coloca o estudante como responsável pelo seu processo de aprendizagem”.<sup>54</sup> Ana Veiga Simão articula estas ideias na definição que nos oferece de portefólio:

Percepcionamos o *Portfolio* como um diálogo do aluno consigo próprio – e já como Vygotsky (1991) tinha caracterizado o discurso interno como fonte de conhecimento e autocontrolo –, como uma forma de organizar o pensamento e a aprendizagem, pois, ao promover a autonomia do aluno na gestão da aprendizagem, permite que ele se torne mais participativo e, portanto, esteja mais motivado, porque o que está a aprender corresponde às suas necessidades.<sup>55</sup>

Simão sublinha ainda a ideia – a meu ver relevante – de que no portefólio se valorizam “todas as etapas, mesmo inacabadas, dos processos de busca e investigação que os estudantes realizam”.<sup>56</sup> Nesse sentido, o portefólio evidencia, “sob a forma de produto final, um certo balanço de aprendizagem (ou de competências) que, por sua vez, se pode constituir como condição de novos tipos de reconhecimentos”.<sup>57</sup>

<sup>51</sup> Ceia, Carlos, “A Construção do Porta-fólio da prática pedagógica: um modelo dinâmico de supervisão e avaliação pedagógica”, (*INAFOP Jornal*, 2001) – disponível em [http://www.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/E\\_porta\\_folio.htm](http://www.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/E_porta_folio.htm) – consultado em 9/11/2005).

<sup>52</sup> Idália Sá-Chaves, (org.), *Os portefólios reflexivos (também) trazem gente dentro: Reflexões em torno do seu uso na humanização dos processos educativos* (Porto: Porto Editora, 2003), 8.

<sup>53</sup> Grilo, João Maria Grilo & Constança Gomes Machado, “*Portfolios* reflexivos na formação inicial de professores de Biologia e Geologia: viagens na terra do Eu”, in *Os portefólios reflexivos (também) trazem gente dentro: Reflexões em torno do seu uso na humanização dos processos educativos*, org. Idália Sá-Chaves (Porto: Porto Editora, 2003), 35.

<sup>54</sup> Jorge Apóstolo, “A metodologia de “Porteflio” no ensino da enfermagem”, in *Os portefólios reflexivos (também) trazem gente dentro: Reflexões em torno do seu uso na humanização dos processos educativos*, org. Idália Sá-Chaves (Porto: Porto Editora, 2003), 151.

<sup>55</sup> Ana Margarida Veiga Simão, “O ‘*Portfolio*’ como instrumento na auto-regulação da aprendizagem: uma experiência no ensino superior pós-graduação”, in *Os portefólios reflexivos (também) trazem gente dentro: Reflexões em torno do seu uso na humanização dos processos educativos*, org. Idália Sá-Chaves (Porto, Porto Editora, 2003), 98.

<sup>56</sup> *Ibidem*, 86.

<sup>57</sup> Idália Sá-Chaves, “Novas Abordagens Metodológicas: Os *Portfolios* no Processo de Desenvolvimento Profissional e Pessoal dos Professores”, in *Investigação em Educação (Métodos e Práticas)*, org. Estrela, Albano & Júlia Ferreira, (Lisboa: Educa, 2001), 182.

No contexto das minhas aulas do Seminário em Estudos Culturais, o portefólio tem vindo a desempenhar uma tripla função. Em primeiro lugar, constitui-se como o repositório do trabalho regular dos estudantes. Com efeito, eu solicito-lhes que, após cada sessão, e em função do interesse que lhes tenha despertado algum dos pontos focados, procedam a investigação sobre o tema e redijam um texto curto. Tendo em conta que o Seminário é composto por quinze sessões, espera-se que, no final, os estudantes tenham contribuído com quinze textos. Trata-se, sem dúvida, de pequenos exercícios de escrita, mas que comportam a vantagem de obrigar os estudantes, de forma regular, à investigação e à articulação de ideias. Como logo desde o início se nota quais são os estudantes que têm dificuldades de escrita, é possível definir estratégias de remediação que poderão ser implementadas nas sessões de Orientação Tutorial.

Em segundo lugar, o portefólio que cada aluno vai construindo, para além de se tornar a base de desenvolvimento do trabalho individual, é também um instrumento essencial para a aprendizagem colaborativa que eu tento implementar nas minhas aulas. Espera-se com efeito que todos os estudantes visitem os portefólios dos colegas e adquiram novos conhecimentos, alargando assim o campo temático abordado nas aulas. A experiência pedagógica que tenho tido com recurso a plataformas de ensino à distância é, neste sentido, muito gratificante, já que os estudantes manifestam frequentemente a sua admiração pelo trabalho introduzido nos portefólios pelos colegas, constituindo mesmo o assunto objecto de discussão no Fórum.

Em terceiro lugar, o portefólio é utilizado para a preparação do trabalho escrito que os estudantes têm de apresentar no âmbito do seminário de Estudos Culturais. Em função do tema acordado com os estudantes nas sessões de Orientação Tutorial, pequenos textos deverão ser introduzidos no portefólio. Este sistema comporta, na minha perspectiva, a vantagem de obrigar os estudantes a planificar com antecedência a investigação que deverá culminar nos trabalhos apresentados, dando-lhes tempo para reflectirem sobre os meus comentários e os dos seus pares.

Num momento como aquele em que vivemos, em que as teorias pedagógicas sublinham a necessidade de respeitarmos a individualidade dos nossos estudantes, o recurso ao portefólio tem vindo a permitir-me a adopção de uma estratégia produtiva. Nas quinze sessões presenciais que compõem a parte lectiva do meu seminário em Estudos Culturais eu falo para todos os estudantes, seguindo o programa previamente estipulado para a disciplina. Contudo, o recurso à plataforma de ensino à distância permite-me o estabelecimento de uma relação personalizada com os estudantes, alicerçada no respeito pelos seus interesses e no diagnóstico das suas necessidades.

A construção de um portefólio reflexivo, no âmbito do meu seminário em Estudos Culturais, poderá ter ainda a utilidade, pelo menos nos anos mais próximos, de habituar os estudantes à ideia da necessidade de construção de um portefólio que reflecta o trabalho desenvolvido ao longo de todo o percurso académico. No estrangeiro, são já muitas as universidades onde a ideia da construção de um portefólio por disciplina, por ano e no final de cada ciclo de estudos se encontra instituída com grande sucesso. Na Dinamarca, no Odense Technical College, por exemplo, os portefólios encontram-se instituídos há nove anos como instrumento essencial de medição de um número de competências que os exames tradicionais não são capazes de aferir: “the ability to learn, [to] be innovative, to be self-motivating, to self-manage etc”.<sup>58</sup> Na Holanda, os estudantes gastam mais de vinte e cinco horas anuais na

---

<sup>58</sup> Lise Agerboek, “Assessing Innovative Competences through Learning Eportfolios”, *EPortfolio 2006: Conference Papers* (Oxford: Eifel, publicação em CD-Rom, 2006), 1.

construção de um portefólio; as instituições de ensino superior investem fortemente nesses portefólios, vendo neles reflectida a qualidade do trabalho desenvolvido.<sup>59</sup> Como explica Marij Veugeleers, o portefólio electrónico permite aos estudantes da “geração Net” estabelecer de forma eficaz o contacto com os futuros empregadores. O portefólio electrónico é ainda visto como um passaporte importante para os estudantes que queiram estudar fora do país.<sup>60</sup> Nos Estados Unidos da América, a aposta nos portefólios é feita a nível institucional, tendo-se tornado mesmo parte da política cultural de algumas universidades. A Universidade do Estado da Florida apresenta-se neste sentido como um caso de sucesso:

The ePortfolio at Florida State University has been in operation for over four years. It was developed through the leadership of the Career Center, and supported by the University president and key administrators in student and academic affairs. It was successfully implemented and integrated within university culture, as evidenced by over 36,000 users since its campus-wide launch.<sup>61</sup>

Na Austrália, a instituição da construção de portefólios no âmbito das disciplinas dos cursos universitários tem décadas, e é um instrumento essencial da pedagogia universitária.<sup>62</sup> Na Universidade de Queensland, a apresentação de um portefólio anual é exigida inclusivamente ao corpo docente:

At the University of Queensland (UQ), it is mandatory for all teaching staff to maintain a portfolio that is submitted annually to their supervisor for the purposes of appraisal and promotion. The University provides a template that staff must conform to, with sections covering teaching, research, and service. Having to present a substantial portfolio each year requires one to remain vigilant in recording and reflecting on one's achievements.<sup>63</sup>

Roslyn Petelin descreve o trabalho que promove, desde há vários anos, com os seus estudantes da Universidade de Queensland:

All of the students submit a paper-based portfolio of workplace documents as part of one of their courses, *Professional Communication*. Documents represented include reports, proposals, manuals, job application packages, web pages, articles for trade magazines, and so on. In another course, *Issues in Contemporary Publishing*, they prepare a book proposal and review recently published books. In another course, they write a literature review and an academic paper; edit academic papers submitted to the scholarly journal that I edit, the *Australian Journal of Communication*; and prepare a personal and professional sheet. The exemplars that they base their style sheet on are

---

<sup>59</sup> G.F.L.M. Rubens, “Portfolio Scene in Dutch Higher Education”, *EPortfolio 2006: Conference Papers* (Oxford: Eifel, publicação em CD-Rom, 2006), 9.

<sup>60</sup> Marij Veugelers, “Portfolio Models and Community Building in Dutch Higher Education, Lessons Learned of NL Portfolio”, *EPortfolio 2006: Conference Papers* (Oxford: Eifel, publicação em CD-Rom, 2006), 1.

<sup>61</sup> Jeff W. Garis, “Implementation of an ePortfolio as a University-wide Program at the Florida State University: Implications for National Models in the US and Internationally”, *EPortfolio 2006: Conference Papers* (Oxford: Eifel, publicação em CD-Rom, 2006), 1.

<sup>62</sup> Elizabeth Hartnell-Young, “Bottom Up Meets Top Down: EPortfolios in Victoria, Australia”, *EPortfolio 2006: Conference Papers* (Oxford: Eifel, publicação em CD-Rom, 2006), 1.

<sup>63</sup> Roslyn Petelin, “An ePortfolio for Writing, Editing & Publishing Students: Compendium for a Career?”, *EPortfolio 2006: Conference Papers* (Oxford: Eifel, publicação em CD-Rom, 2006), 1.

those that I use for the journal and for the catalogue of the Brisbane International Film Festival, which I edit every year with the help of several students and which garners international accolades for the quality of its design and editing. In yet another course, *Writing about the Arts*, they prepare an annotated bibliography, write film, book, and restaurant reviews; and present a column pitch to a magazine or newspaper.<sup>64</sup>

A Universidade do Porto, que nos últimos anos tem apostado fortemente no desenvolvimento das competências tecnológicas dos seus docentes, a par da exploração das novas pedagogias, promoveu uma primeira reunião de sensibilização dos seus docentes para o recurso aos portefólios (Reitoria da Universidade do Porto, 11 de Abril de 2007), a que seguiram várias outras iniciativas que têm sem dúvida vindo a contribuir para a projecção de uma imagem moderna das competências desenvolvidas pelos estudantes desta Universidade.

### 3.3. *As sessões de Orientação Tutorial*

As sessões de Orientação Tutorial são uma novidade decorrente do novo paradigma de ensino-aprendizagem instituído pela assinatura do governo português da *Declaração de Bolonha*. Na Faculdade de Letras da U.Porto, no âmbito dos estudos de 1.º Ciclo, as sessões de Orientação Tutorial foram incluídas, na maior parte dos Cursos, no horário lectivo de cada docente, o mesmo não se passando, contudo, no que respeita aos estudos de 2.º Ciclo.

As sessões de Orientação Tutorial são comuns nos países francófonos e anglófonos há já várias décadas, fazendo parte integrante do modelo universitário. Nos países francófonos, o tutorado tem como finalidade ajudar o aluno a familiarizar-se com o meio académico, auxiliá-lo nas escolhas de disciplinas e dar algum apoio na matéria dada. Nesse modelo, o tutor não é professor do aluno em nenhuma das disciplinas que ele esteja a frequentar.<sup>65</sup> O modelo anglo-saxónico diverge no sentido em que nos níveis mais avançados o tutor propõe aos estudantes actividades de aprofundamento da matéria, frequentemente em seminários próprios, destinados a cimentar competências de investigação e autonomia.

O modelo para as sessões de Orientação Tutorial de 1.º Ciclo instituído na Faculdade de Letras da U.Porto, por recomendação do seu Conselho Científico, aproveita em parte a experiência dos modelos que nos últimos anos têm vigorado no estrangeiro, adequando-os contudo à realidade portuguesa. O plano de acção que tem vindo a ser implementado desde o ano lectivo de 2007-08 na FLUP assenta na ideia de que a turma de cada aula prática deverá ser dividida em vários grupos, cabendo ao docente trabalhar separadamente com cada um desses grupos, em sessões presenciais. Cada grupo deverá encontrar-se com o docente pelo menos uma vez por mês. A distribuição da carga lectiva semanal para cada disciplina dos cursos de 1.º Ciclo passou pois a ser a seguinte: 2 horas de aulas Teóricas; 1 hora de aula Prática; 1 hora de Orientação Tutorial. Embora o Conselho Científico não tenha descrito o tipo de trabalho a desenvolver com os estudantes nas sessões de Orientação Tutorial, é de prever que elas sejam dedicadas à orientação e supervisão de trabalhos de grupo, favorecendo a aprendizagem colaborativa e desenvolvendo nos estudantes competências de investigação bibliográfica, de concepção de intervenções orais curtas nas aulas práticas e de redacção de

---

<sup>64</sup> *Ibidem.*

<sup>65</sup> Mariane Francy, *L'étudiant-apprenant: Grilles de lectures pour l'enseignement universitaire* (Paris: De Boeck & Larcier, 1998), 131-2.

trabalhos escritos. Este tipo de trabalho terá certamente resultados muito positivos quando os estudantes transitarem para o 2.º Ciclo.

Como creio que de momento os estudantes que frequentam os cursos de 2.º Ciclo não têm ainda, na sua maioria, as competências necessárias para a realização de um trabalho autónomo de investigação, creio que as sessões de Orientação Tutorial deverão ter essencialmente três objectivos: 1) exercer uma função de *remediação* de problemas eventualmente detectados; 2) orientar os estudantes nas suas actividades de pesquisa bibliográfica; 3) orientar os estudantes na construção do trabalho escrito a apresentar no final do semestre. No caso do meu Seminário de Mestrado em Estudos Culturais, as sessões presenciais de Orientação Tutorial, num total de 25 horas, são naturalmente complementadas pelo trabalho tutorial *on-line* que vai sendo feito através da plataforma de ensino à distância.

O trabalho de *remediação* feito nas sessões de Orientação Tutorial será sem dúvida importante, e dependerá do diagnóstico feito a partir dos relatórios de leitura apresentados nas aulas e ainda dos textos introduzidos nos portefólios. Regra geral, tento fazer com que as lacunas eventualmente diagnosticadas sejam colmatadas, levando os estudantes a desenvolver competências de leitura e de produção textual. As actividades de pesquisa bibliográfica preenchem a primeira parte das sessões de Orientação Tutorial. Procuro ainda assegurar-me de que os estudantes sabem utilizar com eficácia os recursos electrónicos da Biblioteca da FLUP, sem contudo descurar o sempre necessário contacto com os livros impressos em papel. Certifico-me ainda de que os estudantes estão familiarizados com todas as regras de referência e de citação bibliográficas.

É também nas sessões de Orientação Tutorial que discuto com os estudantes os temas dos trabalhos escritos individuais que têm de apresentar no final do seminário.

#### 4. Prólogo a uma nova era

Na celebração dos cem anos da Universidade do Porto e dos cinquenta anos da sua Faculdade de Letras, sabemos que estamos numa época de viragem. Se, como Rip Van Winkle, tivéssemos dormido durante vinte anos e acordado neste ano de 2011, dificilmente reconheceríamos a nossa instituição: o funcionamento dos órgãos dirigentes mudou; mudaram os cursos; mudaram os alunos, que agora ganharam, de pleno direito, o título de *estudantes* – só falta que mudemos também nós, docentes. E para que isso aconteça não podemos fechar-nos na redoma das nossas aulas, devendo ter a coragem de reconhecer que se queremos acompanhar a mudança, não bastará sabermos utilizar um computador, fazer uma apresentação em Power Point ou introduzir os sumários no sistema SIGARRA. A transformação terá de ser bem mais profunda do que isso.

A minha principal área de investigação, desde há vinte e cinco anos, é a dos Estudos sobre a Utopia. Talvez o meu objecto de estudo influencie a minha leitura do momento que atravessamos; sei que ele é de crise, mas, como disse Paul Ricoeur – um dos grandes teorizadores do pensamento utópico –, as épocas de crise parecem ser particularmente propícias a utopias.<sup>66</sup> Confio no poder transformador da pedagogia utópica e vejo-o espelhado em muitas das iniciativas da Faculdade de Letras e da Universidade do Porto, nomeadamente as que nos proporcionam formação que nos obriga a reflectir sobre o nosso papel enquanto docentes e investigadores. Julgo que, aos poucos, mesmo sem nos termos

---

<sup>66</sup> Cf. Paul Ricoeur, *Lectures on Ideology and Utopia* (ed. George H. Taylor, New York: Columbia University Press, 1986), 295-300.

dado conta, apreendemos já um conjunto considerável de novas ideias pedagógicas, que fomos incorporando na nossa prática docente. Se muitas vezes mostramos resistência a novas ideias, é porque vemos o mundo, tal como o conhecemos, a desmoronar-se. A boa notícia – e isso foi algo que aprendi com a literatura utópica – é que o fim da antiga era marca também o início de uma nova. Agrada-me a ideia de que as reflexões que faço neste artigo, bem como as experiências pedagógicas que nele descrevo, possam ser tomadas como um *Prólogo* a essa nova era.

Ana Lúcia Cunha Fernandes<sup>1</sup>

## Movimento estudantil no Rio de Janeiro nos Anos 60: educação, política e cultura na Faculdade Nacional de Filosofia<sup>2</sup>

R E S U M O

*O artigo aborda o movimento estudantil na cidade do Rio de Janeiro nos anos 60 a partir da actuação dos estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia, da antiga Universidade do Brasil (actual Universidade Federal do Rio de Janeiro).*

*Criada em 1939 como modelo padrão do projecto universitário do Estado Novo brasileiro, acabou por ser responsável pela formação de numerosos cientistas e professores progressistas e um expressivo foco da contestação estudantil no período estudado. Num arco temporal que vai do final dos anos 50 até o ano de 1968, o texto apresenta as actividades dos estudantes no interior da instituição, bem como suas acções políticas e culturais no contexto local, buscando explicitar duas teses: de como a actuação dos estudantes (de)marcou o perfil da instituição e de como a actuação dos estudantes foi marcada pela valorização da cultura como terreno privilegiado de acção.*

*PALAVRAS-CHAVE: movimento estudantil; ensino superior; Faculdade Nacional de Filosofia; Universidade do Brasil.*

A B S T R A C T

*The article discusses the student movement in the city of Rio de Janeiro in the 60s and its performance in the Faculdade Nacional de Filosofia (National Faculty of Philosophy), of the former University of Brazil (now Federal University of Rio de Janeiro). Built in 1939 as a model of the university project of the Estado Novo in Brazil, the Faculdade Nacional de Filosofia was responsible for the formation of numerous scientists and progressive teachers and a significant focus of student protest in the period studied. In a time period from the late '50s until the year 1968, the text presents the activities of students within the institution and its political and cultural activities in the local context, and intends to expose two theses: how the performance of the students marked the profile of the institution and how the performance of the students was marked by the appreciation of culture as a privileged terrain of action.*

### Introdução

A cidade do Rio de Janeiro não constituiu excepção à vaga de contestação estudantil que “varreu” algumas cidades do mundo ocidental nos agitados anos 60 do século XX e particularmente uma instituição, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNF<sup>3</sup>), da antiga Universidade do Brasil (actual Universidade Federal do Rio de Janeiro), representou um dos principais pontos de referência do movimento estudantil naquela cidade no período em tela. Este texto se propõe a apresentar alguns aspectos desse movimento a partir da actuação específica dos estudantes da FNF. Como se procurará mostrar, na acção dos estudantes estiveram presentes

---

<sup>1</sup> Investigadora Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

<sup>2</sup> Este artigo é um extracto da dissertação de mestrado *A representação e a participação estudantil na Faculdade Nacional de Filosofia na década de 60*, defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1996.

<sup>3</sup> O termo “FNF” (éfe-ene-fi) não corresponde à sigla formal da instituição, mas sim ao acrónimo pelo qual era tratada pelos estudantes e que, tendo se disseminado, passou a designá-la.

duas dimensões: uma internacional, com a partilha de alguns dos referentes do movimento que marcaria o mundo universitário (e não só) e que ficaria conhecido como o *Maio de 68*, e outra nacional e também local, formada pelas questões sócio-históricas específicas do espaço-tempo do Brasil e do Rio de Janeiro dos anos 60.

Sobre a FNFi, importa referir que, criada em 1939, em pleno período político autoritário, acabou por se tornar uma instituição *sui generis*: responsável pela formação de numerosos cientistas e professores progressistas e um expressivo foco da contestação estudantil no período aqui referido, a despeito de sua vocação de modelo padrão do projecto universitário do Estado Novo brasileiro.

Este trabalho privilegia um eixo temporal em que se destacam três momentos: o final dos anos 50 e os primeiros anos da década de 60, os anos entre 1964 e 1967 e o ano de 1968. Procura igualmente explicitar duas teses relativas ao eixo temporal mencionado: a primeira, *de como a actuação dos estudantes (de)marcou o perfil da instituição* e a segunda, *de como a actuação dos estudantes foi marcada pela valorização da cultura como terreno privilegiado de acção*.

Dizer que *a actuação dos estudantes (de)marcou o perfil da instituição* significa afirmar que a projecção da instituição no cenário político-cultural da cidade do Rio de Janeiro deveu-se sobretudo às iniciativas dos estudantes que imprimiram uma marca profunda de actuação. Para consubstanciar essa tese, serão vistos alguns aspectos das lutas dos estudantes nos três momentos assinalados. Contudo, para melhor se compreender a dimensão da actuação dos estudantes, importa perceber a FNFi no seu contexto de criação, como parte de um projecto universitário maior, em consonância com o projecto político dos grupos que assumiram o poder com a Revolução de 1930<sup>4</sup>.

## A Faculdade Nacional de Filosofia

*Antecedentes.* No contexto político imediatamente posterior a 1930, dada a natureza das transformações pelas quais passava a sociedade brasileira e dos conflitos entre os seus diversos sectores e grupos sociais, são intensos os movimentos de mobilização em torno de medidas representativas dos grupos em disputa<sup>5</sup>. Tal embate propiciou o desenvolvimento de dois projectos educacionais opostos. Um, autoritário, prevalecente na esfera do poder central e com iniciativas de organização do ensino com vista à centralização, no qual a FNFi tem papel de destaque, e outro, o dos liberais, predominante no Estado de São Paulo e no Distrito Federal<sup>6</sup>, que, entre outras iniciativas, promoveu a criação da Universidade de São Paulo (USP)<sup>7</sup>, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Esta última,

---

<sup>4</sup> Movimento armado que por meio de um golpe de estado desencadeado em Outubro de 1930 depôs o presidente da república Washington Luís e impediu a posse do novo presidente eleito, Júlio Prestes. Getúlio Vargas assumiu a chefia do *Governo Provisório* em Novembro de 1930, pondo fim ao período conhecido como República Velha ou Primeira República (1889-1930). Sobre o tema, ver, entre outros, Boris Fausto, *A Revolução de 1930: historiografia e história* (12<sup>a</sup> ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994).

<sup>5</sup> Sobre essa disputa, ver Luiz Antonio Cunha, *A universidade temporã* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980) e Carlos Jamil Cury, *Ideologia e educação brasileira, católicos e liberais* (São Paulo: Cortez, 1984).

<sup>6</sup> O Distrito Federal é uma das unidades federativas do Brasil, onde se localiza a capital federal, Brasília, fundada em 21 de abril de 1960. Antes desse ano, o Distrito Federal situava-se na cidade do Rio de Janeiro, sede da capital federal depois da cidade de Salvador, sede da administração colonial até 1763.

<sup>7</sup> Sobre a criação da USP, ver Fernando de Azevedo, *A educação entre dois mundos – problemas, perspectivas e orientações* (1<sup>o</sup> vol, São Paulo: Melhoramentos, 1958).

em virtude de significar uma experiência inovadora e democrática e por ter sido Anísio Teixeira, seu criador, alvo de constantes perseguições por parte de seus opositores, foi extinta em Janeiro de 1939<sup>8</sup>, sendo seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil, e em especial para a FNFi, cuja organização viria a ser definida em Abril do mesmo ano.

*Projecto governamental e educação superior.* O Governo Provisório que assumiu o poder central logo após a Revolução de 1930 procurou estruturar e organizar o sector administrativo, criando, para tanto, conselhos, departamentos, instituições e ministérios. É dessa época a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), ainda em 1930, por exemplo. O novo ordenamento no plano administrativo apontava para uma crescente centralização do processo decisório, que teria sua expressão máxima no período do Estado Novo (1937-1945).

Durante o período que vai de 1930 até o início do Estado Novo, observa-se uma crescente preocupação dos sectores que assumiram o poder em homogeneizar as iniciativas educacionais e em criar normas para orientar os rumos da educação segundo seus interesses, ainda em fase de consolidação política. Para tal, adoptam-se medidas como: a introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas; a reforma do ensino secundário e comercial; a criação do Conselho Nacional de Educação e a reforma do ensino superior com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras e a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro.

A FNFi tem origem no Projecto de Reforma do Ensino Superior do ministro Francisco Campos<sup>9</sup>, no qual é proposta a criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Segundo ele, caberia àquela instituição imprimir, ao conjunto de Institutos reunidos em Universidade,

o carácter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores de cultura, que à Universidade conferem o carácter e atributo que a definem e individualizam<sup>10</sup>.

Importa ressaltar o sentido do carácter especial e misto: com funções culturais e papel utilitário e prático. Esse carácter seria resultado directo da observação do estado de cultura da sociedade e dos defeitos e vícios do ensino. O papel utilitário e prático seria dado pela “ação imediata sobre o nosso estado de cultura” e sobre os pontos deficientes do ensino superior e secundário relativos à formação de professores. Na concepção de Campos, a nova instituição, além de ser um “órgão de alta cultura”, de “ciência pura e desinteressada”, deveria ser também, no mais alto grau, um Instituto de Educação. Há de se notar no projecto daquele ministro o papel relevante atribuído à formação de professores, principalmente para o ensino normal e secundário, no desenvolvimento da cultura nacional. Segundo ele, um dos

---

<sup>8</sup> Sobre a vida e a extinção dessa instituição, ver Antonio Paim, *A UDF e a idéia de universidade* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981).

<sup>9</sup> O Projecto, sancionado em 11 de Abril de 1931, é dividido em três partes: uma que cria o Conselho Nacional de Educação e define suas atribuições (Decreto n° 19.850), outra relativa à organização das universidades brasileiras, que vem a ser justamente o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto n° 19.851), e a terceira referente à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto n° 19.852), que havia sido criada em 1920.

<sup>10</sup> Francisco Campos, Exposição de motivos. Reforma do ensino superior. *Diário Oficial da União*, 15 de Abril de 1931.

defeitos do ensino no Brasil de então era o autodidactismo dos professores, daí a necessidade, então premente, de dotar o ensino de uma instituição que suprisse o corpo docente (principalmente o do ensino secundário) de uma “orientação didáctica segura e com sólidos fundamentos em uma tradição de cultura, particularmente no que se refere às ciências básicas e fundamentais”<sup>11</sup>. Todavia, o projecto de criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras não chegou a ser concretizado de imediato no plano federal. Assim, a formação de professores secundários continuou a existir, sem que houvesse uma instituição específica no plano federal para empreendê-la, até 1939, quando alguns desses ideais foram concretizados através da criação da FNFi.

*A institucionalização da FNFi.* Em 1934, Gustavo Capanema assume o Ministério de Educação e Saúde Pública e dá continuidade às directrizes do projecto educacional do Governo Central, iniciado pelo ministro anterior. Campos e Capanema estiveram entre os principais ideólogos da política educacional do Governo de Getúlio Vargas e sob a gestão desses ministros o Estado atribuiu-se o papel de tutor da Nação, visando sanar os desvios da sociedade, atribuindo à educação a função de modelar consciências, estando ela de acordo, claro está, com os interesses nacionais preconizados pelo grupo que estava no poder<sup>12</sup>.

Em 1935, ao elaborar o Plano de Reorganização do Ministério de Educação e Saúde Pública, Capanema apresenta, na exposição de motivos que o acompanha, as linhas gerais do que, no seu entender, deveria ser a universidade, demonstrando o grande papel que ele atribuía ao projecto universitário, com certeza o mais ambicioso segmento de seu projecto educacional, cuja função seria decisiva para a formação de uma elite intelectual no Brasil. Para ele, só com verdadeiras elites se resolveria, não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de civilização. Para tanto, a universidade deveria ser um activo centro de pesquisas, o que teoricamente a faria proporcionar a seus frequentadores uma formação universal do mais alto nível. Por outro lado, essa mesma universidade deveria se constituir em um instrumento do ideário Estado-novista, a fim de formar uma elite com base nas tradições e princípios nacionalistas.

O núcleo desse projecto grandioso deveria ser a Universidade do Brasil (assim denominada por ele no Plano de Reorganização do MESP), na verdade uma continuação da Universidade do Rio de Janeiro. Esta Universidade, instituída em 1920 apenas como uma reunião das então escolas superiores da cidade, passaria por uma reestruturação em 1931, com a Reforma Campos, que procurou dar-lhe um carácter integrado através do projecto de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que entretanto não chegou a se concretizar.

A Universidade do Rio de Janeiro passaria por uma nova reestruturação em 1937, através da Lei nº 452, de 5 de Julho, denominando-se, então, Universidade do Brasil. A nova universidade teria como um de seus principais objectivos implantar em todo o país um padrão nacional e único de ensino superior. De acordo com essa Lei, processa-se a instalação da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, cuja organização definitiva se dá pelo Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de Abril de 1939, quando passa a ser denominada Faculdade Nacional de Filosofia.

---

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Sobre a trajectória de Gustavo Capanema e seu papel na consolidação do projecto educacional do Estado Novo, consultar Simon Schwartzman et al., *Tempos de Capanema* (Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da USP, 1984).

Na exposição de motivos, datada de 27 de Março de 1939, Capanema insiste em ser a organização daquela instituição “um dos mais seguros e decisivos passos, tentados em nosso país, para o fim de dar à educação e à cultura nacionais solidez e elevação”<sup>13</sup>. Aponta ainda o benefício do novo centro intelectual para o ensino secundário como instituição federal padrão destinada à preparação do magistério desse nível de ensino, salientando que a partir de 1943 não mais poderia ser admitido como professor secundário aquele que não tivesse passado pela FNFfi ou por outro estabelecimento congênera reconhecido, assinalando que isso concorreria para a melhoria do ensino primário. Enfatiza também que a FNFfi poderia contribuir de maneira decisiva para aumentar e aprofundar a cultura nacional no terreno filosófico, científico e literário. E termina afirmando que a Faculdade, “dentro da Universidade do Brasil, um grande centro de estudos, processados com disciplina e vigor, em todos os domínios da cultura intelectual pura, há-de ser, pelos tempos afora, a grande força de animação, de enriquecimento e de orientação de nossos trabalhadores intelectuais”<sup>14</sup>.

Assim, a FNFfi, ao ser criada, tem como finalidades: preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas actividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal e realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, constituidores de objecto do seu ensino. Sua organização compreendia quatro secções fundamentais: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, mantendo onze cursos estruturados em três séries mais uma – um curso especial de didáctica. Os cursos oferecidos eram: matemática, física, química, história natural, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglo-germânicas, filosofia e pedagogia<sup>15</sup>.

O período de 1939 a 1945 se caracteriza pela preocupação em consolidar a implantação da Faculdade. Em 1942 instalam-se os laboratórios de química, biologia, física e os museus especializados de mineralogia, zoologia e antropologia. Gradativamente introduzem-se diversas práticas requeridas pelo trabalho científico: na secção de ciências, a pesquisa de campo e o trabalho de laboratório passam a ser componentes obrigatórios; no curso de história natural, são implantadas linhas de investigação em biologia, zoologia e botânica<sup>16</sup>.

### O movimento estudantil nos anos 60: educação, política e cultura na FNFfi

A actuação dos estudantes, denominada genericamente de movimento estudantil, na cena educacional e política brasileira já despertou merecida atenção de historiadores, intelectuais e investigadores<sup>17</sup>. Alguns dos trabalhos produzidos evidenciam a associação entre a actuação dos estudantes na primeira metade da década de 60 e o contexto de profundas

<sup>13</sup> Gustavo Capanema, Exposição de motivos. *Decreto-Lei no 1.190*, 27 de Março de 1939.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> Régis Bittencourt, “Breve histórico da Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Filosofia” in *Digesto da Faculdade Nacional de Filosofia* (Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1955).

<sup>16</sup> Para uma visão mais aprofundada sobre a FNFfi, consultar as publicações do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade – PROEDES- FE/UFRJ, especialmente, Maria de Lourdes Fávero et al., *Série Faculdade Nacional de Filosofia* (4 vol, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/INEP, 1989).

<sup>17</sup> Ver especialmente: Artur José Poerner, *O poder jovem* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968); História da UNE (vol I) (São Paulo: Editorial Livramento, 1980); José Luís Sanfelice, *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64* (São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986); João Roberto Martins Filho, *Movimento estudantil e ditadura militar* (Campinas: Papyrus, 1987); Daniel Aarão Reis Filho, *1968: a paixão de uma utopia* (Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988) e Zuenir Ventura, *1968: o ano que não terminou* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988), entre outros.

discussões sobre as Reformas de Base que marcaram o período do governo de João Goulart (1961-1964), cujas raízes podem ser encontradas já no final dos anos 50, em que estavam em evidência grandes questões nacionais, num movimento de agitação cultural, de participação democrática e de debate sobre temas cruciais para a vida nacional. Os estudantes se juntavam às discussões empreendidas por outros sectores da sociedade em torno das reformas estruturais da sociedade: Reforma Agrária, Reforma do Sistema Eleitoral, Reforma Urbana, Reforma Universitária etc.

Na segunda metade dos anos 50 e início da década de 60, o país passava por um momento decisivo: o desígnio de um Brasil fortalecido e que avançava a passos largos em direcção ao estágio das nações mais desenvolvidas ganhava cariz de realidade, por exemplo, no projecto de construção de Brasília (inaugurada em 1961), na implantação da indústria automobilística e no arrojado dos planos governamentais, que fariam o país caminhar cinquenta anos em cinco, como afirmava o *slogan* do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

No campo da cultura, havia uma significativa produção vinculada à problemática do desenvolvimento e do nacionalismo. Em 1955, por exemplo, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) reunia intelectuais empenhados na interpretação do Brasil e na formação de uma consciência nacional capaz de empreender o amadurecimento económico, social e político do país. Na música popular, assistia-se ao surgimento da Bossa Nova e, na área teatral, novas experiências surgiam, como o Teatro de Arena e o Oficina, que, ao longo da década de 60, desempenhariam um papel crítico e renovador. Passava-se, em suma, por um momento estimulante e propício à articulação de uma produção cultural brasileira, capaz de responder em suas diversas áreas ao projecto nacional de desenvolvimento.

Tal ambiente de efervescência sócio-político-cultural também encontrava eco na Faculdade Nacional de Filosofia. Apontada por ex-professores e ex-alunos como uma “mini-universidade” devido ao facto de reunir diferentes cursos e isto proporcionar uma convivência enriquecedora, a FNFi é vista também, na história da educação superior brasileira, como uma das principais instituições de ensino responsáveis pela formação intelectual de inúmeros cientistas e professores durante quase três décadas (1939-1968) e como um espaço de produção de conhecimento e de cultura. Significou uma experiência singular, pois, a despeito da sua vocação como instituição padrão autoritária presente no seu projecto de criação, acabou por dar ensejo a iniciativas democráticas e de envolvimento político ao longo da sua existência. Para essa trajectória terá contribuído o facto de alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros nela terem actuado, professores das mais diversas áreas tais como Maria Yedda Linhares e Eulália Lobo (História), Josué de Castro (Geografia), Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, (Matemática), Athos da Silveira Ramos (Química), António Lagden Cavalcanti (História Natural) e José Leite Lopes, Joaquim Costa Ribeiro e Cesar Lattes (Física), entre outros.

Todavia, o que se quer destacar (e retomando a primeira das teses apresentadas) é que a importância da Faculdade deveu-se também em grande medida à actuação de seus estudantes como força política presente na trajectória da instituição. O carácter de acção política no interior da FNFi e mesmo fora dela deveu-se nomeadamente às iniciativas dos estudantes que imprimiram uma marca profunda de actuação político-cultural constante e sistemática durante o final dos anos 50 e início dos anos 60, a despeito da legislação que limitava as funções do Directório Académico (DA), órgão formal de representação dos estudantes no âmbito da FNFi, a iniciativas meramente burocráticas e assistenciais e apesar das diversas tentativas por parte da direcção da instituição em impedir as acções do Directório.

As considerações aqui apresentadas têm como base de sustentação a análise da documentação referente ao Directório Académico da FNFi e as informações recolhidas nas entrevistas realizadas com ex-alunos da instituição. O trabalho de investigação incidiu sobre a documentação que se encontra no Arquivo da Faculdade Nacional de Filosofia, localizado no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FE/UFRJ). Foram analisados cerca de quatro mil documentos, tais como: Actas da Congregação e do Conselho Departamental, de 1958 a 1968, bem como ofícios e portarias da FNFi; relatórios e ofícios do Directório Académico, jornais produzidos pelos alunos, material de campanhas eleitorais para a direcção do Directório, manifestos, panfletos, boletins etc. As entrevistas contemplaram ex-alunos que estiveram à frente da direcção do Directório Académico ou que tiveram uma actuação significativa no movimento estudantil em diferentes momentos entre os anos de 1959 e 1968<sup>18</sup>.

*Educação e política.* Relativamente às discussões ideológicas, alguns dos entrevistados mencionaram que o movimento estudantil na FNFi vivia, na passagem da década de 50 para a de 60, uma certa polarização das posições políticas, à semelhança do que ocorria na conjuntura nacional, em que “A sociedade tendia a se polarizar entre os que se colocavam a favor do objetivo revolucionário empenhando-se em tornar realidade a tendência em curso e aqueles que se colocavam contra, procurando preservar a ordem vigente e se utilizando de todos os recursos disponíveis para frustrar os intentos transformadores”<sup>19</sup>.

Alberto Passos Guimarães Filho destaca que a esquerda que actuava no movimento estudantil, embora ainda carregada de sectarismos e intolerâncias com relação a outros grupos, tinha uma preocupação em ampliar as forças que poderiam compor alianças no sentido de transformar a universidade e a sociedade. Do outro lado do espectro político estavam os estudantes da Juventude Universitária Católica (JUC) que, naquela época, eram os adversários usuais da esquerda estudantil. Também Lauro Tinoco mencionou uma polarização política entre os estudantes do Partido Comunista (PCB) e os outros, não comunistas, cuja força era representada pela JUC<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> **Alberto Passos Guimarães Filho:** aluno do Curso de Física entre 1959 e 1962, permaneceu na FNFi como professor algum tempo depois. **Lauro Tinoco:** cursou Letras Neo-Latinas entre 1960 e 1963, tendo participado, como Director de Assistência, da gestão do Directório de 1960/61, cujo presidente era José Augusto Guilhon Albuquerque. Depois, na gestão de 1961/62, foi primeiro-vice da gestão encabeçada por Carlos Costa Ribeiro. **Maisa dos Reis Quaresma:** cursou História entre 1960 e 1964. Participou da gestão de 1960/61, coordenando eventos e actividades promovidos pelo Directório. **Jair Rosa Duarte:** entrou para o Curso de História Natural em 1961. **Aluizio Trinta:** ingressou na FNFi em 1962, formando-se em 1965 em Português e Literatura Portuguesa. **Rachel Teixeira Valença:** passou a frequentar a Faculdade a partir de 1962, como aluna do Curso Pré-vestibular e cursou Português-Literatura em 1963/64, quando foi expulsa, juntamente com outros 15 alunos. Fez parte da gestão de 1963/64, cujo presidente era Sérgio Campos, como secretária geral. **Helena Ibiapina:** cursou Pedagogia nos anos de 1967 e 1968.

<sup>19</sup> Dermeval Saviani, “Prefácio” in Álvaro Vieira Pinto, *A questão da universidade* (2ª ed., São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986).

<sup>20</sup> Importa referir que o contexto aqui mencionado caracterizava-se por uma acentuada turbulência política e por grandes embates político-ideológicos que opunham não apenas sectores conservadores e progressistas, mas que também provocavam rupturas no interior dos sectores mais à esquerda do espectro político de então, ocasionando a existência de diversas forças políticas. Não foi objectivo deste estudo analisar profunda e exaustivamente as forças políticas que actuaram junto ao Directório Académico, assim como não pareceu pertinente expor uma análise pormenorizada dos embates no seio das organizações de esquerda que promoveram as iniciativas de educação e cultura mencionadas no item apresentado a seguir.

No âmbito específico da Faculdade, havia iniciativas como a publicação de uma Revista, no Departamento de História, mantida pelo esforço dos estudantes, tribuna aberta para intelectuais e investigadores de várias correntes, bem como a realização de palestras, conferências, ciclos de debates sobre questões relevantes da conjuntura, além de actividades nos diversos ramos da cultura. O Directório Académico também era responsável pelo curso pré-vestibular, no qual leccionavam os próprios estudantes do 3º ou 4º ano, seleccionados entre os melhores alunos. As apostilas (sebentas) também eram produzidas pelo DA e distribuídas gratuitamente. O Directório era igualmente responsável pelo restaurante e mantinha uma livraria, que vendia os livros pedidos nas disciplinas a preços mais baixos e de forma parcelada.

Também foi mencionado pelos entrevistados que, ao lado de bandeiras de luta eminentemente educacionais como melhores condições de trabalho e estudo para professores e alunos, criação de laboratórios e regime de tempo integral para os professores e a extinção das cátedras vitalícias, havia posicionamentos em torno de questões políticas, sobre as quais os estudantes exerciam uma acção relevante, pois o movimento estudantil tinha uma forte presença física no centro da cidade do Rio de Janeiro, o que lhe conferia uma grande visibilidade.

Em 1961, por exemplo, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, de acordo com o relato de Lauro Tinoco, os estudantes tiveram papel destacado na luta pela posse do vice-presidente João Goulart, distribuindo panfletos que criticavam a Junta Militar, fazendo comícios-relâmpagos, etc. Durante esse episódio a Nacional de Filosofia foi interdita e cercada por tropas da Polícia Militar e da Aeronáutica. Apesar disso, o Departamento de Imprensa do Directório Académico continuou a funcionar, onde alguns estudantes, por cerca de quatro dias, imprimiram material de apoio à Constituição e posse do vice, material que saía pela porta dos fundos e era distribuído em pontos estratégicos de grande concentração popular, como a estação de comboios Central do Brasil, a Avenida Presidente Vargas, entre outros.

Durante o ano de 1963, o Directório foi procurado por múltiplas razões: desde realizar palestras e ciclos de debates até intervir em problemas como o desalojamento de moradores oriundos das então denominadas favelas, pela Secretaria de Habitação do governo de Carlos Lacerda, demonstrando a ligação do DA da FNFi com os movimentos populares.

Contudo, a actuação de cariz mais político sofria limitações por parte da Direcção da Faculdade. Um episódio ocorrido em fins de 1963, narrado por Raquel Valença, e que ocasionou trágicas consequências no ano seguinte, ilustra essa dimensão. O Centro de Estudos Filosóficos (CEF) havia programado um ciclo de palestras e o Director vetara vários conferencistas. A discussão deu-se, então, em termos de até que ponto o Director podia proibir algo programado pelos estudantes. A directoria do CEF resolveu realizar o ciclo mesmo com a proibição do Director. Isto causou a dez estudantes uma suspensão por trinta dias na época das provas finais. E foi exactamente essa lista de suspensos que mais adiante foi ressuscitada e usada para provocar a expulsão de alunos da Faculdade em 1964. A alegação era que aqueles alunos haviam sido suspensos e por isso eram subversivos, ocasionando o afastamento inclusive de pessoas que não tinham grande participação, mas que eram da directoria do Centro de Estudos. A expulsão de alunos em 1964 ocorreu em dois momentos: a primeira lista afastou parte da vanguarda do movimento estudantil da FNFi e a segunda atingiu as pessoas que eram da lista da suspensão.

Tal episódio pôde ser melhor entendido ao confrontar a descrição dos entrevistados com os documentos da FNFi. Nesse sentido, especialmente dois documentos, além de registos

encontrados sobre o assunto nas Actas da Congregação, vieram enriquecer, com detalhes, o episódio. São eles: a Portaria 71, de 17 de Outubro de 1963, em que o Director determina o afastamento temporário de quinze alunos, enumerando as razões de seu acto e a *Carta dos 15 da FNFi aos estudantes*, de 22 de Outubro, na qual os envolvidos protestam contra a determinação do Director e expõem suas reais motivações: repressão à luta dos estudantes pela participação dos alunos e professores não catedráticos no encaminhamento das eleições para a nova direcção da Faculdade.

Por outro lado (e aqui retoma-se a segunda das teses apresentadas), a actuação dos estudantes era marcada pela valorização da cultura como terreno privilegiado de acção, levando a um incremento das actividades científicas e académicas de iniciativa dos alunos no interior da Faculdade e também a um grande envolvimento nas actividades político-culturais no âmbito da sociedade. Essa experiência democrática foi muito influenciada por pensadores e filósofos preocupados com a cultura e com a liberdade do indivíduo. Entre os estudantes, lia-se muito Lukács e Sartre, por exemplo. Havia uma preocupação com a transformação social, e também, com uma actuação no interior da cultura, como o envolvimento em entidades preocupadas com a promoção da cultura e da educação populares, aspectos vistos a seguir.

***Cultura e Educação Popular.*** Em meio à efervescência político-cultural dos primeiros anos da década de 60, foram criadas diversas organizações que trabalharam com a promoção da cultura e da educação populares, bem como com a alfabetização e a consciencialização da população sobre a realidade dos problemas nacionais. Os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de Educação de Base (MEB) foram os grandes protagonistas das acções de várias tendências e grupos de esquerda preocupados com a problemática cultural das classes menos favorecidas.

A mobilização, nos anos 60, em torno da promoção da cultura popular prendia-se às preocupações de algumas camadas sociais em promover a emergência das massas na participação política do país. Grupos de diversos matizes políticos como aqueles que se reivindicavam como marxistas, ou da esquerda cristã, social-democratas e até liberais progressistas davam vida a essas várias entidades que, imbuídas de um certo pendor nacionalista, procuravam resgatar a cultura *do povo*. Além disso, a frustração gerada nos grupos de esquerda e principalmente no movimento estudantil com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (que fortalecia a iniciativa particular), em 1961, abalou as forças progressistas mais directamente ligadas à educação. Os estudantes universitários lançavam-se nas campanhas de educação popular, desencantados com as reduzidas possibilidades, decorrentes da nova Lei, da escola pública desempenhar um papel progressista na resolução dos problemas nacionais.

Os Centros Populares de Cultura (CPCs) nasciam em 1961, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), e funcionavam com o intuito de levar teatro, cinema, artes e literatura ao povo, sendo que alguns deles também se dedicaram à alfabetização. Como os CPCs, os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) também se multiplicaram por todo o país. Tanto uns quanto os outros receberam influência da esquerda cristã, contudo, somente o Movimento de Educação de Base (MEB) esteve ligado directamente à Igreja. Vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e mantido pelo governo federal, o MEB iniciou seus trabalhos de alfabetização em 1961 e deveria se dedicar a alfabetizar as populações da Zona Rural. À medida que o pensamento social-cristão se reformulou, o MEB redefiniu sua linha de actuação e tornou-se, junto com os CPCs e os MCPs, um amplo movimento que visava a transformação das mentalidades em busca de mudanças.

Instituído em Janeiro de 1964, o Programa Nacional de Alfabetização, que previa o desenvolvimento de suas actividades mediante a adopção do método Paulo Freire de alfabetização de adultos, inscrevia-se na mesma linha de preocupações, ou seja, o fortalecimento do Governo através da promoção das denominadas Reformas de Base – entendidas, à época, como indispensáveis à incorporação não revolucionária das massas à nação. A afirmação da necessidade de reformas se estenderia também a outros sectores, como o sistema eleitoral, a organização urbana, o ensino universitário e a educação comum. Ao mesmo tempo em que davam forma aos objectivos da acção do Governo Federal, as reformas estruturais apareciam também como meio de mobilização do apoio indispensável à sua própria realização e, principalmente, como instrumento de incorporação de novos contingentes populares às bases de sustentação política dos grupos que se propunham a realizá-las. O apelo aos estudantes, aos operários, aos empresários, aos intelectuais, através de suas organizações, era frequentemente reiterado nesse momento.

Entretanto, dois anos antes da criação do PNA, a Comissão de Alfabetização da UNE analisava as perspectivas de actuação que se delineavam e definia a Campanha de Alfabetização de Adultos da entidade como “um elo a mais na luta popular, pois daria ao estudante um contacto directo e aprofundado com a realidade brasileira e com ela se enrijeceriam os laços da aliança operário-estudantil-camponesa. À luta contra o subdesenvolvimento, a miséria, a fome, pelas Reformas de Base, que a UNE tomou a si, juntava-se então a humana e política tarefa de restituir ao povo um pouco do privilégio que gozavam os estudantes, a fim de que o povo melhor pudesse lutar contra todos os privilégios”<sup>21</sup>.

No início da década de 60, o Centro Popular de Cultura da UNE tinha um núcleo muito activo na FNF. Contudo, antecedendo a criação do CPC, já existia uma valorização de formas de cultura especificamente brasileiras.

O Directório Académico, sob a gestão de Enylton Sá Rego (1962/63), realizou um ciclo de palestras sobre música popular com Vinícius de Moraes e sambistas como Zé Kétti e Cartola, entre outros. Estes últimos eram artistas que ainda não eram muito conhecidos, mas que depois viriam a ter enorme reconhecimento. Cartola, por exemplo, naquela época, lavador de carros nas ruas de Ipanema, era um compositor que não vivia da actividade musical e mais tarde viria a ser reconhecido como um dos mais importantes sambistas cariocas. Nos anos 50, a classe média tinha descoberto o samba por meio da Bossa Nova. No período entre fins dos anos 50 e início da década de 60 essa descoberta se expandiu e vários autores que antes estavam restritos ao morro (às favelas) foram descobertos e dados a conhecer.

**O Cinema Novo.** Na passagem dos anos 50 para os 60 também o cinema encontraria um ambiente favorável ao seu florescimento. Nesse período podem ser encontrados os primeiros sinais do movimento que viria a ser conhecido como Cinema Novo, em que o interesse pelo cinema crescia entre os sectores da juventude. Os impasses enfrentados pela iniciante produção cinematográfica eram objecto de vivas discussões atentas às experiências do cinema de autor realizadas na Europa e animadas pelo desejo de se organizar um cinema capaz de se inscrever no processo cultural brasileiro. Nas palavras de Glauber Rocha:

Em 1957-58, eu, Miguel Borges, Cacá Diegues, David Neves, Mário Carneiro, Paulo Saraceni, Leon Hirszman, Marcos Farias e Joaquim Pedro (todos mal saídos da casa dos 20) nos reuníamos em bares de Copacabana e do bairro do Catete para discutir os problemas do cinema brasileiro. Havia uma revolução no teatro, o concretismo

---

<sup>21</sup> Celso Beisiegel, *Estado e educação popular* (São Paulo: Pioneira, 1974).

agitava a literatura e as artes plásticas, em arquitectura a cidade de Brasília evidenciava que a inteligência do país não encalhara. E o cinema?(...) O que queríamos? Tudo era confuso. Quando Miguel Borges fez um manifesto, disse que nós queríamos cinema-cinema. Paulo respondeu que aquilo era como a história do menino que pediu ao pai uma bola-bola e o pai ficou sem saber o que era. Deu em briga e o movimento do cinema-cinema entrou pelo cano com muito romantismo.<sup>22</sup>

Em 1961, *Couro de gato*, de Joaquim Pedro, reunia-se a *Um favelado*, de Marcos Farias, *Escola de samba e alegria de viver*, de Carlos Diegues, *Zé da cachorra*, de Miguel Borges e *Pedreira de São Diogo*, de Leon Hirszman, para formar *Cinco vezes favela*, um filme patrocinado pelo Centro Popular de Cultura da UNE, uma produção do movimento do Cinema Novo que então ensaiava seus primeiros enquadramentos.

Tal ideia de cinema de autor, que surgira na França como uma forma de romper com a grande produção, introduzindo a figura do idealizador do filme, dono de um estilo e de uma problemática própria, surgia no Brasil vinculada a conotações políticas. Glauber dizia que o cinema de autor era a revolução. E a revolução no cinema brasileiro fazia-se contra o mimetismo dos filmes dominantes de origem estrangeira. O Cinema Novo buscava afirmar uma prática cinematográfica desmistificadora e profundamente envolvida política e culturalmente.

Em artigo publicado no jornal *Perspectiva* – órgão dos alunos da Nacional de Filosofia, em Novembro de 1966, sobre a fundação e os rumos do Cinema Novo, Flávio Moreira da Costa afirmava ter ele nascido naquela instituição. Em 1958/59, Saulo Pereira e um então jovem estudante do curso de Física da Faculdade, Joaquim Pedro de Andrade, animavam o Departamento de Cinema do Directório Académico. Naquele ambiente tumultuado, no bom sentido, destaca ele, planejava-se o filme em episódios dirigidos pelos estudantes Joaquim Pedro (Física), Leon Hirszman (Engenharia), Marcos Farias (Filosofia), Carlos Diegues (Direito da PUC), além de Miguel Borges, que viria a ser o *Cinco vezes favela*. Por fim, ele ressalta a importante actuação do Cineclubes da FNFi, um dos mais activos na promoção das discussões em torno da sétima arte.

### 1964 – 1967: um duro revés no movimento estudantil

O ano de 1964 é um marco decisivo na trajectória do movimento estudantil no Brasil como um todo e na FNFi em particular: toda a movimentação existente até 1963 é duramente cerceada com o golpe militar. As medidas autoritárias interrompiam um longo processo de discussões e de elaboração de projectos para a resolução dos problemas nacionais. Com o golpe, buscava-se ajustar uma nova ideologia ao modelo económico do Estado brasileiro por meio da supressão, repressão e combate à ideologia nacional-desenvolvimentista, substituindo-a pelo “desenvolvimento com segurança” – a ideologia da Escola Superior de Guerra e, concomitantemente, pela manutenção e incrementação do modelo económico facilitador da actuação do capital estrangeiro no país<sup>23</sup>.

As reformas de ensino promovidas no período ditatorial corresponderam a um esforço dos grupos coligados no chamado pacto político autoritário em alinhar o sistema educacio-

<sup>22</sup> Heloísa Buarque de Hollanda & Marcos A. Gonçalves, *Cultura e participação nos anos 60* (São Paulo: Brasiliense, 1987).

<sup>23</sup> Sobre o golpe militar de 1964, ver, entre outros, Rene Dreifuss, *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe* (Petrópolis: Vozes, 1987) e Maria Helena Alves, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)* (Petrópolis: Vozes, 1989).

nal pelo fio condutor daquele modelo de desenvolvimento. Uma vez instaurado o governo Castelo Branco, em Abril de 1964, desencadeou-se a repressão ao movimento estudantil e ao movimento operário. Se, em relação aos políticos, o processo de aniquilamento começou pela cassação dos direitos políticos, em relação aos estudantes e operários, prisões e mortes não foram factos raros. Assim, 1964 significou um marco autoritário na trajectória do movimento estudantil e o desmantelamento das iniciativas político-culturais dos estudantes. Logo após o golpe, as entidades de representação estudantil foram fechadas ou colocadas sob intervenção e seus líderes, suspensos ou exilados<sup>24</sup>.

Nem por isso, contudo, os estudantes deixaram de se manifestar. Ao contrário, a promulgação da Lei Suplicy de Lacerda (Lei n. 4464, de 9 de Novembro de 1964)<sup>25</sup>, que tentava destruir a autonomia e a representatividade do movimento e transformar as entidades estudantis em órgãos dependentes do Ministério, assegurando, com isso, novas formas de representação de mais fácil controlo governamental, fez com que o ano de 1965, por exemplo, tenha sido marcado, no contexto do movimento em nível nacional, por greves de repúdio e boicote à Lei, além da rejeição à repressão policial-militar, ao Relatório Atcon<sup>26</sup> e aos Acordos MEC-USAID<sup>27</sup>, principalmente o relativo ao ensino superior, assinado em Junho daquele ano.

Na regulamentação das entidades estudantis, a Lei Suplicy tornava possível a convocação do DNE pelo Ministério de Educação e Cultura, o que foi interpretado pelos estudantes como violação do direito de autonomia da entidade. Tornou obrigatório o voto nas eleições para o DA e proibia qualquer acção, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário.

No que se refere especificamente à actuação dos estudantes da FNFi, o Directório Académico veio a sofrer drasticamente com a implantação da ditadura militar, sofrendo as mais repressivas acções, como o seu encerramento e a expulsão, como se viu, de alunos ligados ao Directório. A partir daquele ano, a actuação dos estudantes, mais restrita e cerceada, voltava-se, nos primeiros tempos logo após o golpe, para as questões internas de funcionamento da Universidade. As iniciativas de carácter político-cultural foram extintas e seus participantes sofreram perseguições e punições. Por exemplo, nos relatórios dos Inquéritos Policiais Militares realizados no Programa Nacional de Alfabetização e no Movimento de Cultura Popular, há diversas referências sobre a actuação dos estudantes da FNFi nesses programas.

De acordo com as declarações de Jair Rosa Duarte, no dia do golpe, o prédio da Faculdade foi metralhado, a instituição foi fechada, ocupada e assim permaneceu por alguns dias. Quando os alunos voltaram, os armários tinham sido arrombados pela polícia e vários documentos foram levados. Outro entrevistado, Aluizio Trinta, relatou que os estudantes foram golpeados pelo movimento de 1964 porque a FNFi era um centro de irradiação ideológica de altíssima frequência.

---

<sup>24</sup> Consultar, entre outros, Maria de Lourdes de A. Fávero, *A UNE em tempos de autoritarismo* (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995).

<sup>25</sup> Extinguia a UNE e demais entidades representativas, substituídas pelo Directório Nacional de Estudantes, com sede na Capital Federal; pelos Directórios Estaduais de Estudantes em cada capital de Estado, Território ou DF, onde houvesse mais de um estabelecimento de ensino superior; pelo Directório Central de Estudantes em cada Universidade e pelo Directório Académico em cada estabelecimento de ensino superior.

<sup>26</sup> Relatório de Rudolf Atcon, consultor americano que, em 1965, realizara para o Ministério de Educação e Cultura (MEC) um estudo intitulado *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Sobre o tema, ver Maria de Lourdes de A. Fávero, *Da universidade modernizada à universidade disciplinada: Atcon e Meira Matos* (São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1991).

<sup>27</sup> Projectos de assistência técnica para o ensino realizados mediante acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).

A pouco e pouco, contudo, começou a haver uma nova movimentação, porque, segundo os entrevistados, a repressão era muito desorganizada no início do movimento autoritário. Os estudantes começaram a se articular para tentar reagir. O Directório Académico esteve fechado e houve um refluxo na mobilização, porque muitos estudantes se afastaram, pois havia sucessivas perseguições, mas ainda assim alguns continuavam a agir informalmente.

De 1964 a 1967, a discussão esteve restrita a um número reduzido de pessoas, aquelas que participavam mais activamente do movimento, ao contrário do que acontecia no início da década de 60, quando o movimento estudantil conseguia mobilizar um contingente considerável de estudantes em discussões e mobilizações. A partir de fins de 1967 e início de 1968, com a projecção das notícias sobre os movimentos estudantis internacionais, a discussão se ampliou. Um número maior de alunos passou a debater não só as questões ligadas especificamente ao ensino, mas também as ligadas à política. Isto significa que o eixo de discussões e actuações do movimento estudantil nesse período girava em torno de questões mais amplas e mais abrangentes, deslocando-se do âmbito meramente nacional para estabelecer um diálogo com referências que vinham de outros países.

De acordo com o relato da ex-aluna Helena Ibiapina, uma importante bandeira de luta do ano de 1967 que conseguiu atrair um maior número de simpatizantes foi o não pagamento das taxas na Universidade, cobradas duas vezes ao ano. O valor era pouco significativo, mas a luta pelo ensino gratuito em todos os níveis era uma das grandes reivindicações académicas, junto com uma maior democratização da Universidade e a garantia dos 12% de verba federal para a educação. Além disso, ainda no mesmo ano, em Seminário sobre a Reforma Universitária promovido pela UNE, os estudantes condenavam veementemente a actuação de organismos norte-americanos na orientação do ensino brasileiro rumo à privatização.

Em 28 de Fevereiro de 1967, a Lei 4464/64 seria revogada com o Decreto-Lei n. 288, conhecido no meio universitário como Decreto Aragão, reduzindo ainda mais a já combalida possibilidade de representação estudantil, por extinguir as entidades estudantis em nível nacional e estadual, ficando limitadas apenas ao Directório Académico em cada estabelecimento de ensino superior e ao Directório Central dos Estudantes no âmbito de cada universidade. O Decreto Aragão reflecte o recrudescimento das acções do governo autoritário contra os estudantes e explica, em parte, os rumos de confronto que o movimento tomou no ano seguinte.

### **1968: um novo golpe no movimento estudantil e o fim da FNFi**

O ano de 1968 foi marcado pelo aumento dos confrontos entre os estudantes e a ditadura militar. Diversos episódios marcaram o período: manifestações, confrontos com a polícia, greves e passeatas, dos quais, o assassinato do estudante Édson Luis<sup>28</sup> e a Passeata dos Cem Mil<sup>29</sup> servem bem para exemplificar os confrontos.

---

<sup>28</sup> A morte do estudante do ensino secundário, causada pela polícia em Março de 1968, durante uma manifestação no Restaurante Central dos Estudantes, no Calabouço, centro do Rio, desencadeou uma enorme onda de protestos, alcançando o apoio de parcelas importantes da população. A frase “Mataram um estudante, podia ser seu filho” correu a cidade e o episódio levou uma multidão às ruas para velar o primeiro cadáver com significativo carácter simbólico da ditadura militar. 50.000 pessoas acompanharam o seu enterro, em frente à Assembléia Legislativa. Até a Igreja Católica, que antes havia apoiado o golpe de 1964, posicionou-se contra a repressão quando, na missa de sétimo dia, no dia 4 de Abril, a polícia cercou a Igreja da Candelária como forma de isolar novas manifestações. Sobre o episódio, consultar Josué Diniz, *O cerco das trevas. Calabouço – 1968* (Rio de Janeiro: Achiamé, 1988).

<sup>29</sup> Ocorrida em 26 de Junho de 1968, a manifestação passou à história como uma referência do poder de mobilização dos estudantes e de como o movimento estudantil se tornou um porta-voz da sociedade contra a ditadura.

Em Dezembro, é outorgado o Ato Institucional nº5 (conhecido como o “ai-5”), o mais drástico de todos os actos institucionais que até então tinham sido produzidos. Entre outras medidas, foi decretado o fechamento do Congresso, foram intensificados os decretos de suspensão de direitos políticos e suspendeu-se a garantia do *habeas corpus* nos casos de crimes políticos.

Em Fevereiro de 1969, o Decreto-Lei n.477, também conhecido como o “ai-5 das universidades”, definia infracções disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, acusados de subversão. Os professores atingidos ficavam impossibilitados de trabalhar em outra instituição educacional por cinco anos, ao passo que os estudantes ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos. Com a promulgação do AI-5 e do Decreto-Lei n.477, praticamente cessaram as manifestações no meio estudantil.

Se 1968 foi “o ano que não terminou”, nas palavras do jornalista Zuenir Ventura<sup>30</sup>, acabou por terminar, naquele ano, a FNFi. Desde 1967, alguns dos cursos já vinham sendo retirados de sua estrutura, dando origem aos diversos institutos hoje existentes na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Embora a discussão sobre a necessidade do desmembramento da FNFi remonte à década de 40, na realidade efectivou-se em 1968. Alguns dos entrevistados acreditam que um dos interesses no desmembramento da Nacional de Filosofia consistia em dismantelar ou enfraquecer o movimento estudantil, já que ela era um dos principais focos de “agitação”, no contexto político do Rio de Janeiro, tanto no início da década de 60, quanto no período compreendido entre 1965 e 1968, em que se intensificaram os confrontos com a ditadura<sup>31</sup>.

A justificativa “oficial” para o encerramento dava conta do crescimento desordenado da Faculdade e de sua estrutura que congregava diversos cursos ter-se tornado obsoleta. Entretanto, não será desprovida de sentido a ideia de que a dificuldade em gerir a Faculdade estivesse menos ligada ao tamanho da instituição do que à dinâmica demasiado democrática e interveniente alcançada por seus estudantes e professores progressistas. Além disso, a extinção da Faculdade e a criação de novos institutos a partir de cada curso (Instituto de Física, Faculdade de Letras, Instituto de Química, etc) coadunavam-se com os preceitos da Reforma Universitária então em curso, em consonância com o modelo norte-americano de ensino superior. Além disso, tornava-se necessário regular a acção estudantil por meio de uma maior disciplina nas instituições universitárias.

Na trajectória do movimento estudantil na FNFi nos anos 60, o ano de 1964 indica a “metade” da década, que terminou apressada e autoritariamente em 1968. Com isso, pode-se estabelecer dois momentos distintos em termos do carácter e da amplitude da actuação estudantil: do início dos anos 60 (sem esquecer que esse processo se iniciara na década anterior) até 1964, em que os estudantes da FNFi tinham uma acção destacada no contexto da época, e de 1964 a 1968, em que a sua acção, mais restrita e cerceada, nem por isso, menos combativa, seria marcada pelo acirrar do confronto entre os estudantes e a ditadura.

---

<sup>30</sup> Zuenir Ventura, 1968: *o ano que não terminou* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988).

<sup>31</sup> Outros depoimentos concedidos à investigação sobre a FNFi mencionaram a mesma interpretação. Ver Maria de Lourdes de A. Fávero (org.), *Faculdade Nacional de Filosofia. Depoimentos* (Rio de Janeiro: UFRJ/FUJB/CFCH/FE/PROEDES, 1992).

Por outro lado, poder-se-á igualmente dizer que a década de 60 também foi aquela que não terminou. Os ideais de transformação e mudança que nortearam as discussões, as acções e as lutas dos estudantes sofreram um golpe em 1964 e outro, ainda mais drástico, em 1968.

Talvez por isso, os anos 60 do século XX ainda habitem algumas mentes como tempos rebeldes e engajados<sup>32</sup>. Éramos *contra* quase tudo e *a favor* de um punhado de ideais: justiça, igualdade, liberdade... Ter sido estudante naquele período sugere o usufruto de um privilégio, pois tudo parece ter acontecido: grandes lutas, grandes mobilizações, grandes sonhos... enfim, o cometa de uma geração que marcaria o pensamento e a acção de algumas das gerações de estudantes que vieram a seguir, como a minha, por exemplo, que, em meados dos anos 80, já em pleno processo de redemocratização da sociedade brasileira, ainda buscava na história do movimento estudantil dos anos 60 o seu *mito fundador*.

---

<sup>32</sup> Ver sobretudo Ernest Mandel, *Da Comuna a Maio de 68* (Lisboa: Antídoto, 1979); Olgária Matos, *Paris, 1968, as barricadas do desejo* (São Paulo: Brasiliense, 1984); Herbert R. Lottman, *A rive gauche: escritores, artistas e políticos em Paris 1930-1950* (Rio de Janeiro: Guanabara, 1987) e Márcio Moreira Alves, *68 mudaram o mundo* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993).



João Vilela Moreira

## Da Fragmentação aos Anos de Brasa: o Movimento Associativo da UP na Agonia do Estado Novo

R E S U M O | No presente artigo procurámos integrar o movimento associativo da Universidade do Porto nas rebeliões estudantis dos anos 60 e 70, e identificar as suas principais tendências associativas, sua filiação ideológica e partidária, e principais acções de contestação.  
PALAVRAS-CHAVE: Anos 60; Universidade do Porto; Resistência ao Estado Novo; Extrema-Esquerda;

A B S T R A C T | This article aims at including the students' movement of Oporto's University within the student rebellions of the 60s and 70s, and to identify its main associative tendencies, their ideological and partisan affiliation, and its most important acts of contestation.

### 1. As Raízes do Sessantismo

Eric Hobsbawm, no seu clássico *Age of Extremes*, citando Richard Barnet, descreve a Guerra Fria como uma forma de criar emprego para dezenas de milhares de burocratas que planeavam armamento e conflitos militares, para milhões de trabalhadores envolvidos na indústria bélica, para cientistas e engenheiros encarregues de garantir a segurança das populações, empreiteiros com negócios rentáveis na área da construção de abrigos nucleares, intelectuais com pretexto para vender ameaças e abençoar guerras<sup>1</sup>. Com efeito, tal foi no fundamental a situação nos 44 anos em que durou este conflito. Não se nega que houvesse divergências políticas intransponíveis entre os dois blocos, uma tensão bélica latente, mas dificilmente poderíamos falar uma disposição efectiva para o enfrentamento militar aberto. O mesmo Hobsbawm refere que, a despeito da retórica de então, as duas superpotências trabalhavam sob o pressuposto de que uma coexistência pacífica de longo prazo seria possível: e mesmo quando se enteviu a virtualidade da eclosão de uma guerra de larga escala entre os dois lados, ao tempo da crise dos mísseis cubanos de 1962, «a principal preocupação dos dois lados foi prevenir que gestos parecidos com actos de guerra fossem mal interpretados como uma efectiva movimentação de guerra»<sup>2</sup>. Havia a percepção estratégica, dos dois lados, que o poderio bélico de que dispunham combinado com o do seu adversário directo teriam um efeito apocalíptico no planeta Terra, dele não sobrevivendo nenhum vencedor, e, provavelmente, decorrendo a pura e simples erradicação da vida na Terra<sup>3</sup>.

Daqui emergirão consequências de primeira grandeza. Num primeiro aspecto, que terá alguma importância para os desenvolvimentos de que abaixo daremos nota, a China comunista poderá, em certa medida, cooptar os elementos mais aguerridos do movimento revolucionário

<sup>1</sup> Eric Hobsbawm, *Age of Extremes* (9ª Edição, Londres: Michael Joseph, 1995), p. 221.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, p. 228.

<sup>3</sup> José Pacheco Pereira, “*O Um Dividiu-se em Dois*” (Lisboa: Alêtheia Editores, 2008), p. 11.

internacional, que a URSS repelia com acusações de belicismo e dogmatismo. Por outro, na década crucial dos anos 60, havia à escala planetária a percepção de que os dois blocos políticos iriam acomodar-se à repartição de poder existente à época, com cedências mínimas de parte a parte – e de resto com escasso desejo de qualquer dos contendores em forçar o alargamento significativo da sua esfera de influência –, cristalizando indefinidamente o *tipo de mundo* que ao tempo vigorava. E com apoio popular generalizado: pois como escreveu Herbert Marcuse, «a luta contra uma alternativa histórica [ao *status quo* de então] encontra uma base de massas na própria população, e encontra a sua ideologia na orientação rígida do comportamento e do pensamento para o universo dos factos visíveis. Validado pelos feitos da ciência e da tecnologia, justificado pelo aumento da produtividade, o *status quo* desafia qualquer transcendência»<sup>4</sup>.

Todavia, nem todos os grupos sociais de então se mostravam de acordo com o tipo de mundo que Guerra Fria engendrara e parecia querer cristalizar. Um deles virá, de resto, a mostrar-se particularmente aguerrido no combate ao tipo de mundo vigente: será a juventude dos anos 60.

Grupo social fabricado pela época contemporânea, por um esforço escolarizador tendencialmente coextensivo com a infância e a adolescência, a juventude desenvolveu, através de uma convivência forçosamente *inter pares* e onde os outros grupos etários tinham apenas uma função disciplinar, a consciência, a estruturação e a coesão interna de um grupo social autónomo dos restantes<sup>5</sup>. Deste processo social decorreram inúmeras consequências, dentre as quais salientamos, pela sua pertinência para o nosso trabalho, uma dissociação, incluso física, do mundo adulto e do mundo juvenil. O jovem dista do mundo adulto, é preparado para o mundo adulto *à margem* do mundo adulto, e rigorosamente, nunca sabe exactamente se já entrou no mundo adulto, se já é tido como um par. Como salientou James Coleman, as sociedades urbanas e tecnológicas não previram quaisquer *rites de passage* que vincassem o fim da menoridade socialmente compreendida e o acesso à adultícia. Mesmo a *concessão jurídica*, por motivos etários, de determinados direitos e prerrogativas (direito ao voto, à aquisição de armas de fogo, ao consumo de substâncias entorpecentes, à obtenção da carta de condução...) não equivalia, de todo, ao *reconhecimento social* de que o indivíduo estava apto a constituir família, a trabalhar em *full-time*, a ser considerado um par pelos adultos<sup>6</sup>. Daqui decorreu uma rebelião da juventude contra a estrutura social, que a engendrara mas não soubera integrá-la, não soubera prescrever-lhe um papel social, que fizera da sua condição um limbo inconsistente, um estádio indefinido e exasperante da vida humana. E essa revolta teve condições objectivas particularmente propiciatórias na década de 60 do séc. XX, quando, em consequência da explosão demográfica do pós-guerra, a juventude se tornou uma importantíssima força de pressão social.

A luta juvenil contra o tipo de mundo que os encerrava num estatuto social de menoridade fáctica teve, no pós-guerra, três fases consecutivas. Não nos deteremos nas duas primeiras, a saber, a postura disruptiva e indisciplinada (de que os filmes de James Dean nos dão uma imagem típica), nem a recusa material da sociedade dos adultos através da assunção de práticas sociais excêntricas (vestuário exótico, interesse por novos estilos musicais, consumo de estupefacientes...), ou da criação de comunidades à margem da sociedade vigente, como as

<sup>4</sup> Herbert Marcuse, *One-Dimensional Man* (7ª Edição, Londres: Routledge Classics, 2007) p. 19,

<sup>5</sup> Rui Bebiano, *O Poder da Imaginação* (Coimbra, Editora Angelus Novus, 2003), p. 24.

<sup>6</sup> James Coleman, *Youth: Transition to Adulthood* (Chicago: The University of Chicago Press, 1974), p. 98.

comunas de *hippies*<sup>7</sup>. Trabalharemos com aquela que foi a terceira fase deste movimento<sup>8</sup>, a da luta política de massas contra o *status quo*, a demanda de uma *revolução* que desestruturasse a sociedade e assegurasse ao jovem um lugar que este, até então, efectivamente não tinha. Essa revolução não era, no Ocidente, a aplicação do modelo soviético, que como vimos em Marcuse era considerado tão esclerosado e acomodado ao *status quo* como a democracia parlamentar burguesa. Ao tempo, três grandes respostas foram avançadas como virtual modo de transcender a sociedade vigente e instaurar uma nova era: primeiro, segundo Patrick Rotman, houve um regresso ao trotskismo, como elo perdido de uma «revolução traída» pelos crimes de Estaline e dos seus sucessores; segundo, de acordo com o que já acima dissemos, uma simpatia com o ideário maoísta, por se considerar que ao contrário da URSS a China não compactuava com o capitalismo e estava disposta a ir às últimas consequências, ainda que as da guerra atómica, para fazer vencer o ideário socialista<sup>9</sup>; mas sobretudo, e em terceiro lugar, havia uma vaga intenção de instaurar o socialismo por ser essa a ideologia «último grito» – muito por conta dos acontecimentos do Vietname –, mas sem uma clara adesão aos princípios doutrinários de qualquer das suas escolas estabelecidas<sup>10</sup>.

## 2. Portugal entre 1968 e 1974

A segunda metade da década de 60 e a primeira metade da década de 70 são, em Portugal, um tempo de mudanças profundas, de um súbito aceleração da deliquescência do Estado Novo e de reconfiguração da oposição ao regime, sobretudo a oposição latamente enquadrável na extrema-esquerda. No primeiro plano, em 1968 temos o conhecido acidente de Salazar com uma cadeira de lona, a declaração da sua incapacidade para o exercício governativo, e a ascensão ao poder de Marcello Caetano, ideologicamente sintonizado com o regime mas disposto a distender – que não a eliminar – o seu aparelho repressivo e os aspectos mais vincadamente autoritários da *praxis* política estadonovista. O «reformismo» de Caetano<sup>11</sup>, na acertada classificação de Fernando Rosas, por vezes disfarçado de democratização ou lançando mão de expedientes aparentemente democratizantes com vista a ganhar tempo e semear ilusões entre a oposição ao regime, *vide* as «eleições» falseadas de 1969, pode ser uma mera redefinição dos termos em que o Estado Novo se expressava, mantendo intocado o essencial dos «valores de Maio»: mas não se pode negar que consubstanciou uma relativa descompressão do ambiente político, permitindo algum alargamento da margem de manobra da oposição, contudo compaginável com actos de repressão por vezes mais dura que a verificada em períodos anteriores. Alvos deste endurecimento foram, nomeadamente, os estudantes universitários.

<sup>7</sup> Sobre esta matéria cf. Rui Bebiano, *O Poder...*, pp. 26-39.

<sup>8</sup> Ressalve-se que, se esta é a linha cronológica de surgimento das expressões da contracultura juvenil sessentista, o nascimento de uma nova forma não implica a desapareição das anteriores.

<sup>9</sup> Não resistimos a transcrever a este propósito uma elucidativa passagem do afamado «Livro Vermelho» de Mao: «a nossa atitude [em relação à guerra] (...) é a mesma que com relação a qualquer desordem: primeiro, estamos contra, segundo, não a tememos. A I Guerra Mundial foi seguida do nascimento da União Soviética (...) a II Guerra Mundial foi seguida pela formação de um campo socialista que atinge um total de novecentos milhões de indivíduos. Se os imperialistas insistem em desencadear uma III Guerra Mundial (...) [é] até possível que a estrutura imperialista se desmorone». In Mao Tsé-tung, *Citações do Presidente Mao Tsetung* (Lisboa: Editora Minerva, 1974), pp. 52-53.

<sup>10</sup> Patrick Rotman, *Maio de 68* (Lisboa: Guimarães Editores, 2009), pp. 33-40.

<sup>11</sup> Fernando Rosas, in *História de Portugal*. VII Volume, *O Estado Novo* dir. José Mattoso, (Lisboa: Estampa Editora, vol. 7, 1994), p. 485.

No campo oposicionista, sobretudo na oposição de extrema-esquerda, o período que medeia entre meados dos anos 60 e meados dos anos 70 é o tempo da chamada *desagregação*: a cisão sino-soviética, de que acima falámos, fez-se sentir em todo o movimento revolucionário à escala mundial, e evidentemente, o PCP, sua ramificação portuguesa, não foi excepção. O PCP de inícios dos anos 60, saído da evasão de Álvaro Cunhal do forte de Peniche em 1960, viu-se numa situação espinhosa: forçado a corrigir o «desvio de direita» da era Júlio Fogaça, e a redesenhar a sua estratégia revolucionária por forma a adaptá-la à impossibilidade, atestada em 1958, de dismantelar o regime fascista pela via eleitoral, o PCP teria de envidar uma «esquerdização» do seu discurso e da sua prática política. Todavia, a polémica soviética com a China e a defesa da coexistência pacífica pelo PCUS invalidavam quaisquer pretensões de dinamizar essa defesa da acção violenta. José Pacheco Pereira classifica, com razão, o esforço teórico de que Cunhal será obreiro nesta época como «textos de equilíbrio, quase de equilibrismo»<sup>12</sup> entre a necessidade de radicalizar no plano interno e apelar à postura pacifista no âmbito internacional. Evidentemente, esta será uma postura política que não encontrará acolhimento em todas as sensibilidades do PCP, e que encontrará o seu principal detractor em Francisco Martins Rodrigues, membro do comité central do PCP que na sua crítica ao desvio de Direita protagonizado por Fogaça, se viu enovelado nas contendas do movimento revolucionário de então, *maxime* as que opunham a URSS à China. E começou, nas suas palavras, a constatar que «a crítica dos chineses acertava em tudo» defendendo-a como linha do PCP daí por diante<sup>13</sup>. Virá a ser expulso, e a construir o CMLP, Comité Marxista-Leninista de Portugal, e, depois dele, não mais cessarão os actos cisionistas no movimento revolucionário português, que envida uma *desagregação* que durará vários anos. Em 1970 os maoístas legatários do CMLP reagrupam-se no PCP (M-L); no mesmo ano, surge o MRPP; em 1972, a OCMLP; e de par com estes uma miríade de grupos maoístas, trotskistas, anarquistas, etc. – que terão uma das suas principais ecologias no movimento estudantil.

O estudantado português, pelo menos desde 1956, vinha desenvolvendo um distanciamento político progressivamente maior em relação ao regime autoritário, de resto cedo notado pelas autoridades ditatoriais. É Salazar quem, em 1957, escreverá uma carta a Craiveiro Lopes afirmando que a polícia mostrava crescente preocupação com a esquerdização estudantil, e dizendo ser necessária uma contra-ofensiva ideológica<sup>14</sup>. A década de 60 dará, com as crises de 1961, 1962, 1965, e 1969, plena razão às previsões do Chefe de Governo, sendo a última rebelião supracitada, por ser legatária directa dos acontecimentos de Maio de '68 em França, por ter ocorrido em plena distensão inicial do marcelismo, e por ter sido influenciada politicamente pela desagregação e esquerdização, no sentido leninista do termo, do movimento revolucionário, que como acima verificámos encontrará no mundo – e também em Portugal –, a mais dura e massiva de todas. Tentaremos agora entender de que modo este conjunto de factores – a conjuntura internacional, a situação política portuguesa, a circunstância concreta do estudantado –, se fez sentir no contexto específico da Universidade do Porto do sexénio entre 1968 e 1974.

<sup>12</sup> José Pacheco Pereira, *O Um...*, p. 128.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, p. 139.

<sup>14</sup> Gabriela Lourenço *et al.*, *Grandes Planos: Oposição Estudantil à Ditadura 1956-74* (Lisboa: Âncora Editora, 2002), p. 16.

### 3. A Desagregação do Movimento Associativo Portuense

A Universidade do Porto dos finais dos anos 60/princípios dos anos 70 é marcada, ao nível do movimento associativo, pela desagregação dos estudantes politizados em várias tendências associativas ideologicamente conflitantes. Até ao ano lectivo 1969/70 o movimento era como que monopolizado pelo PCP<sup>15</sup>, mas o efeito conjunto e cumulativo dos acontecimentos internacionais de 1968 com a crise de Coimbra em 1969 terão sido, em nosso entender, detonadores de uma esquerdização da postura política do movimento associativo portuense. Este efeito não é estranho no movimento revolucionário: como recorda Claude Prévost, que escreveu nesta época sobre o movimento de Maio de '68, já Lenine notava que a súbita politização de uma massa humana tinha como consequência uma inversão brusca da sua postura em relação ao poder – de uma amorfia absoluta, fruto da sobrestimação da capacidade repressiva da elite instalada, o grupo passava a uma postura temerária, terrorista, impaciente, que subestimava o real poder do Estado<sup>16</sup> e reduzia todas as questões da luta política ao uso da, quanto a eles onnipotente, da violência revolucionária. A essa postura Lenine chamava *esquerdismo*, e considerava que os movimentos comunistas não podiam nascer e desenvolver-se sem passarem por essa «doença infantil»<sup>17</sup>. Os representantes do pensamento esquerdista dentro do movimento associativo da Universidade do Porto irão brotar, a partir de 1969/70, de dentro dos grupos afectos ao PCP, e criar os *Comités de Base*, primeira designação daquilo a que mais tarde se consagrará com o nome de *Núcleos Sindicais*<sup>18</sup>. Estes Núcleos são famosos por uma postura que o Por Um Ensino ao Serviço do Povo, de que abaixo falaremos, classificava como *liquidacionista e aventureirista*<sup>19</sup>: por um lado, criam que o simples facto de existir um corpo de associações ou pró-associações de estudantes servia tão-só para encarrilar as lutas estudantis para objectivos *reformistas*, isto é, que não perigassem o fundamental do funcionamento do regime, compactuassem com o seu ordenamento e a sua essência ideológica, e, bem assim, conferissem à luta estudantil um carácter corporativista, dissociando-a da luta geral da classe trabalhadora<sup>20</sup>. Em concomitância, os *Núcleos Sindicais* tinham uma postura «aventureirista» na medida em que não equacionavam as condições objectivas e subjectivas de acção insurreccional, ignoravam a necessidade de adaptar a estratégia do movimento ao grau de desenvolvimento da consciência política das massas estudantis, e de agir de modo que, mesmo havendo consciência política profunda em amplas massas do estudantado, a sua acção reivindicativa não viesse a torná-los uma presa do poder, inutilizando-os para a continuação do trabalho. Um exemplo paradigmático desta linha de trabalho associativo/revolucionário releva da análise de um *meeting* promovido pelos *Núcleos Sindicais* na Faculdade de Ciências, em solidariedade com um grupo de alunos

---

<sup>15</sup> Não dispomos de fontes que atestem taxativamente esta asserção, mas damos por adquirida a opinião dubitativamente adiantada por Alexandre Alves Costa, mesmo por ser implausível que outro grupo político tivesse peso relevante dentro da Universidade do Porto de então. Para a opinião de Alves Costa cf. João Carlos Vilela da Cruz Moreira, *Os Estudantes do Porto e a Resistência ao Estado Novo (1968-1974)* (diss. Mestrado, Universidade do Porto, 2010), p. 108.

<sup>16</sup> Claude Prévost, *Os Estudantes e o Esquerdismo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1975, p. 106.

<sup>17</sup> Lenine, *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* (disponível em <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm>)

<sup>18</sup> Biblioteca Pública Municipal do Porto – Reservados (BPMP-R, 1973), *Que Fazer? Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, p. 3.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, p. 3

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, p. 3.

suspensos e expulsos do Liceu António Nobre por motivos aparentemente políticos. Durante essa reunião são muitos os erros táticos e estratégicos denunciados no panfleto que vimos seguindo, mas o mais significativo de todos é o que passa pela tentativa de organização de uma manifestação pública. Semelhante acção de rua, no dizer da terceira tendência associativa, significaria uma dupla vitória do regime: em primeiro lugar, constituiria uma oportunidade soberana para o encarceramento dos estudantes mais abnegados e dispostos a ir às últimas consequências na sua colaboração com o esforço popular de desmantelamento da ditadura; e em segundo lugar, teria um efeito repulsivo junto dos estudantes menos politizados, que não só temeriam participar na acção proposta, como de um modo geral se afastariam do movimento associativo por receio de o seu envolvimento englobar necessariamente acções que custassem sanções escolares, prisões, e até mesmo uma passagem pela frente de batalha na Guerra Colonial. Pelo que por todas as perspectivas possíveis, esta movimentação estava viciada de inconformidade com as condições subjectivas de acção insurreccional, e a sua única consequência seria a depreciação da luta estudantil. O finalismo dos *Núcleos Sindicais*, a sua impaciência e intempestividade na acção política custar-lhes-ia tanto mais do que o esforço laborioso de organização sindical do estudantado. Mesmo porque, bem vistas as suas propostas de acção, exaradas na reunião que vimos tratando, em última instância defendiam, por métodos radicais, medidas perfeitamente reformistas: os *Núcleos* defendiam que fosse exigida a demissão do Reitor liceal que suspendia/expulsava os seus colegas. Isto denotava um vício de trabalho organizativo, o *praticismo*, isto é, a incapacidade de entender o fundamento ideológico de determinado acontecimento injusto, de o perspectivar, atendo-se a acção a um combate casuísta: no caso, não se perspectivava que o problema não era aquele Reitor, mas a discricionariedade das autoridades escolares no regime vigente. Combater algo que não fosse isto, ainda que recorrendo às mais impiedosas formas de violência, seria sempre combater um inimigo diverso daquele que era efectivamente o inimigo do movimento associativo e, por inerência, tinha como única consequência a dissipação de forças, a dispersão da luta, a desorganização, e a perpetuação do *status quo*<sup>21</sup>.

O grau de profundidade que a crítica dos estudantes agremiados na tendência *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, de que falaremos agora, moveram aos *Núcleos Sindicais*, é visivelmente o fruto de um esforço de preparação teórica de grande fôlego, e de uma vasta experiência da prática político-organizativa no mundo do associativismo académico clandestino ou semi-clandestino. De que forma essa experiência foi obtida não é claro. Voltando ao documento de que acima nos servimos para ilustrar o surgimento dos *Núcleos Sindicais*, nele vemos que até 1971/72 o «movimento anti-reformista»<sup>22</sup> tinha acima de tudo tido características liquidacionistas e esquerdistas. Com este ano lectivo opera-se uma cisão na ala mais à esquerda do movimento associativo, e se pervive uma facção «infantil», apostada na luta violenta, desligada da objectiva consciência política da massa estudantil, defendendo a onnipotência da violência revolucionária, nasce ao seu lado um movimento que concebe as associações de estudantes e as diversas formas de associativismo estudantil legal ou semi-legal como um organismo *sindical*, que pudesse constituir-se em instrumento de luta do estudantado contra aqueles que considerava serem os óbices à sanidade da sua actividade

<sup>21</sup> Toda a análise da acção tática e estratégica dos *Núcleos Sindicais* por altura da reunião em Ciências é retirada do panfleto BPMP-R, “*O Meeting de Quinta-Feira e Suas Lições*”, [1973]

<sup>22</sup> A postura do PCP era considerada *reformista*, isto é, complacente com o regime vigente, pelas duas restantes tendências associativas.

de estudo: designadamente, o conteúdo reaccionário dos programas do ensino superior, o autoritarismo e o elitismo da Universidade<sup>23</sup>. Não que esta tendência, bem entendido, discordasse da luta da restante classe trabalhadora, ou quisesse circunscrever a luta estudantil à acção no interior da Academia. Bem pelo contrário, e como indica o próprio nome da tendência associativa, a sua função era dinamizar a luta estudantil no interior da sociedade para dismantelar o carácter de classe do sistema educativo, mormente do sistema universitário, e com isso abrir caminho à possibilidade de os filhos das classes trabalhadoras acederem aos estudos superiores. Obter isso era indissociável da conquista de direitos práticos dentro da academia, como fossem o direito à reunião, à distribuição de propaganda, à associação, etc., modo único de granjear apoiantes para o movimento associativo e tornar a luta estudantil numa luta de massas, modo único de a tornar efectiva e influente.

A primeira impressão que se produz no leitor quando contacta com a documentação produzida pelo *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* é a do trabalho de preparação teórica, de reflexão sobre a prática do movimento associativo e do papel quer do estudantado quer da Universidade no seio da sociedade portuguesa do seu tempo. Seria interessante, avançámo-lo desde já, saber de que modo foi feito esse doutrinamento e se desenvolveram esses instrumentos de reflexão, não sendo certamente alheio a isto o facto de o *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* ser a tendência associativa que na Universidade do Porto representava o PCP (M-L)<sup>24</sup> movimento que, como vimos, era directo legatário do PCP e, inerentemente, dele trouxera o património de várias décadas de prática da luta clandestina contra o regime nas mais variadas frentes, e de interpretação marxista das situação social portuguesa. Ainda assim, é de salientar estas duas características, por serem as que mais vincadamente destacam esta tendência associativa dentre as suas circunstâncias.

Recapitulando: esta é uma época de desagregação do movimento estudantil portuense em várias tendências associativas ideologicamente diferentes, com a emergência de tendências associativas que se cindem do PCP. É muito provável que essas tendências associativas tivessem tido como despoletador principal da sua dinâmica esquerdizante e do seu surgimento os acontecimentos da crise académica de 1969 em Coimbra. E das três tendências associativas, verificamos que uma se liga ao PCP (e que com a desagregação terá por diante o nome, de resto simbólico do seu destino, de *Pela Unidade*), e outra ao PCP (M-L).

A filiação partidária dos *Núcleos Sindicais* é ainda uma incógnita. Alexandre Alves Costa, na entrevista ínsita na dissertação de mestrado citada na nota 15, religa esse partido à FEC M-L. Todavia, segundo Miguel Cardina, a FEC M-L foi fundada apenas em 1975<sup>25</sup>, portanto vários anos depois do surgimento dos Comitês de Base e dos Núcleos, nos finais de 60/inícios de 70. Alguma das organizações antecessoras desta Frente terá sido certamente o ponto de partida dos *Núcleos Sindicais*, a sua matriz e o seu ancoradouro nos movimentos políticos, ou, se os estudantes que tomavam parte nos Núcleos não tinham ligações a nenhum grupo em concreto, é perfeitamente crível que acabassem associados à FEC M-L. Veja-se que este grupo, em 1974, vai tentar criar um movimento guerrilheiro em Portugal, buscando obter levantamentos de rancho da soldadesca, com a qual seriam organizadas forças armadas

<sup>23</sup> BPMP-R, *Que Fazer?...*, 1973, p. 3

<sup>24</sup> Quem no-lo diz é José Pacheco Pereira, no seguinte *site*: (<http://estudossobrecomunismo.weblog.com.pt/arquivo/086284.php>).

<sup>25</sup> Miguel Cardina, *A Esquerda Radical* (Coimbra: Angelus Novus, 2010), p. 64.

revolucionárias.<sup>26</sup>Também aqui vemos, à escala nacional, o mesmo padrão esquerdista que vimos ser praticado pelos *Núcleos Sindicais* no âmbito restrito da Universidade do Porto.

#### 4. A Reacção da Universidade

Podemos marcar com clareza duas fases distintas na resistência estudantil do período final do Estado Novo: uma, que medeia entre 1969/70 e 1972, e outra que vai de 1972 até 1974. A primeira é marcada pela esquerdização supracitada, pela emergência de movimentos contestatários cuja postura abandonava o misto de tacto estratégico e observância rigorista da coexistência pacífica do PCP, e introduziam no movimento associativo portuense uma postura radicalizante e inconforme com aquilo a que as autoridades académicas estavam habituadas. A segunda fase decorre da consolidação definitiva da posição da Universidade em face do movimento associativo, postura que como veremos será particularmente repressiva, e há-de acicatar progressivamente os ânimos estudantis até à feitura de acções insurreccionais de massa.

A primeira fase, a que talvez pudéssemos chamar «fase de indefinição», tem o seu início plasmado nos documentos oficiais da Universidade do Porto: numa reunião do Senado Universitário decorrida em 26 de Fevereiro de 1970 vemos discutida a «reforma universitária» – tudo indica que se tratava da reforma Veiga Simão –, e aventada por José de Almeida Garrett, director da Faculdade de Ciências, a hipótese de se remeter a decisão sobre essa matéria para o Ministério da tutela, dado o seu temor de que uma discussão desse tipo causasse, no Porto, a anarquia de Lisboa e de Coimbra<sup>27</sup>. O temor é talvez compreensível se considerarmos que nesse mesmo ano tinha havido recusa por parte dos estudantes de Medicina em elegerem representantes para a comissão que discutiria a matéria<sup>28</sup>, muito provavelmente por essa eleição pressupor uma homologação, formal ou fáctica, do poder político, o que tornava o exercício numa simulação de democracia que os estudantes não pretendiam caucionar. Isto ilustra a já antes verificada presença de elementos politizados dentro da Universidade, a sua compreensão dos mecanismos de funcionamento do Estado Novo, e talvez seja o motivo fundamental para este temor do Senado Universitário relativamente à eventual sublevação «anárquica» dos estudantes portuenses. E este temor é ainda mais visível na reunião de 9 de Julho de 1970, quando o mesmo José de Almeida Garrett é censurado pelos circunstantes pela publicação um livro onde se lêem «asserções reaccionárias»<sup>29</sup> sobre a participação estudantil na gestão universitária. Verifica-se que a Universidade deste então tenta, por todas as formas, evitar uma confrontação com os seus estudantes, tanto mais previsível quando, como dissemos, começam nesta altura a emergir os Comitês de Base com a sua retórica e as suas propostas de carácter radicalizante. Por outro lado, as autoridades universitárias deste período, cumpre recordá-lo, passam também pelo tempo da distensão e reforma do sistema salazarista, envidada por Marcello Caetano. E esse esforço era particularmente visível na área da Educação, por acção da reforma de Veiga Simão, cujas ambições eram, ao menos retoricamente, de democratização da gestão universitária e permissão da participação estudantil na administração dessas instituições. Os docentes que tomavam parte no Senado da Universidade do Porto, muito possivelmente, vêem-se nesta época confrontados com a

<sup>26</sup> Miguel Cardina, *A Esquerda...* (Coimbra: Angelus Novus, 2010), p. 51.

<sup>27</sup> Arquivos Centrais da Universidade do Porto (ACUP), *Actas de Sessões do Senado da Universidade do Porto*, vol. III fl. 145.

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*, fl. 145v.

<sup>29</sup> ACUP, *Actas de Sessões...*, vol. IV, fl. 2.

eventualidade de uma legalização das tendências associativas estudantis, quem sabe até se dos partidos políticos de que elas eram até certo ponto terminais dentro da Universidade. E a sua atitude mostra uma certa indecisão sobre que postura manter perante a ameaça estudantil, se a repressão pura e simples, se a concessão do direito à participação.

Este jogo difícil e às escuras vai ser solucionado pelo próprio devir dos acontecimentos: o marcelismo cedo clarificou, pela sua prática, que a postura repressiva não tinha sido alienada do património político do regime vigente. Já em situações como o afogamento da crise académica de Coimbra em 1969 isso pudera ser comprovado, mas a comprovação será tanto maior quando, ao verificar que a «liberdade possível» que concedera se tinha tornado uma alavanca do ascenso de elementos progressistas aos cargos dirigentes dos sindicatos nacionais, de greves em vários ramos da indústria, da publicação de um sem-número de textos anticolonialistas, e de um recorde máximo no número de refractários ao serviço militar, Marcello lançar mão quer de uma imensíssima fraude eleitoral (1969), quer de uma série de diplomas legais que, da instituição de novas regras sobre a necessidade de homologação governamental das direcções dos sindicatos nacionais, à alocação de antigos soldados das forças especiais do exército para exercer vigilância dentro das Universidades (os afamados «gorilas»), se constituirão em alicerce de uma recomposição do sistema repressivo, cuja afecção será sobremodo visível entre o estudantado, com o tristemente célebre homicídio, às mãos da PIDE, de Ribeiro Santos<sup>30</sup>. Este revigoramento dos aspectos mais brutais da repressão estadonovista mostrou à Universidade qual tinha acabado por ser o caminho escolhido: não o da integração dos estudantes na gestão da Academia<sup>31</sup>, mas o da manutenção do *status quo* e de uma postura punitiva relativamente àqueles que, entre o estudantado, o quisessem subverter. É neste âmbito que, em 1971, se desenvolvem as primeiras medidas de cariz repressor do movimento associativo da Universidade do Porto: o Senado prescreve a proibição da distribuição de qualquer tipo de propaganda dentro das faculdades, e define uma linha de actuação que previa a denúncia às autoridades de todas as acções de agitação<sup>32</sup>.

## 5. Os Anos de Brasa

Os anos entre 1972 e 1974, dissemo-lo, pautam-se por um incremento significativo da acção insurreccional do estudantado, e bem assim de um incremento no debate teórico, tático, ideológico, e latamente político sobre a linha de orientação a dar ao movimento com vista à consecução dos seus objectivos. Neste artigo ocupar-nos-emos sobretudo daquele primeiro aspecto, embora, quando isso faça sentido, tratemos também das querelas de carácter político-ideológico.

Logo na primeira sessão do Senado Universitário decorrida após o início do ano lectivo de 1972/73, em Novembro de 1972, vemos referido que não fora possível, dado «o clima da disciplina académica», proceder à cerimónia tradicional da «oração de sapiência» no início do ano lectivo<sup>33</sup>. Esta apreciação do clima disciplinar é fundamentada quer pela referência a um plano concertado de agitação subversiva, quer pela denúncia de representantes de pelo menos quatro faculdades (Ciências, Engenharia, Medicina, e Letras) de que na sua institui-

<sup>30</sup> Fernando Rosas, *História de Portugal...*, pp. 489-490.

<sup>31</sup> Como propusera um membro do Senado poder ser solução do problema. Sobre isto cf. ACUP, *Actas de Sessões...* vol. IV, fls. 16-16v.

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, fl. 28.

ção tinham sido verificados actos de insubordinação, agitação, ou propaganda subversiva. É de salientar neste particular a postura dos professores quando aventam soluções para o problema: por um lado lastimam a limitação de meios regulamentares, de equipamentos e de pessoal para o exercício eficaz da sua acção punitiva, e por outro indexam, ilustrando com isso uma postura profundamente elitista em relação ao sistema de ensino, a insubordinação estudantil ao contingente «excessivo» de alunos universitários asseverando o professor da Faculdade de Medicina Daniel Serrão que, em contexto universitário, «não se pode fazer ensino de massas»<sup>34</sup>. Estes dois elementos, a sanha persecutória e a concepção elitista do ensino e particularmente do ensino superior, são, como poucos outros, diáfanas ilustrações da sintonização do corpo docente da Universidade do Porto de então com o fulcro ideológico estadonovista.

1973, o ano civil seguinte, é o ano dos anos nos Anos de Brasa. Nele se verificarão aquelas que foram, respectivamente, a acção mais mobilizadora e a acção mais grave, sob o ponto de vista da indisciplina direccionada contra o corpo docente da Universidade, em todo este período. Falamos da revolta do festival dos coros e da agressão ao director da faculdade de Medicina.

O coro, enquanto símbolo, está intimamente ligado ao imaginário educativo do Estado Novo. Como salientaram Fernando Costa e Luís Grosso Correia, pelo menos desde 1934 foram entendidas por Carneiro Pacheco, que viria a ser ministro da Educação Nacional entre 1936 e 1940, as virtualidades doutrinadoras de uma «orfeanização da nação inteira»<sup>35</sup>. Em seu entender o coro permitia uma educação tríplice, estética recreativa e fisiológica, em concomitância com o desenvolvimento de um pensamento «unísono, obrigatório, mobilizador da massa ordeira e unida em torno do chefe»<sup>36</sup>. Aparte estes aspectos simbólicos do Canto Coral em si mesmo, outros aspectos eram tidos por «provocatórios» do estudantado: tinham sido convocados orfeões estrangeiros, quase todos de países onde vigoravam ditaduras de Direita; os estudantes orfeonistas eram considerados colaboracionistas com o regime, e acusados de delação; e por outro lado, era entendimento do estudantado que o festival cumpria a função de tentar semear entre a população de que a comunidade estudantil era composta, em geral, por estudantes ordeiros e apolíticos, sendo a indisciplina académica obra apenas de um punhado de desordeiros em nada representativos do grosso da comunidade estudantil portuguesa<sup>37</sup>. Cumpria por isso reagir à provocação, e para tanto foi convocado um *meeting* no átrio da entrada do actual edifício da Reitoria, para o qual houve apelos das três tendências associativas.

Decorria a reunião quando os estudantes foram informados pelo Reitor da necessidade de abandonarem o local. O facto era estranho, por não serem incomuns as reuniões estudantis naquele local<sup>38</sup>, e tanto mais a ameaça de intervenção policial. Contudo, assim sucedeu: a Universidade informou o Governo Civil da ocorrência de uma reunião ilegal, e foram enviadas forças policiais para o local. Os acontecimentos tornam-se, nessa altura, bastante confusos: de acordo com os registos lavrados pela Universidade, os estudantes terão reagido

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>35</sup> Fernando Costa & Luís Grosso Correia, «Do unísono à polifonia? Os livros de Canto Coral», in *Manuais Escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto* (Porto: Universidade do Porto, 2008), p. 67.

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, p. 69.

<sup>37</sup> BPMP-R, *Não Cantarão!*, 1973.

<sup>38</sup> Raul Castro, *Reunião Ilegal ou Acusação Irreal?* (Porto: Edição de Autor, s/d), p. 12.

à presença policial retaliando contra as autoridades académicas pela invasão e degradação do Salão Nobre da Reitoria, e por uma tentativa de arrombamento do gabinete do Reitor, que acabaria por sair do edifício vexado e insultado<sup>39</sup>. O advogado Raul Castro, que defendeu noventa estudantes envolvidos neste incidente quer no Tribunal de Polícia quer no Tribunal da Relação do Porto, assevera que, de resto num exercício de violência desproporcional assaz típico nas autoridades policiais de então, o que tinha acontecido era uma investida de polícias quer pela porta principal quer pela porta das traseiras do edifício, a que se tinham somado cordões, incluindo equipas de lançamento de gás, nas portas laterais<sup>40</sup>. A pressão policial, no entender de Castro, tinha impelido os estudantes para o anfiteatro nobre – mas talvez seja difícil admitir que foi sob pressão policial que os estudantes destruíram ornamentos e mobiliário ínsitos no salão, e o picharam com *slogans* de cariz anticolonialista, maoísta, e detractor do festival de coros<sup>41</sup>. A intervenção policial, não se nega, pode ter tido um papel na eclosão da acção violenta do estudantado – mas decerto haveria entre os presentes um grupo, significativo certamente, de alunos «animados de propósitos agressivos»<sup>42</sup>, para retomar a expressão de um juiz do Tribunal de Polícia.

O segundo acontecimento de que trataremos será o da agressão, por um grupo de alunos, ao director da faculdade de Medicina. Medicina, salientemos à partida, era à época um dos principais pontos de ebulição do movimento associativo. Situada numa zona então ultra-periférica cidade do Porto<sup>43</sup>, com escassos contactos com a restante academia, dispondo de um *corpus* de estudantes com aspirações profissionais e questionações similares, era, em suma, uma faculdade que se constituía em ecologia privilegiada para a criação de um grupo homogéneo, onde a politização se espalharia como um rastilho. A tudo isto acresce uma imensa penúria de instalações e equipamentos para a prática consequente do ensino médico, que constituíam perene capital de queixa dos estudantes e acima de tudo dos docentes<sup>44</sup>.

O bar desta faculdade, por ser recorrentemente utilizado pelos alunos como local de encontro e discussão de propostas subversivas foi, às ordens da direcção, encerrado fora do horário em que eram servidas as refeições. Acto contínuo, a 6/12/1973 o estudantado arrombou o bar e foi decretada uma greve às aulas para o dia seguinte. A polícia virá à faculdade no dia seguinte, impedindo a realização da greve, vindo a ter a mesma atitude na acção grevista seguinte, marcada para dia 11 do mesmo mês. Só em 13 de Dezembro os estudantes farão piquetes de greve impedindo a entrada de alunos a despeito da presença policial, o que os fará entrar em confronto com as autoridades. Dessa escaramuça resultaram seis prisões de estudantes, e emergiu uma revolta contra o director da faculdade, que, enquanto duravam os recontros entre polícia e alunos, se escondeu numa sala do 3º andar da faculdade. Um grupo

<sup>39</sup> ACUP, *Actas de Sessões...*, vol. IV, fl. 28.

<sup>40</sup> Raul Castro, *Reunião Ilegal...*, p. 7.

<sup>41</sup> ACUP, *Actas de Sessões...*, vol. IV, fl. 31.

<sup>42</sup> Raul Castro, *Reunião Ilegal...*, p. 17.

<sup>43</sup> Sobre os efeitos da periferização das instalações universitárias, designadamente da Universidade de Nanterre, na eclosão do Maio de '68, cf. Christine Fauré, *Mai 68: Jour et Nuit* (Paris: Gallimard, 2008), p. 28.

<sup>44</sup> De tal sorte que, em 26/6/1973, é remetida ao Ministério da Educação uma carta ameaçando com a virtualidade de a faculdade «[ter de] informar dolorosamente o Governo que não poderá realmente assegurar o ensino». Mas esta ameaça de greve – e este pormenor é ilustrativo dos esquemas mentais do corpo docente de então –, não procedia de um desejo melhorar a condição de funcionamento da faculdade integrando os alunos a mais: era uma forma de radicalizar a luta pela obtenção de uma política de *numerus clausus*. Cf. Arquivos da Faculdade de Medicina do Porto (AFMUP), *Actas dos Conselhos Escolares 1968-1974*, fls. 20-20v.

de estudantes soube do seu esconderijo, arrombou a porta, manietou-o, e uma estudante agrediu-o<sup>45</sup>. Daí por diante a faculdade de Medicina irá desenvolver uma política de «rédea curta» instalando-se um rádio com acesso directo ao comando da PSP, encerrando-se todos os acessos do Hospital de S. João à faculdade, fechando-se a faculdade fora do horário de aulas – e, novamente, o bar fora do horário das refeições.

### Conclusão

Pudemos verificar que, acompanhando o que sucedia na generalidade dos países do mundo e sobretudo no resto do país, também no Porto e na Universidade do Porto o período terminal da década de 60 e o início da década de 70 foram marcados pela ebulição estudantil e pela acirrada luta político-ideológica no campo das esquerdas. Esta constatação causa tanto mais estranha a virtual inexistência de estudos sistemáticos sobre o movimento estudantil portuense desta época, porquanto não é, vimo-lo, verdadeira a asserção de que no Porto a movimentação estudantil fosse escassa, residual, desprezível. O seu peso era bastante – os *Núcleos Sindicais* indicam uma participação de 800 pessoas no meeting dos coros –, e, acima de tudo o preparo teórico-ideológico dos que tomavam parte no movimento, quer do ponto de vista da reflexão sobre o papel do estudante, da Universidade, e genericamente do sistema de ensino nas sociedades capitalistas, até às questões práticas do movimento associativo, como fossem a luta contra a provocação, a postura correcta entre o reformismo e o esquerdismo, a compreensão da necessidade de uma linha justa e concreta de trabalho revolucionário, tudo isto revela que há no movimento associativo da Universidade do Porto, na época que trabalhámos, um filão bastante importante e cujo estudo sistemático e aprofundado em muito poderia contribuir para a história da cidade, do associativismo estudantil português, e da resistência ao Estado Novo.

---

<sup>45</sup> AFMUP, *Actas dos Conselhos...*, fls. 45-45v.

Armando Luís de Carvalho Homem

## A Universidade do Porto e a Vida Nacional: cronologia sinóptica (1911-2010)<sup>1</sup>

R E S U M O | *Em tempo de Centenário da UP, regista-se neste espaço uma cronologia sinóptica da Instituição, das suas Unidades Orgânicas e da projecção social e política de alguns dos seus Mestres.*

A B S T R A C T | *Synoptic chronology of the University of Porto, in time of its Centennial, and of its faculties and of the social and political projection of some scholars.*

1910 Out. 05 – Implantação da República. Teófilo Braga Presidente do Governo Provisório, António José de Almeida ministro do Interior (pasta ao tempo com a tutela do sistema educativo).

1911 Mar. 22 – No quadro de um conjunto de reformas do Ensino Superior, António José de Almeida cria a Universidade do Porto (UP), incorporando as preexistentes Academia Politécnica e Escola Médico-Cirúrgica (com uma Escola de Farmácia anexa). A UP passa a contar com as Faculdades de Ciências (com uma Escola de Engenharia anexa) e de Medicina (mantendo anexa a Escola de Farmácia).

1911 Jul. 16 – Sob a presidência de António José de Almeida – doravante considerado «o fundador» –, inauguração da UP e eleição do primeiro Reitor, o matemático Francisco Gomes Teixeira (1851-1933), dr. pela Faculdade de Matemática da UC, sucessivamente lente

---

<sup>1</sup> Reed. atualizada do trabalho intitulado “A Universidade do Porto e a vida nacional (1911-2003). [Nos 200 anos da Academia Real da Marinha e do Comércio: 1803-2003]”, Revista da Faculdade de Letras – História (III sér., vol. 5, 2004), 257-273. Outra bibliografia utilizada: Alberto Laplaine Guimarães; Bernardo Diniz de Ayala; Manuel Pinto Machado; Miguel Félix António, *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX* (Lisboa: Caixa Geral de Depósitos/IN-CM, 2000). António Barreto; Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* (vols. VII-IX, Porto: Figueirinhas, 1998-2000). Armando Luís de Carvalho Homem, “Tradições Académicas Portuenses: bre ves notas, vividas, de uma ‘História’ em criação”, *Boletim da UP*, 9 (Junho, 1991.), 29-33. Armando Luís de Carvalho Homem, “Invicta Clio”, *Revista da Faculdade de Letras [UP] – História* (III sér., 2, 2001), 9-12 (texto redigido em finais de 2000, como abertura para a página do Dep. de História da FL/UP na internet – disponível em [www.letras.up.pt/dh/apresentacao.htm](http://www.letras.up.pt/dh/apresentacao.htm)). Armando Luís de Carvalho Homem, *O traje dos lentes. Memória para a História da veste dos universitários portugueses (séculos XIX-XX)* («Posfácio» de J. Novais Barbosa, Porto: Faculdade de Letras/UP, 2006, col. «flup e-dita»). Cândido dos Santos, *A mulher e a Universidade do Porto. A propósito do Centenário da licenciatura das primeiras médicas portuguesas* (Porto: UP, 1991). Cândido dos Santos, *Universidade do Porto: Raízes e Memória da Instituição* (Porto: Reitoria da Universidade, 1996). (Amplas indicações bibliográficas; trad. ingl.ª: *University of Porto. Roots and Memories of the Institution*, Porto, Reitoria da Universidade, 2002). *Faculdade de Ciências do Porto: 1762-1803-1837-1911* (coord. Jayme Rios de Souza, Porto: FCUP, 1969). *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: 1911-1986. Os primeiros 75 anos* (com textos introdutórios de J. M. Machado da Silva e Manuel A. V. Ribeiro da Silva, Porto: FCUP, 1990). Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo* (2 vols., Amadora: Bertrand, 1996). Francisco Ribeiro da Silva, “Pensar a Universidade (Algumas notas a propósito do Reitorado de Oliveira Ramos: 1982-1985)”, *Revista da Faculdade de Letras [UP] – História* (III sér., 2, 2001), 189-210. Luís A. de Oliveira Ramos, “Sobre a identidade universitária do Norte de Portugal”, *Revista de História*, (VII, Centro de História da UP, 1986-1987), 199-208. *Pôrto (O) e a sua Universidade*, Porto, s.e., 1925.

substituto e lente da mesma Faculdade e lente da Ac.<sup>a</sup> Politécnica do Porto, doravante professor ordinário da Faculdade de Ciências/UP; exercerá o cargo reitoral até 1917.

1912 – Duarte Leite Pereira da Silva (1864-1950), lente de Ciências/*Matemática*, nomeado Presidente do Ministério e ministro do Interior; abraçará mais tarde a vida diplomática, sendo, mormente, embaixador no Brasil.

1912 Mar. 06 – Criação do primeiro Orfeão Académico do Porto.

1913 – Criação do ministério da Instrução Pública. O lente de Medicina António Joaquim de Sousa Jr. é o primeiro titular (voltará ao cargo em 1924/1925).

1915 – João Lopes Martins, lente de Medicina, ministro da Instrução Pública. A Escola de Engenharia da Faculdade de Ciências converte-se em Faculdade Técnica/UP. Autonomização da Escola de Farmácia.

1917/1919 – José Alfredo Mendes de Magalhães (1850-1957), lente de Medicina, ministro da Instrução nos gabinetes sidonistas. Voltará à pasta em 1926/1928.

1918/1919 – Cândido Augusto Correia de Pinho (1858-?), lente de Medicina, Reitor da UP.

1919 – Ano academicamente turbulento, em tempos de *post*-sidonismo e de «Monarquia do Norte». Augusto Pereira Nobre (1865-1946), lente de Ciências/*Zoologia*, Reitor da UP (desempenhará o cargo até 1926; será ministro da Instrução em 1920, 1920/1921 e 1921/1922).

1919 Mai. 01 – O filósofo Leonardo José Coimbra (1883-1936), ministro da Instrução no gabinete Domingos Pereira, desanexa a Faculdade de Letras de Coimbra da respectiva Universidade e transfere-a para o Porto, colocando o Corpo Docente na disponibilidade.

1919 Ag.º 27 – O gabinete Sá Cardoso anula a medida anterior e cria a 1.<sup>a</sup> Faculdade de Letras/UP. Leonardo Coimbra será um dos primeiros professores ordinários do grupo de *Filosofia* e o 1.º Director da Escola. Será de novo ministro da Instrução em 1922/1923.

1921 Jan. 18 – A Escola de Farmácia obtém o estatuto de Faculdade.

1921 Abr. 15 – Primeiros doutoramentos h.c. pela UP/Faculdade de Ciências. Recebem a láurea os oficiais-generais aliados Marechal Joseph Joffre (França), Generalíssimo Armando Diaz (Itália) e General Smith Dorrien (Inglaterra).

1925 – Comemoração do centenário da Real Escola de Cirurgia, antecessora da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Aprovação do «emblema esfragístico» da UP.

1926 Mai. 28 – Um golpe de estado militar instaura a *Ditadura Nacional*.

1926 Jun. – O já mencionado lente de Medicina José Alfredo Mendes de Magalhães é eleito Reitor da UP. Conservará a titularidade até 1928.

1926 Dez. 17 – A Faculdade Técnica passa a designar-se Faculdade de Engenharia.

1928 Abr. 12 – Extinção da Faculdade de Letras/UP (funcionará terminalmente até 1931, para permitir a conclusão das licenciaturas aos estudantes ingressados em 1927). O ministro e Reitor J. Alfredo de Magalhães não sobrevive nos cargos. No final deste mês: António de Oliveira Salazar (1889-1970) ministro das Finanças.

1929/1931 – Alexandre Alberto de Sousa Pinto (1880-1982), lente de Ciências/*Física*, Reitor da UP (será ministro da Instrução em 1933/1934).

1930 – Incidentes na Faculdade de Medicina (consequência máxima: morte de um estudante, caído dos andaimes das obras de remodelação do edifício), por ocasião de uma visita do Chefe do Estado, general Fragoso Carmona, à Cidade.

1931/1932 – O Reitor da UP é o juiz Alberto Eduardo Plácido (1874-1942), à data desembargador da Relação do Porto.

1932 Jul. – Salazar na chefia do Executivo.

1933 Abr. – Entrada em vigor da *Constituição Política da República Portuguesa*. Institucionalização do «Estado Novo».

1935 – Nos termos de legislação deste ano, afastamento compulsivo da vida universitária do lente Abel Salazar e dos assistentes Luís Neves Real, António Barros Machado e Henrique Ziller Perez, entre outros.

1935/1943 – José Pereira Salgado (1873-1946), lente de Ciências/*Química*, Reitor da UP.

1936 – O ministério da Instrução Pública passa a designar-se ministério da Educação Nacional.

1937 – Comemoração do centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica. A Faculdade de Engenharia instala-se (até 2001...) no edifício da Rua dos Bragas. Reorganização (efémera) do Orfeão Académico.

1938 – Inauguração oficial do edifício da Faculdade de Farmácia, à Rua Aníbal Cunha (em prolongada construção desde a década anterior).

1940 – A medalha concebida pelo escultor João da Silva para os centenários de 1937 converte-se em símbolo da UP (será medalha doutoral a partir de 1994).

1942 – Criação, no âmbito da Mocidade Portuguesa, do Centro Universitário do Porto (CUP) – futuros Serviços de Acção Social da Universidade do Porto (SASUP) –, superintendendo nas cantinas e residências universitárias; possui desde cedo uma secção para as actividades gimnodesportivas (futuro CDUP; v. *infra*, 1946).

1942/1943 – Reorganização definitiva do Orfeão, que passa a designar-se Orfeão Universitário do Porto (OUP). Regência artística (até 1967) do Maestro Afonso Valentim [da Costa Pinto] (1897-1974). Admissão de elementos femininos e, pelo final da década, adopção de uma versão feminina do traje académico.

1943/1946 – António José Adriano Rodrigues (1890-?), lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Minas* e Coronel de Infantaria tirocinado, é o Reitor da UP.

1944/1947 – Primeiros doutoramentos femininos na UP: Leopoldina Paulo (Ciências/*Biologia*, 1944), Judite Santos Pereira (Ciências/*Geologia*, 1945) e Maria Serpa dos Santos (Farmácia, 1947)<sup>2</sup>.

1945 ss. – O termo da Guerra desencadeia movimentações no sentido da reabertura da Faculdade de Letras.

1946 – Criação, também no âmbito da Mocidade Portuguesa, do Centro Desportivo Universitário do Porto (CDUP), superintendendo nas actividades desportivas. À sua gestão – bem como à do CUP (v. *supra*, 1942) – ficarão longamente ligados os lentes de Ciências/*Geologia* Domingos José Rosas da Silva (1896-1967) e de Ciências/*Matemática* Jayme Eduardo Rios de Souza (1909-1971).

1946/1961 – Amândio Joaquim Tavares (1900-1974), lente de Medicina, Reitor da UP. Será seu Vice-Reitor o também lente de Medicina Fernando Domingues Magano Júnior. Durante o reitorado de Amândio Tavares será regularmente publicado o *Anuário da UP*.

1947 – Nos termos da legislação de 1935, afastamento compulsivo do lente Ruy Luís Gomes e dos assistentes Jorge Delgado, Laureano Barros e Alfredo Pereira Gomes, entre outros. Criação pelo Instituto de Alta Cultura, e em articulação com a Câmara Municipal do Porto – presidida ao tempo pelo lente de Medicina Luís José de Pina Guimarães (1901-1972) –, do Centro de Estudos Humanísticos (CEH, anexo à UP), ‘gérmen’ da 2.<sup>a</sup> Faculdade de Letras; ministrará cursos livres ao nível de Ensino Superior e atribuirá bolsas de estudo a

<sup>2</sup> Futura lente da UC; 1.<sup>a</sup> dr.<sup>a</sup> e 1.<sup>a</sup> catedrática (1972) de Farmácia a nível nacional.

investigadores. O CEH terá Revista própria (*Studium Generale*, com o suplemento arqueológico *Lucerna*) e uma coleção de monografias («Amphitheatrum»).

1947/1948 – Daniel Vieira Barbosa (1908-1986), ex-assistente e futuro lente de Engenharia, exerce o cargo de ministro da Economia.

1948 – Criação, com forte empenho do lente de Medicina Hernâni Monteiro, do Teatro Universitário do Porto (TUP). O encenador J. Correia Alves será longamente o responsável artístico.

1950 – Inauguração do Estádio Universitário.

1953 – Criação da Faculdade de Economia. Funcionará durante mais de 20 anos nas «águas-furtadas» da Faculdade de Ciências.

1954 – Inauguração do Jardim Botânico (Faculdade de Ciências), na Casa Andresen, à Rua do Campo Alegre.

1959 Jun. 24 – Inauguração do Hospital Escolar de S. João, nova sede da Faculdade de Medicina. Por decisão reitoral, o antigo edifício da FM/UP fica destinado à Faculdade de Letras, cuja re-criação se prevê para breve. Obs.: Com a substituição do Reitor Amândio Tavares (1961) instalar-se-ão transitoriamente (*ma non troppo...*) no edifício diversos serviços das Faculdades de Ciências e Engenharia, bem como a sede do OUP.

1961/1969 – Manuel Corrêa de Barros Jr. (1904-1991), lente de Engenharia/*Eng.ª Electrotécnica*, Reitor da UP. Serão seus Vice-Reitores o lente de Ciências/*Matemática* Rodrigo Sarmiento de Beires (1895-?; até 1965) e o lente de Farmácia Armando Vasconcelos Laroze Rocha (1900-1983; 1965 ss.).

1961 Ag.º 17 – Criação da 2.ª Faculdade de Letras/UP, com os grupos de *História* (4.º) e de *Filosofia* (6.º) e o Curso de *Ciências Pedagógicas*. O CEH passa a estar anexo à nova Escola.

1962/63 – Entrada em funcionamento da nova Faculdade de Letras, ocupando em pleno apenas 4 salas de aula e um anfiteatro do antigo edifício de Medicina e partilhando o resto do espaço com Ciências, Engenharia, Economia, Belas-Artes, OUP, TUP e uma cantina do CUP. A vizinhança das cavalariças do Quartel do Carmo da GNR – e a consequente poluição atmosférica – vai dando lugar a dizeres satíricos. Um dos primeiros docentes do grupo de *História* é o ex-subsecretário de Estado da Educação Nacional (1961/1962) Carlos Eduardo Bastos de Soveral (1921-2007); outro é António Cruz (1911-1989), à data (e até 1975) Director da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

1962/1968 – O lente de Ciências/*Química* Alberto Carlos de Brito (1901-1975) exerce as funções de subsecretário de Estado da Educação Nacional (1962-1964) e da Administração Escolar (1964-1968).

1964/65 – Movimentos estudantis.

1964/1968 – O então 1.º assistente de Ciências/*Química* Fernando Octávio Pinto Serrão (?-1981) exerce as funções de subsecretário de Estado da Juventude e dos Desportos.

1966 – Criação do Coral de Letras da UP (CLUP). Regência, até à actualidade, de José Luís Borges Coelho, à data estudante de *História* (depois licenciado) e diplomado pelo Conservatório de Música do Porto.

1967 Mar. – Criação da Associação dos Antigos Orfeonistas da UP (AAOUP).

1967/1969 – O Maestro Günther Arglebe (1932-2009) exerce a regência artística do OUP.

1968 (Set.) – Marcello José das Neves Alves Caetano (1906-1980) substitui Salazar na Presidência do Conselho de Ministros.

1968 (Out.) – Inauguração do pavilhão gimnodesportivo, na área do Estádio Universitário.

1968 ss. – Nova fase de movimentações estudantis.

1969/1973 – Joaquim Germano Pinto Machado Correia da Silva (1930-2011), lente de Medicina, é deputado à Assembleia Nacional, na sequência das primeiras eleições da fase *marcellista* do Regime; integrará o grupo conhecido como «ala liberal».

1969/1974 – António de Sousa Pereira (1904-1986), lente de Medicina, Reitor da UP. Será seu Vice-Reitor o lente de Economia Fernando Maria Alberto de Seabra (1918-?).

1969/70 – Institucionalização plena da FL/UP, nos termos do Decreto fundador – 3 catedráticos em exercício: António Cruz (1911-1989; *História*, desde Janeiro de 1969), Maria de Lourdes Belchior Pontes (1925-1999; *Filologia Românica*, desde Dezembro 1969) e Eduardo Abranches de Soveral (1927-2003; *Filosofia*, desde Janeiro 1970). Instalação do Conselho Escolar e designação (Julho 1970), em termos já não-interinos, dos titulares dos cargos unipessoais: *Director* – António Cruz; *Secretário* – Eduardo de Soveral; *Bibliotecário* – José António Ferreira de Almeida (1913-1981). Todos exercerão até Abril de 1974.

1969/1973 – O pianista e professor do Conservatório de Música do Porto Fernando Jorge Azevedo exerce a regência artística do OUP.

1970/1974 – José Veiga Simão é ministro da Educação Nacional no gabinete de Marcello Caetano. Em Julho de 1970 visita a UP e concede longas audiências às autoridades académicas, a membros do Corpo Docente e a dirigentes associativos.

1970/71 – Ano culminante da fase de movimentação estudantil iniciada em 1968. Boicote à «Queima das Fitas» (1971, Abr.); suspensão desta festividade até 1979.

1972/1974 – O assistente de Economia Hermes Augusto dos Santos exerce as funções de secretário de Estado da Indústria.

1972/73 e 1973/1974 – Nova fase de movimentações estudantis, que em Mar./Abr.73 terão por alvo o «Festival Internacional de Coros Universitários», organizado pelo Orfeon Académico de Coimbra. Endurecimento repressivo do Regime: suspensão de estudantes. A entrada em funcionamento das licenciaturas em *Filologia Germânica* e em *Geografia* faz entretanto da Faculdade de Letras a Escola mais populosa da UP.

1973 (Out.) – Mário Mateus, barítono e maestro de coros, assume a regência artística do OUP, que mantém até 2006.

1974 (Mar.) – Jubilação do Reitor António de Sousa Pereira; fica em exercício o Vice-Reitor Fernando de Seabra.

1974 Abr. 19 – Um incêndio destrói a ala Norte da Faculdade de Ciências.

1974 Abr. 25 – Um golpe de Estado militar põe termo ao Regime da Constituição de 1933<sup>3</sup>. São destituídas todas as autoridades académicas.

1974 Mai. 07 – Ruy Luís Gomes (1905-1984), recém-reintegrado como lente de Ciências/*Matemática* – e, automaticamente, decano da Universidade –, toma posse do cargo de Reitor. Exercerá até ao limite de idade (Dez.1975). Serão seus Vice-Reitores: José Cardoso Morgado Jr. (1922-2003), antigo aluno de Ciências/*Matemática*, antigo assistente do Instituto Superior de Agronomia/UTL (afastado compulsivamente em 1947), companheiro de exílio e de vida universitária na Argentina e no Brasil do novo Reitor e doravante lente de Ciências/*Matemática*; e Óscar Luso de Freitas Lopes, licenciado em *Filologia Clássica* pela

<sup>3</sup> Com a ascensão do general (depois marechal) Francisco da Costa Gomes (1914-2002) à chefia interina do Estado (1974.Set./1976.Jul.) a UP tem pela 1.ª vez (e, até hoje, única) um seu lic.º (em *Matemática*, anos 40) em tal dignidade, ainda que anteriormente o marechal Carmona tenha sido estudante da Academia Politécnica (finais da década de 1890).

UL e em *Ciências Histórico-Filosóficas* pela UC, professor liceal, doravante lente de Letras/*Filologia Românica*.

1974 Jun. – Conclusão do novo edifício de Economia (à Asprela); funcionamento a partir de 1974/75.

1974/1975 – A conjuntura determina uma série de afastamentos (ditos, à época, «saneamentos») de membros do pessoal docente e do corpo de funcionários.

1975 – Criação da Casa-Museu «Abel Salazar», em S. Mamede de Infesta.

1975 Mar. 11 – Na sequência dos acontecimentos político-militares desta data, prisão do assistente de Letras/*História* Lic.º José Vieira de Carvalho (1938-2002); em Agosto será demitido da Função Pública; libertado em Dezembro. Não retomará a docência na UP. Fora (1970/1974) e voltará a ser (1980/2001) Presidente da Câmara Municipal da Maia.

1975 Abr. 25 – Eleição da Assembleia Constituinte.

1975 Mai. – Um incêndio destrói parcialmente o edifício de Farmácia.

1975 Mai. 05 – Criação do Instituto de Ciências Biomédicas «Abel Salazar» (ICBAS). Actividade docente a partir de 1976/77, com as licenciaturas em *Medicina* e em *Ciências do Meio Aquático*. Ao arranque e consolidação desta Escola ligam-se os nomes do neurologista Corino de Andrade e do anatomista Nuno Grande. O ICBAS começa a instalar-se no antigo edifício de Medicina e retransporta o Hospital de St.º António à situação de Hospital Escolar.

1975 Jul. – Incidentes na Faculdade de Medicina, na sequência de uma tentativa de «saneamento» do lente de *Radiologia* Albano Ramos.

1975 Dez. – Jubilação de Ruy Luís Gomes; José Morgado Vice-Reitor em exercício.

1975 Dez. 03 – Criação do Instituto Superior de Educação Física, mais tarde Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física.

1976 Fev./1977 Ag.º – O grupo de *História* da Faculdade de Letras funciona transitivamente no antigo Seminário de Vilar; aí funcionam também alguns serviços administrativos e cursos propedêuticos do ICBAS.

1976 Abr. 02 – Aprovação da nova *Constituição da República Portuguesa*. Eleições legislativas (25 Abr.) e presidenciais (30 Jun.).

1976 Mai. 31 – Criação do Curso Superior de Nutricionismo, mais tarde convertido em licenciatura em *Ciências da Nutrição*. Em 1992 esta área do Saber passará a constituir a Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação.

1976 Jul. 14 – Posse do 1.º Presidente da República eleito, gen. António dos Santos Ramalho Eanes.

1976 Jul. 23 – Posse do I Governo Constitucional (GC), primeiro-ministro Mário Soares. O futuro lente do ICBAS Adalberto Paulo Mendo exerce as funções de secretário de Estado da Saúde; voltará ao cargo nos VII e VIII GGCC.

1976 Out. – O ministro da Educação e Investigação Científica do I GC, Mário Sottomayor Cardia, nomeia Reitor interino da UP o decano da Universidade, o lente de Medicina Manuel da Silva Pinto (?-1983). Serão seus Vice-Reitores os lentes de Engenharia/*Eng.ª Civil* Aristides Guedes Coelho e de Ciências/*Física* José Manuel Machado da Silva. A Reitoria passa a funcionar no antigo edifício militar do *Centro de Instrução e Condução Auto do Porto* (CICAP), à Rua D. Manuel II.

1977 Jan. 20 – Criação do Curso Superior de *Psicologia*.

1977 Mar. – A Faculdade de Letras começa a instalar-se provisoriamente num edifício destinado a Ciências, no parque da casa Burmester, à R. do Campo Alegre, 1021-1055.

1978 – O lente de Medicina Alexandre Alberto Guerra Sousa Pinto<sup>4</sup> exerce as funções de secretário de Estado da Investigação Científica no II GC.

1978 Abr. 08 – Reprovação do professor auxiliar Victor de Sá (1921-2004) no concurso de provas públicas para professor extraordinário de Letras/*História*; reacções *desencontradas* na comunidade académica. Nos 30 anos subsequentes não faltarão situações congêneres em diversas Unidades Orgânicas da UP, ainda que Letras pareça deter alguma propensão...; as reacções serão de novo *desencontradas*: como de costume...<sup>5</sup>.

1978 Abr. – Armando de Araújo Martins Campos e Mattos (1919-1990), lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Civil*, nomeado Reitor da UP, o último de provimento ministerial puro. Exercerá até finais de 1981. Serão seus Vice-Reitores os lentes de Medicina/*Ginecologia e Obstetrícia* João Silva Carvalho e de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Metalúrgica* Horácio da Maia Ferreira e Costa.

1978/1979 – O lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Civil* Luís Valente de Oliveira exerce as funções de ministro da Educação e Investigação Científica IV GC. Exercem as funções de secretários de Estado do Planeamento e das Finanças, respectivamente, o lente de Economia Rui José da Conceição Nunes e o assistente da mesma Escola Alípio Barrosa Pereira Dias.

1979 – Retoma da *Queima das Fitas* e de todo um ‘universo’ de práticas tradicionais.

1979 Dez. 21 – O grupo de *Arquitectura* da Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP) converte-se em Faculdade de Arquitectura/UP.

1979/1988 e 1995/2000 – O lente de Letras/*História* Humberto Baquero Moreno exerce o cargo de Director do Arquivo Distrital do Porto.

1980 – Os assistentes de Economia Alípio Barrosa Pereira Dias e Miguel José Ribeiro Cadilhe exercem as funções de secretários de Estado das Finanças e do Planeamento, respectivamente, no VI GC.

1980 Nov. 05 – O Curso Superior de Psicologia converte-se em Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

1981/1985 – O assistente de Economia Alípio Barrosa Pereira Dias exerce as funções de secretário de Estado do Orçamento nos VII, VIII e IX GGCC.

1981 Out. – Um despacho do ministro da Educação do VIII GC, Vítor Pereira Crespo, manda realizar experimentalmente, segundo um processo eleitoral ‘imperfeito’<sup>6</sup>, a designação dos Reitores das Universidades do Porto e do Minho a prover dentro de meses. Movimentações na FL/UP, no sentido de que esta Escola tenha pela 1.<sup>a</sup> vez um dos seus lentes na equipa reitoral. Após descarte de alguns nomes, perfila-se a candidatura de Luís António de Oliveira Ramos, lente de *História Moderna*, contando à data 42 anos; licenciado em *Ciências Histórico-Filosóficas* pela UL, aí iniciou carreira (1962/1963), transferindo-se para a UP no último daqueles anos. Candidatam-se igualmente o lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Electrotécnica* Francisco Velez Grilo e o lente de Farmácia Rui Manuel Ramos Morgado.

1982 Mar. – Processo eleitoral, presidido pelo decano da UP, o lente de Farmácia José Ferreira do Vale Serrano. Sabe-se, *off the record*, que Luís de Oliveira Ramos foi o candidato

<sup>4</sup> Neto do antigo Reitor Alexandre Alberto de Sousa Pinto (v. *supra*, 1929/1931).

<sup>5</sup> Diria Camilo: «(...) já não existe a tradição da velha tirania dos patibulos, excepto o vinho que ainda é de enforcado.» («Filho [O] Natural», in *Novelas do Minho*, II, a abrir).

<sup>6</sup> Um Colégio Eleitoral representativo de docentes, discentes e funcionários indicaria ao ministro, sem menção de votos obtidos e por simples ordem alfabética, os nomes de 3 professores catedráticos de nomeação definitiva. Independentemente de candidaturas, seriam elegíveis todos os lentes naquela situação que não houvessem declarado indisponibilidade. As equipas reitorais exerceriam por um triénio.

mais votado, o que levará o ministro Vítor Crespo a nomeá-lo. O novo *prelado* convida para Vice-Reitores os outros 2 candidatos formais.

1982 Abr. – Posse da equipa reitoral para 1982/1985. Em princípios deste último ano Francisco Velez Grilo será substituído pelo lente de Medicina/*Farmacologia* Serafim Guimarães.

1983/1985 – O lente de Letras/*Línguas e Literaturas Românicas* José Augusto Baptista Lopes e Seabra (1937-2004) exerce as funções de ministro da Educação no IX GC (*Bloco Central*); posteriormente enveredará pela carreira diplomática (1985 ss.), servindo na UNESCO (Paris), em Nova Delhi, em Bucareste e em Buenos Aires. O assistente de Economia Alberto Amorim Pereira exerce as funções de subsecretário de Estado Adjunto do ministro das Finanças e do Plano no mesmo Executivo.

1984 Jan. 06 – Jean Delumeau, historiador insigne, lente do *Collège de France*, é feito dr. h.c. pela Faculdade de Letras, onde já orientara 3 candidatos ao doutoramento em *História Moderna e Contemporânea* (Cândido dos Santos, Eugénio dos Santos e João Francisco Marques).

1984/1985 – O lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Mecânica* Eduardo Oliveira Fernandes exerce as funções de secretário de Estado do Ambiente no IX GC.; o lente de Medicina/*Anatomia* Joaquim Germano Pinto Machado Correia da Silva exerce as funções de secretário de Estado do Ensino Superior no mesmo Executivo.

1985/1990 – O assistente de Economia Miguel José Ribeiro Cadilhe exerce as funções de ministro das Finanças nos X e XI GGCC.

1985/1995 – O lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Civil* Luís Valente de Oliveira exerce as funções de ministro do Plano e da Administração do Território nos X, XI e XII GGCC.

1985 Nov. – Eleição reitoral. Candidatam-se o lente de Ciências/*Química* Alberto Manuel Sampaio e Castro Amaral, o lente de Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Metalúrgica* Horácio da Maia Ferreira e Costa (Vice-Reitor em 1978/1981) e o lente de Economia Rui José da Conceição Nunes; algo tardiamente, acaba por se recandidatar o próprio Reitor cessante. Alberto Amaral será o mais votado. Toma posse em 1985/12/05. Por sucessivas reeleições, no quadro da Lei da Autonomia Universitária (1988), acabará por se manter no cargo até ao Outono de 1998. Serão seus Vice-Reitores: Cândido dos Santos (Letras/*História*, todos os mandatos); Francisco Carvalho Guerra (Farmácia, 1985/1991); Eduardo Oliveira Fernandes (Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Mecânica*, 1986/1991); Manuel Miranda Magalhães (Medicina, 1991/1998); e José Ângelo da Mota Novais Barbosa (Engenharia/*Eng.<sup>a</sup> Civil*, 1992/1998).

1985/1990 – O assistente de Economia Miguel José Ribeiro Cadilhe exerce as funções de ministro das Finanças nos X e XI GGCC.

1986/1987 – Joaquim Germano Pinto Machado Correia da Silva, lente de Medicina/*Anatomia*, exerce o cargo de governador de Macau.

1987 – «Bodas de Diamante» da UP. Entre colóquios e homenagens, são feitos Drs. h.c., entre outros, José de Azeredo Perdigão (por todas as Faculdades) e Victor Sá Machado (pela Fac. Medicina). Criação da *Fundação Gomes Teixeira*.

1988 – Criação do Instituto Superior de Estudos Empresariais (ISEE), unidade orgânica ministrante de ensino *post-graduado*.

1988 Set. – A UP acolhe o Congresso Internacional *Bartolomeu Dias e a sua Época*, presidido pelo lente de Letras/*História* Luís de Oliveira Ramos.

1989 Jan. 06 – Integração na UP da Escola Superior (mais tarde Faculdade) de Medicina Dentária.

1988/1990 – O lente de Letras/*História* Humberto Baquero Moreno exerce o cargo de Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1989 Abr. – Inauguração do Círculo Universitário do Porto (casa Primo Madeira, à R. do Campo Alegre, 977). Clube dos docentes da UP, dispõe de restaurante, bar, *self-service*, mini-residência para Mestres de visita à Universidade, serviços da Fundação Gomes Teixeira, salas para Seminários, etc. O restauro assentou em projecto do lente de Arquitectura Fernando Luís Cardoso de Meneses e Tavares de Távora (1923-2007), valendo-lhe um Prémio da Câmara Municipal do Porto (ano de 1988).

1989 Jun. – Manoel de Oliveira é feito dr. h.c. pela Faculdade de Arquitectura.

1990 Jun. 20 – O Presidente da República, Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares, é feito dr. h.c. pela Faculdade de Letras.

1990 Jun. 30 – António Barros Machado, antigo docente da UP, compulsivamente afastado nos anos 30, é feito dr. h.c. pelo ICBAS.

1990 Jul. – Um incêndio destrói a ala Sul do ICBAS; outro incêndio afecta parte do edifício de Engenharia.

1991 Dez. – A Faculdade de Medicina comemora o centenário da 1.<sup>as</sup> médicas portuguesas (Escola Médico-Cirúrgica do Porto), em cerimónia presidida por Maria Barroso e que teve como oradores os lentes Daniel Serrão, Conceição Magalhães, Teresa Lago e Cândido dos Santos.

1992 Out. 30 – A ESBAP (com os grupos de *Pintura, Escultura e Design da Comunicação*) converte-se em Faculdade de Belas-Artes/UP.

1992/93 – No quadro de uma política restritiva de cariz neo-liberal, a equipa do ministério da Educação do XII GC (Fernando Couto dos Santos, ministro; José Augusto Perestrello Alarcão Trony e Pedro Lynce de Faria, secretários de Estado) conduz uma política agressiva em termos de cerceamento da Autonomia Universitária, de subalternização das Ciências Sociais e Humanas e de abaixamento a todo o custo do montante do Corpo Docente<sup>7</sup>, aplicando a figura da *ratio-padrão*; ao mesmo tempo, hostilizam-se o Ensino Superior Privado e Cooperativo e os docentes do Ensino Superior Estatal que, nos termos legais e regulamentares, aí exerçam funções em acumulação; lança-se o conceito de *turbo-professor*; mas jamais se testará a sua *operatividade*... Um jornalista do *Expresso* considera – e não é desmentido – que o Reitor Alberto Amaral é o ‘ideólogo’ da política do ministério. Por via disto, a FL/UP em geral e o grupo de *História* em particular vivem um ano agitado: em finais de Outubro demite-se o Presidente do Conselho Científico, Luís de Oliveira Ramos (*História*), sendo depois eleito António Ferreira de Brito (1939-2001, *Línguas e Literaturas Românicas*).

1993/1995 – Adalberto Paulo Mendo, lente do ICBAS, exerce o cargo de ministro da Saúde no XII GC. O lente de Engenharia Joaquim Manuel Poças Martins exerce o cargo de secretário de Estado do Ambiente e do Consumidor no mesmo Executivo.

1994 Jul. 08 – Criação da Faculdade de Direito/UP. Actividade docente a partir de 1995/ 96. À FD/UP está destinado, uma vez completadas as obras de remodelação, o antigo edifício de Engenharia (à Rua das Bragas).

<sup>7</sup> Mormente pela tentativa – parcialmente gorada – de fazer regressar às Escolas de origem docentes com vínculo ao Ensino Básico e Secundário e exercendo na UP em regime de destacamento. Um doutorando em *Letras/História da Arte* com provas marcadas para finais de Nov.1992 terá inclusivamente que se apresentar na sua Escola Preparatória de origem nos meses de Out. e Nov. do ano em causa; o Conselho Directivo da dita Escola mostrará o bom-senso e o bom-gosto de se limitar a mandá-lo comparecer x horas na Biblioteca duas vezes por semana.

1994/1995 – O líder do Partido Socialista, António Guterres, ao tempo na oposição, lança os «Estados Gerais para uma nova Maioria», onde o Reitor Alberto Amaral é figura destacada. Dele se fala para ministro da Educação de um hipotético Executivo Guterres...

1995/1996 – O lente de Economia Daniel Bessa Fernandes Coelho exerce as funções de ministro da Economia do XIII GC.

1995/1999 – Os lentes de Economia Elisa Guimarães Ferreira e Fernando Teixeira dos Santos desempenham os cargos de ministra do Ambiente e de secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, respectivamente, no XIII GC.

1995 Dez. 05 – Inauguração do novo edifício de Letras (projecto Nuno Jennings Tasso de Sousa). De concepção e estética nada pacíficas, não têm faltado problemas afectando o funcionamento quotidiano (v.g. humidade, queda de pedaços do revestimento interior, segurança nos acessos...), para além de uma congénita falta de espaço; encerramentos temporários para obras em 1999/2000 e 2000/01. Até que ponto as ampliações em curso (construção de equipamentos para todo o pólo: cantina, parque de estacionamento subterrâneo, residência estudantil, auditório...)⁸ ‘suavizarão’ as questões ?

1996/1997 – O lente de Engenharia Fernando Freire de Sousa exerce as funções de Secretário de Estado da Competitividade e Internacionalização no XIII GC.

1998 Jul. – Eleição reitoral. José Ângelo Novais Barbosa, lente de Engenharia/ *Eng.ª Civil*, Vice-Reitor, é candidato único, sendo eleito. Serão seus Vice-Reitores o lente de Ciências/*Química* José Alberto Ferreira Gomes, a lente de Letras/*Línguas e Literaturas Românicas* Maria da Graça Lisboa Castro Pinto e o lente de Medicina/*Farmacologia* Daniel Moura.

1999 – Reactivação da Associação dos Antigos Alunos da UP. Lançamento da Revista *UPorto*, sob a directa responsabilidade do Vice-Reitor José Alberto Ferreira Gomes.

1999 Mar. 22 – O Reitor Novais Barbosa institui o *Dia da Universidade*, a comemorar anualmente no aniversário da criação da UP. 1.ª edição: consagrada à temática *Universidade e Património Museológico*; sessão solene no Salão Nobre da Faculdade de Ciências, com oração de sapiência pelo lente de Letras/*Ciências e Técnicas do Património* Armando Coelho Ferreira da Silva.

1999/2000 – O lente de Economia/*Ciências Sociais* Augusto Ernesto Santos Silva exerce o cargo de secretário de Estado da Administração Educativa no XIV GC.

1999/2002 – A lente de Economia Elisa Guimarães Ferreira desempenha o cargo de ministra do Planeamento no XIV GC.

2000 – Conversão do ISEE (v. *supra*, 1988) em Escola de Gestão do Porto (EGP).

2000 Mar. 22 – *Dia da Universidade*, consagrado à temática *Universidade e Cidade*. Sessão solene no teatro do Campo Alegre, com *oração de sapiência* pelo lente de Arquitectura Domingos Tavares.

2000/2001 – O lente de Economia/*Ciências Sociais* Augusto Ernesto Santos Silva exerce o cargo de ministro da Educação no XIV GC.

2000 Out. 30 – Xanana Gusmão, D. Carlos Ximenes Belo e José Ramos-Horta são feitos drs. h.c. pela Faculdade de Letras.

2001 – A cidade do Porto é *Capital Europeia da Cultura*. A liderança do evento cabe à lente de Ciências/*Matemática* Teresa Lago.

---

⁸ Obs. de 2010: ao fechar da primeira década do século XXI, a concretização do em tempos projectado auditório parece irremediavelmente comprometida...

2001 Mar. 22 – *Dia da Universidade*: inauguração oficial das novas instalações da Faculdade de Engenharia.

2001 Nov. – O lente de Letras/*História* Francisco Ribeiro da Silva substitui Maria da Graça Pinto no cargo vice-reitoral.

2001/2002 – O lente de Economia/*Ciências Sociais* Augusto Ernesto Santos Silva exerce o cargo de ministro da Cultura no XIV GC. O lente de Engenharia/*Eng.ª Mecânica* Eduardo Oliveira Fernandes exerce as funções de secretário de Estado adjunto do ministro da Economia no mesmo Executivo.

2002 Mar. 22 – *Dia da Universidade*, em torno da problemática *Universidade e Construção Europeia*: sessão solene no Salão Nobre da Fac. Ciências, com *oração de sapiência* pelo Reitor da Universidade de Valladolid.

2002/2003 – O lente aposentado de Engenharia/*Eng.ª Civil* Luís Valente de Oliveira exerce as funções de ministro das Obras Públicas no XV GC.

2002 Jul. – Eleição reitoral. Recandidatura de José Ângelo Novais Barbosa. Apresentam-se igualmente ao sufrágio o lente de Engenharia/*Eng.ª Mecânica* Eduardo Oliveira Fernandes e o lente de Medicina Altamiro da Costa Pereira. Reeleição do Reitor cessante.

2002 Set. – Posse de José Ângelo Novais Barbosa para um 2.º mandato. Serão seus Vice-Reitores o lente de Ciências/*Química* José Alberto Ferreira Gomes, o lente de Letras/*História* Francisco Ribeiro da Silva, o lente de Engenharia/*Eng.ª Electrotécnica* José Carlos Diogo Marques dos Santos e a lente de Medicina Isabel Pereira.

2002 Out. – Entra em vigor a reforma (simplificante) dos actos solenes da UP. Nos doutoramentos h.c. desaparecem as falas em Latim e o elogio do apresentante que, em contrapartida, passa a ter a responsabilidade da petição de grau para o doutorando. Desaparecimento do conjunto *borla-e-capelo* como insígnia doutoral nestas cerimónias.

2002 Dez. – O lente de Medicina e Director do *Instituto de Biologia e Patologia Molecular* (IPATIMUP) Manuel Sobrinho Simões recebe o PRÉMIO PESSOA (ed. 2002), atribuído pelo jornal *Expresso* e pela multinacional UNISYS.

2003 – O lente jubilado de Engenharia Joaquim Augusto Ribeiro Sarmiento recebe o PRÉMIO LEONARDO DA VINCI, galardão considerado como «o Nobel da Engenharia Civil».

2003 Jan. – Aprovação pelo Senado do *traje doutoral da UP* (versão simplificada da beca oitocentista, criada para as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto [meados da década de 1850]). Ao mesmo tempo, a medalha doutoral da UP passa a pender de escapulário na cor da Escola e/ou especialidade científica, substituindo a simples fita preexistente; na cercadura da medalha a expressão PORTVCALENSIS VNIVERSITAS é substituída pela divisa da Academia Politécnica, VIRTVS VNITA FORTIVS AGIT. Nova cor da UP: o rosa é substituído pelo ouro velho.

2003 Mar. 22 – *Dia da Universidade*: sessão solene no Salão Nobre da Faculdade de Ciências, com *oração de sapiência* pelo lente de Medicina Manuel Sobrinho Simões. Inauguração, entre outros equipamentos, dos novos edifícios de *Matemática Pura e Matemática Aplicada* da Faculdade de Ciências.

2003 Nov. 04 – Sessão solene comemorativa do 2.º Centenário da Academia Real da Marinha e do Comércio. Oração de sapiência pelo lente de Letras/*História* Cândido dos Santos.

2004 Mar. 22 – *Dia da Universidade*: inauguração oficial das novas instalações da Faculdade de Direito (antigo edifício de Engenharia, à R. dos Bragas).

2005/2010 – Em funções, sucessivamente, os XVII e XVIII GGCC (2005-2009 e 2009 ss., respectivamente). Os lentes de Economia Fernando Teixeira dos Santos e Augusto Ernesto Santos Silva exercem as funções, respectivamente, de ministro dos Assuntos Parlamentares (XVII) e da Defesa (XVIII), e de ministro das Finanças (XVII-XVIII).

2005 Mar. 22 – *Dia da Universidade*: Eugénio de Andrade (1923-2005) e Agustina Bessa-Luís são feitos drs. h.c. pela Fac. de Letras.

2006 – A Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física passa a designar-se, tão somente, *Faculdade de Desporto*.

2005 (Out.) – A Fac. de Direito faz drs. h.c. os lentes das duas mais antigas Escolas Superiores de Direito que integraram a respectiva Comissão Instaladora, a saber: Mário Júlio de Almeida Costa (FD/UC), Jorge Miranda (FD /UL) e Marcelo Rebelo de Sousa (idem).

2006 (Jan.) – O maestro António Sérgio Ferreira assume o cargo de *Regente Artístico* do Orfeão Universitário do Porto.

2006 Mar. 22 – *Dia da Universidade*: inauguração oficial das novas instalações da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (pólo da Asprela).

2006 Jun. – Eleição reitoral: candidatam-se os até então Vice-Reitores José Alberto Nunes Ferreira Gomes e José Carlos Diogo Marques dos Santos, sendo eleito o segundo.

2006/07/06 – Posse do Reitor José Carlos Diogo Marques dos Santos para o mandato 2006/2010. Equipa reitoral.

Vice-Reitores: António Teixeira Marques (Desporto), Jorge Gonçalves (Farmácia), António Silva Cardoso (Engenharia) e Maria de Lurdes Correia Fernandes (Letras).

Pró-Reitores: Lígia Maria Ribeiro (Engenharia), José Sarsfield Cabral (Engenharia), Manuel Janeira (Desporto) e Teresa Tavares-Lehmann (Economia).

2007/2008 – Entrada em vigor do «Regime de Bolonha» nos diferentes ciclos de estudos das Unidades Orgânicas da UP.

2007/2010 – Promulgação pelo XVII GC do *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior* (RJIES), de largas consequências institucionais. Na UP, uma Assembleia Estatutária prepara novos *Estatutos*, os quais virão a adoptar o *modelo fundacional* (2009). A UP – como as demais – passa a dispor de um Conselho Geral, com representantes de todos os Corpos da comunidade escolar, bem como personalidades externas cooptadas; este órgão virá a ter como 1.º Presidente o Dr. Luís Portela, entretanto feito dr. h.c. pela UP. O Conselho de Curadores da Fundação Universidade do Porto terá como 1.º Presidente o Eng. Paulo Azevedo.

2009 (Jun.) – José Carreras é feito dr. h.c. pela Faculdade de Medicina.

2010 (Mai.) – Eleição reitoral, sendo a primeira realizada em Conselho Geral. José Carlos Diogo Marques dos Santos é eleito para o mandato 2010/2014.

2010/06/29 – Posse do Reitor, bem como da equipa reitoral, constituída por:

a) Vice-Reitores: os mesmos de 2006.

b) Os três primeiros de 2006 e ainda: Emídio Gomes (ICBAS) e Patrícia Teixeira Lopes (Economia).

**A fechar:** Ao aproximar-se o Centenário, a UP, pelo sua *população* de discentes, docentes, investigadores e funcionários, pelo número de Unidades Orgânicas e de Unidades de Investigação, pelo Património (edifícios funcionais, Arte, Cultura...) ou pela projecção internacional, configura-se «a maior Universidade portuguesa». Longe vai o tempo em que o *Studium Generale* da *Invicta* poderia definir-se como «um Estudo na Cidade», confinado

à zona «dos Clérigos ao Carregal», com prolongamentos por Cedofeita e ruas do Rosário / da Boa Hora / de Aníbal Cunha<sup>9</sup>. A UP da viragem de milénio estrutura-se em 3 pólos:

O «histórico»: Reitoria (Serviços Centrais, Biblioteca-Geral, Arquivo, Museus, Salão Nobre...), ICBAS, Direito, Farmácia, sedes dos SASUP, CDUP, OUP, TUP, CLUP e algumas residências universitárias;

O do Campo Alegre: Ciências, Letras e Arquitectura, crescendo teatro, residências, sede da Federação Académica, Círculo Universitário, Estádio Universitário e Pavilhão Gimnodesportivo;

O da Asprela: Medicina, Economia, Psicologia, Ciências da Nutrição, Medicina Dentária, Desporto e Engenharia; note-se que neste pólo a UP vizinha com edifícios do Instituto Politécnico do Porto, da Universidade Católica Portuguesa e da Universidade Portucalense; «Cidade Universitária» ou «Cidade das Universidades» ?...

Até que ponto é isto fomentador da consciência de pertença a uma comunidade de saberes que tem em Passos Manuel, António José de Almeida e Francisco Gomes Teixeira os seus «pais fundadores» ?

---

<sup>9</sup> Armando Luís de Carvalho Homem, “Tradições Académicas Portuenses: breves notas, vividas, de uma ‘História’ em criação”, *Boletim da UP*, 9 (Junho, 1991), 29-33.



# Outros Estudos



Rosa M<sup>a</sup> dos Santos Capelão

## Lo racional en el culto de las reliquias: la función taumatúrgica. La necesidad de creer.

R E S U M E N

*El objetivo de este trabajo es comprender como las personas de un determinado espacio social expresaron su visión del mundo atribuyendo sentido a un objeto sagrado como son las reliquias y del que emana un orden simbólico que es susceptible de análisis. Nuestro universo de investigación está estructurado a partir de un escenario muy específico: las prácticas de cura. La atribución de sentidos a la forma como se procesa la función taumatúrgica de las reliquias presume la creencia en la existencia de poderes sobrenaturales, que son invisibles y sobre los que se puede actuar. En este contexto interpretativo, el carácter supersticioso que se atribuye a estas prácticas descansa en una competición por una parcela de poder en la esfera de la manipulación de lo sagrado. Nos centramos en el Portugal continental de los siglos XVI-XVII, en donde fue estimulado el papel de los intercesores en la secuencia de la reforma dictada por Trento.*

*PALABRAS-LLAVE: Reliquias, Creencias, Curación, Supersticiones.*

A B S T R A C T

*The aim of this study is to understand how people of a particular social space expressed his world view of giving meaning to a sacred object such as relics and from which emanates a symbolic order that is amenable to analysis. Our research universe is structured from very specific scenery: the practice of healing. The attribution of meaning to the way it processes the function of the relics miracle-working presumed belief in the existence of supernatural powers, which are invisible on which we can act. In this interpretive context, the superstitious nature attributed to these practices is based on a competition for a plot of power in the field of manipulation of the sacred. We will focus on continental Portugal XVI-XVII centuries, where it encouraged the role of advocates in the sequencing of reform dictated by Trent.*

*KEYWORDS: Relics, Beliefs, Healing, Superstitious.*

El objetivo de nuestro trabajo es el intentar comprender como el hombre en el Portugal continental en los siglos XVI y XVII se ve a sí mismo, al mundo que le rodea y cómo se relaciona con este a partir de la identificación de contextos de sentido en torno a un objeto *sagrado* como son las reliquias, del que emana un orden simbólico susceptible de análisis. Concretamente, nos centraremos en el abordaje de aquellos escenarios en que estas son protagonistas de curaciones taumatúrgicas o prodigiosas. Buscamos comprender la **asimilación e interiorización del discurso tridentino** en torno al culto de reliquias, cuestionando el carácter irracional y supersticioso que arriesga la manifestación de este fenómeno mágico-religioso, y así alcanzar entender como tiene lugar la perpetuación de determinadas creencias y las prácticas a ellas asociadas.

Dejamos para atrás la esfera institucional y nos adentramos en un nivel de las vivencia de lo **cotidiano** de las comunidades, donde ante momentos de crisis como es el de una enfermedad, viene a la superficie la creencia y la confianza depositada en poderes sobrenaturales como el que se atribuye a los restos de determinados individuos especiales para sus contemporáneos y que responden a los criterios de santidad vigentes. Descortinando los contextos de sentido que giran en torno a este proceso nos es posible comprender como el hombre se posiciona ante un mundo sobrenatural, al mismo tiempo que construye su mundo “real”/”natural” y se relaciona con él a partir de las prácticas y de las creencias que

las sostienen. Prácticas estas que como veremos en ocasiones tienen lugar al margen de los contextos rituales legitimados por la autoridad eclesiástica para tal efecto, arriesgando la adjetivación de supersticiosas.

Al hablar de **prácticas** siempre lo hacemos con todas las posibles reservas que puedan desprenderse de la utilización de las fuentes de información seleccionadas, como son las narrativas hagiográficas, donde se hace uso de recursos literarios que buscan llamar la atención de los devotos con recurso a lo extraordinario<sup>1</sup>. Textos donde sus autores en su descripción del mundo proceden a interpretarlo y simbolizarlo. Donde la frontera entre Realidad exterior y un mundo de representaciones y deseos fijada en la “realidad” del texto es muy maleable, y no tiene contornos claros.

Aunque debemos de tener todos los cuidados a la hora de interpretar lo que para sus protagonistas es realidad y lo que es representación y deseos (¿dónde está la frontera?), no podemos dejar de tener en cuenta que existieron elementos dentro de la sociedad que se sintieron beneficiados del poder atribuido a una reliquia, y en el caso que nos ocupa, la curación del cuerpo. Son estos actores los que dan forma real a los actos *mágicos* protagonizados por reliquias, al considerar que la cura de determinada enfermedad fue resultado de un poder sobrenatural. Esto creyeron, o por lo menos así lo testificaron los que sobre ello escribieron, como es el caso de los propios agentes religiosos implicados en la configuración de narrativas de carácter hagiográfico y cronístico, como también los predicadores de la doctrina que reprodujeron en sus discursos panegíricos el recurso a lo extraordinario. No podemos dejar de mencionar aquellos que testificaron en procesos de canonización y que se vieron como beneficiarios del poder de determinados restos.

Dentro de un discurso apologético, estos restos *santificados* portan y comunican un poder o virtud, tanto a individuos como a espacios envolventes, como aquel que se revela cuando protagonizan curas prodigiosas sobre el cuerpo enfermo. La existencia real de los objetos experimentados que son relatados, a nuestros ojos sumergidos en el pensamiento científico, es difícil de abordar. Las categorías de verdadero y falso no son adecuadas para juzgar estas visiones del mundo. No hay verdad o error (de acuerdo con una visión *científica* del mundo como hoy existe) si no universos simbólicos articulados con su entorno, de forma que la *realidad construida* que pasamos a analizar se basa en **símbolos** que son legitimados culturalmente, siendo esto lo que les confiere **validez y efectividad a las prácticas que conducen**.

La facultad para sanar el cuerpo forma parte de un modelo de *santidad* que está presente desde testimonios bíblicos. El santo aunque terrenal y mortal, es portador de una *virtud* que le permite una comunicación especial y directa con lo trascendente. Su “*praesentia*” y “*potentia*”<sup>2</sup> se manifiestan en el dominio del cuerpo ajeno, y este poder de intermediación y comunicación con lo trascendente es transmitido a sus restos. A ellos es atribuido el mismo poder que al personaje a quien pertenecían, un **poder sobrenatural que es transmisible y manipulable** por individuos, como aquel que recibe sus beneficios curativos, y no necesariamente por agentes eclesiásticos autorizados para tal efecto como se pretende en un plano normativo como consta en las constituciones diocesanas.

<sup>1</sup> Nuestro *corpus* documental está constituido por narrativas hagiográficas donde muestras representativas de información seleccionadas son analizadas mediante el recurso a un cuadro interpretativo específico proporcionado por la antropología simbólica, lo que nos permitirá traer a la superficie momentos subjetivos de acción.

<sup>2</sup> Peter Brown, *The Cult of the Saints. Its rise and function in Latin Christianity* (Chicago: The University of Chicago Press, 1992).

Buscando comprender los sentidos y significados atribuidos a las consideradas curas prodigiosas protagonizadas por reliquias, son tres los ejes de análisis que constituyen nuestro punto de partida: la creencia en lo sobrenatural; la cosmovisión mágica y maravillosa del mundo en el contexto en estudio; y la lectura del “cuerpo” como una construcción cultural en la medicina popular.

### Creencia en lo sobrenatural:

La creencia en reliquias implica aceptar la existencia de seres y fuerzas sobrenaturales que pueden actuar en el mundo. Son portadoras de un poder *mágico*, siendo *canales* o *puertas* que se abren a un mundo sobrenatural, solamente comprensible formando parte de un sistema de creencias compartidas.

Fácilmente se cae en la idea de que personas que creen en dichas fuerzas o energías sobrenaturales, son supersticiosas, no tienen juicio, son irracionales, y no alcanzaron un pensamiento científico, o simplemente no aplican el llamado “sentido común”. Burlarse de estas creencias es fácil pues son muchos los problemas de consistencia que las rodean ya que no pueden ser demostradas empíricamente<sup>3</sup>.

Hoy estas creencias son vistas de diferente forma a la luz de los nuevos planteamientos de las ciencias cognitivas. Gracias a los trabajos de la psicología evolutiva sabemos que hay una base biológica común para las creencias en lo sobrenatural y para las prácticas que entorno a ellas se generan<sup>4</sup>. La existencia de espíritus, antepasados, fantasmas, dioses, demonios... son creencias compartidas por todas las culturas, que tienden a comunicar tales conceptos. Siguiendo un enfoque cognitivo, las neurociencias nos explican que tenemos una predisposición biológica para adquirir determinado tipo de creencias en lo sobrenatural, pues estas son resultado de un proceso evolutivo de la arquitectura cognitiva de nuestro cerebro, ya que este tiene limitaciones en la percepción real de nuestro entorno. En un intento de evitar lo aleatorio son configurados **falsos patrones**, que constituyen ideas sobrenaturales. Somos propensos a creer en ello debido a ciertas **capacidades cognitivas** que son sub producto de un proceso evolutivo de nuestro cerebro que permitió al hombre interpretar su entorno. El carácter de supersticioso pertenece al dominio de lo social y no de lo *natural*.

Aunque los contextos donde se configuran las creencias son diferentes (nos estamos remontando 4-5 siglos), la estructura cerebral del hombre actual como de los siglos XVI y XVII es la misma, (pues es la misma para los últimos miles de años). Pero si por un lado el hombre de estos distintos contextos temporales comparte el mismo sustrato biológico que determina una susceptibilidad para dichas creencias, no pretendemos reducir en este trabajo la complejidad del ser humano a su cerebro. Pues sosteniéndonos en nuestra disciplina no

<sup>3</sup> Para comenzar, antes de adentrarnos en una interpretación posible del mecanismo a través de cual una reliquia cura el cuerpo, reforzar la idea de que el camino que vamos a recorrer forma parte de un nivel de creencias tildadas de “populares”. Pero con fuerza suficiente como para condicionar las determinaciones de la iglesia oficial. Ejemplo de ello lo tenemos en la *Fabricación* de reliquias – y de Santos- a partir de la consagración de los cuerpos incorruptos, fenómeno que aun se verifica en nuestros días. João Pina Cabral, *Filhos de Adão, Filhas de Eva: A visão do mundo camponesa no Alto Minho* (Lisboa: Dom Quixote, 1989), 258.

<sup>4</sup> Pascal Boyer, *Religion Explained. The human instincts that Fashion Gods, Spirits and Ancestors* (London: Vintage Books, 2001); Eduardo Punset, *El alma está en el cerebro. Radiografía de la máquina de pensar* (Madrid: Santillana, 2006); Luis Quintais, *Cultura e cognição* (Coimbra: Angelus Novus, 2009); Tania Rodríguez Salazar, “Cultura y Cognición: entre la sociedad y la naturaleza”, *Revista Mexicana de Sociología* (68, n° 3. México, 2006), 399-430; Dan Sperber, *Explaining Culture. A Naturalistic Approach* (Oxford: Blackwell Publishers, 1996).

podemos dejar de tener en cuenta el entorno específico que permite la adquisición, reproducción y transmisión de estas mismas creencias en lo sobrenatural, y dentro de estas las que se refieren al poder *mágico* atribuido a las reliquias. Es decir, tenemos que tener en cuenta el contexto específico que permitió que los hombres de este periodo concibiesen el mundo que los envuelve y actuasen en consecuencia sobre él.

### Cosmovisión del mundo en el contexto de estudio:

Al buscar comprender la **visión del mundo** que tenían sus protagonistas, es decir como la imaginan y conceptualizan, para después ver cómo actúan sobre él a partir del sentido que era atribuido a las reliquias, tendremos que mencionar antes de más que la matriz imaginativa, el sustrato sobre el que nos movemos, responde a la categoría de lo maravilloso, lo extraordinario, lo prodigioso<sup>5</sup>, y que está históricamente documentado en los recursos literarios analizados.

El mundo que se nos presenta en los textos revela una visión animista del mismo<sup>6</sup>, donde hay una continuidad de todos los elementos con el cosmos a través de una malla de correspondencias, y que estando todo relacionado no parece haber una clara frontera entre lo que es natural o sobrenatural. Así lo maravilloso permitía al hombre completar el entendimiento que tenía del mundo que le rodeaba, al tiempo que lo explicaba, lo hacía comprensible, y lo que es más importante, lo hacía controlable. Pues este maravilloso es posible de ser manipulado y así direccionar efectos. El caos da paso al orden, lo arbitrario e incomprensible se transforma en una lectura de causa-efecto. Y fruto de una gran creatividad imaginativa, en los textos que analizamos hay un juego de imágenes cuyo carácter performativo, escénico e intencional busca llamar la atención de los devotos y no devotos y parecen mostrar que todo es exceso, todo es posible, o nada es imposible.

### El Cuerpo.

El “cuerpo” es también una construcción simbólica y en torno a los significados que le son atribuidos se organizan determinados hechos sociales y culturales. Por esto mismo constituye un observatorio privilegiado de los imaginarios sociales y de las prácticas que suscita. Por otro lado ante la enfermedad el hombre toma consciencia de sus propios límites y cuestiona su lugar en el mundo buscando con ello encontrar sentido a su propia existencia.

En diferentes contextos sociales, culturales e históricos el cuerpo es percibido e interpretado de diferentes modos. Así siendo, en las sociedades tradicionales la persona está subordinada al colectivo y el cuerpo une al hombre con el grupo y también con el cosmos a través de una red compleja de correspondencias, donde todo es un continuo. Hay una especie de porosidad entre el cuerpo del hombre y el orden del mundo que lo rodean, estándose ante un **cuerpo abierto**<sup>7</sup>. Este tejido de relaciones es muy frágil y está siempre amenazado. La enfermedad es vista como una ruptura de la relación física con el mundo, (lo mismo que

<sup>5</sup> Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia. Feiticeiras, saladores e nigromantes no séc. XVI* (Lisboa: Projecto Universidade Aberta, 1987), 23; José Pedro Paiva, *Bruxaria e superstição num país sem “casa às bruxas” (1600-1774)* (Lisboa: Editorial Notícias, 1997).

<sup>6</sup> Jean Delumeau, *El Catolicismo de Lutero a Voltaire* (Barcelona: Labor, 1973), 201 y ss.

<sup>7</sup> Contrariamente al actual individuo occidental, encerrado en su sentimiento de identidad, bien delimitado dentro de un cuerpo que está separado del mundo que lo acoge, separado de los otros y de sí mismo (cuerpo encerrado). Cuerpo que es explicado a través de nuevos saberes biomédicos como la anatomía y la fisiología. David Le Breton, *A Sociologia do corpo* (Petrópolis: Ed. Vozes, 2006), 27.

los comportamientos no habituales /inmorales) y procede de la ausencia de armonía con la naturaleza, y de la instauración del desorden<sup>8</sup>. Según esto restablecer la salud implicará buscar alcanzar del equilibrio perdido. Para ello se recurrirá a *elementos y mecanismos simbólicos eficaces* en el contexto en que están inscritos. Procuraremos hacer comprensible estos elementos simbólicos que, implicados en el proceso de cura, son portadores de significado y valor, y los cuales traen a la superficie haciéndolos perceptibles los imaginarios que giran en torno al cuerpo enfermo<sup>9</sup>. En resumen, intentaremos tornar perceptible los imaginarios que giran en torno del cuerpo enfermo y las prácticas que estos suscitan y que son protagonizadas por reliquias.

### Cuadro Interpretativo: La Medicina Popular.

El interpretar los contextos de sentido reproducidos en los textos hagiográficos analizados y así recrear una visión particular del mundo que tienen, por lo menos los que escribieron sobre ello en su contexto histórico, nos obliga a la identificación de un lenguaje simbólico que gira en torno a la curación de cuerpo enfermo cuando protagonizado por reliquias, y para cuya comprensión haremos uso de un sistema interpretativo que nos será dado por la antropología simbólica. Será con esta disciplina que abordamos lo extraño del acontecimiento que es narrado, lo maravilloso visto como una explicación hipotética del mundo conocido y donde no es posible que procedamos una interpretación literaria, o el uso de un modelo explicativo de tipo causal para abordar lo prodigiosos y extraordinario. Con lo expuesto, a partir de ahora buscamos explorar *posibles sentidos* de una realidad vivida por el hombre portugués de los siglos XVI y XVII y no un significado profundo de la misma. Con este objetivo, procederemos a la inscripción de nuestro objeto estudio en un **cuadro particular de interpretación simbólica** proporcionado por la antropología, el de la **medicina popular** desarrollado por el antropólogo Mariño Ferro<sup>10</sup>.

Según este modelo interpretativo la farmacopea popular no se basa en los efectos bioquímicos, es decir en un pensamiento dicho hoy científico, si no en razones de orden simbólica. Es buscada la curación, *no a través de los métodos de la medicina física hipocrática (Pre-Científica) si no a través de elementos simbólicos portadores de significado y de sentido*, y que traducen la búsqueda de la manipulación de una sobre naturaleza<sup>11</sup>. Los mecanismos

<sup>8</sup> La enfermedad no es una cuestión de lo individual, sino de lo colectivo. Enfermedad y curación son los dos extremos de un mismo proceso social. Ambas construcciones culturales históricamente contingentes. David Le Breton, *A Sociologia do corpo* (Petrópolis: Ed. Vozes, 2006), 33.

<sup>9</sup> El significado simbólico de ciertos elementos como son las reliquias se sitúa en un plano que a veces escapa a un nivel consciente de los actores, pero que se revelan a la superficie, siendo posible de ser interpretado. C. Geertz, *La interpretación de las culturas* (Barcelona: Gedisa, 2000); Christoph Wulf, *Antropología. Historia, cultura, filosofía* (Barcelona: Anthropos, 2008).

<sup>10</sup> X. R. Mariño Ferro, *La Medicina Popular interpretada* (Vigo: Ed. Xerais de Galicia, 1986).

<sup>11</sup> Esta interpretación simbólica de la enfermedad y los mecanismos de cura, comparte espacio en el terreno de dar salud con otros abordajes terapéuticos como es el de la medicina física, basada en los cuatro humores de Hipócrates (sangre, flema, bilis amarilla y bilis negra) y los temperamentos de Galeno (sanguíneo, flemático, colérico y melancólico). Y sumergida en una concepción naturalista y dinámica de la enfermedad, la salud es resultado de un equilibrio de fuerzas entre el hombre y su ambiente. Muy diferente de la actual medicina occidental alimentada por modelos explicativos diferentes, y que hacen hincapié en la condición biológica en detrimento de elementos socio-culturales. Ambas concepciones (medicina hipocrática pre-científica y medicina popular) traducen formas diferentes de ver al hombre y su relación con el mundo. En ellas la responsabilidad de la curación recae sobre: Naturaleza *versus* una sobre-naturaleza (Dios). Coexistencia de estos dos tipos que conceptualizan la enfermedad. En los con-

a través de los cuales se produce la cura con reliquias, comparte muchos sentidos con las prácticas mágicas, utilizando el **mismo lenguaje simbólico**. Siendo que una reliquia es portadora de una idea: elemento visible que influye sobre una realidad invisible, la distinción muchas veces entre ambas lecturas (religiosa y/o mágica) solamente tiene lugar en el campo de los discursos, pero no en el de los mecanismos simbólicos implicados en este proceso.

Según este cuadro interpretativo de la medicina popular, la **enfermedad** puede tener causas naturales o sobrenaturales, pero en el campo de lo simbólico pertenece siempre al mundo del mal. El cuerpo enfermo constituye un campo de batalla donde se enfrentan fuerzas del bien y del mal, y la enfermedad según esto:

- 1) Puede estar causada por el demonio siempre con autorización divina, como por ejemplo ocurre en el caso de los maleficios.
- 2) Puede ser debido a un castigo, consecuencia del pecado y en este caso causada directamente por Dios o por los Santos.

La enfermedad es vista siempre como una *POSESIÓN* pues el mal adquiriendo diferentes formas, fuerzas o energías entra en el cuerpo. Por lo tanto la cura consistirá en un mecanismo de *EXPULSIÓN* de este mismo mal que habita en el interior del cuerpo. En este proceso se hará uso de medicinas simbólicas, constituidas sobre todo por cosas *sagradas* que ayudan a expulsar ese mal. Siempre la causa de la enfermedad viene de Dios, por eso mismo los remedios para ella también tienen que ser divinos. Es aquí donde entran las *santas medicinas* que constituyen las reliquias.

La descripción de los escenarios taumatúrgicos en los textos analizados nos dan datos suficientes que nos permiten aprehender acciones y efectos dotados de sentido que refuerzan la creencia de que el cuerpo es un espacio privilegiado donde tiene lugar un combate entre las fuerzas del bien y del mal, **espacio donde se manifiesta el poder** de los santos y en el caso que nos interesa, de sus reliquias. Encontramos descritas en los textos analizados con mayor o menor pormenor ideas, pensamientos, intenciones y prácticas que nos permite comprender como era pretendido alcanzar la cura del cuerpo, mediante **mecanismos** que buscan la expulsión del mal según la lectura simbólica de la medicina popular. En estas prácticas sociales cristalizan los recursos simbólicos que las sostienen y que constituyen un cuadro de referencia cultural.

Nuestro **campo de observación** está constituido por **132** acciones catalogadas como milagros, maravillas, favores o mercedes, una muestra de conveniencia extraída de las narrativas hagiográficas<sup>12</sup> y protagonizadas por reliquias que fueron responsables de curas prodigiosas. Estas

---

textos taumatúrgicos analizados vimos que el recurso a reliquias, no impide que se recorriese a los remedios de la física. Claro está que en las narrativas exploradas son mejores, dan solución a problemas que la medicina física no da respuesta, y su eficacia es extraordinaria. Ambos recursos terapéuticos actúan sobre diferentes representaciones del cuerpo y de la enfermedad.

<sup>12</sup> El universo documental seleccionado de forma aleatoria para obtener una muestra de conveniencia y así analizar específicamente la función taumatúrgica de reliquias en el dominio del cuerpo enfermo, está constituido por las siguientes narrativas hagiográficas, dentro de un amplio espectro posible de este tipo de narrativas producidas en el contexto en estudio. Padre Doutor Frey Luis dos Anjos, *Jardim de Portugal em que se da noticia de algumas Sanctas, e outras molheres illustres em virtude, as quaes nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste Reimo, e suas conquistas* (Lisboa, 1626); Fr. Luis da Apresentação, *Vida e Morte do Padre Fr. Estevão da Purificação. Religioso da Ordem de N. Senhora do Carmo da Provincia de Portugal* (Lisboa, 1621); Fr. Francisco de Araceli, *Norma viva de Religiosas. Tratado histórico, e panegyrico, em que se descreve a vida, e acções da serva de Deos a Madre Leocadia da Conceição. Religiosa no recoleto Mosteyro da Madre de Deos de Monchique* (Lisboa, 1708); Fr. Luis Cacegas e Fr. Luis de Sousa,

reportan a 13 personajes especiales para sus contemporáneos pero la mayoría de santidad no reconocida oficialmente por la Iglesia, siendo objetos de una santificación popular por aquellas comunidades que se vieron beneficiadas por sus efectos prodigiosos. En este proceder parecen comulgar los agentes religiosos que escribieron sobre este fenómeno, contribuyendo con sus obras de carácter apologético a fijar la memoria de aquellos a los que pertenecieron dichos restos y al tiempo que propagaban de una forma ejemplar la creencia en el carácter maravilloso de estas. De los 13 personajes especiales seleccionados, 12 pertenecen a órdenes religiosas. Margarida de Chaves es la única secular de la muestra. Alcanzaron el título de Santo: Teresa de Ávila; y de Beato: Fr. Bartolomeu dos Mártires. Todos nacidos en Portugal menos el agustino Fr. Luis de Montoya y la carmelita Teresa de Ávila. Esta última la única que no murió en territorio portugués. Fechas extremas de la manifestación de los prodigios relatados entre 1569 y 1705.

Mecanismos simbólicos implicados en la curación del cuerpo “abierto” por reliquias	
Purificar	Lavar: Agua, Cenizas.
	Luz, Fuego
Santificar	Toque, Beso, Abrazo, Comer lo sagrado
Expulsar el Mal	Vómitos, Purga, Evacuaciones, Sudoración
El Mal contra el Mal: Antídotos	Símbolos de muerte: venenos, restos de cadáveres, huesos
Triunfo del bien	El Sueño, Visiones. (Corroborar el contacto con lo trascendente)
Protección de una nueva exposición	Amuletos

### Racionalidad.

En las prácticas en torno a procesos de cura protagonizadas por reliquias, existen regularidades y padrones que fuimos descortinando, y que nos permitieron observar de

---

*Vida do Frei Bertolameu dos Martyres da Ordem dos Pregadores Arcebispo e Senhor de Braga, Primas das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação* (Viana, 1619); Fr. Antonio D'Almada, *Desposorios do Espirito, celebrados entre o Divino Amante, e sua Amada Esposa a venerável Madre Soror Mariana do Rosario, Religiosa de veo branco no convento do Salvador da Cidade de Evora* (Lisboa, 1694); Padre Sebastiam D'Abreu, *Vida, e virtudes do admirável Padre Joam Cardim da Companhia de Jesu, Portuguez natural de Viana de Alentejo* (Évora, 1659); P. Manoel Godinho, *Vida, Virtudes, e morte com opinião de Santidade do Veneravel Padre Fr. Antonio das Chagas Missionario Apostólico neste Reyno, da Ordem de S. Francisco: Fundador do Seminario de Missionarios Apostólicos da mesma ordem, sitio em Varatojo* (Lisboa, 1687); P. Fr. Pedro da Cruz Juzarte, *Trasladação do venerável Padre Fr. Estevão da Purificação, Português, natural da Villa de Moura, religioso Carmelita, da Regular Observancia, chamado vulgarmente o Santinho* (Lisboa, 1662); P. Fr. Manoel de Lima, *Agiologio Dominicó* (Lisboa, 1709); P. Frei Luis de Mertola, *Extracto dos Processos que se tiraram por ordem dos Ilustrissimos Senhores Ordinarios na forma do direito sobre a vida, e morte do Veneravel Padre Antonio da Conceição, Religioso da Congregação do Beneraventurado São João Evangelista deste Reyno de Portugal, dividido em tres partes* (Lisboa, 1647); Fray Hieronymo Roman, *Historia de la vida del muy religioso varon Fray Luys de Montoya de la Orden de Sant Agustin, Vicario General en la Provincia de Portugal de la mesma Orden* (Lisboa, 1588); P. Fr. Belchior de S. Ana, *Chronica de Carmelitas Descalços, particular do Reyno de Portugal, e Provincia de Sam Felipe* (Tomo I, Lisboa, 1657); P. M. Balthazar Telles, *Chronica da Companhia de IEDV na Provincia de Portugal, e do que fizeram, nas conquistas d'este Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram, nos anos em que viveo S. Ignacio de Loyola nosso fundador* (Lisboa, 1645).

qué forma se expresen socialmente experiencias intersubjetivas de cómo relacionarse con la imagen construida de “cuerpo enfermo”.

Sin encontrar ninguna especificidad, las reliquias son medicina para todo. Desde fiebres, infecciones, dolores, problemas de movilidad de los miembros, epilepsia, tumores en los pechos, hasta el momento del parto... La cura a través de una reliquia, implica la atribución de sentidos y significados en la forma como se procesa. Y en las prácticas descritas existen regularidades y padrones que fuimos descortinando, y que nos permitieron observar de qué forma se expresen socialmente experiencias intersubjetivas de cómo relacionarse con la imagen construida de “cuerpo enfermo”. Una reliquia cura por **contacto**. Esto implica esencialmente el toque, pero también participan en este proceso las lágrimas, el olor, el beso, el acariciar, el lambrer, el abrazar, el comer. El objetivo es el de sentirse santificado por el contacto con la propia reliquia, el polvo, tierra, o el agua que la rodean. Sus beneficios se pueden transmitir a un pañuelo, un rosario, a una planta, cualquier superficie de nuestro propio cuerpo. Solamente citar los siguientes ejemplos.

Antónia Novais, tenía un hijo de siete años muy enfermo de fiebres, llamado Manoel. Un día lo vio muy atribulado y «tomou cinco fios do hábito deste pobre religioso (Fr. Estevão da Purificação), e moídos muito bem, assim desfeitos, os deitou em uma pouca *água*, e lhas deu a *beber*, e logo *vomitou*, e pediu de comer, sendo assim, que até aquele tempo teve grande fastio, e melhorou de maneira, que nunca mães se acostou em a cama, nem teve febre alguma dai adiante que se percebeisse»<sup>13</sup>.

Francisco Lopes, jardineiro del Conde D. Estevão de Faro, estando enfermo «de hum prioris, depois de unguido, e desconfiado dos médicos, e quasi pera entrar na agonia da morte, mandou dona Luysa Cabral mãy do dito Conde, h a carta do P. fr. Estevão, e hum pequeno do seu habito, dizendo que posessem a carta sobre o enfermo, e lhe dessem a *beber* h a pouca *d'agoa*, na qual fosse primeiro lançada a reliquia do habito, e asi se fez. Poserão a carta sobre o coração, *bebeo* da agoa em que estivera a reliquia, e passada meya hora mostrou o doente melhoria»<sup>14</sup>.

La Madre Brites da Coluna religiosa profesada en el convento de Jerónimas de Viana del Alentejo, tuviera un excesivo dolor de dientes que la atormentaba la quijada y la frente. Pidió los votos que hiciera el Padre João Cardim cuando entrara en la Compañía, escritos con su propia sangre «e posta de *giolhos* os *aplicou* ao lugar da dor, e logo em os aplicando, lhe sobreveio hum *suor*, que a obrigou a se encostar, e *adormeceo*, acordou totalmente livre da dor, e nunca mais a tornara a ter»<sup>15</sup>.

Año de 1584, fue al monasterio de nuestra Señora de Gracia de Lisboa Garcia de Melo y Silva, hidalgo de aquella ciudad, y visitando al venerable prior del monasterio le contó los trabajos de una hija suya, monja del instituto de sancta Clara en el monasterio de la Esperanza, llamada Doña Maria de Nazareth, que entre otras enfermedades que tenia padecía dolores agudos en el hígado. Le pidió que le diese un *hueso* de Fr. Luis de Montoya, y dándole «el lo tomó con mucha reverencia, y llevándolo con gran devoción, lo entregó a la enfermera del monasterio, llamada Martha de Christo, y poniéndolo el viernes santo sobre la parte del hígado de la enferma con mucha devoción, súbitamente cesó el dolor, y

<sup>13</sup> Fr. Pedro da Cruz Juzarte, *Trasladação do venerável Padre Fr. Estevão da Purificação...* (Lisboa, 1662), 30.

<sup>14</sup> Fr. Luis da Apresentação, *Vida e Morte do Padre Fr. Estevão da Purificação...* (Lisboa, 1621), 358.

<sup>15</sup> Sebastiam D'Abreu, *Vida, e virtudes do admirável Padre Joam Cardim da Companhia de Jesu...* (Évora, 1659), 292.

descansando comió, y *durmió*, y venida la noche le *apareció* el sancto varón fray Luys de Montoya, y la consoló»<sup>16</sup>.

Estas formas de actuar, presumen la creencia en la existencia de poderes sobrenaturales, que son invisibles, y sobre los que se puede actuar. Un devoto tiene la certeza de que si hace los gestos y/o pronuncia las palabras correctas, los resultados están asegurados, actuando de esta forma como un “científico” siempre de forma racional, porque metódica y orientada por la razón<sup>17</sup>. Es una **racionalidad impregnada de lo maravilloso**<sup>18</sup>.

### Superstición.

La frontera entre una utilización o no supersticiosa de una reliquia en un proceso de cura pertenece al campo del control y poder social. Estas forman parte de un conjunto de alternativas a la medicina hipocrática que la Iglesia ofrece a las poblaciones para dar solución a la enfermedad y que pretende monopolizadas, ejerciendo como única intermediaria en la manipulación de las mismas. Partiendo de la idea de que «*en la Iglesia de Dios hay gracia para curar*»<sup>19</sup>, es en el modo en que se acostumbra usar y ejercitar esta gracia que se pueden producir abusos, «*abusos en las cosas que se hacen, en las palabras que se dicen, en los que usan de ellas*», es decir el gesto, la palabra, y el agente. Para evitar esto son atribuidas licencias por la autoridad episcopal. Estas prácticas que implican la existencia de un pensamiento *mágico* que parecen llenarlo todo, la creencia en un poder sobrenatural responsable por el hacer cosas fuera del curso natural, no son condenadas por su contenido, si no por el hecho de que determinados actos son realizados por personas a las que no se les reconoce el poder para ello (corriéndose a veces el riesgo de que se atribuya dicha manifestación sobrenatural a la esfera de lo demoniaco). La Iglesias representada en sus agentes busca ser la única legitimada para la manipulación de lo sobrenatural.

Pero son muchos los ejemplos en los que elementos religiosos y seculares hacen uso de nuevas “reliquias” (sólo serían reliquias verdaderas aquellas que son autorizadas) acompañadas de gestos y palabras, compitiendo por una parcela de poder en la esfera de la manipulación de lo sagrado. Los textos hagiográficos expresamente difundidos por los propios agentes religiosos que escribieron sobre su carácter prodigioso, sacralizan en sus obras determinados

<sup>16</sup> Fray Hieronymo Romam, *Historia de la vida del muy religioso varon Fray Luys de Montoya de la Orden de Sant Agustin...* (Lisboa, 1588), 101.

<sup>17</sup> Entendemos lo “racional” en el dominio de lo sagrado como aquello que podemos aprehender a través de conceptos corrientes y definibles; la esfera que es accesible a través de nuestra capacidad conceptual. Rudolf Otto, *Lo Santo. Lo racional y lo irracional en la idea de Dios* (Barcelona: Ed. Alianza, 1963).

<sup>18</sup> Al mismo tiempo, en un campo más amplio que el exclusivamente relacionado con la cura del cuerpo, a través de un **proceso de racionalización** transferimos a las reliquias propiedades cognitivas, como el que sean animadas y tengan voluntad. Al igual que a los *santos* a los que pertenecen tienen pensamientos, memorias e intenciones. Estas son características humanas que proyectamos sobre ellas, volviéndolas así más familiares y menos asustadores.

<sup>19</sup> Según las siguientes constituciones sinodales. GUARDA, 1621, Tit. III, *Das superstições, adivinhações, feitiçerías, sortes, & agouros*. Cap. II. *Que ninguem use de agouros, nem benza, ou use de ensalmos sem licença*; LISBOA, 1656, Tit. III. *Das feitiçarias, & outros delictos, que a ellas se reduzem*. Decreto. I. *Como devem ser castigados os que uzão a arte magica* §.I. *Das penas dos que uzão de palavras, ou cartas de tocar, poculos amatorios, adivinhações, & pronosticos, & de oraçoens superstiçiosas*, 420; BRAGA, 1639, *Das feitiçarias, superstições, & adivinhações, & agouros: & das penas que hão de aver os culpados nestes crimes*. Const. III. *Dos benzedeiros, & que curão com ensalmos, & fazem exorcismos, ou levão da Igrejas as Imagens dos Santos*, 614.

restos a través de lo maravilloso que les es asociado, legitimándolos como intermediarios en la relación del hombre con lo trascendente, e incentivando con ello el recurrir a ellos.

Pasemos a cuestionar el carácter mágico-religioso de estas prácticas descritas en las narrativas hagiográficas.

### Quien manipula lo sagrado: Agente de Sanación.

En los milagros taumaturgos descritos en los textos hagiográficos analizados, quien manipula lo sagrado que representa una reliquia, es decir el agente de sanación, no es un elemento especializado, como lo es el brujo, el sacerdote o el médico. Es alguien sin una instrucción previa, que incluso puede ser el propio enfermo. No vemos que exista una actitud pasiva esperando que un agente reconocido por la iglesia intermedie en la relación con lo sagrado (como pretende el discurso religioso, que busca el monopolio de las relaciones con el mundo sobrenatural). Si no que hay una **actitud activa**, donde ciertos individuos a los que no se les reconoce potestad para ello, buscan el control de unas fuerzas invisibles que ponen en causa la salud corporal, el bienestar y supervivencia. En algunas ocasiones imitan en lo posible a los agentes oficiales de la Iglesia, en un continuo esfuerzo de aproximación a la esfera de lo sagrado (cómo es el uso de vino o recitar ciertas palabras).

### Escenarios:

Aunque es pretendido que su acceso para fines taumatúrgicos tenga lugar en un contexto ritual organizado<sup>20</sup>, los escenarios donde se procesan estas curas milagrosas aunque pueden ser aquellos espacios públicos consagrados para tal efecto, como los templos, santuarios, locales de sepultura, etc. en la mayoría de los casos analizados tiene lugar en un espacio privado, donde el enfermo está convaleciente, sea este su hogar, su espacio doméstico.

No estamos ante prácticas exclusivamente mágicas e irreligiosas, pues estas no buscan celebrarse de forma aislada, ni en secreto y misterio por sus protagonistas<sup>21</sup>. Todo lo contrario. Estas prácticas son publicitadas entre otros por los propios agentes religiosos, por

<sup>20</sup> Su puesta en escena se pretende que tenga lugar en un **contexto ritual** ideado para tal efecto, siendo que el agente implicado en su manipulación solamente puede ser alguien acreditado para eso por la autoridad eclesiástica, quedando siempre fuera de este proceso los legos. En las constituciones sinodales se hace referencia a que se lleven en procesiones o a enfermos con pompa y circunstancia, buscando dignificarse su culto y evitar su banalización. El acceso a las reliquias estaría condicionado físicamente por unas barreras física, y solamente justificado en determinados periodos de fiestas litúrgicas o cuando sean llevadas a enfermos. Las reliquias constituyen elementos que con su presencia ayudaron a **interiorizar** en los fieles la frontera artificial que separa lo sagrado y lo profano. En todo este proceso la manipulación tendría que ser hecha por un religioso ordenado en órdenes sacras, y bajo una puesta en escena de pompa y respeto, representado en unos atributos simbólicos como son las vestimentas del sacerdote, presencia de luz por los cirios presentes o la propia música. COIMBRA, 1591, Tit. XXX, Const. IX, *Como se visitarão as Relíquias, e o que sobre elas se há inquirir*, 173v; LEIRIA, 1598/1601, Tit. XXIV, Const. I, *Da veneração que se deve ter às reliquias, e imagens dos Santos*, 86; GUARDA, 1614/1621, Liv. IV, Tit II, Cap. II, *Como as Relíquias serão mostradas ao povo, e levadas aos enfermos, e que se não mudem nem emprestem sem licença*, 189v; LAMEGO, 1639/1683, Liv. IV, Tit. II, Cap III. *Como as Relíquias serão mostradas, e dadas a tocar aos Fieis Cristãos*, 308; LISBOA, 1640/1656 Liv. I, Tit. V, Decreto II. I. *Dos vasos, ou relicários em devem estar postas as Relíquias, e como serão mostradas*, 18.

<sup>21</sup> Según Marcel Mauss, solamente se debe de llamar magia a las cosas que realmente lo fueron para toda la sociedad y no las que fueron así calificadas por una fracción de esta. La magia es un fenómeno social que tiene sus propios agentes, actos (rituales) y representaciones, siendo que un rito mágico es aquel que no hace parte de un culto organizado. Debido a que el mágico se aísla, hace secreto y misterio de su práctica, es en esto que basa este autor la **irreligiosidad del acto mágico**. Marcel Mauss, *Esboço de uma teoria geral da magia* (Lisboa: Edições 70, 2000).

lo menos cuando sus resultados son positivos (o la lectura de estos). Gracias a la acción de lo sagrado en un **contexto ritual no oficializado** por la Iglesia que es *acreditado por quien en ello cree*, el enfermo recupera el control de su cuerpo, lo ordena y libra del desorden que representa la enfermedad. Se producen en / o para la presencia de un público, de un colectivo que es espectador y testigo. No puede haber curación sin una comunidad que lo testifique y apruebe, pues esta y sus elementos comparten entramados de sentido que conducen a su eficacia simbólica<sup>22</sup>. Y así el sufrimiento es socializado, ya que mediante la difusión de estas maravillas la enfermedad individual es colectivizada y el proceso de cura es acreditado socialmente.

### **Perpetuación de las creencias en la función taumatúrgica de las reliquias.**

#### ***La necesidad de creer.***

la difusión de los milagros taumatúrgicos, de lo prodigioso asociado a las reliquias permite sacralizar ciertos restos al tiempo que corrobora la santidad de un determinado individuo especial; canaliza devociones hacia aquellas congregaciones religiosas a las que pertenecía dicho candidato a santo<sup>23</sup>; testifica la interrupción de lo trascendente en la vida de las poblaciones, corroborando así la doctrina dominante; y finalmente podemos decir que contribuye al prestigio de aquellos que capitalizan estos restos con todas las implicaciones que esto conlleva.

Pero todo esto es solamente posible, *si los devotos creen y confían en el poder de intermediación que atribuyen a las reliquias*. Es decir, si las personas creen en lo extraordinario que les está asociado. **Hay reliquias porque se cree en ellas**, y como veremos a continuación dicha creencia asienta en aspectos que van más allá de un simple proceso de racionalización, y por esto mismo difícil de domesticar y controlar.

Las personas recorren al uso de reliquias, “alimento espiritual de los fieles”, como intermediarios que son en el campo de lo sobrenatural, esperando que sentirse favorecidas por su *potentia*. Condicionadas por la imagen que tienen del cuerpo, hacen una lectura de los mecanismos que intervienen en el proceso mágico-religioso de la curación del mismo, independientemente de otros discursos que buscan imponer su visión del mundo como es el de la Iglesia y de la medicina hipocrática (y hoy en día de la medicina científica). Concretamente en el caso que nos ocupa, al margen de las directrices tridentinas, según las cuales la intermediación con lo trascendente debe de ser canalizada exclusivamente por los agentes y medios eclesiásticos legitimados para tal efecto por la Iglesia (en su vertiente institucional), ella propia una intermediaria necesaria.

<sup>22</sup> La eficacia simbólica de estas prácticas mágicas depende de la creencia en ellas, de una **confianza** compartida por todos los miembros de la comunidad. Así los **elementos que soportan estas prácticas** son la creencia del especialista en su poder y la eficacia de sus métodos y técnicas; el enfermo también tiene que tener fe en su curación y en las capacidades del propio especialista; el grupo social manifiesta su confianza en este propio acto mágico. Claude Lévi- Strauss, “La eficacia simbólica” in *Antropología Estructural* (Barcelona: Paidós, 1987), 211-237.

<sup>23</sup> Encontramos el local de sepultura de determinados individuos pertenecientes a diferentes órdenes religiosas y candidatos a alcanzar una santidad oficializada, a ser transformados en destino de peregrinaciones y romerías donde los devotos esperan alcanzar salud. Este es el caso del monasterio de la villa de Colares donde está el carmelita descalzo, Fr. Estevão da Purificação (1571-1617), o el monasterio de Xabregas donde está el loyo Fr. Antonio da Conceição (1532-1602). Alertando para la existencia de abundantes ejemplos en este campo encontrados a lo largo de las crónicas de las órdenes religiosas o recopilatorios hagiográficos como el *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso o el *Jardim de Portugal* de Frei Luis dos Anjos.

A lo largo del siglo XVII nuevos saberes, como los engendrados en el campo de las ciencias médicas, acabaron en Europa con la idea de que la religión cristiana es la única fuente de autoridad para adquirir un conocimiento válido. ¿Pero cómo se tradujo esto en la vida de las personas? Después de todo, las personas no interactuaban con objetos abstractos del progreso científico o de una autoridad cristiana que busca perpetuarse como única forma de conocimiento.

En el mundo protestante se intentó vaciar a la religión de los aspectos mágicos y elevar la importancia del papel de la fe individual en Dios, procurando que con un mayor *individualismo* se eliminase toda dependencia de un mundo exterior<sup>24</sup>. Se abandonó la solicitud de intermediación de elementos como santos y reliquias en el campo sobrenatural. Pero la visión mágica del mundo no se extinguió como testifican fenómenos como la caza de brujas (si bien es visto como un catalizador de conflictos sociales a un nivel comunitario, esto solamente pudo ser posible por la creencia compartida en un mundo sobrenatural que puede ser manipulado).

Para el caso portugués, según las normas vertidas en las constituciones diocesanas pos tridentinas, fue incentivado el carácter maravilloso asociado a las reliquias como intermediarias que son ante un mundo sobrenatural, al tiempo que este maravilloso a ellas asociados se pretendió controlado, evitando con ello usos considerados desviados y supersticiosos. Pero como testifican las prácticas devocionales en torno al culto de reliquias que buscan la curación del cuerpo, las poblaciones tuvieron dificultades en adaptarse a las nuevas orientaciones tridentinas en este terreno. La interiorización en el campo de lo imaginario de la frontera artificial que separa lo que es declarado como sagrado o profano no se alcanza de un día para otro. Esto puede ser probado en el contexto en estudio por el hecho de que ciertos agentes religiosos continuaron a hacer apología de ciertas prácticas mágico-religiosas en torno al culto de reliquias, como testifican aquellos que escribieron sobre ello y reprodujeron en su discurso determinado tipo de creencias sobre las que asientan estas prácticas, no perdiendo estas su prestigio social.

La lectura de la curación prodigiosa (pero racional) del cuerpo protagonizada por reliquias, comparte espacio con otros abordajes terapéuticos, como son los proporcionados por la Iglesia, la magia y la medicina hipocrática. Estos saberes, que asientan siempre en el restablecimiento de un equilibrio perdido entre el hombre y la naturaleza, se reportan a diferentes ideas cuerpo y formas percibir la enfermedad y su cura. Esta visión mágica entorno a las prácticas taumatúrgicas **perdió terreno ante el triunfo de una nueva visión del mundo llamada científica**. Se levanta una nueva explicación e idea de cuerpo (encerrado) en la que asienta una nueva medicina academicista. En esta visión mecanicista del mundo todo está bajo control y lo aleatorio no tiene cabida (todo tiene una causa natural). Pero también no podemos olvidarnos que vemos conservado hasta nuestros días prácticas mágicas, por ejemplo dentro de la medicina popular, donde se siguen utilizando los mismos mecanismos

---

<sup>24</sup> Keith Thomas explicó que el *declive de lo mágico* en la esfera protestante fue una cuestión social. No hubo una relación tan directa entre *prácticas mágicas y necesidades*, pues no considera que las primeras fuesen meras alternativas a la tecnología emergente. El declive de las creencias mágicas tuvo lugar antes de la existencia de nuevas disciplinas que vinieron a explicar el mundo y una tecnología efectiva que las reemplazasen. Esto fue debido a una cuestión social, al papel de los agentes religiosos que abandonaron estas prácticas mágicas, por lo que estas perdieron prestigio y su relevancia social. En el siglo XVII la magia estaba dejando de ser intelectualmente aceptable, porque su religión les enseñó a tratar de ayudarse antes de invocar ayuda sobrenatural, fomentando el individualismo. Keith Thomas, *Religion and the decline of magic* (Londres: Charles Scribner's Sons, 1971), 663.

cognitivos/ explicativos. Lo que demuestra que no puede ser fácilmente sustituido el sentido de un poder mágico en el *dominio de lo imaginario*. Pues cuando nos movemos en dominios más profundos de la naturaleza humana, donde conceptos “racionales” difícilmente abren camino, es difícil de gestionar (y manipular) la lectura del mundo hecha por sus actores y por lo tanto controlar cómo estos le atribuyen sentido y en consecuencia actúan sobre él.

La expectativa que se tiene en la **eficacia de estos recursos simbólicos** radica en que ellos dan sentido al mundo cuando modelos explicativos, como los proporcionados por la ciencia, aún no abrieron camino. Las creencias religiosas no solamente existen para explicar el mundo. En torno a estas prácticas curativas hay estrategias cognitivas cargadas como vimos de racionalidad, pero también de **sentimientos**. Aparte de ideas/ razones, también los sentimientos y las emociones son compartidos en la experiencia intersubjetiva del mundo, del cotidiano vivido. La razón, un invento humano, no es mejor que otros medios para alcanzar un conocimiento de la realidad y explicar al hombre y su existencia, pues pasiones, afectos, instintos, pulsiones son dimensiones básicas del mismo, capaces a su vez de motivar creencias. La incertidumbre desasosiega, las personas necesitan *sentir* que tiene algo a decir sobre lo que sucede y sentirse participantes de un mundo que se pretende que sea controlable. Concluimos que se revela necesario **creer para curar**, pues mientras haya sentido siempre habrá **esperanza**. El ser humano fue antes emocional que racional. Con las emociones entramos en un terreno algo ya más difícil de “disciplinar”, pues difícilmente se consigue domesticar sentimientos<sup>25</sup>.

Las ciencias cognitivas, el abordaje antropológico y las evidencias empíricas de carácter histórico parecen poder probar lo expuesto para el universo de nuestro estudio: el espacio metropolitano portugués de los siglos XVI y XVII.

---

<sup>25</sup> Rosa Capelão, “Tame the irrational. Standard and Detours on the Cult of Relics in Mainland Portugal, during the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> Centuries”. Conferencia: *Religion in the Hispanic Baroque: The First Atlantic Culture and its Legacy* (The Foresight Centre, Liverpool, 12-14 May 2010).



Patrícia Costa

## Abrindo as sete chaves: percurso de estudo em torno das despesas municipais do Porto (1668-1696)

R E S U M O

*O presente trabalho tem por objectivo a apresentação da base empírica que serviu de suporte à elaboração da nossa dissertação de mestrado. Se é certo que o que estava em causa era a apreensão do sistema de aplicação das verbas municipais portuenses na segunda metade do século XVII, foi essencial a aferição do funcionamento e mecanismos da gestão financeira municipal: a forma como era feita a sua contabilidade, quem por ela era responsável localmente e quem a controlava em nome do poder central. É neste sentido que se considera que a análise dos mecanismos de produção de informação (fontes municipais) e da sua vigilância poderão ser chaves de compreensão das relações entre poder local e o central.*

*Palavras-chave: Finanças Locais, Registo contabilístico, Administração, Crítica de Fontes.*

A B S T R A C T

*This study aims to present the empirical basis that supported our Master thesis. Thought the main purpose of that work was to understand the local expenses system of Porto in the second half of the seventeenth century, it was crucial to analyze the behavior as well as the mechanisms of the municipal financial management: the way the book-keeping was done, who was locally responsible for it and who regulated it in behalf of the central power. Therefore, the exam of the production information mechanisms (local sources) and their control could be the keys to understand the relationships between local and central power.*

*Key-words: Local finances, Book-keeping, Administration, Source criticism*

### 1. Primeiras opções: objecto de estudo, tempo, espaço

A dissertação em que se baseia o presente artigo<sup>1</sup> teve, como ponto de partida, uma experiência de investigação desenvolvida no âmbito de um estágio no Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP)<sup>2</sup> em torno dos Livros do Cofre dos Sobejos das Sisas, também denominado Cofre dos Crescimentos das Sisas e Cofre das Sete Chaves (remetendo para a conhecida expressão “fechado a sete chaves” e para o título deste artigo). Esta contabilidade acabou por se revelar como uma das mais importantes a nível local e mesmo central.

Este prévio conhecimento de uma das séries documentais a ser utilizada foi complementado por leituras bibliográficas tendo em vista a contextualização, modelos metodológicos, abordagens comparativas.

Através da leitura de estudos estruturantes<sup>3</sup> e da pesquisa de outros sobre finanças municipais e administração local portuguesa constatou-se uma ausência, quase total, de

---

<sup>1</sup> Patrícia Costa Valente, “Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar. As despesas municipais do Porto no pós-Guerra da Restauração (1668-1696)” (Diss. de Mestrado, Universidade do Porto, 2008). Este artigo resulta ainda de uma comunicação apresentada do *I Encontro de Jovens Investigadores em História Moderna*, no ISCTE, em Novembro de 2009.

<sup>2</sup> PRODEP III: *Programa de Estágios no Ensino Superior*.

<sup>3</sup> Tais como: Vitorino Magalhães Godinho, “Finanças públicas e estrutura do Estado”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol.II, 1965) 244-264; António Manuel Hespanha, coord., “O Antigo Regime (1620-1807)”, in *História de Portugal*. IV Vol., dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), entre outros referidos na nossa dissertação de Mestrado (Patrícia Costa Valente, “Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar...”).

trabalhos desta natureza para a segunda metade do século XVII. Este facto justifica, em parte, a necessidade de abordagem desta perspectiva naquela cronologia, mas também levanta dificuldades na comparabilidade e contextualização, e até na procura de modelos metodológicos. A opção cronológica, e também a espacial, justifica-se, igualmente, por os estudos sobre o Porto de Francisco Ribeiro da Silva e de António Cruz analisarem, sobretudo, períodos anteriores<sup>4</sup>, podendo servir de base de comparação com o período subsequente: o pós-guerra da Restauração.

As escolhas ao nível do objecto de estudo (despesas municipais), do espaço (município do Porto), do tempo (pós-guerra da Restauração) foram, assim, o resultado de uma conjugação de factores e originaram a questão de partida: as despesas municipais do Porto podem ser estudadas enquanto projecção da vida municipal? A resposta exige uma explicação mais detalhada em termos de tempo e espaço.

A opção cronológica, 1668 a 1696, teve por objectivo a análise da aplicação das verbas municipais num período de paz, de afirmação da independência portuguesa com D. Pedro II no trono. Paralelamente, o esforço financeiro exigido pela guerra, conjugado com o decréscimo do comércio marítimo colonial, terá deixado a economia do país abalada<sup>5</sup> reflectindo-se nos seus recursos financeiros e na aplicação destes (despesas).

A data final justifica-se, a nível local e do reino, com uma “cisão” no tempo de paz, desde finais de 1696, rumo à Guerra de Sucessão de Espanha (em que Portugal participará alguns anos depois). Duas situações parecem confirmar esta possibilidade: a ordem régia de finais de 1696 para se formar um Terço Pago<sup>6</sup> no Porto e o início do registo documental do Cofre do Subsídio Militar em 1697 – indicadores de um provável aumento das despesas militares no município. Por outro lado, a descoberta do ouro no Brasil, em 1697, viria incrementar a receita do reino e, por consequência, melhoraria a sua situação económica trazendo mais recursos para fazer frente às despesas<sup>8</sup>.

A opção espacial prende-se aos motivos acima explanados e ao facto do Porto ser a segunda cidade do Reino, portuária, de grande actividade comercial, prevendo-se uma activa dinâmica económica, com reflexos nas receitas camarárias e, provavelmente, no suporte das despesas<sup>9</sup>. Como pano de fundo da administração financeira municipal surge um período de esperada acalmia nas despesas militares mas de endividamento causado pela guerra. Tal situação poderá reflectir-se no destino dado às verbas municipais arrecadadas, quer seja por determinações da Coroa (tornando-se indispensável a observação das reacções locais a esta intervenção), quer por decisões tomadas a nível da administração local.

---

<sup>4</sup> Francisco Ribeiro Silva, *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder* (Porto: Arquivo Histórico, 2 vols, 1988); António Cruz, *O Porto Seiscentista. Subsídios para a sua história* (Porto: Arquivo Histórico, 1943); António Cruz, “As Sisas do Porto seiscentista”, separata *Bibliotheca Portucalensis* (Porto: Biblioteca Pública Municipal, vol.III, 1959), 5-22. Os estudos de António Cruz dão maior ênfase à época da Restauração.

<sup>5</sup> Vide: António Manuel Hespanha, “O Antigo Regime (1620-1807)”.

<sup>6</sup> “Carta Régia” (19-11-1696), in João Pedro Ribeiro, *Índice Chronológico remissivo da legislação portuguesa posterior à publicação do Código Filipino* (Lisboa, Academia Real de Ciências, vol. I, 1805) 271.

<sup>7</sup> Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Subsídio Militar. Conhecimentos do Regimento* (1697-1798), cota: A-PUB/3235.

<sup>8</sup> Pedro Lains; Álvaro Ferreira da Silva, “O século XVIII”, in *História Económica de Portugal. 1700-2000* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ ICS-UL, vol. I, 2004) 238.

<sup>9</sup> Testando-se se o carácter comercial do Porto lhe daria capacidade financeira para superar a crise, nomeadamente através do auto-financiamento das suas despesas (autonomia financeira).

A tentativa de resposta à questão de partida desdobrou-se num estudo da vida local, nas suas várias vertentes, por forma a se lhe ‘tomar o pulso’ através da análise de mecanismos/procedimentos de funcionamento e organização da administração das despesas, das políticas administrativas municipais em termos de investimento de recursos, do quotidiano municipal e ainda da aferição das relações entre o local e o central, enquanto ‘espelho de jogos de poder’. Este artigo dará especial enfoque à organização contabilística, de enquadramento dos registos de despesa, através do exame do *corpus* documental utilizado.

## 2. Algumas questões/opções metodológicas

Perante as linhas de investigação enunciadas, circunscreveu-se um *corpus* documental principal, embora não exclusivo, em torno das séries de registos contabilísticos municipais, com enfoque nos registos de despesa e respectiva fiscalização.

O recenseamento e identificação deste *corpus* documental tornaram-se possíveis pela aferição dos anos para que existia documentação dentro da cronologia proposta. Isto porque, em diversos casos, o *Inventário* do Arquivo<sup>10</sup> não apresenta esta informação.

A identificação de uma organização financeira constituída por várias contabilidades colocou-nos perante uma multiplicidade e diversidade de fontes. Para além dos registos de despesa de cada uma das sete contabilidades identificadas e respectivos actos de fiscalização, havia a documentação gerada pelas despesas (mandados de despesa<sup>11</sup>, correspondência...). De forma a tornar exequível este estudo, no âmbito de um mestrado, adoptaram-se duas perspectivas de análise. Em primeiro lugar, um estudo transversal de toda a documentação, numa abordagem prévia de compreensão do funcionamento da estrutura financeira municipal (organização geral das contabilidades, sua administração e fiscalização) em que se enquadravam as despesas, sendo imprescindível esta visão global. Em segundo lugar, para um exame mais pormenorizado do registo, conteúdo e fiscalização das despesas, optou-se por uma análise por amostragem, seleccionando-se 5 anos: os primeiros 4 anos consecutivos (1670<sup>12</sup>, 1671, 1672, 1673), a fim de se averiguar a existência, ou não, de homogeneidade na ocorrência de despesas e na percepção da aplicação das verbas municipais; o último ano da cronologia proposta (1696) para se detectarem eventuais alterações no decurso do tempo. Importa salientar que só após apreensão da organização documental e contabilística foi possível definir a amostra.

Devido ao estágio no AHMP, dispunha-se de um conhecimento completo dos registos do Cofre dos Sobejos das Sisas<sup>13</sup>, para todos os anos em estudo, decidindo-se aproveitá-lo, quando pertinente, para resolver eventuais questões.

Às séries de contabilidades juntou-se, pela necessidade de um enquadramento legal, quer ao nível do estudo da estrutura financeira, quer ao nível da gestão das verbas, documentação normativa, considerando-se crucial, no âmbito da própria questão de partida, a resposta à

---

<sup>10</sup> *Inventários. Arquivo da Câmara Municipal do Porto (versão provisória)*, (Porto: Departamentos de Arquivos da Câmara Municipal, Arquivo Histórico, [s.d.]).

<sup>11</sup> Documentos em que era ordenada a execução de determinada despesa.

<sup>12</sup> Não existem registos para 1668 e 1669 na maioria das contabilidades.

<sup>13</sup> Foram vistas as séries de despesa (AHMP, *Cofre da Cidade. Despesa*, cota: A-PUB/3484 a A-PUB/3490), a documentação relacionada com as despesas e determinações sobre a organização desta contabilidade, compilada nas séries do AHMP: *Cofre*, cota: A-PUB/1253 a A-PUB/1255; *Livro do Encabeçamento das Sisas...* cota: A-PUB/3057; *Livro que Serve dos Registos dos Alvarás, Provisões do Cofre...* cota: A-PUB/3508; *Próprias do Cofre*, cota: A-PUB/3476.

questão colocada por António Manuel Hespanha<sup>14</sup>: “...que relação entre a administração oficial e a administração espontânea das comunidades?”. Mas, até onde recuar na investigação de uma norma para confrontar com uma prática? A solução encontrada foi a utilização dos estudos, atrás referidos, existentes para o Porto<sup>15</sup>, enquanto pontos de partida. Cruzaram-se, ainda, as informações presentes na documentação dos Cofres com as *Ordenações Filipinas*<sup>16</sup>, ainda vigentes, e legislação produzida ao longo do período em estudo para não se perderem eventuais alterações (legislação publicada/ impressa relativa ao reino e ao Porto<sup>17</sup> e legislação manuscrita copiada e guardada no Cartório da Câmara<sup>18</sup>).

### 3. Os cofres e as contabilidades municipais

Identificaram-se sete contabilidades municipais designadas, na sua maioria, por “Cofres” tanto na própria documentação como no inventário do AHMP. Esta terminologia não surge em estudos para outros espaços portugueses aonde o termo “Receita e Despesa” é o mais comum na classificação deste tipo de fontes. A organização contabilística do Porto seria original, ou apenas diferente pela época a que o estudo se reporta? Esta diferença seria devida à adopção pela maioria dos arquivos de uma linguagem normalizada na classificação das suas séries, contrariamente ao AHMP? Para estas questões não se obteve resposta pela lacuna bibliográfica atrás referida.

#### 3.1. Níveis de articulação entre cofres

A análise da documentação sob o ponto de vista da origem das verbas de cada Cofre<sup>19</sup> permitiu estipular “níveis”/relações entre as diferentes contabilidades enquanto principais e secundárias. Entendeu-se designar de contabilidades principais aquelas cujas verbas tinham proveniências autónomas, em relação às restantes, e administravam maiores quantias que aplicavam a um leque mais vasto e diversificado de despesas (Bens do Concelho, Sobejos das Sisas, Alças, Imposição do Vinho). As contabilidades que assumem um papel secundário, ou mesmo subsidiário das anteriores têm a origem das suas receitas nas contabilidades principais e um destino mais específico para as suas verbas (Enjeitados, Cativos, Fortificações). Observe-se o organograma da *Figura 1* enquanto síntese desta análise.

<sup>14</sup> António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, séc. XVII* (Coimbra: Livraria Almedina, 1994) 9.

<sup>15</sup> Francisco Ribeiro Silva, *O Porto e o seu termo...*; António Cruz, *O Porto Seiscentista...*; António Cruz, “As Sisas do Porto seiscentista”.

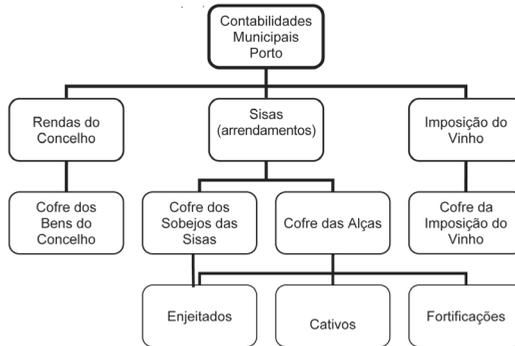
<sup>16</sup> *Ordenações Filipinas (OF)*, (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ed. fac-simile da ed. de Cândido de Almeida 1985).

<sup>17</sup> Compilada, por exemplo, em: José J. de Andrade e Silva, *Collecção chronologica da Legislação Portugueza* (Lisboa: Imprensa J.J. A. Silva e outras, 10 vols., 1854-56). Procurou-se ainda documentação nos Arquivos da Torre do Tombo (ANTT), do Tribunal de Contas (ATC) e no Arquivo Distrital do Porto (ADP). Porém, estas foram pesquisas pouco rentáveis pois a maioria da documentação deste período, relativa à administração e fiscalização das finanças locais desapareceu devido a diversas vicissitudes (o terramoto de 1755, um incêndio na Relação do Porto...). No ADP existe alguma documentação da Provedoria para o período analisado mas relacionada com rendimentos e não com despesas. No fundo da *Chancelaria* do ANTT (*Chancelaria de D. Pedro II*, Livros 22, 32) encontraram-se alguns documentos em resposta a petições feitas à Coroa no sentido de serem atribuídas verbas para determinadas despesas, os quais estão, maioritariamente, copiados no AHMP ou publicados.

<sup>18</sup> Foram consultadas as séries: AHMP, *Registo Geral, Próprias, Reportório das Provisões, Alvarás e Cartas que estão no Cartório da Câmara desta Cidade do Porto*, entre outras (vide Patrícia Costa Valente, Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar...).

<sup>19</sup> Neste estudo não se exploraram os registos de receita, tendo apenas sido utilizados em função de uma melhor compreensão da organização contabilística, onde se enquadravam as despesas.

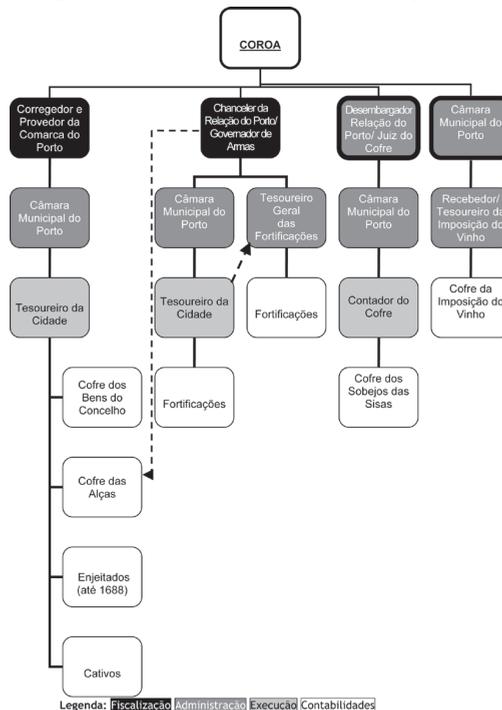
**Figura 1:** Esquema geral da estrutura das contabilidades municipais do Porto (1668-1696).



### 3.2. Agentes de gestão e controlo

Uma vez assimilada a estrutura das contabilidades do Porto impunha-se dar-lhe consistência através do conhecimento daqueles que a gerem e que a controlam ou seja, identificar os agentes que intervinham nestas contabilidades: quem as administrava e quem as fiscalizava. Até porque, um estudo da orgânica administrativa das finanças portuenses, tendo por base os registos de despesa e da fiscalização às contas (as chamadas “tomadas de contas”) cruzados com legislação, representa a base da dinâmica do funcionamento da máquina administrativa da Cidade e suas relações com o poder central. Os resultados são sintetizados na *Figura 2*.

**Figura 2:** A fiscalização e gestão das contabilidades Municipais do Porto (1668-1696)



Após a apresentação, sumária, da estrutura administrativa e fiscalizadora das despesas municipais, chegamos à análise da estrutura interna dos seus registos contabilísticos e respectiva fiscalização. Estas ‘estruturas’ encontram-se intrinsecamente ligadas, não se podendo proceder à análise de uma sem ter presente a outra. Ambas representam aspectos essenciais na compreensão da organização das contabilidades municipais.

#### 4. Informação produzida e vestígios de articulação entre local e central: a intencionalidade documental

A apreensão da organização do *corpus* documental obrigou a um exame pormenorizado dos procedimentos de escrituração das despesas e actos de fiscalização. Aliás, é evidente o interesse do poder central no registo das contas para as controlar mais eficazmente, havendo, por isso, a nível central algumas directrizes em torno desse registo. A nível local, o registo torna-se uma ‘arma de defesa’ de eventuais acusações por parte da Coroa e seus agentes. Estes foram alguns dos motivos que contribuíram para a necessidade de averiguação da importância do acto escrito e seu maior ou menor rigor ao longo do tempo.

A análise fez-se mediante um questionário/inquérito às fontes:

- Se o registo era feito num livro, caderno, vários cadernos posteriormente encadernados, ou documentos avulsos – indicadores de organização/preocupação/rigor do e com o registo;
- A forma como era elaborada a escrituração das despesas: registo autónomo (cada uma com a sua própria data) ou registo conjunto (todas registadas com uma mesma data, mediante um termo comum);
- A existência de um registo de fiscalização junto dos registos de contas, a forma como era feito e quando<sup>20</sup> – aspectos reveladores da acção dos agentes régios;
- O significado das terminologias adoptadas na época;
- A presença de outros documentos concernentes aos Cofres (correspondência, legislação...).

##### 4.1. *Lacunas e (des)organizações*

A partir do “inquérito” às fontes, acima enunciado, identificaram-se “lacunas” na documentação contabilística de praticamente todos os Cofres, sobretudo nos dois primeiros anos da cronologia proposta, alastrando-se ao período anterior da guerra da Restauração.

Assim, a falta de registos contabilísticos do Cofre dos Sobejos de 1635 até 1670 foi o resultado da acção directa de um agente da Coroa (da Contadoria Geral de Guerra), que levou toda a documentação original desta contabilidade consigo tendo ficado na Câmara do Porto apenas um registo com a descrição do aspecto externo dos livros que compilavam a documentação. Não existe qualquer indício da elaboração de cópias<sup>21</sup>.

Contudo, existem noutras contabilidades “lacunas” documentais para além dos primeiros anos deste período, mas, nesses casos, é clara a desorganização dos registos contabilísticos, o

---

<sup>20</sup> Seguindo, de certo modo, o modelo apresentado por Olivier Mattéoni, “Vérifier, corriger, juger. Les Chambres des Comptes et le contrôle des officiers en France à la fin du Moyen Âge”, *Revue Historique* (tome CCCIX/1, Janeiro, 2007, Paris: PUF) 31-69. Este autor analisa: o mecanismo dos locais onde se procedia às auditorias de contas, o seu calendário,...Veja-se, também: Iria Gonçalves, *As Finanças municipais do Porto na 2ª metade do séc. XV* (Porto: AHMP, 1987).

<sup>21</sup> As pesquisas desta documentação no ANTT, no ATC e no ADP revelaram-se infrutíferas.

que justificará a falta de documentos. Tanto as ausências como a desorganização documental se podem atribuir, entre outras causas, a posteriores reorganizações.

No caso do Cofre da Imposição do Vinho<sup>22</sup> existem registos de despesa e/ou das suas tomadas de contas<sup>23</sup>, incompletos, com numeração de fólios interrompida, no meio de registos de arrecadação de imposto aos contribuintes<sup>24</sup>, misturados com os registos de pagamento de juros da imposição<sup>25</sup>, na série do *Registo dos Mandados*<sup>26</sup>. O principal problema que se coloca aqui é o da falta de mais registos contabilísticos de despesa para um exame da sua escrituração.

Outro exemplo de organização “diferenciada” é o do Cofre das Fortificações cuja documentação contabilística está concentrada num só livro que compila cadernos, os quais correspondem, na sua maioria, a traslados das tomadas de contas feitas ao longo dos anos<sup>27</sup>. Para a cronologia em estudo, apenas o primeiro caderno, com tomadas de contas, é um original (posteriormente traslado num outro caderno). Nestas tomadas de contas, à semelhança do Cofre da Imposição do Vinho, há uma “listagem” das despesas, elemento pouco comum nas restantes contabilidades municipais<sup>28</sup>. Quanto aos outros originais de tomadas de contas, desconhece-se o seu paradeiro, sendo referido que as cópias foram elaboradas, por ordem régia, também ela copiada junto dos cadernos, para serem enviadas à Contadoria Geral de Guerra e Reino (o mesmo destino dos registos “desaparecidos” dos Sobejos). Confrontando os registos de mandados de despesas (em número bastante reduzido em determinados anos<sup>29</sup>) com as tomadas de contas, acima referidas, verifica-se que nestas últimas foram acrescentadas despesas e que algumas das despesas presentes nos registos de mandados não aparecem nas tomadas de contas, o que poderá ser um indicativo de despesas desaprovadas. O facto de nunca serem indicadas as despesas não aprovadas (e eventuais motivos dessa desaprovação), contrariamente ao que acontece noutras contabilidades, dificultou a análise das despesas e

---

<sup>22</sup> Sobre as séries documentais da Imposição do Vinho: Francisco Ribeiro da Silva; António M. Barros Cardoso, “As potencialidades dos fundos do Arquivo Histórico Municipal do Porto para a história do vinho”, separata de *População e Sociedade* (Porto: Cepese, nº9, 2002). Porém, o artigo não refere a existência, por nós comprovada, de registos de despesa, incluídos em tomadas de contas, na série *Imposição do Vinho [Assentos dos Direitos]*.

<sup>23</sup> Por vezes não se encontram os registos autónomos das despesas, apenas na tomada de contas são discriminadas as despesas aprovadas, o mesmo acontece no Cofre das Fortificações.

<sup>24</sup> AHMP, *Imposição do Vinho [Assentos dos Direitos]*, cota: A-PUB/2425, A-PUB/2426, A-PUB/2445. Nos registos de despesas, incluídos nas tomadas de contas, é indicado que os mandados tinham sido carregados nos livros da Imposição do Vinho da Câmara, com remissão para os fólios em que se encontrariam. Contudo, após o cruzamento destas informações com outras séries desta contabilidade, apenas se detectaram alguns, poucos, desses registos para 1696.

<sup>25</sup> AHMP, *Imposição do Vinho [Folha dos Juros e Contas com o Tesoureiro]*, cota: A-PUB/2503. Estes juros eram considerados, à época, como despesa: “No capítulo das despesas ordinárias, a renda dos vinhos mantinha o pagamento regular aos credores do juro pelo empréstimo de 679\$982 réis contraído pela Câmara do Porto em 1631 a fim de reunir o seu contributo destinado à defesa da Índia e à restauração de Pernambuco, ameaçados por holandeses, ingleses e franceses.” (Francisco Ribeiro da Silva; António M. Barros Cardoso, “As potencialidades...”, 41).

<sup>26</sup> AHMP, *Imposição do Vinho [Registo dos Mandados]*, cota: A-PUB/2506.

<sup>27</sup> AHMP, *Cofre das Fortificações. Receita e Despesa*, (1596-1701), cota: A-PUB/3525. A documentação do livro “avança” de 1596 para um caderno de 1674 (com registos datados desde 1670). Isto apesar de se encontrar, noutras séries de documentação municipal, correspondência sobre este cofre, datada dos anos para que não se encontram registos de contas.

<sup>28</sup> Na tomada de contas das outras contabilidades surge, habitualmente, apenas um resumo da despesa, discriminando-se, em alguns casos, as despesas não aprovadas e uma lista das despesas glosadas.

<sup>29</sup> Para 1670, por exemplo, só existe uma despesa.

sua fiscalização. Além disso, toda esta forma de organização (ou desorganização) da escrituração desta contabilidade torna-a, de certo modo, única, de difícil percepção e interpretação.

#### 4.2. A estrutura do registo: níveis de organização

Ultrapassando (ou tentando ultrapassar) as lacunas e desorganizações, tentou-se traçar a estrutura de registo de despesa das várias contabilidades tendo-se apurado uma maior organização no Cofre dos Sobejos das Sisas<sup>30</sup>, comparativamente à dos restantes. Neste Cofre encontram-se livros completos, individuais de receita e de despesa, concernentes a vários anos, registados de forma sistemática. Isto em oposição aos cadernos e documentos avulsos, encadernados numa fase posterior, da generalidade dos outros cofres, muitas vezes ‘caóticos’, mencionados no ponto anterior. Chegaram até à actualidade os documentos gerados pelas despesas deste Cofre, compilados e organizados numa série à parte<sup>31</sup>, o que não sucede noutras contabilidades.

A organização mais cuidada da escrituração dos Sobejos atribui-se, provavelmente, à sua importância financeira dentro do orçamento municipal comportando verbas mais avultadas. Salienta-se também a importância deste Cofre, enquanto recurso para fazer face a despesas da Fazenda Real. A estes mesmos factores, se atribui uma certa ‘regulamentação’ de alguns procedimentos práticos relativos a este Cofre, no início do século XVII, justificada pela informação contida na documentação central, copiada nos próprios livros de contabilidade local, a qual se passa a apresentar.

Em 1603, uma Ordem Régia estipula que o Cofre dos Sobejos tenha seis chaves que “...estarão sempre separadas humas das outras & em poder huma dellas do juiz de fora & as outras quatro na mão de cada hum dos vereadores & a outra na mão do mester procurador do povo maes velho em idade, & quando se ouver de meter ou tirar algum dinheiro starão todos seis presentes com o scrivão da Camara que fara termo no livro da despesa da contia que se tira declarando per que provisão e a quem se entrega e a pessoa que o receber assinara no termo & elle declarara nelle que a dita provisão per (?) que o dito dinheiro tirou e deu vay a linha das provisões que há de star no mesmo cofre pondo-lhe o numero a que vay & todos assinarão o termo.”<sup>32</sup>

Certo é que houve alterações no decorrer dos 67 anos que separam esta Ordem Régia do primeiro livro estudado no âmbito deste trabalho, com início em Novembro de 1670. Logo à partida, o Cofre passou a ter sete chaves em vez de seis, sendo mesmo denominado “Cofre das Sete Chaves” expressão utilizada, pelo menos, desde 1626<sup>33</sup>. A percepção que se tem através da leitura da documentação<sup>34</sup> é a de que se terão mantido as chaves na mão dos mesmos oficiais indicados no documento de 1603 sendo entregue mais uma ao Juiz do Cofre. A obrigatoriedade das presenças e respectivas assinaturas manteve-se, bem como a escrituração feita pelo Escrivão da Câmara. Quanto à numeração das despesas, de acordo

<sup>30</sup> Este é o único Cofre com registos por quartel, em vez de anuais, devido ao arrendamento das sisas que era feito da mesma forma.

<sup>31</sup> AHMP, *Cofre*, cota: A-PUB/1253 a A-PUB/1255.

<sup>32</sup> AHMP, “Traslado de Carta Régia” (14-03-1603) in *Cofre dos Sobejos das Sisas*, cota: A-PUB/3479, fl.2-3.

<sup>33</sup> AHMP, *Cofre da Cidade. Despesas*, cota: A-PUB/3485, fl.134v-135.

<sup>34</sup> Ao longo dos anos encontram-se nomeações junto dos termos de abertura dos quartéis, como em 01-01-1671: por impedimento do Doutor Gonçalo Bandeira é nomeado o Doutor Gonçalo de Meireles Freire para o cargo de Juiz do Cofre e manda-se dar-lhe a chave (AHMP, *Ibidem*, cota: A-PUB/3486, fl.13v).

com as provisões que as ordenam, revela-se inexistente, apesar de haver, nas séries relacionadas com o Cofre, documentos sobre as despesas (por exemplo, provisões régias), por vezes numerados, mas nem sempre<sup>35</sup>.

No período examinado existem, para a contabilidade dos Sobejos das Sisas, livros autónomos de “entradas” (receitas) e de “tiradas” (despesas). Relativamente às despesas, objecto deste estudo, verifica-se que num livro se registam as contas de alguns anos<sup>36</sup>, de forma sistemática, estando esses anos divididos em quartéis. Cada livro apresenta um termo de abertura e outro de encerramento, assinados pelo mesmo oficial que os autentica, ou seja, rubrica e numera todos os seus fólios: o Juiz ou Sindicante do Cofre. Ao ser iniciado cada quartel, há um termo de abertura com indicação da data, local (a Sacristia do Convento de S. Francisco) e oficiais presentes nas tiradas de dinheiro do Cofre (imprescindíveis pela posse das chaves).

É feito um registo de despesa por fólio, escrito pelo Escrivão da despesa (que habitualmente acumulava este cargo com o de Escrivão da Câmara), surgindo mais uma evidência da organização desta contabilidade: as despesas ordinárias são registadas pela mesma ordem, em cada quartel.

Tome-se o exemplo do terceiro quartel de 1670<sup>37</sup>. Inicia-se com o pagamento dos ordenados de vários oficiais camarários, ou seja, com despesas de administração/‘funcionalismo’. Segue-se a esmola ordinária dos Padres do Convento de São Francisco (provavelmente porque o Cofre dos Sobejos estava guardado na sua Sacristia). São, depois, pagos os Castelos de São João da Foz e Matosinhos (no fim dos registos de despesa do quartel é declarado pelo Procurador da Cidade e o Síndico da Cidade: “(...) protestarão de não prejudicar a dita Cidade e direito della e requerimento que tinham com Sua Alteza a despeza que se fazia com os Castelos”). Seguem-se as despesas pagas apenas por determinados períodos ou em alturas específicas, e que, por isso, não podem ser consideradas ‘ordinárias’ (porque, eventualmente, deixam ser feitas), como o pagamento à viúva de um Tenente do Castelo de Matosinhos, por uma sentença do Conselho de Guerra “que ficou na linha”<sup>38</sup>. Por fim, as despesas com a ‘manutenção’ do cofre e dos seus registos: pagamento ao escrivão da receita para os livros da receita e da despesa, entrega de uma quantia ao Sindicante do Cofre por rubricar esses dois livros, “tirada” para “gastos meudos”. O conteúdo desta última despesa revela que as suas verbas se destinam a propinas e tochas e ao pagamento dos sacos, onde se guardava o dinheiro do Cofre.

Por vezes, fora dos quartéis, são registadas despesas extraordinárias, geralmente de valores elevados, com data autónoma (e não a data do quartel, obrigando a nova deslocação dos oficiais ao cofre), originando discussões relativas à sua execução. Como o caso das despesas

---

<sup>35</sup> A numeração de cada despesa de acordo com o seu mandado verifica-se noutras contabilidades. Os documentos numerados encontrados na série *Cofre* do AHMP reportam-se a despesas dos Bens do Concelho, pagas pelos Sobejos.

<sup>36</sup> Uma média de oito anos por livro.

<sup>37</sup> AHMP, *Cofre da Cidade. Despesa*, cota: A-PUB/3486, fls. 2v-12.

<sup>38</sup> Através da análise dos vários livros de despesa do Cofre dos Sobejos (AHMP, *Cofre da Cidade. Despesa*), encontrou-se, por vezes, vestígios de fio e os furos nos fólios onde estariam cosidos documentos, posteriormente retirados. Este procedimento também é seguido noutras contabilidades, pois, nas tomadas de contas dos Cativos, é indicado que os “mandados que mandou [o Provedor] ficassem à linha meios rasgados e rubricados por ele doutor Provedor no Cartório da Câmara”, em 1696 encontra-se documentos anexos a estas contas rasgados até meio (AHMP, *Receita e despesa com cativos*, cota: A-PUB/3523).

com a Armada da Ribeira do Ouro, em 1672 e 1673, executadas por ordem régia, exemplo do diálogo entre o local e o central <sup>39</sup>.

No final de cada quartel, existe um resumo de contas, indicando os totais da receita e da despesa e a diferença entre ambos. Quando o saldo é positivo, situação frequente, a quantia fica em depósito no Cofre, juntamente com as verbas remanescentes de quartéis anteriores (fruto de outros saldos positivos).

No Cofre dos Bens do Concelho, a escrituração e procedimentos contabilísticos decorrem, nas suas linhas gerais, de acordo com as *Ordenações Filipinas*. Neste texto normativo, é estipulado que o Escrivão da Câmara: "...fará em cada hum anno livro da receita de todo o que as rendas do concelho renderem (...); e em outra parte deste livro porá todas as despesas, que fizer o Thesoureiro, ou quem o tal cargo servir. As quaes despesas assentará pelo miúdo, bem declaradas, em maneira, que sempre se possa tomar a conta delas."<sup>40</sup>. Sobre as tomadas de contas às despesas dos concelhos, pelos Provedores: "Cada anno tomarão conta das duas terças, que pertencem ao Concelho, e saberão como se despendem, para o que verão particularmente as Provisões e mandados, per que se despenderam; que se lançarão em linha, como se faz nos Contos do Reino, para se saber como se fizeram e tomaram as contas."<sup>41</sup>.

Depois da breve abordagem ao que estava regulamentado, passa-se à análise das especificidades e aplicação prática da legislação na escrituração dos Bens do Concelho e restantes contabilidades (excluindo a dos Sobejos atrás analisada).

Um exame transversal destas contabilidades revela uma escrituração das despesas, e respectiva fiscalização, semelhantes em diversos aspectos<sup>42</sup>. Contrariamente ao que sucedia nos Sobejos, cuja contabilidade se caracterizava por livros inteiros de registos contabilísticos, nas restantes contabilidades os registos eram feitos em cadernos, posteriormente cozidos e encadernados, com a escrituração da receita, seguida pela despesa de cada ano. Estes cadernos encontram-se, de igual modo, na sua maioria, autenticados (rubricados e numerados) pelo representante da sua administração, cabendo também, a este, assinar os termos de abertura e encerramento dos cadernos. Assim, por exemplo, os registos dos Bens do Concelho eram autenticados pelo Juiz de Fora, bastando, para identificar o oficial responsável pela autenticação de cada contabilidade observar o organograma da *Figura 2*. Há, contudo, exceções: o Cofre da Imposição do Vinho, devido à aparente desordem da sua escrituração, apresenta cadernos rubricados pelo Contador da Comarca na série documental *Cofre da Imposição do Vinho [Assento dos Direitos]*<sup>43</sup>, porque estes eram cadernos dedicados à arrecadação de receita deste imposto da qual uma parte ficava para a Coroa (daí a rubrica do agente representante da administração central) e outra parte, entregue pelo Arrematante da Imposição, ficava no município.

<sup>39</sup> AHMP, *Cofre da Cidade. Despesa*, cota: A-PUB/3486. Vide Patrícia Costa Valente, "Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar..." 170-180.

<sup>40</sup> OF, I, 71.

<sup>41</sup> OF, I, 62, §72.

<sup>42</sup> Embora se devam considerar as particularidades do registo contabilístico da Imposição do Vinho e das Fortificações, em parte originadas pela falta de parte da sua documentação e desorganização. As linhas gerais da escrituração das contabilidades e sua fiscalização apresentadas correspondem a uma tentativa de traçar um quadro geral de procedimentos os quais eram, mais frequentemente, 'seguidos à risca' nos Cofres dos Bens do Concelho, Alças e Enjeitados, mas mesmo aí, houve casos de 'exceção à regra'.

<sup>43</sup> AHMP, *Cofre da Imposição do Vinho [Assento dos Direitos]*, cota: A-PUB/2426, A-PUB/2445.

As despesas são registadas anualmente, ou o tempo que servir o Tesoureiro, encontrando-se um número variável de despesas por fólio, consoante a extensão do texto de cada uma. Na verdade, estes registos correspondem a registos de mandados de despesas, com datas autónomas aonde são identificados o dia, mês e ano em que foi elaborado o mandado, ignorando-se se, na mesma data ou em dia próximo, se executou a despesa (ao contrário do Cofre dos Sobejos aonde a data que consta é a de entrega do dinheiro).

A numeração dos registos na margem esquerda do fólio é frequente, sendo aí também anotado um “comentário” feito pelo agente fiscalizador às despesas. A numeração das despesas era essencial uma vez que, com o mesmo número existia um mandado de despesa original, ou mesmo outros documentos associados à despesa. Assim, o trabalho dos agentes fiscalizadores e de quem lhes apresentava as contas, estava facilitado. Por outro lado, esta mesma numeração é utilizada para remeter para os registos de despesa aquando da fiscalização, escusando-se a repetição do conteúdo da despesa.

Poucos foram os mandados originais e outra documentação concernente a estas contabilidades que chegou até à actualidade, impossibilitando o confronto com os registos e a descoberta de outras informações sobre determinadas despesas. A existência destes mandados, com o respectivo número de registo a um dos cantos superiores, verifica-se quando, entre finais da década de 70 e início da de 80 do século XVII, por falta de verbas nos Bens do Concelho se pagam despesas deste pelos Sobejos das Sisas. Por este motivo, encontram-se entre os documentos compilados dos Sobejos<sup>44</sup>, os mandados correspondentes àquelas despesas. Estes documentos apresentam-se frequentemente riscados e com a indicação de não terem efeito nos Bens do Concelho.

Do registo da despesa em si retiramos: a data do mandado, o valor da verba despendida, a indicação de que a despesa foi feita por mandado da Câmara e executada pelo Tesoureiro, a referência a quem a recebe e por que motivo (se bem que, em alguns casos, o motivo da despesa não fosse apresentado, remetendo-se para o mandado original).

Por vezes, no final da escrituração das despesas por mandados camarários, são registadas despesas feitas por ordem do Provedor, não sendo, nestes casos, anotadas pelo Escrivão da Câmara mas pelo Escrivão da Provedoria.

Quanto às anotações laterais de fiscalização das despesas<sup>45</sup>, à esquerda do seu registo, são uma espécie de ‘antevisão’ do que se irá encontrar na tomada de contas e, na sua maioria, apresentam uma linguagem normalizada. Aquando da leitura de estudos sobre finanças municipais para épocas posteriores<sup>46</sup> à estudada, esta linguagem mantém-se.

Com efeito, surgem-nos, nestas anotações, as expressões: “levado em conta” (despesa aprovada); “sem efeito” (despesa desaprovada ao Tesoureiro obrigando-o a repor a verba); “grosada” ou “glosada”<sup>47</sup> – (despesa não aprovada, sendo posta em causa a ordem da

<sup>44</sup> AHMP, *Cofre*, cota: A-PUB/1254, A-PUB/1255.

<sup>45</sup> Por uma anotação na margem direita (em vez da esquerda onde eram feitas as anotações de fiscalização) de uma despesa, tomou-se conhecimento de que a fiscalização junto às despesas era feita depois de ser registada no mandado: “não há mandado e se se pos o levado em conta à margem é porque se pôe primeiro no livro que no mandado e não apareceu este mandado” (AHMP, *Bens do Concelho*, cota: A-PUB/3450, fl.347).

<sup>46</sup> Por exemplo: José Viriato Capela, “As Contas da Câmara de Viana (1740-1770). Limites da sua autonomia financeira”, separata de *Estudos Regionais* (Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, n.º15, 1994) 69-96; Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo: Évora. 1750-1820* (Lisboa: Edições Colibri, 2002).

<sup>47</sup> O verbo “glosar” tem, entre outras definições: censurar, contestar, anular, suprimir (*in* António Morais Silva, *Novo Dicionário compacto de Língua Portuguesa* (8ª ed., [s.l.]: Confluência) vol. III, 141).

Câmara, o que faz com que tenham de ser os oficiais camarários a repor as verbas<sup>48</sup>). Junto às expressões de fiscalização, para além do número do mandado, encontram-se, por vezes, justificações mais desenvolvidas das decisões do agente fiscalizador.

Para além da anotação de despesa “sem efeito” ou “glosada” foram detectados outros indicadores de desaprovação os quais se passa a referir.

A ausência de qualquer anotação de fiscalização, quando as restantes despesas a possuem.

Um risco por cima do registo de despesa ou da quantia a ser gasta. A inexistência de número de mandado<sup>49</sup>.

Por vezes, quanto mais longo é o texto da despesa, demonstrando uma necessidade de a justificar, recorrendo-se mesmo à remissão para documentos comprovativos (não presentes junto ao registo), mais provável é a despesa não ser aceite pelo agente fiscalizador, isto é, aquela não corresponderia a uma despesa comum na contabilidade em que se encontra inserida. Assim, por exemplo, em 1672<sup>50</sup> é pedido, num só registo, que se pague, do Cofre das Alças, a soma de 54.000 reis para criação de vários enjeitados por nada menos que 18 mandados “na forma deles [mandados], petição e despacho do juiz e vereadores com aprovação do Chanceler a eles junto”. O pagamento deveria ser feito aos enjeitados nomeados nos ditos mandados, todos registados “um por um e reportados a este registo somente para menos confusão”. À margem do registo a anotação do Provedor é clara: “Não levo em conta porque os enjeitados têm outro dinheiro aplicado, nem consta que tais enjeitados houvesse.”. Isto porque, da verba consignada às Alças era, *à priori*, retirada uma quantia fixa para a despesa com os enjeitados, logo, do Cofre das Alças não deveria ser retirada qualquer outra verba para esse efeito.

Por fim, outro indicador da desaprovação de determinada despesa é a referência, no seu próprio texto, a que o mandado registado terá sido “removido” ao invés de se dizer, como é costume, que ele foi “passado”.

Ainda no âmbito da fiscalização, o Tesoureiro da Cidade, para além de ser responsável pelas entregas do dinheiro, na generalidade dos casos, com a excepção dos Cofres da Imposição do Vinho e dos Sobejos (*Figura 2*), era também quem prestava contas: era a ele que se cobrava em caso de gastos superiores à receita (ficando-lhe o Cofre em dívida). Considera-se que o facto de caber ao Tesoureiro prestar contas justifica a organização dos registos de despesa mais por Tesoureiro do que pela questão cronológica<sup>51</sup>. Na maioria das vezes, o tempo de serviço do Tesoureiro equivalia a um ano. Contudo, há excepções, como em 1673: um Tesoureiro serve no primeiro semestre e outro no segundo, levando a que a fiscalização seja feita separadamente, a um e a outro, nas várias contabilidades, e que a numeração seja reiniciada nos registos do segundo semestre. Assim, a fiscalização era feita, pelo menos, uma vez por ano, com a excepção do Cofre das Fortificações, em que os registos de fiscalização aglutinavam vários anos, de uma só vez.

---

<sup>48</sup> Tome-se o exemplo do texto a seguir ao registo das glosas feitas pelo Provedor aos Bens do Concelho em 1671: “...soma das quantias das grozas que se mandou cobracem pelos oficiais da câmara que mandarão fazer as ditas despesas grozadas na forma que nelas se declara a margem” (AHMP, *Bens do Concelho*, cota: A-PUB/3450, fl.209v). Frequentemente, junto dos registos é indicado que a despesa é levada em conta ao Tesoureiro, devendo ser cobrado o seu valor aos oficiais camarários.

<sup>49</sup> Situação apenas revelada através dos totais de despesa apresentados nas tomadas de contas.

<sup>50</sup> AHMP, *Bens do Concelho*, cota: A-PUB/3450, fl.301v.

<sup>51</sup> Por diversas vezes a lista das despesas é encabeçada pelo nome do Tesoureiro.

Quanto à escrituração das tomadas de contas, é elaborada pelo Escrivão da Provedoria (salvo naquelas contabilidades em que o agente fiscalizador não é Provedor e Corregedor da Comarca). Os livros ou cadernos com registos de contas eram apresentados ao Provedor e Corregedor da Comarca que os conferia, mandando o seu Escrivão fazer as devidas anotações, junto aos registos de despesa, e proceder à escrituração do termo de tomada de contas nos fólios seguintes aos registos contabilísticos. Este registo iniciava-se com um resumo onde é referido que o Provedor tomou as contas ao Tesoureiro de um determinado ano, segue-se um texto mais extenso, no qual é indicada a data completa da tomada das contas, os oficiais presentes e o local. Depois, é registada a fiscalização da receita, seguida da fiscalização da despesa (onde se inclui, por vezes, uma lista das despesas glosadas), o balanço final das contas (diferença entre receita e despesa), o termo de encerramento da tomada de contas, o valor do selo do Provedor e, por fim, uma lista das despesas feitas com o acto de fiscalização, seguida das assinaturas. Ao longo dos anos há, por vezes, emendas dos termos de fiscalização, as quais são anotadas imediatamente após a tomada de contas, mas não necessariamente elaboradas na mesma data<sup>52</sup>.

A quantidade de informação contida nos registos de fiscalização, e ao longo dos registos de despesa, à margem, varia, não só consoante as contabilidades, mas também de acordo com os anos<sup>53</sup>. Propõem-se algumas hipóteses para estas diferenças: gasto anual de verbas superior ao que é feito habitualmente e em que o Provedor se via obrigado a “grosar” mais despesas aos Vereadores<sup>54</sup>, ou a considerar mais despesas “sem efeito”; o mesmo pode acontecer se forem feitas despesas que não “cabem” em determinada contabilidade; um Escrivão, e o próprio Provedor, serem mais ciosos do seu trabalho ao quererem descrever a tomada de contas mais pormenorizadamente... Factores idênticos afectarão toda a escrituração contabilística (e decerto ‘quadros’ semelhantes existirão noutras escriturações). Porém, apesar de tudo, e no que respeita à escrituração da tomada de contas, o ‘formulário’ é habitualmente aplicado nas suas linhas gerais.

## 5. Burocracia ou modernidade?

Através das várias etapas de registo e procedimento que se têm vindo a analisar, atesta-se não só toda a burocracia por trás das contabilidades, mas também o imenso tempo gasto, chegando a anos, por cada registo anual de contas e sua respectiva fiscalização. É inevitável, perante esta constatação, pensar no constrangimento provocado àqueles a quem os Cofres ficavam a dever dinheiro, especialmente os Tesoureiros.

O enquadramento das despesas na estrutura das contabilidades municipais e o estudo da sua escrituração apresentados, não nos tornam indiferentes aos minuciosos procedimentos de registo dos valores despendidos, a forma como eram feitas as somas das parcelas, e outros cálculos, as equivalências das unidades monetárias, entre outras informações que nos elucidam acerca do método (ou falta de um método) contabilístico da época.

---

<sup>52</sup> Por exemplo: “Auto de emenda” (1673-04-05) à tomada de contas de 01-1672, relativa ao registo do ano de 1670 (AHMP, *Bens do Concelho*, cota: A-PUB/3450, fl.214-215v).

<sup>53</sup> Comparando as anotações laterais de fiscalização aos registos de despesa dos anos 70 com as de 1696, nos Cofres dos Bens do Concelho e das Alças, conclui-se que em 1696 as anotações são praticamente inexistentes.

<sup>54</sup> Conforme referido, são frequentes as listas de “grozas” nas tomadas de contas, com referência ao número do mandado de despesa, ou ao fólio do seu registo.

Através da leitura do estudo de Virgínia Rau sobre a Casa dos Contos<sup>55</sup> constata-se que todos os elementos atrás enunciados contribuem para a percepção da maior ou menor modernidade dos procedimentos administrativos sob o ponto de vista da contabilidade pública, possibilitando a sua inserção no panorama nacional, e mesmo europeu, numa perspectiva comparativa.

O Porto, enquanto cidade comercial, com transacções financeiras, nomeadamente com mercadores estrangeiros, terá, por este meio, tido contacto com a escrituração contabilística e respectivo cálculo aritmético organizado. Porém, não se pode ignorar que o município se relaciona, necessariamente, com uma administração pública, seguindo, à partida, as directivas da administração central<sup>56</sup>. A segunda hipótese torna-se mais credível, tanto pelo que indicam os documentos, como pelo que refere Virgínia Rau: “Apesar do intenso contacto dos portugueses com os mercadores italianos, os mestres e inovadores medievais que já no século XV manejavam a partida-dobrada, a contabilidade pública portuguesa permaneceu longas centúrias realmente simples e em manifesto atraso em relação aos métodos italianos contemporâneos, mas perfeitamente a par das suas congéneres francesa e inglesa.”<sup>57</sup>.

Em síntese, verifica-se alguma falta de modernidade no registo contabilístico nos Cofres Camarários do Porto, seguindo as práticas gerais da administração pública do Reino, nomeadamente pelo registo em partidas-simples ou contas de receita e despesa, processo simples e meramente registador (ao invés das modernas partidas-dobradas); mas existem alguns factores de inovação, facilitadores do cálculo, que terão contribuído para poucos erros a este nível: a utilização de algarismos árabes ao invés de caracteres romanos, a localização dos valores das despesas “acolunados” à margem, (*extra-text* e não *in text*), o somatório das parcelas por fólio com transporte do total de um fólio para o outro<sup>58</sup>.

As características do sistema financeiro do Porto da segunda metade do século XVII (diversas contabilidades com administração e fiscalização próprias, mesmo quando coincidentes) são apontadas num estudo das cidades do norte da Europa<sup>59</sup>, como traços de algum “arcaísmo” que dificultaria a recuperação em períodos de crise financeira. Porém, contrariando aquela premissa, no período estudado, mesmo sendo um período de crise financeira generalizada, o Porto era financeiramente autónomo<sup>60</sup>. Esta é uma das conclusões resultantes de um trabalho mais vasto<sup>61</sup>, e serve, juntamente com outras apresentadas neste texto, para demonstrar como, através de uma crítica mais profunda das fontes e compreensão da sua orgânica de produção, com o devido cruzamento dos dados com bibliografia, se trilharam e abrem os caminhos de um trabalho de investigação.

---

<sup>55</sup> Virgínia Rau, “A Casa dos Contos”, Supl. *Revista Portuguesa de História* (Coimbra: Faculdade de Letras, tomo IV, 1951). Foi essencialmente esta obra, pelo seu carácter de síntese, que serviu de apoio a esta parte do presente estudo. Foram consultadas outras obras neste âmbito as quais são indicadas no trabalho de mestrado em que se baseia este artigo (Patrícia Costa Valente, “Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar...”).

<sup>56</sup> Como referem as *Ordenações* sobre o registo das rendas municipais: “que se lançarão em linha, como se faz nos Contos do Reino, para se saber como se fizeram e se tomaram as contas” (*OF*, Lv. I, 62, §72).

<sup>57</sup> Virgínia Rau, “A Casa dos Contos”, 399.

<sup>58</sup> Para mais informação sobre o registo contabilístico: Patrícia Costa Valente, “Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar...”, 57-61.

<sup>59</sup> Marie-Louise Pelus, “A Lübeck et Hambourg au XVII siècle: crise financière, conjoncture économique, potentiel économique, progrès économique. Une série de questions”, in *La ville, la bourgeoisie et la genèse de l'Etat moderne: XIIe-XVIIIe siècles. Actes du Colloque de Bielefeld* (Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1988) 243-262.

<sup>60</sup> Resultado aferido através do cálculo dos saldos financeiros municipais em: Patrícia Costa Valente, “Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar...”, 181-194.

<sup>61</sup> Patrícia Costa Valente, “Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar...”.

Wallison de Oliveira Antunes<sup>1</sup>

**Escravidão e Sociedade na América Portuguesa:  
a freguesia de São José do Rio das Mortes,  
1750-1800. Minas Gerais no Século XVIII.**

**R E S U M O** | *A pesquisa tem como principal temática a escravidão africana na América portuguesa. Através de um estudo de caso, cujas fontes empíricas são os registros paroquiais da Matriz de São José do Rio das Mortes e de mais 9 capelas adicionais, assim como um Rol de Confessados de S. Joze datado de 1795, procura-se analisar a representatividade da escravidão, em suas dimensões sociológicas, na sociedade colonial. Ao mesmo tempo, examina-se as composições das populações africanas da freguesia e suas transformações demográficas ao longo da segunda metade do século XVIII.*  
*PALAVRAS-CHAVE: Estudos Populacionais, Escravidão, Origens históricas, Sociedade Colonial*

**A B S T R A C T** | *The research has as its main theme the Portuguese African slavery in America. Through a case study, whose empirical sources are the parish records Matrix Sao José do Rio das Mortes and 9 more chapels additional, as well as a Rol de Confessados de São Joze dated 1795, seeks to examine the representation of slavery; its sociological dimensions, in colonial society. At the same time, it examines the compositions of the African population of the parish and its demographic changes over the second half of XVIII.*  
*KEYWORDS: Population Studies, Slavery, Historical Origins, Colonial Society*

## **Introdução**

O texto que se segue examina aspectos da evolução demográfica e histórica de populações africanas na América portuguesa ao longo do século XVIII. Em sua dimensão particular, o recorte cronológico e geográfico proposto para a investigação é a segunda metade do século XVIII (1750-1800) na freguesia de São José do Rio das Mortes – atual Tiradentes – Minas Gerais. Situada na Comarca do Rio das Mortes, uma das quatro em que se dividia a Capitania de Minas Gerais em meados do século XVIII<sup>2</sup>, a freguesia de São José desde muito cedo teve sua economia mais orientada para a agropecuária que para a mineração. Localizada um pouco mais ao sul dos distritos mineradores, com os quais estabeleceu uma lucrativa atividade comercial, e também vantajosamente próxima das estradas e caminhos que cortavam a Capitania, a freguesia de São José desenvolveu, ao longo do setecentos, uma economia regional caracterizada pela diversificação, baseada na agricultura, criação de animais e comércio, num ambiente social em que a mineração canalizava grande parte dos fatores produtivos.

O recorte cronológico proposto deve-se principalmente ao fato de esse constituir um período pouco explorado pela literatura historiográfica dedicada a Minas Gerais. De modo geral, a historiografia enfocou, com bastante rigor e minúcia, o período conhecido como “auge da mineração”, a idade do ouro do Brasil, isto é, a primeira metade do setecentos mineiro, deixando em segundo plano, ou melhor, tratando como apêndice, os processos

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

<sup>2</sup> Comarca do Rio das Mortes, Comarca de Vila Rica, Comarca de Sabará e Comarca do Serro Frio.

paralelos e posteriores pelos quais passaram a sociedade e a economia da Capitania. A bem dizer, ainda há pouco era possível encontrar estudos que afirmavam categoricamente que, pós-auge minerador, Minas Gerais teria passado por um processo de vertiginosa decadência. Imprecisões que estudos recentes, fundamentados em boas doses de empiria e sólida metodologia, têm procurado refutar<sup>3</sup>.

A principal base empírica da pesquisa são os registros paroquiais de batismo e óbito assentados em livros da Matriz de São José do Rio das Mortes e de mais 9 capelas adicionais<sup>4</sup>, os quais se somam a uma segunda fonte, o *Rol dos Confessados de São Joze*<sup>5</sup>, um arrolamento eclesiástico de paroquianos realizado na quaresma do ano de 1795. Documento que lista, por fogo, praticamente toda a população da região, excluindo somente os menores de sete anos, uma vez que não se confessavam. Essa documentação se encontra nas Bases de Dados<sup>6</sup> produzidas no âmbito do projeto *Populações Mineiras: a Vila e o Termo de São José do Rio das Mortes, 1720-1850*, sob a Coordenação do Professor Doutor Douglas Cole Libby, diretor do Centro de Estudos Mineiros (CEM), instituto de pesquisa vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG).

A escolha específica desses documentos como fontes primárias deveu-se pelo menos a dois motivos.

Primeiro, são fontes produzidas por uma das instituições mais notadamente presentes no espaço social da América portuguesa: a Igreja. Acreditamos ser dispensável lembrar o importante papel que a Igreja desempenhava em quase todos os aspectos da vida no Brasil colonial, tendo muitas vezes funcionado como elemento agregador em um universo social marcado pela diversidade “étnica” das populações e pelas rígidas hierarquias da sociedade colonial. Ademais, por suas características, isto é, por listarem de modo praticamente regular informações relativas às populações locais, os registros paroquiais, ainda que condicionados pelos contextos e motivações de produção, fornecem preciosas informações para o estudo de populações do passado.

Como segundo motivo, mas não menos importante, é de nosso especial interesse analisar o potencial investigativo das fontes para estudos de caráter regional, bem como para a apreensão de grupos menos focados por outras fontes mais “seletivas”, como é o caso das populações escravas africanas. Em nossa proposta, portanto, não nos limitamos a tomar os registros paroquiais e o Rol de Confessados ingenuamente como fontes dadas e válidas; pelo contrário, procuramos contrastar, sempre que possível, os resultados parciais levantados na pesquisa com os de outros estudiosos que se debruçaram sistematicamente sobre o período histórico aqui enfocado.

Ao tomar a escravidão africana na América portuguesa como tema, pretendemos investigar a história de populações que, embora tenham desempenhado um papel de relevo na construção histórica da sociedade da América portuguesa, não receberam este mesmo peso nas páginas dos livros de história. Em outras palavras, a literatura sobre os africanos no

---

<sup>3</sup> Carla Almeida, “Homens ricos homens bons: produção e hierarquização em Minas colonial, 1750-1822” (Diss. Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2001).

<sup>4</sup> Nomeadamente: Bichinho, Padre Gaspar, Lages, Passatempo, Oliveira, Cláudio, Carmo do Japão, São João Batista e Desterro.

<sup>5</sup> *Rol dos Confessados desta Freguesia de S. Antonio da Villa de S. Joze, Comarca do Rio das Mortes, deste prezente anno de 1795*, Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, Tiradentes, Minas Gerais, manuscrito. Banco de Dados organizado pelos prof. Douglas C. Libby e Clotilde A. Paiva. Original: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, Tiradentes, MG.

<sup>6</sup> Centro de Documentação, Diocese de São João del Rei, *Arquivo Paroquial de Santo Antônio de São José do Rio das Mortes* (doravante citado como APSASJRM) Livros de Batismo e Óbito.

Brasil é escassa entre os historiadores. Basicamente, foram os sociólogos e os antropólogos os responsáveis pelas maiores contribuições nesse campo. Apesar da importância das análises existentes, o tema ainda carece, e muito, de abordagens de caráter histórico.

Ademais, importa observar que a introdução de mão-de-obra escrava, via tráfico negro, foi um dos fatores de relevo para a conquista, ocupação e efetiva colonização do território mineiro. Apesar disso, são raras as estimativas acerca das populações escravas referentes a esse período (1750-1800) da história de Minas Gerais, pois grande parte da literatura historiográfica focaliza a primeira metade do setecentos, fase de grande produção aurífera.

Some-se a esses fatores o fato de que uma bibliografia recente tem apontado que, entre fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, Minas Gerais possuía um dos maiores contingentes populacionais do território da América portuguesa. Populações cujas fileiras, ao que tudo indica, eram continuamente engrossadas pela introdução de mão-de-obra escrava africana.

Por fim, é importante observar que a investigação do passado das “populações brasileiras” representa, de certo modo, um esforço paralelo e simultâneo no sentido de compreender a sociedade brasileira contemporânea. Em certo sentido, significa lançar um olhar histórico sobre os impasses e as contradições dessa sociedade.

Em termos estruturais, a apresentação dos resultados da pesquisa divide-se em dois textos independentes, porém complementares.

No primeiro texto, procuramos analisar a representatividade da escravidão, em suas dimensões sociológicas, na sociedade são-joseense. A partir desse objeto principal, levantamos, num primeiro momento, dados e hipóteses relativas à presença maciça de escravos na população local; em seguida, analisamos informações referentes às alforrias e procuramos compreender como elas se relacionavam com as hierarquias da sociedade colonial; por fim, buscamos evidenciar a penetração da escravidão no cotidiano de uma sociedade escravista, relacionando-a particularmente com os paradoxais números que se referem às populações legalmente livres.

No segundo, especialmente relacionado com as populações africanas forras e escravas, procuramos investigar a composição das populações africanas listadas nas fontes. Num primeiro momento, tomamos como objeto de investigação as origens das populações escravas da freguesia, dividindo essas populações em dois grandes grupos de origem: africanos e nativos; em seguida, verificamos as mudanças na composição das populações africanas ao longo do tempo, e averiguamos como essas mudanças se relacionavam com o tráfico atlântico; por último, examinamos características particulares das populações africanas, como a extraordinária diversidade dos grupos de procedência, as taxas de masculinidade, a composição etária e a intrigante questão das alforrias entre as populações oriundas do tráfico.

Como escolha metodológica, decidimos pela análise sistemática e serial da documentação, uma abordagem característica dos Estudos Populacionais, usualmente também conhecidos como História Demográfica ou Demografia Histórica.

Sendo uma literatura inspirada na demografia, ao longo do texto o leitor deparar-se-á com instrumentos de análise como gráficos e tabelas, ferramentas intelectuais que cada vez se fazem mais frequentes entre historiadores. Cabe lembrar, porém, que não se deve confundir esses instrumentos com meros apêndices demonstrativos. Muito pelo contrário, eles representam uma substancial mudança para a produção historiográfica, ou seja, a criação de uma nova linguagem interpretativa na ciência histórica, inovação capaz de integrar novos campos de análise ao universo cognitivo do historiador.

De modo similar, outros instrumentos metodológicos que o leitor encontrará em abundância ao longo do texto são as amostragens, as comparações de dados e os cruzamentos

de informações. Estes instrumentos foram de grande importância no exame de características relativas à natureza e à lógica de produção das fontes primárias, fornecendo preciosos elementos para a crítica das informações. Ao mesmo tempo, foram suma importância na relativização dos resultados e na construção de hipóteses. Contribuindo, assim, para o avanço metódico e sistêmico da investigação.

### **Para além do peso dos números: a representatividade da escravidão na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1800**

O entendimento histórico do fenômeno da escravidão africana na América Portuguesa requer, como passo fundamental, uma compreensão anterior da *representatividade* da instituição da escravidão na sociedade colonial. Antes de mais, é preciso esclarecer que o que denominamos representatividade não se limita à simples verificação da presença, em termos numéricos, de escravos entre as populações da Colônia. O raciocínio que aqui esboçamos é um pouco mais ambicioso e por isso um tanto mais arriscado e conscientemente propenso a erros.

Para além do peso dos números, o que propomos é uma compreensão das dimensões sociológicas da escravidão na sociedade colonial, na medida em que esta instituição, isto é, a escravidão, tenha influenciado as dinâmicas sociais da freguesia de São José, desempenhando nessa sociedade, tomada para um estudo de caso, um papel mais importante que o comumente esboçado na historiografia. Assim, os números demonstram a escravidão penetrando e enraizando-se no cotidiano da freguesia; moldando, a pouco e pouco, novas formas de hierarquias e mobilidades; e inclusive impulsionando – a curto, médio e longo prazos – transformações nas populações livres. Nesse sentido, os dados levantados ao longo da pesquisa são interpretados como indicadores de uma realidade social e não propriamente a realidade retratada em gráficos e tabelas.

Para o estudo da representatividade da escravidão na freguesia de São José, procuraremos, na medida do possível, comparar dados originários de fontes de informação de natureza diversa, e assim detectar, analisar e interpretar – à luz dos conhecimentos historiográficos – as informações sistematicamente selecionadas nas fontes. Da mesma forma, as possíveis distorções e ausências de informação da documentação serão alvo de nossa especial atenção, pois esses são aspectos sobremaneira relevantes para compreendermos como fontes primárias distintas iluminam ou obscurecem intrigantes contornos do passado. Mais ainda, a análise desses aspectos viabiliza o ambicioso objetivo que é de o entender, ainda que apenas parcialmente, o funcionamento da inteligência que opera por trás dos relatos do passado: os homens e suas utensilagens mentais.

Contudo, investigar a representatividade da escravidão na sociedade colonial é tarefa duplamente árdua. Por um lado, representa uma tentativa, nem sempre bem sucedida, de reconstruir parte de um universo social cujas estruturas, o funcionamento e as dinâmicas conhecemos apenas superficialmente. Por desafortunada ironia, o olhar em perspectiva do historiador, ainda que formidavelmente aguçado, na maior parte das vezes é incapaz de enxergar elementos que foram banais na vida dos homens do passado. Por outro lado, as fontes comumente utilizadas nesse tipo de análise são documentos cuja natureza e produção apenas indiretamente informam de algumas características da sociedade colonial. Os documentos que temos em mãos, por mais preciosos, não são mais que testemunhos indiretos de um passado distante e estranho à inteligência do presente.

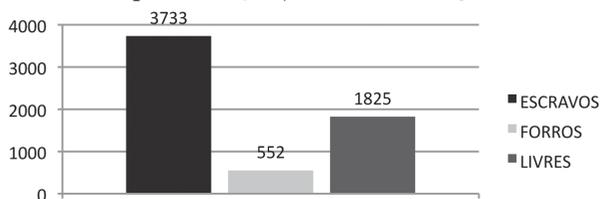
Em seu conjunto e em suas especificidades, os documentos paroquiais da freguesia de São José do Rio das Mortes não escapam a essa crítica. Embora sejam fontes notáveis para os estudos populacionais, suas informações não foram produzidas como essa finalidade. São,

na verdade, registros que trazem informações sobre o “estado das almas” que estavam sobre o cuidado e a autoridade institucional da Igreja.

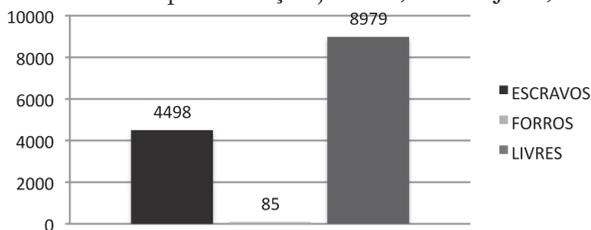
Entretanto, é importante destacar que não existem fontes perfeitas para o estudo da história, as fontes ideais são a maravilhosa utopia de todo historiador. A construção do conhecimento histórico, no entanto, constitui-se como um processo lento, sistêmico e de alta densidade, uma operação que requer a inteligência diagonal do historiador. Inteligência que opera obliquamente e a contrapelo, transformando os relatos do passado, em suas diversas formas, em objetos de ciência: as fontes nada dizem por si.

Os gráficos a seguir foram construídos a partir dos registros de batismo, de óbito e do *Rol de Confessados* do ano de 1795. Neles podemos visualizar as populações listadas nas fontes de acordo com o status jurídico, isto é, entre escravos, forros e livres. A análise comparativa dos dados é duplamente interessante, na medida em que nos informa a um só tempo de especificidades das fontes, que se tornam mais evidentes quando contrastadas, e de características da sociedade são-joseense, que, de acordo com a fonte selecionada, tem alguns de seus contornos acentuados ou suavizados. De igual importância é salientar que as categorias jurídicas utilizadas para construir os gráficos, isto é, escravos, forros e livres, foram retiradas das próprias fontes. Portanto, em certo sentido, visualizamos o corpo documental a partir de uma perspectiva empregada pelos seus contemporâneos<sup>7</sup>.

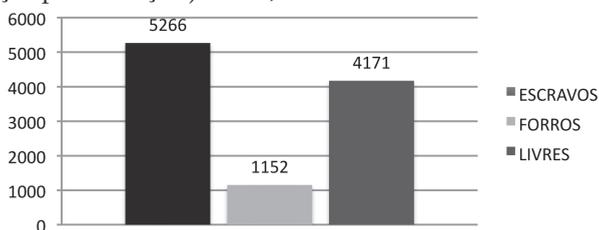
**Gráfico 1.** Assentos de óbito por condição jurídica, APSASJRM, 1752-1800



**Gráfico 2.** Assentos de batismo por condição jurídica, APSASJRM, 1752-1800



**Gráfico 3.** População por condição jurídica, Rol dos Confessados do Ano de 1795, São José



<sup>7</sup> A excessão ocorre quando se trata dos indivíduos livres. De modo geral, as fontes não se referem à condição jurídica desta parcela da população. Os números relativos aos livres, portanto, resultam de operações dedutivas.

No que diz respeito a um plano geral, é notável que, em todas as fontes, a presença de escravos tenha sido registrada de forma significativa. Nos assentos de óbito e no Rol de Confessados, por exemplo, o percentual de escravos supera em muito o número de indivíduos listados como livres. Além disso, tanto nos óbitos como no Rol de Confessados, uma numerosa população forra foi assinalada. A presença desses alforriados, por um lado, representa a relativa mobilidade presente na sociedade escravista da América portuguesa, e por outro, torna evidente que a sociedade escravista possuía dinâmicas e mecanismos de funcionamento muito mais complexos que os até o momento esboçados pela historiografia<sup>8</sup>.

Importa dizer que, nos dados referentes aos alforriados, há toda uma geração de indivíduos diretamente associados a um passado recente de cativo. Por norma, esses homens e mulheres não eram escravos, no entanto tampouco integravam o universo social dos homens livres. Vagavam intrigantemente entre a escravidão e a liberdade. Esse quadro pode se tornar ainda mais complexo se imaginarmos que os filhos de mulheres alforriadas, ou seja, de ex-escravas, eram batizados como crianças livres, engrossando as fileiras de uma estatística, referente às populações livres, que merece exames mais detalhados.

Em cifras, os escravos representam cerca de 60% dos registros de óbito e 50% dos indivíduos listados no Rol. No entanto, uma curiosa inversão dos dados ocorre nos registros de batismo. Entre os batizados, 66% dos registros referem-se a indivíduos listados como livres, 33% a escravos e apenas 1% a forros<sup>9</sup>. A diferença entre os dados das fontes nos sugere pelo menos dois caminhos interpretativos bastante fecundos. O primeiro deles, de caráter teórico e fundamental, relaciona-se particularmente com as características de produção de cada fonte; o segundo caminho, mais hipotético e desafiador, refere-se à análise das dinâmicas populacionais da freguesia de São José.

No que se refere aos batismos, a literatura sobre a escravidão há muito destaca o fato de que a população escrava provavelmente tenha sido notoriamente sub-registrada nesse tipo de fonte. A historiografia sublinha que muitos escravos poderiam ter sido batizados tanto em território africano como em outras regiões diferentes das que foram destinados a viver<sup>10</sup>. Por outra parte, há análises – embora carentes de material empírico relevante – que enfatizam que muitos proprietários, bem como a Igreja, podem ter sido, não raras vezes, um tanto omissos em relação ao “estado das almas” dos cativos.

Particularidades como essas demonstram que os números, embora aparentem ser expressivos e fiáveis, não são mais que meros indicadores, instrumentos rudimentares e nada precisos: matéria prima para investigações. Por isso, análises que se prendem demasiadamente aos dados, olvidando a crítica das fontes, podem chegar a conclusões um tanto duvidosas – para não dizer errôneas –, posto que sequer tomam conhecimento de que as informações que as

---

<sup>8</sup> Douglas Cole Libby; Clotilde Andrade Paiva, “Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’el Rey em 1795”, *Revista Brasileira de Estudos de População* (Vol. 17, Nº 1/2, jan./dez., 2000), 17-46.; Eduardo França Paiva, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos Testamentos*. (1ª ed., São Paulo: Annablume, 1995).

<sup>9</sup> Um interessante e inovador debate historiográfico vem girando em torno da questão das alforrias na pia batismal. Consultar a respeito: Douglas Cole Libby; Tarcísio Rodrigues Botelho, “Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto”, *Vária História* (n. 31, jan. 2004), 69-96.; Douglas Cole Libby; Afonso de Alencastro Graça Filho, “Reconstruindo a liberdade: Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850”, *Vária História* (n. 31, Jun. 2003), 112-151.

<sup>10</sup> Sheila de Castro Faria, *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família e no cotidiano Colonial* (1ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998).

fontes fornecem são, conscientemente ou não, visões parciais, como qualquer testemunho, de uma realidade social sobremaneira complexa.

Em contrapartida, os registros de óbito trazem uma cifra muito alta de escravos, se comparados com os dados dos batismos e com análises referentes a outras regiões escravistas da América<sup>11</sup>. Uma interpretação conservadora desses dados apontaria, sem grande hesitação, esse fato como prova cabal da altíssima mortalidade entre as populações escravas. Embora essa observação seja válida como hipótese, é um tanto prematura diante dos escassos dados que temos em mãos. O que de imediato se pode sugerir é que a cifra dos óbitos demonstra uma presença maciça de escravos entre a população de São José, ao mesmo tempo em que denuncia a significativa entrada de mão de obra escrava africana na região ao longo de praticamente todo o século XVIII. Afinal, muitos dos óbitos aqui computados, pensando particularmente no caso dos africanos, referem-se a indivíduos desembarcados nas primeiras décadas do Setecentos. Desse modo, as cifras dos óbitos representam um movimento secular, por meio do qual podemos acompanhar o falecimento de gerações inteiras de populações escravas.

Um meio termo relevante para essas estatísticas pode ser visualizado nos dados do Rol de Confessados. Diferente das cifras dos batismos e dos óbitos, que se referem a dados que se desdobram por meio século (1750-1800), o Rol se refere a um momento particular no tempo, o ano de 1795. As características dessa fonte são notáveis, na medida em que, através de suas informações, podemos perceber as populações da freguesia de São José por variáveis como o status jurídico, as origens regionais, cor, idade, sexo, estado civil etc. Ao que tudo indica, para além das características formais da fonte, o produtor da informação parece ter sido um indivíduo interessantemente preocupado em relatar, com considerável rigor e minúcia, as características da população local.

No Rol, os escravos correspondem a 49% dos indivíduos registrados, um percentual bem menos expressivo que nos óbitos, mas ainda assim consideravelmente alto. Esta cifra, juntamente com os demais dados, evidencia que a escravidão, em suas dimensões sociológicas, era um elemento constitutivo da sociedade colonial, pois estava sobremaneira presente para ser minimizada, ignorada ou entendida como um fenômeno à parte, como infelizmente parte da historiografia o faz hoje.

Neste ponto é necessário novamente chamar a atenção para o número de alforriados presente no Rol, pois eles representam 11% de todos os indivíduos listados na freguesia no ano de 1795. Em outros termos, se basearmos a análise tanto em escravos como nos indivíduos cujo passado recente está diretamente ligado à escravidão, chegaríamos à conclusão de que a penetração da escravidão na sociedade local foi muito maior do que os dados podem sugerir.

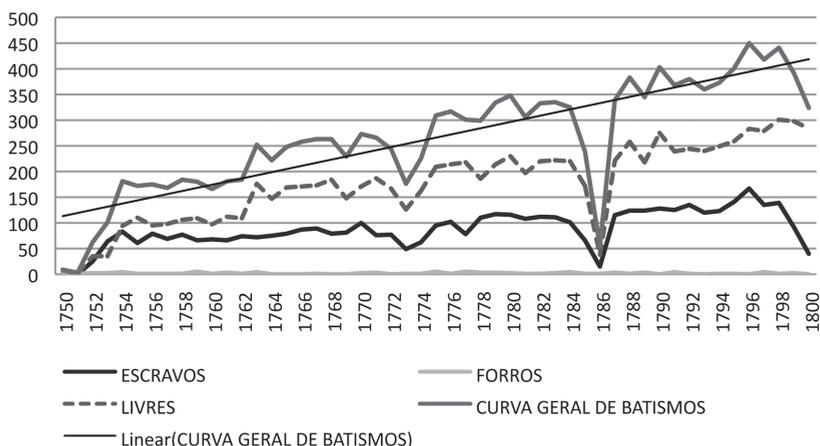
Contudo, o Rol de Confessados, enquanto fonte, possui uma particularidade que deve ser explicitada. Nessa fonte, somente foram arroladas pessoas maiores de 7 anos, ou seja, indivíduos que haviam alcançado a “idade da razão” e por isso se confessavam. A partir dessa observação, podemos relativizar os dados apresentados no gráfico número 3. Além disso, os estudos sobre as populações das sociedades pré-industriais tendem a concordar que uma característica geral dessas sociedades era uma alta taxa de nascimentos, seguida de extraor-

---

<sup>11</sup> Consultar entre outros Stuart B. Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835* (São Paulo: Companhia das Letras, 1988); Francisco Vidal Luna; Herbert Klein, *Evolução da sociedade e da economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850* (São Paulo: EDUSP, 2005).

dinárias taxas de mortalidade infantil<sup>12</sup>. Analisando os dados do Rol sobre essa perspectiva, somos obrigados a reconhecer que uma boa parte da população da freguesia pode não ter sido listada na fonte. Ainda assim, este documento não se torna menos extraordinário. Uma das formas de talvez atenuar esta ausência seria uma análise comparativa dos dados do Rol com os dos batismos de São José. O gráfico a seguir fornecerá os elementos para essa análise.

**Gráfico 4.** Batismos segundo condição jurídica, APSASJRM, 1752-1800



Em uma visão imediata e um tanto antecipada dos dados, a curva geral de batismos do gráfico 4 sugere que, ao longo da segunda metade do século XVIII, a freguesia de São José pode ter apresentado uma acentuada tendência de crescimento. Entretanto, na contramão de qualquer observação genérica, é necessário ter em conta que os números do gráfico se referem unicamente aos indivíduos batizados na Matriz de São José ou em uma das suas capelas adicionais. Portanto, os dados não fazem referência à totalidade dos indivíduos nascidos na região e tampouco àqueles introduzidos pelo comércio negreiro. Dessa forma, as limitações da fonte devem ser consideradas e, por esse motivo, qualquer observação a respeito da dinâmica populacional, mediada pelos números dos batismos, deve ser bastante relativizada.

Além disso, outro aspecto da documentação que deve ser sublinhado é o fato de que os batismos não se referem somente a inocentes<sup>13</sup>, isto é, a crianças. Em outros termos, embora a esmagadora maioria dos registros se refira a inocentes, há também um número considerável de escravos africanos, ou seja, indivíduos adultos, sendo batizados ao longo de todo o período enfocado.

Ainda no plano da observação geral, é perceptível que, para o ano de 1786, os registros de batismos são escassos. Ao que tudo indica, o livro referente a esse ano não resistiu à ação corrosiva do tempo ou foi extraviado, pois somente algumas páginas referentes ao ano de 1786 foram encontradas. Para os demais anos, no entanto, os registros formam uma longa série de dados com amostras representativas.

<sup>12</sup> Consultar Carlo M. Cipolla, *Historia Económica de la Europa Preindustrial* (Madrid: Revista de Occidente, 1976).

<sup>13</sup> Termo empregado nas fontes para identificar 'crianças'. Aparece também com frequência o termo "párvulo".

Para além da curva geral, é importante acompanhar também as curvas referentes aos batismos segundo condição jurídica. Provavelmente, os dados mais importantes do gráfico se referem a essas curvas.

Chama a atenção, num primeiro momento, o fato da curva de batismos de indivíduos livres superar, em muito, a de escravos e alforriados, consolidando assim os dados do gráfico 2, que demonstravam um percentual maior de população livre. A título de comparação, em pesquisas recentes sobre a Comarca do Rio das Mortes, Libby vem destacando o fato de a população livre, ao longo do século XVIII, ter se estabelecido com uma tendência para o crescimento<sup>14</sup>. A hipótese do autor, à primeira vista, é endossada pelos dados da presente amostra; no entanto acreditamos que, antes de qualquer conclusão antecipada, os dados devem ser analisados com maior detalhamento.

A análise comparativa do desenvolvimento das curvas revela uma relativa estabilidade, caracterizada por um tímido crescimento, na curva referente ao batismo de escravos. Considerando a hipótese de que muitos dos escravos africanos que viviam na freguesia não foram computados nos dados dos batismos, é notável que a amostra da presença escrava seja tão representativa no gráfico. Isso sugere que a reprodução natural das populações escravas parece ter desempenhado um papel fundamental na manutenção do regime escravista em São José. E mais ainda, a aparente estabilidade da curva revela que a introdução de mão de obra escrava africana, somada ao nascimento de crianças cativas, formaram uma estrutura social capaz de se reproduzir ao longo do tempo, garantindo assim a continuidade do sistema escravista de trabalho.

Embora pouco significativos numericamente, os batismos de crianças alforriadas na pia constituem outro intrigante dado do gráfico. Este é um tema que ainda carece de estudos metodologicamente rigorosos e empiricamente fundamentados. Contudo, uma interessante bibliografia vem sendo produzida. Por um lado, há autores que tendem a relacionar a alforria destes “inocentes” com a possível paternidade por parte de seus proprietários ou ainda com os laços de solidariedade e de moralidade cristã de alguns senhores de escravos. Por outro lado, autores como Clóvis Moura questionam radicalmente este tipo de análise, na medida em que buscam demonstrar que muitas vezes essas alforrias eram pagas com pecúlio acumulado pelos pais escravos<sup>15</sup>. Infelizmente, os dados que temos em mãos são escassos e assistemáticos, por isso não permitem avançar com hipóteses bem fundamentadas. No entanto, pode-se afirmar que o aparecimento desses alforriados no gráfico sugere a existência de dinâmicas de negociação social da liberdade.

Por fim, o dado mais curioso do gráfico provavelmente refere-se à curva de batismo de inocentes livres. Ao longo do período enfocado, o crescimento dessa curva é visivelmente superior ao das demais representadas. Analisando-se este fato diante da relativa estabilidade da curva de batismos de escravos e da insignificância numérica dos batismos de alforriados, conclui-se que a tendência de crescimento da curva geral de batismos é basicamente impulsionada pela curva de batismos de indivíduos livres. Em outras palavras, o crescimento do

---

<sup>14</sup> Douglas Cole Libby; Clotilde Andrade Paiva, “Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’el Rey em 1795” *Revista Brasileira de Estudos de População* (Vol. 17, Nº 1/2, jan./dez., 2000), 17-46.

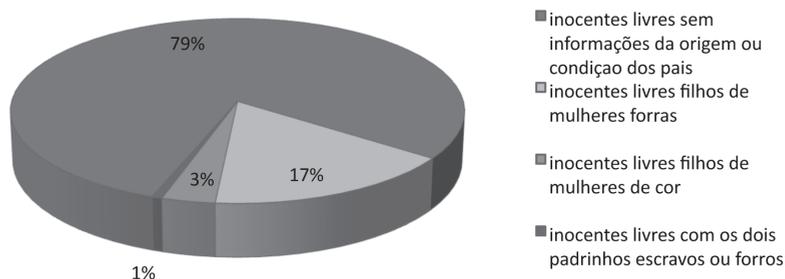
<sup>15</sup> Clóvis Moura, *Dicionário da escravidão negra no Brasil* (1ª ed., São Paulo: Edusp, 2004); Stephen Gude-man; Stuart Schwartz, “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII” in *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*, org. João José Reis (São Paulo: Brasiliense, 1988), 33-51.

número de batismos ao longo do tempo é, em grande medida, resultado do crescimento do número de batismos de indivíduos livres, e não de escravos ou de alforriados.

Tomando-se os dados do gráfico 4 como indicadores da evolução populacional de São José, chegamos à conclusão de que os dados do Rol de Confessados, indicados no gráfico 3, podem estar um tanto distorcidos no que diz respeito às condições jurídicas das populações. Como observamos anteriormente, no Rol somente foram listados indivíduos a partir dos sete anos de idade. Essa particularidade da fonte pode ter, supostamente, excluído boa parte da população local. E se entre essa população o crescimento do número de indivíduos livres foi mais significativo, o número de escravos, ou melhor, o percentual representado pelos escravos, evidenciado no Rol, deve ser relativizado. Isso demonstra que, para que os estudos populacionais tenham o mínimo de rigor científico, o cruzamento de informações de natureza diversa deve ser tomado como um procedimento padrão.

Por outra parte, simplesmente constatar a tendência de crescimento da curva referente aos batismos de indivíduos livres é um procedimento demasiado superficial, que não nos ajuda a entender as dinâmicas de uma sociedade escravista. Ademais, na sociedade colonial, sob a imprecisa noção de “liberdade”, há sinuosos contornos que em geral escapam aos mais argutos observadores. O desafio de compreender de forma mais ampla essa sociedade, impõe a necessidade de ir mais longe e analisar os dados com maior nível de detalhamento. O gráfico a seguir representa uma decomposição da curva referente ao batismo de indivíduos livres. Nele podemos observar alguns aspectos curiosos acerca das populações de São José.

**Gráfico 5.** Decomposição da curva referente ao batismo de inocentes livres, APSASJRM, 1752-1800



É notável que, entre os batismos de livres, aproximadamente 1/5 dos registros esteja de alguma forma diretamente relacionado com a instituição da escravidão. Entre as crianças batizadas como livres, por exemplo, 17 % eram filhos de ex-escravas, isto é, mulheres alforriadas; 3% foram listados como filhos de mulheres de “cor”; e 1% dos inocentes foi apadrinhado por escravos ou forros. Em outros termos, o crescimento da população livre, paradoxalmente, tinha como um dos seus fundamentos a dinâmica das populações escravas. Essa é uma demonstração exemplar de como a incontornável escravidão, de maneira indireta e subterrânea, penetrava nas esferas cotidianas da sociedade colonial. Em uma sociedade como essa, isto é, notavelmente assinalada pelo personagem coletivo da escravidão, qualquer generalização a respeito da liberdade corre sérios riscos de incorrer em erros primários.

Se considerarmos que muitas informações podem ter sido omitidas nos batismos, chegaríamos à conclusão de que as cifras registradas poderiam ser bem mais altas. Entretanto, esse não é o raciocínio mais importante no momento. Importa sublinhar que, segundo

as fontes, através de uma complexa teia de parentescos e de sociabilidades, virtualmente escravos e livres poderiam compartilhar de um mesmo universo social. Contudo, de modo algum isso significa que havia uma tendência à “democracia social ou racial” na sociedade escravista da América portuguesa, tendência cristalizada na famosa plasticidade e adaptação do colonizador português. Seguir por esse caminho seria pouco prudente e um tanto prematuro. O que se deve colocar em relevo é o fato de que a sociedade colonial possuía uma estrutura hierárquica e mecanismos de exclusão muito mais intrincados e sutis que os caricaturados pela historiografia.

A exemplo da escravidão, as hierarquias sociais estavam presentes e, mais ainda, profundamente enraizadas nos gestos cotidianos, na opulência simbólica do indumentário, nas expressões corriqueiras, no prestígio dos nomes, isso para não citar inúmeros outros exemplos. De forma contínua e tacitamente as hierarquias se reafirmavam. Dessa forma, compartilhar um universo comum de modo algum pode ser interpretado como algum vestígio, ainda que rudimentar, de proximidade ou igualdade.

Muitas vezes invisíveis para o olhar oblíquo do presente, as hierarquias eram evidentes para os homens do passado. Mais ainda, para os homens de uma sociedade colonial, na qual a escravidão, este incontornável elemento, era uma instituição basilar. Em outros termos, na sociedade colonial, a escravidão era uma estrutura em torno da qual gravitavam os fenômenos episódicos e as transformações conjunturais da sociedade. Através dela e em seu redor se construía, moldavam e articulavam as estruturas do cotidiano.

### **Escravos africanos na sociedade colonial da América portuguesa: a freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1800**

A investigação histórica da composição das populações escravas constitui outro passo fundamental para o entendimento da sociedade escravista da América Portuguesa. No caso específico da capitania de Minas Gerais, sertão da Colônia, a introdução de mão-de-obra escrava africana foi um importante fator na conquista, ocupação e efetiva colonização do território.

A presença de grandes populações africanas, oriundas de várias regiões, no interior da colônia portuguesa revela a extraordinária estrutura comercial atlântica que, no Período Moderno, ligava Portugal, África e Brasil. Ao mesmo tempo em que evidencia o avanço, nem sempre pacífico, do poder da Coroa portuguesa para além das franjas litorâneas da América.

Sem perder de vista a existência de trabalhadores livres, é preciso ressaltar que a escravidão foi o regime de trabalho predominante nesses territórios. A respeito das populações cativas, em meados da década de 80 produziu-se um relevante debate historiográfico acerca das origens das populações escravas de Minas Gerais. De um lado, havia historiadores que assinalavam que a presença de africanos foi predominante entre as populações escravas. Nessa perspectiva, a continuidade da escravidão é vinculada ao comércio negreiro e à estrutura maior do Mercantilismo. Por outro lado, havia aqueles que chamavam a atenção para um significativo contingente de populações escravas “crioulas”. Para esses intérpretes, é no interior da dinâmica social da Colônia que se deve buscar as respostas fundamentais sobre o fenômeno histórico da escravidão e sua perpetuação ao longo do tempo<sup>16</sup>.

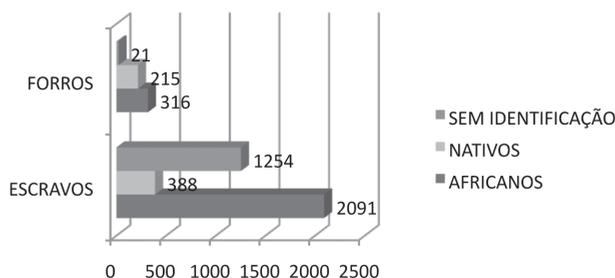
---

<sup>16</sup> Clotilde Andrade Paiva; Douglas Cole Libby, “Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no Século XIX” *Revista Estudos Econômicos – Instituto de Pesquisas Econômicas* (vol.25, n.2, maio/ago., 1995), 203-233.; Francisco Vidal Luna; Iraci del Nero da Costa, *Minas Colonial: economia e sociedade* (1ª ed., São

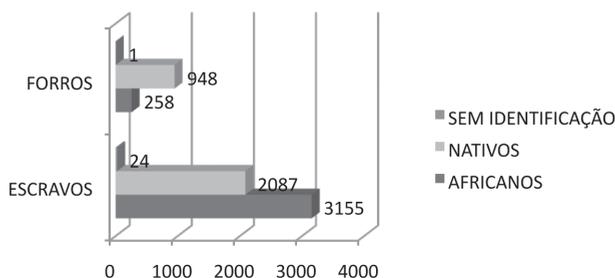
Não houve ponto pacífico entre esses dois grupos. Ainda hoje, esta é uma questão praticamente em aberto no meio historiográfico. Entretanto, nas últimas duas décadas, com a “redescoberta” de muitas fontes e com a conquista de novas tecnologias e métodos de pesquisa, as investigações históricas vêm progredindo com bastante desenvoltura. Tarcísio Botelho, por exemplo, demonstrou argutamente que em certas regiões de Minas Gerais, como o norte da Capitania/Província, havia uma alta concentração de populações escravas “crioulas”, sugerindo que a reprodução endógena da escravidão tenha sido uma realidade em dimensões regionais específicas<sup>17</sup>.

No entanto, para o caso específico da freguesia de São José, aparentemente houve uma predominância de populações africanas entre os escravos. Os gráficos a seguir nos ajudam a visualizar essa hipótese. Neles estão representadas as populações forras e escravas listadas nas fontes de acordo com duas grandes categorias de origem regional, isto é, entre “africanos” e “nativos”. Porém, é necessário sublinhar que a noção de africano em momento algum aparece nas fontes, mas aqui é utilizada como instrumento de organização, análise e interpretação, por isso necessária. A comparação dos dados dos gráficos é um exercício duplamente interessante, na medida em que nos informa tanto das características das fontes como sobre aspectos da sociedade são-joseense.

**Gráfico 6.** Escravos e forros, por origem regional, nos registros de óbito, APSASJRM, 1752-1800

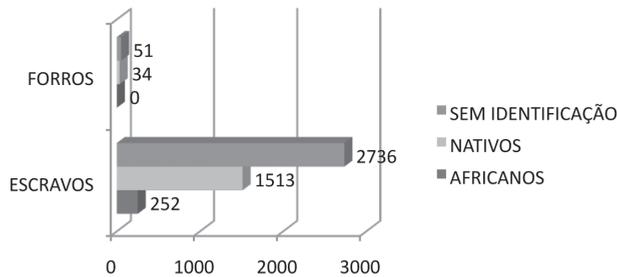


**Gráfico 7.** Escravos e forros, por origem regional, no Rol de Confessados, 1795, São José



Paulo: Pioneira, 1982); Francisco Vidal Luna, *Minas Gerais: Escravos e Senhores: análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios, 1718-1804 (1ªed., São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981).*

<sup>17</sup> Tarcísio Rodrigues Botelho, “Família escrava e reprodução natural em Catas Altas do Mato Dentro (MG), séculos XVIII e XIX”, *Estudos Afro-Asiáticos* (Ano 26, n. 1, 2004), 135-166.

**Gráfico 8.** Escravos e forros, por origem regional, nos registros de batismo, APSASJRM, 1752-180

Num primeiro momento, chama a atenção o fato dos africanos constituírem a maioria dos indivíduos listados como escravos tanto nos registros de óbito como no Rol dos Confessados. Nos óbitos eles representam 56% da amostra de cativos, enquanto que no rol a cifra sobe para 60%.

Em contrapartida, nos assentos de batismo, os africanos registrados formam um grupo pouco significativo. Deve-se rememorar, no entanto, que os dados dos batismos se referem unicamente aos africanos que foram batizados na freguesia e não necessariamente a todo o contingente de escravos africanos que foi introduzido na região. Esse é um fator que se deve ter sempre em mente se se pretende compreender as informações fornecidas pela fonte. Por motivos anteriormente explicitados, os africanos provavelmente se encontram subnumerados nos registros batismais.

Contudo, mais interessante que sublinhar uma possível subnumeração dos registros é perceber como as fontes, de acordo com a sua natureza, sugerem aspectos diferentes de uma mesma realidade histórica. Uma análise comparativa, munida de variadas fontes, é virtuosa no sentido em que potencialmente reconstrói, em ação simultânea, dimensões diferentes de um mesmo artefato do passado.

Em outra perspectiva, a comparação do número de indivíduos “sem identificação” listados na documentação fornece preciosos elementos tanto para entender a natureza de produção das fontes como para investigar aspectos da lógica sobre a qual se estruturava a sociedade colonial. Nos batismos e óbitos, por exemplo, o número de escravos registrados sem menção de sua origem é enormemente alto. As cifras são 33,5% de escravos sem origem mencionada nos óbitos e 60% nos batismos.

Provavelmente, o fato de haver tantos “espaços em branco” no que se refere às origens das populações escravas pode ter repercutido diretamente no grau de fiabilidade da presente análise. Contudo, seu maior e mais importante efeito é o de evidenciar a renhida luta do discurso oficial, nesse caso representado pela Igreja, no intuito de impor seu domínio sobre uma sociedade predominantemente mestiça, continuamente impactada pela entrada de africanos e com dinâmicas de crescimento ainda em processo de construção.

Entretanto, comparando-se as três fontes, é surpreendente como o número de indivíduos sem identificação é praticamente nulo no Rol de Confessados. Esta fonte, diretamente ligada à obrigação da confissão, demonstra-se notável pela minúcia e precisão com que as informações foram registradas. Conforme os números do Rol, os escravos africanos formavam aproximadamente 60% da população escrava da freguesia de São José no ano de 1795,

cifra sobremaneira expressiva. Juntamente com os dados das demais fontes, os números do Rol reforçam a hipótese de que em São José a escravidão baseou-se predominantemente na importação maciça e contínua de mão-de-obra escrava africana.

Em outros termos, isso significa que, ao longo de praticamente todo o século XVIII, a dinâmica demográfica da sociedade são-joseense, sertão da colônia portuguesa, sofreu contínua influência do sistema atlântico de comércio, na medida em que o tráfico de escravos introduzia, ano após ano, centenas de almas na freguesia de São José. Dessa forma, nos presentes dados evidenciamos um curioso cruzamento entre a história regional, com suas peculiaridades e fronteiras, e as conjunturas e estruturas de processos históricos de dimensões e alcances enormemente maiores.

Outro aspecto de relevo sugerido pelos gráficos diz respeito às alforrias de africanos. As alforrias e seus possíveis significados em uma sociedade escravista constituem alguns dos temas mais debatidos na literatura sobre a escravidão. Entretanto, não há um consenso entre os historiadores acerca da temática.

De um lado, há as interpretações clássicas, e bastante divulgadas, nas quais as alforrias são analisadas como evidências de que a escravidão no Brasil tenha sido um fenômeno histórico caracterizado pela docilidade dos senhores e a subserviência dos escravos. Neste modelo ideal de sociedade, a violência era um elemento infrequente e incomum, e a escravidão, por sua vez, quase um instrumento de civilização do selvagem africano. Essa linha de interpretação, e suas variantes mais sutis, vêm perdendo força no meio acadêmico. No entanto, é sobretudo dessa corrente que derivam as representações costumeiras, cristalizadas no imaginário, sobre a escravidão no Brasil.

De outro lado, há os denominados “revisionistas históricos”, obviamente que a denominação é incapaz de traduzir a heterogeneidade desse grupo de investigadores. Contudo, esses historiadores possuem em comum a proposta de interpretar a escravidão sobre novas perspectivas, tomando como ponto de partida fundamental a leitura crítica das interpretações clássicas. Para esse grupo, as alforrias representam uma conquista social, no sentido de que os escravos criaram espaços próprios dentro das sociedades escravistas. Manumissão muitas vezes obtida através da auto-compra após anos de serviços prestados<sup>18</sup>.

Conforme os dados das fontes, nos registros de óbito, os africanos representavam 57% dos indivíduos forros listados, enquanto que, curiosamente, no Rol somavam somente 21,5% de todos alforriados registrados. A diferença entre os dados pode ser um indicador importante para entendermos a estrutura e as dinâmicas da sociedade são-joseense.

Em primeiro lugar, deve-se rememorar que as populações introduzidas pelo tráfico, compostas predominantemente de jovens e adultos, tinham em média uma estrutura etária mais envelhecida que a do restante da população. Em outras palavras, isso significa que, em termos biológicos, estavam mais próximas da morte. Considerando-se esse aspecto, é natural que, em termos numéricos, os africanos, forros ou escravos, apareçam de forma expressiva na documentação de óbitos. Essa particularidade evidencia, novamente, que as fontes, de acordo com sua natureza, sugerem aspectos diferentes de uma mesma realidade histórica. Nesse sentido, mais importante que se basear na crença, simplória e prematura, de que as

---

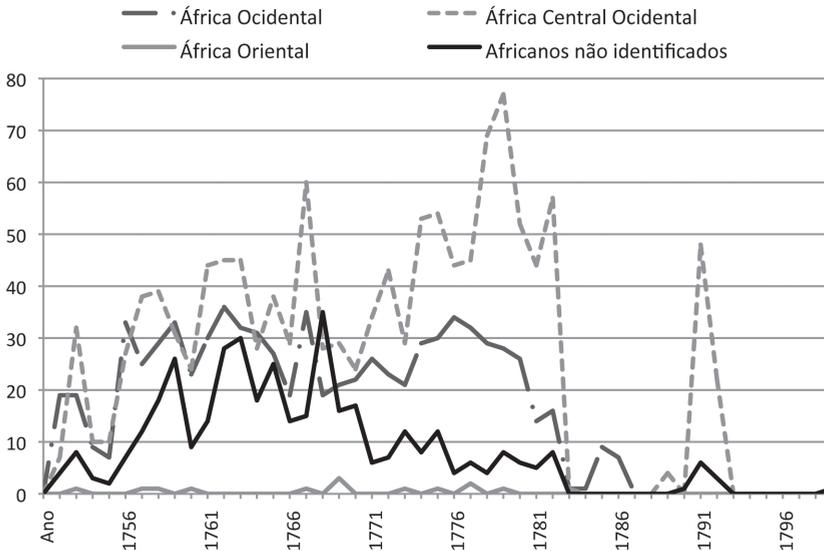
<sup>18</sup> Mary Karash, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000); Hebe Maria de Castro, *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil - século XIX* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995); Robert. W. Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil sudeste, século XIX* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).

fontes representam imagens distorcidas do passado é perceber que esses testemunhos, em suas diferenças e desequilíbrios, são eles próprios objetos históricos de inestimável valor.

Em seguida, é preciso esclarecer que a metodologia aplicada também influencia diretamente os resultados, isto é, o recorte cronológico de 50 anos, realizado nos óbitos, deixa em evidência não somente a evolução populacional da freguesia na segunda metade do século. Mais do que isso, os dados se alargam no tempo, captando os movimentos demográficos, e seus difíceis ajustamentos, para praticamente todo o século XVIII, pois muitos dos indivíduos registrados nas fontes podem ter chegado à freguesia nas primeiras décadas do século.

Dessa forma, os números do gráfico 6 representam mais que uma mera cifra, pois apreendem de forma bastante particular um movimento demográfico de alcance secular. Movimento este que se refere à morte de gerações inteiras de escravos africanos introduzidos na freguesia de São José desde basicamente as primeiras décadas do setecentos. O gráfico a seguir demonstra como essa dinâmica se desenvolve ao longo do tempo. Nele também podemos analisar o número de óbitos de africanos, por grandes regiões de origem, isto é, África Ocidental, África Central Ocidental e África Oriental, na freguesia de São José na segunda metade do século XVIII.

**Gráfico 9.** Óbitos de africanos, por grandes regiões de origem, APSASJRM, 1752-1800



Nota-se, num primeiro momento, que o percentual de indivíduos originários da África Central Ocidental entre os falecidos é visivelmente maior. Em números, corresponderam a pouco mais 50% dos óbitos de africanos, 1265 falecidos registrados. Chama a atenção que a curva referente a esses indivíduos, apesar de sua irregularidade, cresceu notavelmente até o ano de 1780, não sendo acompanhada nesse desenvolvimento pelas demais curvas representadas.

Tal crescimento, quando analisado diante da relativa estabilidade – tendendo para o declínio – da curva de falecimentos de africanos ocidentais, também representada no gráfico 9, sugere significativas mudanças no comércio dos cativos e na composição da escravaria desta freguesia mineira.

A propósito dessa discussão, Rezende afirma que, na segunda metade do século XVIII, ocorreu uma verdadeira “bantolização” em Minas, isto é, o crescimento do número de cativos originários da África Central Ocidental entre as populações escravas de Minas Gerais. A entrada dos grupos bantos na freguesia de São José deveu-se, ainda segundo o autor, a uma maior aproximação da economia da Comarca do Rio das Mortes, em plena expansão, com a Capitania do Rio de Janeiro, cuja economia, no período, também se encontrava em ascensão. Esta aproximação possibilitou aos traficantes e mercadores de escravos fluminenses, intimamente ligados ao tráfico com o centro-oeste africano, o aumento de sua influência sobre o mercado mineiro de “peças”, superando assim os traficantes soteropolitanos, maiores responsáveis pela presença de cativos da África Ocidental na escravaria da Comarca.<sup>19</sup>

Além disso, deve-se sublinhar que as informações do gráfico 9 estão em plena concordância com os dados analisados por Curtin, no que se refere às exportações projetadas do tráfico de escravos português para o longo período de 1701-1810. Em sua análise, o autor demonstra que, entre os anos de 1740 e 1800, o tráfico de escravos luso orientou-se predominantemente para as regiões centro-ocidental e sul do continente africano<sup>20</sup>.

Esta proximidade entre os resultados possui um duplo efeito em nossa análise. Num primeiro plano, evidencia a importância do tráfico negreiro para a economia e a sociedade de São José. Num segundo, de nosso especial interesse, reafirma a importância do cruzamento de informações de variadas fontes para o estudo de dinâmicas demográficas do passado.

Em sua maior parte, a curva de óbitos que representa, no gráfico 9, os africanos ocidentais, refere-se à morte de indivíduos desembarcados no Brasil ainda na primeira metade do século, tendo em vista que a sua relativa estabilidade, tendendo para o declínio, indica que não houve, para o período em estudo, entradas significativas de escravos dessa região na freguesia de São José do Rio das Mortes.

Chama a atenção o fato de que, até meados de 1787, embora não sendo um grupo continuamente alimentado pelo tráfico, ainda é possível encontrar africanos ocidentais na documentação. Provavelmente um indicador de que alguns poucos indivíduos deste grupo desfrutaram de uma admirável longevidade, como as “minas” forras Quitéria de Araújo e Maria Álvares, falecidas no ano de 1778, com respectivamente 90 e 80 anos de idade.<sup>21</sup>

Em patamares bem menos expressivos, aparecem, no gráfico, os óbitos de africanos orientais, um total de 13 moçambiques (12 homens e 1 mulher). Número bastante pequeno, se comparado aos demais grupos de origem presentes na documentação. Portanto, mais interessante seria acompanharmos a evolução da curva de óbitos de africanos de origem não identificada.

A impossibilidade de identificar as regiões de origem destes indivíduos, em sua maior parte, deveu-se ao fato de muitos párocos, ao lançarem os assentos, empregarem termos genéricos do período para identificar africanos, como “preto” e “negro”, pormenor que dificultou a investigação. No entanto, observando mais atentamente o gráfico 9, percebe-se que a curva de óbitos de africanos de origem não especificada cresce apenas no período entre 1753 e 1769, coincidindo, fortuitamente, com o primeiro período de crescimento de óbitos de escravos do centro-oeste africano. Em outros termos, a concentração de casos de omissão das

<sup>19</sup> Rodrigo Castro Rezende, “As Nossas Áfricas: população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas” (Diss. Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006).

<sup>20</sup> Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison: University of Wisconsin Press, 1990).

<sup>21</sup> APSASJRM, Livro de óbitos n° 79, fl. 581 e fl. 591.

origens dos africanos entre os anos 1753-1769 é provavelmente um indicador da dificuldade dos párocos em lidar com os novos perfis das populações africanas da freguesia de São José, em compreender as mudanças do mercado de escravos e especificar as origens dos cativos.

Esta hipótese ganha força se observarmos a curva de falecimentos de africanos não identificados no período posterior. A partir de 1769, esta curva decresce substancialmente, o que pode significar que a cúria da freguesia se ajustou aos novos padrões e perfis das populações africanas.

As tabelas seguintes especificam as nações, o sexo e o número de africanos encontrados na documentação. Nelas é possível visualizar a extraordinária diversidade que caracterizava as populações africanas de São José. Diversidade que não pode ser dimensionada pelo simples termo “africano”. A propósito, todos os termos aqui empregados para identificar as populações africanas foram retirados diretamente das fontes. Obviamente não se referem a grupos étnicos específicos; na verdade, muitos deles fazem menção a portos ou regiões do continente africano. Por isso mesmo são adequados para a investigação das origens históricas dos filhos do tráfico.

**Tabela 1.** Africanos Ocidentais, por nações e sexo, 1752-1800

Nações	Nº	H	M	Nações	Nº	H	M
Cabo Verde	31	30	01	Mina, Xambá	01	–	01
Cabu	46	43	03	Nagô	17	16	01
Cobu	06	04	02	Preto da Costa	01	01	–
Courana	16	12	04	Saburu	03	03	–
São Tomé	02	02	–	Xará	01	01	–
Guiné	06	6	–	Total*	795	629	165
Mina*	664	510	153				

\* excluído 1 indivíduo mina cujo sexo não pode ser identificado

**Tabela 2.** Africanos de origem não identificada, por sexo, 1752-1800

Termos	Nº	H	M	Termos	Nº	H	M
Pretos	389	261	128	Xavam*	01	01	–
Negros	03	02	01	Maneta*	01	01	–
Timbale*	01	01	–	Gorais*	01	01	–
Clavery*	01	01	–	Total	397	268	129

\* para estes cinco indivíduos, embora identificadas suas “nações”, não encontramos referências para suas origens regionais

**Tabela 3.** Africanos Centro-ocidentais, por nações e sexo, 1752-1800

Nações	Nº	H	M	Nações	Nº	H	M	Nações	Nº	H	M
Angola	887	793	94	Cabinda ou Angola	01	01	-	Monjolo	31	30	01
Angola ou benguela	02	02	-	Cabundá	02	02	-	Mussumbé	02	02	-
Bambila	01	01	-	Camba	01	01	-	Cacunda	01	01	-
Banguela	06	05	01	Cassange	02	02	-	Rebolo	23	21	2
Benguela	170	156	14	Congo	106	98	08	Xambá	08	08	
Bimba	01	01	-	Ganguela	12	11	01	Total	1265	1143	122
Cabinda	08	08	-	Massangana	01	-	01				

Fonte das tabelas: APSASJRM – livros de óbitos

Entre as nações da África Ocidental, o grupo dos “minas”, concentrando aproximadamente 85% dos óbitos registrados, sem dúvida é o grande destaque. Hipoteticamente, esta expressiva concentração sugere certa padronização no perfil do tráfico de escravos oriundos dessa região. Por sua vez, no que concerne às nações do Centro-Oeste africano, embora os angolas representem 70% dos registros, a representatividade das outras nações listadas é mais expressiva, pois podemos apontar pelo menos outros três grandes grupos de procedência entre os africanos do centro-oeste: respectivamente os “benguelas”, os “congos” e os “monjolos”.

Analisando as tabelas num plano geral, é surpreendente a diversidade de nações ou de grupos de procedência entre as populações africanas. Por um lado, essa diversidade representa simbolicamente a extensão da estrutura de comércio negreiro em território africano, com a atividade sendo praticada em diversos portos ao longo da costa. Por outro lado, considerando que as nomenclaturas foram retiradas diretamente das fontes, a abundância das mesmas sugere a existência de uma intrigante dinâmica de construções identitárias na freguesia de São José, na medida em que essas terminologias simbolizam como as populações africanas eram percebidas pela sociedade local.

O exame das tabelas também evidencia uma geral desproporção entre homens e mulheres. É notável que o número de homens, entre quase todas as nações, superou 80% no total de indivíduos registrados, formando a esmagadora maioria da população africana. Percentual que acusa o marcante desequilíbrio entre os sexos imposto pelo tráfico negreiro. Em números gerais, porém, o desequilíbrio foi bem menos agudo entre os africanos ocidentais, pois a participação feminina chegou a 20,75% do total de registros, ao passo que para o centro-oeste africano foi de apenas 9,5%.

Essa diferença entre os percentuais de população feminina pode se revelar um indicador interessante. Em hipótese, podemos relacioná-la com diferentes padrões de tráfico de escravos, nos quais o peso das sociedades africanas poderia determinar a disponibilidade ou não da mão de obra feminina. Hipóteses que estudos futuros, fundamentados em maior variedade de fontes, podem endossar ou refutar.

Em seu conjunto, os dados sobre as taxas de masculinidade são surpreendentes, no entanto se tornam ainda mais intrigantes quando analisamos essa questão à luz das alforrias. As tabelas seguintes demonstram as diferentes taxas de masculinidade entre as populações africanas escrava e forra da freguesia de São José.

**Tabela 4.** Percentual de Homens e Mulheres, por condição legal, entre as populações africanas – Documentos de óbito, 1752-1800.

	Homens	Mulheres
Africanos escravos	89,6%	10,4%
Africanos Forros	42,2%	57,8%

Fonte: APSASJRM

**Tabela 5.** Percentual de Homens e Mulheres, por condição legal, entre as populações africanas – Rol dos Confessados, 1795.

	Homens	Mulheres
Africanos escravos	84,65%	15,35%
Africanos forros	49,6%	50,4%

Fonte: Rol dos Confessados

Os dados são notáveis, pois revelam que, embora a população africana da freguesia de São José fosse constituída por uma maioria esmagadora de homens, como observamos anteriormente, as mulheres africanas eram mais bem sucedidas na conquista da liberdade. Há uma farta bibliografia discutindo o tema, mas nenhum consenso foi produzido até agora. De maneira geral, as interpretações apontam para pelo menos duas direções.

A primeira, bastante polêmica, mas radicalmente inovadora, relaciona a sexualidade da mulher escrava com a conquista da sua liberdade. Como vimos, a sociedade colonial era predominantemente masculina, a mulher, nesse contexto, representava um “bem raro e bastante valorizado”. Segundo os intérpretes dessa corrente, as mulheres escravas teriam estrategicamente utilizado essa “demanda social” como recurso na negociação da liberdade.<sup>22</sup> Embora discordando das generalizações e da falta de empiria desta perspectiva, temos de reconhecer-lhe o mérito de não abordar o escravo como instrumento ou vítima da história, mas – isto sim – como elemento ativo e protagonista de sua trajetória social.

Por outro lado, há historiadores que chamam a atenção para o envolvimento dessas mulheres em pequenas atividades comerciais. Nessa vertente historiográfica, as mulheres africanas são retratadas dominando boa parte do pequeno comércio na sociedade colonial, imagem cristalizada nas famosas “negras de tabuleiro”. Estes autores procuram sublinhar que a mobilidade social resultava muitas vezes de um paciente acúmulo pecúlio posteriormente investido na auto-compra. De modo análogo, os autores destacam que a prática do comércio por parte das mulheres africanas não seria uma inovação, mas sim uma recriação, no Novo Mundo, de hábitos presentes nas sociedades africanas do período. Leitura bastante rica, com a qual estamos mais inclinados a concordar<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> A este respeito ver Eduardo França Paiva, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. Para um contraponto interessante consultar Kathleen J. Higgins, “*Licentious Liberty*” in *a Brazilian gold-mining region: slavery, gender, and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais* (Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1999).

<sup>23</sup> Júnia Ferreira Furtado: Pérolas Negras, “Mulheres livres de cor no Distrito Diamantino” in *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as Novas Abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*, org. Júnia Ferreira Furtado (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001), 81-121.; Luciano Figueiredo, *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII* (1ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: EDUMB, 1993).

Uma análise da estrutura etária das populações africanas forras e escravas pode auxiliar a construção de hipóteses referentes a esse polêmico assunto. Para esse empreendimento, a fonte privilegiada é o Rol dos Confessados, uma vez que o documento registra, de forma sistemática, informações relativas à idade dos indivíduos listados no Rol.

**Tabela 6.** Média etária, por condição legal, entre as populações africanas – Rol dos Confessados, 1795

	Média Etária
Africanos escravos	37,3 anos
Africanos forros	56,8 anos

Fonte: Rol dos Confessados

Os dados demonstram que a média de idade dos africanos forros era substancialmente mais alta que a dos africanos escravos. Em números aproximados, a diferença entre os dois grupos foi de 19,5 anos.

Uma leitura tradicional desses dados afirmaria que boa parte desses africanos forros foram voluntariamente libertados por seus senhores, pois estavam “muito velhos” para atuarem como força de trabalho, isto é, sua presença num plantel de escravos seria pouco lucrativa ou economicamente inviável. Entretanto, é cada vez mais comum na literatura sobre a escravidão o exame de fontes que revelam que conquista da liberdade, na sociedade colonial, resultava de uma complexa negociação social, na qual as hierarquias intrínsecas dessa sociedade de modo algum poderiam ser desconsideradas<sup>24</sup>. Portanto, quer nos parecer que os dados, diferente da leitura tradicional, apontam para outras direções interpretativas.

A primeira delas, de menor importância, diz respeito a um fato óbvio: que a “força de trabalho ativa” era predominantemente mais jovem que os supostamente afastados do mercado de trabalho escravo, ou seja, os alforriados. Isso ocorre, é preciso rememorar, porque as populações escravas africanas eram continuamente realimentadas com braços jovens oriundos do tráfico. Algo que, obviamente, não sucedia aos alforriados.

A segunda direção, de maior relevo, sugere que a conquista da liberdade, na sociedade escravista colonial, era, na verdade, uma construção de toda uma vida. E que, não raro, era uma conquista que vinha tardiamente – *liberdade ainda que tardia*<sup>25</sup> – ao fim de uma longa vida de trabalho e planejamento. Como pode ter sido o caso de Inácio, preto mina, forro, falecido no ano de 1778, listado na documentação com a idade de 60 anos, casado com a crioula forra Cecícila da Costa Souza<sup>26</sup>. Ou de Filipa, mulher angola, forra, listada no Rol de Confessados como viúva, 69 anos, agregada na fazenda de Serafim Esteves<sup>27</sup>. Ou mesmo no

<sup>24</sup> Consultar entre outros Sheila de Castro Faria, “Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)” in *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*, orgs. Francisco Carlos Teixeira da Silva, MATTOS; Hebe Maria Mattos; João L. Fragoso (Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001), 289-329.; Silvia Hunold Lara, “*Fragments Setecentistas: Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa*” (Tese de Livre Docência, Universidade de Campina, 2004).

<sup>25</sup> Este é o emblema da bandeira do Estado de Minas Gerais. A frase original deriva de um poema latino e foi empregada pelos Inconfidentes mineiros.

<sup>26</sup> APSASJRM, Livro de óbitos n° 79, fl. 584v.

<sup>27</sup> Rol dos Confessados desta Freguesia de S. Antonio da Villa de S. Joze, Comarca do Rio das Mortes, deste presente anno de 1795, *IHGT*, Tiradentes, MG.

caso exemplar da preta cobu Quitéria Antônia de Andrade, falecida em 1778 com 70 anos, em cujo registro de óbito aparece a seguinte observação: “fui escrava de Bento Antônio, que me libertou por dinheiro<sup>28</sup>”. Em outras palavras, uma história silenciosa, rotineira e muitas vezes ignorada, porém repleta de protagonismo social.

Em seu conjunto, os dados que temos em mãos são incipientes e escassos. Sendo assim, não respondem a nenhuma questão fundamental. A propósito, geram muito mais questionamentos que respostas. Esse, no entanto, foi um risco que assumimos desde o início da investigação. Contudo, a impressão final é de que a pesquisa cumpre pelo menos parte do seu nobre objetivo qual seja: demonstrar a significativa participação das populações africanas na construção histórica da sociedade colonial e assim levar para dentro da História a história esquecida, e no mais das vezes ignorada, das populações africanas da América portuguesa.

### Considerações finais

Finalizar este texto com qualquer generalização seria uma atitude bastante temerária, pois ao longo da pesquisa, a abordagem de diversos aspectos referentes à sociedade colonial demonstrou como essa sociedade era definida por inúmeras particularidades históricas. Deve-se a essa percepção a importância que conferimos à análise exaustiva, e muitas vezes enfadonha, de cada aspecto abordado na investigação.

Assim, ao investigar a representatividade da escravidão na sociedade colonial, tocamos em alguns pontos que consideramos cruciais para a construção epistemológica da investigação. Por isso enveredamos por discussões referentes às características particulares das fontes, confrontando-as, na ambiciosa busca pelo entendimento da lógica de produção desses testemunhos do passado. As evidências dessa busca, nem sempre bem sucedida, podem ser lidas repetidas vezes ao longo do texto.

De modo análogo, através de amostragens, comparações de dados e cruzamentos de informações, analisamos as influências da presença maciça de escravos nas dinâmicas sociais freguesia de São José. Em seu lento avanço, a investigação demonstrou como a escravidão penetrava e enraizava-se no cotidiano da sociedade local, não somente através do personagem coletivo do escravo, mas também na medida em que gerava populações inteiras que vagavam curiosamente entre a escravidão e a liberdade. E mais ainda, na paradoxal influência que a escravidão exercia sobre as dinâmicas das populações legalmente livres.

Em resumo, evidenciamos, neste primeiro momento da investigação que, na sociedade colonial, a escravidão era uma estrutura em torno da qual gravitavam os fenômenos episódicos e as transformações conjunturais da sociedade. Através dela e em seu redor se construíam, moldavam e articulavam as estruturas do cotidiano.

No avanço e aprofundamento da análise, examinamos a composição das populações escravas da freguesia e demonstramos a predominância de africanos entre os escravos. Nesse item em particular, sublinhamos como os dados fornecem elementos para um interessante cruzamento entre a história regional e dimensões históricas de alcance enormemente maiores.

Ainda nesse campo, analisamos a mudança na composição das populações africanas na freguesia de São José ao longo do tempo. Verificamos que, na segunda metade do século XVIII, os indivíduos oriundos da África Central Ocidental formavam a maioria população escrava africana. Mudanças relacionadas com as dinâmicas do comércio negreiro internacional.

---

<sup>28</sup> APSASJRM, Livro de óbitos n° 79, fl. 586.

E mais, a partir desse debate, levantamos dados para sugerir diferenças entre os padrões do tráfico negreiro segundo as regiões do continente africano.

Investigando detalhadamente as populações africanas, verificamos como o tráfico negreiro desequilibrava de modo extraordinário as taxas de masculinidade dessas populações. Por outro lado, examinamos a intrigante inversão ocorrida quando se trata das populações forras africanas, nas quais a presença feminina é, curiosamente, majoritária.

Ainda sobre as alforrias, através da análise da estrutura etária das populações forras e escravas, demonstramos que a liberdade, na sociedade colonial, muitas vezes era uma construção de toda uma vida. E que, não raro, vinha tardiamente, ao fim de uma longa vida de trabalho e planejamento. Em poucas palavras, uma história silenciosa, rotineira e muitas vezes ignorada, porém repleta de protagonismo social.

Jon Penche<sup>1</sup>

## Republicanism in Spain and Portugal (1876-1890/91): una perspectiva comparada<sup>2</sup>

R E S U M O

*O objetivo deste trabalho é comparar a ideologia dos principais líderes republicanos de um e outro lado da fronteira, entre a geração doutrinal do republicanismo português e os republicanos históricos espanhóis, para procurar semelhanças e diferenças entre eles e, como consequência, entre o republicanismo português e espanhol. Assim, repararemos no imaginário político de cada um dos principais líderes no que respeita a diferentes questões como as fontes das que beberam, a forma de organização do Estado, o iberismo, o problema religioso e a questão social.*

*PALAVRAS-CHAVE: republicanismo, Portugal, Espanha.*

A B S T R A C T

*The objective of this work/paper is to compare the ideology of the most important republican leaders of Spain and Portugal, between the portuguese "Geração doutrinal" and the spanish "republicanos históricos", in order to find common characteristics and differences between them and, therefore, between the Portuguese republicanism and the Spanish one. This way, we will pay attention on the ideological principles of each of the main leaders about different matters like: their philosophical principles, the organization of the State, the iberism, the religious problem or the social question.*

*KEYWORDS: republicanism, Portugal, Spain.*

### 1. Introducción

El republicanismo portugués no se acabó por configurar definitivamente hasta la década de los 70 del siglo XIX, por más que al hilo de la revolución de 1848 hubo algunas personalidades que adoptaron posturas republicanas y teorizaron sobre el movimiento, como sucedió con José Félix Henriques Nogueira. Fue gracias a una nueva generación de políticos portugueses, críticos con el rotativismo y con el sistema monárquico, que el republicanismo pudo conformarse como una corriente política primero y como partido político después. A esta generación de hombres que contribuyeron a establecer las bases ideológicas del republicanismo portugués se la ha denominado como la "geração doutrinal".

Sin embargo, el republicanismo luso estaba lejos de conformar un movimiento político homogéneo y sin fisuras, ya que existieron dentro del mismo diferentes facciones. La primera de ellas fue la de los "moderados", heredera del 1848 portugués, que huían del radicalismo. Por otro lado estaban los "demócratas", que representaban una corriente demoliberal, y que daban más importancia a la táctica que a los principios y dejaban la cuestión del régimen en un segundo plano. Por último se situaban los "federales", más aguerridos que los demás en el plano ideológico y organizativo y que prestaban una especial atención al problema de la clase operaria.

---

<sup>1</sup> Investigador-Doctor contratado de la Universidad del País Vasco desplazado a la Universidade Nova de Lisboa.

<sup>2</sup> La realización de este artículo se enmarca dentro de la beca postdoctoral concedida por el Gobierno Vasco en la convocatoria de 2009.

A pesar de que hubo varios intentos para unificar el republicanismo, se tuvo que esperar hasta comienzos de la década de los 80 para asistir a la fundación del Partido Republicano Portugués, integrado por las diferentes tendencias republicanas. En agosto de 1883, por fin, se eligió el directorio del P.R.P., compuesto por una comisión ejecutiva y un cuerpo consultivo.

Las diferencias internas entre partidarios de la acción legal y de la vía revolucionaria se mantuvieron en un segundo plano durante el resto de la década de los 80, pero estallaron en 1891 tras la crisis del ultimátum<sup>3</sup>.

En España, por su parte, la caída de la I República tras el golpe de estado del General Pavía, el 3 de enero de 1874, marcó el principio de la desintegración del antiguo Partido Republicano Federal español, en torno al cual se había agrupado la totalidad del republicanismo español desde la revolución democrática de 1868. Obligados a permanecer en la clandestinidad y en la más absoluta inacción pública debido a la represión que ejercieron las nuevas autoridades nacionales, los republicanos españoles se encontraron en los primeros años de la Restauración seriamente debilitados<sup>4</sup>.

A esta actuación clandestina, se unieron las rivalidades personales e ideológicas entre los diferentes líderes del republicanismo español, que aunque ya venían de largo tiempo atrás, se hicieron ahora irreconciliables. Estas diferencias acabarían cristalizando en la formación de varios partidos republicanos al frente de los cuales se situaron cada uno de los antiguos líderes del Partido Republicano Federal.

Por la derecha se constituyó el partido posibilista o republicano histórico encabezado por Emilio Castelar. Éste, que abominó inmediatamente del federalismo, se integró en el nuevo régimen canovista, defendiendo como programa los principios de la constitución de 1869, poniendo un especial énfasis en el sufragio universal.

En el polo opuesto de Castelar se situaron los federales, encabezados por Francisco Pi y Margall, que propugnaban la república federal pactista, la incorporación de las masas a la política, y la reforma social.

Entre ambas formaciones se encontraba el republicanismo demócrata progresista de Manuel Ruiz Zorrilla y Nicolás Salmerón, que defendían una república unitaria con un cierto grado de descentralización y el acceso al poder por medio de un pronunciamiento<sup>5</sup>.

El objetivo de este trabajo es comparar la ideología de los principales líderes republicanos de uno y otro lado de la frontera, entre la “geração doutrinal” portuguesa y los “republicanos históricos” españoles, para buscar elementos comunes y diferencias entre ellos y, por tanto, entre el republicanismo portugués y español. Intentaremos identificar, asimismo, distintas culturas políticas dentro del republicanismo de uno y otro país, para observar si hubo correspondencia entre las diversas líneas políticas que se desarrollaron en la década de los 80 del siglo XIX fundamentalmente.

Para ello, nos fijaremos en imaginario político de cada uno de los principales líderes en lo que respecta a diferentes cuestiones como las fuentes de las que bebieron, la forma de organización del Estado, el iberismo, el problema religioso y la cuestión social. Para el caso

<sup>3</sup> Sobre el republicanismo portugués entre 1870 y 1910 consultar las clásicas obras de Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910* (Lisboa: Editorial Notícias, 2000); y de Amadeu Carvalho Homem, *A propaganda republicana (1870-1910)* (Coimbra: Coimbra Editora, 1990).

<sup>4</sup> Carlos Dardé Morales, “La larga noche de la Restauración, 1875-1900”, in *El republicanismo en España (1830-1977)*, ed. Nigel Townson (Madrid: Alianza, 1994), 118.

<sup>5</sup> Sobre la historia del republicanismo español en la Restauración consultar Manuel Suárez Cortina, *El gorro frigio. Liberalismo, Democracia y Republicanismo en la Restauración* (Madrid: Biblioteca Nueva, 2000).

español tomaremos las figuras de Castelar, Ruiz Zorrilla, Salmerón y Pi y Margall. En el caso portugués resulta más complicado elegir las personalidades para realizar este análisis comparativo. A pesar de ello, hemos seleccionado a aquellas más destacadas desde una perspectiva variada, esto es, intentando abarcar la totalidad de las culturas políticas del republicanismo portugués. Por ello tomaremos las figuras de Teófilo Braga, Sebastião Magalhães Lima, José Joaquim Rodrigues de Freitas y Zófimo Consiglieri Pedroso<sup>6</sup>.

El marco temporal elegido para realizar este análisis es el período de 1876-1890/91. En España, esta etapa correspondió a la primera fase de la Restauración monárquica, desde la promulgación de la Constitución de 1876 hasta la sanción del sufragio universal masculino en 1890, tiempo en el que los republicanos, como hemos visto, se agruparon en torno a los partidos que surgieron detrás de sus principales líderes, los denominados “republicanos históricos”. En Portugal, por su parte, este espacio temporal corresponde al de la preeminencia de la llamada “generación doctrinal” al frente del republicanismo, entre la fundación del Centro Democrático de Lisboa, en 1876, y el Ultimátum británico de 1890, que desembocó en la revuelta de Oporto de enero de 1891, fruto de la cual asumieron el poder dentro del republicanismo la llamada “generación activa”.

## 2. Fuentes

En Portugal el positivismo influyó de una manera muy acusada y determinante en la cultura política republicana. No existe duda al respecto de la estrecha ligación entre el positivismo y la consolidación de la ideología republicana. Sin embargo, ser positivista en Portugal en la segunda mitad del XIX no era sinónimo de ser puramente comtiano, ya que además de Comte y la hermenéutica de Littré, los portugueses aceptaron, integrado en un mismo cuerpo doctrinal y ecléctico, el organicismo evolucionista de Spencer, las teorías darwinistas y las contribuciones de las diversas ciencias<sup>7</sup>.

Tanto Rodrigues de Freitas como Consiglieri Pedroso adoptaron los principios positivistas, tomaron la idea de progreso como eje central de la Historia, y de evolución como condición fundamental del universo de su pensar<sup>8</sup>.

Es de sobra conocido que Teófilo Braga estuvo imbuido de la filosofía positivista. Es de comienzos de la década de los 70 del siglo XIX de cuando sus biógrafos datan su conversión al positivismo comtista, tras haber estado influenciado por Giambattista Vico y Hegel. Sin embargo, Teófilo ni hizo tabla rasa con sus influencias precomtianas, ni siguió a

<sup>6</sup> En Portugal no existió un liderazgo tan claro y unas líneas políticas tan definidas como en España, sino que bajo una misma sigla se cobijaron multitud de tribunos con distintos pareceres políticos. Es indiscutible que en cualquier análisis acerca de las bases ideológicas del republicanismo portugués sobresale la figura de Teófilo Braga, sin embargo, a partir de ahí comienzan los problemas para la elección de los personajes. De una parte, por la multiplicidad de líderes que existieron, y de otra, porque algunos de ellos, que hubieran sido susceptibles de entrar en este análisis comparativo, no dejaron una sólida obra escrita sobre la que sustentar nuestro trabajo. La elección final de estos cuatro tribunos no ha sido fruto de la casualidad. Deseábamos, por una parte, abarcar la totalidad del republicanismo portugués de izquierda a derecha, como por otra analizar el papel de oposición que ejercieron tanto extramuros del sistema como en el propio parlamento. Esperamos habernos acercado al objetivo final.

<sup>7</sup> Fernando Catroga, “Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social”, *Revista de História das Ideias* (nº1, 1977), 287-393; Fernando Catroga, “A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal”, *Biblos* (vol. LIII, 1977), 285-327.

<sup>8</sup> Jorge Fernandes Alves, *Rodrigues de Freitas. Intervenções Parlamentares (1870-1893)* (Lisboa: Assembleia da República, 1999), 13. Lucília Rosa Mateus Nunes, “Zófimo Consiglieri Pedroso: vida, obra e ação política” (Diss. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1993), 21-32.

pies juntilas las enseñanzas del filósofo francés, pues el estudio sistemático de Comte fue completado con las obras de Littré, Stuart Mill, Spencer o Darwin, entre otros. Lejos de tomar la filosofía de Comte como inmutable, Teófilo se propuso renovarla, integrando las nuevas contribuciones traídas por otras disciplinas científicas<sup>9</sup>.

Las líneas maestras del pensamiento de Magalhães Lima fueron el positivismo y proudhonismo. No se trataba Lima de un positivista puro, sino de un ecléctico, un positivista heterodoxo. Al positivismo unió la enorme influencia que tuvieron sobre él las ideas de Proudhon. Por tanto, las ideas sociales y políticas de Magalhães Lima son de inspiración positivístico-proudhonianas<sup>10</sup>.

En España la influencia positivista también se dejó notar en las filas republicanas, aunque no fuera de una manera tan determinante como en Portugal. Tanto Salmerón como Pi y Margall tomaron contacto con el positivismo en sus respectivos exilios en Francia, y combinaron esa influencia de la doctrina comtiana con sus influencias anteriores, Krause en el caso de Salmerón fundamentalmente, y una amplia nómina de filósofos en el caso de Pi.

Emilio Castelar estuvo influenciado fundamentalmente por autores como Kant, Hegel y Rousseau, en los cuales fundamentó la idea de progreso. Sin embargo, fue Kant el pensador que más huella dejó en Castelar. Éste se ocupó de la vertiente ideológica del filósofo, sobre todo en tres puntos: la federación de naciones, la concepción del derecho y la defensa de la libertad individual. Son notorias, por tanto, las influencias del pensamiento de Kant en la obra de Castelar, destacando la defensa de la libertad de pensamiento y publicidad, la ontología jurídica, la idea una constitución política en armonía con los derechos naturales y de una relación pacífica entre los diversos estados<sup>11</sup>.

Salmerón fue un político de formación krausista. Sin embargo, a raíz de su exilio parisino entre 1876 y 1884, el político almeriense tomó contacto con el positivismo francés, en especial con Claude Bernard. Fue en París, por tanto, donde Salmerón pasó desde el más puro krausismo hasta el positivismo, hacia un tipo de filosofía acorde con el método y resultados de las ciencias empíricas. A pesar de esta importante influencia positivista, Salmerón no abandonó el racionalismo armónico krausista, manteniendo un equilibrio entre éste y la nueva mentalidad positiva de su pensamiento<sup>12</sup>.

Pi y Margall, por su parte, estuvo adscrito en un primer momento al idealismo germánico, desde Kant a Hegel, de quien decía que era “el último genio de occidente”. Sin embargo, tras su paso por París con motivo de su exilio de 1866 entró en contacto con el positivismo, estando sus escritos a partir de entonces influenciados del materialismo y evolucionismo

<sup>9</sup> Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga* (Coimbra: Livraria Minerva, 1989), 91-132; José Luís Brandão da Luz, “Orientação sociológica do positivismo”, in *História do pensamento filosófico português*, Pedro Calafate (Lisboa: Caminho, vol. IV, 2004), 272-288.

<sup>10</sup> Maria Rita Lino Garnel, *A República de Sebastião de Magalhães Lima* (Lisboa: Livros Horizonte, 2004), 39-43.

<sup>11</sup> Enrique Rivera de Ventosa, “Influencias del sistema de Hegel en el ideario de Castelar”, *Anales de la Cátedra Francisco Suárez* (nº 9-10, 1970), 135-168; Luis Esteve Ibáñez, “Kant, visto por E. Castelar”, *Azafea* (vol. III, 1990), 259-264.

<sup>12</sup> Pere Gabriel, “Republicanismo federal y Salmerón: encuentros y desencuentros”, in *Nicolás Salmerón y el republicanismo parlamentario*, ed. Fernando Martínez López (Madrid: Biblioteca Nueva, 2007), 121; Fernando Martínez López, “Las enseñanzas del exilio. Nicolás Salmerón en París (1876-1885)”, in *Nicolás Salmerón y el republicanismo parlamentario*, ed. Fernando Martínez López (Madrid: Biblioteca Nueva, 2007), 105; Manuel Suárez Cortina, “El institucionismo y la cultura política republicana en la Restauración”, in *Nicolás Salmerón y el republicanismo parlamentario*, ed. Fernando Martínez López (Madrid: Biblioteca Nueva, 2007), 179-182.

de raíz positivista. Bebió Pi además de otras fuentes y autores, como Proudhon, a quien tradujo, o Rousseau, de quien tomó la idea del contractualismo<sup>13</sup>.

Como vemos, el pensamiento positivista influyó de una manera muy acusada a los republicanos de España y Portugal. Es cierto que algunos de estos tribunos combinaron el positivismo con otras influencias, ya fuera Proudhon, Krause u otros autores, que también es verdad que algunos tampoco siguieron la doctrina comtiana a pies juntillas, convirtiéndose en positivistas heterodoxos o eclécticos. Lo importante es remarcar que sus posiciones políticas se intentaron abordar desde el positivismo, a fin de otorgarlas e investirlas de un carácter científico.

### 3. Organización del Estado

En Portugal, las posturas basculan entre el federalismo en el que militaron tanto Teófilo Braga como Sebastião Magalhães Lima, y la descentralización que, sin referencia explícita alguna al federalismo, mantuvieron J.J. Rodrigues de Freitas y Zófimo Consiglieri Pedroso.

Rodrigues de Freitas, desde su postura como economista, defendía una profunda reforma del sistema en sentido descentralizador, ya que la centralización monárquica era una de las causas de la decadencia portuguesa. Varias de sus intervenciones parlamentarias fueron en ese sentido, proponiendo una descentralización administrativa en la que los municipios y los distritos se constituyesen a semejanza de las instituciones de Brasil, Estados Unidos y Suiza<sup>14</sup>.

Las consideraciones de Consiglieri Pedroso al respecto no se alejan de las del político portuense. Ante el atraso de Portugal proponía una República que siguiera el modelo de los Estados Unidos y Suiza, donde existía, según él, una envidiable armonía política y social. Sin embargo, en los escritos consultados no hizo referencia alguna al federalismo, por lo que pensamos que se decantaba por una República de tipo descentralizado.

Teófilo Braga y Magalhães Lima fueron dos de los apóstoles del federalismo republicano portugués. Sus influencias a este respecto provenían en gran medida de la obra de José Félix Henriques Nogueira<sup>15</sup>, aunque también de la filosofía de Comte y de Proudhon. Con respecto a la organización interna portuguesa, ambos tribunos, como no podía ser de otra forma, atacaban el sistema centralista monárquico, que atrofiaba la vida nacional. Para corregir ese elemento proponían un sistema descentralizado dentro de una concepción orgánica del Estado en el que se respetase la autonomía de todas sus partes (individuo, familia, parroquia, municipio, provincia y nación) en búsqueda de la armonía social. Sin embargo, para ellos, el municipio, tendría que ser el auténtico elemento reestructurador y regenerador de toda la vida nacional, porque en un municipio verdaderamente autónomo los ciudadanos aprenderían el ejercicio de la práctica política y a buscar soluciones a sus problemas<sup>16</sup>. Por tanto, podemos decir, que al respecto de la organización interna, estos federales portugueses eran

<sup>13</sup> Para profundizar más sobre las raíces del pensamiento pimargaliano consultar Antoni Jutglar, *Federalismo y revolución. Las ideas sociales de Pi y Margall* (Barcelona, 1966); Antoni Jutglar, *Pi y Margall y el federalismo español* (Madrid: Taurus, 1976).

<sup>14</sup> Jorge Fernandes Alves, *Rodrigues de Freitas. Intervenções Parlamentares*, 18, 105 y 160.

<sup>15</sup> Sobre la concepción federalista de Henriques Nogueira consultar Vitor Neto, *As ideias políticas e sociais de José Félix Henriques Nogueira* (Lisboa: Colibrí, 2006), 67 y ss.

<sup>16</sup> Sebastião Magalhães Lima, *O federalismo* (Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1898); Maria Rita Lino Garnel, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, 51-56. Teófilo Braga, *História das ideias republicanas em Portugal* (Lisboa: Vega, 1983), 69-75.

fundamentalmente municipalistas. Teófilo Braga, incluso, llega a afirmar que la República portuguesa debería ser unitaria hacia el interior pero federalista hacia el exterior<sup>17</sup>.

En Portugal, como hemos visto, las soluciones republicanas a la forma de organización del Estado basculaban entre la amplia descentralización que postulaban Rodrigues de Freitas y Consiglieri Pedroso, sin realizar ninguna referencia a que esa descentralización fuera en sentido federalista, y el federalismo de base municipalista que proponían Teófilo Braga y Magalhães Lima, un sistema organizado de “abajo-arriba”, desde el individuo a la nación, en el que se respetarían la autonomía de cada una de las partes pero en el que se remarcaría la importancia que tenía en municipio como elemento estructurador de la vida nacional. En definitiva, se proponen dos modelos, por un lado una República descentralizada y, por otro, una República municipalista.

En España, en la época que estamos analizando, hay una variedad de posturas al respecto del tipo de República, desde la fórmula unitaria de Castelar hasta el federalismo de Pi y Margall, pasando por las fórmulas descentralizadoras de Salmerón y Ruiz Zorrilla.

Castelar abjuró totalmente del federalismo tras la experiencia del Sexenio Democrático, decantándose por una República de tipo unitario compatible con un cierto grado de descentralización que no quebrantara, ante todo, la unidad de la patria española<sup>18</sup>. Por otra parte, se mostró partidario de la solución autonómica en el tema colonial y, ocasionalmente, en el vasco, aunque siempre deslegitimando cualquier intento de nacionalismo o regionalismo periférico<sup>19</sup>.

Ruiz Zorrilla había militado en el Sexenio en el Partido Radical y, por lo tanto, nunca había pertenecido al Partido Republicano Federal. Su horizonte, en cuanto a la organización de la República, residía en una sistema unitario compatible con el reconocimiento de la autonomía administrativa de provincias y municipios dentro de la suprema unidad de la nación<sup>20</sup>.

Salmerón, en consonancia con el organicismo de raíz krausista, defendía una República de tipo unitario. Patrocinaba la unidad de la nación pero entendida desde un punto de vista orgánico y, por tanto, abierta al reconocimiento de otras entidades existentes dentro de la misma en forma de autonomía municipal y regional. Para los krausistas, los movimientos regionalistas y fueristas eran corrientes compatibles con la unidad de España, una nación, decían, surgida desde la pluralidad y no desde la eliminación de la diversidad. En definitiva, se trataba de un modelo descentralizado de país que cumpliera el cometido de regenerarlo<sup>21</sup>.

Pi y Margall fue el único de los líderes republicanos españoles que mantuvo vivo el fuego del federalismo en la Restauración. El político catalán proponía un modelo federativo pactista; pacto y federación iban unidos en el pensamiento político de Pi, el pacto era la fórmula que marcaba la diferencia entre la construcción del Estado de “arriba-abajo”, lo que suponía para él únicamente una descentralización más o menos amplia que otorgaba el poder central a las provincias, o de “abajo-arriba”, una fórmula verdaderamente federal ya que el poder emanaba del municipio y la provincia hasta llegar al poder central, que estaba constituido y limitado por los poderes periféricos.

<sup>17</sup> Teófilo Braga, *História das ideias republicanas em Portugal*, 108.

<sup>18</sup> Jorge Vilches García, *Emilio Castelar. La Patria y la República* (Madrid: Biblioteca Nueva, 2001), 178, 206, 253.

<sup>19</sup> Andrés de Blas Guerrero, *Tradición republicana y nacionalismo español* (Madrid: Tecnos, 1991), 77.

<sup>20</sup> Miguel Artola Gallego, *Partidos y programas políticos. 1808-1936*. II vol. (Madrid: Aguilar, 1974-1975), 184-187.

<sup>21</sup> Pere Gabriel, “Republicanismo federal y Salmerón: encuentros y desencuentros”, 125-127; Manuel Suárez Cortina, “El krausismo, la República y la España regional en el siglo XIX”, in *Federalismo y cuestión federal en España*, ed. Manuel Chust (Castellón: Universidad Jaume I, 2004), 177 y ss.

En España, por tanto, las propuestas republicanas a la organización del Estado iban “in crescendo” en cuanto a su grado de descentralización desde la derecha a la izquierda republicana. Por la derecha, Castelar proponía una República unitaria que admitía un cierto grado de descentralización sin llegar al reconocimiento autonómico de las partes. Por el centro, Ruiz Zorrilla y Salmerón disponían una República unitaria compatible con el reconocimiento de la autonomía de municipios, provincias y regiones, sin perjuicio de la unida de España, es decir, una República construida de “arriba-abajo”, en la que el poder central permite la autonomía de los diversos entes que componen la nación. Por último, desde la izquierda republicana, Pi y Margall formulaba la idea de una República federal construida de “abajo-arriba”, en la que no era el poder central el que concedía la autonomía a las partes, sino que eran los poderes periféricos los que se ponían de acuerdo para ceder parte de su soberanía a un poder central.

Comparativamente, los republicanos de ambos lados de la frontera se unen en criticar el sistema centralista, que ahoga la iniciativa de las partes que componen el Estado, llámense estas individuo, familia, municipio, provincia o región. Por el contrario, confían en que un sistema descentralizado sacará de la decadencia y regenerará a ambos países. Las diferencias entre unos y otros residen en el tipo de estado republicano que proponen, unitario o federal, y en el grado de autonomía que querían conferir a los entes periféricos, simple descentralización o autonomía de las partes.

Por un Estado de carácter unitario se decantaron Rodrigues de Freitas, Consiglieri Pedroso, en el lado portugués, y Castelar, Ruiz Zorrilla y Salmerón en el lado español. El federalismo fue, por su parte, la bandera de Pi y Margall. El caso de Teófilo Braga y Magalhães Lima es especial; definiéndose como federalistas, no defendían una organización federal interna al estilo de Pi y Margall, a pesar de que sus argumentos federalistas coincidieron en muchos puntos, sino que proponían una organización del Estado en base a la autonomía municipal. Sin embargo, como hemos dicho más arriba, Teófilo Braga llegó a manifestar que Portugal debía ser un Estado federal hacia el exterior pero, por su pequeñez, debía ser unitario hacia el interior.

#### 4. Iberismo

El tema ibérico en Portugal suscitó muchas controversias, convirtiéndose muchas veces en un arma arrojada entre partidos políticos, entre acusaciones de falta de patriotismo. Para los republicanos federales portugueses, como Teófilo Braga y Magalhães Lima, el iberismo o la unidad ibérica eran conceptos que no cabían en su pensamiento, porque la unión entre ambos países significaba una simple absorción de Portugal por parte de España, la pérdida de la identidad lusa a favor de la hegemonía española en la península ibérica. Por ello, los republicanos federales portugueses apostaban por la fórmula de la federación ibérica, la única manera de que Portugal mantuviese su autonomía. Como paso previo a esa federación ibérica, España se tenía que convertir en una República federal basada en la autonomía de los antiguos reinos peninsulares. De esa forma se unirían un Portugal municipalizado con una España regionalizada, unión en la que, afirmaban, Portugal mantendría la hegemonía peninsular y cuya capitalidad residiría en Lisboa. La federación ibérica sería el primer paso para otras federaciones mayores, como la latina o europea<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Amadeu Carvalho Homem, “O anti-iberismo dos republicanos radicais portugueses (1870-1910)”, in *Actas dos 3º cursos internacionais de verão de Cascais*, vol. 3 (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1997), 213-220; Amadeu Carvalho Homem, “O tema do iberismo no republicanismo federalista português (1870-1910)”, in *Colóquio O Federalismo Europeu: História, política e utopia*, coord. Ernesto Castro Leal (Lisboa: Colibri, 2000), 81-88; Amadeu

Por el contrario, existía otra corriente republicana portuguesa contraria a la unión o federación con España, que sería la que representaban tanto Rodrigues de Freitas como Consiglieri Pedroso. Ellos analizaron la cuestión ibérica desde un punto económico, aceptando una aproximación de ambos países en temas comerciales, llegando a la constitución de un *Zollverein* peninsular, pero nunca traspasando la barrera que llevaría a una unión política en razón al mantenimiento de la autonomía e independencia portuguesas.

Rodrigues de Freitas no fue un entusiasta del iberismo. Si bien es cierto que defendió el acercamiento en materia económica de ambos países, sobre todo en cuestión de ferrocarriles y tratados de comercio, proponiendo la creación de un *Zollverein* peninsular, nunca propugnó la idea de una unión política. Su postura al respecto queda reflejada con motivo de la reunión que tuvo lugar en Badajoz en 1893 entre republicanos españoles y portugueses; Rodrigues de Freitas no sólo no asistió, sino que se mostró frontalmente contrario a la idea de una federación republicana ibérica, manifestando, por el contrario, su amor a un Portugal independiente<sup>23</sup>.

De la misma forma que su correligionario portuense, Consiglieri Pedroso también excluyó las tesis de unionismo o federalismo peninsular. Era partidario de la unión aduanera entre ambos países, de la idea de un *Zollverein* peninsular, pero no iba más allá, puesto que para él la unión política supondría la destrucción de la independencia de los Estados<sup>24</sup>.

Para Teófilo Braga, Portugal debía procurar la federación con otros pueblos peninsulares. Rechazaba la fórmula de la unión o fusión entre los dos pueblos ibéricos, porque eso significaría la absorción de la nacionalidad portuguesa por parte de España y la pérdida de su individualidad. Mas para que la federación de los pueblos ibéricos fuese posible, era necesario que España se dividiese en pequeñas repúblicas según las condiciones históricas y étnicas de sus antiguos estados; sólo entonces Portugal procedería a federarse con ellos para formar los Estados Unidos peninsulares. Esta federación debería componerse, siguiendo la teoría de Henriques Nogueira, de Portugal, Galicia, Asturias, Vizcaya, Navarra, Cataluña, Aragón, Valencia, Murcia, Granada, Andalucía, Extremadura, Castilla la Nueva, Castilla la Vieja y León<sup>25</sup>.

Una vez establecida esta liga ibérica, España y Portugal formarían una “República Occidental” o “Federación Latina” con Francia e Italia, manteniendo los cuatro países una existencia autónoma como miembros de esa liga de pueblos libres. Sin embargo, antes que eso ocurriese, tanto Italia como España deberían organizarse como repúblicas federales, fortaleciendo su unidad en la variedad.

Magalhães Lima coincidía con Teófilo Braga en su idea de la federación ibérica y en el rechazo de la fórmula unionista, ya que sólo la federación mantendría la autonomía de los estados miembros. Consideraba la federación ibérica como un primer paso para una Europa

---

Carvalho Homem, “El anti-iberismo de los republicanos radicales portugueses (1870-1910)”, *Alcores* (nº 8, 2009), 197-204. Fernando Catroga, “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX”, *Revista Cultura História e Filosofia* (nº 4), 451-463.

<sup>23</sup> Maria da Conceição Meireles Pereira, “Rodrigues de Freitas e a Espanha”, in *Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos. Actas do Colóquio*, orgs. Antonio Almodovar; Jorge Fernandes Alves; Maria do Pilar Garcia (Porto: CLC-FLUP, 1997), 201-215; José Joaquim Rodrigues de Freitas, *Novas páginas avulsas* (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1996), 455-475; Jorge Fernandes Alves, *Rodrigues de Freitas. Intervenções Parlamentares*, 697-698.

<sup>24</sup> *Diário da Câmara dos srs. Deputados* (sessão de 8 de Abril de 1885), 1033. Lucília Rosa Mateus Nunes, “Zófimo Consiglieri Pedroso: vida, obra e acção política”, 147-150.

<sup>25</sup> Teófilo Braga, *História das ideias republicanas em Portugal*, 66.

unida bajo un pacto federal. Lima entendía que como paso previo a la federación ibérica era necesaria tanto la municipalización de Portugal como la reconstitución de la autonomía de los pequeños antiguos Estados medievales peninsulares. Por tanto, la federación ibérica debería resultar de la federación de un Portugal municipalizado y una España dividida, y no de la federación de dos estados. Dentro de la federación ibérica recaería en Portugal la hegemonía peninsular por razones históricas. La federación ibérica sería el primer paso para la federación latina<sup>26</sup>. Sebastião de Magalhães Lima fue, además, el principal promotor portugués de la reunión republicana ibérica de Badajoz en 1893 en la que se trató de la federación ibérica<sup>27</sup>.

Los republicanos españoles siempre manifestaron una inequívoca fe iberista. Nunca faltaron en sus programas y discursos una alusión a una hipotética unión con Portugal.

El nacionalismo español de Castelar se traducía en su vertiente internacional en una vocación latinista de procedencia teórica francesa. En este contexto, Castelar consideraba a la unidad ibérica un primer paso hacia la federación europea y la comunidad iberoamericana, que desembocaría en último término en la confederación universal. A pesar de esta vocación, nos apunta Andrés de Blas, el iberismo no fue para Castelar una pieza básica para la comprensión de su idea de España y de Europa<sup>28</sup>.

Ruiz Zorrilla era, por su parte, un convencido iberista. Ya al comienzo del Sexenio Democrático, cuando militaba en el monarquismo progresista, intentó promover la candidatura de Fernando de Coburgo al trono español para así propiciar la unión de los dos pueblos ibéricos bajo una misma corona<sup>29</sup>. En su etapa republicana, Ruiz Zorrilla no abandonó los temas nacionalistas propios de la tradición progresista, como el lusismo, la solidaridad latina y el americanismo<sup>30</sup>. De esta forma, consideraba indispensable la unión de España y Portugal bajo una forma republicana y federativa, con el fin de que ambos conservasen su autonomía<sup>31</sup>.

El ideario krausista de Salmerón manifestaba, hacia el exterior, una clara vocación iberista en el marco de una federación latina en la que incluía a Francia e Italia. Transmitían la idea de que los pueblos portugués y español eran una misma familia, una nación que se había truncado en el pasado por la torpeza de Braganzas y Borbones<sup>32</sup>.

Pi y Margall, desde su óptica federalista, manifestaba que el federalismo facilitaría la unión con Portugal<sup>33</sup>. En este sentido, Pi en su libro *Las nacionalidades* afirmaba que el

<sup>26</sup> Sebastião Magalhães Lima, *La fédération iberique* (París: Imprimerie Gautherin, 1892); Sebastião Magalhães Lima, *O federalismo* (Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1898), 23-33. Sebastião Magalhães Lima, *Os Estados Unidos da Europa* (Lisboa: Nova Livraria Internacional), 1874.

<sup>27</sup> La reunión de Badajoz de 1893 marcó el punto álgido de la colaboración republicana ibérica, pero a la vez fue el principio del fin de esa colaboración ya que después de esa fecha los republicanos portugueses aparcaron casi de forma definitiva la reivindicación iberista porque no les beneficiaba electoralmente hablando. José Antonio Rocamora, *El nacionalismo ibérico (1872-1936)* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994), 129-131.

<sup>28</sup> Andrés de Blas Guerrero, "Nacionalismo, iberismo y solidaridad latina en el discurso republicano: el caso de Emilio Castelar", in *Estudios de teoría del Estado y derecho constitucional en honor de Pablo Lucas Verdú*, Raúl Morodo; Pedro de Vega (vol. 1, 2001), 104-107.

<sup>29</sup> Jordi Canal, "Manuel Ruiz Zorrilla (1833-1895). De hombre de Estado a conspirador compulsivo", in *Liberales, agitadores y conspiradores*, eds. Isabel Burdiel; Manuel Pérez Ledesma (Madrid: Espasa, 2000), 278.

<sup>30</sup> Andrés de Blas Guerrero, *Tradición republicana y nacionalismo español*, 90.

<sup>31</sup> Manuel Suárez Cortina, *El gorro frigio. Liberalismo, Democracia y Republicanismo en la Restauración*, 135.

<sup>32</sup> Manuel Suárez Cortina, *El gorro frigio. Liberalismo, Democracia y Republicanismo en la Restauración*, 133-138; Manuel Suárez Cortina, "El krausismo, la República y la España regional en el siglo XIX", 193-195; Manuel Suárez Cortina, "El institucionalismo y la cultura política republicana en la Restauración", 200.

<sup>33</sup> Isidre Molas, *Ideario de Pi y Margall* (Madrid: Península, 1966), 144-153.

unitarismo lo único que había traído a las relaciones entre España y Portugal era la desconfianza, ya que nunca se había respetado la autonomía del país luso, bien al contrario, se le había intentado conquistar por las armas<sup>34</sup>. Por otra parte, el federalismo pactista de Pi no se detenía con la federación ibérica, sino que culminaría en una Europa federal que debería construirse de abajo-arriba para así mantener la autonomía de los diferentes entes que se fuesen uniendo a la misma.

Como se ha podido observar, el iberismo fue una constante en las reivindicaciones políticas de los republicanos españoles. Es un tema en el que coinciden los cuatro tanto en su diagnóstico como en su resolución. En sus postulados políticos, en el apartado dedicado a la concepción de la nación española, los republicanos españoles dejaban un espacio para manifestar su deseo de una unión con Portugal. Esta unión de los dos países ibéricos, según los tribunos republicanos españoles, se realizaría bajo la forma federativa con el fin de que cada uno de ellos conservase su autonomía. Esa federación ibérica constituiría un primer paso hacia una federación latina, junto a Francia e Italia, una federación europea y una comunidad iberoamericana, en definitiva, hacia una fraternidad universal.

Por tanto, podemos decir que si bien en España la vocación iberista fue unánime en todas las tendencias republicanas, en Portugal, no fue así. Únicamente acogieron la idea de una península unida políticamente los republicanos federales, rechazando la unión y preconizando la federación. Eso sí, no se trataba de una simple federación entre estados, tal y como proponían los republicanos españoles, sino que como paso previo a la federación ibérica España no sólo tenía que convertirse en República, sino que tenía que cambiar su organización interna.

Por el contrario, la facción no federalista portuguesa no acogió entre sus postulados la cuestión ibérica. Celosos de la independencia y autonomía nacional, a pesar de ser partidarios de un acercamiento en materia económica de ambos países, se mostraron sumamente reticentes a cualquier intento de unificación política.

En resumen, se podría decir que si bien en el republicanismo español el iberismo recogió unanimidades, en el republicanismo portugués suscitó divisiones entre partidarios y detractores de la unión política ibérica. Además, los partidarios de la federación ibérica sostuvieron recelos hacia la hegemonía peninsular española, exigiendo la regionalización de una España republicana y subrayando el papel hegemónico de Portugal antes de establecer esa unión política.

## 5. Religión

La religión era analizada por estos republicanos en dos sentidos. Por un lado ponían la religión frente a la razón y a la ciencia, mientras que por otro se detenían en criticar la influencia social que ejercía la religión católica en ambos países.

Rodrigues de Freitas, manifestando tener sentimientos religiosos, defendió en el Parlamento portugués la conciliación entre religión y libertad, para lo cual se mostró a favor de la libertad de conciencia y la libertad de cultos, atacando el dogma de la infalibilidad del papa<sup>35</sup>.

En primer lugar, Consiglieri Pedroso defendía la completa separación entre Iglesia y Estado en base a la razón y al derecho público. Era partidario de la fórmula “iglesia libre

<sup>34</sup> Francisco Pi y Margall, *Las Nacionalidades* (Madrid: Librería Bergua, 1936), 223-226.

<sup>35</sup> Jorge Fernandes Alves, *Rodrigues de Freitas. Intervenções Parlamentares*, 33, 552-556.

en Estado libre”. Por otra parte, estaba preocupado por la influencia social de la iglesia, por lo que defendía la secularización de la enseñanza<sup>36</sup>.

La postura de Teófilo Braga ante la cuestión religiosa estaba condicionada por sus presupuestos ideológicos. Desde el punto de vista racional, la religión era juzgada como un lastre del pasado, superable por el progreso de las mentalidades. Desde el punto de vista social, Teófilo consideraba excesiva la influencia que la Iglesia tenía en la sociedad portuguesa. La iglesia era, junto a la monarquía, otra de las culpables del estado de decadencia en el que se encontraba Portugal. Se ensañaba sobremanera con la Compañía de Jesús en la parte cuarta de su libro *Soluções positivas da política portuguesa*<sup>37</sup>. Por ello defendía la separación de la Iglesia y el Estado, la igualdad civil y política para todos los cultos, la libertad de conciencia o el registro civil, entre otras medidas.

Magalhães Lima, como activo miembro del movimiento librepensador, destacó por su anticlericalismo. Manifestaba la imposibilidad de conciliar fe y razón, por lo que deseaba sustituir al culto a la religión por el culto a la razón y a la ciencia, la única que podría esclarecer los orígenes del hombre. Atacó, como no podía ser de otra manera dada su influencia librepensadora, la influencia de la religión y, sobre todo, de las congregaciones religiosas en la sociedad portuguesa, para lo cual se embarcó en una cruzada laicizadora que incluía la reivindicación de medidas como la separación de iglesia y estado, la laicización de los ritos del matrimonio y muerte, la secularización de la enseñanza, etc. Lima superó el modelo de “iglesia libre en Estado libre” que proponían sus correligionarios y se adhirió al modelo “iglesia libre en Estado indiferente”<sup>38</sup>.

En Portugal, por tanto, los republicanos analizaban a la religión bajo la luz del racionalismo. Veían en ella un elemento del pasado superable por la ciencia y el progreso, por lo que manifestaban la imposibilidad de conciliar razón y fe. Desde el punto de vista de la influencia social, consideraban a la Iglesia culpable, junto a la monarquía, de la decadencia portuguesa, y una rémora para el progreso de la nación. Por eso, defendían medidas tendentes a la secularización y laicización del Estado, como la separación de Iglesia y Estado, la libertad de conciencia, la libertad de cultos, el registro civil, etc. Pero sobre todo, estaban preocupados por la influencia que había tenido la Iglesia sobre la educación a través de las órdenes religiosas, por lo que ponían el acento en la secularización de la enseñanza.

A este panorama general debemos añadir algunas puntualizaciones. Rodrigues de Freitas, desde una posición católica, manifestó en el parlamento que sí había posibilidad de conciliar religión y libertad. En el extremo contrario, Magalhães Lima hizo gala de un ferviente anticlericalismo, que le hizo superar el modelo “Iglesia libre en Estado libre”, en el que el Estado permite todas las confesiones religiosas, y sustituirlo por el modelo “Iglesia libre en Estado indiferente”, en el que el Estado se mostraba hostil a la religión.

Por la parte española, Emilio Castelar analizó la cuestión religiosa desde un punto de vista católico y liberal-republicano, dos de las características de su pensamiento. Para él, era

<sup>36</sup> *Diário da Câmara dos srs. Deputados* (sessões de 19 e 25 de Janeiro de 1889, sessão de 30 de Maio de 1889), 1795. Lucília Rosa Mateus Nunes, “Zófimo Consiglieri Pedroso: vida, obra e acção política”, 120, 138-142.

<sup>37</sup> Teófilo Braga, *Soluções positivas da política portuguesa*, Vol. II (Porto: Livraria Chardron, Lello & Irmão editores, 1912), 229-306.

<sup>38</sup> Sebastião Magalhães Lima, *Padres e reis* (Porto: Imprensa portuguesa, 1873); Sebastião Magalhães Lima, “O papa perante o século”, in *A vida dum apóstolo. Escritor*, (Lisboa: Imprensa Lucas, 1930), 100-120; Sebastião Magalhães Lima, *A vida dum apóstolo. Jornalista* (Lisboa: Imprensa Lucas, 1930), 55-57, 71-80, 87-88, 91-92, 199-201; Maria Rita Lino Garnel, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, 81-117.

posible conciliar la religión católica con las ideas liberales. Manifestaba que la religión era necesaria para el hombre, pero tratándose de una opción de conciencia personal resultaba imprescindible respetar la libertad individual. De ese pensamiento derivó en un primer momento su defensa de la libertad de cultos y la separación entre iglesia y Estado. Sin embargo, en la Restauración, el pensamiento de Castelar mudó en lo que se refería a la cuestión religiosa, moderándose notablemente. Durante los años 80 del siglo XIX, aunque seguía defendiendo la libertad de cultos, apostaba por una Iglesia privilegiada, renegaba por tanto de la separación entre Iglesia y Estado, y un clero pagado por el presupuesto del Estado<sup>39</sup>.

Ruiz Zorrilla poseía un muy matizado anticlericalismo. Defendía la separación de Iglesia y Estado bajo el principio de libertad de todas las creencias religiosas, la secularización del Estado y una instrucción primaria de carácter laico<sup>40</sup>.

Nicolás Salmerón, desde los presupuestos krausopositivistas, que rozaban con el agnosticismo, entendía la idea religiosa como un proceso personal que se alcanzaba de forma libre y sin injerencias externas. Por ello defendía la libertad religiosa y la separación entre Iglesia y Estado bajo la fórmula de una Iglesia libre y un Estado libre. En materia de la influencia social de la Iglesia, los krausistas pusieron especial énfasis en el tema educativo a través del laicismo escolar. Había que separar el plano de la conciencia del plano educativo, dejando a la escuela como un terreno neutral en el plano religioso<sup>41</sup>.

La crítica a la religión y a la Iglesia ocupa un considerable espacio en la obra de Pi y Margall. En primer lugar, Pi ejerce hacia la religión una crítica desde el plano racional. Declarándose panteísta, negaba cualquier realidad trascendente al mundo, criticando la idea de Dios y la religión revelada. Afirmaba que la religión vivía porque acompañaba al hombre en todos sus actos, desde el nacimiento, bautizándose, hasta la muerte, el funeral. Según él, la razón habría venido a examinar la fe, y por lo tanto empezaba la obra de la destrucción del cristianismo.

Seguidamente, Pi realizaba hacia la religión y la iglesia una crítica histórico-social. Pi era consciente del papel jugado por ellas en el sostenimiento de las posiciones más conservadoras y en el atraso intelectual del país. Por eso, defendía, entre otras medidas, la separación entre iglesia y estado, la libertad de cultos, y la abolición del juramento, el matrimonio y el registro civil<sup>42</sup>.

En España, la postura republicana ante el hecho religioso basculaba entre la posición que mantuvo Castelar con la del resto de sus correligionarios. El político gaditano, desde un sincero catolicismo, manifestaba la necesidad de la religión para el hombre y la posibilidad de conciliar la religión católica con las ideas liberales. Ello contrastaba radicalmente con la

<sup>39</sup> María Carmen Ruiz de la Cierva, "La cuestión religiosa en la oratoria de Emilio Castelar", in *Emilio Castelar y su época. Actas del I Seminario Emilio Castelar y su época. Ideología, Retórica, Poética* (Cádiz, 2001), 307-319; Jorge Vilches García, *Emilio Castelar. La Patria y la República*, 239, 253.

<sup>40</sup> Andrés de Blas Guerrero, *Tradicón republicana y nacionalismo español*, 89; Miguel Artola Gallego, *Partidos y programas políticos. 1808-1936*. II vol., 184-187.

<sup>41</sup> Manuel Suárez Cortina, "El institucionismo y la cultura política republicana en la Restauración", 192-195; Manuel Suárez Cortina, "El reformismo institucionista. La cultura política del republicanismo de cátedra", in *República y modernidad. El republicanismo en los umbrales del siglo XX*, ed. Manuel Morales Muñoz (Málaga: Diputación de Málaga, 2006), 45-49.

<sup>42</sup> Juan Trias Vejarano, "La crítica a las instituciones tradicionales en Pi y Margall", in *Homenaje a José Antonio Maravall*, vol. III (Madrid: CIS, 1985), 423-429; Isidre Molas, *Ideario de Pi y Margall*, 45-48.

concepción que, sobre la religión, tuvieron los demás líderes, que la examinaban a la luz de la razón.

Lo mismo ocurre con la influencia social de la Iglesia. Mientras que Castelar quería una Iglesia católica privilegiada a pesar de defender la libertad de cultos, el resto de tribunos perseguían la separación de Iglesia y Estado, la libertad de cultos, la secularización nacimiento, matrimonio y muerte y, sobremanera, la laicización de la enseñanza.

En términos comparativos, podemos decir que existió una línea común entre los republicanos de ambos lados de la frontera; una línea que estaba demarcada por la consideración de la imposibilidad de conciliar razón y fe en la contemporaneidad, y por la sustracción de la sociedad a la influencia eclesial y la completa laicización de todos los ámbitos del Estado. De esta línea, que podría considerarse el centro del pensamiento republicano al respecto de la religión, se desmarcaban algunos hacia derecha e izquierda. Hacia la derecha, Rodrigues de Freitas y Castelar, desde una postura católica-liberal coincidirían en la posibilidad de conciliar religión y libertad, aunque el político español se mostró contrario a la separación de Iglesia y Estado. Hacia la izquierda, desde el librepensamiento, Magalhães Lima sostuvo posturas anticlericales muy radicales tendentes a la eliminación de toda religión de la vida pública.

## 6. Problema social

Para Rodrigues de Freitas la cuestión social era un problema fundamentalmente económico, oponiéndose frontalmente al socialismo y negando que existiera una lucha entre capital y trabajo. Él, como ya hemos visto anteriormente, era liberal e individualista en lo económico, a pesar de lo cual era sensible a los problemas de la clase operaria. Teniendo en cuenta esto, las soluciones que proponía para estos problemas eran los propios de un capitalismo moralizante, y pasaban por el aumento de los salarios, la competencia de los empresarios, la asociación de los operarios, el estudio de los sufrimientos de las clases operarias, la disminución del grado de igualdad y, en definitiva, el progreso de los buenos sentimientos y de las fuerzas productivas en general, que permitiría que el ejercicio de la libertad condujese gradualmente a la justicia mediante una evolución natural y pacífica<sup>43</sup>.

Consiglieri Pedroso, de igual forma, rechazaba las corrientes utópica y socialista y, en vez de lucha de clases, hablaba de abrazo fraternal entre ellas. Las soluciones que ponía encima de la mesa para solventar el problema obrero pasaban por el estudio de la condición moral, intelectual, económica e higiénica de las clases trabajadoras<sup>44</sup>.

La concepción de Teófilo Braga sobre el problema social se alimentaba de las diferencias que mantenía con el socialismo, y en particular con Antero de Quental, y de la influencia del pensamiento positivista. En primer lugar, Teófilo no sólo negaba el conflicto entre burguesía y proletariado, sino que vinculaba a ambas clases sociales porque para él la burguesía era la parte más adelantada del antiguo proletariado de la edad media. Además, rechazaba la

---

<sup>43</sup> José Joaquim Rodrigues de Freitas, *Novas páginas avulsas*, pp. 43-88. Manuel Ferreira Rodrigues, "Rodrigues de Freitas e a indústria. Um confronto com Oliveira Martins", in *Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos. Actas do Colóquio*, orgs. António Almodovar; Jorge Fernandes Alves; Maria do Pilar Garcia, 69-75; Maria de Fatima Da Silva Brandão, "O mercado no pensamento de Rodrigues de Freitas", in *Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos. Actas do Colóquio*, orgs. António Almodovar; Jorge Fernandes Alves; Maria do Pilar Garcia, 85-89; António Almodovar, "A equação da vida humana: a economia política de Rodrigues de Freitas", in *Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos. Actas do Colóquio*, orgs. António Almodovar; Jorge Fernandes Alves; Maria do Pilar Garcia, 109-116.

<sup>44</sup> *Diário da Câmara dos srs. Deputados* (sessão de 18 de Março de 1885), 791. Lucília Rosa Mateus Nunes, "Zófimo Consiglieri Pedroso: vida, obra e acção política", 129-131.

concepción socialista del proceso histórico en término de lucha de clases, porque su lógica no era esa, sino la del enfrentamiento entre regímenes.

Por otra parte, como decíamos, Braga aplicaba al problema social los principios de la filosofía positivista en la que él militaba, en particular las concepciones de Comte y Littré. Teófilo quería incorporar al proletariado a la sociedad moderna, por lo que proponía la necesidad de una pedagogía social que convirtiera en dominantes a los deberes sobre los derechos y que permitiera establecer un vínculo de confianza entre los que piensan y los que trabajan. Su finalidad era la de armonizar las clases y emprender una reorganización pacífica de la sociedad llevada a cabo desde el punto de vista de la mutualidad social, con el objetivo de situar de un mismo lado al proletariado y a la clase media. Se trata, en definitiva, de un “capitalismo moralizado”<sup>45</sup>.

Magalhães Lima se definía a sí mismo como republicano socialista. Alejado del liberalismo individualista y del socialismo de raíz marxista, siguió las directrices del socialismo cooperativo de Proudhon, por lo que apostaba por el establecimiento de asociaciones de socorros mutuos de trabajadores. Su ideal político y su teoría social provenían del contractualismo y apuntaban hacia la idea del *self-government*, por el que los poderes del Estado estarían limitados por las fuerzas colectivas organizadas en asociaciones. Al proudhonismo unió Lima los principios del *solidarisme* francés, que defendía una República con preocupaciones sociales en búsqueda de la armonía y mutualismo entre las diferentes clases sociales. A partir de la década de los 90, Magalhães Lima se vio seducido por el socialismo integral de Benoît Malon, que consideraba el cooperativismo como una etapa intermedia y preparatoria de la República social.

A través de los ojos de estos cuatro tribunales, podemos decir que el republicanismo portugués rechazó los presupuestos del socialismo marxista, en el sentido de que negó la existencia de un conflicto entre el capital y el trabajo. Influenciados por el positivismo, que no distinguía a la burguesía del proletariado, aspiraban a la unión de todas las clases sociales, a establecer vínculos entre la clase que piensa y la que trabaja. Como soluciones al problema obrero proponían medidas que se pueden encuadrar dentro del liberalismo social, como la mejora de condiciones de vida de los trabajadores y el fomento del asociacionismo obrero.

Magalhães Lima unió al positivismo la influencia de Proudhon, el *solidarisme* francés y el socialismo integral, por lo que su concepción del problema social es un tanto distinta que la de sus correligionarios.

Castelar, como ya hemos apuntado anteriormente, era un liberal individualista opuesto a cualquier tipo de socialismo. A pesar de ello, el político gaditano prestó atención al problema operario, para lo cual incidió en la importancia del derecho de asociación obrera. Deseaba el desarrollo de un movimiento sindical similar al británico que preservaría la independencia de los obreros y les procuraría un elemento a través del cual estarían en disposición de mejorar sus condiciones de trabajo de forma pacífica. Para Castelar el derecho de asociación obrera era la reforma económica más importante que un gobierno debería promover y, desde luego, fue el único pivote sobre el giró su política en el aspecto social<sup>46</sup>.

Salmerón, al igual que en el tema económico, procuraba para el problema social una solución a medio camino entre el liberalismo clásico y el socialismo. Inspirado en los prin-

<sup>45</sup> Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, 269-309.

<sup>46</sup> Nancy Rosenblatt, “Emilio Castelar, teórico, publicista y político republicano”, *Revista de Estudios Políticos* (n° 186, 1972), 200-201.

cipios krausistas, los positivistas y el *solidarisme* francés, Salmerón buscaba la armonía y la solidaridad entre las clases sociales, entre los que piensan y los que trabajan, a través de un programa de reformas lento y gradual. Los obreros, para Salmerón, constituían la izquierda del partido republicano, pero antes de tomar responsabilidades políticas era necesario que se instruyeran bajo la tutela republicana. El papel del Estado debía ser el de intervenir en las relaciones sociales mediante el establecimiento de un marco jurídico para la libre negociación entre las partes<sup>47</sup>.

Pi y Margall fue un paso más allá que sus correligionarios españoles en cuanto al problema social, situándose entre el liberalismo social y el socialismo. Por una parte, su adscripción al liberalismo social viene determinada por las soluciones de aplicación inmediata que propone en su programa de partido, medidas de tinte reformista que tendían a la mejora de condiciones de vida de los trabajadores. Sin embargo, Pi nunca dejó, asimismo, de formular soluciones al problema obrero tendentes no sólo a la mejora de la situación operaria, sino a su completa emancipación, que se podrían encuadrar dentro del socialismo. Hay que remarcar que Pi no entendía el socialismo como un fin en sí mismo, al modo en que lo hacían los marxistas, sino que el socialismo era para él un conjunto de medidas dedicadas a la emancipación de la clase trabajadora. Le diferenciaba del socialismo marxista que él rechazaba la vía violenta para lograr la emancipación del cuarto estado, ya que predicaba el gradualismo y el legalismo, y que no concebía tal emancipación como un proceso de expropiación, sino como un proceso de igualación, ya que la revolución democrática fundiría todas las clases en una única clase<sup>48</sup>.

En España, los diagnósticos y soluciones al problema obrero son variopintas. Mientras que Castelar operaba desde presupuestos capitalistas y antisocialistas proponiendo como única solución al problema operario el derecho de asociación obrera, Salmerón lo hacía desde un liberalismo social, reformista, buscando la armonía y solidaridad entre las clases sociales; Pi y Margall se situaba entre el liberalismo social reformista y el socialismo, buscando a la vez la mejora de las condiciones de vida del proletariado y su emancipación a través de la igualación de las diferentes clases sociales.

En conjunto, podemos decir que los republicanos ibéricos respondían al problema social de forma mayoritaria desde los presupuestos del liberalismo social, esto es, desde un reformismo lento y gradual, alejado tanto del liberalismo clásico capitalista como del socialismo marxista. Proponían reformas no tendentes a la emancipación de la clase obrera, sino encaminadas al logro de una sociedad en la que las clases sociales, el capital y el trabajo, caminaran en la misma dirección, dentro de una armonía y solidaridad sociales.

A este panorama debemos incluir por un lado la excepción de Castelar, cuyos presupuestos se asemejan más a los del capitalismo moralizador; por otro, los casos de Pi y Margall y de Magalhães Lima, que aunque alejados del socialismo marxista, fueron un paso más allá del liberalismo social en sus propuestas, influidos por Proudhon y otras corrientes de pensamiento europeo.

---

<sup>47</sup> Pere Gabriel, "Republicanism federal y Salmerón: encuentros y desencuentros", 128-130; Manuel Suárez Cortina, "El institucionalismo y la cultura política republicana en la Restauración", 182-185; Manuel Suárez Cortina, *El gorro frigio. Liberalismo, Democracia y Republicanismo en la Restauración*, 146-168.

<sup>48</sup> Juan Trias Vejarano, "Pi y Margall: entre el liberalismo social y el socialismo", *Historia y Política* (nº 6, 2001), 91-120; Juan Trias Vejarano, "El pensamiento político y social de Pi y Margall", in *Francisco Pi y Margall y el Federalismo*, ed. Isidre Molas (Barcelona: ICPS, 2002), 40-52.

## 7. Conclusiones generales

El republicanismo de ambos lados de la frontera se vio influenciado por la filosofía positivista. En Portugal esa influencia fue extremadamente determinante para la consolidación de la idea republicana, mientras que en España si bien tuvo su importancia, los tribunos republicanos mezclaron el positivismo con otras influencias previas.

Acerca del modelo de Estado que defendían, todos ellos coincidieron en mostrarse contrarios al centralismo que caracterizaba los regímenes monárquicos, que estrangulaba la iniciativa de las diferentes partes del Estado. Por tanto, todos ellos eran partidarios de suprimir ese sistema por otro mucho más centralizado. Las discrepancias comenzaban en el grado de descentralización que cada uno de ellos concedía al Estado, desde la simple descentralización administrativa hasta el federalismo.

En cuanto al iberismo cabe decir que por el lado republicano español fue un tema que no hizo sino recoger unanimidades, mientras que en el republicanismo portugués suscitó divisiones entre partidarios y detractores de la unión política ibérica. Además, los iberistas republicanos portugueses rechazaban la fórmula de unión o fusión con España, considerando solamente la fórmula de la federación ibérica. A pesar de ello, estos federalistas sostuvieron recelos hacia la hegemonía peninsular española, exigiendo la regionalización de una España republicana y subrayando el papel hegemónico de Portugal antes de establecer esa unión política.

Con respecto al problema religioso hubo grandes semejanzas entre los republicanos de uno y otro lado de la frontera. Coincidían en considerar la imposibilidad de conciliar razón y fe en la contemporaneidad, y por la sustracción de la sociedad a la influencia eclesial y la completa laicización de todos los ámbitos del Estado. De esta línea se desmarcaron, en un sentido más conservador, Rodrigues de Freitas y Castelar, que desde una postura católica-liberal coincidirían en la posibilidad de conciliar religión y libertad. Por otra parte, operando desde el librepensamiento, Magalhães Lima sostuvo posturas anticlericales muy radicales tendentes a la eliminación de toda religión de la vida pública.

En relación al problema social, los republicanos ibéricos respondían a las demandas obreras, de forma mayoritaria, desde los presupuestos del liberalismo social, esto es, desde un reformismo lento y gradual, alejado tanto del liberalismo clásico capitalista como del socialismo marxista. Proponían reformas no tendentes a la emancipación de la clase obrera, sino encaminadas al logro de una sociedad en la que las clases sociales, el capital y el trabajo, caminaran en la misma dirección, dentro de una armonía y solidaridad sociales.

Como excepción a esta regla general debemos incluir desde la derecha a Castelar, cuyos presupuestos se asemejan más a los del capitalismo moralizador; por la izquierda sobresalen los casos de Pi y Margall y de Magalhães Lima, que aunque alejados del socialismo marxista, fueron un paso más allá del liberalismo social en sus propuestas, influidos por Proudhon y otras corrientes de pensamiento europeo.

Hugo Silveira Pereira<sup>1</sup>

## Um Banco na Misericórdia de Viana do Castelo

R E S U M O

*na segunda metade do século XIX, os governos portugueses acreditavam que o desenvolvimento do Reino passava pelo fomento do crédito à agricultura, pelo aperfeiçoamento das comunicações e pelo desenvolvimento da educação. Em 1866 e 1867, na tentativa de atingir o primeiro daqueles objectivos, o governo publicou duas leis que permitiam às Misericórdias, confrarias e irmandades o uso dos seus capitais para a formação de bancos agrícolas e industriais. Em Viana do Castelo, a Misericórdia local aproveitou-se desta lei e criou o Banco Agrícola e Industrial e Vianense.*

*PALAVRAS-CHAVE: banca, bancos rurais, crédito agrícola, Misericórdias*

A B S T R A C T

*on the second half of the XIX century, the Portuguese governments believed that the development of the kingdom required the widening of the credit to agriculture and the fostering of communications and education. In 1866 and 1867, to achieve the first of those requirements, the government published two laws that allowed charity institutions like the Misericórdias to use their assets in order to create rural and industrial banks. In Viana do Castelo, the local Misericórdia took advantage of that law and created the Banco Agrícola e Industrial Vianense.*

*KEYWORDS: banking, rural banks, rural credit, Misericórdias*

### Introdução I – Problemática e objectivo da pesquisa

A implantação do liberalismo em Portugal não foi um processo simples nem fácil. Depois do golpe de 1820 e da constituição de 1822, o reino conheceu um período de instabilidade política e social que durou perto de 30 anos. No início da década de 1850, um grupo de homens, cansados desta situação, planeiam pôr-lhe fim. A oposição ao governo de Costa Cabral (que ironicamente tinha conseguido estabilizar o país, se bem que à custa de atropelos à legalidade parlamentar e constitucional) reuniu-se para o depor, o que aconteceu com o golpe do primeiro de Maio de 1851, dando início a um período historicamente conhecido como Regeneração<sup>2</sup>.

Os governos que se seguiram esperavam colocar Portugal ao mesmo nível dos países europeus do Norte da Europa através do desenvolvimento das comunicações (sobretudo caminhos-de-ferro<sup>3</sup>), da extensão da instrução e do alargamento do crédito. Neste último, o crédito agrícola assumia um importante papel, pois acreditava-se que ao fornecer capital aos agricultores, estes poderiam desenvolver as suas terras e aumentar a produção. Neste período, vários *economistas* portugueses asseveravam que o futuro de Portugal passava pelo

---

<sup>1</sup> Centro de Investigação Transdisciplinar, Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>2</sup> A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, eds., *Nova História de Portugal*, IX e X (Lisboa: Editorial Presença, 2002-2004).

<sup>3</sup> Hugo Silveira Pereira, “Caminhos-de-ferro nos Debates Parlamentares (1845-1860)” (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 2008).

desenvolvimento agrícola que permitiria aos portugueses adquirir bens transformados por troca com produtos agrícolas<sup>4</sup>.

Com este estudo pretende-se lançar alguma luz sobre a questão do crédito agrícola em Portugal, pelo exemplo de uma instituição que procurou singrar nesta área – o Banco Agrícola e Industrial Vianense – através do aproveitamento da moldura legal criada pelo Estado em 1866 e 1867 pelas leis de 22 de Junho de 1866 e 22 de Junho de 1867, como veremos. Assim, procurou-se saber que novas condições criavam aquelas leis e que aceitação conheceram. Pelo lado do banco tentou-se conhecer em que circunstâncias surgiu, que objectivos se propôs, que evolução conheceu e de que maneira desapareceu, de modo a perceber se de facto as medidas governamentais foram coroadas de sucesso ou não. No final, far-se-á também uma pequena consideração acerca da opinião que alguns parlamentares tinham sobre a situação do crédito agrícola em Portugal anos antes do encerramento do Banco Vianense.

## **Introdução II – Algumas questões práticas**

O Banco Agrícola e Industrial Vianense é uma instituição praticamente desconhecida da historiografia nacional, malgrado a sua especificidade (temporária, como veremos) dentro do panorama bancário português do século XIX.

A bibliografia e as fontes sobre esta matéria, não sendo abundantes, não são de todo escassas. Para este tipo de instituições, os estatutos, os relatórios e contas (ou seu equivalente), as actas dos corpos sociais e a correspondência enviada e recebida são os principais testemunhos da sua actividade. No caso deste banco, os relatórios existem quer nos registos da Santa Casa de Viana do Castelo (dada a cumplicidade existente entre ambos os estabelecimentos), quer na estatística oficial do ministério das Obras Públicas, contudo não são mais que algumas cifras manuscritas nas actas das reuniões da Mesa da Misericórdia, nas quais se encontram também alguns acontecimentos da vida do banco. Estão ainda disponíveis os estatutos do banco (no fundo documental da Santa Casa à guarda do Arquivo Distrital de Viana do Castelo e no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, não se tendo encontrado nenhum registo nem no Diário do Governo, nem nos notários de Viana, como acontecia para outras instituições bancárias) e alguma correspondência entre o banco e uma outra instituição financeira que tomaria o seu controlo (como veremos a seu tempo), além de informação solta em anuários e almanaques.

## **Bancos agrícolas e industriais: enquadramento legal**

Após o golpe da Regeneração, rapidamente os parlamentares portugueses apresentaram projectos no sentido de aplicar os efeitos multiplicadores do crédito à agricultura.

Em 1852, os deputados Braamcamp, Derramado, conde de Vila Real e barão de Almeirim apresentavam um projecto sobre hipotecas propondo um sistema semelhante ao que era usado no centro da Europa, onde os bancos actuavam como elo de ligação entre o credor e o devedor, garantindo àquele a quantia em dívida através dos bens hipotecados por este. Asseguravam que isto era suficiente para fazer baixar a taxa de juro e aumentar o capital financeiro investido na agricultura<sup>5</sup>. Contudo, este projecto nunca seria discutido no parlamento nem tampouco considerado pelas comissões parlamentares. Cerca de um

---

<sup>4</sup> António Almodôvar e José Luís Cardoso, *A History of Portuguese Economic Thought* (Londres: Routledge, 1998), 56 e ss.

<sup>5</sup> *Diário da Câmara dos Deputados* (DCD), 27-3-1852, 319-323.

ano depois, José Maria Grande, um Par do reino, lembrava que o futuro da agricultura em Portugal estava intimamente ligado à capacidade de canalizar capital para o crédito agrícola<sup>6</sup>

Convém aqui referir que financiar a agricultura era um negócio de risco elevado (que implicava uma alta taxa de juro) e exigia condições especiais de modo a se tornar executável. Além disso, por esta altura e até à década de 1870, Portugal não tinha em actividade mais que 15 bancos, que preferiam apostar os seus capitais no desconto de letras de câmbio (dos emigrantes portugueses no Brasil), em títulos de dívida pública ou no financiamento do défice nacional (que oferecia um juro interessante mediante um risco inferior). Deste modo, as ideias para organizar um sistema de crédito agrícola realista continuaram a surgir no parlamento.

Em 1855, Martens Ferrão sugere a criação de companhias de crédito agrícola (mais uma vez à semelhança do modelo germânico), que permitiria aos agricultores dispor de dinheiro para investir, enquanto os protegia das práticas extorsionárias dos seus credores. A base deste sistema continuava a ser a hipoteca, a supressão da concorrência e a garantia do capital investido, mas também apresentava uma inovação em relação ao diploma apresentado dois anos antes: incluía as Misericórdias como possíveis prestamistas, uma vez que por um lado os capitalistas se sentiam mais atraídos por negócios mais rendosos e por outro lado “*desde muito que elles [estabelecimentos de misericórdia e confrarias] realisam de uma maneira todavia irregular, as funções de bancos ruraes*”<sup>7</sup>.

De novo a ideia nunca se consubstanciou em lei e o sector agrícola manteve-se com um apertado acesso aos mercados financeiros, apesar de já em Novembro do ano anterior ter sido publicado um decreto que regulava a criação de sociedades agrícolas que, contudo, pouco ligadas estavam à questão do crédito<sup>8</sup>.

Esta situação durou por pouco menos de uma década (malgrado o constante esforço de Martens Ferrão e do seu colega Morais de Carvalho) até que em 19 e 20 de Junho de 1863 o parlamento aprovou uma lei sobre companhias de crédito rural<sup>9</sup>. A lei foi aprovada pelo rei em 13 de Julho e postulava que estas companhias não se podiam dedicar a outro negócio que não o crédito agrícola e industrial e que deviam restringir as suas actividades a áreas geográficas predeterminadas. Em contrapartida podiam emitir obrigações e estavam livres de qualquer tipo de taxaço. Todavia, à lei faltava regulação e supervisão, pechas que a tornaram inconsequente, em termos de crédito agrícola<sup>10</sup>.

A concepção de se usar os bens das Misericórdias e organizações semelhantes é retomada por Mouzinho de Albuquerque e Aires de Sá (em 1863 e 1865), mas só em 1866 e 1867 seria transformada em lei por iniciativa do então ministro das Obras Públicas, Andrade Corvo (22 de Junho de 1866)<sup>11</sup>. Os seus artigos 12.º e 13.º estatuíam que os bens das Misericórdias podiam ser usados para formar bancos de crédito agrícola e industrial, transformando-os em obrigações fiduciárias desses bancos. Exactamente um ano depois, a lei de 22 de Junho de 1867 regula a formação destas instituições. Só podiam operar num determinado distrito

<sup>6</sup> *Diário do Governo* (DG), sessão da câmara dos Pares de 21-5-1853, 717.

<sup>7</sup> *DCD*, 4-5-1855, 54. Ver também Laura Larcher Graça, *Propriedade e Agricultura: Evolução do Modelo Dominante de Sindicalismo Agrário em Portugal* (Lisboa: Conselho Económico e Social, 1999), 81 e ss. e 118.

<sup>8</sup> *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa* (COLP), 1854, 774 e ss.

<sup>9</sup> *Diário de Lisboa*, sessões da câmara dos deputados de 19-6-1863 e 20-6-1863.

<sup>10</sup> Laura Larcher Graça, *Propriedade e Agricultura...*, 87 e ss. Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário Português* (Lisboa: Banco de Portugal, 2006), 126-128.

<sup>11</sup> *COLP*, 1866, 254 e ss.

(o seu) e só podiam negociar com pessoas que directamente se dedicassem à agricultura ou à indústria, quer através de empréstimos (garantidos pelos meios de produção dos devedores), quer através da captação de poupanças. Estas contas de poupança, bem como os capitais próprios das Misericórdias e os capitais reunidos através da emissão de acções e obrigações (garantidos pelos empréstimos concedidos) seriam as fontes financeiras dos bancos. Porém, além daquelas operações, os bancos agrícolas podiam também trabalhar com letras de câmbio e conceder empréstimos de curto prazo (conta-corrente) como qualquer outro banco comercial. Como auxílio à sua actividade, o Estado libertava-os de qualquer obrigação fiscal, mas em contrapartida os seus estatutos necessitavam de ser aprovados pelo governo (algo a que os outros bancos não estavam obrigados), que podia também demitir os seus directores em caso de não-cumprimento da lei<sup>12</sup>.

Uns dias mais tarde, Andrade Corvo envia uma circular a todos os governadores civis pedindo-lhes para que publicitassem a lei junto das Santas Casas dos seus distritos, mostrando-lhes como poderia aumentar os seus recursos além de adicionar o desenvolvimento da agricultura e da indústria à sua vocação de caridade. Além do mais, esta seria uma forma de convencer os capitalistas portugueses e os seus potenciais clientes que investir na agricultura podia ser uma actividade vantajosa para o interesse privado e para o interesse público<sup>13</sup>. A necessidade sentida pelo ministro de usar os poderes locais para promover a lei era um indicador de que fraca seria a sua aceitação pelas entidades visadas. E de facto, foi isso que aconteceu. Só três Misericórdias tomariam partido da lei, sendo uma delas a de Viana do Castelo (as outras seriam as de Faro e Viseu).

### O Banco Agrícola e Industrial Vianense

O Banco Agrícola e Industrial Vianense (também designado de Banco da Misericórdia [de Viana do Castelo], Banco Agrícola, Banco Agrícola Industrial de Viana ou Banco Industrial Vianense) foi, a par do Banco Agrícola e Industrial Viseense e do Banco Agrícola e Industrial Fareense, uma das poucas instituições que aproveitaram o enquadramento legal criado pelo ministro Andrade Corvo através das leis de 22 de Junho de 1866 e de 22 de Junho de 1867. Havia também no Porto em 1875 um banco com firma similar – o Banco Agrícola e Industrial da Estremadura – mas que nenhuma ligação a qualquer Misericórdia tinha<sup>14</sup>. Beneficiou também de condições económicas e financeiras favoráveis que se verificaram na década de 1870: abundância de capitais no Norte de Portugal, aumento do câmbio do Brasil sobre Londres, perspectivas de lucro que os bancos e o jogo com os títulos de dívida do Estado prometiam e inexistência de instituições bancárias na cidade de Viana<sup>15</sup>.

Surgiu em 1873 por iniciativa do escrivão da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, José Joaquim de Araújo Salgado, que após ter consultado juristas e responsáveis de localidades onde funcionavam bancos análogos (provavelmente o de Viseu), redigira o projecto de estatutos. Em sessão da Mesa da Santa Casa de Viana de 9 de Fevereiro de

<sup>12</sup> COLP, 1867, 180 e ss.

<sup>13</sup> *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria* (1867, n.º 9, Setembro), 200-202.

<sup>14</sup> Hugo Silveira Pereira, “Banco Agrícola e Industrial da Estremadura” in *Dicionário de História Empresarial* (no prelo).

<sup>15</sup> Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário Português*, 131-134. João Pinto da Costa Leite (Lumbrals) – *Organização bancária portuguesa* (Coimbra: Coimbra Editora, 1927). Jaime Reis – “Os Bancos Portugueses 1850-1913” in *Anais da Conferência Internacional de História de Empresa* (Niterói, [s.n.], 1991), 42-91.

1873, Araújo Salgado apresenta os estatutos, sendo também autorizado a tratar de todas as operações necessárias para organizar o estabelecimento, designadamente a venda de títulos de dívida pública na posse da Misericórdia. No entanto, dada a seriedade da questão, foi necessário convocar o Definitório da Misericórdia. A 13 de Fevereiro, em sessão da Mesa Definitória, o provedor António Pinto de Araújo Correia reafirma as vantagens económicas e morais do banco, quer para o futuro da Santa Casa, quer para a própria cidade de Viana e povoações vizinhas. A possibilidade de emitir acções era vista como algo que tornaria o banco apelativo a um maior número de indivíduos, além dos irmãos da Misericórdia. Na sessão seguinte realizada uma semana depois (20 de Fevereiro) o projecto seria aprovado apesar da oposição de quatro dos definidores, que rejeitavam a venda dos títulos de dívida pública referidos anteriormente e não acreditavam na rendibilidade do banco, o qual, na sua opinião, apenas serviria para fazer usura<sup>16</sup>.

Segundo Costa Godolfim, a 20 de Março de 1873, seria publicado o decreto governamental que autorizava a criação do Banco Agrícola e Industrial Vianense, mas nenhum dado que suportasse essa afirmação foi encontrado<sup>17</sup>. Entretanto, com a ajuda de Alfredo Peixoto (deputado regenerador de Ponte de Lima e membro da Santa Casa)<sup>18</sup>, Araújo Salgado conseguiu a necessária autorização governamental para vender os títulos do tesouro pertencentes à Misericórdia que formariam parte do capital do banco (lei de 9 de Abril de 1873). A 8 de Junho seguinte, a Mesa da Misericórdia aprova os estatutos (entretanto alterados pelo Ministro das Obras Públicas, o regenerador António Cardoso Avelino), os quais são redigidos oficialmente em 14 de Junho e assinados no Paço por aquele ministro em 8 de Julho. O banco nascia, malgrado a guerra surda movida por ex-irmãos da Santa Casa<sup>19</sup>.

Segundo D. Luís de Castro<sup>20</sup> e João Aquiles Ripamonti<sup>21</sup>, os estatutos deste banco eram um decalque dos estatutos do Banco Agrícola e Industrial Viseense. A nova instituição, de duração indefinida, estava sedeadada no rés-do-chão do edifício da Misericórdia de Viana (mais precisamente na casa da cera, ao lado da casa mortuária, da casa de autópsias, da sala de inspecção das toleradas e dos quartos para alienados e presos), na Praça da Rainha, actual Praça da República, de Viana do Castelo (freguesia de Santa Maria Maior). Em 1897, pensou-se em estabelecer a sala de despacho e a casa do banco no 2.º andar da Misericórdia, mas a liquidação iniciada em 1898 interrompeu esse projecto.

O seu capital era composto da seguinte forma: por 13,1 contos de réis representativos de capitais possuídos e administrados pela Irmandade da Misericórdia; pelo que produzissem a venda de 38 contos em títulos de dívida possuídas e administradas pela Misericórdia e que não resultassem da desamortização dos seus bens (operação que rendeu 17,424 contos); por 25 contos emitidos em 1 250 acções de 20 mil réis cada; pelas quantias que recebesse na

<sup>16</sup> Arquivo Distrital de Viana do Castelo (ADVC), *Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Livro de actas das sessões da Mesa*, 340 a 343.

<sup>17</sup> Costa Godolfim – *As Misericórdias* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1897).

<sup>18</sup> Fernando Moreira, “Alfredo Filgueiras da Rocha Peixoto (1848-1094)” in Maria Filomena Mónica, ed., *Dicionário Biográfico Parlamentar*, (Lisboa: ICS, vol. III, 2006), 197-200.

<sup>19</sup> Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), *Direcção-geral de Comércio e Indústria, Banco Agrícola e Industrial Vianense*, microfilme 148, imagens 335-348. *DG*, (1º semestre de 1875, n.º 64), 523-524. ADVC, *Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Estatutos do Banco Agrícola e Industrial de Viana do Castelo*.

<sup>20</sup> D. Luís de Castro, *Crédito Agrícola Democrático* (Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1911); D. Luís de Castro, “Le Crédit Agricole. 2. Les Misericordias” in *Le Portugal au Point de Vue Agricole*. (Lisboa, [s.n.], 1900), 870-878.

<sup>21</sup> João Aquiles Ripamonti, *O Crédito Agrícola e os Bancos Rurais* (Lisboa: Tipografia Portuense, 1888).

caixa económica e a título de depósito com juro; e pelo produto dos títulos fiduciários que o banco negociasse nos termos dos estatutos. Era-lhe ainda facultado a emissão de obrigações de 25 mil réis cada, representativas dos empréstimos realizados. Tudo somado representava um valor muito baixo em comparação com outros bancos que na altura se formavam com capitais de várias centenas de contos.

O seu fim era auxiliar e fomentar o progresso agrícola e industrial, por meio de empréstimos de capitais para o granjeio, arroteia, aquisição e melhoramento dos prédios rústicos e desenvolvimento da pequena indústria. Também deveria desenvolver o princípio da previdência, através de uma caixa económica, cujos depósitos seriam destinados às operações do banco e garantidos pelo seu capital.

As suas operações limitavam-se a pessoas e entidades que directamente exercessem a agricultura ou a indústria no concelho de Viana do Castelo ou nos concelhos limítrofes, e incluíam: empréstimo sobre penhores (bens móveis, gado, títulos de dívida pública, letras) e em conta-corrente, consignação de rendimentos e depósitos (de alfaias, títulos de crédito ou dinheiro).

Era administrado por três gerentes efectivos (e três substitutos), eleitos anualmente: dois pela Mesa da Misericórdia e o restante pelos accionistas com três ou mais acções, sendo que apenas podiam ser eleitos os irmãos da Santa Casa ou os accionistas do banco. A presença da Santa Casa nos destinos do estabelecimento era reforçada pelo papel do provedor como responsável pela convocação da Assembleia-geral de accionistas (praticamente era o presidente daquele órgão social). Por outro lado, era o Conselho de Distrito quem elegia anualmente os três membros do Conselho Fiscal do banco e o próprio Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia era tido e achado na apreciação do relatório da Gerência, a quem cumpria genericamente administrar e representar o banco, gerir o quadro de pessoal e responder perante o Conselho Fiscal, os accionistas e o provedor da Irmandade<sup>22</sup>.

Em 13 de Julho de 1873, tomam posse os gerentes propostos pelo Provedor da Santa Casa, a saber: como efectivos, José Luís Gonçalves Júnior (correspondente, em Viana, do Banco de Guimarães), Sebastião da Silva Neves e António Maria Baptista Camacho (um dos futuros fundadores do Banco de Viana); e como substitutos, José Martins Barbosa, José Lino Emílio e Vicente José da Cunha. Nos dias seguintes, são nomeados os restantes quadros do banco. As operações bancárias iniciaram-se em 1 de Outubro de 1873 tendo gerado até 30 de Junho de 1874 (último dia do ano económico do banco) um lucro de 1,913 contos (ou 495 réis por acção).

### **A metamorfose da instituição**

Se inicialmente a sua acção privilegiava o crédito agrícola e industrial, rapidamente, porém, alterou o banco a sua natureza, alegadamente para prevenir a sua ruína (e a da Misericórdia), causada pela concorrência movida pelo Banco Comercial de Viana<sup>23</sup>. Por outro lado, tornava-se necessário aumentar os prazos dos empréstimos, porque nenhum agricultor os conseguia cumprir. De igual modo se queixavam os directores do banco da limitação geográfica das operações imposta pela lei de Andrade Corvo. Deste modo, em

---

<sup>22</sup> ADVC, *Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Estatutos do Banco Agrícola e Industrial de Viana do Castelo*.

<sup>23</sup> Hugo Silveira Pereira, “Dois bancos vianenses: Banco de Viana e Banco Comercial de Viana”, *Cadernos Vianenses*, (vol. 43, 2009), 177-193.

Janeiro de 1874 o provedor da Santa Casa contacta a Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal em Lisboa, pedindo ajuda para modificar a natureza do seu banco agrícola. A Sociedade Geral era o resultado da transformação da Companhia de Crédito e Progresso Agrícola de Portugal, após a entrada de capitais franceses, a qual deturpara os objectivos iniciais daquela companhia<sup>24</sup>. Igual rumo seguiria o Banco Agrícola e Industrial Vianense.

A Sociedade Geral estava interessada na constituição de novos bancos agrícolas e industriais e na junção de esforços com os existentes. No entanto, estava também interessada na modificação da lei que os criara. O desenrolar do processo foi uma questão de oportunidade, que chegou ainda nesse ano de 1874, quando o governador de Viana do Castelo precisou de um empréstimo de 32 contos. Em Maio o banco enceta negociações com a Sociedade Geral para a execução de uma operação em comum tendo em vista a concessão daquele empréstimo, uma vez que a quantia em questão excedia a sua capacidade financeira. Das negociações emergiu a ideia de tornar a Sociedade accionista do Banco Industrial Vianense (pela duplicação do seu capital) que em troca se tornaria um seu agente<sup>25</sup>.

A proposta da Sociedade Geral foi aceite pela Misericórdia bem como pelo Conselho Fiscal e pelos accionistas do banco no dia 25 de Abril de 1874. Os estatutos foram alterados no dia seguinte e aprovados pelo ministro Cardoso Avelino em 30 de Junho de 1874<sup>26</sup>.

A nova constituição do banco afirmava que a Misericórdia de Viana do Castelo fundava o Banco Agrícola e Industrial Vianense. A nova instituição continuava a reger-se pelos ditames da lei de 22 de Junho de 1867, mas no art.º 2.º, § 2.º claramente se decretava que o banco podia operar como representante de outras companhias que tomassem parte do seu capital, designadamente a Sociedade Geral. O capital accionista passava a valer 50 contos dividido em 2500 títulos, aos quais a Misericórdia adicionava os seus 30,524 contos. Em termos directivos, a Santa Casa perdeu o direito de eleger dois directores, passando a eleger somente um deles. Os outros dois eram escolhidos pelos accionistas com mais de duas acções. Em termos práticos, a Sociedade Geral ficou com um dos directores anteriormente nomeados pela Santa Casa, uma vez que possuía metade do seu capital accionista (a outra metade estava nas mãos de pequenos investidores, a maior parte deles de Viana do Castelo)<sup>27</sup>.

Em suma, a Sociedade Geral tornava-se o principal accionista do Banco Agrícola e Industrial Vianense que assumia uma vertente eminentemente comercial, aproveitando também a grande latitude concedida às suas operações pela lei de 1867. Com a entrada da Sociedade Geral no banco, as operações deste, que anteriormente se dirigiram para a lavoura (através de empréstimos sobre penhores), passaram a assumir o carácter rotineiro de desconto de letras e operações sobre efeitos comerciais e fundos públicos. A instituição passou a funcionar mais como banco comercial do que como banco agrícola (não se notando quaisquer efeitos

<sup>24</sup> Laura Larcher Graça, *Propriedade e Agricultura...*, 88 e 118.

<sup>25</sup> Arquivo Histórico do Banco de Portugal (AHBP), *Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal, copiador de correspondência expedida para agências e vários*, CD051, SGAFP/024-1, Cartas 142 (25-1-1874) e 144 (26-1-1874). CD050, SGAFP/024-2, Cartas 61 (22-5-1874), 99 (30-5-1874), 233 (3-7-1874) e 363 (31-7-1874).

<sup>26</sup> AHMOP, *Direcção Geral de Comércio e Indústria, Banco Agrícola e Industrial Vianense*, microfilme 148, imagem 363. João Henrique Ulrich – *O Crédito Agrícola em Portugal (sua organização)* (Lisboa: Livraria Ferin Editora, 1908).

<sup>27</sup> AHMOP, *Direcção Geral de Comércio e Indústria, Banco Agrícola e Industrial Vianense*, microfilme 148, imagem 536. ADVC, *Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Livro de Actas das Sessões da Assembleia Geral*, 344. *Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Livro de actas das sessões da Mesa*, 340 a 343.

benéficos sobre a lavoura), aproveitando-se, segundo Basílio Teles, do facto de a lei não lhe limitar a taxa de juro praticada<sup>28</sup>.

Até à liquidação do banco iniciada em 1898, foram gerentes, pela parte da Santa Casa, António Fernando de Morais (1875/1876-1877/1878, 1879/1880), Manuel Joaquim Vieira (1878/1879), José Lino Emílio (1880/1881-1886/1887), António Maria Baptista Camacho (1887/1888-1891/1892) e José Júlio Pinto Ribeiro (1892/1893-1898/1899). Além destes foram também gerentes eleitos pelos accionistas José Luís Gonçalves Júnior (em 1875 e entre 1877 e 1879), Manuel Joaquim Vieira (em 1874/1875 e 1877/1878), António Fernando de Morais (1878/1879), António Maria Baptista Camacho (1894/1895-1897/1898), António de Abreu de Lima Pereira Coutinho (1897/1898 e 1898/1899) e João Augusto Loureiro da Rocha Páris (1894/1895-1898/1899)<sup>29</sup>.

A importância da Santa Casa na gestão do banco mantinha-se evidente. Uma vez que muitos dos accionistas eram também membros da Misericórdia, esta na prática continuou a eleger a maioria da direcção. Além disso a discussão dos relatórios da gerência (invariavelmente aprovados por unanimidade e sem discussão) era feita no Consistório da Misericórdia, perante os mesários, o Conselho Fiscal da Irmandade e o seu provedor (como presidente destas assembleias), além dos accionistas. E, tal como dantes, o Conselho Fiscal do banco era escolhido pelo Conselho de Distrito da Santa Casa.

No entanto, a própria Misericórdia fazia concorrência ao banco no que respeita à concessão de empréstimos a juros e sobre hipotecas. Em algumas ocasiões, era levantado dinheiro à ordem no banco para se aplicar na concessão de empréstimos por conta própria. Além disso, a Irmandade recorria também a instituições concorrentes para depósitos, para averbamento de títulos financeiros, para desconto de letras ou para aplicações financeiras. Sintomático desta política, foi a opção tomada em 1882 de levantar 365 mil réis da caixa económica do banco para se comprar títulos de empréstimo da Câmara Municipal de Viana do Castelo por se entender que era mais produtiva a aplicação desse capital em tais títulos. Todavia, o banco chegou a acudir às necessidades financeiras da Irmandade (1881), quando a despesa desta sobrepujou as suas receitas<sup>30</sup>.

Voltando às actividades do banco e no que concerne aos depósitos recebidos, o seu valor andou sempre em torno dos 17 contos. Os valores em caixa oscilaram entre os 16 contos em 1874 e os 800 mil réis em 1890, atingindo uma taxa média de cobertura dos depósitos na ordem dos 33%. Os seus lucros, inicialmente, mostraram-se promissores. Em crescendo até 1876, começaram a cair após a crise e recessão verificada e iniciada naquele

---

<sup>28</sup> AHBP, *Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal, Diário*, CD040, SGAFP/003, 40 e 48. *Livro do Razão*, CD043, SGAFP/005, 52. ADVC, *Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Livro de Actas das Sessões da Assembleia Geral*, 344. *Livro de actas das sessões da Mesa*, 340 a 343. Basílio Teles, *O Problema Agrícola (crédito e imposto)* (Porto: Livraria Chardron, 1899).

<sup>29</sup> Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno* (Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, vol. X), 357. *Almanaque de Viana e seu Distrito para 1896, 1898 e 1899* (Viana do Castelo: Livraria Académica e Religiosa, 1896, 1898). *Anuário Comercial de Portugal* (Anos XVI-XVII, XX, XXV, XLI) (Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1895-1897, 1900, 1905-1921). *Almanaque do Minho para 1894* (Famalicão: Manuel Pinto de Sousa, [s. a]). Ver também Fernando Moreira, “António Alberto da Rocha Páris (1836-1903)” in Maria Filomena Mónica, ed., *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol. III, 179-180 and Ana Cristina Silva, “Alberto Feio da Rocha Páris (1836-1912), 2.º visconde da Torre” in Maria Filomena Mónica, ed., *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol. III, 178-179.

<sup>30</sup> ADVC, *Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Livro de Actas das Sessões da Assembleia Geral*, 344. *Livro de actas das sessões da Mesa*, 340 a 343.

ano<sup>31</sup>. Contudo, entre 1876 e 1879 os lucros líquidos superaram os quatro contos, tendo o dividendo sido sempre superior a mil réis por acção (dividendo de 5 a 7%). A partir de 1880 e até 1898 rondaram os 3,5 contos. Os dividendos não mais ultrapassaram os 800 réis por acção (3-4%). Quando esta quebra dos lucros se verificou, a gerência optou por anular as verbas destinadas ao fundo de reserva. De facto, entre 1880 e 1884, o valor desta conta não aumentou. O contrário se verificou a partir de 1893. A partir deste ano (exceptuando o ano de 1895) foram atribuídas verbas colossais para fundo de reserva (sempre superiores a 500 mil réis e por vezes superiores a 1 conto de réis, quando antes o máximo fora de 200 mil réis)<sup>32</sup>. A liquidação aproximava-se. Em 1896, o banco convertia mais de 5 contos de letras em empréstimos garantidos por bens de raiz por se entender que assim a dívida ficava mais garantida, uma vez que a situação do banco não era nada abonatória (há também que ter em conta que a Sociedade Geral, que detinha metade do capital do banco, tinha começado o seu processo de liquidação em Setembro de 1895<sup>33</sup>). No ano seguinte, a gerência liquidava e suspendia os empréstimos sobre penhores, porque, sendo de pouca monta, eram sobrecarregados com uma taxa de imposto de selo excessiva e por vezes superior ao juro que auferiam.

### Últimos dias

Apesar destas medidas, em 1898 iniciar-se-ia o processo de liquidação do Banco Agrícola e Industrial Vianense, na sequência da grave crise económica que afectava a Misericórdia. Em sessão da Mesa da Santa Casa, realizada em 6 de Outubro de 1898, o provedor João Coelho de Castro Vilas Boas apresenta as dificuldades financeiras por que passava a instituição devidas ao aumento dos preços dos géneros de primeira necessidade e à diminuição de algumas das suas receitas, incluindo-se nessas receitas o dividendo do banco. Sendo considerado impossível continuar a gerir deste modo a Santa Casa, tornara-se urgente fazer face às dificuldades. A solução proposta passou pela liquidação do banco, providência que parecia ao provedor poder remediar em grande parte o mal por que passava a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo e criar uma situação mais desafogada para o futuro, dada a diminuição do rendimento do capital que tinha empregado no banco (mais de 1,2 contos anuais, verba muito superior às previsões de prejuízos com a liquidação)<sup>34</sup>. Refra-se que dos 44 contos que constituíam o capital da Misericórdia de Viana, 30 estavam empatados no banco.

Mas nem só as dificuldades da Misericórdia explicam o fracasso do Banco Agrícola. D. Luís de Castro<sup>35</sup>, João Ulrich<sup>36</sup> e João Aquiles Ripamonti<sup>37</sup> adiantam ainda que o facto de se encontrar numa zona de pequenos proprietários onde a oferta de capitais a preços cómodos era grande, de ter sofrido a concorrência de três bancos comerciais (Banco de Viana, Banco Mercantil de Viana e Banco Comercial de Viana)<sup>38</sup> e de ter concedido empréstimos

<sup>31</sup> José Joaquim Rodrigues de Freitas, “Crise monetária e política de 1876. Causas e remédios” in *J. J. Rodrigues de Freitas. Obras económicas escolhidas*. (Lisbon: Banco de Portugal, 1996), 117-170.

<sup>32</sup> *Anais de Estatística. Série Finanças. Estatística Bancária (1858 a 1892)*.

<sup>33</sup> AHBP, *Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal, Livro de balancetes mensais*, CD046, SGAFP/008, 60.

<sup>34</sup> VCA, *Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Livro de actas das sessões da Mesa*, 340 a 343.

<sup>35</sup> D. Luís de Castro, *Crédito Agrícola Democrático*. D. Luís de Castro, *Le Crédit Agricole...*

<sup>36</sup> João Henrique Ulrich, *O Crédito Agrícola...*

<sup>37</sup> João Aquiles Ripamonti, *O Crédito Agrícola...*

<sup>38</sup> Hugo Silveira Pereira, “Banco de Viana”, “Banco Mercantil de Viana” e “Banco Comercial de Viana” in *Dicionário de História Empresarial* (no prelo). Hugo Silveira Pereira, “Dois bancos vianenses: Banco de Viana e Banco

com menos critério (que o obrigaram a execuções judiciais e à compra de grande porção das suas próprias acções e de acções de outros bancos, que faliram quer na crise de 1876 quer na de 1891) contribuíram para o seu insucesso.

Seja como for, a proposta de liquidação seria aprovada por unanimidade, sendo concedidos plenos poderes ao provedor para proceder à operação. A comissão liquidatária era composta por João Augusto Loureiro da Rocha Páris (gerente suplente do Banco Mercantil de Viana<sup>39</sup>), João Passos de Oliveira Valença e José Júlio Pinto Ribeiro. Em Fevereiro de 1898, o crédito da Santa Casa em relação ao banco ascendia a 30,86 contos (29,15 de capital, 0,66 em acções e 1,05 pertencentes ao Recolhimento de S. Tiago, administrado pela Santa Casa), no entanto, nessa altura, apenas receberia metade dessa verba, não em numerário, mas em créditos que o banco tinha sobre os seus clientes. Em 1907, 174 das suas acções seriam tomadas pelo Banco Mercantil de Viana em liquidação de uma conta<sup>40</sup>. Estas desapareceriam do rol de fundos flutuantes daquela instituição em 1914. Segundo o Anuário Comercial de Portugal a comissão liquidatária do banco subsistiu ainda até 1921<sup>41</sup>.

### Algumas conclusões

Tomando partido de um novo cenário legal e de um contexto económico propício ao investimento, alguns membros da Misericórdia de Viana do Castelo decidiram promover a fundação de um banco para desenvolver a indústria e agricultura locais. Contudo, não demorou muito até que o Banco Vianense começasse a realizar as mesmas operações que um qualquer outro banco comercial, após se ligar a uma instituição deste género, porque por um lado, a lei não era suficientemente rígida nem a fiscalização presente (como percebeu em 1887 Oliveira Martins<sup>42</sup>); por outro lado, exclusivamente como banco agrícola o seu futuro era sombrio. O contexto de divisão de propriedade do Minho com muitos pequenos proprietários não era favorável a grandes investimentos. Nem mesmo a Companhia de Crédito Predial (detida pelo governo) tinha no Minho uma forte implementação (mas apenas no Ribatejo e Alentejo)<sup>43</sup>. Mas mesmo recorrendo a operações da banca comercial, a instituição conheceu dificuldades que cerceariam a sua actividade e a levariam ao seu encerramento, em primeiro lugar pela concorrência movida por outros bancos na região; em segundo lugar pela falência do principal accionista; e em terceiro lugar pela crise da década de 1890.

Quanto à lei dos bancos agrícolas, nunca foi a solução para a questão do crédito rural. Apesar dos esforços de Andrade Corvo, o diploma nunca foi muito apelativo. A maioria esmagadora das Misericórdias do país não tomou dela partido e preferiu manter-se com as formas tradicionais de emprestar dinheiro<sup>44</sup>, confirmando o que Martens Ferrão dissera em 1855: as Misericórdias já emprestavam dinheiro antes da lei e não viram nenhum ganho em alterar a forma como o faziam.

---

Comercial de Viana”, *Cadernos Vianenses*, (vol. 43, 2009), 177-193. Hugo Silveira Pereira, “A penosa existência do Banco Mercantil de Viana”, *Estudos Regionais* (no prelo).

<sup>39</sup> Banco Mercantil de Viana – *Relatório da Gerência* (1894-1899, 1907, 1913-1914).

<sup>40</sup> Banco Mercantil de Viana – *Relatório da Gerência* (1894-1899, 1907, 1913-1914).

<sup>41</sup> *Anuário Comercial de Portugal* (ano XLI).

<sup>42</sup> *DCD*, 28-4- 1887, 288-290 e 297-300.

<sup>43</sup> Laura Larcher Graça, *Propriedade e Agricultura...*, 118.

<sup>44</sup> *Ibid.*, 118-119.

Na década de 1880, o facto de vários parlamentares ainda apresentarem projectos no sentido de o desenvolver confirma isso mesmo. Em 1885, o ministro das Obras Públicas Tomás Ribeiro tentou tornar obrigatórios os art.ºs 12.º e 13.º da lei de 1866, mas a sua proposta nunca seria debatida. Em 1887, Oliveira Martins propôs a criação de um banco rural no grande projecto tendente a desenvolver a agricultura<sup>45</sup>. Neste mesmo ano o engenheiro António José Antunes Navarro ao falar de estradas municipais relembra o fraco desenvolvimento dos bancos agrícolas em Portugal<sup>46</sup>. Em 1889, essa preocupação persiste no parlamento, no entanto nada se fazia para pôr cobro à situação ou desenvolver os bancos agrícolas existentes. Em Maio, Barjona de Freitas lamentava a inexistência de crédito agrícola no reino, cujo desenvolvimento na sua opinião seria o primeiro passo para resolver a séria crise agrícola por que atravessa o país<sup>47</sup>. Nos anos seguintes, os parlamentares mantinham a preocupação e avançavam com várias formas para resolver a questão, incluindo a tomada de iniciativa pelo Estado no sector ou pelo menos uma apertada fiscalização para evitar abusos da lei<sup>48</sup>. Finalmente, no orçamento de 1891-1892, a criação deste tipo de estabelecimentos foi sugerida. Todavia, nenhuma destas sugestões seria transformada em lei. O crédito agrícola manter-se-ia regulado pelas leis de 1866 e 1867, malgrado terem demonstrado ser ineficientes<sup>49</sup>.

---

<sup>45</sup> DCD, 28-4-1887, 288-290 e 297-300.

<sup>46</sup> António José Antunes Navarro, “A viação municipal em Portugal”, *Revista de Obras Públicas e Minas* (vol. XVIII, n.º 207-208, 1887), 106-119.

<sup>47</sup> DCD, 14-5-1889, 3-6-1889 e 19-6-1889.

<sup>48</sup> DCD, 10-5-1890 (José Júlio Rodrigues), 1-4-1890 (Adriano Monteiro) e 17-6-1890 (João de Paiva).

<sup>49</sup> DCD, 17-6-1891, 22-6-1891 e 23-6-1891.



José António Afonso<sup>1</sup>

## O nascimento de uma instituição educativa republicana: a Tutoria. Argumentos científicos e pedagógicos.

R E S U M O | *A Tutoria representava um sonho acalentado pelas forças liberais e progressistas; o empenho republicano materializou-o. Longe de qualquer voluntarismo, a Tutoria nasceu ancorada em perspectivas científicas que estruturaram a sua institucionalização e desenharam a função socializadora da nova organização.*  
PALAVRAS-CHAVE: *Infância em perigo; Degenerescência; Regeneração; Projecto sociopedagógico.*

A B S T R A C T | *The Tutoria was a dream cherished by the liberal and progressive forces; the Republican commitment materialize it. Far from any voluntarism, Tutoria was born anchored in scientific perspectives that structure its institutionalization and draw the socializing function of the new organization.*  
KEYWORDS: *Children at risk; Degeneracy; Regeneration; Social Pedagogy Project.*

### Introdução

Proclamada a República, um conjunto temerário de dispositivos jurídicos indiciam a incontornável matriz laicista e secularizante embebida no projecto republicano. As missões do novo Estado são perspectivadas no culto da humanidade, onde uma ancoragem científica determina um incontornável momento de ruptura com todas as manifestações de degenerescência, declinadas como religiosas, sociais ou culturais. As convicções científicas, desmontando as inúmeras significâncias patológicas que caracterizavam a sociedade portuguesa, pretendem, então, inaugurar um humanismo e uma solidariedade social, subordinados a uma moral cientificamente demonstrada, que seriam a ancoragem orgânica da sociedade e, por consequência, o garante da sua reprodução totalizante e normalizante. A vertigem legisladora pré-Constitucional está eivada pela expurgação de qualquer manifestação religiosa da esfera pública e abrange domínios sociais que vão desde a família até à assistência pública. Um conjunto de decretos, com força de lei, iniciado a 8 de Outubro de 1910 (onde se afirma que continuam em vigor as leis de 1759, 1767 e 1834, relativamente às congregações religiosas), refere-se aos feriados religiosos e àqueles que passam a ter um significado laico; à abolição dos juramentos religiosos; à proibição do ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e normais primárias; à amnistia dos condenados por crimes contra a religião; ao divórcio, passando o casamento a ser considerado um contrato entre os dois cônjuges (decreto de 3 de Novembro de 1910); à proibição dos enterros no interior das igrejas; à extinção do culto religioso na Capela da Universidade de Coimbra; à proibição das Forças Armadas em participar em cerimónias religiosas; ao considerar desobediências civis a prática do culto de qualquer religião fora dos templos ou dos recintos fechados destinados ao culto, e à reorganização da

---

<sup>1</sup> Univ. do Minho, Instituto de Educação. Dep. TEEAF. Campus de Gualtar. 4700 Braga. Portugal. jafonso@ie.uminho.pt

instrução primária declarando-se a neutralidade do ensino em matéria religiosa (decretos de 29 de Outubro de 1910 e 29 de Março de 1911). As leis promulgadas circunscrevem-se à Imprensa (28 de Outubro de 1910); à Família, Poder Parental e Abandono da Família (25 de Dezembro de 1910); à Defesa da República (28 de Dezembro de 1910); ao Registo Civil Obrigatório (20 de Fevereiro de 1911); à Separação do Estado das Igrejas (20 de Abril de 1911) e à Assistência (25 de Maio de 1911). Enquadrada num contexto de intensa secularização e dessacralização em 27 de Maio de 1911, o Governo Provisório promulga a *Lei de Protecção à Infância*, onde se expressa o “sonho patriótico de regeneração da família portuguesa”, traduzido num objectivo de amplo alcance que é erguer “uma nacionalidade nova, solidamente organizada”<sup>2</sup>.

Subjaz à Lei a problemática das crianças abandonadas ou desprotegidas que de acordo com o legislador, em Portugal, nunca mereceram a devida “atenção das leis” sendo (apesar da dificuldade em mesurar o número de crianças miseráveis) uma realidade chocante, indigna e humilhante que visivelmente povoa as cidades. Um parágrafo impressionista, mas extremamente realista, justifica a urgência legislativa:

“É frequente chegar-nos aos ouvidos, a história dolorida de um pequeno infeliz, comprado aos pais, deformado, aleijado, martirizado para ser fonte de receita nas mãos cruéis que o torturam e o exploram. Todas as noites, à saída dos teatros, e em especial nas noites de frio e chuva, encontramos às esquinas, abatidas no chão, mulheres esfarrapadas com cinco ou seis criancinhas em volta de si, que choram e pedem esmola – são, na maioria dos casos, criancinhas alugadas, cuja exibição rende, em cada noite, o sustento das suas famílias.”<sup>3</sup>.

Face a este diagnóstico de desumanidade, aliás fortemente marcado pela organização e dinâmica da sociedade portuguesa oitocentista, já denunciado com acutilância por Victor Ribeiro quando indicava com pertinência as causas da miséria ou pobreza envergonhada<sup>4</sup>, plasma-se no dispositivo legal a matriz da sua essência: “furtar a criança desprovida dos ambientes viciados, que lhe envenenam a alma e o corpo, aos meios de infecção íntima, que depravam e inutilizam uma parte considerável da nossa população”<sup>5</sup>.

A *Lei de Protecção à Infância* cumpre-se na dimensão que visa, por um lado, resgatar a criança aos meios sociais potencialmente degenerativos e que colocavam em causa a ordem social e a coesão familiar, e, por outro lado, tendo a criança como centro de uma intervenção prioritária, estabelecer os saberes analíticos, que possibilitassem “educar, purificar e aproveitar a criança”, criando um ambiente que contribuísse para contrariar os transtornos dos péssimos sistemas sociais.

---

<sup>2</sup> República Portuguesa, *Tutoria da Infância e Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores. Decretos de 10 de Maio de 1911 e 15 de Maio de 1925 e portarias de 16 de Julho de 1925* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925), 3. A defesa da secularização é enunciada por António Macieira do seguinte modo: “Sob os princípios constitucionais da neutralidade religiosa, a escola, a assistência e a prisão, continuam exercendo as suas funções sociais aliviadas do peso da influência congreganista e jesuíta”, “A obra da República”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (1, I, Outubro, 1912), 3; cf. Fernão Botto-Machado, “Vádios e Mendigos”, *id.* (10, I, Julho, 1913), 153-156; José Caldas, “A Tutoria da Infância”, *id.* (4, I, Janeiro, 1913), 54.

<sup>3</sup> *Ibidem*, 3.

<sup>4</sup> Victor Ribeiro, *História da Beneficência Pública em Portugal* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1906), 253 *sq.*; ver Sousa Cruz, *Os Grandes Problemas* (Rio de Janeiro: Typ. de Almeida Marques & C., 1918), especialmente a identificação que elabora sobre os sectores vitais para a prosperidade do país (navegação, agricultura, instrução, comércio, indústria e turismo) e o rastreio dos problemas estruturais que afectam cada um dos sectores.

<sup>5</sup> República Portuguesa, *Tutoria da Infância e Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores*, 4.

Só com crianças educadas num regime escolar disciplinado, com uma higiene moral escrupulosa, instruídas no conhecimento das coisas e na prática das leis sentimentais que formam caracteres, das leis sociais que formam actividades positivas, se poderá constituir uma sociedade que à salubridade dos costumes reúna as ansiedades fecundas do saber e do trabalho.

O projecto de civilidade configurado, para além de uma forte componente moral, encerra um eixo educativo indelével, cuja vocação é a reconstituição da sociedade como espaço de prestígio para todos os elementos que a compõem, fomentando os meios necessários que tornem visível e, por consequência, controlem os processos de estigmatização e marginalização. Criar condições de reeducação é a idealidade para responder às manifestações de ruptura, anomia e representações ficcionais eivadas de romantismo.

O projecto sociopolítico que se inaugura tem como pilar o carácter sagrado da infância ao identificar o menor como objecto de atenção social muito particular – e o seu valor essencialmente não económico – propondo-se uma outra interpretação racional do papel das crianças como futuros trabalhadores formados na escola, rompendo-se assim com a lógica do aprendiz – um lugar temático amplamente reproduzido nas representações sobre a infância. Está presente no corpo da Lei uma crítica ao trabalho infantil, por um lado, como instituição lucrativa, quer para as indústrias, quer para a economia familiar, e, por outro lado, como instituição legítima defendida por todas as classes sociais como também por todos os estratos sociais – desde os homens da igreja até aos espíritos mais ciosos de uma certa moral pública – que, por consenso, sustentavam que o trabalho inculcava disciplina, sentido do dever e responsabilidade, argumentando assim que interditar o trabalho infantil era iníquo e engendraria automaticamente a pobreza para além de quebrar com a ordem natural das coisas. As justificações ideológicas e científicas começam a ser confrontadas, a partir de meados de oitocentos, com discursos – e cruzadas – em que o firme propósito de abolir esta prática social é nítido sem, no entanto, negar a questão do trabalho enquanto vínculo gerador de modalidades de socialização muito mais dignas e com uma dimensão social mais abrangente<sup>6</sup>.

“Proteger, regenerar, tornar útil, dando a cada ser que caia sob a sua acção carinho e conforto, tentando insinuar-lhe a consciência do equilíbrio na luta das paixões e do dever, e a medida das respectivas responsabilidades, como elemento da riqueza colectiva.”<sup>7</sup>

É notória a preocupação em contrariar as derivas que a sociedade fomenta e que se traduzem na negação de “uma vida honesta”, pela ausência dos mais “rudimentares estímulos de perfeição moral”. A radiografia que se estabelece aponta para que a reprodução da hereditariedade degenerescente (mendicidade, vadiagem, malvadez, especulação, gatunice, prostituição) são o factor do “permanente vício, da maldade, da perversão em todas as suas manifestações desorganizadoras”<sup>8</sup>, pelo que se torna urgente actuar no seio da sociedade, de modo a que a “harmonia da sociedade” seja recomposta, passando, então, a missão por formar as crianças – “polir-lhes as arestas, iluminar-lhes o cérebro, adoçar-lhes o coração”<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Cf. Viviana Zelizer, *Pricing the Priceless Child: the changing social value of children* (New York: Basic Book, 1987).

<sup>7</sup> República Portuguesa, *Tutoria da Infância e Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores*, 4.

<sup>8</sup> *Ibidem*, 4.

<sup>9</sup> *Idem*, 5.

O objectivo da *Lei de Protecção à Infância* é expresso no Artigo 1º:

Com o fim de prevenir não só os males sociais que podem produzir a perversão ou o crime entre os menores de ambos os sexos de menos de dezasseis anos completos ou comprometer a sua vida ou saúde, mas também de curar os efeitos desses males, são criadas as seguintes instituições:

Tutoria da Infância;

Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças.<sup>10</sup>

A *Tutoria da Infância* define-se (Art.º 2º) como: “um tribunal colectivo especial, essencialmente de equidade, que se destina a guardar, defender e proteger os menores em perigo moral, desamparados ou delinquentes, sob a divisa: «Educação e Trabalho»”.<sup>11</sup>

A Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças concebe-se (Art.º 112º) como: “união jurídica, moral e facultativa de várias instituições, quer oficiais, quer particulares, de propaganda, educação, patronato, que deverão formar um verdadeiro sistema de higiene moral e social”.<sup>12</sup>

Os 184 artigos que estruturam a *Lei* são exemplares na elucidação dos mecanismos de funcionamento institucional e especificam o organigrama com um detalhe primoroso. Do ponto de vista jurídico estabelecem os limites do poder parental, identificam os crimes e as causas cíveis e explicitam os conceitos de menores em perigo moral, desamparados e delinquentes.

As justificações da acção da *Tutoria* encontram expressão no conjunto de argumentos que a revista entretanto criada – *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* – acolhe com uma regularidade espantosa.

A revista *A Tutoria* inicia a sua publicação em Outubro de 1912 e cessa em 1916. No Editorial do nº 1, escreve-se:

“Ora a *Tutoria*, revista, que hoje vem ao vosso encontro e vos saúda, pretende ser o eco dessa instituição salutar – o eco dos seus benefícios e das suas aspirações, afim de que cada um de vós, como indivíduo, e todos como colectividade, como expressão concreta do Estado tutelar, possais avaliar a obra dos tribunais infantis em Portugal, nas suas proporções actuais, e da extensão dessas proporções se dispuséssemos de recursos compatíveis com a sua realização integral.”

Colaboram na revista pedagogos (Agostinho Fortes, Adolfo Coelho, Cardoso Júnior, Mário Aragão, João de Barros, Aurélio da Costa Ferreira, Luísa Sérgio, Áurea Judite Amaral, Alice Pestana (Caiel), entre outros), juristas (Ernesto de Vasconcelos, Jaime Saraiva Lima, Pedro de Castro), médicos (Mendes Correia, J. A. Ferreira da Fonseca, J. Bettencourt Ferreira e outros) e publicistas (Alexandre Barbas, Fernão Botto-Machado, Magalhães de Lima, Maria Feio) que protagonizam a introdução da modernidade, em Portugal, em diversos campos. A *Tutoria* estrutura-se em diversas secções que dão notícia do que vai acontecendo no “mundo civilizado”, para além da minúcia com que toda a actividade da Tutoria é apresentada nas suas facetas institucionais. A reflexão teórica é uma tónica nas páginas da revista<sup>13</sup>. O conflito

<sup>10</sup> *Idem*, 5.

<sup>11</sup> *Idem*, 10.

<sup>12</sup> *Idem*, 37.

<sup>13</sup> Sobre a importância do redactor da Revista, Alexandre Barbas, ver Aires Antunes Diniz, *Alexandre Barbas – Educação como Utopia* (inédito, 2009); para o enquadramento da revista no campo das publicações pedagógicas e o perfil/biografia dos colaboradores, ver *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (Séculos XIX-XX)*,

bélico, entretanto despoletado, reflecte-se na criação de uma rubrica dedicada aos órfãos da guerra: “Os Menores e a Guerra”. A revista expressa em permanência um conjunto de reflexões teóricas e práticas resultantes do momento de institucionalização deste dispositivo educativo. Em seis domínios vai-se salientar a ponderação constante do projecto inovador lançado pela República: jurídico (com vinte e dois artigos); político (com dez artigos); social (com vinte e três artigos); institucional (com dez artigos); médico-social (com treze artigos), e pedagógico (com trinta e cinco artigos). Estes domínios reflectem a premência da concretização do projecto bem assim como a necessária explicação dos actos praticados, de forma a poder aferir da crucialidade da experiência para o devir de um Portugal melhor, ou como escrevia António Macieira “o justo interesse pelo futuro da nossa terra”. A *Tutoria* concebida como analisador das propostas republicanas revela-se como o centro de três projectos: jurídico, regenerador e pedagógico. Neste sentido o corpo teórico produzido é o exemplo do *ethos* que se pretende implantar e disseminar pela sociedade.

O objectivo do nosso estudo é, partindo de uma *fonte-objecto* (a revista *A Tutoria*), explorar, no quadro de uma história cultural da educação, um olhar sobre uma instituição radicalmente republicana, e colocar em foco os limites desse mesmo processo, evidenciando a tensão entre as convicções e as práticas dos actores. Conciliar a autoridade e a liberdade tende a ser o dilema que subjaz à educação da criança como futuro cidadão e trabalhador, e cuja expressão na *Tutoria* é, possivelmente, o cerne das dissonâncias entre pensamento educativo, determinação política e realidade sociológica. Assim, pensamos que o presente contributo aportará uma reflexão sobre a demopédia republicana, reflectida na esperança colocada na criação de uma instituição que se sonhou como a imagem da própria República, mas que, provavelmente, não terá resistido, na sua pureza, às intensas e dilemáticas contingências da realidade.

### O projecto jurídico

A referência a uma concepção de Direito, em que a recepção dos estudos em áreas das Ciências Sociais e Médicas – em particular a designada medicina social – é notória, particularmente quando, com veemência, se afloram as causas culturais e educacionais como determinantes de qualquer desvio ou diferença tida, num quadro clínico, como estigma (anatômico, nervoso, psíquico ou social) – que se poderá conjugar como crime, e, também, quando se perspectiva (e concebe) um sistema judicial – e, por extensão, a própria sociedade – como garante da liberdade e integridade das crianças que, para além de contribuir para sensibilizar e formar os próprios juristas e os cidadãos, em geral, que participem na administração da justiça, induz e difunde uma concepção do Direito como instrumento de protecção e promoção dos mais fracos, através da inauguração de uma prática interdisciplinar, em que os sentimentos de fraternidade assumem um papel decisivo na aplicação do Direito. A lei para crianças deverá assim ter em atenção a natureza antropológica do país em que se aplica, independentemente de reflectir as experiências de outros países bem como princípios científicos e jurídicos, cujos resultados são visíveis no progresso das sociedades; sem “dogmatismo hirtó”, concebeu-se a *Lei de Protecção da Infância*, como reflectindo a “experiência, as condições especiais do nosso carácter, da nossa raça”<sup>14</sup>.

---

direcção de António Nóvoa (Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993) e *Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa (Porto: ASA, 2003).

<sup>14</sup> República Portuguesa, *Tutoria da Infância e Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores*, 5.

Neste contexto, é patente a definição dos contornos que esta instituição deverá evidenciar para se distinguir da designação normal de Tribunal da Infância. O texto legislativo é preciso nas seguintes dimensões:

“A designação *Tutoria da Infância* substitui a de *Tribunal da Infância* que esta instituição tem no estrangeiro, por duas razões. A primeira está no nosso sentimento de raça, que não consegue aliviar a ideia de tribunal do conceito de corpo destinado a julgar, a castigar – e convém evitar, quanto possível, que a criança passe a vida marcada pelo estigma de haver cumprido pena. A segunda está nas atribuições que pertencem à entidade organizadora em harmonia com este projecto. O seu intuito é mais prevenir, curar, do que propriamente castigar, na acepção vulgar da palavra.”<sup>15</sup>

O legislador, face a esta especificidade, precisa o significado de “prevenir e curar”, que se configura como “um processo de terapêutica moral, de higiene preventiva contra o crime, antes do crime, e de higiene curativa contra o crime consumado, de maneira a evitar a sua repetição”<sup>16</sup>.

Concebido o modelo institucional, avança-se para a precisão das tipologias das crianças que serão o cerne da missão da Tutoria. A justificação da substantivação da tipologia estabelecida – menores em perigo moral, menores desamparados e menores delinquentes – explicita-se num registo que convoca as conclusões dos principais estudos científicos no âmbito, nomeadamente, de uma perspectiva médico-social:

“As crianças da primeira categoria [*crianças em perigo moral*] são apenas o gérmen, as de segunda [*crianças desamparadas*] são o embrião do crime. Abandonadas a si mesmas, sem família, sem parentes, ou com família e parentes que as resvalam no vício e na perversão; entregues a pais ou tutores que, pela sua pobreza, não podem educá-las, ou que as transformam em pequeninos mártires inocentes da ferocidade de instintos irrefreáveis, maltratando-as, estabelecendo injustas e perigosas diferenças de tratamento entre elas e os irmãos, obrigando-as a esmolar, a vadiar, não são ainda o crime, mas preparam-se, no ambiente próprio, para o ser, na melhor das oportunidades. Daí a obrigação do Estado, ou qualquer entidade particular, autorizada, e constituída com o mesmo fim, de as arrancar a esse ambiente corruptor e de as *tutelar* enquanto não estiverem aptas a declararem-se emancipadas pelo trabalho e pelas responsabilidades.

Mesmo as crianças delinquentes, menores de dezasseis anos, a acção da justiça tem de exercer-se mais com o carácter de quem previne, *tutelando*, guiando, educando, do que de quem castiga actos resultantes da irreflexão da idade, e principalmente do meio, da atmosfera, saturada de venenos que esses pequenos irresponsáveis respiram.”<sup>17</sup>

O texto legislativo está eivado de metáforas e de tópicos retirados do discurso médico-social (“produtos inconscientes do meio”, “hereditariedade”, “expressão moral da raça”, “individualidade da raça portuguesa”, entre muitas outras), mas evidencia também os contributos da psicologia da criança e sustenta-se num realismo sociológico, fruto de uma atenção particular a fenómenos sociais disruptores – emigração, urbanização, proletarização – que indiciavam mudanças estruturais significativas, em especial pela emergência de populações

<sup>15</sup> *Ibidem*, 6.

<sup>16</sup> *Idem*, 6.

<sup>17</sup> *Idem*, 6-7, 16-29.

conotadas, por definição, como potencialmente degenerescentes e perturbadoras da ordem moral – analfabetos, classes laboriosas, mulheres pobres<sup>18</sup>.

Estas formas novas de direito (como constantemente se reitera no texto) são estruturantes de um organismo novo, que favorece os menores<sup>19</sup>, assente num modelo educativo radicalmente distinto dos modelos de protecção ou asilares vigentes<sup>20</sup>, o que contudo não indicia que estas instituições ao longo do tempo não tenham estado abertas à inovação pedagógica e ao desmontar, paulatino, do modelo disciplinar que as enformava.

Refira-se que o contexto ideológico que caldeia o nascimento da *Lei de Protecção à Infância* está subordinado às concepções que defendem que os factores biológicos determinam os comportamentos criminais. Esta corrente científica – cujo expoente se pode considerar Cesare Lombroso – designada por criminologia, pretende detectar (e compreender) as causas do crime e o comportamento mental dos criminosos, a sua personalidade e as patologias ligadas ao acto criminal, propondo, com esse objectivo, uma teoria determinista do “criminoso nato”, escorada em dados antropológicos, psiquiátricos e hereditários – destacando, em particular, as características anatómicas. O criminoso representado por esta corrente seria uma personalidade com forte instabilidade psíquica e com ausência de remorsos, violento, vaidoso e sensual. Esta teoria, note-se, é fortemente influenciada pelo darwinismo, especificamente ao reivindicar (levando com frequência o argumento até às últimas consequências: teorias eugénicas)<sup>21</sup> a origem biológica para os comportamentos desviantes (declinados em inúmeras variantes), nomeadamente quando sofrem a influência do clima, da raça, da pobreza, da imigração, da educação e do desemprego. Sublinhe-se ainda a forte presença do positivismo, por duas vias: uma centrada na medição dos crânios e respectivas consequências – ideológicas – por inferência estatística, e a outra, pelo exclusivo centramento no criminoso (consequência lógica da metodologia adoptada) e não no acto, porque considerava-se que o livre arbítrio não tem lugar no comportamento criminoso.

Alguns autores, particularmente Enrico Ferri, conjugando o darwinismo com o positivismo, definem o perfil criminal de um indivíduo face à natureza dos factores em presença – antropológicos, físicos e sociais –, como criminoso nato, delinquente alienado,

<sup>18</sup> Rita Granel, “A consolidação do poder médico: a medicina social nas teses da escola médico-cirúrgica de Lisboa (1900-1910)” in Miguel Bombarda (1851-1910) e as Singularidades de uma Época, coordenação de Ana Leonor Pereira e Rui Pita (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), 77-88; Susana Pereira Bastos, *O Estado Novo e os seus Vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão* (Lisboa: Dom Quixote, 1997), 37-59; Maria João Vaz, “Gatunos, vadios e desordeiros. Aspectos da criminalidade em Lisboa no final do século XIX e início do século XX” in *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (séculos XIX-XX)*, coordenação de Pedro Tavares de Almeida e Tiago Pires Marques (Lisboa: Livros Horizonte, 2006), 89-101.

<sup>19</sup> Vão no sentido de enfatizar a tese da prevenção – declinada como “procurar evitar a degeneração física e moral da infância” e promover a “saúde e o bem-estar da criança” – as seguintes reflexões, publicadas n’ *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância*: Ernesto L. de Vasconcelos, “A magistratura e a advocacia em face da criminalidade dos menores” (7, I, Abril, 1913), 114-116; Jaime Saraiva Lima, “As novas leis da Infância em Portugal” (3, III, Dezembro, 1913), 44-45; “Protecção da Infância. Leis e decretos” (9, III, Setembro, 1915), 3-4.

<sup>20</sup> Victor Ribeiro, *História da Beneficência Pública em Portugal*, 111-123; Ana Isabel Marques Guedes, *Os Colégios dos Meninos Órfãos (séc. XVII-XIX). Évora, Porto, Braga* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006), 22, 74-75, 242-245; Susana Pereira Bastos, *O Estado Novo e os seus Vadios*, 200-210; Eunice Relvas, *Esmola e Degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006), 105-112; Rogério Fernandes, “As casas de asilo da infância desvalida e a educação feminina” in *Para a compreensão histórica da infância*, organização de Rogério Fernandes, Alberto Lopes e Luciano Mendes de Faria Filho (Porto: Campo das Letras, 2006), 179-198.

<sup>21</sup> Gérard Lemaine, Benjamin Matalon, *Hommes supérieurs, hommes inférieurs? La controverse sur l’hérédité de l’intelligence* (Paris: Armand Colin, 1985).

delinquentes habituais, delinquentes ocasionais e criminosos passionais. A justiça adoptou estas categorias científicas para configurar a pena<sup>22</sup>. Deve, contudo, ser sublinhado, que a visão positivista não é puramente biológica e os investigadores tendem a colocar em evidência as diferenças psicológicas entre criminosos e não criminosos. Nesta linha emergem as concepções que consideram o contexto sociocultural – “os factores ambientais” – como relevantes, justificando (numa linha neo-lamarckiana) que a imitação explica os actos criminosos como as relações sociais no seu conjunto: o criminoso (como qualquer outro indivíduo) imita o comportamento do outro.

Segundo E. Durkheim, a criminalidade explica-se principalmente por situações de anomia, nas quais as normas e os valores enfraqueciam deixando o indivíduo livre nele mesmo<sup>23</sup>. A questão do sistema de valores está no cerne das teorias culturalistas: a cultura determina o comportamento; se ela favorece a delinquência, por extensão determina a emergência do criminoso. Um outro registo, ainda neste quadro conceptual, tenta explicar os espaços de influência nos comportamentos criminosos, os inquéritos sociológicos realizados pelos reformadores sociais, de inspiração religiosa protestante, da designada Escola de Chicago<sup>24</sup> testemunham – num quadro evolucionista fortemente marcado por Herbert Spencer – a relação entre o facto social objectivo e as disposições subjectivas do indivíduo, ou seja, a relação entre atitude – designada por “processo de consciência individual que determina as actividades reais ou eventuais do indivíduo no mundo social” – e a desorganização social – definida por “declínio da influência das regras de comportamento sobre os membros do grupo”. A cartografia que os reformadores sociais estabeleceram permite evidenciar a ruptura dos vínculos locais e o enfraquecimento dos constrangimentos e inibições dos grupos primários (a família, a comunidade) pela influência do meio urbano, em estreita relação com o modo de ocupação do território pelas populações, actividades e instituições. Uma outra constatação refere-se à defesa da tese de que os fenómenos como a delinquência, o suicídio e o divórcio (como a implantação de determinados tipos de instituições) são específicos de certas zonas urbanas e não de uma população definida pela sua origem étnica ou râmica.

Estes debates estão reflectidos na *Lei de Protecção à Infância*, prevalecendo uma concepção higienista, preocupada com a modelação das gerações vindouras<sup>25</sup> num quadro de regeneração<sup>26</sup>, marcado por um extremo optimismo social.

Ainda no campo jurídico, pode-se constatar que a produção reflexiva está centrada na defesa da legislação, com base num princípio cardinal: deve-se prevenir, mais do que remediar, com o objectivo de evitar a degeneração física e moral da infância<sup>27</sup>, que tem subjacente um

---

<sup>22</sup> Rita Garnel, “A vítima e o direito penal português (século XIX) in *Lei e Ordem*, 45-63; Peter Becker, “O criminoso: entre a diabolização e a normalização. Reflexão sobre a história da criminologia oitocentista” in *Lei e Ordem*, 67-88.

<sup>23</sup> Émile Durkheim, *Le Suicide* (rééd., Paris: Puf, 1999).

<sup>24</sup> Jean-Michel Chapoulie, *La Tradition Sociologique de Chicago, 1892-1961* (Paris: Seuil, 2001).

<sup>25</sup> Ana Leonor Pereira, *Darwin em Portugal. Filosofia. História. Engenharia Social (1865-1914)* (Coimbra: Almedina, 2001), 479-507, 508 sq..

<sup>26</sup> Sónia Câmara, “Para uma acção preventiva da infância pobre: os discursos jurídico-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920” in *Para a compreensão histórica da infância*, 313-334; Ernesto Candeia Martins, “A criança abandonada. Estudo histórico-educativo da Monarquia à 1ª República”, *Educação Unisinos* (10, 6, 2002), 175-198.

<sup>27</sup> António Carlos Duarte Fonseca, *Internamento de menores delinquentes. A Lei portuguesa e os seus modelos: um século de tensão entre protecção e repressão, educação e punição* (Coimbra: Coimbra Editora, 2005), Cap. II,

apelo dirigido para a crucialidade do bem-estar e da saúde das crianças<sup>28</sup>. As teses defendidas nas páginas d' *A Tutoria* convocam explicitamente o que se passa nos “países civilizados”, ilustradas quer através da história dos Tribunais para Menores nos EUA e na Europa, quer, com alguma frequência, apelando para o sucedido na Inglaterra ou acompanhando a produção legislativa coetânea da Espanha<sup>29</sup>. Questões processuais da lei são também objecto de ponderação, com uma especial incidência naquelas que se relacionam com a designada liberdade vigiada<sup>30</sup>. Uma outra vertente que marca ainda este capítulo relaciona-se com a defesa de um modelo de cooperação institucional que se pretende, por um lado, criar, e, por outro lado, operacionalizar, com o sentido de maximizar – ou racionalizar – os esforços associativos, aproveitando a rede particular existente e fomentando ao nível local a emergência de iniciativas que tenham como objectivo rastrear todos os casos de crianças e adolescentes que visivelmente se afigurem dilemáticos<sup>31</sup>. A ideia reitora de colaboração institucional encontra expressão na convergência de missões que presidem à constituição do dispositivo legal e os objectivos que se plasmam em inúmeras associações, concernentes à higiene social e, de forma bem mais ampla, à valorização da intervenção preventiva, enquadrada numa perspectiva, claramente republicana, de reconhecimento da assistência social da infância<sup>32</sup>, o que traduz que a República foi o momento possível de aproximação da rede estatal e das modalidades

---

ponto II: O modelo de protecção-regeneração da 1ª República Portuguesa: a Lei de Protecção à Infância de 1911; cf. Fátima Moura Ferreira, “Representações sobre a delinquência dos menores e o universo da criança a proteger na 1ª República: entre os campos da justiça e da assistência”, in *Pobreza e Assistência no Espaço Ibérico (Séculos XVI-XX, 2010)*, organização de Maria Marta Lobo de Araújo, Fátima Moura Ferreira e Alexandra Esteves (Braga: Universidade do Minho), 49-68.

<sup>28</sup> Ver Maria Antónia Lopes, “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura* (2, 2002), 155-184; Eunice Relvas, *Esmola e Degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*, 110 sq.; Maria de Fátima Caldeira, *Assistência Infantil em Lisboa na 1ª República* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004), 199 sq.. Cf. Moysés Kuhlmann Jr., “Infância e educação (1820-1950): comparação e classificação” in *Para a compreensão histórica da infância*, 223-237; John Cleverly, D. C. Philips, *Visions of Childhood. Influential Models from Locke to Spok* (3<sup>rd</sup> ed., Sidney: Allen & Unwin, 1991).

<sup>29</sup> Cf. Adelino Montero Villegas, “Tribunales para niños”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (8, I, Maio, 1913), 125-127; Manuel Casás Fernandez, “Tribunales para menores”, *id.* (9, I, Junho, 1913), 148-151; Jaime Saraiva Lima, “A protecção à infância em Inglaterra. O Children Act”, *id.* (5, II, Fevereiro, 1914), 68-70; “Federação Internacional de Protecção da Infância”, *id.* (5, II, Fevereiro, 1914), 73-76; Pedro de Castro, “Protecção à infância em Hespanha (Um notavel projecto de lei)”, *id.* (8, II, Maio, 1914), 115-117; Pedro de Castro, “Elementos para a História dos Tribunais Infantis”, *id.* (1, III, Janeiro, 1915), 7.

<sup>30</sup> “Liberdade vigiada”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (5, III, Maio, 1915), 5-7; Pedro de Castro “Liberdade vigiada”, *id.* (4, IV, Outubro, 1916), 2-4; cf. Alexandre Martin, “Penas disciplinares”, *id.* (11, III, Novembro, 1915), 6-8.

<sup>31</sup> “Assistência Infantil da Junta de Freguesia do Monte Pedral”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (2, IV, Agosto, 1916), 12-14; “Associação Protectora da Primeira Infância”, *id.* (4, III, Abril, 1915), 9; Alexandre Barbas, “A criança martirizada”, *id.* (4, IV, Outubro, 1916), 5-6. Sobre a *Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças*, ver República Portuguesa, *Tutoria da Infância e Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores*, 37-41. De um ponto de vista teórico cf. Magalhães Lima, “A solidariedade humana”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (1, II, Outubro, 1913), 7-8.

<sup>32</sup> No âmbito das políticas sociais na sua abrangência, ver David Pereira, *Políticas Sociais em Portugal (1910-1926)* (Dissertação de mestrado, Lisboa: FSCH – Universidade Nova, 2006); Alfredo Baltazar da Silveira, “O pátrio poder e a Infância Delinquente”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (8, III, Agosto, 1915), 2-8; Alexandre Barbas, “O primeiro Congresso de Protecção da Infância”, *id.* (10, I, Julho, 1913), 163-167; “Associação de Protecção Moral às Crianças que Trabalham”, *id.* (5, II, Fevereiro, 1914), 76-78; *id.* (6, II, Março, 1914), 96.

privadas de assistência, em torno da construção jurídica da categoria de “menor em risco”<sup>33</sup> – podendo também esta orientação ser declinada como centrada na criança enquanto ser com um valor próprio intrínseco e já não como representando uma posteridade; ou seja, na conceptualidade jurídica repousam indelevelmente, na senda da teoria evolucionista, os “saberes da infância” (pediatria, pedagogia, psicologia), assentes numa ruptura epistemológica que promoveu o interesse pela génese do espírito e pela origem e desenvolvimento das faculdades intelectuais da criança<sup>34</sup>. A defesa da secularização no que se refere à protecção da infância é o aspecto inovador da legislação, contudo, prudentemente não configura rupturas com as soluções que a sociedade civil tinha lançado e aquelas que, entretanto, brotaram.

Aliás, convirá referir, que o desenho da lei contou com a preciosa colaboração do Padre António Oliveira, o que terá significado um consenso entre as elites intelectuais, e, essencialmente, marcou a prevalência, no corpo doutrinal da legislação, de uma visão humanista e educativa<sup>35</sup>. Alexandre Barbas teceu inúmeras críticas aos julgamentos de menores em diversos Tribunais precisamente evidenciando que todavia ainda não se tinha assimilado o espírito da lei nem o essencial da legislação, ou seja a sua universalização<sup>36</sup>. Este aspecto relaciona-se também com a cronologia da implementação dos Tribunais para Menores no território nacional que revelava um ritmo lento e circunscrito aos grandes centros populacionais.

Para terminar, será de mencionar uma dimensão importante que mereceu um olhar muito particular, e que se relaciona com as crianças *anormais* – definidos no Art.º 73º como sendo aqueles que sofrem “de uma doença mental, fraqueza de espírito, epilepsia, histeria ou instabilidade mental” pelo que a Tutoria deve remetê-los “à respectiva instituição federada que prescreverá o tratamento de que ele necessitar”<sup>37</sup> –, de que o texto de J. A. Ferreira da Fonseca, “Um caso de nevrose numa menor de 15 anos”<sup>38</sup>, é elucidativo na conclusão da “observação clínica, antropométrica e psicológica” da adolescente; escreve o médico da Tutoria Central da Infância, que não se trata “duma degenerada que deva ser internada num manicómio, nem duma criminosa que possa moralizar-se pela reclusão e castigo” pelo que representa um dos exemplos que devem ser tratados em estabelecimentos especiais, denominados médico-pedagógicos, adjuntos às Tutorias, que infelizmente não possuímos [1914].<sup>39</sup>

<sup>33</sup> Ernesto Candeias Martins, “A criança abandonada. Estudo histórico-educativo da Monarquia à 1ª República”, 175-198; Sónia Câmara, “Por uma acção preventiva e curativa da infância pobre: os discursos jurídico-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920” in *Para a compreensão histórica da infância*, 313-314; Susana Pereira Bastos, *O Estado Novo e os seus Vadios*, 200 sq..

<sup>34</sup> Dominique Ottavi, *De Darwin à Piaget. Pour une histoire de la psychologie de l'enfant* (Paris: CNRS, 2002).

<sup>35</sup> A incontornável influência do Padre António Oliveira na génese da Lei de Protecção da Infância é assinalada por Joaquim Ferreira Gomes, “O Padre António de Oliveira (1867-1923) e a criação dos Tribunais de Menores em Portugal” in *Novos Estudos de História da Educação* (Coimbra: Quarteto Editora, 2001), 171-188, e investigada em termos de estruturação do pensamento e prática em Aires Antunes Diniz, *A Escola Regeneradora do Padre António Oliveira* (inédito, 2007).

<sup>36</sup> Alexandre Barbas, “Julgamento de Menores em Coimbra”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (2, III, Fevereiro, 1915), 5-7; “Tribunal infantil”, *id.* (5, III, Maio, 1915), 5-7; “Tribunal infantil”, *id.* (8, III, Agosto, 1915), 8-11.

<sup>37</sup> *Lei de Protecção à Infância*, Art.º 73º, in República Portuguesa. *Tutoria da Infância e Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores*, 29.

<sup>38</sup> J. A. Ferreira da Fonseca, “Um caso de nevrose numa menor de 15 anos”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (5, II, Fevereiro, 1914), 70-71.

<sup>39</sup> *Ibidem*, 14.

Uma outra ilustração desta preocupação encontrámo-la no *Relatório* subscrito por Álvaro Gomes Ferreira Pimenta e António Augusto Mendes Correia<sup>40</sup>, sobre um rapaz de 14 anos, “acusado de disparar dois tiros de revólver contra o dr. Afonso Costa, quando este tomava na estação de S. Bento o comboio para Lisboa”. Um detalhado exame é-lhe feito – hereditariedade; meio físico e social de origem; antecedentes pessoais; exame somático, e exame psíquico –, concluindo os autores que se “trata dum anormal, embora essa anormalidade não seja muito profunda” que foi “influenciado por um certo número de circunstâncias convergentes”<sup>41</sup>, que o levaram a cometer aquele acto. As recomendações expressas no *Relatório* são significativas:

É indispensável isolá-lo por algum tempo num instituto pedagógico conveniente, poupando-o às emoções e influências desse ambiente prejudicial e evitando as manifestações anti-sociais da sua precocidade mental com o regime preventivo dum adequada e metódica educação.<sup>42</sup>

Sinalizada a preocupação e fundamentalmente a problemática dos “menores anormais”<sup>43</sup>, a expressão da resposta institucional é encontrada na criação do Instituto Médico Pedagógico para Anormais<sup>44</sup>.

### O projecto regenerador

Este projecto comporta quatro dimensões fundamentais – política, social, institucional e científica – que caldeiam a Tutoria para o horizonte da perenidade no contexto da utopia republicana, expressa num paradigmático texto de Oldemiro Cesar (transcrito d’ *O Mundo*), “Um criminoso de 7 anos”<sup>45</sup>. Notícia-se um crime horrendo praticado por um menor, convocando-se os depoimentos de um magistrado, de um advogado, de um professor de medicina legal e de um alienista para, por um lado, auscultar as suas opiniões face à lei – e correlativamente à política social que a República propõe para estas circunstâncias – como, por outro lado, configurar soluções que tenham presente o diagnóstico científico. Em traços gerais as opiniões tendem a propor um internamento no quadro legislativo vigente, ressaltando que face à especificidade do caso, tal se deveria verificar numa instituição diferente do Rilhafoles, ou seja, como expressa Júlio de Matos, no “novo manicómio em projecto”<sup>46</sup>. A conclusão que, eventualmente, se pode retirar radica na percepção que existe uma natureza diferenciada dos casos de criminalidade infantil face à dos adultos (que um diagnóstico correcto confirmaria a sua real causa) como, também, as soluções propostas que – e ainda seguindo Júlio de Matos – deveriam contemplar duas vertentes entrelaçadas: uma médico-pedagógica e uma de instrução, com indelével incorporação da educação moral.

<sup>40</sup> Álvaro Gomes Ferreira Pimenta, António Augusto Mendes Correia, “Criminalidade Infantil. Um caso de homicídio frustrado”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (1, IV, Junho, 1916), 10-14.

<sup>41</sup> *Ibidem*, 13.

<sup>42</sup> *Idem*, 14.

<sup>43</sup> Pedro de Castro, “Anormais”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (1, I, Outubro, 1912), 4-5.

<sup>44</sup> “Instituto Médico-Pedagógico para Anormais”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (2, IV, Agosto, 1916), 12-14; “Anormais – Projecto de Lei”, *id.*, 14-15.

<sup>45</sup> Oldemiro Neves, “Um criminoso de 7 anos”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (8, II, Maio, 1914), 125-128.

<sup>46</sup> *Ibidem*, 128.

Tendo consciência de que se estava no “século das crianças” – como reiteradamente enfatizava João de Barros<sup>47</sup> – politicamente o projecto da Tutoria legitima-se num quadro de educação popular que quer transformar o homem num contexto em que “se discutem elementos novos que possam contribuir para uma melhor, uma mais perfeita, uma mais carinhosa arte de criar homens, de formar cidadãos, de fazer das crianças forças enérgicas e inteligentes”<sup>48</sup>, mas onde se perspectivam inevitáveis “modificações económicas”, almejadas como a indispensável condição para emergirem “estruturas morais” fundamentais para o “gozo das conquistas da democracia”, como defendeu Alexandre Barbas<sup>49</sup>, porque permitiriam criar “raízes fundas nas condições económicas do proletariado”<sup>50</sup>. É significativa, a este título, a reportagem sobre a *Festa da Árvore* ocorrida no ano de 1914. A notícia começa por sublinhar que a Festa da Árvore é a “Festa de consagração ao trabalho, à energia, ao esforço, à vida, mesmo”<sup>51</sup>.

“Já há muito que planeávamos preparar uma sessão solene aos que amam esta gloriosa instituição, para lhe expormos o pouco que fizemos do muito que há a fazer para redirmos pelo trabalho, e educação moral e profissional centenas de desventurados que aqui estão entrando, trémulos e desconfiados, como que atrás de si sentissem os apuros das ruas, e as maldições da sociedade.”<sup>52</sup>.

Esta síntese perfeita do projecto completa-se com a convicção de que se está cumprindo uma missão inadiável: “continuar a luta de ontem contra todos os factores da criminalidade infantil e contribuir, dentro da nossa acção para o aproveitamento de criaturas completamente rebaixadas pela maldade dos homens”<sup>53</sup>.

Descreve-se de seguida a jornada festiva, pontualizando os diversos momentos que a compuseram: visita ao edifício e sessão solene. Dá-se nota do conteúdo das intervenções de Alexandre Braga, Agostinho Fortes, José de Castro, António Macieira e Augusto Barreiros como, também, se reproduz o discurso de um *tutelado*. Respiquemos algumas passagens em que justamente a vertente política sobressai<sup>54</sup>:

Irmãos pela desventura, filhos adoptivos da República que nos aponta através de um futuro honrado, o caminho do dever, podemos neste momento solene confessar-nos orgulhosos, por termos por família todo um povo que nos abençoa e chama para a vida espiritual, dando-nos para vencermos, «Educação e Trabalho». (...).

Que sejam árvores de Solidariedade e de Mutualidade, e assim com elas, para frutificarem e encherem de aroma os que descansarem à sombra dos seus ramos, estão numa luta constante, arrancando da terra os alimentos que confeccionam e assimilam, preparemo-nos

<sup>47</sup> João de Barros, “A Criança”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (6, II, Março, 1914), 87-90.

<sup>48</sup> *Ibidem*, 89.

<sup>49</sup> Alexandre Barbas, “Educação Popular”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (2, I, Novembro, 1912), 22-23.

<sup>50</sup> *Ibidem*, 23; Maria João Vaz, “Gatunos, vadios e desordeiros. Aspectos da criminalidade em Lisboa no final do século XIX e início do século XX” in *Lei e Ordem*, 89-101; Eunice Relvas, *Esmola e Degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*, 13-33; 61-63; 81 sq.; Maria de Fátima Caldeira, *Assistência Infantil em Lisboa na 1ª República*, 23 sq..

<sup>51</sup> “Festa da Árvore”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (7, II, Abril, 1914), 104.

<sup>52</sup> *Ibidem*.

<sup>53</sup> *Idem*, 104, 106.

<sup>54</sup> *Idem*, 107, 108.

também nós, para viver do nosso labutar persistente, e entremos francamente na nobre democracia profissional.

Trabalhemos e seremos livres, solidarizemo-nos e amemo-nos e seremos grandes.

A defesa política da *Tutoria da Infância* encontra um expoente inusitado num texto belíssimo e escrito com um infundável sentimento por Caiel [Alice Pestana], “A Melhor Obra da República Portuguesa”<sup>55</sup>, onde se destaca a nótula sobre a criação da Tutoria – inserindo-a numa conjuntura internacional em que a defesa da infância em perigo é agenda privilegiada – e, com mestria, é sublinhada a sua vocação. Entre recordar que a lei que surgiu foi das primeiras que a República promulgou e o contributo decisivo do Padre António de Oliveira – que, como é enfatizado pela autora; “há largos anos vem exercendo um verdadeiro apostolado de protecção às crianças delinquentes ou desencaminhadas”<sup>56</sup> – Caiel afirma enfaticamente:

“O Refúgio vinha substituir a prisão, para menores, até aos 16 anos. (...) A minha terra tinha instituído os Tribunais para as crianças, ao implantar a República, sob o lema «Educação e Trabalho». E fê-lo da maneira mais bela, unindo ao ímpeto liberal do sistema norte-americano a ternura paternal do processo belga.”<sup>57</sup>

Acto contínuo, dá-nos uma preciosa descrição do Refúgio, anexo à Tutoria da Infância de Lisboa, tanto no aspecto físico como na ambiência pedagógica, sem jamais olvidar o “estudo científico da criança”, como peça crucial para o processo de julgamento, que é escalpelizado na sua inovadora singularidade, assim como destaca o percurso da sentença, fazendo notar que não há registo criminal e que o “juiz sentencia conforme lhe dita a consciência”; em síntese, sublinha Alice Pestana: “especialização do Tribunal, supressão da prisão, liberdade vigiada”<sup>58</sup>. Dedicada, depois, um par de incisivas linhas a denunciar o trabalho infantil e a estabelecer um roteiro das *Tutorias* criadas desde o decreto de 27 de Maio de 1911. Na parte final do artigo<sup>59</sup>, não deixa de manifestar o seu olhar atento em Espanha (“a minha segunda pátria”, cuida de esclarecer a autora) nesta matéria, como também não se coíbe de tecer um enorme louvor a Francisco Giner de los Rios<sup>60</sup>.

Relativamente à dimensão social acentua-se a perspectiva sociológica da problemática das crianças e jovens delinquentes, que, por vezes, é ensaiada em textos de forte cariz impressionista<sup>61</sup> e, em outras ocasiões, sustentada em análises que remetem para metodologias científicas que, frequentemente, surgem mais nítidas na dimensão médico-social, ainda que ancoradas em diferentes paradigmas. Contudo, a tónica geral das reflexões tende a configurar um conjunto de causas passíveis de serem consideradas como a origem da degenerescência e que estão circunscritas a zonas urbanas habitadas pelas classes populares ou, então, a espaços onde a precariedade e a relegação social são condições de desqualificação (fábricas, por exemplo, ou as zonas rurais). A tese que perpassa pela reflexão é a da influência do meio como

<sup>55</sup> Caiel, “A Melhor Obra da República Portuguesa”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (6, III, Junho, 1915), 3-7.

<sup>56</sup> *Ibidem*, 5.

<sup>57</sup> *Idem*, 4-5.

<sup>58</sup> *Idem*, 4-5; cf. Caiel, “Un Tribunal para Niños”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (11, III, Novembro, 1915), 1-4.

<sup>59</sup> Caiel, “A Melhor Obra da República Portuguesa”, 6-7.

<sup>60</sup> Ver José Maria Marco, *Francisco Giner de los Rios. Pedagogia e Poder* (Madrid: Ciudadela, 2008).

<sup>61</sup> Ver entre outros, Áurea Judite Amaral, “Música e flores”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (5, III, Maio, 1915), 3; Lopes Vieira, “Menores delinquentes. No Porto”, *id.* (3, III, Março, 1915), 11; Maria Feio, “Velhinhos e Crianças”, *id.* (3, IV, Setembro, 1916), 2-3.

responsável por todo um ciclo de criminalidade, delinquência e prostituição, bem como de inimagináveis formas de exploração infantil. Neste aspecto são criticadas todas as modalidades de promiscuidade que – segundo Agostinho Fortes<sup>62</sup> – não penalizam somente as classes populares, e que se declinam desde o alcoolismo até à “escravatura branca”, passando pela estrutural *carência* de instrução. Estudos de recorte sociográfico<sup>63</sup> e incursões etnográficas<sup>64</sup> colocam precisamente a questão de uma alarmante incidência etária – entre os 12 e os 14 anos –, cujos reflexos se podem inferir, por exemplo, da *gíria* usada pelos menores da Tutoria da Infância do Porto – que preocupantemente reproduz o universo dos espaços de sociabilidade de onde são originárias as crianças – e que é de “uso comum nos meios criminais do Porto”<sup>65</sup>. Se estas sondagens são fundamentais para detectar os mecanismos sociais da anomia, nesta dimensão também se revelam importantes as reflexões que matizam a necessidade de se criarem alternativas territorialmente embebidas, como sejam, associações e iniciativas municipais, como corolário da evolução natural das sociedades que – em sintonia com o pressuposto defendido por Magalhães Lima<sup>66</sup> – se encontram num estágio de solidariedade, ultrapassando, portanto, as fases anteriores da assistência, designadas pelo autor como a da caridade e a da filantropia. Esta crença, marcadamente inspirada no positivismo, não deixa contudo de inibir a esperança de no seio da própria sociedade despoletarem iniciativas que dilacerem os ciclos de pobreza e miséria e rompam com os estigmas e representações sociais dissolventes da projectada regeneração.

Uma perspectiva secularizante anima, portanto, estas posições que vão encontrar eco numa terceira dimensão do projecto, ou seja, a institucional. Exemplar desta perspectiva é a reflexão proposta por José de Magalhães em “Preservação da Infância”<sup>67</sup>, onde se defende com veemência que a “protecção da infância material ou moralmente abandonada” deve ser feita por duas vias complementares. Uma das componentes – glosando o pensamento do autor – é aquela em que a missão do Estado republicano se materializa na *Obra* que se imbrica nas *obras* de iniciativa particular – ou, dito de outro modo: a “protecção” deveria ser feita pela lei, que representada pelo Estado, significa, por definição, o dever de justiça e de salvaguarda dos direitos da criança, tendo, contudo, sempre em atenção a “beneficência” das iniciativas da sociedade, onde predominam o dever de caridade e a “compaixão instintiva” – o que significa que a “preservação” deveria incidir quer sobre “os rebentos são e aproveitáveis”, quer ir ao encontro dos “inválidos e degenerados”, expressado por José Magalhães do seguinte modo:

“a sociedade, tendo começado por se interessar pelos doentes e aleijados, passa mais tarde a ocupar-se dos indivíduos cada vez mais degenerados; por sua vez, o Estado, a quem sobretudo preocupam os valores sociais, os elementos são expostos a degene-

<sup>62</sup> Cf. Agostinho Fortes, “A prostituição infantil”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (3, I, Dezembro, 1912), 33-35; “A prostituição infantil”, *id.* (4, I, Janeiro, 1913), 52-53; “A prostituição infantil”, *id.* (5, I, Fevereiro, 1913), 70-72; “A prostituição infantil”, *id.* (2, III, Fevereiro, 1915), 2-3.

<sup>63</sup> Cf. Mendes Correia, “A criminalidade dos menores em Portugal”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (6, III, Junho, 1915), 7-9.

<sup>64</sup> [António Augusto] Mendes Correia, “Gíria de crianças delinquentes na Tutoria da Infância do Porto”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (10, III, Outubro, 1915), 2-5.

<sup>65</sup> *Ibidem*, 2.

<sup>66</sup> Magalhães Lima, “A solidariedade humana”, 7-8.

<sup>67</sup> José de Magalhães, “Preservação da Infância”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (2, I, Novembro, 1912), 19-21.

rarem, é levado pela própria natureza das coisas, a ocupar-se dos que, embora doentes ou degenerados, são, todavia utilizáveis e, porventura, regeneráveis”<sup>68</sup>.

A defesa da instituição – a outra componente enunciada pelo autor – passa então pela laicização no combate ao crime que tem que ter presente um axioma fundamental: “o longo e indeterminado internato, converterá a Escola [da Reforma] numa prisão, incómoda para os rapazes e inútil para a sociedade”<sup>69</sup>. Nesta óptica, assume-se como extremamente pertinente pensar-se o semi-internato<sup>70</sup>, bem como as dimensões pedagógicas que podem dinamizar o quotidiano institucional, como sejam, por exemplo, a leitura nocturna ou a figura do *delegado institucional*, num quadro do reconhecimento da qualificação profissional em consonância com o estipulado na legislação<sup>71</sup>.

A última dimensão considerada – a científica na vertente médico-social – remete, então, para o cerne da legitimação institucional, considerando precisamente a justificação nuclear da criação da Tutoria; escreve J. A. Ferreira:

“A decadência orgânica, a miséria fisiológica, e a degenerescência, que conduzem o indivíduo à degradação, acentuam-se cada vez mais, a par de todos os aperfeiçoamentos e progressos científicos”<sup>72</sup>.

O autor inventaria os “caracteres somáticos de miséria” (falta de peso, de estrutura e de nutrição, alcoolismo, tuberculose e sífilis) que enfaticamente defende poderem ser combatidos numa tripla frente: pela difusão dos “preceitos de boa higiene” – como “profilaxia física, moral e social” –; pela medicina preventiva – destacando a importância crucial do médico e do professor –, e pela “educação integral”<sup>73</sup>. Reclama a urgência em se criarem instituições onde se cumpram os objectivos acima esboçados, especificando que prioritariamente terão que ser maternidades, creches e asilos. J. A. Ferreira na sua reflexão dedica ainda um par de parágrafos a discutir a definição de anormal<sup>74</sup>. Em linhas gerais, o artigo define a produção científica que se gera em torno da experiência da Tutoria, indicando, no entanto, as vias em que a investigação se deverá centrar, que no seu entender terão que ser duas: uma, em torno da criança delinvente e a outra ter como objecto a criança anormal.

Dois relatos de casos concretos (já por nós convocados ao longo do texto) vão dar a ideia da diferença entre estas duas problemáticas.

A primeira ilustração é “Um caso de nevrose num menor de 15 anos”<sup>75</sup>. O texto é exemplar pela visibilização de toda a metodologia e pressupostos científicos accionados, por J. A.

<sup>68</sup> *Ibidem*, 20.

<sup>69</sup> *Idem*.

<sup>70</sup> “Liberdade vigiada”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (5, III, Maio, 1915), 11-13; “Os menores e o Registo Criminal”, *id.* (8, III, Agosto, 1915), 11-12; Alexandre Martins, “Penas disciplinares”, *id.* (11, III, Novembro, 1915), 6-8; A. B., “A obra da Tutoria”, *id.* (3, I, Dezembro, 1912), 41-42.

<sup>71</sup> Sobre os “delegados de vigilância”, ver Alexandre Barbas, “Delegados de Vigilância”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (4, II, Janeiro, 1914), 60-62 e Pedro de Castro, “Escolas de Reforma. Delegados de vigilância”, *id.* (7, III, Julho, 1915), 2-3 e “Delegados de Vigilância”, *id.* (8, III, Agosto, 1915), 1-2.

<sup>72</sup> J. A. Ferreira da Fonseca, “A luta contra a degenerescência”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (7, I, Abril, 1913), 101-104; *id.* (9, I, Junho, 1913), 145-148.

<sup>73</sup> *Ibidem*, 101-103, 145-146.

<sup>74</sup> *Idem*, 146 sq..

<sup>75</sup> J. A. Ferreira da Fonseca, “Um caso de nevrose numa menor de 15 anos”, 70-71.

Ferreira, na observação de uma menor internada na Tutoria. Nas conclusões do seu diagnóstico, o autor destaca que “desconhecendo os antecedentes hereditários, sabe-se apenas da influência do meio”, e quanto ao “exame directo” infere que a menor “é dotada de uma constituição fraca e dum temperamento linfático” apresentando, por consequência, “estigmas de degenerescência” – “estrabismo, e véu palatino fundo e ogival”, entre outros. O exame antropométrico – realizado de acordo com os cânones então em vigor<sup>76</sup> – aponta para que “os perímetros e diâmetros torácicos e cefálicos são menores do que a média das dimensões em crianças daquela idade”, notando – J. A. Ferreira – que “o sistema nervoso apresenta uma exagerada excitabilidade” em paralelo com “sintomas patognomónicos da existência de uma nevrose, histeria, que se exhibe pelas mais salientes e perigosas manifestações”. A observação psicológica corrobora a nevrose como a “existência de um desequilíbrio e perversão das faculdades intelectuais e morais”. No essencial, reitera o autor, que a “menor é uma doente, viciosa e anormal”, continuando:

Não tendo tido a indispensável educação física e moral, os bons exemplos e o conforto da família, e certamente uma regular alimentação, principiou naturalmente por sofrer a alteração e atrofia dos seus órgãos, e o desequilíbrio das suas funções, donde derivam as tendências para o vício, depravação moral e falta de correcção do seu proceder.<sup>77</sup>

Face a este diagnóstico, J. A. Ferreira, propõe uma solução – nos antípodas do manicómio e da prisão – num estabelecimento especial “denominado médico-pedagógico”.

A segunda ilustração é “Um criminoso de 7 anos”<sup>78</sup>, em que a questão que se coloca é precisamente a base do diagnóstico: “Qual a linha de demarcação entre a razão e a insânia?”, e, por consequência, a orientação institucional a seguir de acordo com o estipulado na legislação de 27 de Maio de 1911, que nos termos do Art.º 76º diz que o menor de menos de 9 anos completos, que for encontrado ao desamparo ou que tenha praticado um acto ou actos considerados crimes não incorrerá em qualquer pena, mas o presidente da Tutoria (de Lisboa, do Porto e de Coimbra, ou de qualquer das Tutorias comarcãs) tomando informações sobre o estado físico, moral e mental do menor e situação social, moral e económica dos pais ou tutores, procederá de harmonia com o estipulado<sup>79</sup>. Significa isto que a Tutoria pode entregar a qualquer instituição particular federada ou de assistência ou interná-lo numa Escola de Reforma do Estado, ressaltando-se que o menor só pode ser mantido até à maioridade. Caso se verifique que o menor delincente sofre de doença mental, fraqueza de espírito, epilepsia, histeria ou instabilidade mental<sup>80</sup>, a Tutoria deve remetê-lo para a respectiva instituição federada, que prescreverá o tratamento que ele necessita, podendo aí permanecer para além dos 21 anos e “até à sua morte se for incurável ou perigoso”.

---

<sup>76</sup> A. Aurélio da Costa Ferreira, “A spirometria em antropologia escolar”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (12, I, Setembro, 1913), 185-186; “O Peso do Corpo da Criança”, *id.* (9, III, Setembro, 1915), 4-8; *id.* (10, III, Outubro, 1915), 9-11; ver o modelo de “Boletim biográfico” utilizado na Tutoria, em *Relatório do Juiz Presidente da Tutoria Central da Infância de Lisboa* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916), 34-83. Sobre os “cânones antropométricos” ver Alves dos Santos, *Educação Nova. As Bases. I – O corpo da criança* (Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1919). Relativamente aos limites da antropometria, o próprio Alfred Binet já tinha sublinhado a recusa de qualquer política de segregação e as interpretações naturalistas, simplistas e eugénicas, cf. Bernard Andrieu, Guy Avanzini, Christina Clozza, *Introduction à l'oeuvre d' Alfred Binet* (Lyon: Chroniques Sociales, 2008).

<sup>77</sup> J. A. Ferreira da Fonseca, “Um caso de nevrose numa menor de 15 anos”, 71.

<sup>78</sup> Oldemiro Neves, “Um criminoso de 7 anos”, 125-128.

<sup>79</sup> *Lei de Protecção à Infância*, Art.º 76º, in República Portuguesa, *Tutoria da Infância e Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores*, 29.

<sup>80</sup> Ver as categorias configuradas na legislação e a respectiva resposta institucional: Art.ºs 76 a 83, *ibidem*, 29-31.

Significativamente para todos os casos estabelecidos o contributo da pedagogia afigura-se como incontornável, sendo contudo matizado em função da taxionomia estabelecida e da especificidade da resposta institucional.

Neste particular e tendo em atenção a designada criança delinvente, uma parte significativa das indagações centram-se, como diz Mendes Correia<sup>81</sup>, sobretudo num “problema educativo”, porque “o crime é muitíssimas vezes um produto de erros e lacunas da educação” que se entrosa em “taras ancestrais e estigmas de degenerescência” fruto da hereditariedade – ou seja: “um processo psicofisiológico normal”<sup>82</sup>. O reconhecimento de que a “criança nasce amoral” não inibe, o autor, de criticar as teses eugénicas e as da “escola italiana de antropologia criminal”<sup>83</sup>. Deve-se contudo sublinhar, como reitera Mendes Correia:

“Ao lado porém, de todos esses menores cujos crimes têm uma génese normal fisiológica, e não correspondem a profundas anomalias orgânicas ou mentais, surgem várias em que essas anomalias são de vulto. Em muitas delas, porém, ainda é possível atribuir um maior quinhão de culpa às condições do meio, do que às suas qualidades individuais.”<sup>84</sup>.

Introduzem-se deste modo as indagações sobre os anormais, que são considerados em cinco tipologias distintas: i) anormais por *deficit* intelectual (idiotas, imbecis, frouxos de espírito e sobretudo atrasados mentais); ii) instáveis (com ou sem debilidade mental); iii) asténicos (apáticos, abúlicos, preguiçosos); iv) anormais convulsionantes (perturbações gerais de epilepsia, histeria e coreia), e v) alienados propriamente ditos. Relativamente aos anormais por *deficit* físico ou sensível, considera Mendes Correia que “também contribuem frequentemente para a criminalidade infantil mas em geral as suas anomalias colaboram apenas por incidente com mais factores do crime”<sup>85</sup>. A grande questão, para o autor, centra-se “nos chamados anormais por defeito educativo (ignorantes, atrasados, pedagógicos, muito viciosos e imorais por hábito adquirido ou influência do meio, etc.), dão muito maior quota de delinquentes, mas na verdade trata-se de falsos *anormais*, porque os seus cérebros não têm necessariamente uma estrutura anómala ou patológica. Educados convenientemente, em crianças em nada se distinguem das crianças normais.”<sup>86</sup>.

Em síntese, poder-se-á referenciar que a um diagnóstico correcto<sup>87</sup> que determine para “além do conhecimento do crime e das circunstâncias deste, o estudo da organização física e psíquica do menor e das condições do meio” as “condições familiares e sociais no determinismo da criminalidade”<sup>88</sup>, corresponderá a acertada resposta institucional ancorada numa

<sup>81</sup> Mendes Correia, “A criminalidade precoce”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (11, I, Agosto, 1913), 179; cf. Mendes Correia, “A educação e a criminalidade”, *id.* (12, I, Setembro, 1913), 194-195.

<sup>82</sup> Mendes Correia, “A criança delinvente”, 4.

<sup>83</sup> *Ibidem*, 3.

<sup>84</sup> *Idem*, 5.

<sup>85</sup> *Idem*.

<sup>86</sup> *Idem*.

<sup>87</sup> Em termos gerais, sobre as condições de apurar informação para que o inquérito (diagnóstico), seja o mais real possível, no que se refere à situação concreta da criança ou adolescente, e sobre a interpretação dos dados obtidos ver J. Bettencourt Ferreira, “O valor dos Testemunhos”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (3, IV, Setembro, 1916), 7-8; *id.* (4, IV, Outubro, 1916), 4-5; *id.* (5, IV, Novembro, 1916), 3-4; A. A. Mendes Correia, *Crianças delinquentes, subsídios para o estudo da criminalidade infantil em Portugal* (Coimbra: F. França Amado, Editor, 1915), 118-128.

<sup>88</sup> A. A. Mendes Correia, *Crianças delinquentes, subsídios para o estudo da criminalidade infantil em Portugal*, 110-111; Mendes Correia, “A criança delinvente”, 5.

vertente educativa para evitar qualquer reincidência – temor este sempre presente em muitos dos artigos em que a possibilidade de *A Tutoria* claudicar na sua missão era configurada como a falência, no limite, do projecto republicano<sup>89</sup>, ou como enfatiza Alexandre Barbas:

“Quer dizer que o Estado contraiu a obrigação de o educar num estabelecimento adequado, e garantiu ao menor delinquente direito à assistência e defesa num meio, em que se possa regenerar, alcançando o equilíbrio moral para viver dentro da sociedade.”<sup>90</sup>.

### O projecto pedagógico

A Tutoria concebeu-se com um nítido propósito:

“A sua missão não é fazer do criminoso um santo, mas evitar que crianças, em que dominam ainda as primeiras paixões, em que os instintos escravizam a razão, se convertam em criminosos, se assim se podem chamar os indivíduos que, abandonados no acaso, às aventuras do tempo, se anormalizaram, a ponto de formarem uma classe à parte, em que a vida está ligada por actos de banditismo ponteados de lama e sangue.”<sup>91</sup>.

Galvanizado prossegue Alexandre Barbas, num tom de veras épico:

“O ideal de hoje, refração do ideal de amanhã, é reformar, reformar sempre até eliminar as causas do crime, é exaltar a individualidade, para ser orgulhosa no cumprimento dos seus deveres, é abrir escolas, para que se forme o carácter pela educação, e se vivifique a vontade pelo trabalho, se edenize o espírito pelo amor da ciência, e se magnetize o cérebro com as forças da Verdade.”<sup>92</sup>.

Configura-se, portanto, como afirma João de Barros, a crucialidade de formar “criaturas de iniciativa, de energia e de orientação moral; futuros cidadãos republicanos”<sup>93</sup>, ou seja, cidadãos com *aptidões* – isto é: homens civilizados – tal como expressa o autor, num trecho significativo da reflexão:

“A educação não é, pois, a arte de conduzir o homem a uma vaga perfeição que não é de nenhum tempo, nem de nenhum lugar; é a formação do cidadão de uma sociedade civilizada, num meio definido que é sempre social, no qual a família, a escola, as sociedades profissionais, etc., não-de exercer sobre ele poderosa influência.”<sup>94</sup>.

A Tutoria é pensada como um espaço de socialização, onde a proposta socioeducativa impera como condição fundamental da razão de ser da instituição, estando sempre explícita a enorme convicção que se cria um modelo educativo (num contexto organizacional novo)

---

<sup>89</sup> Ver António Macieira, “A obra da República”, 2-3 e Maria Feio, “A Tutoria da Infância”, *id.* (2, IV, Agosto, 1916), 5-6.

<sup>90</sup> Alexandre Barbas, “Julgamento de menores em Coimbra”, 6.

<sup>91</sup> Alexandre Barbas, “Acção moral da Tutoria”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (1, I, Outubro, 1912), 5.

<sup>92</sup> *Ibidem*, 8.

<sup>93</sup> João de Barros, “A República e a Escola”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (1, II, Outubro, 1913), 8.

<sup>94</sup> *Ibidem*, 9; cf. João de Barros, “Moral da Energia”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (7, II, Abril, 1914), 99-101.

incorporado num projecto sociopolítico moderno<sup>95</sup>. Contudo em termos da génese da instituição não é escamoteada qualquer herança, perpassando na proposta da Tutoria (bem como nos discursos dos seus defensores) a indelével continuidade relativamente ao protótipo dos *asilos cívicos*, bem como o indissociável reconhecimento das práticas pedagógicas ensaiadas pelo Padre António Oliveira<sup>96</sup>.

Centrando-se, o projecto da Tutoria, na criança com base num método científico marcado pelos debates epocais – em que se reconheciam também as causas sociais para os fenómenos de desfiliação sem, no entanto, se fazer qualquer alusão a factores estruturais – ancorados no estudo dos processos cognitivos para identificar qual o tipo de ensino mais conveniente para cada criança no quadro epistemológico de uma educação da inteligência por “exercícios de ortopedia mental”, como defendia Alfred Binet<sup>97</sup>, então, a proposta lançada, balanceava entre dois pólos, caracterizados, por Fernão Botto-Machado, do seguinte modo:

“Dêem ao homem de maus instintos com uma ilustração brilhante, uma ilustração enciclopédica, e deixem-no ao desamparo da educação dos sentimentos, deixem a sua alma desimpregnada da influência divina de uma mãe, dum pai, dum professor, dum autor, duma outra alma que enfim, lhe pregue o Bem e o Bom, e digam-me depois se ao serviço daquele desgraçado, em lugar duma formosa aptidão, não puseram uma arma que o torna mais perigoso. É que um homem não precisa só ser uma força e uma inteligência. Precisa, principalmente ser um carácter, e, se a inteligência reside no cérebro, o carácter reside no coração.”<sup>98</sup>.

A mensagem de Fernão Botto-Machado é corroborada num límpido texto de Luísa Sérgio onde para além de reivindicar uma pedagogia do trabalho aliada ao espírito cosmopolita, se propõe o estudo de “todos os métodos que tiverem dado bom resultado nos grandes países directores modernos”<sup>99</sup>, de modo a que as derivas mais ideológicas sejam controladas por asserções suportadas numa pedagogia cientificamente estruturada. Vão de encontro à reflexão de Luísa Sérgio os longos estudos de Adolfo Coelho<sup>100</sup> e de Aurélio da Costa Ferreira<sup>101</sup>,

<sup>95</sup> Cf. Joaquim Pintassilgo, *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa* (Lisboa: Edições Colibri, 1998).

<sup>96</sup> Victor Ribeiro, *História da Beneficência Pública em Portugal*, 161 sq.; Rogério Fernandes, “As casas de asilo da infância desvalida e a educação feminina” in *Para a compreensão histórica da infância*, 179-198; Aires Antunes Diniz, *A Escola Regeneradora do Padre António Oliveira*; cf., por exemplo, “Escolas da Reforma”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (1, III, Janeiro, 1915), 11.

<sup>97</sup> Alfred Binet, *Les idées modernes sur les enfants* (rééd., Paris: Eurédit, 2001).

<sup>98</sup> Fernão Botto-Machado, “Instruir, mas Educar”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (6, II, Março, 1914), 91.

<sup>99</sup> Luísa Sérgio, “Sobre a Educação da Criança”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (8, II, Maio, 1914), 123-125.

<sup>100</sup> Adolfo Coelho, “O estudo da criança”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (5, I, Fevereiro, 1913), 65-70 *et passim* (até 6, II, Março, 1914); “Para a história do trabalho manual escolar”, *id.* (10, I, Julho, 1913), 162-163; “O Ensino da Moral”, *id.* (8, II, Maio, 1914), 117-119 e *id.* (9, III, Setembro, 1915), 1-2; “Exercícios Corporais e Desenvolvimento da Moral”, *id.* (2, II, Fevereiro, 1915), 3-5 *et passim* (até 3, IV, Setembro, 1916).

<sup>101</sup> A. Aurélio da Costa Ferreira, “O Ensino da Pedologia na Escola Normal Primária”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (1, III, Janeiro, 1915), 3-6; “Palestras Ligeiras”, *id.* (4, IV, Outubro, 1916), 1-2; “Sobre Psicologia Estética e Pedagogia do Gesto”, *id.* (5, IV, Novembro, 1916), 5-12; cf. António Aurélio da Costa Ferreira, *Algumas Lições de Psicologia e Pedologia* (Lisboa: Lumen, s.d. [1921]); ver G. R., “O automatismo psicológico e a consciência reflexa na Educação”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (3, II, Dezembro, 1913), 41-43.

que são exemplares do extremo cuidado em fundamentar a prática educativa da Tutoria nos modernos movimentos pedagógicos, como também as reflexões produzidas pelos profissionais da instituição em que justamente estão presentes as suas *práticas* – neste aspecto são significativas as nótulas elaboradas a propósito dos castigos corporais, dos trabalhos manuais e da educação física (ginástica pedagógica)<sup>102</sup>. No seu conjunto as reflexões apontam para o ultrapassar dos constrangimentos que os modelos pedagógicos tradicionais colocam e, não pretendendo ficar reféns de concepções ultrapassadas, os profissionais vão questionando a sua própria acção e propondo, em simultâneo, que a modernidade pedagógica também se pode – e deve – instalar numa instituição que se quer diferente, porque se não se operar esta inevitável mudança, argumentam, corre-se o risco de se anquilosar, reproduzindo-se, portanto, o que secularmente negou o “desenvolvimento do espírito” – Mário de Aragão, professor de Educação Física, sintetiza brilhantemente a vontade de transformar: “Tudo se tornou necessário construir”. Aliando-se indelevelmente a esta dimensão, vão emergindo os argumentos que legitimam a Educação Moral, a Educação Física e a Educação Profissional<sup>103</sup> enquanto estruturantes de um projecto educativo em que os valores do trabalho, da lealdade, da solidariedade e da dedicação – ou bondade – são matriciais e que significativamente Andrade Saraiva<sup>104</sup> expressa como sendo o Escotismo o expoente máximo do trajecto educativo que a Tutoria explicitamente propõe.

Ultrapassando-se as possíveis divergências entre as posições, nomeadamente, dos profissionais – é, contudo, significativa a convergência na secularização do ensino, na denúncia da degenerescência (“definhamento da raça”) e na configuração de uma orientação eminentemente prática (“formar o aprendiz desenvolvendo o operário”) – está, então, legitimada a *educação integral* para a Tutoria, enquanto fórmula de operar a regeneração das crianças e dos jovens. As conclusões das reflexões apontam precisamente para repensar o projecto no âmbito desta sistematicidade que inclui a clara percepção de inculcar um horizonte de futuro.

Quanto à Educação Moral, defende-se a sua inserção curricular como significando uma *cultura laica* da alma, eminentemente prática com o objectivo de “desenvolver no espírito do educando todas as virtudes cívicas”<sup>105</sup>, porque a dimensão axiológica tem que ser aquela que deve ser ministrada numa “casa de Reforma”. Obviamente o espectro dos valores deve

<sup>102</sup> Augusto César Barreiros, “Trabalhos Manuaes”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (3, I, Dezembro, 1913), 39-41; Tolentino de Sousa Ganho, “Ginástica Pedagógica”, *id.* (4, I, Janeiro, 1913), 63-64; Mário de Aragão, “A Educação Física na Escola”, *id.* (6, I, Março, 1913), 91-92; Tolentino de Sousa Ganho, “Questões de Ginástica”, *id.* (7, I, Abril, 1913), 104-107; Cardoso Junior, “O trabalho manual educativo”, *id.* (7, I, Abril, 1913), 110-111; Mário de Aragão, “A Educação Física na Tutoria Central da Infância do Porto”, *id.* (7, I, Abril, 1913), 113-114; Alexandre Barbas, “Educação Moral – Castigos corporaes”, *id.* (8, I, Maio, 1913), 123-125; Cardoso Junior, “O trabalho manual educativo”, *id.* (8, I, Maio, 1913), 131-133; *id.* (12, I, Setembro, 1913), 189-191; Morais Mancheco, “Educação Física e Espírito Científico”, *id.* (1, III, Janeiro, 1915), 8-11; João de Sousa Tavares, “Trabalhos manuais educativos”, *id.* (12, III, Dezembro, 1915), 2-4.

<sup>103</sup> Alexandre Barbas, “Educação Profissional”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (11, I, Agosto, 1913), 177-179; *id.* (12, I, Setembro, 1913), 186-187.

<sup>104</sup> J. Andrade Saraiva, “O Escotismo como Sistema de Educação”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (5, IV, Novembro, 1916), 1-2.

<sup>105</sup> Alexandre Barbas, “Educação Moral”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (4, I, Janeiro, 1913), 55-56; *id.* (5, I, Fevereiro, 1913), 73-75; cf. Alexandre Martins, “«A Bondade» na educação do carácter”, *id.* (10, III, Outubro, 1913), 7-8.

ser disseminado a outras esferas de socialização, como, por exemplo, a família<sup>106</sup>, mas um afloramento quase inevitável da Educação Moral é traduzido pela intensidade com que se debate a questão dos ditos “castigos corporais”, que tende a ser encarada como “princípio absolutamente condenável”<sup>107</sup>, mas que levanta uma inevitável interrogação: “Como manter a ordem e o respeito no meio dos internados?”<sup>108</sup>. Uma posição pragmática tende a prevalecer mas que obviamente pressupõe práticas pedagógicas bastante inovadoras já que se terá de compaginar a “vigilância consciente”, dos internados, com a “intervenção ponderada”, dos profissionais, corrigindo-se quotidianamente os “defeitos, muitos deles resultantes mais da herança acumulada de séculos do que propriamente a vontade individual”<sup>109</sup>. Um interessante exemplo desta mobilização encontra-se na institucionalização do “Conselho Escolar”, enquanto instância de participação de uma vivência democrática<sup>110</sup>.

Relativamente à Educação Física não se reduz ao normal funcionamento “regular e proporcional de todos os sistemas orgânicos”<sup>111</sup>, visando o “aperfeiçoamento do indivíduo”<sup>112</sup>, particularmente pelo “efeito seguro”<sup>113</sup> na educação geral, quando “acompanhada dum boa higiene, alimentação, dum certa educação intelectual”. Não se esconde na argumentação o domínio da “ciência eugénica”<sup>114</sup>, temperado contudo pela importância da Educação Física enquanto momento de “consciencialização” e de “disciplina” do “futuro cidadão”<sup>115</sup>.

No que concerne aos Trabalhos Manuais, eles são percebidos já não como um “factor de vida económica”, mas, pelo contrário “como sistema educativo destinado a cooperar na cultura integral com um novo carácter – o de *actividade criadora* que é preciso dar à educação moderna”<sup>116</sup>, revestindo uma dimensão “emancipatória”, como defende Alexandre Barbas<sup>117</sup>. Resultando da “centralidade do trabalho”, a configuração da Educação Profissional:

“Seria o verdadeiro curso de aprendizagem, acompanhado da educação literária e sobretudo moral, que o semi-internato completaria, colocando os rapazes em relação com as necessidades e surpresas das oficinas.”<sup>118</sup>

<sup>106</sup> José Guilherme Pacheco de Miranda, “A educação da criança no seio da família (Notas de uma conferência)”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (2, II, Novembro, 1913), 21-24.

<sup>107</sup> Agostinho Fortes, “Castigos corporaes”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (2, I, Novembro, 1913), 18.

<sup>108</sup> Alexandre Barbas, “Educação Moral – Castigos corporaes”, 124.

<sup>109</sup> *Ibidem*, 12, Agostinho Fortes, “Castigos corporaes”, 19.

<sup>110</sup> Ver “Conselho Escolar. Acta n.º 1”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (3, III, Março, 1915), 13.

<sup>111</sup> Tolentino de Sousa Ganho, “Ginástica Pedagógica”, 64; *cf.* Tolentino de Sousa Ganho, “Questões de Ginástica”, 104-107.

<sup>112</sup> Mário de Aragão, “A Educação Física na Escola”, 91.

<sup>113</sup> Mário de Aragão, “A Educação Física na Tutoria Central da Infância do Porto”, 114.

<sup>114</sup> Morais Mancheco, “Educação Física e Espírito Científico”, 8-11.

<sup>115</sup> Mário de Aragão, “A Educação Física na Tutoria Central da Infância do Porto”, 114.

<sup>116</sup> Cardoso Junior, “O trabalho manual educativo”, 131; ver a defesa histórica do argumento, Cardoso Junior, “O trabalho manual educativo”, 110-111; *cf.* Augusto César Barreiros, “Trabalhos Manuaes”, 39-41, que defende os trabalhos manuais “como uma ciência”, talvez “um dos ramos mais difíceis das ciências pedagógicas”, daí a necessidade de formação nas Escolas Normais.

<sup>117</sup> Alexandre Barbas, “Educação pelo Trabalho. Aos nossos aprendizes”, *id.* (1, II, Outubro, 1913), 9-11.

<sup>118</sup> Alexandre Barbas, “Educação Profissional”, 179.

No entanto, a Educação Profissional é defendida por ser a *educação prática* fundamental para evitar que os jovens, uma vez em liberdade, “continuem a vida de sempre, errantes ao azar da sorte, perseguidos e maltratados, até, pela idade, poderem ser incluídos na família dos criminosos vulgares”.<sup>119</sup>

### A institucionalização

O momento de institucionalização é o objecto de uma avaliação em 1916, elaborada por Pedro Augusto Pereira de Castro<sup>120</sup>. O *Relatório* refere de forma entusiástica o penúltimo ministro da Justiça da Monarquia, o juiz Francisco José de Medeiros, definido como um “espírito rasgadamente liberal” – aliás, na linha de valorização de anteriores governantes já subscrita por Pedro de Castro nas páginas d’ *A Tutoria* – que encontra expressão denodada no panegírico tecido em torno da acção de Veiga Beirão, onde se destaca a criação das *Casas de Correção* (“onde se ministrava instrução moral, literária e profissional; o ensino de música, exercícios militares e de ginástica”) e de uma *Colónia Agrícola*, “nas vizinhanças de Lisboa”, para além da instituição das *Comissões Auxiliares das Casas de Correção e das Colónias Agrícolas* e de admitir a situação de *liberdade vigiada* para os “menores condenados por vadiagem que tivessem dado provas de regeneração”<sup>121</sup>. Pedro de Castro considera Veiga Beirão como um dos grandes inspiradores da lei de 27 de Maio de 1911: “muitas delas [das suas ideias] modificadas simplesmente quanto à forma ou ampliadas foram adoptadas” – e louva o empenho de Afonso Costa. O inventário elaborado por Pedro da Cunha, considera alguns pontos críticos, que se concentram em torno da dilemática questão da *liberdade vigiada*<sup>122</sup> e da impossibilidade de se criar uma rede sólida para responder aos problemas, Pedro de Castro afirma peremptório que:

Entre nós pode dizer-se que não há associações de carácter particular, especialmente destinadas a proteger a infância delinquente; as associações que possuímos têm uma missão muito especial, e entrincheiram-se demasiadamente na letra da sua lei estatutária. E assim é que só o Albergue das Crianças Abandonadas e a Casa Mãe (Grandela) tem prestado o seu concurso à Tutoria, concurso aliás valioso e desinteressado.<sup>123</sup>

Não deixa contudo de referir que há iniciativas particulares que “exercem a sua missão altruísta”, com grande sacrifício.

No *Relatório* identificam-se como extremamente sensíveis a problemática dos *anormais patológicos*<sup>124</sup> e a urgente necessidade de criação de escolas profissionais para os menores de 14 a 16 anos<sup>125</sup>.

As reflexões sobre as estatísticas da Tutoria<sup>126</sup> são extremamente pertinentes:

---

<sup>119</sup> Alexandre Barbas, “Escolas Profissionais”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (1, III, Janeiro, 1915), 7.

<sup>120</sup> *Relatório do Juiz Presidente da Tutoria Central da Infância de Lisboa*; cf., Pedro Augusto Pereira de Castro, *Rapport présenté au Congrès International de Protection à l’Enfance – Bruxelles – 23-24 Juillet 1913* (Lisboa: Tip. de la Bécarre, 1913).

<sup>121</sup> P. de C., “O dr. Veiga Beirão e a Infância Delinquente”, *A Tutoria. Revista Mensal Defensora da Infância* (4, IV, Outubro, 1916), 8-9.

<sup>122</sup> *Relatório do Juiz Presidente da Tutoria Central da Infância de Lisboa*, 9,10 sq..

<sup>123</sup> *Ibidem*, 10.

<sup>124</sup> *Idem*, 13.

<sup>125</sup> *Idem*, 16.

<sup>126</sup> *Idem*, 14 sq..

“a grande percentagem dos indivíduos recolhidos no Refúgio são menores de 11 a 15 anos de idade, filhos de gente sem recursos para lhes mandar ensinar um ofício, ou desprovidos de auxílio para os colocar onde possam exercitar algum mester, os quais se deixam arrastar para a mendicidade das ruas, para a prática do pequeno furto, para a vagabundagem, numa palavra”.

Continua Pedro de Castro destacando, uma possível inferência que a leitura dos dados pode permitir, dizendo que:

“É coisa notável, este facto coincide quase sempre com o *terminus* da frequência escolar primária. Até esse momento o menor entreteve o espírito e a actividade na escola, mas afastada dela, começa a sua peregrinação pela cidade, e bem depressa se deixa prender pelo vício da esmola e do furto para satisfazer os apetites que seduzem a sua infantibilidade, ou tem a infelicidade de ser seduzido por criaturas já inveteradas no crime, que o exploram e depois despenham no mesmo caminho.”

Como corolário desta leitura duas observações merecem-lhe um comentário particular: a primeira observação relaciona-se com a prostituição clandestina – específica que é exclusivamente citadina – que é a que “fornece à secção feminina a maior percentagem de menores” e a outra observação prende-se com o futuro formativo próximo para os “menores que deram provas de bom aproveitamento e de boa conduta”.

As conclusões do *Relatório* começam por sublinhar que “as deficiências e faltas notadas [já em 1911] subsistem e, infelizmente muito agravadas”<sup>127</sup>, destacando que o Refúgio tende a ser “um larguíssimo estágio” – quando a lei prevê recolher os “menores só pelo tempo indispensável para se lhes organizar o respectivo boletim biográfico” –, pelo que configura que se criem *Escolas de Reforma* (“para os dois sexos, escolhendo-se de preferência locais afastados dos grandes centros”); *Casas de Correção* (“para menores grandemente pervertidos e incorrigíveis”); *Institutos de Assistência* (“para menores maltratados, desamparados (...), e simplesmente abandonados”) e o *Instituto Médico-Pedagógico* (“para tratamento e educação de menores portadores de doenças nervosas e mentais”); evidenciando que não se organizam *brigadas* de delegados de vigilância, e, fundamentalmente, denunciando a falta de eficácia – ausência de “resultados práticos bem visíveis” – do modelo proposto, quer a montante, quer a jusante da Tutoria. Ao terminar o *Relatório* refere que as observações tecidas são um aviso para que se não deixe sem meios de execução uma das obras que maior soma de benefícios e prestígio pode dar à República, quando guardar, defender e proteger eficazmente os menores em perigo moral, maltratados, desamparados e delinquentes, sob a divisa: *Educação e Trabalho*.<sup>128</sup>

Em 1925 é promulgado o Decreto n.º 10.767, com força de lei, sobre os Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores<sup>129</sup>. O *Relatório* que precede o Decreto é uma peça importante na avaliação do trajecto da Tutoria bem como no repensar algumas questões metodológicas e científicas, nomeadamente as concernentes à substantivação das taxionomias<sup>130</sup>. No *Relatório* também se evidenciam os aspectos relacionados com a economia do

<sup>127</sup> *Idem*, 28 sq..

<sup>128</sup> *Idem*.

<sup>129</sup> República Portuguesa, *Tutoria da Infância e Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores. Decretos de 10 de Maio de 1911 e 15 de Maio de 1925 e portarias de 16 de Julho de 1925.*

<sup>130</sup> *Ibidem*, 55 sq..

processo face a “futuras despesas improdutivas” e referem-se as articulações extremamente vitais entre os “serviços de assistência, os serviços de instrução e os serviços de justiça” – e de modo mais amplo configuram a colaboração entre o Estado e a iniciativa particular – com o objectivo de *defesa social*<sup>131</sup>, enfatizando-se que o Estado não se pode demitir do processo de protecção da infância.

Um ponto importante que se sublinha no *Relatório* é o da distinção entre *anormalia* e *patologia*, avançando-se para uma classificação dos anormais (“irregulares por causa social; irregulares por causa biológica ou física, e irregulares psíquicos ou neuropsíquicos”) que deve encontrar resposta em serviços adequados<sup>132</sup>.

O problema da delinquência infantil deve ser encarado sob uma tripla perspectiva: social, jurídica e médico-pedagógica – ou seja, como se refere no documento: os *elementos reformadores*<sup>133</sup>. Nesta linha são tecidas considerações sobre a *observação* e a *regeneração* dos diferentes tipos de crianças que compõem a designada população infantil delinvente (“crianças normais, a quem a instrução e a educação não deram faculdades”; “analfabetos”; “anormais pedagógicos”, e “anormais”), como, também, se analisa o funcionamento identificando e sinalizando os constrangimentos, em especial a “multiplicidade e variedade de diplomas legais que tornam, por vezes, obscuro e difícil o conhecimento exacto das disposições aplicáveis” e a “falta de coordenação dos serviços públicos”<sup>134</sup>.

Com base na experiência de catorze anos de funcionamento – onde se compagina a história do decreto de 27 de Maio de 1911 e se evoca a acção do Padre António de Oliveira – são seriados os *vícios*<sup>135</sup> dos serviços jurídicos, a saber: nomenclatura imprópria e alargamento da “função dos internatos dos serviços judiciários àqueles menores que só necessitavam de amparo moral e económico da assistência pública ou privada”. Nesta óptica, definem-se especificamente os serviços de justiça para os *menores delinquentes e indisciplinados*, e para os *menores não delinquentes nem indisciplinados* (“mas em *perigo moral*, por pobreza, maus-tratos, desamparo, abuso e más instigações”), designados por Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores<sup>136</sup> – Refúgios (detenção provisória), Reformatórios (de reforma) e Colónias Correccionais (de correcção). Os Refúgios estão anexos à Tutoria, e a diferença entre Reformatórios e Colónias Correccionais, assenta “fundamentalmente na diferença do regime de regeneração, de disciplina e de sanções a que têm que ser sujeitos os menores, tendo em atenção os vários elementos de informação e de observação obtidos”<sup>137</sup>. Às funções da Federação<sup>138</sup> – que se passará a denominar: Federação Nacional das Instituições de Protecção à Infância – são dedicadas algumas páginas, frisando-se que será um “instituto de utilidade pública” com estatuto, personalidade jurídica e património próprios. A parte final do *Relatório* centra-se nos designados *factores que perturbam*:

“A ordem e a disciplina social não podem surgir como por encanto da simples transmutação de valores que resultou da mudança de regime político, circunstância esta

<sup>131</sup> *Idem*, 54.

<sup>132</sup> *Idem*, 55-57.

<sup>133</sup> *Idem*, 58.

<sup>134</sup> *Idem*, 59 sq..

<sup>135</sup> *Idem*, 61.

<sup>136</sup> *Idem*, 67 sq..

<sup>137</sup> *Idem*, 67.

<sup>138</sup> *Idem*, 69.

contrariada pela profunda crise gerada na grande convulsão social, a que nos foi dado assistir na nossa época.”<sup>139</sup>.

## Conclusão

Em finais da 1ª República, em 1925, aquando da publicação do Decreto n.º 10.767<sup>140</sup> já se evidenciavam os sinais de uma deslocação dos princípios estruturantes da Lei de 1911. As condições políticas e ideológicas posteriores saldaram indelevelmente um projecto que se quis dinamizado por um modelo educativo assente num cruzamento de saberes e centrado numa demanda das causas educacionais e culturais dos crimes de que eram imputados os menores e adolescentes. A preocupação patente em serem ultrapassados os formalismos jurídicos pelo recurso aos argumentos produzidos em sede sociológica, médica e pedagógica suporta uma indelével dimensão de inovação e modernidade que estruturaram o objectivo educativo da instituição, selando um sentido inequívoco: fazer evoluir o sistema judicial – e a própria sociedade – no sentido do respeito pela liberdade e integridade das crianças, como também, e de modo, porventura, mais amplo, disseminar uma concepção de direito como um instrumento de protecção e promoção dos mais fracos.

Razões objectivas resultantes da inusitada realidade que caracterizou a consolidação da República, ditaram que a experiência da Tutoria ficasse refém de um conjunto de constrangimentos, nomeadamente financeiros<sup>141</sup> mas ainda de natureza jurídica<sup>142</sup>, que não possibilitaram que a instituição resgatasse a sua autonomia. Os valores difundidos da fraternidade e solidariedade debateram-se, na prática, entre a necessidade de socialização e a pressão da defesa social o que, porventura, originou que, paulatinamente, a própria Tutoria se fosse degradando no âmbito da sua pureza genésica e se transformasse no contrário daquilo que esteve na base da sua criação<sup>143</sup>. Enquanto marco da utopia republicana, a Tutoria é objectivamente um espaço de liberdade e de respeito cívico, consubstanciando a essência da República. Mobilizou actores e dinamizou práticas na firme convicção de que se almejaria um futuro diferente. Respeitou uma tradição como condição de marcar a ruptura proporcionando um presente digno. Sucumbiu, no entanto, face ao embate com uma conjuntura madraça e que fez esboroar o múltiplo investimento, porventura, mais simbólico do que material, que perpassa pelos documentos fundadores, em que a apologia de um “governo de si” (Michel Foucault) era nítida<sup>144</sup>: uma ética (que pressupõe o controlo dos pensamentos e das paixões) direccionada para um viver republicano.

Estes aspectos merecem ser sublinhados como possíveis pontos onde o projecto da Tutoria terá claudicado e de onde não se poderão evacuar os ideais que agitaram a construção de uma República em Portugal.

<sup>139</sup> *Idem*, 70.

<sup>140</sup> República Portuguesa, *Tutoria da Infância e Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores*, 52-71.

<sup>141</sup> Maria de Fátima Caldeira, *Assistência Infantil em Lisboa na 1ª República*, 207 sq..

<sup>142</sup> Fátima Moura Ferreira, “Representação sobre a delinquência dos menores e o universo da criança a proteger na 1ª República: entre o campo da justiça e da assistência” in *Pobreza e Assistência no Espaço Ibérico (séculos XVI-XX)*, 49-68; ver Américo de Campos Costa, *Notas à Organização Tutelar de Menores* (Coimbra: Atlântida Editora, 1967).

<sup>143</sup> Para a trajectória posterior da Tutoria, ver, por exemplo, João Teixeira Lopes *et al.*, *A Tutoria do Porto. Estudo sobre a morte social temporária* (Porto: Afrontamento, 2001).

<sup>144</sup> Michel Foucault, *Le Gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France, 1982-1983* (Paris: Gallimard / Seuil, 2008).



Carla Patrícia Silva Ribeiro

## O “heróico cinema português”<sup>1</sup>: 1930-1950.

### R E S U M O

*As décadas de trinta e quarenta do século XX português constituem, dentro da trajetória bastante irregular do cinema nacional, a época de maior regularidade.*

*Com efeito, foi neste período que se verificou um considerável desenvolvimento do meio cinematográfico nacional. Este revelou-se um tempo dinâmico, quer a nível da produção, com o aparecimento dos filmes sonoros e das produtoras nacionais e respectivos estúdios, quer no que ao consumo diz respeito, com a multiplicação de salas de cinema; traduziu-se ainda no advento de revistas da especialidade, como a *Kino*, a *Imagem* ou o *Cinéfilo*, e no aparecimento de importantes realizadores portugueses – António Lopes Ribeiro, Leitão de Barros, Jorge Brum do Canto, Chianca Garcia –, produzindo-se relevantes trabalhos cinematográficos.*

*Desta forma, neste artigo pretende-se apresentar o projecto cinematográfico nacional da época em estudo, possibilitando uma compreensão mais clara da evolução cinematográfica portuguesa no período de edificação do Estado Novo.*

*PALAVRAS-CHAVE: Projecto cinematográfico português, Estado Novo, condicionamento/ dependência estatal.*

### A B S T R A C T

*The decades of the thirties and forties of the portuguese twentieth century are, within the rather irregular path of national cinema, the era of greater regularity.*

*Indeed, it was this interwar period which saw considerable development of national cinematic life. This proved to be a dynamic time, both in terms of production, with the advent of sound films and national producers and their studios, both as regards to consumption, with the proliferation of cinemas; there was still the advent of magazines, like *Kino*, *Imagem* or *Cinéfilo*, and the emergence of important portuguese filmmakers – António Lopes Ribeiro, Leitão de Barros, Jorge Brum do Canto, Chianca Garcia – producing relevant cinematographic works.*

*Therefore, this article aims to present the national cinematographic project, enabling a clearer understanding of its development, in the period of construction of Estado Novo.*

*KEYWORDS: Portuguese cinematographic project, Estado Novo, state conditioning/ dependency.*

## Introdução

Inscrito na esfera cultural, o cinema apresenta-se como um dos elementos de maior influência, uma vez que traz consigo “uma qualidade que às outras [artes] falta em absoluto: o ritmo da vida, o seu dinamismo”<sup>2</sup>.

Entre nós, a geração do primeiro Modernismo português sente rapidamente a novidade estética que é o cinema. Com efeito, além do precoce ensaio de António Ferro, de 1917 – *As Grandes Trágicas do Silêncio* –, outras iniciativas se podem apontar, indicando o emergir em Portugal de uma cultura cinematográfica: em 1921, *Da sugestão ao animatógrafo*, estudo psicológico, social e crítico da autoria de Mário Gonçalves Viana e, em 1925, o ensaio de cinefilia de Roberto Nobre, *Charlotim e Clarinha*. No contexto das ideias futuristas, da nova civilização da máquina e do movimento, os intelectuais acolhem o cinema como uma arte jovem, uma arte nova, “sinfonia de luz, catedral de movimento”, como a apelidou

<sup>1</sup> António Ferro, *Teatro e Cinema (1936-1949)* (Lisboa: SNI, 1950), 53.

<sup>2</sup> Manuel de Azevedo, *O Cinema em Marcha* (Porto: Cadernos Azuis, 1941), 14.

Riccioto Canudo<sup>3</sup>, considerando, à semelhança de Lenine em 1917, que o “cinema é a mais importante de todas as artes”<sup>4</sup>.

### Os Anos 30

A década de trinta e a primeira metade da de 1940 apresentam-se como um momento fulcral em Portugal, um período de consensualidade na sociedade portuguesa, de ressurgimento nacional: o regime está no começo, na fase de arrumação e ordenamento. Nela, uma “geração de jovens furiosamente cinéfila”<sup>5</sup> vai-se afirmando, e aos seus ideais modernistas, através da crítica especializada nas revistas (*Cinéfilo*, *Animatógrafo*, *Imagem*, *Kino*)<sup>6</sup> e na curta e média metragem, procurando desenvolver uma indústria cinematográfica portuguesa de nível europeu, que lhes permitisse afirmar-se artisticamente.

António Lopes Ribeiro, o teórico desta geração, e José Leitão de Barros, o seu eixo impulsionador, com ligações aos meios jornalísticos afectos ao salazarismo, onde se destaca António Ferro, trazem consigo Chianca de Garcia, Arthur Duarte, Cottinelli Telmo, Jorge Brum do Canto, que se afirmam nestas duas décadas, dominando a produção, a nível de códigos, paradigmas e géneros fílmicos. De origens e formações diversas, provinham todos, no entanto, do mundo das belas-artistas, partilhando uma “paixão revolucionária” que se traduziu, em quase todos, no renegar do passado do cinema português, em especial os “filmes do Porto”<sup>7</sup> e, ainda, na fidelidade ao Estado Novo que, acreditavam, “era tão capaz de os entender como eles de se entenderam nele”<sup>8</sup>.

Em 1931, a novidade do cinema sonoro chega a Portugal e o primeiro filme nacional deste género apresenta um tema *bem português*, com a adaptação ao grande ecrã de uma peça de Júlio Dantas, datada de 1901, que narra a história de amor entre o Marquês de Marialva e uma meretriz cigana, Maria Severa Onofriana, que se tornaria figura lendária por ter levado o fado, forma musical associada às classes mais baixas e mesmo à marginalidade, aos salões da nobreza. Realizado por Leitão de Barros<sup>9</sup>, e tendo em conta a ausência de condições técnicas em Portugal para a rodagem deste tipo de filmes, as cenas de interiores de *A Severa* foram filmadas em Paris, sendo igualmente aí que se fez a sonorização do projecto.

<sup>3</sup> Luís de Pina, *A Aventura do Cinema Português* (Lisboa: Veja, 1977), 16.

<sup>4</sup> António Pedro Vicente, “Cinema” in *Dicionário de História de Portugal*, VII Vol., Suplemento do Dicionário de História de Portugal, dir. António Barreto e Filomena Mónica (Porto: Figueirinhas, 1999), 320.

<sup>5</sup> João Bénard da Costa, *Histórias do Cinema* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991), 38.

<sup>6</sup> Sendo estas as principais revistas de cinema e com maior peso na discussão do projecto cinematográfico nacional, é importante não esquecer os contributos de muitas outras, como o *Porto Cinematográfico*, a *Invicta Cine*, a *Cine-revista* ou *Movimento*, todas elas portuenses e, em Lisboa, a *Cinegrafia*, o *Cine-jornal* e a *Filmagem*.

<sup>7</sup> Referência ao “Ciclo do Porto” e à *Invicta Filme*, cuja produção, entre 1918 e 1925, foi dominada por estrangeiros, a nível da realização (os franceses Georges Pallu, Maurice Mariaud e Roger Lion e o italiano Rino Lupo), mas também na fotografia, na equipa técnica e mesmo no que aos intérpretes diz respeito.

<sup>8</sup> João Bénard da Costa, *Histórias do Cinema*, 40.

<sup>9</sup> Autor de *Nazaré, Praia de Pescadores*, filme mudo de 1929, saudado pela crítica pelas suas qualidades estéticas, onde era visível a influência das cinematografias soviética e alemã (países onde havia estado, juntamente com António Lopes Ribeiro, contactando aí com grandes cineastas como Fritz Lang e Eisenstein), na insistência do grande plano, nos efeitos de montagem e na valorização da fotografia enquanto elemento dramático. Em 1930 filma *Lisboa, Crónica Anedótica*, obra bem recebida pela crítica. Ainda nesse ano aparece *Maria do Mar*, porventura o filme que reúne maior consenso entre os críticos.

O êxito de público e de crítica foi indescritível: o filme esteve em cartaz mais de seis meses, visto só nesse ano de 1931 por 200 000 espectadores<sup>10</sup>.

Todavia, a situação do cinema em Portugal, nestes primeiros anos do Estado Novo, sofre os efeitos da recessão económica inerente à crise mundial de 1929 e passa pelas dificuldades específicas resultantes da necessidade de reconversão da indústria e dos circuitos de difusão ao cinema sonoro. Deste modo, a falta de condições determina continuar-se na senda da realização de filmes mudos, em geral com pouca originalidade e reduzida aceitação popular e crítica. Uma excepção, a nível artístico, viria a ser uma curta-metragem documental de dezoito minutos, exibida como complemento de *A Severa*, no V Congresso Internacional da Crítica, realizado em Lisboa, em 1931 – *Douro, Faina Fluvial*, de Manoel de Oliveira<sup>11</sup>. A seu propósito escreveu na altura José Régio, na revista *Presença*: “Isso que pretenderam alguns pintores futuristas – colocar o espectador no próprio centro do quadro – consegue-o Manoel de Oliveira no seu filme. Indefeso e surpreso, o espectador é arrastado pelo ritmo vertiginoso daqueles quadros e semiquadros que continuamente se completam e desenvolvem”<sup>12</sup>.

Apesar das dificuldades de implantação de uma indústria cinematográfica em Portugal, há um público fiel para o cinema nacional; por outro lado, as salas de cinemas vão surgindo, bem como as infra-estruturas: a Lisboa Filme, de Francisco Quintela, surge em 1928 e a Ulysseia Filme, de Manuel Albuquerque, Raul Lopes Freire e José Nunes das Neves, no ano seguinte. Vive-se um clima de “intensa adesão, de agressivo, acérrimo combate até”<sup>13</sup> pelo cinema sonoro em Portugal, e é nas páginas das revistas *Imagem* e *Cinéfilo* que se podem acompanhar as vicissitudes desta campanha que pugna pela necessidade da construção de um estúdio devidamente equipado e pela resolução, na sua globalidade, do problema cinematográfico nacional<sup>14</sup>.

No âmbito destas reivindicações, é criada em 1930 uma Comissão, nomeada pelo Ministério do Interior e empossada pelo coronel Óscar de Freitas, Inspector-Geral dos Espectáculos<sup>15</sup>. Esta interferência do Estado a nível da implementação do cinema sonoro em Portugal justifica-se face ao crescente peso do cinema sonoro estrangeiro no nosso país, sendo que “o Estado receia, por um lado, uma invasão dos valores culturais estrangeiros e apercebe-se, por outro lado, das potencialidades do cinema como veículo ideológico de unificação nacional”<sup>16</sup>.

<sup>10</sup> Este sucesso verificou-se tanto em Portugal como no Brasil.

<sup>11</sup> Já com este primeiro projecto se tornou evidente o que se foi confirmando em grande parte da carreira do cineasta: dificuldades de aceitação entre o público português e grande reconhecimento junto da crítica internacional. Só três anos depois *Douro, Faina Fluvial* teria exibição pública, com partitura musical da autoria de Luís de Freitas Branco, como complemento do filme *Gado Bravo*, de António Lopes Ribeiro.

<sup>12</sup> Abílio Hernandez Cardoso, “O cinema: do mudo aos anos de agonia” in *Portugal Contemporâneo*, 2 Vol., dir. António Reis (Lisboa: Publicações Alfa, 1996), 699.

<sup>13</sup> M. Félix Ribeiro, *Filmes, figuras e factos da história do cinema português (1896-1949)* (Lisboa: Cinemateca Portuguesa, 1983), 277.

<sup>14</sup> A discussão do futuro do projecto cinematográfico português sempre dividiu as opiniões e, no que concerne à questão do estúdio, enquanto uns apelam à iniciativa privada, outros defendem o Estado como agente da sua criação.

<sup>15</sup> Esta Comissão integrava os nomes mais representativos do cinema português: Ricardo Jorge e o arquitecto Raul Lino, representantes respectivamente do cinema São Luís e da empresa do Tivoli, a nível do sector da exibição; João Botto de Carvalho e J. Castello Lopes, em representação dos distribuidores; Leitão de Barros, director de produção da Sociedade Universal de Superfilmes e Aníbal Contreiras, sócio da Lisboa Filme, em delegação dos produtores, e António Lopes Ribeiro e Chianca de Garcia, representantes da imprensa cinematográfica.

<sup>16</sup> Vasco Diogo, “Comédias cinematográficas dos anos 30/40. Textos e Contextos” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 1996), 57.

Em Outubro de 1931, a Comissão apresenta o seu relatório<sup>17</sup>, que sugeria a construção de um estúdio, por iniciativa particular, para a realização de “filmes falados em português, [uma vez que] só portugueses podem urdir e sentir argumentos nacionais, realizando filmes de boa propaganda artística e intelectual”<sup>18</sup>.

Como consequência, em 1932, na Quinta das Conchas, ao Lumiar, começam a montar-se os estúdios da Companhia Portuguesa de Filmes Sonoros Tobis Klangfilm (mais tarde Tobis Portuguesa e, em 1943, Companhia Portuguesa de Filmes), apetrechados em grande parte com material vindo da Alemanha, da empresa Tobis Klang Film<sup>19</sup>. Seguiu-se uma campanha que entusiasmou o país, e da qual podemos seguir os passos nas revistas da especialidade, ao incentivar-se a subscrição de acções pelo público em geral: “A *Imagem* convida-os e incita-os a subscrever em massa as acções da Sociedade de Filmes Sonoros Portugueses, contribuindo, com pequeno dispêndio e assinaladas vantagens, para o estabelecimento definitivo duma indústria que tão útil pode ser ao nosso país”<sup>20</sup>. O baixo valor das acções (50\$00 cada, podendo inclusive ser pagas em cinco prestações mensais) e as diversas regalias associadas, como “o direito de visitar as instalações da Companhia, assistindo a filmagens e recepções no estúdio” ou “o direito de assistir à antepreimeira exibição de todos os filmes produzidos”<sup>21</sup>, seduziram muitos cinéfilos portugueses, que se tornaram accionistas da empresa.

Em Julho de 1932, em comunicado à imprensa, a Tobis Portuguesa apresenta as suas intenções, fundamentando-as no reconhecimento da “importância social da cinematografia sonora como meio de educação e de cultura, como instrumento de informação, documentação, propaganda e publicidade”, acrescentando: “Move-nos, muito mais do que quaisquer considerações de carácter industrial ou comercial, um pensamento eminentemente patriótico: o de tornar possível a criação duma arte nacional que em muitos aspectos e por muitos títulos pode e deve ter uma vasta influência na vida e no progresso da Nação”<sup>22</sup>. É um projecto que “trabalha (...) para a criação do cinema português, feito em Portugal com elementos portugueses e para exclusiva utilidade nacional”<sup>23</sup>.

Nesse sentido, a empresa é beneficiada com o Decreto-Lei nº 22 966, de 14 de Agosto de 1933<sup>24</sup>, com uma isenção do pagamento de contribuições (predial e industrial) e de direitos

<sup>17</sup> Neste relatório apontavam-se diversas medidas de protecção e incentivo ao cinema português: facilidades aduaneiras para importação de matérias-primas e outro material; adjudicação a entidades portuguesas dos filmes de propaganda nacional; criação de estímulos e prémios para as melhores obras; tabelas de impostos específicos para o espectáculo cinematográfico nacional; instituição do contingente de filmes portugueses e criação de um Arquivo Cinematográfico Nacional, medidas que as leis do cinema de 1948 e de 1971 viriam a consagrar.

<sup>18</sup> “Cinema Português”, *Imagem* (Ano II, nº. 44, 1931), 3.

<sup>19</sup> Todavia, menos de dois anos depois, reconhece-se o erro que constituiu este estúdio, a nível das proporções, exageradas para o contexto nacional. Nesse sentido, o estúdio da Tobis, o material de sonorização e de iluminação, em conjunto ou separadamente, serão alvo de aluguer para a produção de filmes em Portugal ao longo dos anos subsequentes.

<sup>20</sup> “Finalmente, está constituída a Sociedade de Filmes Sonoros Portugueses, que projecta equipar um estúdio de cinema em Portugal”, *Imagem* (Ano II, nº. 55, 1932), 5.

<sup>21</sup> *Diário do Governo*, III Série, nº. 132, 08.06.1932, artigo 22º., 1155.

<sup>22</sup> Avelino de Almeida, “O êxito da subscrição pública”, *Cinéfilo* (nº. 199, 1932), 3.

<sup>23</sup> Herculano Pereira, “Um caso sério de organização”, *Imagem* (Ano IV, nº. 83, 1933), 5.

<sup>24</sup> Este diploma concede ainda uma diminuição da carga tributiva do espectáculo cinematográfico aos exibidores que derem preferência nos seus programas a filmes que tenham sido produzidos em estúdios nacionais e obriga os importadores de filmes estrangeiros a incluírem nos seus programas de distribuição uma percentagem de filmes nacionais, de acordo com a metragem fixada anualmente pelo Governo. A isenção conferida pela medida legislativa

de importação (de maquinaria, aparelhos e outros materiais necessários) durante cinco anos, ao mesmo tempo que o município de Lisboa isenta pelo mesmo período a companhia do pagamento de qualquer espécie de licenças camarárias.

Será assim nos estúdios da Tobis, em 1933, que se delineará o primeiro filme sonoro inteiramente rodado em Portugal. O seu realizador era um arquitecto de renome: José Cottinelli Telmo<sup>25</sup>. Em *A Canção de Lisboa* participaram nomes relevantes da cultura portuguesa, como o escritor José Gomes Ferreira, que colaborou na montagem, o pintor Carlos Botelho, assistente de realização, e Almada Negreiros, que elaborou dois cartazes. A música ficou a cargo de Raul Ferrão e Raul Portela, creditados como os dois maiores *song-writers* dos anos trinta e quarenta em Portugal. Para o elenco foram convidados alguns dos mais populares actores do teatro da época: António Silva, Vasco Santana, Beatriz Costa e Teresa Gomes. Num registo de humor popular, *A Canção de Lisboa* evidencia bem a origem dos seus actores, com diálogos vivos e repletos de duplo sentido, num humor ora irónico, ora caricatural, uma das técnicas da revista à portuguesa<sup>26</sup>. Descrevendo as aventuras e desventuras amorosas e académicas dum estudante financeiramente dependente de duas tias ricas que o vêm visitar, consegue um estrondoso êxito junto do público e da crítica, em Portugal e no Brasil, em parte alcançado pelo ambiente publicitário criado à sua volta desde o início, em jornais e revistas da especialidade, facto a que não serão alheios os contactos que com esses meios mantinham muitos dos que estavam ligados à produção do filme<sup>27</sup>.

Pela mesma altura, Hamílcar da Costa, empresário português sediado em Paris, onde tinha fundado a Agência Cinematográfica H. da Costa, distribuidora de filmes, desenvolve o seu próprio projecto de produção de películas portuguesas – o Bloco H. da Costa. O Bloco ambicionava produzir “filmes (...) retinta e insofismavelmente portugueses”<sup>28</sup>, num “cinema português com classe e envergadura internacionais”<sup>29</sup>.

Para conseguir levar a cabo uma produção contínua e industrialmente organizada, o Bloco conta com vários actores e técnicos alemães que, em virtude da subida ao poder do partido Nacional-Socialista, deixam a Alemanha e escolhem Portugal como destino profissional<sup>30</sup>. O primeiro filme resultante desta colaboração dos alemães emigrados foi *Gado Bravo* (1934), realizado por António Lopes Ribeiro, um nome desde há muito associado ao cinema nacional, particularmente através de artigos publicados em jornais e revistas da especialidade (*Imagem, Kino e Animatógrafo*), em associação com o alemão Max Nossek.

---

foi prorrogada em 1937, pelo decreto nº 28 323, por um período de 5 anos, e, em 1944, pelo Decreto-Lei nº 33 883, até 3 de Junho de 1945.

<sup>25</sup> Ligado ao cinema através da sua colaboração na revista *Kino*. Todavia, João Bénard da Costa afirma que todos os testemunhos coevos apontam Chianca de Garcia como o verdadeiro inspirador deste filme, apesar de aparecer somente entre a equipa de produção.

<sup>26</sup> Esta obra fica ainda para a história do cinema português, segundo várias opiniões acreditadas (João Bénard da Costa, Luís de Pina), como a matriz para todo o género da comédia portuguesa posterior, um tipo cinematográfico que Luís de Pina considera uma tendência original do cinema nacional.

<sup>27</sup> Com efeito, a imprensa cinematográfica colocou em destaque este filme, desde o primeiro momento, acompanhando as diversas fases da sua realização, e a crítica foi no geral unânime em considerar *A Canção de Lisboa* um marco na história da cinematografia nacional.

<sup>28</sup> António Lourenço, “H. da Costa, o produtor de *Gado Bravo*, fala a *Cinéfilo*”, *Cinéfilo* (nº. 262, 1933), 26.

<sup>29</sup> “H. da Costa fala...”, *Movimento* (1º Ano, nº. 6, 1933).

<sup>30</sup> Entre eles contam-se Heinrich Gärtner, operador de imagens; Siegfried Arno, cómico de renome internacional; Isy Golberger, responsável pela iluminação, e Hans May, compositor.

Tão bem sucedida é esta aliança que os profissionais germânicos em Portugal virão a integrar a ficha técnica da quase totalidade dos filmes rodados nesta década<sup>31</sup>.

Em 1938 surge *A Canção da Terra*, fita que Jorge Brum do Canto realizou na ilha de Porto Santo, onde põe a claro as difíceis condições de vida dos ilhéus, sujeitos a longos períodos de seca e inexoravelmente condenados à emigração. As imagens têm uma enorme força plástica, com cenas de grande intensidade dramática e lírica, de tal forma que a obra, à época, foi consensualmente elogiada por revistas de todos os quadrantes. Assim, Alves Costa apelida-a de “o primeiro grande filme português com verdadeiras qualidades de obra cinematográfica (...), um filme a sério, a valer, um filme honesto, viril e são”<sup>32</sup>, enquanto Moraes Cabral declara que a “*Canção da Terra* marca, indiscutivelmente, uma etapa decisiva na evolução da Sétima Arte entre nós (...), filme que se afasta de todos os que os estúdios nacionais nos têm dado até agora, [que] ergue um hino ao ar livre, ao exterior, essência do verdadeiro cinema”<sup>33</sup>.

Para o crítico Roberto Nobre, este filme, em conjunto com *Maria do Mar*, de Leitão de Barros, abria caminho para um cinema que se aproximasse da realidade nacional e suas particularidades, numa “via do humano e popular”; mas, quando “pareceria lógico deverem insistir nele, para o melhorar (...) na boa e acessível via para a qual mostravam singulares aptidões, logo a abandonaram e foram experimentar o enjoativo filme histórico, a comédia mais ou menos americanizada e, no maior número das vezes, a película com o faduncho e o popular pejorativo”<sup>34</sup>.

Efectivamente, pode sustentar-se que, no geral, as décadas de trinta e quarenta foram dominadas por um cinema que procurará desempenhar as funções de veículo de cultura popular como a entendem os responsáveis: divertir, formar politicamente, formar historicamente. Como Alves Costa tão claramente afirma na sua *História do Cinema Português*, “as inquietações e as ideias renovadoras que agitam as Artes Plásticas e as Letras não têm reflexo no cinema português. Alguns poetas escrevem mesmo sobre cinema (...) mas os intelectuais não têm força suficiente para imprimirem novos rumos ao cinema nacional, que não se consolida nem como forma de expressão artística nem como indústria, e vai seguindo conformado e conformista, quietinho e bem comportado”<sup>35</sup>.

### Os géneros – filmes históricos e comédias

Desta forma, num período de cerca de década e meia, predominam na produção portuguesa dois géneros cinematográficos: o histórico-literário, de pendor melodramático, e a comédia de inspiração revisteira, mais ou menos musical.

Quanto ao primeiro, interessava sobretudo pela oportunidade de se explorar o “filão” nacionalista, cabendo aos filmes históricos educar, veicular a consciência de nação, orgulhosa do seu passado, herança do futuro; neste campo, Leitão de Barros distinguiu-se, com *Bocage* (1936), *Inês de Castro* (1945) e *Camões* (1946). Também Lopes Ribeiro cultivou este género,

---

<sup>31</sup> *A Revolução de Maio, Maria Papoila, A Rosa do Adro, A Canção da Terra, Os Fidalgos da Casa Mourisca e Feitiço do Império* são algumas das obras em que participaram.

<sup>32</sup> Alves Costa, “A Canção da Terra, o melhor filme português”, *Sol Nascente* (nº. 29, 1938), 14.

<sup>33</sup> Moraes Cabral, “Uma brilhante jornada do cinema português: A Canção da Terra”, *Cinéfilo* (nº. 502, 1938), 2.

<sup>34</sup> Roberto Nobre, *Singularidades do Cinema Português* (Lisboa: Portugalia Editora, 1964), 129.

<sup>35</sup> Henrique Alves Costa, *Breve história do cinema português (1896-1962)* (Lisboa: Instituto da Cultura Portuguesa, 1978), 76.

com obras como *Amor de Perdição* (1943) e *Frei Luís de Sousa* (1950). No geral, pode afirmar-se que esta filmografia constituiu êxitos de crítica (*Camões*, por exemplo, recebeu o prémio SNI de melhor filme, em 1946) mas obteve uma decepcionante resposta do público, constituindo, em alguns dos casos, *flops* comerciais.

As comédias eram, pois, o género preferido pelos espectadores. Com efeito, até 1947, e segundo Bénard da Costa, onze das quarenta longas-metragens de ficção pertencem a este género. Impõe-se a questão: qual o segredo do seu êxito? Vários autores propõem que as razões do seu sucesso residem na utilização de temáticas, contextos e locais nos quais o grande público, sobretudo a pequena e média burguesia urbana, facilmente se reconhecia. Como afirma Bénard da Costa: “A ficção que encenavam era a sua verdade. Verdade deles e verdade desses filmes, na grandeza da encenação e na pequenez do encenado”<sup>36</sup>. Por outro lado, este êxito assentava no elenco de actores, provenientes da revista à portuguesa, como Beatriz Costa, António Silva, Vasco Santana ou Ribeirinho. Luís de Pina realça ainda o contributo dos excelentes dialoguistas, como José Galhardo ou Ramada Curto, das partituras e canções de toda uma geração de excepção, onde se contam nomes como Raul Portela, Raul Ferrão ou Luís de Freitas Branco, e o facto de este género cinematográfico ser pouco dispendioso em termos de cenários e cenas de exterior.

Uma das comédias mais populares de sempre do cinema português terá sido *A Aldeia da Roupa Branca*, de Chianca de Garcia, de 1938; sucede-lhe em 1940 *João Ratão*, de Brum do Canto. No ano seguinte, António Lopes Ribeiro realiza *O Pai Tirano* e o seu irmão Francisco Ribeiro *O Pátio das Cantigas*. Dois anos depois, é a vez de Arthur Duarte, que havia trabalhado nos estúdios germânicos da UFA, adaptar ao cinema a peça *O Costa do Castelo*, realizando ainda *A Menina da Rádio*, em 1944. Convém salientar que várias das comédias de êxito deste período eram na verdade adaptações de obras teatrais e, portanto, já testadas junto do público. O mesmo se passará também com outros dois clássicos da comédia portuguesa: *A Vizinha do Lado*, realizado por Lopes Ribeiro em 1945, e *O Leão da Estrela*, que Arthur Duarte levou à tela em 1947.

### António Lopes Ribeiro e as Produções Lopes Ribeiro

O período da Segunda Guerra Mundial é, em Portugal, uma altura de entusiasmos. Com efeito, passam pelo nosso país nomes bem conhecidos do panorama cinematográfico internacional, a caminho de outras paragens, e ideias e projectos são lançados. É o caso do reconhecido cineasta Jean Renoir, que esteve em Lisboa em finais de 1940, homenageado no Sindicato Nacional de Profissionais do Cinema, e que propôs uma União do Cinema Latino, convencido como estava que “o cinema latino conseguiria impor-se (...) no dia em que se estabelecessem as bases de colaboração e intercâmbio que devem reger os destinos da cinematografia europeia”<sup>37</sup>. Defende um cinema “capaz de contrabalançar, na Europa, a escola americana (...) sob o ponto de vista puramente artístico”<sup>38</sup>.

E a ideia de Renoir alinhava ao lado de outras, mais antigas, que queriam no Estoril um “Hollywood Português”, isto é, um “grande centro cinematográfico internacional europeu”, que teria obrigatoriamente de se encontrar num “país de sol”, como Portugal, que se

<sup>36</sup> João Bénard da Costa, *Histórias do Cinema*, 71.

<sup>37</sup> Fernando Fragoso, “Vai constituir-se em Lisboa a União do Cinema Latino”, *Animatógrafo* (2ª. Série, nº. 6, 1940), 11.

<sup>38</sup> “O grande realizador francês Jean Renoir está em Lisboa”, *Animatógrafo* (2ª. Série, nº. 4, 1940), 4.

“conserve perfeitamente neutral, perante o embate das culturas de hoje”, e que possibilitasse a concorrência, em matéria de produção, com a Hollywood americana<sup>39</sup>.

No seguimento destas ambições, António Lopes Ribeiro, perante o panorama cinematográfico do país – “faltam os filmes europeus; os filmes americanos podem deixar de vir dum momento para o outro (...). Que há-de passar depois nas nossas duzentas e cinquenta salas?” –, elabora um projecto: desenvolver uma indústria de filmes nacionais para o mercado interno mas também para o exterior (Brasil, Espanha e América espanhola, claramente), já que sente que “Portugal não tem o direito de perder este momento único”<sup>40</sup>. Insiste ainda, nas páginas da sua revista: “O cinema português vive o momento mais importante da sua curta e acidentada existência. Numa hora incerta, numa Europa convulsa, num Mundo nervoso e enervado, o nosso país (...) prepara-se para marcar a sua posição definitiva na paz (...). É preciso que o nosso Cinema seja um dos magníficos resultados dessa política sem par”<sup>41</sup>.

O projecto de Lopes Ribeiro era simples mas ambicioso: a produção de filmes onde se procurasse conjugar as questões de rentabilização comercial com a qualidade artística, segundo um plano previamente estudado, “duma forma permanente, metódica, organizada (...), com a indispensável continuidade”<sup>42</sup>. O propósito era o de manter uma equipa técnica fixa e um núcleo de actores, facilitando a reutilização de cenários e adereços (mais ou menos modificados), proporcionando desta forma uma economia de materiais e uma maior qualidade dos filmes. No fundo, permitir que o “Cinema Português passe a ‘viver habitualmente’ – como Salazar quer que viva Portugal”<sup>43</sup>.

Este cinema projectado, de expansão internacional, era uma ideia cara a Lopes Ribeiro desde os tempos do Bloco H. da Costa: “O Cinema não se conforma com fronteiras. Um filme precisa ser, por definição, internacional (...). Digo aqui filme internacional na acepção de filme susceptível de se exhibir com agrado perante o público de nações diferentes, e portanto de diversa sensibilidade e educação. Só assim (...) se pode compreender e executar a propaganda nacional pelo cinema”<sup>44</sup>.

Da animação gerada em torno do plano resulta que a produção portuguesa sobe em flecha depois de 1941 e, em 1943, dá-se início às Produções Lopes Ribeiro, que produzem cinco filmes de reconhecida importância – *O Pai Tirano*, *O Pátio das Cantigas*, *Aniki-Bobó*, *Amor de Perdição* e *Camões*. Apesar de tudo, este projecto de António Lopes Ribeiro não teve o sucesso almejado<sup>45</sup>.

## Os Anos 40 e a década seguinte

O fim da Segunda Guerra Mundial, coincidente com o declinar do projecto de Lopes Ribeiro, marca tempos difíceis para o cinema português, que se prolongam pela restante década de quarenta e pelos anos cinquenta. O interesse do público pelo cinema nacional ia esmorecendo, vítima de uma filmografia onde a dificuldade de criação de enredos expressa-

<sup>39</sup> Arnold Hoellriegel, “Portugal visto como país produtor de filmes”, *Cinéfilo* (n.º. 273,1933), 10.

<sup>40</sup> António Lopes Ribeiro, “O momento oportuno”, *Animatógrafo* (2.ª. Série, n.º. 22, 1941), 5.

<sup>41</sup> António Lopes Ribeiro, “Artigos de primeira necessidade”, *Animatógrafo* (2.ª. Série, n.º. 32,1941), 5.

<sup>42</sup> António Lopes Ribeiro, “Conselho de Guerra”, *Animatógrafo* (2.ª. Série, n.º. 33, 1941), 5.

<sup>43</sup> *Ibidem*, 5.

<sup>44</sup> António Lopes Ribeiro, “Nacionalismo”, *Animatógrafo* (1.ª. Série, n.º. 10, 1933), 5.

<sup>45</sup> Para tal, contribuiu, em parte, o desastre financeiro do filme *Camões*, que ceifou as Produções Lopes Ribeiro.

mente feitos para cinema era remediada com adaptações sucessivas de êxitos do teatro ou da literatura. Pareciam esgotadas as esperanças depositadas nos cineastas da geração de trinta.

E assim, o cinema de qualidade dos anos quarenta tem apenas para dar aos cinéfilos portugueses três obras: *Aniki-Bobó* (1942), a primeira longa-metragem de Manoel de Oliveira, situada na zona ribeirinha do Porto, um filme que narra as aventuras e desventuras de um grupo de crianças da beira Douro, “todo contado visualmente, quase sem necessidade de diálogos”<sup>46</sup>; *Ala Arriba* (1942), uma realização de Leitão de Barros, ambientada no seio da comunidade de pescadores da Póvoa do Varzim, e *Lobos da Serra* (1942), de Jorge Brum do Canto, uma obra sobre o contrabando na região de Trás-os-Montes. Augusto Fraga, na sua rubrica no *Animatógrafo* intitulada *Ver, Ouvir e... Falar*, destaca, em relação a estes filmes, “o enveredar por um outro caminho, [dando] ‘expressão diferente’ ao cinema português (...), obras que [se afastam] do disparate comercial e se aproximem da sugestão e beleza e da emotividade artística”<sup>47</sup>. Todavia, estes focos de realismo pouco impacto têm na produção destas décadas e domina claramente um “cinema sério (...), nacionalista”, desejoso de manter “os valores do espírito, os valores tradicionais (...), o sentido da história”<sup>48</sup>.

Nestes anos quarenta, “década que viria a dar ao cinema português quarenta e cinco novos filmes e muito pouco cinema”<sup>49</sup>, é criado, em 1944, o Secretariado Nacional de Informação, que tomaria o lugar do Secretariado de Propaganda Nacional e, em 1948, é promulgada a lei nº 2 027, que tem como objectivos assumidos proteger o cinema português e promover a produção fílmica, pela criação do Fundo de Cinema Nacional (FCN), sob a administração do SNI, apoiado por um órgão de consulta, o Conselho do Cinema, dominado por representantes do Governo.

Todavia, as promessas inerentes à legislação não se concretizam e o cinema português, enquanto indústria, continua a debater-se com dificuldades várias na sua implementação. Assim, num país onde a electrificação continuava longe da desejada, a proliferação de salas de cinema não era tarefa fácil, os impostos de exibição eram ruinosos, faltavam meios e técnicos, os custos dos filmes eram elevados, o mercado interno insignificante<sup>50</sup>.

Este panorama é agravado pelo facto, mencionado por Manuel de Azevedo e Fernando Fragoso, de os cinemas na província funcionarem apenas uma ou duas vezes por semana, e os mercados de exportação (em especial o Brasil) estarem claramente fechados à produção portuguesa, enquanto o cinema estrangeiro passava a dominar inteiramente o mercado português. Com efeito, constata-se que neste período “os programas dos exibidores eram elaborados de acordo com a carteira de títulos negociados pelos distribuidores. Os filmes portugueses eram ‘encaixados’ no circuito comercial, quando eram, de modo a nunca lesarem

<sup>46</sup> Luís de Pina, *A Aventura do Cinema Português*, 50.

<sup>47</sup> Augusto Fraga, “Ver, Ouvir... e Falar”, *Animatógrafo* (2ª. Série, nº. 19,1941), 7.

<sup>48</sup> Luís de Pina, *A Aventura do Cinema Português*, 51.

<sup>49</sup> Henrique Alves Costa, *Breve história do cinema português (1896-1962)*, 84.

<sup>50</sup> Efectivamente, segundo Manuel de Azevedo, em 1942 havia em Portugal somente 220 cinemas, tendo subido este número para 354 em 1944; por outro lado, a média de espectadores era de 22 milhões em 1945, o correspondente ao quantitativo inglês numa semana, segundo dados do *Anuário Estatístico* de 1945. Juridicamente, a legislação era extremamente restritiva ao desenvolvimento do parque cinematográfico português (impulsionando grandes cine-teatros, difíceis de amortizar e de explorar, em vez de pequenos cinemas), sendo a taxa de licença de exibição igual para todos os filmes, sem se atender à proporcionalidade de rendimento comercial dos mesmos.

os compromissos assumidos com os fornecedores estrangeiros<sup>51</sup>. Deste modo, na gestão dos interesses económicos ligados ao cinema em Portugal, terão ficado sempre a perder os interesses dos produtores nacionais.

Sendo que “as condições em que se geram os filmes estão dependentes das circunstâncias criadas pelas relações sociais concretas que possibilitam a sua exequibilidade”<sup>52</sup>, a actividade cinematográfica era controlada em Portugal pelo Sindicato Nacional dos Profissionais de Cinema, fundado em 1934, envolvendo trabalhadores das áreas da Produção, da Distribuição e da Exibição, pelo Grémio Nacional das Empresas de Cinema, que associava os administradores das empresas correspondentes, e pela Corporação dos Espectáculos. Como se vê, o Estado corporativo, também no cinema, dificultava a flexibilidade desta indústria.

A estas condicionantes junta-se um quase monopólio a nível da produção de filmes, quando a Tobis Portuguesa compra o capital da Lisboa Filme, em 1954, conseguindo, nos anos subsequentes, ser um beneficiário quase que permanente dos subsídios do FNC, mas gerida por uma “administração ineficiente [que se] veio a viciar no seu próprio desregulamento crónico”<sup>53</sup>, estigmatizada pelo peso excessivo da maioria do capital do Estado, “que a transformou quase num serviço público, com os defeitos inerentes”<sup>54</sup>. Com efeito, uma das consequências da fusão da Tobis Portuguesa/Lisboa Filme foi a subida dos preços pela utilização dos estúdios e laboratórios por produtores independentes, que passaram a pagar “preços ruinosos, muito mais altos do que os que figuram nas tabelas de Espanha e doutros países europeus”<sup>55</sup>.

Como afirmava Manuel Múrias, “o problema cinematográfico português era um problema de mercado (...). Sem capitais e sem possibilidades de colocar os filmes (...) começou-se pela indústria quando se deveria ter começado pelo comércio”<sup>56</sup>. Pode, pois, concluir-se que o cinema nacional viveu sempre entre a escassez do mercado referida por Múrias, as aventuras individuais e o proteccionismo estatal. Tal é notório nos dados apresentados por António-Pedro Vicente, quando afirma que não chegam a cem os filmes produzidos entre 1931, data de aparecimento do cinema sonoro em Portugal e 1957, altura em que se dá o advento da televisão no país.

Deste modo, no final da década de quarenta e primeira metade da de cinquenta, o cinema, em Portugal, tinha-se atrofiado. Com efeito, até ao “ano zero” de 1955<sup>57</sup>, pode afirmar-se que, havendo cinema em Portugal, não existia cinema português, tendo-se entrado numa verdadeira rotina de “fórmulas oportunas”<sup>58</sup>. Percebe-se claramente que à indústria fílmica portuguesa faltava quase tudo: bons realizadores, mais e melhores cinemas, incentivos fiscais, liberalização da Censura.

---

<sup>51</sup> Frederico Lopes, “O cinema português e o Estado Novo: os cineastas portugueses e a imagem da polícia” (Diss. Doutoramento, Universidade da Beira Interior, 2003), 73-74.

<sup>52</sup> António Faria, “A produção cinematográfica como expressão da cultura portuguesa (1924-1949)” (Diss. Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2001), 596.

<sup>53</sup> Armindo J.B. Morais, “Vinte anos de cinema português, 1930-1950: conteúdos e políticas” in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, (Lisboa: Editorial Fragmentos, vol. II, 1987), 197.

<sup>54</sup> Luís de Pina, *A Aventura do Cinema Português*, 127.

<sup>55</sup> Manuel de Azevedo, *Perspectiva do Cinema Português* (Porto: Cineclub do Porto, 1951), 42.

<sup>56</sup> Luís de Pina, *A Aventura do Cinema Português*, 124.

<sup>57</sup> Ano em que nenhuma longa-metragem foi produzida em Portugal.

<sup>58</sup> Luís de Pina, *História do Cinema Português* (Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1986), 122.

A comédia permanece como género popular entre o público mas verifica-se um esvaziamento do seu conteúdo e uma perda da graça, da invenção e da desenvoltura técnica das décadas anteriores, visível em filmes como *O Grande Elias* (1950) de Arthur Duarte, *Os Três da Vida Airada* (1952), de Perdigão Queiroga ou *O Costa de África* (1954), de João Mendes. Aposta-se nas fórmulas do nacional-cançonetismo (*Rosa de Alfama*, de 1953 ou *A Costureirinha da Sé*, de 1958), do desporto (*O Homem do Dia*, de 1958) e da fé e religião (*A Garça e a Serpente*, de 1952 ou *Planície Heróica*, de 1954). Mas o filão mais largamente explorado foi a trilogia do fado, touros e touradas, em obras como *Um Homem do Ribatejo* (1946), de Henrique Campos; *Fado, História de uma Cantadeira* (1947), assinado por Perdigão Queiroga, ou *Capas Negras* (1947), de Armando de Miranda<sup>59</sup>.

Este cinema, contudo, não parece ter condições para durar, já que a conjuntura das décadas de trinta e quarenta se tinha modificado profundamente, em especial no fim da Segunda Guerra Mundial, com as consequências políticas e sociais daí decorrentes, que o inviabilizam.

Desta forma, em finais da década de quarenta surge entre nós o movimento dos cineclubes, com o Cineclube do Porto que, fundado em 1945, ganha agora novo fôlego, pela entrada para a direcção de Manuel de Azevedo, Henrique Alves Costa, os irmãos Virgílio Pereira, Mário Bonito e José Borrego. Ao seu lado, outros cineclubes vão-se formando: o Clube de Cinema de Coimbra; o Cineclube Universitário; o ABC Cineclube de Lisboa; o Cineclube Imagem. Assumindo o cinema como uma forma de expressão artística e veículo de ideologias, pretendiam alertar o público para a sua importância e o papel que desempenhava: "Era preciso que ele [reflectisse] a terra, a vida, a sociedade, os problemas, de um modo que não [aviltasse] formalmente"<sup>60</sup>. As actividades que desenvolveram – textos, colóquios, palestras – levaram a que o movimento se estendesse rapidamente por todo o país e, em 1956, existiam mais de trinta cineclubes. Tiveram um enorme impacto na sociedade portuguesa, quer elevando o nível de exigência dos espectadores, quer contribuindo para o surgimento de profissionais ligados à área do cinema, quer aliciando os próprios distribuidores a exibirem outro tipo de filmes, quer, ainda, promovendo a criação de uma crítica cinematográfica de especialistas na maioria dos jornais diários. O movimento cineclubista "era uma bola de neve. Quando, a partir de 1958, a repressão maciça se abateu sobre os cineclubes, era já impossível abafar a semente lançada"<sup>61</sup>. Com efeito, o SNI tentou espartilhar a actividade destes cineclubes numa Federação, pelo Decreto-Lei nº 40 572, de 16 de Abril de 1956, projecto que nunca conseguiu ser operante.

É ainda na década de cinquenta que se assiste a uma tentativa de introdução de uma temática social de tipo neo-realista nas obras cinematográficas nacionais; porém, foi uma tentativa tímida e inconsequente, expressa maioritariamente por Manuel Guimarães, com os seus filmes *Saltimbancos* (1951), *Nazaré* (1952) e *Vidas sem Rumo* (1956).

Só nos inícios dos anos sessenta, com a lenta ascensão da geração do Cinema Novo, esta vontade de mudança se vai concretizando, como a "única hipótese de fractura no interior de

---

<sup>59</sup> De ressaltar que alguns destes filmes constituíram assinaláveis êxitos de bilheteira, expressão inegável de sintonia com o grande público. É o caso de *Capas Negras*, com cerca de 200 000 espectadores e 22 semanas de exibição, só em Lisboa, e de *Fado, História de uma Cantadeira*, também a rondar os 200 000 espectadores e com 26 semanas de exibição no teatro da Trindade e no Condes.

<sup>60</sup> Luís de Pina, *A Aventura do Cinema Português*, 62.

<sup>61</sup> Henrique Alves Costa, *Breve história do cinema português (1896-1962)*, 91.

um cinema português que o Salazarismo enformara”<sup>62</sup>. É um cinema que reclama o poder da imagem, abordando a realidade com uma dinâmica crítica, com variadas preocupações, estéticas e temáticas, e encarando-o como um meio de intervenção nos problemas sociais circundantes. Materializado por profissionais de diversas proveniências – realizadores recém-formados em escolas estrangeiras, como Paris e Londres, vindos do Estúdio Universitário de Cinema, do cinema amador ou de diversos sectores da produção nacional, incluindo a RTP –, o que unia estes jovens era, nas palavras de Eduardo Geda, “mais aquilo que recusavam do que aquilo que se propunham fazer”; constituía, pois, um “cinema de resistência aos padrões culturais do regime, ao academismo serôdio e à incompetência técnica do velho cinema comercial, aos lugares-comuns e à demagogia reinantes”<sup>63</sup>. Esta resistência, esta vontade de mudar, acaba por ser reconhecida, “tão mau é o cinema que se faz e tão vasto é o movimento de pessoas que se coloca do outro lado do Estado Novo”<sup>64</sup>, através das ajudas da Gulbenkian e obtendo mesmo o reconhecimento oficial, nomeadamente dos prémios de cinema, que vão galardoando as suas obras, depois de 1968.

## Conclusão

No cômputo geral, partilha-se das conclusões de Luís de Pina, quando afirma que o cinema português viveu condicionado por três conjuntos de factores: uma produção irregular e intermitente, que em muito contribuiu para o fracasso do projecto da indústria cinematográfica nacional; o trabalho sem a profissão, isto é, a quase ausência de uma actividade profissional normal ligada ao circuito de produção fílmica e, por último, as limitações económicas, que conduziram a concessões ao chamado “gosto do público”, e de natureza ideológica, sob a forma da censura do Estado.

Desta forma, apesar da intervenção decisiva do Estado, quer de forma directa, a nível da produção, quer através de empréstimos e subsídios, a produção de filmes portugueses nunca ultrapassou os três/quatro filmes por ano, atingindo-se uma média de sete ou oito filmes em períodos excepcionais (como foi a temporada de 1946-47, com a produção de nove filmes). E assim, “fazem-se filmes em Portugal por carolice, por paixão, por inércia, por golpe, mas quase nunca por virtude de uma actividade profissional”<sup>65</sup>.

Por outro lado, a lei de Protecção ao Cinema Nacional, e o Fundo de Cinema por ela criado, administrado pelo SNI, chamavam a si responsabilidades até aí dispersas, centralizando o cinema e controlando-o efectivamente através do poder de financiamento de que dispunham. E assim, a legislação de 1948 incentivou um cinema subsídio-dependente, convencional, de fraca qualidade e mais vigiado que o anterior. Com efeito, o Fundo falhou, em grande medida pelo facto de os subsídios dependerem mais de um gosto político do que cinematográfico.

---

<sup>62</sup> Jorge Leitão Ramos, “O cinema salazarista” in *História de Portugal (dos tempos pré-históricos aos nossos dias)*, XII Vol., dir. João Medina (Alfragide: Clube Internacional do Livro, 1993), 406.

<sup>63</sup> Eduardo Geda, *O Imperialismo e o Fascismo no Cinema* (Lisboa: Moraes Editores, 1977), 91 e 93.

<sup>64</sup> Luís de Pina, *A Aventura do Cinema Português*, 100.

<sup>65</sup> *Ibidem*, 151.

# Recensões Bibliográficas



**Raquel Pereira Henriques, *Discursos legais e práticas educativas. Ser professor e ensinar História (1947-1974)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010. (452 páginas + CD-ROM, €30)**

O livro em análise, da autoria de Raquel Pereira Henriques, corresponde à publicação sua tese de Doutoramento, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa em 2007 e defendida em Abril do ano seguinte.

Trata-se, assim, de uma obra de cariz académico o que, conseqüentemente, leva a que a sua estrutura interna tenha uma organização de acordo com essas características. É, por isso, constituída por prefácio (da autoria de Maria Cândida Proença), agradecimentos, introdução, quatro capítulos/partes, conclusão, fontes e bibliografia e complementada por um CD-ROM com os anexos documentais (que correspondem ao segundo volume da tese defendida).

Na introdução, é indicado o objectivo deste trabalho (perceber como era o ensino da História nos Liceus em Portugal), limites cronológicos (de 1947 até 1974), sua justificação e o objecto central, ou seja, os professores (responsáveis pela aplicação prática das reformas educativas e curriculares). São também indicadas algumas limitações (ligadas ao conceito de *caixa negra* e à proximidade da autora em relação ao tema), metodologias de investigação utilizadas e fontes (onde, entre outras mais comuns em investigações ligadas a este campo, se destacam dois arquivos particulares, o arquivo da Escola Secundária de Pedro Nunes e a entrevista a seis professores de História, escolhidos de acordo com critérios pertinentes) e uma exaustiva bibliografia ligada à temática.

A primeira parte da obra, “Em torno da Escola”, subdividida em dois subcapítulos, é, essencialmente, uma continuação da introdução, onde a autora dá conta de algumas das suas inquietações sobre o ensino português.

Assim sendo, no primeiro subcapítulo, são destacadas algumas das realidades vividas actualmente pelo ensino português: os esforços financeiros empreendidos na tentativa de desenvolver não têm produzido os resultados esperados e não permitiram compensar o atraso em relação a outros países da OCDE; a imprensa portuguesa destaca, sobretudo, os maus resultados alcançados pelo ensino português nos vários índices internacionais; e a incapacidade da escola se adaptar “às novas necessidades” e mutações da sociedade, carecendo, por isso, de uma reforma estrutural, feita com a integração dos sujeitos educativos para que estes não a desvirtuem e mantenham a situação antecedente.

No segundo subcapítulo, é destacado que em Portugal as reformas educativas não resultam em rupturas, pois os princípios que elas definem são difíceis de impor no momento e são logo controlados por outras indicações vindas do poder central sobre o que se dever fazer (com receio de perder o controlo), originando assim princípios orientadores que só serão concretizados no futuro e que todas as restantes reformas devem respeitar e ter em conta. Para além disso, destaca ainda a autora que as reformas curriculares permitem perceber a importância dada a cada disciplina pelo poder central e que, conseqüentemente, a reforma de 2001 indica uma perda de importância da disciplina de História (a qual divide, no terceiro ciclo, os tempos lectivos com a Geografia).

A segunda parte da obra, “Poder político, Universo ideológico e Disciplina Liceal de História”, é dividida em seis subcapítulos, que descrevem como os vários tipos de poder político, entre a Primeira República e a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, tentaram “propagandear-se” através do ensino (destacando o papel da disciplina de História), dividindo essa análise por vários períodos cronológicos que dão título aos vários subcapítulos.

Assim, nestes seis subcapítulos da obra, traça-se a seguinte realidade da educação Portuguesa: na Primeira República introduziram-se metodologias modernas (por exemplo as da “Escola Nova”) que também visavam fins políticos (como, por exemplo, criar um “Homem Novo” e afastá-lo das influências da Igreja); entre a Ditadura Militar e a década de 1960, o ensino voltou a metodologias tradicionais para a transmissão das ideologias políticas, saindo a disciplina de História beneficiada, uma vez que ganha mais relevo dentro do currículo; nas décadas de 1960 e 1970 começam-se a introduzir metodologias educativas inovadoras que tentaram responder ao aumento da população no ensino e auxiliar o desen-

volvimento do país, as quais foram encontrando resistências políticas e económicas e têm o seu ponto áureo com o Ministro Veiga Simão (1970-1974); no após 25 de Abril, mesmo não se desperdiçando o que havia sido feito nos anos anteriores, promoveram-se várias reformas (algumas devido à influência da “esquerda revolucionária”, aproximando o programa de História dos conceitos marxistas), mudou-se várias vezes a estrutura curricular do ensino (em função das forças políticas no poder) e existiram vários avanços e recuos que estabilizaram apenas com a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, considerado o “documento orientador” para o futuro do ensino português.

Na terceira parte, “O Ofício”, é analisada, ao longo de cinco subcapítulos, a formação dos professores de História durante o período em análise.

Nos dois primeiros subcapítulos, é feita uma introdução ao tema pois, no primeiro, a autora refere as dificuldades levantadas à prática docente e, no segundo, descreve-nos como foi a evolução da formação dos professores desde o início do século XX.

Analisa, então, esse período, dando conta de uma licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas e de um primeiro ano do Curso de Ciências Pedagógicas (que garantia a profissionalização dos professores) demasiado teóricos. A vertente prática era deixada para os dois anos destinados ao estágio pedagógico nos Liceus Normais (de difícil acesso e conclusão devido ao exames a que estavam sujeitos).

No terceiro subcapítulo a autora faz então uma análise detalhada sobre a formação dos professores durante os dois anos de estágio, indicando como era o meio em que eram inseridos, como eram avaliados, quais eram os seus horários, que serviços tinham de fazer, entre outros detalhes que nos permitem perceber a dificuldade de obter a profissionalização neste período.

No quarto subcapítulo, a autora aborda, através dos relatórios realizados pelos professores estagiários e pelos não efectivos, o modo como estes viam a sua profissão, detectando, para além do receio, uma vez que seguiam o que estava estipulado para o ensino pelo poder central, o domínio dos avanços pedagógicos da *Escola Nova* e os pretextos que encontravam para não os concretizarem (excesso de alunos, entre outras).

No último subcapítulo desta parte da obra, são analisadas as várias mudanças na formação dos professores vividas a partir de 1969 e as várias críticas geradas, sendo de destacar a reflexão crítica da autora daquilo que deveria ainda ser alterado nos nossos dias, particularizando a necessidade de se iniciar a vertente prática mais cedo e de se desenvolver a capacidade de análise e reflexão dos futuros professores.

A quarta parte desta obra, “Práticas Educativas”, analisa, ao longo de três subcapítulos, o ensino do período em estudo, socorrendo-se, para isso, dos relatórios dos professores e da imprensa pedagógica.

No primeiro subcapítulo analisa os espaços e os tempos destinados ao ensino, destacando que os espaços não variavam muito entre as diferentes disciplinas, mas que eram concebidos para salientarem a hierarquia dentro da sala de aula (professor numa posição elevada em relação aos alunos) e mesmo os tempos, que serviam para “ritualizar” a vida escolar, nunca se alteraram, apesar de alguns pedidos dos professores, o que dificultava, em parte, algumas experiências pedagógicas.

No segundo subcapítulo aborda a prática lectiva e organiza-a em volta das três etapas do ensino: o diagnóstico, onde refere os problemas detectados pelos professores para o ensino da sua disciplina (referindo, contudo que a avaliação de diagnóstico só passa a ser reivindicada como fundamental na década de setenta); a criação e a execução, onde a autora refere quais eram os recursos educativos utilizados na sala de aula, a sua evolução, o modo como foram utilizados e o tipo de actividades pedidas aos alunos; a avaliação, onde descreve um processo essencialmente sumativo e tradicional (que começa a alterar-se na década de setenta), justificado pela necessidade de aprovação no exame final de cada ciclo (com essas características) pelo qual os alunos, e eles próprios, eram avaliados.

Na conclusão da obra, a autora destaca que o ensino da História se tem caracterizado por nove permanências, que se podem resumir da seguinte forma: tensões existentes no ensino; papel dos professores e suas limitações; modo como os professores justificam as dificuldades da sua actividade profissional; críticas apontadas ao ensino e à concretização das reformas educativas.

Realça, também, o facto de as propostas feitas pelos professores nos seus relatórios e artigos da imprensa pedagógica terem constituído, sobretudo, apelos que não foram acompanhados pelas

mudanças e transformações necessárias. Por isso, defende que quando se deu a massificação do ensino surgiram reflexões, experiências pedagógicas e alterações das práticas educativas, mas estas não foram acompanhadas pelas “prescrições programáticas” (devido, por exemplo, a constrangimentos financeiros) levando ao regresso ao “modelo organizativo tradicional”.

Outra conclusão relevante é a de que os professores perceberam que só com uma boa formação seriam ouvidos e podiam intervir publicamente sobre o sistema educativo e por isso tornaram a necessidade de uma formação de professores de excelência a sua proposta unânime e essencial.

Deve ainda ser salientado o CD-ROM em anexo na obra, onde estão presentes vários elementos e fontes utilizadas para a sua concretização, destacando-se as reflexões dos professores estagiários do Liceu Normal Pedro Nunes e a análise resumida dos programas de História do ensino liceal entre 1926 e 1986.

Como conclusão, pode-se apontar que esta obra cumpriu os objectivos a que se propôs, ou seja, analisou o ensino liceal de História entre 1947 e 1974 e fê-lo utilizando essencialmente o olhar dos professores (sobre a sua formação, sobre a prática educativa, sobre as reformas e sobre as alternativas que foram propondo). Trata-se, também, de uma obra que, sendo de carácter académico, abre ainda linhas de investigação para outros estudos, por exemplo, para uma análise dos recursos educativos utilizados no ensino da História que, tendo abordado, não aprofundou, para não se afastar do objectivo central do estudo.

Bruno Pinheiro

Doutorando em História pela Universidade do Porto

Investigador do CITCEM

(Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço, Memória”)

**Luís Alberto Marques Alves; Pedro Rodrigues de Sousa; Teresa Torrinhos Morais; Francisco Miguel Veloso Araújo, *Ensino Técnico (1756-1973)*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009. ISBN 978-972-729-065-9. (141 páginas + CD-Rom, €15,14)**

A obra *Ensino Técnico (1756-1973)* insere-se na colecção *O Estado e a Educação em Portugal – Sécs. XVIII a XX*, editada pelo Ministério da Educação (dirigida por Jorge Ramos do Ó). Este volume, dedicado ao ensino técnico, é coordenado por Luís Alberto Marques Alves, professor associado com agregação do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), com a colaboração de Pedro Rodrigues de Sousa e Teresa Torrinhos Morais, actualmente estudantes de doutoramento da FLUP, com projectos sobre os Institutos Industriais e Comerciais, e Francisco Miguel Araújo, mestre em História e Educação.

A obra começa com uma *nota de abertura*, seguindo-se uma apresentação histórica do tema, dividida em dois artigos: *Ensino Técnico – uma necessidade ou uma “falácia”?* – *Notas para a compreensão da filosofia do ensino técnico em Portugal* e *O ensino técnico dos institutos industriais e comerciais em Portugal – breve panorama sobre as principais reformas (1853-1973)*. Na parte final do livro, os autores compilam uma *Antologia* de frases e pensamentos sobre o ensino técnico, e onze páginas de *Bibliografia sobre o ensino técnico em Portugal*. No CD-Rom anexo, apresentam-se *Materiais diversos para o estudo do Ensino Técnico*.

Na *nota de abertura* os autores começam por justificar a ausência de alguns assuntos inicialmente pensados (ensino artístico e curiosidades comportamentais e disciplinares dos alunos do ensino técnico), tendo em atenção a dimensão prevista para os volumes da colecção. Apresentam, de seguida, uma síntese do livro, esclarecendo o leitor sobre os objectivos estabelecidos para a sua organização: divulgar resultados obtidos pelos autores em investigações anteriores, e partilhar “produtos inacabados”, sugerindo pistas para futuros investigadores. Trata-se, pois, de uma obra de elevado cariz pedagógico, visível na *antologia* de textos sobre o ensino técnico, na apresentação da bibliografia específica, e na partilha de variados materiais de trabalho (como veremos adiante), a que se alia o texto de divulgação de resultados patente nos dois artigos que servem de desenvolvimento do livro.

Nas páginas de desenvolvimento começamos por encontrar o artigo *Ensino Técnico – uma necessidade ou uma “falácia”?* – *Notas para a compreensão da filosofia do ensino técnico em Portugal*, onde, numa perspectiva diacrónica, se tenta mostrar a evolução deste subsistema de ensino, desde a sua criação até ao início do presente século, subdividido em três partes.

A primeira parte, datada desde a criação do ensino técnico (século XVIII) até ao início do século XX, é o período em que se verifica um papel reduzido das corporações em formar os seus membros e a crescente consciencialização, por parte do Estado (sobretudo na segunda metade do século XIX), da importância da formação profissional para o desenvolvimento do país. A segunda parte contempla os períodos históricos da 1.ª República e do Estado Novo, onde se regista uma maior adequação do ensino técnico às necessidades do país (sobretudo nas reformas de 1918 e 1948), levando ao crescimento da rede de escolas e, acto contínuo, ao aumento de alunos matriculados. Paralelamente, verifica-se um estreitamento da ligação entre a formação profissional e a formação intelectual, originando a introdução de disciplinas humanísticas nos currículos do ensino técnico, e a criação de um ciclo preparatório de dois anos (reforma de 1948), o qual funcionou como “antecâmara do alargamento da escolaridade obrigatória”, que aconteceu, de facto, a partir de 1968/1969. A terceira parte condensa o período do após 25 de Abril, num ensaio sobre o papel desempenhado pelo ensino técnico desde a unificação do ensino secundário definida pela Reforma de Veiga Simão (1973), passando pela (re)criação dos cursos profissionais (1983) até à aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), e à consequente aposta do sector privado nas promoções das escolas profissionais. Para além de bibliografia específica, a elaboração deste texto teve como fontes a documentação oficial dos diferentes períodos históricos (diplomas legais que reorganizaram o ensino técnico, relatórios de reforma, anuários estatísticos), de onde foi possível extrair dados que permitiram traçar a filosofia adjacente ao ensino técnico.

O segundo artigo – *O ensino técnico dos institutos industriais e comerciais em Portugal – breve panorama sobre as principais reformas (1853-1973)* – apresenta-nos a história dos institutos industriais e comerciais portugueses (Lisboa, Porto e Coimbra), tendo como pano de fundo as principais reformas decretadas pelos sucessivos governos, aliadas a documentação original destes estabelecimentos (mais concretamente, ao do Porto) depositada nos arquivos das instituições a que deram origem. Também este artigo se divide em três partes, de acordo com os períodos históricos em que estas escolas se desenvolveram.

A primeira parte, sobre o período da Monarquia Constitucional, inicia-se em 1852/1853, com a criação do Instituto Industrial de Lisboa e da Escola Industrial do Porto, passando depois em revista as principais reformas que tocaram no ensino destes estabelecimentos: 1864 (uniformização do ensino nos institutos de Lisboa e Porto, e criação de ensino elementar noutras cidades), 1869 (transformação do instituto de Lisboa em Industrial e Comercial), 1886 (introdução do ensino comercial no instituto do Porto e reforma global do ensino técnico), 1891 (adaptações nos cursos industriais, gerais e comerciais), e 1898 (reorganização da escola de Lisboa).

Na segunda parte, dedicada aos dezasseis anos da 1.ª República, e fruto das ideias sobre o ensino técnico imbuídas na legislação, o texto dos autores apresenta menos dados meramente estruturais e funcionais, e mais ideias sobre as pretensões dos republicanos para os institutos superiores. Estes foram remodelados por decreto de 23 de Maio de 1911, com a divisão do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa nos Institutos Superior Técnico e Superior de Comércio, havendo ainda legislação avulsa sobre a regulamentação destes cursos até 1918. Nesse ano, a reforma de Azevedo Neves para o ensino técnico reorganiza e reformula o ensino médio e superior ministrado nos institutos de Lisboa e do Porto (aos quais se juntaria instituição homóloga em Coimbra, a partir de 1921).

Na mesma directriz metodológica encontramos a terceira parte, sobre o Estado Novo. A novidade da passagem da tutela da Direcção-Geral do Ensino Técnico (transferida do Ministério do Comércio para o Ministério da Instrução Pública em 1929) é encarada como uma nova fase para o ensino dos institutos, que vêem os seus cursos e estatutos reformados em 1931. Na reforma de 1947 há uma nova reestruturação destes institutos e a criação de novos títulos profissionais que estes concediam (alterados posteriormente em 1951). Em 1965 volta a existir ensino médio em Coimbra, depois da sua extinção em 1926. Com Veiga Simão na pasta da Educação, evidencia-se uma nova fase para os institutos: primeiro com o aumento da

oferta – criação de uma secção do instituto do Porto em Aveiro, decretada em 1971 – e em 1973 com a transformação dos Institutos Técnicos em Institutos Superiores Politécnicos, que viria a acontecer depois da revolução, com a conversão dos Institutos Industriais em Institutos Superiores de Engenharia (Dezembro de 1974) e dos Institutos Comerciais em Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (Maio de 1976).

Na *Antologia* os autores procuraram elencar de uma forma cronológica (nem sempre respeitada) frases retiradas de leis, revistas da especialidade, e mesmo de académicos ou estudiosos do tema, numa primeira parte, e excertos de discursos proferidos nos debates parlamentares, numa segunda parte. Pretendeu-se que estas passagens representassem o pensamento sobre importância e o papel do ensino técnico na sociedade e na política de cada período, num esforço de mostrar o seu “sentido intemporal”.

A última parte do livro, *Bibliografia sobre o ensino técnico em Portugal*, começa por apresentar ao leitor um texto que sintetiza as principais obras sobre o tema, portuguesas e estrangeiras. Como complemento a este texto, aparece um rol bibliográfico, subdividido pelos vários ramos do ensino técnico (geral, industrial, comercial e agrícola), composto exclusivamente por trabalhos académicos (teses de mestrado e doutoramento), a que se deve juntar a bibliografia especificamente utilizada nos dois artigos da *Apresentação Histórica*. Destaque ainda para as referências a auxiliares de pesquisa existentes (em papel, e on-line), bem como a fontes impressas sobre o ensino técnico, em geral, pouco trabalhadas.

De considerável interesse e utilidade é o CD-Rom, *Materiais diversos para o estudo do Ensino Técnico*. Para além dos anexos aos artigos do corpo de trabalho (organigramas sobre as reformas do ensino, e relatórios preliminares dessas mesmas reformas), os autores partilham materiais de trabalho sobre o ensino técnico, destacando-se as bases de dados em formato MS Excel dos artigos publicados no Boletim “Escolas Técnicas”, das intervenções parlamentares sobre o ensino técnico, do rol de legislação publicada, e ainda a rede de escolas deste subsistema de ensino. Estes produtos constituem uma excelente ferramenta de trabalho, servindo de ponto de partida para eventuais investigadores desta área, e como um tira-dúvidas essencial para quem já investiga sobre o ensino técnico.

Entendemos, pois, que o livro *Ensino Técnico (1756-1973)* atinge os objectivos a que se propôs, divulgando conhecimento histórico sobre o ensino técnico português, apontando metodologias de análise e de investigação, sugerindo caminhos pouco estudados para novos investigadores, e partilhando informações e recursos de trabalho que facilitam a investigação. Com um sentido claramente mais pedagógico (e até mesmo didáctico) do que académico, esta obra enquadra-se perfeitamente nos objectivos na colecção em que se insere, e que se podem ler na sua contra-capá: “procuram servir de guia inicial aos alunos universitários (...) e de síntese para o grande público”.

Marcelo Magalhães

Doutorando em História pela Universidade do Porto

Investigador do CITCEM

(Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço, Memória”)

**Jürgen Schriewer (ed.), *Remodelling Social Order. Through the Conquest of Public Space: Myths, Ceremonies and Visual Representations in Revolutionary Societies. Comparativ*, 2/3, 2009 (Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 270 p.).**

O número 2/3 da Revista *Comparativ*, que aqui analisamos, coordenada por Jürgen Schriewer, compreende, na secção temática (em versão inglesa), um conjunto de oito estudos comparativos em torno do conceito de “*Pedagogia Cerimonial*”, examinando a sua aplicação em contextos de sociedades pós-revolucionárias, cujo conteúdo procuraremos problematizar nas linhas a seguir.

Na sua estrutura, a revista integra ainda, em alemão, um ensaio dedicado ao comércio escravo enquanto transgressão do encontro de gentes, revisões de livro (dezoito recensões) e contactos de autores.

A Revista *Comparativ* é um canal de comunicação e de divulgação de investigação, assumindo-se como fórum especializado para abordagens de análise comparada da história e da sociedade global,

que aborda as diferenças e considera também as semelhanças, operando com base na interação, competição, cooperação, observação e contributos mútuos, transferência e mudanças, em termos sociais, culturais, políticos, económicos, jurídicos, discutidos e abordados segundo determinada ordem – em línguas alemã, inglesa e francesa, em resultado de um processo de mudança metodológica da iniciativa da Rede Europeia na História Universal e Global (European Network in Universal and Global History – ENIUGH) da Universidade de Leipzig.

Com credenciais nesta matéria, Jürgen Schriewer é um especialista em história comparada, Professor na Universidade de Humboldt de Berlim e director do Centro de Educação Comparada da mesma universidade, que entre 1992 e 1996 foi presidente da Comparative Education Society in Europe (CESE). É especialista em domínios de pesquisa na área da investigação histórico-comparativa dos processos de internacionalização e mundialização da educação e no campo da teoria e história da investigação comparativa nas ciências sociais e, muito especialmente, no campo das ciências da educação.

Enquanto autor de referência internacional no campo da Educação Comparada, coordenou várias obras (como *Comparative Methodologies in the Social Sciences*, *Comparative Education*, Número Especial, nº 32, Agosto 2006, *Transnational Intellectual Networks. Forms of Academic Knowledge and the Search for Cultural Identities*, Frankfurt am Main e New York: Campus, 2004., *Discourse Formation in Comparative Education*; Peter Lang, 2003), e colabora como convidado, em diversas universidades. Em Portugal, participou, com a Universidade de Lisboa, no programa financiado pela União Europeia PRESTiGE (Problems of Educational Standardization and Transitions in a Global Environment) do qual fez igualmente parte a Universidade de Humboldt. Das suas obras publicadas em língua portuguesa, destacamos: *Formas de Externalização no Conhecimento Educacional*, Educa, Cadernos Prestige nº 5; e “Estados-Modelo e Sociedades de Referência: Externalização em Processos de Modernização”, em António Nóvoa e Jürgen Schriewer (eds.), *A Difusão mundial da escola: Alunos. Professores. Currículo. Pedagogia*, Educa, Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, pp. 103-120.

Nesta edição, 2/3 de 2009, da Revista Comparativ Jürgen Schriewer introduz o tema recordando características relativas ao conceito *pedagogia cerimonial*<sup>1</sup>. Por um lado, a etimologia dos vocábulos “pedagogia” e “cerimonial” que, na óptica deste especialista, não constitui tópico ou objecto de estudo da educação ou das ciências sociais (por não constar de léxicos, enciclopédias ou outros manuais das ciências sociais e ou políticas). Por outro a aproximação ao sentido pretendido é feita, sobretudo, pelos conceitos «cerimónia» e «estudos cerimoniais» encontrados em dicionários de Filosofia, em que *cerimónia* depende de uma sequência de acções humanas que representam simbolicamente uma ordem determinada (representação) e encenando essa ordem para uma audiência determinada. A explicação do conceito é, contudo, necessariamente posterior ao respectivo uso, pelo que o conceito vale sua aplicabilidade em contextos concretos e perfeitamente enquadráveis «*While these explanations are still strongly focused on the pré-modern period, they already introduce key defining elements to what will subsequently manifest itself in specific historical contexts in practices of “ceremonial pedagogy”*» (p. 9).

Estudos históricos sobre a Revolução Francesa dão origem ao conceito de *pedagogia cerimonial* gizando a aplicação pedagógica espacial do facto ou evento e o conjunto de mensagens sensoriais (sobretudo visuais) propostas pelo Estado para inculcar nas multidões, por encenação, um novo conhecimento. Evoca o *Project d’Éducation Nationale*, apresentado pelo pastor protestante Jean-Paul Rabaut Saint-Etienne, em Dezembro de 1792, na Convenção Nacional (França), para expor a dissemelhança entre a instrução pública e a educação nacional. Centrado na última refere, que a *educação nacional* reclama *circo, ginásio, espaço público, celebrações nacionais e interacção (fraternal, de ambos os sexos e de várias idades)* – onde entra também a instrução pública – em espaços e ambientes apelativos e impressivos para a sociedade. Na educação nacional, tal como Saint Etienne advogava, as intenções da *pedagogia cerimonial* contribuem para influenciar multidões e orientar os respectivos conhecimentos.

<sup>1</sup> Tradução livre.

Quanto aos estudos comparativos e à sua relevância, Jürgen Schriewer considera-os propensos a analisar as funções que cumprem a cada um dos meios utilizados pela *pedagogia cerimonial* e o sentido estético, formas de representação e novas concepções da ordem social base, ou seja, um foco no estudo instrumental da *pedagogia cerimonial* examinando a respectiva forma de trabalhar com vista à disseminação de programas legitimadores dos mitos e ideologias e do estabelecimento destes para a re-socialização das pessoas. Para tal, a *pedagogia cerimonial* é analisada mais na vertente cultural, em que se socorre de enorme conjunto de estruturas simbólicas, espaços, representações sociais, indivíduos e grupos comprometidos com a mudança (p. 14).

Neste livro, no estudo da utilização da unidade de análise, apresentam-se três casos que têm em comum o cunho revolucionário de sociedades em transformação. São eles o Japão Meiji após 1868 até 1912, a União Soviética no período de entre guerras (1917 a 1941) e o México no período entre 1924 e 1940. O autor sugere que outros casos poderiam ser incluídos, afirmando que os mais comuns, com linhas gerais mais acentuadas, são os que resultam de contextos revolucionários, facilitando a comparação e podem ser descritos, em termos genéricos, por aspectos como a re-socialização de multidões em contextos excepcionais; a mobilização social e homogeneização cultural; imperativos de modernização em curtos horizontes temporais; múltiplas motivações para a utilização da *pedagogia cerimonial*; e actores e níveis de actores em “choque de representação” (pp. 19-24).

Nos parágrafos seguintes procuraremos seguir algumas das linhas de argumento da obra, apontando aspectos pontuais da análise de cada capítulo, alguns dos quais mostrando ilustrações evocativas das experiências e sentimentos objecto do estudo.

A transformação encetada no Japão, após 1868, que resultou na construção de uma nova identidade, moderna e unificada, constitui tema de três capítulos. A utilização de inúmeras estratégias na política de integração nacional, entre as quais as estátuas em bronze em espaços públicos, representando heróis nacionais, figuras populares da história e do moderno Japão (não sem oposição de alguns cidadãos por se estar a imitar um costume típico do ocidente), equivale ao artigo assinado por Sven Saaler (Men in Metal: Representation of the Nation on Public Space in Meiji Japan, 1862-1912, pp. 27-43). Como alternativa à imprensa, que estava inacessível a grande parte da população do Japão de então, as estátuas e a utilização de símbolos da nação, associados à memória histórica, evocam um sentido de proximidade, de pertença e de identidade, e o facto de se localizarem em espaços públicos – numa lógica de educação pública – corrobora a lealdade para com o estado-nação e respectivas instituições. Também o sistema de educação nacional, introduzido pelo governo Meiji, une referências a procedimentos estrangeiros (ocidentais), métodos, curricula com educação e tradição japonesas. Shin'ichi Suzuki / Kazuhiko Yamaki (Shin'ichi Suzuki / Kazuhiko Yamaki, Transforming Popular Consciousness through the Sacralisation of the Western School: The Meiji Schoolhouse and Tennō Worship, pp. 44-77) acrescentam, no terceiro capítulo, que no centro e na periferia, escolas e professores desempenham o papel que as autoridades políticas querem. As escolas do Estado e os santuários estatais, Shinto, fazem querer que o governo central está determinado na forma de ver o campo educativo, e poucos ousam criticar os objectivos da educação que visa desenvolver um físico forte, a luta militar, a lealdade e a fidelidade de cada um para com país e ancestrais. A visibilidade e, ao mesmo tempo, a indivisibilidade do Imperador e da Imperatriz contribuem para que o povo japonês se ajuste a uma nova cultura, fundada a partir dos princípios de um sistema imperial que se revigorou com a Revolução Meiji.

A Revolução Meiji, em 1868, marca ainda o início de uma radical transformação na sociedade japonesa e o recurso a um variado número de instrumentos psicossociais que contribuem para consumir mudanças estruturais como, por exemplo, o estabelecimento de um sistema de educação nacional. A primeira exposição nacional do Japão, ocorrida em 1877, tem a marca da ruptura em três aspectos, a saber: no sistema de conhecimento, no nível económico e comportamentos de consumo e, ainda, ao nível meramente político, na ruptura e na representação da nação unificada. Inspiradas nos modelos do Ocidente, a realização de exposições no Japão provoca duas reacções, aparentemente contraditórias, ruptura e continuidade. O estudo de Daniel Hedinger (Showcases of Revolution Transformation: Exhibitions in the Early Meiji Period, pp. 78-102), quarto capítulo, centra-se neste modelo de actividade abraçado

pelas elites relevantes – as políticas culturais das exposições. O autor prova como as exposições culturais japonesas e as suas práticas – realizações com poder de exemplo – contribuíram para as mudanças culturais verificadas naquela nação entre 1860 e 1880.

O exemplo de um homicídio ocorrido em 1925, numa aldeia do distrito de Dzharkert no Kyrzysztan, que poderia ter acontecido em qualquer outra região do Este Soviético – envolvendo dois membros da comunidade que estrangularam a cunhada, viúva, por se ter recusado a casar com o irmão mais velho do falecido, como era o costume – acabou tratado como crime político por atentar contra o ideal socialista (p. 104), sendo o socialismo de Lenine entendido como sinónimo de europeização da velha Rússia. Trabalho de alguns intelectuais que acaba por se transformar em projecto imperial, após a guerra civil, perante o extenso poderio multinacional. O exemplo introduz o tema do quinto capítulo, e Jorg Baberowski (Bolshevik Modernity in Collision with Islamic Culture: Representations of Exclusiveness in the Soviet “Oriente”, pp. 103-118) sublinha a produção de representações, não como uma capacidade especial que cada homem tem à sua disposição, mas como prática pela qual procura continuamente re-inventar a sua realidade e a realidade dos outros (p. 118).

No capítulo seguinte, sexto, Matthias Braun (Epidemics and Revolution: Concepts of Hygiene in the Soviet Union, 1917-1941, pp. 119-140) debruça-se sobre o conceito de higiene e a relação com a organização social na União Soviética (p. 139), visível em molduras, cartazes, *posters* de higiene e práticas sanitárias em zonas periféricas do Império Soviético. Os *posters* de higiene transmitem conhecimento científico e propaganda das hierarquias sociais, enquanto conceitos revolucionários de higiene nos primórdios da União Soviética, propõem intrinsecamente novas propostas comunicando nova ordem social (p. 140).

O México pós-revolucionário é o tema do sétimo e oitavo capítulos desta obra. No primeiro, as viagens do Presidente do México Lázaro Cardénas<sup>2</sup> são analisadas por Eugenia Roldán Vera e Carlos Martinez Valle (“The Triumphal March of the Revolution”: The Travels of Lázaro Cárdenas as President of Mexico, 1934-1940, pp. 141-164). As viagens feitas de comboio por Cardénas assomam como sendo centrais na governação daquele líder, não apenas pelo pragmatismo político, mas também pelos elementos simbólicos que serviram para consolidar o seu poder e o mito da Revolução Mexicana (p. 163). Os autores procuram demonstrar a liderança de autoridade então construída através de uma afinada interacção simbólica da política em curso com as viagens, partindo, deliberadamente, este artigo da perspectiva do Presidente e da imprensa oficial.

No último capítulo da obra, Carlos Martinez Valle e Dafne Cruz Porchini (News Bodies, New Order: Sport and Spectacle in the Institutionalisation of the Army and Police in Post-Revolutionary Mexico, 1924-1932, pp. 165-185) partem de um álbum de fotografias, datado de 1931, sobre eventos militares e desportivos que foi dedicado ao General Joaquin Amaro<sup>3</sup> para referirem a representação pós-revolucionária da política cultural e o processo de “institucionalização” das forças da ordem pública e da defesa. A disciplina, a eficiência e a obediência específicas do desporto funcionam como uma garantia do afastamento dos envolvidos (forças militarizadas provenientes de facções políticas) de constituírem um potencial perigo em relação ao poder constituído, substituindo o militarismo por valores como a disciplina, a honra, a lealdade e a obrigação para com os governos civis. O governo mexicano procurou transformar o exército e a escola em agências de educação e defesa, com papéis cruzados com vista à construção do global envolvimento moral, necessário à “revolução psicológica” dos mexicanos (p. 184), constituindo-se o desporto e os espectáculos de desporto como instrumentos essenciais dessa política.

Nos três casos analisados nos oito capítulos, constata-se a existência de um traço comum no estudo dos modelos de *pedagogia cerimonial*, a saber: jornadas para amplificar a Nação, cada viagem entendida como tendo objectivos concretos para alcançar contributos claros na divulgação da mensagem de determinação, revolução ou reorganização do estado, realçando a legitimidade dos líderes de então através da encenação da respectiva presença física. São igualmente perceptíveis como modelos,

<sup>2</sup> Lázaro Cárdenas del Río (1895 -1970) foi Presidente do México entre os anos de 1934 e 1940.

<sup>3</sup> General Joaquin Amaro (1889 – 1952) foi Ministro da Guerra e da Marinha.

a construção de monumentos e a cultura de rituais, procurando estabelecer ligação com as origens e a prática de campanhas e exposições associadas ao simbolismo da modernidade e do progresso.

Luísa Marroni

Doutoranda em História pela Universidade do Porto

*Anales de Historia Contemporánea*, nº 25 (2009) – Monográfico sobre: *La Comunidad Gitana en España y Región de Murcia: Entre la integración y la exclusión*, 580 pp. [ISSN: 0212-65-59].

Com o presente número de *Anales* cumpre-se a primeira época (1982-2009) dirigida pelo historiador Juan B. Vilar. A revista é patrocinada pela Universidade de Murcia e editada pelo Departamento de História Moderna, Contemporânea e da América, dando expressão científica à área de História Contemporânea, do referido departamento, nomeadamente nas linhas de investigação prioritárias: Revolução liberal e território; Relações internacionais; Movimento operário e Minorias religiosas, assim como patenteia as preocupações do grupo de investigação interdisciplinar – Movimentos migratórios contemporâneos.

Publicaram-se 25 números, com mais de 500 páginas cada, contendo todos um conjunto de secções fixas: Vária, Notas críticas, Recensões, Notas bibliográficas e Documentação. Dos números editados cinco são miscelâneas e vinte temáticos.

A opção editorial radicou em visibilizar problemáticas debatidas em Jornadas promovidas pelo Departamento. Esta estratégia ancorou-se num triplo registo que traduz uma dinâmica intelectual e epistemológica interessante, que matriciada num cruzamento de saberes sociais, promove a identidade sócio-simbólica de uma região, enfatiza a crucialidade do conhecimento histórico e, por último, estimula a complexidade dos objectos de investigação.

Em simultâneo, a revista reflecte a vitalidade do núcleo de investigadores associados ao Departamento – assim como todos os jovens investigadores que são catapultados para os projectos de investigação – cumprindo ainda um requisito da Missão da Universidade: disseminar o conhecimento e contribuir indelevelmente para a paulatina caracterização do espaço onde a instituição está inserida.

Observando os sumários dos números monográficos, e independentemente das problemáticas abordadas, está patente a dialéctica entre o nacional e o regional, assim como o privilegiar de análises finas sobre problemas que atravessam a região de Murcia. Aliás, esta preocupação declina-se na centralidade da imigração, nos seus aspectos sociais, culturais, históricos e políticos (legislativos), bem como a crucial reflexão sob a formação da sociedade liberal e a dilacerante questão da Guerra Civil – e do regime de características fascista que lhe seguiu – para além de reflexões geoestratégicas sob o papel de Espanha (e da Região de Murcia).

Os sumários da Revista indiciam também que um conjunto de problemas actuais são abordados na sua densidade temporal e configurados nas suas múltiplas expressões sociológicas – o presente número é paradigmático da linha editorial, notando-se que o problema da comunidade cigana desmultiplica-se na sua diversidade teórica e analítica, como nos domínios institucionais e societais e na dimensão simbólica, revelando-se o fenómeno social na sua totalidade. Significativamente, esta é a marca de todos os números anteriores, como aqueles sobre o *Movimento operário* ou a *Guerra Civil* ou o imprescindível sobre as *Minorias religiosas em Espanha e Portugal, ontem e hoje*, entre outros.

O primeiro ciclo dos *Anales* é um sinal evidente da vitalidade académica e cívica, tendo-se desenvolvido com originalidade, rigor científico e pertinência heurística. Que o segundo ciclo, que agora se inicia, trilhe a mesma senda e que a qualidade siga sendo a identidade dos *Anales*.

José António Afonso

Instituto de Educação – Universidade do Minho

Vilar, Maria José, *Una descripción inédita de Marruecos a mediados del siglo XIX. Diario del viaje de Tânger a Fez en junio de 1866 de Francisco Merry e Colom, ministro plenipotenciario de España, en misión especial sobre Ceuta y Melilla*. Prólogo de Bernardo López García. Murcia: Universidad de Murcia, 2009, 168 pp. [ISBN: 978-84-8371].

O *Diário* que Maria José Vilar nos restitui, com uma excelente contextualização histórica (p. 21-23, 33-37 e 39-45) e uma preciosa biografia do seu autor (p. 25-31), revela-se uma peça importante para o conhecimento das relações diplomáticas entre Espanha e Marrocos no 2º quartel do século XIX. A edição proposta é acompanhada por documentação inédita de Francisco Merry e Colom, nomeadamente o copiadador da correspondência expedida que se refere à preparação da viagem diplomática (p. 47-71) e o copiadador da correspondência mantida com várias personalidades em que comenta o rescaldo e repercussões da missão (p. 103-129), para além da reprodução das gravuras (p. 131-141) de Stefano Ussi e C. Biseo que ilustraram o livro de Edmundo de Amicis, *Marrocos* [Marruecos] (Barcelona, Espasa y Cia., Editores, 1892).

O *Diário* é um texto que se abre a várias leituras e cumpre diferentes objetivos. Do caderno do viajante ilustrado ao manual do diplomata, as gramáticas convocadas entrecruzam-se numa narrativa interessante do etnógrafo mesclada com a prudência de um diplomata.

A ordem natural da região é anotada (paisagem, solo, flora, fauna) e a ordem social descrita (cidades, portos, povoações, costumes, tradições) com a finalidade de possibilitar a compreensão da comunidade exótica, evidenciando já a diferença entre formas do saber natural e antropológico, através de um padrão ilustrado que tipifica a diferença. Diz-nos Maria José Vilar: “ (...) descrição inédita do país [Marrocos] em meados do século XIX, seguindo uma rota sobre a qual em alguns troços não há informação coetânea alguma ou anterior, pelo menos de fontes europeias” (p. 36), que se traduz nas dimensões geográfica; demográfica e social; económica; cultural, e política – “dinâmica interna do país e o seu passado histórico imediato, as variáveis relações dos poderes regionais e locais, a segurança e a insegurança nas zonas rurais, a dupla dimensão política e religiosa da autoridade do sultão, os limites dessa autoridade e o protocolo da sua corte, incluindo interessantes detalhes sobre a sua pessoa, relações familiares e colaboradores próximos” (*id.*). O detalhe de captação do social ultrapassa alguns estereótipos, revelando-se, neste aspecto, um compêndio importante para o relacionar e negociar com a corte marroquina, como notou Bernardo López García no Prólogo.

Francisco Merry e Colom teve como missão diplomática negociar e resolver diferentes contenciosos levantados pelo incumprimento, por parte de Marrocos, de vários artigos convencionados no Tratado de Paz e Amizade de 26 de Abril de 1860, que culminou a crise bélica entre Espanha e Marrocos de 1859-60 e estabeleceu uma alfândega na fronteira de Ceuta e Melilla, imprimindo-se desta forma um novo impulso ao comércio entre os dois países, reprimindo o contrabando e reforçando a segurança nas fronteiras, de modo a evitar os incidentes (com os Kabiles limítrofes) que originaram o contencioso de 1859.

Francisco Merry e Colom era um conhecedor de Marrocos, já lá tinha estado em outras missões, e um defensor intransigente da importância de Marrocos como um dos eixos da política exterior, que deveria desenvolver Espanha, em paralelo com Gibraltar e Portugal. Lutava, deste modo, contra o indiferentismo e o abandono político e económico do território. Mas Colom, enquanto diplomata, procurou intrinsecamente a “especialização nos assuntos marroquinos de um certo número de profissionais da carreira diplomática e consular” (p. 29). Este contexto dita, em parte, que o relato que fez dos onze dias de viagem por terra entre Tânger e Fez, não redunde num árido documento de chancelaria, mas, pelo contrário, crie um texto onde o detalhe do processo de negociar é apreendido na sua especificidade e complexidade, não escapando qualquer pormenor de estratégia e disputa retórica, transformando o *Diário* num texto que tem implícita uma convicção – o diplomata é um religador de interesses com base no princípio de soberania de cada estado –, e explícita uma mensagem – o diplomata deve observar, conhecer e compreender os povos com quem negocia, estabelecendo, deste modo, um princípio de respeitabilidade.

José António Afonso

Instituto de Educação – Universidade do Minho

**Maria Rita Lino Garnel (coord.), *Corpo. Estado, medicina e sociedade no tempo da Iª República*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010 (160 páginas, €15,90)**

Sendo o quarto dos cinco catálogos das exposições organizadas pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, esta obra é a que encerra a memória da exposição *Corpo. Estado, medicina e sociedade no tempo da Iª República*, que integrou o conjunto das *Exposições do Centenário* em articulação com o eixo *República e Ciência*, que decorreu no Torreão Poente do Terreiro do Paço em Lisboa entre 23 de Julho e 30 de Dezembro de 2010. Daí que abordar o livro seja também lançar um breve olhar sobre uma das exposições mais visitadas no conjunto de todas as que integraram o programa das comemorações. A julgar pelas 50.830 visitas que acolheu em pouco mais de 5 meses, foi a que mais interesse despertou no público, uma vez que a mais visitada esteve patente no Porto durante 11 meses, acumulando 53.364 entradas<sup>4</sup>.

Ao folhear este *Corpo. Estado, medicina...*, o leitor é presenteado com um políptico dedicado à visão sintética e estruturada dos ideais e concretizações político-sanitários do Estado republicano e a sua inter-relação com a classe médica. Numa altura em que consolidava o seu poder e prestígio, ao mesmo tempo que reforçava a sua vocação social, a medicina reafirmava o seu lugar nos desígnios do novo ciclo político republicano. Mais do que tratar apenas o corpo individual, era a altura em que se tratava também do corpo social, aplicando à sociedade o seu olhar clínico, normalizador e normativo em prol da saúde colectiva, ajudando a formatar a consciência sanitária nacional.

Não defraudando as expectativas, e no seguimento de uma exposição que se pautou por padrões de elevada qualidade, o catálogo que a sucede perpetua essa marca qualitativa, muito assente na soberania discursiva da imagem. Com o cunho inconfundível de Rita Garnel, que também comissariou a exposição, a coordenadora desta edição teve aqui a oportunidade para colocar a tónica narrativa no relacionamento entre a emergência do poder médico e a sua relação com o poder político, desenhado numa perspectiva filosófica assente no prisma paradigmático do biopoder foucaudiano.

O conteúdo empírico do artigo de abertura, articula-se convincentemente com a teoria biopolítica de Michel Foucault, filósofo que contribuiu para a temática do poder médico com uma abordagem sobre a intervenção do Estado no processo de organização dos saberes médicos e tecnológicos, ao mesmo tempo que não hesitou em associar a medicina a uma instância de controlo social, fruto das crescentes necessidades de controlo biopolítico das populações<sup>5</sup>. E, de facto, esse paradigma assenta como uma luva à exposição, que acabou por nos proporcionar uma visão alargada e perspicaz da medicina na história da Iª República, onde é o corpo que acaba por ser o conceito central, e não tanto uma iatrogénica história da medicina balizada entre 1910 e 1926.

Os discursos das elites médicas, científicas e políticas reportam-se ao corpo enquanto cerne do saber médico, mas também ao organicismo e ao entendimento organicista como ideia estruturante, pensamento que de acordo com Garnel "(...) *continuava a pautar a leitura da sociedade*".<sup>6</sup> Tratou-se então de interpretar as relações dos médicos com o corpo individual e social.

A inclusão de fotografias de objectos, documentos e imagens ilustradoras do mundo da saúde e da doença no primeiro quartel do século XX, a que acresce uma composição gráfica irrepreensível – ou não estivéssemos perante uma edição da INMC – abrem o apetite de quem folheia e se embrenha nesta

<sup>4</sup> Cf. Exposições do Centenário da República visitadas por mais de 180 mil pessoas (disponível in [http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Vida/Interior.aspx?content\\_id=1754824&page=-1](http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Vida/Interior.aspx?content_id=1754824&page=-1) – consultado em 09/03/2011)

<sup>5</sup> Cf. Michel Foucault, *Microfísica do Poder*. (17ª Edição, Rio de Janeiro: Graal, 2002); Michel Foucault, *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. (Petrópolis: Editora Vozes, 1998); Michel Foucault, *El nacimiento de la clínica. Una arqueología de la mirada médica*. (Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1999); Michel Foucault, «*Il faut défendre la société*». *Cours au Collège de France (1975-1976)* (Paris: Gallimard/Seuil, 1997)

<sup>6</sup> Maria Rita Lino Garnel, "Corpo. Estado, medicina e sociedade no tempo da Iª República" in *Corpo. Estado, medicina e sociedade no tempo da Iª República*, coord. Maria Rita Lino Garnel (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010), 7.

herança visual, convertendo-se em si mesma num prólogo que completa e torna ainda mais estimulante a leitura dos 9 artigos que dão “Corpo” a este catálogo. Neste autêntico *mare magnum* visual evocam-se as doenças, recordam-se os instrumentos e técnicas médico-cirúrgicas, as faculdades de medicina, os investimentos, a vacinação... Observa-se ainda o corpo normal (corpos saudáveis, doentes ou objectos do ensino médico), mas também o corpo desviante: prostitutas, loucos, mutilados de guerra, criminosos. Com um destaque conscientemente assumido, a imagem é a parte principal do catálogo, como já o tinha sido da exposição, formatando o leitor para os artigos que se seguem.

Os estudos monográficos preenchem pouco mais de metade da obra, depreendendo-se da dificuldade em escrever uma narrativa unificadora sobre a história da saúde, quando se reconhece a necessidade de impor uma multiplicidade de visões e problematizações necessárias às abordagens de conjunto. Mesmo assim, o repto foi plenamente atingido, quer pela sistematização escolhida, quer pela qualidade analítica dos artigos. Divididos em três núcleos: *Corpo Médico*, *Corpo Saudável* e *Governo dos Corpos*, os textos seguem uma linha narrativa ditada pela sistematização atribuída aos conteúdos.

O *Corpo Médico* verte o seu olhar inicial sobre Egas Moniz, personagem que João Lobo Antunes dissecou politicamente em “*Algum ilusório sucesso e muitas contrariedades.*” *Egas Moniz, político da I República*, sendo seguido pelo mais abrangente artigo de Maria de Fátima Nunes sobre *As sociabilidade médico-científicas*. Por seu turno, Madalena Esperança Pina debruçou-se sobre *As faculdades de medicina na I República*, enquanto João Rui Pita encerra este núcleo com um trabalho de síntese sobre *A farmácia na I República*.

Passando ao *Corpo Saudável*, Alexandra Alegre abre (e encerra) o dossier com *Saúde, higiene e arquitectura escolar. Os primeiros liceus da I República*, ao passo que no *Governo dos Corpos* Jorge Fernandes Alves parte de um formulário adoptado por um dos primeiros decretos do governo provisório aplicado na correspondência oficial (*Saúde e fraternidade. A saúde pública na I República*) para realizar um balanço entre a acção legislativa em prol da saúde pública e os resultados práticos obtidos. Ainda neste aspecto da “governança do corpo” mas na sub-vertente dos *Corpos Excluídos*, José Morgado Pereira realiza uma síntese sobre a doença mental (*A psiquiatria no tempo da I República*), enquanto Jorge Costa Santos se coloca em redor do *Corpo desviante. Um olhar médico-legal*, encerrando o catálogo com a morte do corpo, qual corolário da vida.

Não se esgotando nem limitando a uma audiência académica ou apenas médica, esta obra é recomendável a uma audiência mais vasta, interessando tanto ao público com mero interesse lúdico pelas imagens de um tempo passado, como àquele que encontra nos artigos uma súpula de análises sobre múltiplos aspectos da saúde e medicina na I República, solidamente escoradas no rigor do trabalho historiográfico.

Trata-se de um contributo importante que se destaca pela originalidade do olhar multifacetado, quase à laia de mosaico polimorfo que reúne num só volume o impacto e acutilância da imagem, da fotografia, e do instrumental associado ao universo médico-farmacêutico, acrescido de estudos realizados por reconhecidos especialistas que se organizam em redor de um espírito historiográfico que soube detectar com clareza os objectivos, esperanças, realizações e contradições enfrentadas pelo “*Governo do Corpo*” na I República.

Rui Manuel Pinto Costa

Investigador do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço, Memória”)

# Notícias de Eventos



## TECT/INCORE Summer School & TECT Final Conference (Budapest, 11-15 e 15-17 Setembro 2010)

Ocorreram em Budapeste, em Setembro de 2011, dois eventos no âmbito dos programas TECT-INCORE, o primeiro inserido no esquema EUROCORES da European Science Foundation (ESF) (<http://www.esf.org/activities/eurocores.html>), o segundo integrado na Coordination Action of the EU-Framework 6 programme 'What it means to be human'.

O EUROCORES (European Collaborative Research) apresenta-se como um espaço de investigação desenvolvido pela European Science Foundation com o objectivo de promover cooperação a nível europeu e global. O financiamento para as actividades de investigação das várias equipas nacionais provém de agências de financiamento nacionais (no caso de Portugal a FCT). A ESF deveria financiar actividades de rede e de interacção entre as diversas equipas dos diferentes projectos aprovados dentro de cada um os seus programas, embora cortes financeiros tenham afectado o cabal cumprimento deste pressuposto. Ainda assim, no âmbito do programa TECT (The Evolution of Cooperation and Trade), um dos implementados pela EUROCORES (<http://www.esf.org/activities/eurocores/running-programmes/tect.html>), uma série de JSM (Joint Science Meetings), financiadas pela ESF, tornaram possível uma discussão alargada entre equipas de proveniência múltipla, tanto do ponto de vista geográfico como científico. Internacionalização e multidisciplinaridade na investigação são duas das metas propostas pelo EUROCORES, que o programa TECT perseguiu com sucesso.

Os CRP (Collaborative Research Projects) permitem fomentar dinâmicas de cooperação, tendo como pré-requisito a constituição de projectos com equipas internacionais (de proveniência multi-continental e não apenas europeia) e multidisciplinar.

Os eventos científicos de 2010, fecharam, precisamente, uma dessas experiências, envolvendo os programas TECT e INCORE. Uma das iniciativas de maior relevo foi a realização de Cursos de Verão, promovidos e financiados por esses programas.

A última escola de Verão foi organizada sob o tema "Cooperators since life began" e realizou-se em Dobogókő, Hungria, de 11 a 15 de Setembro de 2010, depois de ter sido agendada para Abril do mesmo ano e cancelada devido às cinzas vulcânicas que afectaram todo o espaço aéreo europeu nesse período. Esta Escola dá sequência à realização de uma anterior, dedicada ao tema *Tools of the trade in Cooperation research* (Obernai, Alsace, France, 2008).

A Escola de Verão era dedicada a estudantes de doutoramento e a pos-docs envolvidos nos programas TECT e INCORE, mas aberta também a outros estudantes que trabalhassem em áreas de estudos de Cooperação, ou pretendessem vir a fazê-lo.

Entre os docentes e estudantes presentes, encontravam-se representantes de áreas disciplinares da História, Sociologia, Economia, Física Teórica, Matemática, com algum predomínio para os biólogos. Os títulos dos seminários, seguidos de discussão e de sessões especificamente vocacionadas a debates interdisciplinares explicitam essa orientação (<http://sites.google.com/site/tectincoresspringschoolbudapest/home>):

- Eors Szathmáry (Collegium Budapest, Hungary) – *Molecular cooperation: surfaces and compartments*
- Amélia Polonia (University of Porto, Portugal) – *Cooperation of agent based self-organizing networks as the focus of an alternate historiography*
- Redouan Bshary (Université de Neuchâtel, Switzerland) – *On the potential role of punishment for the evolution and stability of cooperation*
- Bernhard Voelkl (Ethologie des Primates Dpt of Ecology, Physiology, Ethology, CNRS IPHC, France) – *Partner choice models for cooperation: Proximate and ultimate mechanisms*
- Douglas Yu (Kuming Institute Zoology, China & Univ of East Anglia, Norwich) – *Let the right one in: microeconomic approaches to mutualism*

- Tamas Czaran (Hungarian Academy of Sciences and Eötvös University, Budapest) – *Microbial Communication, Cooperation and Cheating: Quorum Sensing Drives the Evolution of Cooperation in Bacteria*
- Szabolcs Szamado (Université de Neuchâtel, Switzerland) – *Hot spots of cooperation*
- Ronald Noë (Université de Strasbourg, Ethologie des Primates Dpt of Ecology, Physiology, Ethology, CNRS IPHC, France) – *Two decades of biological markets – where are we going next?*

A Summer School foi imediatamente seguida pela TECT FINAL CONFERENCE, realizada no Collegium Budapest (Institute for Advanced Studies), de 15 a 17 de Setembro de 2010.

Ao contrário da conferência de lançamento do programa TECT (The Evolution of the Cooperation and Trading) da EUROCORES, no mesmo local, em Julho de 2007, que reuniu equipas de projectos financiados e não financiados, que submeteram candidaturas ao programa, a conferência de encerramento só incluiu, compreensivelmente, as equipas dos cinco projectos que desenvolveram investigação durante o período de 2007 a 2010. Entre elas, duas equipas portuguesas, financiadas pela FCT estiveram presentes, enquanto membros de dois dos projectos financiados, nomeadamente o DynCoopNet (Dynamic complexity of cooperation-based self-organising networks in the First Global Age) e o BIOCONTRACT (Cooperation in Mutualisms: contracts, markets, space and dispersal).

O principal conceito por trás do programa TECT/ EUROCORES é o de que agentes de diferentes naturezas, desde as bactérias às alianças multi-nacionais de seres humanos são susceptíveis de serem equipados com os mesmos mecanismos e desenvolvido estratégias similares em termos de cooperação, que poderão ter evoluído em ordem a resolver os dilemas recorrentes em dinâmicas de cooperação. Essas estratégias e mecanismos formam o foco de pesquisa do Programa TECT. As várias equipas de investigação desenvolveram projectos que tinham como objectivo principal o de discutir e destacar a continuidade evolutiva da cooperação, tanto genética, como cultural, e fazer dessa continuidade o objecto de estudo das suas investigações. Questões chave orientaram inquéritos de investigação comuns: o que explica a evolução dos diferentes mecanismos e estratégias de cooperação? Podemos traçar a história evolutiva dos mecanismos de cooperação e isso explica as formas de cooperação observadas hoje? Podem as formas de “bounded rationality” e a repartição da cooperação nas modernas sociedades humanas ser explicadas pela activação de mecanismos que evoluíram em ambientes passados? A história evolutiva repete-se na forma de uma evolução cultural do comportamento humano de negociação?

O entendimento subjacente ao programa TECT era o de que a resposta a estas questões implicaria reunir especialistas de diferentes disciplinas, a fim de incentivar a “fertilização cruzada” de diferentes tradições, terminologia e métodos científicos. (<http://www.esf.org/activities/eurocores/running-programmes/tect/events/tect-final-conference.html>).

Foram apresentadas cinco sessões, cada uma dedicada a cada um dos projectos aprovados, e precedida por uma conferência de abertura, proferida por consagrados especialistas na matéria. Foram oradores Mark van Vugt, VU University Amsterdam; Ruth Mace, University College London; Douglas Yu (Kuming Institute Zoology, China & Univ of East Anglia, Norwich); Peter Hammerstein, Humboldt University, Berlin; Ronald Noë, Université Louis Pasteur, Strasbourg.

As sessões temáticas tiveram a sequência que se segue:

- **Session 1. Sustaining eco-economic norms for a sustainable environment (SENSE)** – Coord. Eva Hoogland
- **Session 2. Dynamic complexity of cooperation-based self-organising networks in the First Global Age (DynCoopNet)** – Coord. Professor Ana Crespo Solana, CCHS-High Spanish Council of Research, CSIC, Madrid, Spain
- **Session 3. The social and mental dynamics of cooperation (SOCCOP)** – Coord. Professor Arcadi Navarro, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, Spain
- **Session 4. Cooperation in mutualisms: contracts, markets, space, and dispersal (BIOCONTRACT)** – Coord. Professor Naomi Pierce, Harvard University, Cambridge, US
- **Session 5. Cooperation in corvids (COCOR)** – Coord. Professor Ronald Noë, Université Louis Pasteur, Strasbourg, France

Em relação ao DynCoopNet, o único projecto com uma vertente de investigação de âmbito historiográfico, ainda que cruzada com outras áreas disciplinares (<http://dyncoopnet-pt.org/about-portuguese-project>), o elenco de participações foi o seguinte:

- Jack Owens, Idaho State University – *Introduction to DynCoopNet: What's in a name?*
- David Alonso Garcia, Universidad Complutense de Madrid – *Theory and practice: cooperation in financial networks*
- Ana Crespo Solano, CCHS-High Spanish Council of Research, CSIC – *Datasets on Cooperation*
- Amélia Polónia, University of Porto – *Cooperation in self-organising networks – an interdisciplinary approach*
- Joaquim Carvalho, University of Coimbra / Ana Sofia Ribeiro, Universidade do Porto – *Cooperation in 16th Century. The Simón Ruiz network case study: from data source to network modelling*
- Miguel Ángel Bernabé / Marta Guerrero Nieto, Politechnical University, Madrid – *Integration into a GIS of temporal expressions, using Natural Language Processing tools: Advances relating to letters of Simón Ruiz*
- Monica Wachowicz, Wageningen University & Sara Costa Pinto, University of Porto – *Mapping 16th Century Trade Networks: a GIS Application for Historical Data Sources*
- Ana Crespo Solano, CCHS-High Spanish Council of Research, CSIC – *Cooperation in Historical Dynamics: An overview.*

A sessão terminou com a análise do trabalho desenvolvido por um comentador, Jorge Pacheco (Universidade do Minho, ATP Group, Lisboa), coordenador de um grupo de trabalho que se apresentou como valiosa colaboração (espontânea e graciosa) da equipa portuguesa do projecto, no âmbito da modelização matemática de redes.

O TECT revelou-se uma oportunidade única em termos de cooperação científica em rede, e revelou, sem sombra para dúvida, a possibilidade e a capacidade de a História, como disciplina social e humana, interagir com uma multiplicidade de áreas do saber, com vantagens recíprocas. A TECT Final Conference deu disso prova cabal.

Amélia Polónia  
Universidade do Porto, FLUP, DHEPI  
CITCEM

## 35th Annual SSHA Meeting (Chicago, 18-21 Novembro 2010)

Realizou-se em Chicago, de 18 a 21 de Novembro de 2010, a *35th Annual SSHA Meeting*, sob o tema “Power and Politics”, organizado pela Social Sciences History American Association (<http://www.ssha.org/news/past-news/130-35th-annual-ssha-meeting-18-21-november-2010-power-and-politics>).

Entre as centenas de comunicações apresentadas, distribuídas por dezenas de painéis, numa organização típica destes macro-congressos, a presença portuguesa foi consubstanciada pela submissão e aprovação de duas sessões temáticas. Essas sessões, uma integrada na rede temática sobre “Economia” e a outra na rede temática sobre “Género”, pontuaram com interessantes debates em torno das novas tendências da historiografia portuguesa, que se revelaram globalmente desconhecidas para o público em presença, e por interessantes trocas de impressões sobre abordagens multi-disciplinares em análise de redes sociais, provindas nomeadamente da Sociologia e da História.

Essas sessões foram organizadas no âmbito do projecto DynCoopNet (TECH/ 0002/2007), sendo a participação dos membros dessa equipa possível através do financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian.

Em concreto, as duas sessões propostas são as que se apresentam, em Inglês, sob a forma de relatório:

**Session1. *The power of the commoners. Informal agent-based networks as source of power in the First Global Age***, Coord. Amélia Polónia, University of Porto; Chair and discussant: Jack Owens, Idaho University

**Papers:** Amélia Polónia, University of Porto; Joaquim Carvalho, University of Coimbra; Ana Sofia Ribeiro, PhD Student, University of Porto

The panel aimed to analyse the important performances of the common people as agents both in global and local dynamic, working either at a macro and micro level.

To start with, it tried to establish a reinterpretation of the mechanisms which made possible the “First Global Age”, an expression applied to the period from 1400 to 1800. In fact, the analysis of European maritime and geographical expansion in the Early Modern Age is usually focused on central power strategies and imperial policies. It was, on the contrary, the thesis of the panel the one that individuals and groups contributed extensively to these dynamics, at times to an even greater extent than the central power itself.

The first paper, **Ruling strategies and informal power of self-organising networks in the First Global Age. The Portuguese case**, tried to approach this theoretical framework focusing on the Portuguese overseas expansion. It intended to show how a new concept, the one of self-organizing networks, and a new methodological approach of an international project, DynCoopNet (Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Commercial Networks in the First Global Age), a TECT-ESF project, were able to produce a historiographic reinterpretation of this subject.

DynCoopNet sustains that, from the 15th to the 18th centuries, economic and cultural world dynamics were increasingly characterized by widespread cooperation which went beyond the boundaries of countries and continents, and was made possible by new means of global communication, as well as the building of not only formal but also informal networks.

The strategy and work plan of DynCoopNet’s research program aims to study the nature of those informal, co-operative networks, which acted beyond the boundaries of political frontiers. We tried to apply and discuss these assumptions focusing on the Portuguese case and then stress how this innovative approach was able to generate new perspectives on European historiography.

The first paper, by Amélia Polónia, argued exactly that those networks, frequently multinational, based on the action of the commoners, were bound to build informal but powerful ruling strategies, acting inside or outside the formal systems and the political and institutional frameworks.

The second paper, presented by Ana Sofia Ribeiro, PhD student of the same project, *Money and governance: economic co-operation in business networks as means to build and sustain power in 16<sup>th</sup> century Europe*, approached cooperation, another central topic of DynCoopNet. Ana Sofia's analysis was centered on the commercial network of Simón Ruiz, in the second half of the 16<sup>th</sup> century. Based in Medina del Campo, Simón Ruiz, a Castilian merchant, descendant of Jewish converts, ran a financial and trade network which made him one of the wealthiest merchants in the Iberia Peninsula, if not in Europe.

In her paper, Ana Sofia studied the cooperation mechanisms which created the enlargement of the network and allowed the increasing economic and social power of its agents; thus she explained how Simón Ruiz achieved his power. The paper approaches the topic of the power of commoners trying to analyse how these characters influenced markets and even politics after achieving a certain level of prestige, and after building dependency ties with partners. The identification of the mechanisms of that kind of self-organized cooperation was as well a central topic of Ana Sofia's paper.

On a different level, the one of the small worlds in Portugal, Joaquim Carvalho centred his attention on a different network, equally important for sustaining the sociability in Ancien Regime societies by focusing on kinship bounds. **Network Analysis of the Choice of Godparents: Discovering Influence Networks in 18th Century Communities** showed how the choice of godparents provides important information about social networks and prestige mechanisms. Based on the networks of godparent choices in 17th-18th Centuries communities in Portugal, linking information from parish registers, Joaquim Carvalho proved how these social networks provided relative social positioning of the actors involved and created rules both for stability and social mobility, based on prestige scores.

This approach, supported by studies developed on a micro-scale, were also able to demonstrate the historiographic value of analysis of informal powers in Early Modern communities.

**Session 2 : Dealing with gender and alterity in Portuguese Sixteenth Century Maritime Societies**, Coord. Amélia Polónia; Chair and Discussant: Jack Owens, Idaho University

Participants: Amélia Polónia, University of Porto; CITCEM; Amândio Barros, CITCEM; Ana Sofia, PhD student, University of Porto, CITCEM.

The rationale of the session was based on the assumption that Early Modern European projection to overseas territories had been responsible for multiple ways of cultural exchange. If the massive presence of Europeans in Africa, America, the East and the Far East changed the world, by interfering with traditional and ancestral equilibriums, the inclusion, in European spaces, of other civilisational, ethnic, religious and cultural patterns was also responsible for meaningful challenges and structural changes in European societies. Dealing with alterity becomes then a pertinent topic to analyze in this context. Portugal having notorious precedence in these dynamics, the effects of which can be clearly perceived in the 16th Century, the panel focused on Portuguese maritime societies. Amongst the main challenges, in a traditional society struggling to adapt to new realities brought by arising cosmopolitan dynamics, was the integration of a significant number of alter individuals and communities, from which foreigners and slaves should be detached. Exchange patterns, permeability, conflict and oppression were part of complex and dynamic relations between the locals and the alter.

Starting from local studies and micro-analytical approaches, yet in comparative perspectives, two of the papers dealt with those issues by assessing the mechanisms of inclusion/exclusion and the representations of alterity which can be identified within such Early Modern maritime societies. Those issues were discussed on Amândio Barros paper, *Every good man deserves favour. The foreigner within the Northern Portuguese seaport societies in the 16th century* and in the joint paper of Amélia Polónia and Ana Sofia Ribeiro – *A commodity or a person? Slave interaction in Portuguese maritime societies*.

A third paper, from Amélia Polónia, entitled *Female: the alter ego of maritime societies? Practices and representations of gender (Portugal. 16th Century)*, focused on another equally conspicuous subject: the adjustment and broadening of female roles in the world of work, economy and society in

general. The paper analyzed processes within communities profoundly marked by women remaining behind in contexts traditionally dominated by men, but where the men have departed as agents in the processes of overseas navigation, trade and emigration. The main focus of this panel was the essential and challenging dynamics introduced by the experience of overseas expansion, responsible for significant changes which frequently result with lasting impacts on European societies.

Traditionally connoted as minorities, marginal groups or subaltern strata, these historical agents, women, slaves and foreigners, were placed in the spotlight of this second panel.

Amélia Polónia  
Universidade do Porto, FLUP, DHEPI  
CITCEM

DHEPI – Pós-Graduações  
(2009-2011)



## Curso de Doutoramento em História

Autor: Carla Maria Sequeira Ferreira

Título: *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional*

Palavras-chave: Região demarcada do Douro; Modalidades de intervenção do Estado; Debate proteccionismo – livre-cambismo.

Resumo:

O tema fundamental da dissertação consistiu na região demarcada do Douro entre a Regeneração e os inícios do Estado Novo (1852-1932). Partindo dos estudos realizados por historiadores da economia (Jaime Reis, Miriam Halpern Pereira, Pedro Lains, Justino David, Manuel Villaverde Cabral), procurou-se compreender as condições e os mecanismos de transição do modelo proteccionista de intervenção do Estado para o regime liberal, bem como o regresso a modalidades de regulação do sector vinícola, procurando determinar até que ponto o Estado adoptou uma política livre-cambista para o sector vitivinícola duriense.

Pretendeu-se caracterizar a evolução económica, social e institucional da região duriense no período considerado, os interesses em presença e o grau de conflitualidade com as outras regiões vitícolas portuguesas e outros agentes económicos suscitado pela questão vinhateira.

Centrando a atenção nas consequências da legislação liberal e nas reivindicações regionais de intervenção do Estado, que se desenvolveram a partir do terceiro quartel do século XIX e se mantiveram durante várias décadas, num período de crise agrícola e comercial e suscitando uma continuada agitação política e social, procurou-se compreender as diversas estratégias de afirmação da produção regional face ao sector comercial, na busca de soluções para a «questão duriense» (associativismo vitícola e comercial, defesa da «marca regional», reivindicação de propostas legislativas).

Debruçando-nos sobre os debates entre livre-cambistas e proteccionistas em torno da questão vinhateira, que percorreram a sociedade duriense e nacional, desde os Governos aos grupos políticos representados no Parlamento e aos grupos de interesses económicos, procurámos perceber os jogos de forças políticas e económicas em presença, tentando aferir o grau de influência das redes de clientelas regionais nas decisões tomadas pelo poder central, para a imposição tanto do modelo liberal como de novas formas de regulação.

Para alcançar os objectivos propostos, socorremo-nos do cruzamento de várias fontes de informação, públicas e privadas – com particular destaque para os Diários Parlamentares, a imprensa regional e arquivos de família –, que se revelaram fundamentais para o estudo das elites regionais e a caracterização dos grupos de interesse em confronto, das dicotomias entre as diversas regiões vitícolas, dos diferendos entre o Douro e o sector da exportação, bem como para a apreensão das estratégias de afirmação das elites regionais e das relações estabelecidas com os órgãos do poder.

A investigação realizada permitiu concluir que entre 1852 e 1932 a região duriense movimentou-se no sentido da defesa de um sistema de regulação proteccionista, tendo-se confrontado com o conflito de interesses relativamente ao sector comercial e às outras regiões vitícolas nacionais, de maior influência sobre os poderes instituídos. Por outro lado, teve ainda de se sujeitar às conjunturas políticas, à inclinação doutrinária e económica dos diferentes governos.

O Estado pautou a sua acção pela tentativa de concertação entre diferentes interesses, hesitando quanto à adopção de um sistema livre-cambista ou proteccionista para o sector do vinho do Porto face ao intenso debate inter-regional e sectorial e às pressões de que era alvo por parte dos diversos sectores. Hesitando entre modelos de regulação, o Estado colocou-se numa posição de «árbitro» de conflitos, intervindo à medida dos seus próprios interesses, mesmo que parecendo reflectir os interesses de um ou outro «grupo de pressão».

Num quadro de liberalização e de crise, o Douro utilizou como estratégia a adopção de soluções de carácter associativo que se viriam a revelar de grande importância como órgãos de defesa dos interesses durienses, em articulação com outras formas de representação regional. Através destas associações, as elites durienses criaram uma malha de relações favorável à reconstrução do Douro e à pressão regional, conseguindo constituir-se em «grupo de pressão», embora minoritário face aos restantes *lobbies* que cercavam o Governo, estando sujeito às suas conveniências políticas, como o demonstrou a legislação de João Franco.

A Região Duriense foi capaz de influenciar a acção governamental mas apenas na medida em que as propostas regionais iam ao encontro dos interesses do próprio Estado, de diversificação e reconversão do sector, de que foi exemplo a criação da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal.

Orientadores: Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves; Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira.

Provas Públicas: 19 de Outubro de 2010.

**Autor: Fernando José Monteiro da Costa**

**Título: *DA CAPO AL CODA. Manualística de Educação Musical em Portugal (1967-2004): configurações, funções, organização***

**Palavras-chave: Manual escolar, Legitimidade do outro, Organização curricular, Perfil do manual.**

Resumo:

A dissertação teve como ponto central a análise de manuais escolares de Educação Musical, com a tese, *DA CAPO AL CODA. Manualística da Educação Musical em Portugal (1967-2004): configurações, funções, organização*. O objectivo primordial deste estudo foi poder comparar-se o ensino da Educação Musical e o modo como ele se organizava à volta dos manuais escolares produzidos entre 1967, ano de criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (CPES) e o ano de 2004, último para a adopção de manuais de Educação Musical, a partir de um quadro teórico construído na base de algumas concepções curriculares, do conceito de escola e de desenvolvimento global da personalidade. Para além disso, foi, também, oportuna, uma abordagem da importância da obrigatoriedade da disciplina de Educação Musical no 2º ciclo de escolaridade, tanto como peça determinante para o exercício da articulação disciplinar, como para a promoção da cidadania, num mundo crescente de relações multiculturais.

Uma das perguntas de partida centrou-se no questionamento da importância, hoje em dia, dos manuais escolares e como podem eles contribuir para a promoção da valorização de cada aluno, havendo a percepção de que os manuais escolares constituem um dos dispositivos de aprendizagem mais vulgarizados e utilizados pelos professores e pela escola em geral, como fonte valiosa e acessível, mas frequentemente utilizados com carácter instrumental que, coexistindo num complexo contexto político-social, passaram a ser considerados uma espécie de produto essencial e definitivo. Assim, a linha de investigação seguida, tendo em atenção que uma definição excessiva de indicadores, poderia funcionar como obstáculo à análise documental, levou em linha de conta duas vertentes, a saber: uma de natureza instrumental, histórico-documental, elencando-se um conjunto de objectos que pudessem, de alguma forma, caracterizar as épocas do CPES e a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE); uma outra, de essência histórico-educativa ligada a características político-pedagógicas, editoriais, relações entre manuais e currículo prescrito e perspectivas autorais e suas condicionantes que, de maneira implícita ou explícita influenciaram a produção manualística.

Para a selecção dos manuais estudados, utilizámos critérios que conferissem e representassem o período do CPES e da LBSE, pela diversidade editorial, destinados ao 5º ano de escolaridade, já que, os de 6º ano seguiriam a mesma organização e os mesmos pressupostos editoriais. A metodologia adoptada no trabalho investigativo orientou-se por uma linha de investigação de natureza qualitativa, não se procedendo a actos de comparação, mas sim, realçando o que cada manual poderia fornecer em

termos das suas propostas pedagógicas e didácticas específicas, na linhagem da aprendizagem significativa. Partimos de uma análise documental, mais condensada, suportada por um corpus de 32 manuais escolares, de entre um total de 75 manuais, para se proceder ao exame do seu conteúdo, principalmente, nos modos da sua organização e de como eles transmitiam as matérias programáticas.

Do ponto de vista estratégico, este trabalho permitiu confrontar os documentos e organizá-los segundo alguns dos aspectos estruturais – facilitadores técnicos e pedagógicos, aspectos comunicacionais e aspectos contéudais – e compreender como se configura e se aborda o ensino da Educação Musical através dos manuais escolares, quer em termos do discurso organizativo dos seus autores e, depois, ao nível das práticas por eles sugeridas de organização, de integração de conhecimentos e de promoção de valores multiculturais, portanto, conhecer como os contextos de natureza histórica, social, política e cultural eram construídos e articulados. E os resultados do estudo não foram conducentes à consideração do manual escolar como um produto de elevada performance na direcção da produção de conhecimento e à sua apropriação. Antes pelo contrário, verificou-se que ele é responsável pela presença frágil da criatividade, de uma certa incapacidade de contextualização e da carência de adequação das actividades a um princípio de igualdade, na diversidade, relevando-se, mais, a sua materialidade como objecto.

A partir da análise efectuada, pode concluir-se que alguns manuais escolares não se afastam do conceito de canto coral e de uma metodologia que ensina os alunos a cantar e a tocar, antes, prolongam, mesmo que subtilmente, um conceito imediatista e higiénico, tão característico do canto orfeónico. Reflecte-se como um quase exclusivo didáctico, funcionando, mesmo, sem a presença do professor, transformando-se num novo livro único da educação moderna, como produto hegemónico, em termos pedagógicos e económicos. Várias considerações puderam ser equacionadas após esta análise sobre 32 manuais escolares, da disciplina de Educação Musical, donde se fixam as seguintes:

1. De um modo geral, os manuais escolares desenvolvem um tipo de conteúdos procedimentais, limitam-se a solicitar a resolução de problemas, sem os considerarem numa base de envolvimento do aluno para a resolução do problema ou para a aquisição de determinadas atitudes;
2. Também se confere que os conteúdos têm um carácter disciplinar, isolando os conhecimentos técnicos e científicos, pelo que, não desenvolvem um carácter integrador, relacionando conceitos;
3. Geralmente, os manuais desenvolvem um princípio de abordagem por antecipação de matéria, podendo dificultar a compreensão de muitos dos conteúdos;
4. Muitos deles fazem apelo à memorização dos conhecimentos adquiridos, através da prática de exercícios. Raramente optam pela valorização da realização do trabalho de projecto, pelo que algumas tarefas de exploração e investigação ficam debilitadas. O apelo à memória aparecem como uma memotecnica (memória instrumental) e não como um processo conducente ao trabalho e à criação, numa relação entre tempo, história e memória;
5. Dos manuais analisados só um apresenta grelha de sugestões ou/e reclamações e 100% não se estruturam à volta de qualquer índice remissivo e muito poucos têm o cuidado de integrar um glossário, devidamente, organizado, não recebendo a preferência dos autores como ferramenta de aprendizagem;
6. Quanto às bolsas bibliográficas e discográficas só, praticamente, a partir do ano de 2000 se nota que existem preocupações de as incluírem como instrumentos facilitadores da aquisição de conhecimentos, podendo este aspecto, ser reflexo da importância e poder que a tecnologia vinha a ganhar;
7. O tipo de linguagem usada, por vezes muito técnica e complicada, discursiva e excessiva, não tende a promover a reflexão do professor sobre as suas práticas (manuais até 1986), colocando o professor e o aluno como meros espectadores ou reprodutores de instruções, comprometendo-se a mediação didáctica;
8. É a partir de 1996 que uma nova vaga de manuais escolares começa a surgir com preocupações mais estéticas, onde a aplicação de fotos, ilustrações apelativas, separadores alargados muito visuais, bandas desenhadas, ganham consistência e lugar de destaque na organização global do manual, facilitando a sua leitura visual e contextual. São 16 manuais em que aquela metodo-

- logia passa a clarificar e a facilitar a leitura global, em que imprime um diferente processo de comunicação, estabelecendo, de quando em vez, uma articulação com o texto, embora apareçam algumas ilustrações que não acrescentam informação ao texto;
9. Também, a partir do ano de 1999, dá-se início a uma estratégia de edição de um manual conjunto para o 5º e 6º anos de escolaridade;
  10. A metodologia de avaliação só a partir do ano 2000 se consolida como ferramenta de aprendizagem e como contributo para a estimulação do aluno para realizar e testar aprendizagens, bem como, possibilitar que o próprio professor adquira um instrumento de real validação das aprendizagens. No entanto, a avaliação de natureza criativa, ainda, não se opera, antes pelo contrário, fica-se pela utilização de fichas formativas, de pequenos testes, inquéritos e outros dispositivos fechados;
  11. Curiosamente, muitos dos autores não privilegiam a abertura de um manual com um texto de introdução a professores e alunos, como processo de comunicação e de apresentação do manual. Só 14 manuais o fazem;
  12. Existe uma evidência, pela análise realizada, que embora pareça haver uma compreensão, por parte dos autores, da base conceptual dos programas, se verifica numa dificuldade em transpor para objectos de ensino, os assuntos programáticos, por estratégias adequadas, de grande legibilidade e motivadoras para as aprendizagens dos alunos;
  13. Verifica-se que a autoria de manuais escolares, na maior parte dos casos, é de natureza colectiva de dois ou três autores. Só 7 manuais são organizados por um só autor;
  14. Os manuais escolares apresentam-se em diferentes tamanhos e formatos, o que dá a entender as várias opções gráficas, técnicas, estratégicas e de marketing de cada editora;

Consolida-se a ideia de que o processo de ensino e aprendizagem não pode subsistir sem a utilização de dispositivos de interpretação, quer eles se assumam em forma de tecnologias avançadas, quer eles se fiquem pela forma de manual didáctico. Os manuais escolares têm um peso significativo na aprendizagem dos alunos e na forma como a adquirem, considerada a legitimidade do aluno como ponto de partida para a sua envolvimento e participação. Não se deseja que o manual escolar se assuma como um armazém de conteúdos ou por uma sequência de discursos pedagógicos, contribuindo para um sistema que se programa para além dos interesses dos destinatários de primeiro nível (os alunos), em que tudo está pré-determinado, as disciplinas, os horários, os critérios de sucesso e insucesso, o que devem ler, fazer ou contar. Os manuais escolares são como saberes em viagem, são portos de chegada e de partida, são barcos de papel que devem aportar os alunos a locais seguros, onde o conhecimento seja a âncora que, quando levantada, os impelirá para mares mais profundos da sua aprendizagem, contrariando a ideia de que os manuais escolares devem ser, apenas, um ritual inócuo, cansativo e literal.

Orientador: Prof. Doutor Luís Antunes Correia Grosso.  
Provas Públicas: 28 de Janeiro de 2011.

Autor: **Maria Adelina Azevedo Piloto**

Título: *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil — Emigração e Retorno (1865-1913)*

Palavras-chave: Emigração, Imigração, Vila do Conde, Brasil, Séculos XIX-XX.

Resumo:

A dissertação de doutoramento subordinada ao tema *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil — Emigração e Retorno (1865-1913)* teve como objecto de trabalho principal a análise qualitativa e quantitativa da corrente emigratória legal que fluiu do concelho de Vila do Conde em direcção ao Brasil entre 1865 e 1913, bem como a análise do retorno dos brasileiros vilacondenses.

Como temáticas complementares à emigração e retorno procedeu-se à análise da contextualização histórica e evolução legislativa; à caracterização espacial, sócio-económica e cultural do concelho, assim como à clarificação do relacionamento entre o recrutamento militar e a emigração.

No que concerne ao quadro teórico-metodológico, articulando a problemática teórica das migrações em geral com a historiografia sobre emigração e retorno, levantaram-se algumas questões prévias que nortearam a investigação. Em que termos se contextualiza o movimento migratório do concelho de Vila do Conde no panorama nacional? Como se articula o fenómeno migratório com as condições económicas, sociais e culturais do concelho, no período em análise? Como se caracteriza o fluxo migratório em termos quantitativos e qualitativos? Qual a tendência cíclica, o seu enquadramento conjuntural? Qual o perfil do emigrante e a sua evolução no tempo? Quais as conexões entre a problemática do recrutamento militar e o êxodo para o Brasil? Quais as afinidades dos indivíduos envolvidos na trama migratória de um e do outro lado do Atlântico? Como se processou o retorno, em termos qualitativos e quantitativos? Qual a participação dos brasileiros de torna-viagem no desenvolvimento global do concelho? Quem foram os brasileiros vilacondenses que mais se distinguiram?

Apostou-se numa investigação histórica localizada, que permitisse a micro-análise; recorreu-se de forma sistemática e contínua às ferramentas informáticas (Word, Excel e Internet, etc.) para recolha de informação e tratamento dos dados arquivísticos, hemerográficos, bibliográficos e outros; implementaram-se métodos dedutivos, indutivos e hipotético-dedutivos, directos e indirectos, análise transversal e longitudinal, e lidou-se com a diversidade de fontes cruzando-as continuamente, num diálogo formulado pelas hipóteses e pelas problematizações.

Com o objectivo de se encontrar respostas para as problematizações formuladas, procedeu-se à prospecção, inventariação, selecção e registo informatizado dos materiais do arquivo municipal de Vila do Conde susceptíveis de fornecerem diversos enquadramentos sobre a emigração e retorno dos vilacondenses em relação ao Brasil.

A pesquisa no arquivo municipal foi complementada com a realizada no Arquivo Distrital do Porto e em arquivos particulares. Na Biblioteca Municipal de Vila do Conde procedeu-se à consulta de fontes impressas, legislativas e de carácter hemerográfico. No arquivo municipal de Vila do Conde foi compulsada a seguinte documentação: Registo de termos de responsabilidade e fiança, livros 3115-3141- A (1865-1913); Registo dos mancebos que deixaram de ser recenseados para o serviço militar por terem falecido ou mudado de residência, livros 2397-2401 (1852-1885); Registo de reclamações ao recrutamento militar, livros 2402-2405 (1888-1901); Processos de reclamação ao recrutamento militar, pastas 2406-2414 (1834 a 1902); Registo de bilhetes de residência concedidos a súbditos estrangeiros, livro 2812 (1856-1910); Declarações de nacionalidade, pasta 2815 (1869-1938); Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais, livros 148-150 (1843-1947); Registo de traslados de testamentos, livros 3194-3278 (1863-1919).

Já no Arquivo Distrital do Porto foram seleccionados outros fundos documentais como o Registo de passaportes de emigrantes, livros 3242 a 3247 (1834-1838); 3298 (1869-70); 3338-3340 (1891-1892); 3407-3413 (1913-1914); 3442 (1923). Registo de baptismos, freguesia de Santa Maria de Vilar (Vila do Conde) livro 168 (1901).

Para além dos fundos documentais já mencionados, o recurso a outras fontes subsidiárias (correspondência expedida e recebida, requerimentos, relatórios e petições, copiadores, registo geral e actas de vereação da Câmara Municipal, entre outras) foi constante em todo o processo de investigação, permitindo preencher lacunas, cruzar informações e enriquecer a trama historiográfica.

No que concerne à emigração, os principais resultados obtidos traduzem o incremento do fluxo ao longo do período em análise, embora sujeito a oscilações, e evidenciam a elevada taxa de masculinidade. A tendência evolutiva do êxodo mostra a sobreposição de modelos em termos etários, de estado civil e socioprofissionais, ao predomínio inicial de jovens solteiros menores de catorze anos, junta-se nas últimas décadas de Oitocentos o adulto já casado. Com o contingente maioritário de marítimos também partiram oficiais e pilotos da marinha mercante e, juntamente com os jornaleiros, ausentaram-se os filhos das casas de lavoura concelhias e gente dos ofícios. No tocante aos espaços expulsivos/attractivos,

a imagem que ressalta é a da participação das trinta freguesias do concelho no movimento emigratório, e variados destinos brasileiros exerceram sedução sobre os emigrantes vilacondenses, sobrelevando-se, no entanto, o Rio de Janeiro e Pernambuco. Detectou-se, ainda, a existência de laços de parentesco e de solidariedade a apoiarem o projecto emigratório na origem e no país de acolhimento, nomeadamente, através da prestação da abonação/fiança, recomendação e pagamento da viagem transatlântica.

No que diz respeito ao retorno, mediante a utilização das variáveis fornecidas pelos Bilhetes de Residência e pelas Declarações de Nacionalidade procedeu-se à reconstituição estatística e análise qualitativa do refluxo. Verificou-se a concentração dos brasileiros na sede do concelho e que ao contrário do fluxo em direcção ao Brasil, em que todas as freguesias do concelho participaram, muitas ficaram excluídas no retorno. Deu-se ênfase à reemigração, um número significativo de vilacondenses andava num constante cruzar do Atlântico, ao sabor das crises locais e dos projectos individuais, sendo saudados à partida pelos redactores da imprensa local, que igualmente lhes auspiciava boa viagem de regresso. Constatou-se a elevada taxa de masculinidade dos requerentes e beneficiários da residência e da nacionalidade, e que gozavam de um estatuto socioeconómico e cultural acima da média o que implicitamente atestava o sucesso do projecto emigratório. Testemunhou-se a intensa atracção pela nacionalidade brasileira para ficarem isentos do serviço militar e para usufruírem de outras prerrogativas tanto em Portugal como no Brasil. Assinalou-se o papel dinâmico do brasileiro no progresso local, desde a casa de lavoura, ampliada e rejuvenescida, ao investimento na antiquíssima arte de construção naval. Por último, elaboraram-se os esboços biográficos de alguns brasileiros vilacondenses que alcançaram fortuna no Brasil e atingiram notoriedade, sobretudo pelos actos de filantropia praticados em prol da comunidade de origem.

No que concerne às temáticas complementares elencadas, relativamente à contextualização histórica e evolução legislativa, concluiu-se que as leituras historiográficas sobre o fenómeno emigratório são múltiplas, ora vincando os números que alcançou e as mudanças qualitativas que sofreu, ora enfatizando as causas e consequências que suscitou, as estratégias familiares desenvolvidas, os processos de integração e de construção de novas identidades. Comprovou-se também, que o Estado se empenhou progressivamente na recolha de dados estatísticos e no controlo administrativo das entradas e saídas de nacionais e estrangeiros, sobressaindo, no entanto, o desencontro entre as políticas emigratórias e imigratórias de Portugal e do Brasil. Quanto à sinopse histórica do concelho, no período em análise o município passou por importantes transformações que ampliaram os seus horizontes territoriais e imprimiram maior dinamismo às suas estruturas económicas, sociais e políticas. Mas, em simultâneo, viu-se confrontado com dificuldades conjunturais acrescidas: na agricultura, devido à crise na exportação de gado para Inglaterra, na pesca, em razão da introdução de barcos a vapor e novos processos empresariais, e na construção naval, por causa do progressivo assoreamento do Rio Ave. Por conseguinte, a falta de trabalho, os salários exíguos e o alto custo de vida estão no cerne do continuado fluxo, sem esquecer, contudo, o papel desempenhado pela rede de parentes e de conterrâneos no apoio ao projecto emigratório. No que diz respeito ao serviço militar e a emigração para o Brasil, apurou-se que um número significativo de emigrantes naturais das trinta freguesias concelhias, e de baixo nível socioeconómico, emigrou antes de ter atingido a idade de ser recenseado para o exército. Perceptível também a prática da emigração engajada e familiar e o corte de relacionamento dos emigrantes com os familiares que permaneceram na pátria.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Doutora Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira.  
Provas Públicas: 16 de Fevereiro de 2011.

Autor: **Rui Manuel Pinto Costa**

Título: *Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839 – 1974)*

Palavras-chave: Cancro, Oncologia, Ciência, Saúde, Instituto Português de Oncologia.

Resumo:

Temática, objectivos, fontes e metodologia: Esta tese dirigiu um enfoque histórico sobre a emergência da oncologia portuguesa enquanto novo domínio científico, em paridade com as políticas de saúde pública que lhe estavam associadas, a institucionalização da luta contra o cancro e as conexões entretanto desenvolvidas entre os meios científicos e o meio social. Abordou-se ainda o papel e motivações daqueles que estruturaram a luta anti-cancerosa, bem como o modelo de organizativo que perfilharam, colocando em evidência as singularidades do caso português.

Centrada no período compreendido entre 1839 e 1974, a pesquisa debruçou-se na recolha e análise de documentação de natureza médica e legislativa, se bem que o fulcro de toda a investigação teve por base a análise sistemática de um conjunto seleccionado de colecções completas de vários periódicos médicos especializados e não especializados. Pela sua natureza eminentemente científica, estas fontes transmitem-nos as informações necessárias à compreensão dos traços mentais, técnicos, científicos e até mesmo políticos que caracterizaram a estruturação e sedimentação da cancerologia. Também reflectem fielmente o pensamento, atitudes, anseios e vontades dos mais directamente implicados na luta contra o cancro, proporcionando, com segurança, um quadro muito abrangente da intervenção médica numa área emergente do conhecimento científico.

O percurso de investigação obedeceu basicamente a um método de trabalho de tipo qualitativo e heurístico. O tratamento e análise dos documentos baseou-se maioritariamente num trabalho de inferência sistemática.

Principais resultados: A organização da luta contra o cancro em Portugal acompanhou de forma muito próxima o movimento anti-canceroso global do primeiro quartel do século XX, ultrapassando alguns países europeus no tocante à planificação e concretização de um projecto que se revelou fundamental na vida médica e científica nacional. Nos anos 20 e 30, o risco colocado pela doença acompanhou a transformação profunda do lugar ocupado pela medicina nos domínios da saúde pública, bem como do seu novo papel no seio de uma sociedade que se queria moldada sob o signo da modernidade. Emergiu então um movimento anticanceroso a partir de uma faixa de médicos ligada ao mundo académico, que gravitavam em redor das cúpulas políticas da época.

A solução médico-política adoptada para abordar o novo flagelo assentou numa instituição de saúde especializada, o Instituto Português de Oncologia, criado com o intuito de regular a abordagem clínica da doença, onde se desenvolveu não só o tratamento oncológico, mas sobretudo o ensino e a investigação científica numa área emergente do saber médico. Visava igualmente o controle das práticas sanitárias individuais face ao risco oncológico, através de um esforço propagandístico voltado para o diagnóstico precoce, mas onde se fazia igualmente alusão às práticas potencialmente geradoras da doença. Sendo um centro especializado na investigação científica, na formação de técnicos de saúde e na divulgação/propaganda educativa, esta estrutura, tal como outras entretanto desenvolvidas para o tratamento de outras patologias, esteve abrigada por um movimento social que rapidamente ultrapassou o campo estrito da medicina, denotando uma dinâmica social muito própria.

Inserida entre uma especialidade em processo de afirmação e as necessidades assistenciais dos doentes oncológicos, a luta portuguesa contra o cancro resultou da conjugação de uma série de factores que ultrapassam a mera assimilação de novas tecnologias médicas ou até da criação de um espaço próprio para a prática da oncologia. Tornou-se sobretudo num meio para realizar um trabalho intenso de educação para a saúde das populações, num instrumento de ponta na formação médica especializada e numa referência de modernidade científica no contexto do Estado Novo.

Orientador: Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves.

Provas Públicas: 8 de Novembro de 2010.

## Curso de Mestrado em Estudos Locais e Regionais

Autor: **António Pinto do Fundo**

Título: *Elites e finanças: o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*

Palavras-chave: Elites, Finanças, Liberalismo, Território.

Resumo:

As propostas de investigação sugeridas nos diferentes seminários e disciplinas do III Curso de Mestrado em Estudos Locais e Regionais e a percepção das transformações sócio-políticas e económicas verificadas no século XIX apontaram para uma proposta de texto de dissertação denominada *Elites e finanças: o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*.

Assim, procurámos, com o nosso estudo, analisar as alterações, a nível local, das reformas administrativas levadas a cabo no Portugal oitocentista, de forma a verificar como o concelho de Penafiel se integrou na nova realidade político-administrativa pós revolução liberal.

O estudo incide, então, sobre a acção do corpo governativo local, sobre a base financeira que suportava o aparelho administrativo local e sobre os novos órgãos, surgidos com o Liberalismo. Em resumo, estudámos o governo do município de Penafiel, tendo em conta os meios humanos e financeiros que permitiram o exercício do poder, no período compreendido entre o triunfo do regime liberal e a Regeneração.

Escolhemos uma época de grandes transformações – sociais, políticas e económicas –, uma vez que o novo regime levou a cabo uma profunda reforma do sistema administrativo, que afectou, de uma forma substancial, o modo de recrutamento dos dirigentes locais e as finanças municipais.

A estrutura da dissertação obedeceu aos objectivos e à procura das respostas às hipóteses em torno do impacto das mudanças locais de uma reforma de índole nacional.

Num primeiro momento, caracterizámos o espaço administrativo, através de três pontos preliminares: uma breve história do concelho, a evolução do espaço concelhio e a definição da população que o habitava. Partimos da hipótese de que as reformas e as eleições ocorreriam num universo que poderia não apresentar sempre os mesmos limites, nem a mesma base eleitoral.

Seguidamente, dividimos o trabalho em duas partes fundamentais e distintas, estruturadas segundo uma lógica – o antes e o depois das reformas:

- I Parte, constituída por dois pontos. No 1.º Ponto, analisámos a forma de organização municipal do concelho de Penafiel nos finais do Antigo Regime, definindo os agentes do poder local, os diferentes escalões hierárquicos a que pertenciam, a lógica de recrutamento do pessoal político da Câmara de Penafiel, a natureza e a importância das funções desempenhadas, e o grau de participação nas tarefas administrativas. No 2.º Ponto, apresentámos a legislação, o impacto político da Revolução de 1820 e a nova organização municipal. De alguma forma, este ponto representa a transição entre o ponto I e a II parte.

- II Parte, constituída, igualmente, por dois pontos. No 1.º Ponto, analisámos, inicialmente, os processos eleitorais e o universo dos eleitores e elegíveis e, posteriormente, identificámos e caracterizámos o perfil social da elite dirigente municipal – vereadores e vogais do conselho municipal –, bem como a forma de organização e de funcionamento da estrutura municipal. Esta avaliação ganha consistência com a abordagem do 2.º Ponto, ao fazer-se uma breve incursão sobre o estudo das finanças municipais – análise das receitas, despesas, saldos, dívidas activas e passivas, bem como das áreas de intervenção, sector fundamental da actividade administrativa da câmara, indispensável para o conhecimento das suas actividades e iniciativas.

Definidos o tema, o âmbito temático, espacial e cronológico, o quadro problemático e a estrutura da dissertação, seleccionámos as fontes e a forma da sua utilização, tendo em conta as questões colocadas. Num primeiro momento, os códigos legislativos tornaram-se incontornáveis, por permitirem

definir o modelo municipal que se preconizava e que se previa ser aplicado. Depois, destacámos, pela base referencial que comporta, a Colecção de Legislação Portuguesa, suporte fundamental e imprescindível para a reconstituição do quadro legislativo dos municípios. De seguida, seleccionámos fontes basicamente municipais, existentes no Arquivo Municipal de Penafiel, nomeadamente, fontes do fundo da câmara: Livros de Vereações; Livro de Juramentos; Livros do Recenseamento Eleitoral, Livros de Correspondência Recebida e Expedida; Livros de Lançamento da Décima; Livros de Receitas e Despesas; e Livro de Copiador dos Editais.

Mas o acervo municipal não poderia esgotar a pesquisa, tendo em conta as estruturas da administração periférica entretanto criadas (os distritos e respectivos corpos governativos), cujas competências se cruzavam com a vida municipal. Daí a necessidade de termos acedido a outros acervos nacionais, existentes no Arquivo Distrital do Porto. Finalmente, as discussões, os procedimentos eleitorais, as disputas pelas demarcações territoriais do concelho conduziram-nos, assim, aos fundos existentes no Arquivo Histórico Parlamentar, como forma de aferir dados e complementar informações.

A definição, como áreas de interesse, das elites e das finanças municipais pressupôs a procura de análises comparativas com estudos para outros municípios. À medida que consultámos fontes, construímos um quadro bibliográfico, validámos o modelo previamente definido e comparámos métodos de trabalho. Utilizámos cada uma das fontes disponíveis e descritas para responder, exclusivamente, às interrogações colocadas. Criticar, identificar limites e potencialidades, mas sempre reconstruir informação, foi o método privilegiado para a abordagem, uma necessidade, constatada, particularmente, no domínio financeiro. O resultado deste percurso de fundamentação documental e bibliográfica constata-se na elaboração de apêndices, que disponibilizam todos os dados que serviram de suporte à identificação das elites e das finanças do município de Penafiel.

Os resultados da investigação permitiram-nos constatar que em Penafiel, no período compreendido entre 1834 e 1851, a elite municipal que constituía a Vereação era caracterizada pela diversidade profissional, urbana, instruída, que se afirma pelo estatuto socioprofissional, pelo poder económico e pelo mérito. Em contrapartida, no conselho municipal, encontramos uma elite proprietária e/ou negociante, abastada, com poder económico, maioritariamente residente no termo do concelho. Com efeito, a ruptura de 1834 permitiu, no plano teórico, uma representação social relativamente diversificada. Contudo, a lenta consolidação do Liberalismo propiciará a constituição de uma classe política maioritariamente constituída por proprietários e negociantes. A elite política liberal era definida com base no critério da riqueza. A igualdade dos cidadãos perante a lei é um valor central do Liberalismo, mas a igualdade política foi uma miragem nos primeiros anos de consolidação da política liberal.

Por outro lado, verificámos que a transição ao nível das vereações foi efectuada de forma pacífica, o que revela uma grande capacidade de adaptação da elite local a diferentes situações político-administrativas. Mesmo a Igreja assumiu um papel de continuidade presencial, na vida local, nomeadamente, ao estar presente na organização dos actos eleitorais. A mesma tónica de calma quando os eleitos parecem os mesmos (uma parte deles), embora a rotatividade surja, efectivamente, como que em resposta às novas modalidades de recrutamento.

Mas as reformas levadas a cabo pelo novo regime liberal também tiveram consequências ao nível das finanças locais. Contudo, não se pode dissociar esta questão do próprio alargamento da base geográfica de tributação. Entende-se, até, (aspecto que não tem sido devidamente acautelado) que as questões surgidas neste período, acerca dos limites e incorporações de freguesias ou lugares, originaram um aumento da população anual na grandeza de 0.38%, tendo como limites os anos de 1801-1849.

Efectivamente, o Liberalismo impôs uma máquina administrativa mais pesada aos municípios e as alterações introduzidas nos mapas concelhios vão afectar os recursos da Câmara de Penafiel no que respeita às receitas, mas igualmente no que concerne às despesas, num equilíbrio bem difícil de conseguir. A par das consequências desencadeadas pelo aumento dos limites geográficos do concelho, também o aumento anual da população, no espaço concelhio, teve manifestas repercussões na contabilidade municipal.

Os quantitativos, tanto do lado das receitas como das despesas, sofreram aumentos consideráveis, a partir de 1836, e os montantes arrecadados e dispendidos pelo órgão de gestão concelhio permitiram fazer face a um conjunto de novos encargos, surgidos na sequência de uma maior diversificação de atribuições às câmaras municipais pela política liberal.

Se, com o Liberalismo, o poder municipal adquire novas responsabilidades e novas obrigações, também com o Liberalismo as câmaras municipais vêm muitas das suas decisões serem fiscalizadas pelo conselho municipal, o que origina uma perda de independência no plano político-económico, perda essa aceite pacificamente pela elite local, o que, em parte, se justifica pelo facto de os impostos resolverem a questão, ao contrário do que sucedeu noutros concelhos.

A Câmara de Penafiel, nos anos de 1835-1851, apresentou, efectivamente, níveis de crescimento das receitas, embora as contas de receitas e despesas tenham sofrido oscilações, caracterizando-se o movimento contabilístico pela apresentação de saldos relativamente equilibrados, que, no entanto, como demonstramos no texto da dissertação, encobriam uma dívida acentuada, que não pode ser menosprezada, tendo em conta a dimensão financeira local. É curiosa a forma “engenhosa” como se resolveram os orçamentos, com o socorro a dívidas activas e passivas, um jogo que, tanto quanto nos foi permitido apurar relativamente à sua real dimensão, apenas num exercício de subtração, aponta para estratégias de sobrevivência in extremis.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva  
Provas Públicas: 19 de Janeiro de 2009

**Autor: Filipe Donato Vasconcelos dos Santos**

**Título: *O Sal na Ilha da Madeira na Segunda Metade de Setecentos – Penúria, Poder e Abastecimento***

**Palavras-chave: Sal, Ilha da Madeira, Escassez, Abastecimento, Relações de Poder.**

Resumo:

A questão que norteou a investigação concernente à dissertação de mestrado *O Sal na Madeira na Segunda Metade de Setecentos – Penúria, Poder e Abastecimento* foi a que se segue: Que contornos assumiu o abastecimento de sal, em termos de relações de poder e de economia, na ilha da Madeira, na segunda metade do século XVIII?

Para além de uma introdução – onde se abordou a problemática subjacente, as fontes e os procedimentos metodológicos –, considerações finais, anexos, fontes e bibliografia e um índice de tabelas, gráficos, organogramas e mapas, este estudo foi estruturado em várias partes. Em primeiro lugar, os capítulos introdutórios ou de propedêutica. Em II.1 Espaços e Homens cruzam-se a geografia, clima, geologia e morfologia da ilha da Madeira, sem esquecer os modos e vias de comunicação, as circunscrições administrativas da época estudada – concelhos e freguesias – e a preponderância, no quadro insular, da cidade do Funchal. Alvo de análise foi igualmente a população que habitava a ilha – distribuição, povoamento e dinâmica ascendente. Depois, em II.2 Poderes, demos conta da configuração dos poderes existentes na Ilha da Madeira, descrevendo as várias instituições político-administrativas e respectivas atribuições, competências e, quando se verificou, prerrogativas. Posteriormente, em II.3 Economia e Quotidiano, mostrámos a posição, em termos económicos, da Madeira no mundo atlântico; vimos ainda: as mais relevantes produções e riquezas insulares assim como as principais insuficiências e crises; as relações comerciais externas da Ilha; as conjunturas internacionais bélicas, determinativas da vida económica – e quotidiana – do arquipélago; a configuração da importação; o mundo rural madeirense e o acesso à propriedade; a relação dos habitantes com o ecossistema natural.

Nesta sequência lógica, entrámos no capítulo III.1 Penúria, Extração, Salga – elaborado como trânsito entre a procura e a oferta do sal, quase em jeito de ensaio. Apresentámos, primeiramente, indi-

cadres documentais acerca da escassez de sal, de 1750 a 1800, tomando em consideração a necessária contextualização temporal. A observação da penúria reveste-se de especial significado para a nossa discussão e problematização, pois pensámos que a ilha sofria de endémica e, por vezes, de grave falta de sal. Subsequentemente, atentámos nos indícios, de diversa ordem, que concernem à existência – ou inexistência – de extracção de sal, em moldes industriais ou artesanais, observação esta que não pôde olvidar os constrangimentos vários deste espaço insular que tornam exequível – ou impraticável – a actividade produtora do mineral. Não esquecemos ainda a menção à actividade da salga na Madeira.

Seguidamente, investigámos, em III.2 Monopólio Senhorial – Quadro Normativo, o quadro normativo que estabelece e regula o privilégio dos Donatários da Ilha – ou melhor, do Funchal –, no abastecimento do sal, assim como os desenvolvimentos posteriores dessa normativa, até à segunda metade de Setecentos.

Ficando delineada a norma, faltava descrever a observância da mesma, o que levou ao estudo das relações de poder entrecidas a propósito do abastecimento do sal: III.3 Abastecimento Concelhio – Relações de Poder. Neste particular, a nossa abordagem pautou-se por uma descrição cronológica dos factos, conjuntamente com a interpretação, a par e passo, dos mesmos. Basicamente foi nosso propósito apreender o modo como, do monopólio normatizado, se passou à realidade, infinitamente mais complexa, na qual vários poderes (protagonistas, cargos, homens) intervirão: a Coroa; o Donatário, depois Alcaide-Mor; o Concelho (do Funchal); o Governador e Capitão-General; o Provedor da Real Fazenda.

A fiscalidade do sal foi a temática que ocupou, posteriormente, os nossos esforços – em III.4 Fiscalidade. Neste particular, deslindámos a origem, arrecadação e percepção do imposto concelhio, existente apenas no Funchal, sobre o sal, a que acresceu a análise do posicionamento desta receita no total do encaixe concelhio, dos montantes arrecadados e das despesas custeadas com o produto do tributo.

A pesquisa conducente à percepção da importação de sal – em III.5 Importação – ocupou, posteriormente, os nossos esforços. Constituíram objecto de análise: os movimentos conjunturais de importação do produto; o posicionamento da Ilha enquanto escala do sal no comércio transatlântico; os locais de origem do sal; a duração das viagens; a nacionalidade dos mercadores intervenientes no trato; a tipologia e nacionalidade das embarcações transportadoras de sal; as evoluções sazonais do comércio; enfim, a relação entre a importação do sal com a entrada de outros produtos.

A nossa ambição foi a de fornecer um contributo relevante para um conhecimento mais aprofundado das relações comerciais externas da Madeira. A abordagem foi, como é óbvio, quantitativa – sem perder de vista indícios qualitativos.

Por fim, o capítulo III.6 Mercado Interno e Consumo, que se propunha responder a variadas possibilidades de abordagem; enveredámos, aqui, pela observação de: locais de venda do produto estudado; circuitos de trocas; agentes do comércio interno; metrologia do sal; preços de venda ao consumidor; natureza e usos variados do sal; e, enfim, consumo per capita. Tentámos, diga-se, forjar um contributo para o estudo do mercado doméstico, temática ainda algo obscura na historiografia sobre a Madeira.

De entre um variado corpus documental, disponível no Arquivo Regional da Madeira, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino – a documentação depositada nestas duas últimas instituições foi consultada online no sítio <http://www.nesos.net/> –, destacamos as fontes produzidas pelo Município do Funchal, sobretudo as Actas de Vereação, os Livros de Medição do Sal e os Livros de Registo dos Navios entrados no Funchal e despachos da Casa da Saúde.

Em moldes sintéticos, esta pesquisa permitiu concluir que a Ilha da Madeira sofreu de uma endémica penúria de sal, não contrariada pelas iniciativas empresariais e industriais de extracção de Thomas Edward Watts, com o patrocínio real, em finais do século XVIII. Assim, à fome de terra, de pão e de moeda (segundo José Manuel Azevedo e Silva), devemos agregar, na História da Madeira (na segunda metade de Setecentos e, muito provavelmente, desde os séculos XV e XVI) – sem a relevância, porém, das anteriores – a fome de sal.

Por conseguinte, o provimento do mineral teve de realizar-se por recurso à importação. O abastecimento do sal deu origem a relações de poder conflitantes entre várias instituições na Ilha: o Concelho do Funchal (garante do abastecimento público), através do Senado e de outros agentes;

o Donatário (detentor do monopólio da venda do produto); e outras. O poder municipal conseguiu, no cômputo geral, não sem obstáculos e resistências variadas, cumprir a sua função de controlador e de assegurador de um mais escorreito fornecimento, na linha das suas competências, sem dúvida, mas abalando o senhorio.

A importação apresenta-se irregular, em termos de evolução diacrónica, apesar de uma tendência ascendente nos últimos 30 anos, grosso modo, do século XVIII. Este trato tem outras particularidades: é controlado por nacionais, quando o grande comércio externo é pertença dos britânicos; o produto é originário, mormente, do continente português e, neste quadro espacial, sobretudo de Lisboa; este comércio é atlântico, inscrito e articulado num complexo histórico-geográfico que abarca a Madeira, alguns portos do centro e sul de Portugal e os arquipélagos atlânticos das Canárias e Cabo Verde (designadamente este). Esta mercancia, ademais, assume um carácter afluente, subsidiário, sem âncora. Tenha-se em atenção a baixa tonelagem das embarcações onde viajava o sal e a inexistência de produtos madeirenses que permitissem uma permuta mais frequente e um abastecimento menos irregular; daí, também, o carácter relativamente precário, em termos de volume e constância, da importação.

Em termos fiscais, o sal foi alvo de tributação por parte do Município do Funchal e a receita resultante – a segunda em termos de relevância no conjunto das receitas funchalenses – mostrou-se relevante, no quadro financeiro concelhio. As despesas custeadas com este encaixe financeiro, mais do que as consignadas nas provisões régias que estabeleceram e regularam este tributo, eram de carácter regular (como construção e manutenção de obras públicas) e administrativo, bem como de teor mais circunstancial (exéquias e aclamações régias).

A distribuição interna do produto foi feita sobretudo em estabelecimentos comerciais fixos e o centro de medição (para efeitos fiscais), venda e redistribuição localizou-se na baixa ribeirinha da cidade do Funchal. No consumo, enfim, há que levar em linha de conta a alimentação e a utilização, de axial relevância, do sal enquanto conservante (na salga).

Esta, em poucas palavras, é a História político-administrativa, económica e material de um mercado consumidor deficitário de sal, onde é patente, na realidade, um desajuste entre a oferta e a procura.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva.

Provas Públicas: 02 de Fevereiro de 2009.

**Autor: Maria Manuela Simões Baptista Assunção**

**Título: *Da Construção do Espaço à Percepção do Olhar – A Paisagem do Porto na 2ª metade do Século XIX***

**Palavras-chave: Paisagem, Porto, Espaço, Pintura, Fotografia.**

Resumo:

O tema da paisagem do Porto desenvolve-se entre o objectivo – o espaço administrativo e urbano, e o espaço construído pelo olhar dos fotógrafos e dos pintores, comparando os seus olhares sobre determinados pontos do Porto da segunda metade do século XIX, descobrindo o ponto de observação e as suas condicionantes de formação académica e profissional.

Logo a definição de paisagem, vista, antes de mais, como a percepção do observador que, com a sua interpretação, dá um significado ao que vê. Neste sentido, o objectivo deste estudo incluiu uma metodologia de análise às diferentes perspectivas de representação da paisagem de alguns locais do Porto, cruzando e comparando os olhares dos diversos produtores dessas representações e confrontando-a com visões históricas já estudadas. Tal análise procurou responder à hipótese de aferir da possibilidade, através de diversas representações cruzadas, de uma leitura de alguns excertos da paisagem urbana do Porto, entre meados do século XIX e início do século XX. Seria possível fazer a leitura da paisagem do Porto através desses olhares?

Comparamos situações e percursos, escolas e obras de fotógrafos e pintores, contrapondo a representação da fotografia com as das telas e procurando perceber as diferenças entre os seus olhares, os modelos de registo, os “pontos” de observação em que se colocaram os nossos “actores” neste processo de representação, procurando interpretá-los, dando-lhes um significado. Em suma, a questão de fundo consistia em saber o que é que a historiografia da cidade do Porto tinha revelado que os olhares seleccionados não viram, ou que então o que estes observaram e que escapara à primeira.

A crítica desses olhares tornou-se mesmo objecto do trabalho, porque o pintor, um dos nossos leitores da paisagem, representa impressões e à medida que nós as partilhávamos percebemos que os seus esforços para a descrever podem ser enganadores, pois apenas representam o que ele próprio sente e pensa. O fotógrafo é-o igualmente, condicionado por uma técnica e por uma posição pessoal no mundo que o envolve. Assim, a paisagem define-se, descreve-se ou explica-se a partir das formas, da sua morfologia em sentido lato, da intervenção humana. Esta paisagem humanizada, não se explica directamente pelo que se vê, mas sim sobretudo por “factores de civilização”. Por isso, uma paisagem seria um todo apreendido por vários sentidos e se o quisermos compreender devemos destrinçar, quer todas as relações causais, quer as interações do complexo vivo que ela constitui.

Para fazermos a leitura da paisagem urbana do Porto precisámos de instrumentos de olhar e seleccionamos para isso, a fotografia e a pintura. Subsidiariamente, a representação cartográfica conduziu-nos na leitura, mais “objectiva” e guiada, do espaço – o construído pela administração e poderes oficiais.

Através dessas fontes diversificadas, fotografia e pintura, analisámos as perspectivas dos autores percebendo como é que realmente teriam percebido essa paisagem, que “olhar” teriam tido, o que representou para eles o espaço da cidade na época. Metodologicamente seleccionaram-se locais específicos mediante determinados critérios. Estes basearam-se fundamentalmente na importância das modificações operadas nos locais escolhidos e na significância social de que se revestiram para a sociedade portuense como centros de trabalho, lazer e ou manifestações políticas em determinados momentos. Tal selecção obrigou a uma aferição do espaço do Porto, do ponto de vista administrativo, topográfico, demográfico, económico, social e cultural. Essa síntese é o que a historiografia hoje nos fornece.

Não deixou de ser uma construção histórica, baseada em fontes criticadas pelos autores dessas sínteses. A nós competiu-nos organizar a informação e avaliar alguns pontos fortes de observação.

As escolhas que fizemos implicaram uma selecção e alguns condicionalismos relativos às fontes de que dispusemos.

A análise do conteúdo dessas fontes, tornou-se complexa na medida em que teve de incidir no percurso do próprio produtor e sobre as condições sociais em que a produção foi realizada.

Interpretamos a linguagem das suas representações, análise sempre sujeita a erros de avaliação, o que foi desafiante. Procuramos interpretar os seus “olhares” à luz do século XIX e da formação e vivência dos seus produtores.

As fontes fotográficas distribuíram-se pelo Centro Português de Fotografia, Arquivo Distrital do Porto, Biblioteca Municipal do Porto, Ateneu Comercial do Porto. Trataram-se milhares de fotografias, na sua maioria sem data, nem localização concretas, com temáticas muito variadas, obrigando a uma classificação que teve em conta cruzamento de informação contextualizadora.

Relativamente à pintura consultámos muita bibliografia sobre o tema que nos forneceu larga informação, e foi também importante o facto de termos um contacto constante com as obras nos museus e fundações, onde existem representações do Porto para a época.

As fontes consultadas no Arquivo e na Biblioteca da Faculdade de Belas Artes do Porto, indicaram-nos o percurso académico dos pintores mencionados, os currículos dos seus cursos, condições de trabalho, os seus mestres, os seus estágios no estrangeiro.

Metodologicamente, a recolha da informação em campos pré-definidos tornou-se essencial para a análise e futura obtenção de resultados, permitindo criar uma sistematização do olhar dos “outros”, coerência e possível isenção crítica. Sublinhe-se a importância de que se revestiu localizar o ponto de observação do emissor da informação, “a posição” quer do fotógrafo, quer do pintor, percebendo uma rede de análises que envolvia sentimentos e emoções.

Os resultados obtidos sentiram-se logo na avaliação das fontes usadas: pintura e fotografia, porque cada imagem analisada, revelou muita subjectividade, não tanto nos elementos representados, mas mais na simbologia, no valor cultural que cada uma pode conter.

A paisagem urbana que a historiografia nos refere em relação à participação da sociedade no quotidiano da cidade, está com alguma consistência representada pelos olhares dos fotógrafos e dos pintores no que concerne à “classe trabalhadora”. Há elementos da paisagem que estão amplamente representados nas muitas mulheres que surgem nos seus trajes rústicos, rodilha na cabeça, socos, xaile traçado, em diversos contextos. Surgem nas vendedeiras, da Praça D. Pedro, pelo olhar de Emílio Biel ou no de Aurélio da Paz dos Reis na Praça Almeida Garrett e na Praça da Ribeira ou ainda da casa Fritz na Rua da Madeira. Também na pintura assumiram papel importante nas representações da paisagem, essas mesmas vendedeiras, pelos olhares de Marques Oliveira ou Francisco José Resende.

As alusões aos eléctricos, aos trilhos, à presença da ponte D. Luís, à chegada do comboio a S. Bento são os indicadores mais pertinentes da paisagem no que concerne à industrialização e que de uma forma mais discreta, ou ostensiva os fotógrafos registaram. No caso da Ribeira, há mesmo algum confronto entre a modernidade de alguns elementos e a ancestralidade de outros. Será na Ribeira que, na nossa análise entendemos que a paisagem expressou os maiores confrontos civilizacionais. Por um lado, a presença das pontes que espelham o reflexo da industrialização de uma forma bem visível por tudo que representam em termos de progresso, comunicação, valor estético. Por outro lado a ruralidade de uma zona onde a paisagem evidencia a continuidade de hábitos, de ritmos que não evidenciam qualquer mudança civilizacional.

O olhar de Aurélio da Paz dos Reis foi abrangente e demonstrou o seu interesse cívico de participação no desenvolvimento do Porto. Efectivamente, o seu olhar abrangeu tanto a burguesia que se passeia pelos jardins exteriores, como as exposições de floricultura, nas quais participou activamente, como a Exposição Universal, registando a presença das empresas e essa visão consideramos muito coincidente com as descrições da historiografia.

A paisagem social atinge uma representação com grande carga simbólica, uma vez que a burguesia que aparece na Avenida das Tílias, assume como que a representação de toda a burguesia do Porto, que se reviu nesta imagem de prestígio.

Movimentação e participação são as palavras-chave destas paisagens. Elas “descrevem” um Porto onde o comércio tem muita força. Está em qualquer das fotografias, seja no Bolhão, na Cordoaria, na Ribeira, na Praça Almeida Garrett, um fervilhar de gente.

Em síntese do estudo efectuado pudemos constatar que é possível fazer a leitura da paisagem pelo cruzamento da perspectiva dos olhares de pintores e fotógrafos. A representação do espaço registada pelo olhar do fotógrafo tem a possibilidade de evidenciar o que outros documentos não registaram, por considerarem, talvez, irrelevante, como foi o caso da publicidade. O itinerário fotográfico capta o espaço, no seu todo, dando-lhe uma determinada dimensão a que nada escapa, o “instantâneo”, embora seleccionada (focada pela intenção do autor) que permite uma focalização mais objectiva. Pensamos que na maioria dos casos, a historiografia não revelou para a segunda metade do século XIX, uma verdadeira noção de um provincianismo marcante, querendo sempre vincular uma imagem de progresso baseado na industrialização. De alguma forma entende-se, porque a história sublinha as mudanças, reúne os indicadores das mudanças e se a base de reconstituição histórica for a documentação escrita é bem possível que escapem as constâncias. Mas também é verdade que se no baseássemos apenas na fotografia e na pintura, estas não revelariam a distribuição funcional da população: fábricas e bairros operários. A complementaridade de abordagens pareceu-nos essencial...

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva.

Provas Públicas: 16 de Janeiro de 2009.

Autor: **Patrícia Costa Valente**

Título: *Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar. As despesas municipais do Porto após a Guerra da Restauração (1668-1696)*

Palavras-chave: Finanças locais, Administração, Despesas, relações de poder.

Resumo:

Partindo de uma questão (é possível o estudo das despesas municipais do Porto enquanto projecção/barómetro da vida municipal?) apresenta-se uma dissertação em torno do sistema financeiro portuense, no pós-guerra da Restauração, seus mecanismos de registo, administração e fiscalização, as políticas administrativas, a autonomia financeira, o diálogo com o poder central.

O principal corpus documental seleccionado é constituído pelos registos contabilísticos municipais (livros de receita e despesa, com maior enfoque nesta última), toda a documentação que com eles se articula (mandados de despesa, correspondência diversa, registos de fiscalização, entre outros) e ainda a documentação normativa, impressa e manuscrita, sobre finanças municipais. Face a um grande manancial documental (numa cronologia de 28 anos em 7 contabilidades) optou-se pela análise por amostragem: levantamento, em 5 das 7 contabilidades, das despesas dos primeiros 4 anos sequenciais para que existem registos (1670, 1671, 1672, 1673), procurando-se aferir da existência, ou não, de homogeneidade na ocorrência de despesas e na percepção da aplicação das verbas municipais, e das despesas do último ano da cronologia proposta (1696) para detectarmos eventuais alterações no decurso do tempo. Ressalve-se que o estudo da organização das contabilidades portuenses, da sua administração e fiscalização não segue esta análise por amostragem, compreendendo toda a cronologia e todas as contabilidades, devido ao carácter mais geral desta abordagem, sendo imprescindível uma visão global.

No Porto da segunda metade do século XVII, na senda do que se vinha já ‘desenhando’ no período filipino, encontramos uma estrutura financeira assente, não num fundo geral, de receita e despesa, mas em vários, um sistema financeiro de “cofres”. Ou seja, existiam várias contabilidades, com registos individuais de receita e despesa e, consequentemente, com administração e fiscalização próprias (mesmo quando coincidentes) apresentando, por vezes, uma organização caótica, resultando em perdas de documentação, ora por interferências externas ao município, ora por posteriores tentativas de reorganização, entre outros factores.

Tal organização levou, numa primeira parte da dissertação, a uma análise prévia do funcionamento da estrutura financeira municipal, na qual se enquadram as despesas municipais. Por outro lado, a apreensão da organização do corpus documental obrigou a um exame pormenorizado dos procedimentos de escrituração, actos de fiscalização e procedimentos contabilísticos adoptados. Por outras palavras, para a apreensão do sistema de aplicação das verbas municipais foi essencial a aferição do funcionamento e mecanismos da gestão financeira municipal: a forma como era feita a sua contabilidade, quem era responsável por ela, localmente, e quem a controlava em nome do poder central.

Numa segunda parte, um maior enfoque recai nas despesas e seus conteúdos, sob perspectivas de análise diferentes, com objectivos distintos. Primeiro, apresenta-se uma visão de conjunto da distribuição das despesas por sector (após a construção de um quadro de classificação), independentemente das contabilidades a que pertencem, aferindo-se se estas acompanhavam o ritmo das conjunturas nacionais e mesmo internacionais. Mas, igualmente, procurou-se saber o que revela esta análise a propósito das políticas administrativas levadas a cabo pela Câmara municipal, se estas teriam uma preocupação com o bem comum, concretizada no investimento em obras de interesse colectivo ou se, pelo contrário, reflectiriam os interesses do grupo restrito que as administrava. Paralelamente, faz-se uma observação das despesas, a um nível ainda mais micro, para, através delas, se perceber o quotidiano da vida municipal. Numa segunda fase, estudam-se as despesas feitas por Cofre, tendo-se a preocupação em esclarecer os seus contributos financeiros para as despesas municipais. O objectivo era o de avaliar se o facto de o Porto ser uma cidade virada para o comércio, portuária e centro abastecedor do interior do reino, teria influenciado os contributos de cada contabilidade para as despesas. De igual modo, através

do exame das despesas por contabilidade, numa perspectiva mais qualitativa, procurou-se estabelecer se cada Cofre cumpria o que, em linhas gerais, estava estabelecido a nível normativo/legislativo relativamente à aplicação das suas verbas e, ao mesmo tempo, examinar a acção dos agentes da administração central sobre as despesas de cada cofre. Perguntou-se ainda se, numa orgânica de várias contabilidades, dentro de um mesmo município, não se estabeleceriam ligações/relações entre os Cofres. Por fim, e até pela importância que o Porto tinha a nível do Reino, enquanto segunda cidade, capital de Comarca, e com potencialidade económica pelo seu carácter comercial, em plena crise económica do século XVII, e com a necessidade de defender as colónias, não lhe exigiria a Coroa auxílio para fazer frente às suas próprias despesas? Se o fizesse, através do lançamento de impostos, como aconteceu, por exemplo, durante a Guerra da Restauração, não caberia tal análise neste estudo, mas, se, por outro lado, ‘lançasse mão’ dos recursos destinados às despesas do município, tornar-se-ia fundamental estudá-lo, enquanto exemplo do diálogo entre o poder local e o poder central.

Constatou-se, assim, através dos resultados obtidos, que o sistema financeiro portuense de “cofres”, acima referido, apresenta traços de arcaísmo quando comparado com os sistemas adoptados em cidades do Norte da Europa. Os próprios procedimentos de registo contabilístico portuenses evidenciam falta de modernidade, seguindo a linha das práticas gerais do Reino (sistema de partidas simples, ou contas de receita e despesa). A inovação surge apenas na utilização, de forma generalizada, de caracteres numéricos (algarismos arábicos), ‘acolunados’ à margem dos registos, facilitando os cálculos das parcelas, e na soma dessas parcelas, fôlio a fôlio, por vezes, com transporte das quantias de uns para os outros. Juntando-se, a estas características, o ambiente de crise vivido no Reino e na Europa, que levou, nomeadamente, a investidas da Coroa no sentido de absorver receitas municipais, apercebemo-nos de que, e apesar de tudo isto, o município do Porto, aparentemente (ou efectivamente, nos 5 anos examinados), conseguiu suplantar os défices, continuando a fazer frente às suas despesas, através dos seus próprios recursos, tornando-se financeiramente autónomo. Esta autonomia deve-se, em grande parte, ao Cofre dos Sobejos das Sisas, evidenciando-se o contributo do carácter comercial do município para a sua situação financeira. A partir da análise da ‘hierarquização’ das contabilidades, entre principais e secundárias, conclui-se, igualmente, que as secundárias se abasteciam em Cofres cujas receitas provinham das sisas (Cofre dos Sobejos e das Alças), reforçando a premissa de que as sisas representavam o grande suporte financeiro das despesas municipais portuenses. Acrescente-se a existência de empréstimos entre cofres, ou simples transferências de despesas de uns para outros, sendo, principalmente, ao Cofre dos Sobejos que o município recorria para fazer face às despesas dos Bens do Concelho, quando estes não tinham verbas. Ao mesmo Cofre recorria a Coroa, em alturas de crise financeira.

Relativamente à autonomia administrativa da aplicação das verbas municipais, é inegável a intervenção dos agentes da administração periférica, bem como a aplicação da própria legislação, nas suas linhas gerais, nas despesas portuenses. Porém, é igualmente real a margem de manobra detida pela administração local: pela maioria de despesas glosadas aos oficiais camarários, nos actos de fiscalização, relativamente às que ficavam sem efeito, e, sobretudo, pelo carácter contestatário, reivindicativo da cidade do Porto, face às intervenções régias na administração das suas verbas. O município acatava as ordens régias, mas não sem antes as tentar contornar, apresentar os seus argumentos e protesto face a situações consideradas arbitrárias, junto da própria Coroa, havendo alturas em que conseguiu, pelo menos, abrandar (ou arrastar) o processo.

Ao nível da aplicação das verbas municipais, em termos de visão de conjunto, nota-se que as despesas no sector militar se mantiveram, apesar de se viver um período de paz no território continental do Reino. A justificação deve-se à guerra nas colónias, servindo estas despesas, principalmente, para suprir deficiências financeiras da Fazenda Régia, embora existam, igualmente, despesas militares de aplicação *in loco*, mais estruturantes, como as destinadas às fortalezas e seu corpo militar, demonstrando que a guerra era uma ameaça permanente. Porém, destaque-se a perda de preponderância destas despesas, em 1696, reveladora de uma menor necessidade, por parte da Coroa, de recurso às verbas municipais para fazer frente às despesas da fazenda régia, fruto, talvez, de uma certa ‘sedimentação’ do período de paz com o passar dos anos, de acalmia das hostilidades e de alguma recuperação das

dívidas, originadas pela anterior Guerra da Restauração. O trabalho administrativo apresenta-se como segundo sector mais representativo, evidenciando-se um desenvolvimento burocrático, não tanto como resultado de um aumento da fiscalidade, mas sobretudo devido a pagamentos a oficiais camarários, tais como as propinas, gerando, por vezes, reacções por parte do poder central, alguns dos quais ligados a uma crescente preocupação de organização das várias contabilidades. Paralelamente, e apesar de uma manutenção das despesas administrativas, em 1696, parece-nos haver uma tendência, ao caminhar-se para o século XVIII, para a redução de informação nos registos de despesa, direccionada para um registo mais rápido e menos dispendioso, tornando-o, também, menos susceptível de ser fiscalizado ao pormenor, tornando-se, a própria fiscalização mais sucinta. Num segundo plano, ficam as despesas com os sectores de domínio mais 'público', tais como: obras públicas, assistência, saúde, cerimónias públicas, demonstrando um certo 'aproveitamento', por parte do poder político local, do seu papel de gestor das verbas, no que concerne a despesas administrativas e, pela Coroa, enquanto fiscalizadora, relativamente às despesas militares.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva.

Provas Públicas: 13 de Janeiro de 2009.

## Curso de Mestrado em História Contemporânea

Autor: **Bruno João da Rocha Maia**

Título: *A entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial vista pela diplomacia portuguesa (1939-1940).*

Palavras-chave: Itália, Segunda Guerra Mundial, Política Externa.

Resumo:

A dissertação elaborada pretendeu retratar a visão portuguesa, nomeadamente do meio diplomático, sobre a entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial, centrando-a no período que abrange o início do conflito a 1 de Setembro de 1939, aquando da declaração de não-beligerância italiana, até à confirmação da sua participação a 10 de Junho de 1940, data em que declara guerra aos Aliados. É vasto o leque existente de trabalhos historiográficos relativamente à Segunda Guerra Mundial, contudo, julgamos que o projecto se reveste de alguma pertinência, considerando o panorama historiográfico nacional, visto tratarmos da entrada italiana em específico e da visão portuguesa desse acontecimento, sem nos limitarmos apenas ao relato de um acontecimento englobado na conjuntura do conflito. O trabalho realizado implicou um estudo sobre a política externa italiana, no qual foram abordadas diversas questões que funcionaram como contexto para perceber em que circunstâncias se deu a entrada da Itália na guerra. De igual modo, foi necessária uma exposição básica sobre a política externa portuguesa, no âmbito da preparação do conflito, para uma melhor interpretação da visão portuguesa sobre a temática que se pretendeu retratar. Realizado o estado da questão, para se conhecer o que estava feito, o desenvolvimento da dissertação teve por base algumas obras sobre o fascismo à escala internacional, uma vez que referem a questão do expansionismo e, portanto, a participação da Itália na Segunda Guerra Mundial. Assim, tendo em conta todas as obras historiográficas citadas neste projecto, é preciso destacar a biografia de Mussolini da autoria de Pierre Milza (2001), a qual retrata em alguns dos seus capítulos a política externa italiana, tendo constituído um auxílio essencial à redacção do nosso texto. Outro trabalho sobre o qual

importa fazer referência é a obra de MacGregor Knox, com o título *Mussolini Unleashed* (1982), na qual se aborda a estratégia italiana durante a Segunda Guerra Mundial. Destacamos também as obras de Renzo de Felice, nomeadamente a sua *Breve história do fascismo* (2005), e a *Histoire Diplomatique: de 1919 à nos jours* (1981), uma versão actualizada do clássico de Jean-Baptiste Duroselle. Quanto ao que foi possível apurar da visão portuguesa, duas obras assumiram um papel essencial nesta investigação. A primeira é o trabalho de Manuel Loff, *O nosso século é fascista!* (2008), sobre as duas ditaduras ibéricas na Nova Ordem Eurofascista durante o período de 1936-1945. A segunda é a obra de António Telo, *Portugal na Segunda Guerra* (1987). A documentação seleccionada para a realização deste trabalho está reunida no A.M.N.E. [Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros] e no A.N.T.T./A.O.S. [Arquivos Nacionais Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar], tratando-se em geral de telegramas e ofícios trocados dentro da Administração Central e entre esta e representações diplomáticas. Relativamente à documentação diplomática portuguesa, merece nota de destaque a compilação organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros com o título de *Dez anos de política externa* (1936-1947). A análise da documentação levantada focou-se na identificação da data, do assunto, do emissor e receptor do documento, tratando-se, na maioria, de correspondência entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e os representantes diplomáticos portugueses na Santa Sé, em Berlim, em Londres e em Roma. A última mereceu, naturalmente, uma análise mais aprofundada. Referência ainda para os Discursos e Notas Políticas da autoria de Oliveira Salazar e para a utilização, influenciada pela leitura de diferentes obras, do Diário do Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano entre 1936 e 1943, Galeazzo Ciano. Apesar de a Itália se apresentar claramente como um país secundário no panorama da política externa portuguesa, quando comparado, por exemplo, com a Grã-Bretanha ou com a Espanha, não podemos desprezar a coincidência ideológica entre o regime salazarista e o fascismo italiano, cujo sistema político constituiu um modelo para o Estado Novo. Ora, uma vez iniciada a guerra, e depois de esboçadas algumas tentativas de paz negociada, a atenção de alguns dirigentes fascistas voltar-se-ia para a criação de um bloco neutral, do qual a Itália assumiria a liderança. A principal expectativa de Salazar relativamente à não-entrada da Itália na guerra, em Setembro de 1939, prender-se-ia precisamente com este ponto. De facto, as ideias lançadas nesse sentido não podiam deixar de ser bem recebidas pelo chefe do Governo português, quando se colocava a hipótese da formação de um bloco latino-fascista autoritário, do qual Portugal faria parte, que pudesse exercer uma função mediadora na guerra. Essa ideia ganhava mais força perante a possibilidade da participação portuguesa na Nova Europa, edificada pela vitória nazi, onde um bloco latino liderado pela Itália se pudesse contrapor ao poder hegemónico alemão. Salazar defenderia as vantagens da Itália em se manter neutral, convicto do papel secundário daquele país na Europa perante uma vitória da Alemanha na guerra. A mesma tese seria defendida pelo embaixador português em Londres, Armindo Monteiro, ao evidenciar o risco imenso a que a Itália se sujeitaria ao entrar na guerra para, na melhor das hipóteses, ficar reduzida à condição de vassalo do poderio germânico. Estas mesmas questões seriam colocadas pelo chefe do Governo português nas suas reuniões com o ministro italiano em Lisboa, Renato Bova Scoppa, em Maio de 1940, num momento em que a Itália se mostrava cada vez mais beligerante. A certeza da derrota francesa apressa o desejo de Mussolini em se juntar aos países beligerantes, de forma a conseguir um lugar na mesa das negociações. Salazar lamentaria a entrada italiana no conflito, evidenciando que tal significaria a perda do seu papel de cabeça dos países neutros do Sul da Europa. Além disso, a participação da Itália no conflito era encarada com alguma preocupação pelo chefe do Governo português pela sua repercussão em Espanha, cujo envolvimento na guerra teria, naturalmente, efeito imediato em Portugal.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Provas Públicas: 16 de Dezembro de 2010.

Autor: **Carla Patrícia Silva Ribeiro**

Título: *O “alquimista de sínteses”: António Ferro e o cinema português*

Palavras-chave: António Ferro, Cinema, Estado Novo, Propaganda, Secretariado de Propaganda Nacional.

Resumo:

Esta dissertação de mestrado pretende analisar o pensamento e acção de António Ferro, director do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)/Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), no que ao cinema português diz respeito, ao longo de quase duas décadas de trabalho político e de reflexão/acção estética e ideológica (1933-1949).

Baseando o estudo no binómio Modernismo/Tradição – artisticamente, Ferro assumiu-se como modernista, avesso às convenções estéticas estabelecidas e preconizador de uma nova ordem; politicamente, fez a apologia do Estado autoritário e intervencionista que guia a sociedade e dirige as artes – procurou-se dar resposta a uma série de interrogações: qual a natureza e orientação do pensamento de António Ferro relativamente ao cinema, isto é, os seus pressupostos éticos e estéticos; quais os contornos que a sua “Política do Espírito” assumiu no campo cinematográfico e os resultados alcançados; qual a influência de Ferro nas produções cinematográficas portuguesas do período entre 1930 e 1950, isto é, o acolhimento e as resistências que obtiveram os seus desígnios, enquanto director do SPN/SNI, por parte do meio cinematográfico nacional, e, finalmente, qual a evolução do seu pensamento na condução do SPN/SNI ou, dito de outro modo, as convergências de Ferro com a política imposta por Salazar e, acima de tudo, as divergências relativamente a essa política?

Neste sentido, seleccionou-se um corpus documental que procurasse responder às interrogações iniciais da investigação – os escritos e discursos de António Ferro, que se relacionassem, directa ou indirectamente, com a matéria cinematográfica e a “Política do Espírito”, onde seria possível descortinar a sua ideologia de representação do mundo e do cinema em especial; o fundo documental do SPN/SNI presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de capital importância para o entendimento da política estatal para o cinema português e, finalmente, as revistas cinematográficas do período em análise, as décadas de 1930 a 1950 (tendo-se seleccionado seis, a saber: *Animatógrafo*, *Cinéfilo*, *Imagem*, *Kino*, *Movimento* e *Sol Nascente*), fonte de informação de excepcional relevância para a compreensão do projecto cinematográfico nacional da época em estudo, cuja análise procurou, por um lado, estabelecer como o projecto de Ferro para o cinema nacional se coadunou com o pensamento cinematográfico e intelectual coevo e, por outro, o que foi rejeitado desse projecto, quais os motivos e por que sectores da actividade.

Em termos genéricos, é possível afirmar que se conheceu em Portugal, nos anos iniciais do projecto do Estado Novo, um apelo totalitário no que à arte diz respeito; perante a questão então debatida – deveria o Estado dirigir a actividade artística – muitos responderam afirmativamente. Este era igualmente o desígnio de António Ferro, primeiro enquanto jornalista e figura pública de nomeada e, depois, como director do Secretariado, através da sua “Política do Espírito”, um projecto vanguardista, global, integrado.

A nível cinematográfico, grande parte do debate girou em torno da possibilidade, ou da necessidade, de o cinema português se construir como uma cinematografia nacional distinta de todas as outras, com temas próprios, um estilo autónomo e uma relação privilegiada com os espectadores do seu país de origem. Esta discussão não era específica de Portugal, verificando-se noutros países, em especial onde vigoravam regimes autoritários/totalitários, como a Itália fascista, que se serviram do cinema como arma de propaganda para o exercício e consolidação do poder político, uma vez que veiculava imagens, símbolos e mitos, com uma força e amplitude que nenhum outro meio de comunicação possuía.

Neste contexto, a questão fundamental foi, pois, a de saber qual era o projecto de António Ferro e, implicitamente, do SPN/SNI, para o cinema português.

Assim, é possível afirmar que o projecto cinematográfico oficial do regime foi de um cinema formativo, para “educar o bom gosto do povo” (FERRO, 1950: 36), através dos cinemas ambulantes.

Este terá sido o seu fim imediato; mas o principal centrou-se na propaganda do regime salazarista, só possível com um cinema dotado de um espírito nacional, personalizado. Para a consecução deste segundo objectivo parecem dirigir-se os filmes históricos (como *As Pupilas do Senhor Reitor*, de 1935 ou *Camões*, de 1946, ambos realizados por Leitão de Barros), desenvolvidos muitas vezes a partir de obras literárias portuguesas, bem como o género documental, ambos tão do agrado da personagem em estudo.

Todavia, as concepções de Ferro nem sempre se mostraram em concordância com o pensamento dominante no país. É, pois, com base nas suas concepções pessoais, de cariz mais estético que político-ideológico, que António Ferro defende um cinema artístico, anti-comercial, um estilo autónomo e distinto que fuja às fórmulas estereotipadas das comédias então em voga. Oferece, em troca, um panorama de incentivos, através do Fundo do Cinema Nacional, aos “filmes de natureza poética” e aos “filmes do quotidiano”, que permitiriam ao cinema nacional ser “um grande livro de histórias” (FERRO, 1950: 67-68).

Procurou ainda, através de propostas dirigidas a Salazar, concretizar a sua visão de um Espaço Atlântico, englobando Portugal, Brasil, Espanha e as várias comunidades sul-americanas de língua castelhana, numa irmandade cultural ibero-americana, sustentada por uma história em comum, uma fraternidade linguística e uma unidade espiritual, irmandade esta a ser construída, primeiramente, através do recurso ao cinema.

Em 1950, Ferro, homem do regime, é nomeado ministro em Berna, transferido em 1954 para Roma, como ministro plenipotenciário de Portugal, posto onde esteve durante dois anos. A ruptura, que se pressentia desde o final da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos regimes democráticos, concretiza-se no término da década de quarenta. Afastado por motivos políticos, atacado por figuras do regime que não compreendiam a sua visão do Estado Novo e perdendo o apoio da nova vaga de modernos, os da “terceira geração”, Ferro vai, neste seu percurso político, do entusiasmo ao desencanto, da alegria de viver e sentir da sua mocidade, à mágoa, mesclada de nostalgia, dos seus últimos anos.

Concluiu-se, pois, que a realidade produzida pela acção governativa que o SPN/SNI veiculou não se coadunou com as ambições do seu director. A “Política do Espírito” de Ferro revelou-se a “política do possível”, dentro da lógica normalizadora do regime estadonovista. Tal foi especialmente verdade a nível cinematográfico, quando Ferro viu o seu arrojado projecto de regeneração estética e artística confrontado com os desígnios puramente ideológicos e propagandísticos do cinema salazarista, de horizontes culturais certamente menos largos do que os seus próprios. Da mesma forma, esta “Política do Espírito” gera uma “política de esmola” para o cinema nacional, que depende da protecção oficial, nos moldes estabelecidos na lei promulgada em 1948, para poder criar. Há, com efeito, uma politização do cinema português, concretizada pela geração de “serventuários intelectuais” do regime, que se sucedem à primeira geração de intelectuais nacionalistas associados ao período de Ferro no SPN/SNI.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira  
Provas Públicas: 6 de Setembro de 2010

**Autor: Cátia Sofia Capitão Nunes Pereira**

**Título: *Posição de Portugal perante o conflito germano-polaco de 1939***

**Palavras-chave: Danzig, Corredor Polaco, Segunda Guerra Mundial, Neutralidade, Salazarismo.**

**Resumo:**

Este projecto historiográfico pretende fornecer uma ferramenta científica útil que complemente as lacunas existentes na historiografia do período inicial do conflito germano-polaco. Assim sendo, o objectivo é proceder à explicação histórica de qual foi desde o início a verdadeira posição de Portugal perante este conflito que deu origem à Segunda Guerra Mundial.

Coligindo a informação recolhida nas fontes documentais e históricas, pretende-se dar a conhecer uma melhor compreensão das opções estratégicas diplomáticas e políticas praticadas pelo Governo português em 1939, numa Europa que se encontrava na iminência de ver surgir um conflito bélico à escala mundial.

Também aqui se verificará que condicionantes internas e externas influenciaram o posicionamento de Portugal neste contexto da primeira fase da Segunda Guerra Mundial.

Para reconstituir o contexto histórico em que o conflito germano-polaco se desenvolveu e para perceber a posição tomada por Portugal, é necessário perceber alguns acontecimentos que o antecederam.

Sendo assim, esta investigação assenta numa sucessão cronológica de capítulos, cobrindo o período de Setembro de 1938 a Setembro de 1939, dando uma maior ênfase ao período de Março de 1939 a Setembro de 1939.

Num primeiro capítulo, centramo-nos numa análise historiográfica. Essa análise explora a explicação de alguns conceitos fundamentais e necessários para compreender o desenrolar dos factos. Conceitos tais como: as causas apontadas para o início do conflito germano, *Drôle de guerre*, *Blitzkrieg*, *Appeasement* e Estado Novo e Salazarismo.

No segundo capítulo, são explicados os antecedentes do conflito germano-polaco. É apontado como surgiu o Acordo de Munique e a Política de *Appeasement*, como foi para Portugal a preparação do conflito, como foi encarada a neutralidade portuguesa, e até como foi vista a relação entre Salazar e o Vaticano nos antecedentes da Segunda Guerra Mundial.

No terceiro e quarto capítulo, aborda-se como se desenrolou o desmembramento da Checoslováquia e como se iniciaram os preparativos para o ataque à Polónia. A questão do corredor polaco e as reivindicações de Danzig são explicadas no quarto capítulo, assim como o que foi o pacto germano-soviético e em que consistiu. Também neste ponto são dadas a conhecer as recusas polacas às propostas feitas por parte da Alemanha.

No quarto e último capítulo, dá-se a conhecer o desencadear e desenrolar do conflito germano-polaco.

Neste estudo, trata-se essencialmente as origens do conflito germano-polaco e a posição que Portugal tomou nos antecedentes e no desencadear do mesmo. Mas a prioridade deste estudo é elucidar a definição estratégica de Portugal. Procura-se sobretudo saber a posição de Portugal, no contexto da política externa. Durante a década de 30, a política externa portuguesa foi marcada pela questão espanhola e pelas questões coloniais. A política externa portuguesa, num contexto de mudança a nível internacional, é marcada por um problema que se prende com o armamento português. Neste sentido, Salazar procura alcançar o rearmamento português de forma a garantir a segurança das colónias e a defesa de Lisboa. A aproximação à Alemanha de Hitler é evidente, pois esta estava disposta a ajudar Portugal, ao contrário da Inglaterra, que perante a situação em que se encontrava a Espanha temia que Portugal estivesse simplesmente a planear envolver-se, e portanto não era do seu agrado rearmá-los.

Sendo assim, as questões-guia deste estudo foram: Que reacção tiveram Salazar e Monteiro – Ministro dos Negócios Estrangeiros (1935-1936) e embaixador de Portugal em Londres (1936-1943) –, perante Munique e o *Appeasement*? E que posição tomaram?

Sobre a questão de Danzig é preciso saber: Que posicionamento tinham os governantes portugueses sobre Danzig? Tiveram noção, por exemplo, que em Setembro de 1939 surgiria uma “*drôle de guerre*”? Porque declarou Portugal a neutralidade? Que influência teve a aliança com a Inglaterra nesta decisão? E a Alemanha, que opinião teve acerca desta neutralidade? A Espanha também contribuiu para a declaração da neutralidade?

No fundo, é necessário compreender os antecedentes do conflito a nível internacional, explicar a política interna portuguesa e o regime vigente neste contexto e verificar qual a posição de Portugal em todo este período, de modo compreender melhor a neutralidade que Portugal assumiu perante esta situação e porquê a assumiu.

Fontes e bibliografia: Os documentos que foram utilizados provêm essencialmente de dois arquivos: o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o arquivo Salazar, que se encontra depositado nos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, ambos sediados em Lisboa.

Sendo assim, foi nos *Dez anos de política externa* e na *Correspondência entre Salazar e Armindo Monteiro* onde se encontraram os documentos mais importantes e necessários para este estudo. Procurou-se também preencher algumas lacunas recorrendo a fontes impressas – imprensa periódica –, e também a bibliografia secundária.

Conclusões: Em Setembro de 1939, e seguindo a sua política expansionista, Hitler invade a Polónia, reivindicando a cidade livre de Danzig e o corredor polaco.

Salazar, perante tal conflito, reage adoptando uma política de neutralidade mantendo Portugal afastado de um conflito internacional. Verificamos contudo que, para além de querer garantir a aliança secular com a Inglaterra, o seu ressentimento com as afirmações polacas sobre a gestão colonial portuguesa, feitas anteriormente, e o facto de existir alguma afinidade ideológica com a Alemanha nazi, desempenharão um papel importante na posição que Portugal teve no conflito germano-polaco. Não é por acaso que Salazar acreditava que a Alemanha tinha uma certa razão ao invadir a Polónia a 1 de Setembro de 1939.

Contudo, o facto de Salazar afirmar que a Alemanha tinha alguma razão ao ter invadido a Polónia, não foi motivo para que a neutralidade não fosse efectiva. Após um mês de ter começado o conflito que originou a segunda Grande Guerra Mundial, pode afirmar-se que Portugal tem uma posição neutra. Após um mês da derrota polaca, em 1939, “Salazar chegará a lamentar que «não se tenha levado a Polónia a aceitar as bases do discurso de Hitler (...) pois a guerra veio rebentar sobre questão em que a Alemanha tinha alguma razão»”. (LOFF, Manuel – *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 234, MNE, 1970: Doc. N.º 123, Telegrama de Salazar a Monteiro, 9/10/1939.) A opinião de um governante de um país periférico no sistema internacional conta pouco para a política externa, no entanto pode contar para perceber o posicionamento político e ideológico do mesmo em relação ao conflito germano-polaco. Importante será também sublinhar o facto de, que um pequeno país como Portugal, historicamente receoso da anexação espanhola não assuma uma posição moral de solidariedade com a Polónia, ainda por cima, um país com um alto fervor católico. Uma das hipóteses possíveis, para entender esta questão, prende-se com o ressentimento que Salazar possa ter guardado em relação às reivindicações da Polónia na questão colonial, nos inícios dos anos 30, e em relação à forma como a Polónia criticou a gestão do Império Colonial português. Segundo Manuel Loff, “ao longo das campanhas revisionistas dos anos 30”, apercebemo-nos da existência de “reivindicações alemãs e até mesmo polacas”. (LOFF, Manuel – “*O nosso século é fascista!*” *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008, p. 229.) De qualquer forma é também sabido que a Alemanha chegou a reivindicar colónias pertencentes a Portugal e, no entanto, tal parece não ter provocado grande ressentimento na percepção do Governo português relativamente à política nazi. A existência de algumas afinidades políticas e ideológicas entre estes dois regimes, salazarismo e nazismo, poderá explicar esta posição.

Em suma, quando se inicia o conflito germano-polaco, Portugal mantém com o Eixo – a Alemanha – laços ideológicos, com a Inglaterra interesses económicos e laços diplomáticos relevantes procedentes de uma aliança secular. Quanto à Espanha, convinha a Portugal contar com esta potência e manter uma neutralidade ibérica de forma a garantir a não entrada no conflito iniciado por Hitler a 1 de Setembro de 1939.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Provas Públicas: 16 de Dezembro de 2010

Autor: **Daniel Cravino Marques**

Título: *Portugal e Israel: O Estado Novo face à criação do Estado de Israel (1946-1953)*

Palavras-chave: Portugal, Israel, Médio Oriente, Judeus, Jerusalém.

Resumo:

Este é um resumo da dissertação de Mestrado em História Contemporânea realizada na FLUP e tem como objectivo analisar e caracterizar o processo de decisão política de Portugal face à criação do Estado de Israel, as orientações e motivações da política externa portuguesa e de Oliveira Salazar face ao conflito na Palestina, além das políticas externas de outros países que influenciaram na posição portuguesa durante os anos de 1946 até 1953. A delimitação cronológica apresentada deveu-se à necessidade de conhecer as condições imediatamente anteriores à criação do Estado de Israel e à forma como foram acompanhados os esforços dos movimentos sionistas pela diplomacia portuguesa em relação à criação do Estado israelita até 1953, sendo esta última data uma referência à delimitação da dissertação e não uma etapa final propriamente dita.

Sendo uma investigação inédita, a análise das fontes documentais incidiu essencialmente sobre fontes arquivísticas do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDME) e o Arquivo Oliveira Salazar (AOS) presente no Arquivo Nacional/Torre do Tombo (AN/TT). No arquivo do MNE, foram consultados os processos referentes a:

- Palestina/Israel;
- Judeus;
- Egipto;
- Relações com diversos países;
- Países com quem não se possuíam relações diplomáticas;
- Relatórios diplomáticos e consulares;
- Relações Comerciais;

No Arquivo Oliveira Salazar, consultaram-se os processos de:

- Correspondência com embaixadas portuguesas nos EUA, Egipto, Grã-Bretanha, Santa Sé;
- Correspondência oficial com os diplomatas Pedro Teotónio Pereira, Vasco Garin, António Séves;
- Correspondência particular com o presidente da Comunidade Israelita de Lisboa Moisés Ben-sabat Amzalak e com António Séves;

Procedeu-se à análise da correspondência entre António Oliveira Salazar e Pedro Teotónio Pereira, dos discursos de Oliveira Salazar do período pós-guerra e das memórias de Walter Eytan, primeiro director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros israelita. Sendo este trabalho inédito, por carência completa de obras, limitando-se à existência de poucos mas importantes artigos, tais como o artigo de Jacob Abadi intitulado *Constraints and Adjustments in Portugal's Policy toward Israel*, publicado no *Middle Eastern Studies*, vol. 40 de 5 de Setembro de 2004, os artigos publicados de Manuela Franco sobre as relações entre Portugal e Israel, que contribuíram para começar a colmatar a lacuna historiográfica em relação ao tema.

Contexto internacional: A Europa do pós-guerra encontrava-se numa fase de recuperação da instabilidade sócio-económica da qual os governos europeus ocidentais temiam a ingerência da União Soviética e a influência dos partidos comunistas nas populações europeias. Washington estendia a sua influência com a implementação do Plano Marshall na Europa, e o fim do Império Britânico fazia-se sentir cada vez mais, em virtude dos tumultos nas suas várias possessões coloniais, em especial na Índia e no Médio Oriente. Nesta última região, Londres debatia-se com a emergência do nacionalismo árabe e as reivindicações do sionismo na Palestina.

Portugal face a Israel: A questão da luta na Palestina assumiu, desde o princípio, um carácter secundário na política externa portuguesa, em virtude dos poucos interesses nacionais existentes na região.

Acompanhando os desenvolvimentos da queda do Império Britânico na Índia e no Médio Oriente, além da emergência do pan-arabismo, das reivindicações sionistas para a Palestina e da presença do

socialismo no movimento sionista, Oliveira Salazar determinou o não envolvimento português na luta entre as facções. Suspeitando da Grã-Bretanha e da sua política externa de dividir para governar em relação à região, o Presidente do Conselho optou por manter alguma autonomia na sua acção diplomática, mesmo quando directamente interpelado por Londres. A ausência de um conjunto de normas fixas que regulassem o reconhecimento de estados, permitiu a Salazar possuir flexibilidade diplomática suficiente para ganhar tempo e evitar pressões na tomada de decisões. Lisboa mantinha-se afastada do conflito e da possibilidade de exploração de que seria alvo por parte das forças envolvidas caso tivesse tomado uma posição activa no desenrolar dos eventos no Médio Oriente. Curiosamente, a influência britânica não teve qualquer efeito sobre Salazar e, numa primeira fase – entre 1946 e 1948 – pode-se perceber que se aguarda pelo desenrolar do conflito e pela acção das grandes potências. A diplomacia portuguesa compreendeu que Londres pretendia manter e defender a sua posição no Canal do Suez em particular, e no Médio Oriente em geral. Mas a atitude de Londres não escapou a uma censura dos EUA sobre a presença britânica na região no decurso do incidente entre aviões ingleses e israelitas no deserto do Sinai. Washington constituía, cada vez mais, a nova força que gradualmente substituíra Londres.

Numa segunda fase – de 1949 a 1950 – e surpreendidos com a vitória judaica na Palestina, foi dada ênfase à posição da Santa Sé sobre a criação do Estado de Israel e ao projecto de internacionalização de Jerusalém e dos Lugares Santos. A orientação da política externa do Vaticano face aos judeus na Palestina antecedia a existência deste projecto, mas não desapareceu após a inviabilização deste. As reivindicações da Santa Sé consistiam na internacionalização de: a) Jerusalém, b) Lugares Santos (p. ex. Belém), c) Instituições Católicas na Palestina, d) Direitos adquiridos pelos cristãos (p. ex. cristãos peregrinos).

Como tal, tendo em conta o peso do Catolicismo em Portugal e em Salazar, não esquecendo a evolução das relações entre a Santa Sé e Portugal após-1940, o não reconhecimento do Estado de Israel deixou de ser sinónimo de neutralidade face ao conflito na Palestina – conforme o Secretário-Geral do MNE Vasco Cunha assim pretendia – mas sim uma adopção do mesmo posicionamento do Vaticano face à criação do Estado de Israel. No entanto, a adesão de Israel à ONU em Novembro de 1949 impossibilitou aquilo que, de acordo com a intenção do embaixador na Santa Sé, Tovar de Lemos, seria uma imposição de uma capitulação ao recém-criado estado.

A Espanha franquista, por sua vez, assumiu alguma importância durante este período de vigência do projecto de internacionalização. O cepticismo, por parte de Salazar, da viabilidade do projecto de internacionalização de Jerusalém por Madrid, devia-se à limitada margem de manobra diplomática espanhola, dado o isolamento internacional que padecia. Curiosamente, a diplomacia israelita acreditou, num primeiro momento, que o não reconhecimento por parte de Portugal, devia-se à posição adoptada por Israel face à Espanha franquista e ao seu envolvimento na 2ª Guerra Mundial ao lado das forças do Eixo, não esquecendo o tratamento dos refugiados judeus por Madrid. Apesar dos laços entre Portugal e Espanha, estes tiveram uma menor relevância na questão do não reconhecimento de Israel, sendo Madrid criticada pela diplomacia portuguesa na sua aproximação aos países árabes.

A questão do não reconhecimento não pode ser retirada do contexto do Médio Oriente e das relações entre os Estados que constituem o mundo muçulmano. Entramos na última fase – de 1951 a 1953.

Sucederam-se as transformações no Médio Oriente fruto do nacionalismo com o aparecimento de vários estados árabes. A emergência de Israel agudizou o sentimento de insatisfação do mundo árabe. Vendo ameaçados os seus interesses, Londres optou por procurar conquistar o Paquistão como aliado naquela região face à União Indiana. Estratégia a que Salazar aderiu com a abertura de uma embaixada em Carachi em 1953, tendo em mente a questão das possessões portuguesas na Índia. A política externa portuguesa orientou-se no sentido de não contrariar o mundo muçulmano e, por extensão, o mundo árabe. Como tal, proceder-se ao reconhecimento de Israel sem obter nenhum benefício não faria sentido algum na opinião do diplomata António de Séves (Legação do Cairo).

Mas esta prudência em relação ao Estado de Israel e à conjuntura árabe não obstam que Portugal vote favoravelmente na admissão de Israel à União Postal, apesar de esta acção e outras menos favoráveis, terem sido reflexo das decisões num espectro mais alargado das circunstâncias internacionais e

não uma intenção amigável em relação a Israel. Mantendo em mente todos estes factores, não constitui surpresa o despacho do ministro Paulo Cunha ao determinar que se mantivesse o não reconhecimento.

Paralelamente à questão política, salientam-se as negociações comerciais entre os dois estados: a) a caixotaria portuguesa que, apesar de estar longe de ser um sector estratégico para Portugal, foi vital para as exportações de citrinos israelitas (estes sim, eram um produto estratégico na sua economia) visto o país permanecer sob bloqueio económico dos países árabes vizinhos; b) a importância de propor um acordo comercial para a exportação da batata portuguesa entre 1951 e 1952. Prática diplomática que não deixaria de implicar um reconhecimento “de facto” do Estado israelita, porém os contornos da proposta comercial não agradaram a Tel Aviv e o negócio foi cancelado.

As exportações para Israel foram alvo da atenção da Repartição de Questões Económicas do MNE, a qual verificava cada vez mais as vantagens económicas oriundas de um acordo e reconhecimento do novo estado e para isso ressalta a necessidade de se estabelecer um reconhecimento.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Provas Públicas: 20 de Dezembro de 2010

**Autor: Manuel Joaquim Rodrigues Fitas**

**Título: *Seara Nova – Tempos de mudança... e de perseverança (1940-1958)***

**Palavras-chave:** Seara Nova, Cultura Portuguesa, Revistas culturais, Intelectuais, Oposição cultural ao regime salazarista

**Resumo:**

A análise da revista *Seara Nova*, no arco cronológico 1940-1958, constitui o objecto da dissertação. A conjuntura política nacional e internacional em mutação reflecte-se, inevitavelmente, na orientação da Revista que, através dos seus conteúdos, vai proceder a ajustamentos, quer para ultrapassar problemas impostos pela censura, quer para se manter actualizada face a outra imprensa que, em concorrência e recentes no mercado, assimilaram uma postura activa mais condizente com a actualidade.

Até que ponto a *Seara* vacilou em relação ao seu programa inicial (1921) face aos condicionalismos já referidos e ao afastamento dos seus principais doutrinadores – António Sérgio e Raúl Proença – é o objectivo deste nosso trabalho.

A metodologia assentou fundamentalmente nos seguintes pressupostos:

- Como terá reagido a *Seara Nova* ao afastamento de Jaime Cortesão, Raúl Proença (falecido em 1941) e António Sérgio, a elite fundadora da revista?

- Até que ponto a ausência destes nomes (sem dúvida, fortemente marcantes pela sua solidez intelectual e pelo forte cunho pessoal), provocou alterações qualitativas no comportamento da revista face aos novos acontecimentos políticos, ao endurecimento da censura e à política cultural do Estado Novo?

- Como reagiu o idealismo da *Seara*, de raiz iluminista, proponente da reforma das mentalidades das elites, face a outras correntes emergentes de pensamento, que configuravam um novo humanismo (neo-realismo) e que exigiam mais acção?, e teve como pilar principal a análise da própria *Seara Nova* (do n.º 647 ao n.º 1356/7/8), que compreende os anos de 1940 a 1958.

A consulta de trabalhos já realizados, para períodos precedentes ao do nosso estudo, ajudou-nos à compreensão dos propósitos que nortearam a sua fundação, à ideologia subjacente, bem como ao conjunto das principais figuras que moldaram a espinha dorsal da Revista, mas que também projectaram as suas ambições pessoais alicerçadas em convicções ideológicas diferentes e que provocaram discursos arrebatadores.

Assim, os trabalhos de António Rafael Amaro, *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939): memória, cultura e poder*, e de Sottomayor Cardia, *Seara Nova – Antologia (1921-1926)*, constituíram uma fonte preciosa para esse estudo.

Outras revistas coevas foram consultadas, com destaque para a *Vértice*, *Diabo* e *Sol Nascente*, portadoras de novas mensagens assentes num novo humanismo centrado nos problemas do homem comum.

As reflexões que fizemos do nosso estudo levam-nos a admitir que a *Seara Nova* manteve uma coesão ideológica próxima dos valores que sempre defendeu, por razões que se prendem com a persistência de alguns dos seus elementos, liderados por Câmara Reis, e que se traduziram na oposição ao regime salazarista, na promoção das liberdades cívicas, na defesa do valor da educação, na produção intelectual e na diversidade das temáticas, baseadas em pressupostos que tendiam a conduzir a sociedade portuguesa para a sua democratização, numa visão socialista, laica, de promoção da cultura popular, da opinião pública e da cidadania.

Foram homens de esperança e de perseverança que acreditaram que a razão, o compromisso e a força das ideias junto da opinião pública ajudaria a sustentar e a melhorar a democracia.

Orientadora: Prof<sup>ta</sup> Doutora Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira.

Provas Públicas: 5 de Novembro de 2010.

**Autor: Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de Almeida**

**Título: *Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)***

**Palavras-chave:** Habitação, Estado Novo, Porto (cidade), Urbanismo, Segregação.

**Resumo:**

A preocupação estatal com o “problema habitacional”, iniciada na República, prossegue de forma sistemática durante o Estado Novo, que começa por lançar um programa de acesso à propriedade privada, em regime de renda resolúvel, materializado em bairros de moradias unifamiliares, com quintal e logradouro, localizados nas periferias das principais cidades do país. Com o programa de casas económicas, o Estado passou a concentrar todos os processos de construção, urbanização, distribuição e manutenção das habitações, recorrendo à criação de um fundo gerido por uma subsecretaria da Presidência do Conselho, financiado em partes iguais pelo Estado e pelos municípios com forte tecido industrial, Porto e Lisboa, e depois também Coimbra e Almada, cuja função era definir o que se construía, procedendo igualmente à escolha e controlo das famílias contempladas.

No Porto foram construídos 12 bairros, entre 1935 e 1965, evidenciando a evolução do programa habitacional, tornado bastante oneroso para o erário público, mas vantajoso para as famílias. Apesar do investimento, a situação habitacional da cidade – proliferação de habitações populares insalubres e sobreocupação do centro histórico – não se alterou até à década de 1950, apesar de o regime, com a distribuição das casas, lograr a formação e manutenção de faixas de apoiantes entre as famílias contempladas, cujos chefes deveriam ser sócios dos sindicatos nacionais e funcionários públicos. Objecto de intensa propaganda, o programa de casas económicas, no Porto, destinou-se maioritariamente às famílias mais solventes, ligadas ao sector dos serviços, apesar de sucessivamente anunciado como empreendimento dirigido às famílias de menores recursos. Por isso mesmo, o programa foi alvo de grande procura, o que permitiu ao regime escolher e premiar as famílias que supostamente deveriam garantir fidelidade ao regime.

Orientador: Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira

Provas Públicas: 12 de Novembro de 2010

## Curso de Mestrado em História e Educação

Autor: Celestina Silepo

Título: *A Formação de Professores do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário em Angola. O Caso do Instituto Garcia Neto (1975-2009).*

Palavras-chave: Angola, Formação de Professores, Profissão Docente, Instituto Garcia Neto.

O trabalho de investigação consistiu na análise de questões ligados a acontecimentos que marcaram a formação de professores não só depois da independência de Angola, em 11 de Novembro de 1975, mas de alguns momentos que marcaram a formação de professores no período em que Angola era província do Ultramar português.

O quadro metodológico assentou na análise documental, principalmente arquivada pelo Instituto Garcia Neto, que foi o campo de pesquisa, na entrevista de directores do instituto, professores e alunos, na análise sociográfica (mobilidade social segundo o género) e quantitativa (que permitiu saber estatisticamente a sucessão do número de alunos ao longo dos anos lectivos da investigação).

As fontes consultadas em Angola que fundamentam os resultados encontrados foram levantadas no arquivo da Escola de Formação de Professores do 2º Ciclo do Ensino Secundário Garcia Neto e noutras instituições oficiais, tais como: fichas individuais dos alunos com a 9ª classe; os relatórios semestrais e anuais; actas, planos de estudo; documentos orientadores sobre o funcionamento da educação; estatuto do Instituto Garcia Neto e regulamento; fotografias dos alunos; Ministério da Educação de Angola em algumas direcções adstritas: Direcção Nacional de Formação de Quadros e Ensino, onde foram providenciados dados e informações acerca da Formação de Professores em Angola, funcionamento dos Institutos Normais de Educação, (caso particular do Instituto Garcia Neto), Plano Mestre de Formação de Professores 2008/2015, Ensino a Distância em Angola; informação dos dados estatísticos dos anos lectivos estudados e relatórios de 1985/1989 e 1990/1991, diplomas legais de criação dos institutos normais, do ministério da educação, protocolos de cooperação na área de formação de professores, teses e resoluções do 1º Congresso do MPLA de 1977, boletins do militante (revista do MPLA) discursos do presidente José Eduardo dos Santos dos primeiros anos da década de 80, escola de formação de professores rurais ADPP, embaixada de Cuba, entrevistas aos directores sobreviventes que lideraram o Instituto Garcia Neto, professores e alunos.

As fontes consultadas em Portugal foram levantadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Processo de António Manuel Garcia Neto, Arquivo PIDE/DGS, 15 processos e a Ficha de Biografia Prisional), no Arquivo da Universidade de Coimbra, mais especificamente na Faculdade de Direito (ficha individual de António Manuel Garcia Neto), no Forte de Peniche, actualmente Museu de Peniche (acta de libertação de António Manuel Garcia Neto) e na cadeia de Caxias.

Durante o trabalho de pesquisa foi possível reconstituir-se a vida e obra de António Manuel Garcia Neto (1945-1977), entre 1961 a 1977. Com uma situação de vida marcada pelo colonialismo português, a história académica de Garcia Neto denotou uma consciência política, cultural e literária precoce (desde os 16 anos de idade). Foi protagonista de acções clandestinas, aliando-se a movimentos anti-coloniais que combatiam a ditadura salazarista. Foi um jovem do mundo académico que sempre se mostrou defensor dos ideais democráticos em Angola e Portugal. Foi um independentista nato que dedicou toda a sua vida à causa política sendo o seu trabalho reconhecido por organizações internacionais em prol dos direitos cívicos e políticos.

O sistema político, económico e social instaurado em 1975, definiu a sua política educativa (em 1977-1978): em 1977 realizou-se o 1º Congresso do MPLA onde foram aprovados os princípios de base para a reformulação do sistema de educação e ensino na República Popular de Angola, a prioridade foi para a formação de professores e a criação de vários cursos de ensino no sentido de quantificar e qualificar o pessoal docente. Os cursos então criados foram de formação acelerada, superação e requa-

lificação de professores. 1978 foi o ano da implementação e criação dos institutos nacionais de ensino e em que foi aberto o Instituto Garcia Neto, em Luanda.

Durante os 21 anos analisados matricularam-se cerca de 40.913 alunos. A evolução dos efectivos discentes inscritos no Instituto Garcia Neto na década de 80 regista uma maior frequência de alunos que tinham o 3º e 4º ano do liceu no período colonial e alunos trabalhadores estudantes do Ministério da Educação, que necessitavam de dar continuidade aos estudos para obtenção de uma certificação do nível médio. Verificou-se que o ano com o número de matrículas mais elevadas foi o de 1989/1990, com 1589 alunos. A década de 90 foi marcada pelo êxodo da população estudantil, provocado pela instabilidade política e militar, e em 1994/95 verificou-se o maior número de matrículas, com 3000 alunos. Nos anos lectivos de 2000 a 2009, e apesar do facto de possuir novas estruturas físicas, o número de alunos continuou a regredir, muito embora em 2000 se tenha registado um pico de alunos matriculados (3944). No período analisado, a procura foi maior e a oferta menor devido ao facto de na província de Luanda funcionar apenas um único instituto de formação média de educação.

O Instituto Garcia Neto funcionou como um complexo estudantil, na ex-escola S. José de Cluny que era pertença da igreja católica. Tinha um internato, uma cantina escolar, e uma escola anexa até 1996. Em 1997 o Instituto Garcia Neto funcionou com salas de aulas em instalações de outras escolas por falta de uma estrutura física, já a então existente foi devolvida à Igreja Católica. Funcionou depois com a solidariedade de várias instituições escolares: Instituto Médio Industrial de Luanda, escola do 1º nível do ensino primário nº204 e em núcleos repartidos por quatro diferentes escolas do 2º e 3º níveis do ensino geral.

Durante o período de 1977 a 1999 o Instituto Garcia Neto funcionou com cerca de 51 turmas provisórias, as salas de aulas na sua maioria encontravam-se localizadas nas diversas escolas, (1º de Maio, Ngola kiluanje, Ngola kanine e Juventude em Luta).

O Ministério da Educação, nos primeiros anos após a independência, adoptou um corpo docente estrangeiro, que trabalhou nos diferentes níveis de ensino em Angola. Nesta plataforma o Instituto Garcia Neto beneficiou de professores de diversas nacionalidades (cubanos, búlgaros, portugueses, congolezes, alemãs, checoslovacos, britânicos, zairenses, etc.).

Todas as reflexões e resultados da pesquisa tiveram por intuito compreender como a formação de professores contribuiu para a análise e solução dos problemas educacionais existentes em Angola. Esperamos que este estudo contribua para um melhor conhecimento da formação de professores em Angola e possa vir a ser aprofundado em próximas investigações.

Orientador: Prof. Doutor Luís Antunes Grosso Correia.

Provas Públicas: 25 de Março de 2011.

**Autor: João Carlos Vilela da Cruz Moreira**

**Título: *Os Estudantes do Porto e a Resistência ao Estado Novo (1968-1974)***

**Palavras-chave:** Juventude, Anos 60, Movimento Estudantil, Extrema-Esquerda, Universidade do Porto.

**Resumo:**

Investigação sobre o movimento estudantil portuense na fase final do Estado Novo, o período marcelista, nela se tentam identificar as diversas tendências associativas desse movimento, a sua filiação ideológica, o seu preparo teórico-político, e as suas principais acções de sublevação e resistência. Integrando o movimento estudantil portuense no contexto de rebelião juvenil dos anos 60 e nas lutas estudantis que pontuam a história do Estado Novo, sobretudo a partir de 1956, e recorrendo quer a um vasto manancial de propaganda produzida pelas tendências associativas, quer às actas de sessões do Senado da Universidade e dos conselhos escolares de Letras e Medicina – únicas disponibilizadas ao

investigador em tempo útil –, concluiu-se pela relevância do movimento associativo, pela sua partição em três grandes tendências (pró-PCP, pró-PCP (m-l) e «esquerdista»), e identificaram-se várias acções de sublevação estudantil, salientando-se o *meeting* violento de Abril de 1973 contra o Festival de Coros Universitários e a agressão, em Novembro do mesmo ano, ao Director da Faculdade de Medicina da UP, como as que demonstram maior e mais aguerrida mobilização do estudantado.

Orientador: Prof. Doutor Luís Antunes Grosso Correia.  
Provas Públicas: 26 de Novembro de 2010.

Autor: **Maria Leonor da Rocha Neto**

Título: ***O Instituto Nun'Alvares: Análise Histórico-Sociológica (1932-1970)***

Palavras-chave: Jesuítas, Colégio, Expulsão, Alunos, Repreensão.

Resumo:

O trabalho aborda a temática da cultura organizacional de um Colégio jesuíta numa perspectiva histórica entre os anos lectivos de 1932 e 1970.

Apesar de focarmos o nosso estudo num período compreendido entre 1932 e 1970, fizemos uma incursão pela história do Instituto Nun'Alvres em épocas anteriores com a finalidade de enquadrar e clarificar a temática abordada. Entre os diversos contextos organizacionais que têm constituído alvo de análise no domínio das abordagens culturais, a escola como organização emerge, no panorama internacional, como um dos contextos mais estudados. Numa primeira instância, elegemos como principais pontos de discussão, a identificação dos antecedentes teóricos da cultura organizacional escolar e a demarcação do seu apogeu investigativo no quadro económico e sócio-político. Assim, analisamos e discutimos o lugar do Instituto Nun'Alvres no quadro das abordagens culturais, sendo abordado sobretudo a cultura organizacional de uma instituição privada.

As raízes do Instituto Nun' Alvres procuram-se no antigo colégio de Campolide em Lisboa que foi forçado a encerrar, ao ser implantada a República de 1910, no nosso país. Na Bélgica, ressurgiu o colégio em Jette-Saint- Pierre, situado no antigo palácio em Dielighem, nos arredores de Bruxelas e ao qual se deu o nome de Instituto Nun'Alvres. Este Colégio com 50 alunos portugueses em regime de internato foi inaugurado a 7 de Novembro de 1912.

Com a Primeira Guerra Mundial, o Colégio foi forçado a procurar outros horizontes e em 1914 instalou-se em Espanha, em terras da Galiza, mais propriamente em Los Placeres, na província de Pontevedra. Após quatro anos, o Colégio aproxima-se ainda mais do território português e instala-se em La Guardia.

Em 1932, com o Decreto de 23 de Janeiro, o governo espanhol atinge a Companhia de Jesus, obriga à dispersão dos Jesuítas e à dissolução das actividades académicas e, consequentemente, professores e alunos são obrigados a voltar a Portugal no dia 6 de Fevereiro. A escolha do Hotel Termal das Caldas da Saúde impunha-se como solução imediata. Assim, na tarde do dia 6 de Fevereiro de 1932, o Colégio instala-se na casa que funcionara até então como hotel, nas Caldas da Saúde, Areias, Santo Tirso.

A nível educacional, estamos perante um Colégio Jesuíta, com princípios educativos singulares e cuja finalidade é formar os alunos numa dimensão pessoal, social e religiosa, tendo como fontes inspiradoras o projecto educativo de Santo Inácio de Loiola, os *Exercícios Espirituais*, a parte IV das *Constituições*, a *Ratio Studiorum* e o *Modus Parisiensis*.

A abordagem desenvolvida no estudo do Instituto Nun'Alvres, assenta num processo de identificação, avaliação e análise de uma massa informativa extensa que se repartiu por fontes documentais (arquivísticas, impressas e iconográficas). O nosso método de investigação, primeiramente incidiu sobre as fontes de base documental, como os Anuários e a revista “ O nosso Colégio”, para assim se

iniciar um processo de construção das estruturas formais e conceptuais permitindo-nos a identidade sócio-cultural do Colégio.

“O Anuário do Instituto Nun’Alvres” editado desde 1930 nas Caldas da Saúde, possuía toda a organização escolar incluindo matrículas, quadros de honra, associações apostólicas, horários escolares, e fotografias do próprio colégio. A revista “O nosso Colégio”, (revista tri-anual do “Instituto Nun’Alvres”), tinha como objectivo registar os principais acontecimentos da vida escolar dos alunos. Em Novembro de 1936 sai o primeiro número da revista “O nosso colégio” subordinado ao tema da “Celebração dos 25 anos do Instituto Nun’Alvres”.

Resumidamente deixamos algumas conclusões alcançadas no presente trabalho:

1.O Instituto Nun’Alvres foi fundado em 1912 como sucessor do Colégio de Campolide em terras belgas, tendo sido foi seu primeiro reitor o Padre António Vaz Serra.

2.O Colégio, instalado em Caldas da Saúde, esteve sempre com sucessivas modificações arquitectónicas para ampliação das salas de aula, sinal da sua expansão demográfica até final da década de 1960.

3.Os professores que leccionaram até 1960, foram, na sua maioria, padres ou irmãos Jesuítas. A partir desta década começaram a leccionar alguns professores externos à medida que se abriam as portas a alunos externos.

4. O Instituto assumiu como patrono Nuno Alvares Pereira, guerreiro destacado pela sua bravura na Batalha de Aljubarrota travada a 14 de Agosto de 1385, querendo com esse gesto enaltecer os princípios da fé e patriotismo personificados por este herói nacional.

5.No Instituto Nun’Alvres, para além das aulas, também havia actividades circum-escolares como teatro, música, desporto e outras organizadas pela Juventude Escolar Católica ou pela Mocidade Portuguesa (tais como paradas, acampamentos e sessões de ginástica).

6. Todos os alunos eram vigiados, e deviam cumprir com os deveres religiosos, exercícios de piedade, amor à família e ao próximo. Os rituais de entrada e saída das salas de aula, áreas privativas, corredores, eram vigiados, os alunos só podiam ser visitados pelas famílias com autorização da Direcção do colégio, havia uma restrição à circulação dentro do edifício e também em relação ao tipo de brincadeiras feitas na área de recreio. Os processos disciplinares eram direccionados para os alunos que transgrediam certas regras, sanções disciplinares que poderiam ir desde a mera repreensão até chegar mesmo à exclusão do aluno, caso houvesse insubordinação escandalosa.

Orientador: Prof. Doutor Luís Antunes Grosso Correia.

Provas Públicas: 23 de Abril de 2010.

**Autor: Maria Idalina Azeredo Rodrigues**

**Título: *Ler História no Fundo Bibliográfico doado por Orlando Ribeiro ao Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.***

**Palavras-chave: Orlando Ribeiro, História das Bibliotecas Privadas, História da Educação Superior, Historiografia.**

**Resumo:**

Na elaboração do presente estudo, procuramos, numa primeira parte, organizar a informação segundo parâmetros que se articulam com o itinerário existencial de Orlando Ribeiro, o seu percurso académico e institucional, a sua produção científica. Na segunda, elaboramos um inventário minucioso do fundo bibliográfico por ele doado ao Instituto de Geografia da F.L.U.P.

Foi nosso propósito fazer o levantamento exaustivo e analisar de forma consistente o fundo bibliográfico legado pelo académico Orlando Ribeiro, tendo em conta a variedade temática que os livros encerravam. Face à nossa formação de base tentamos colocar em evidência as obras historiográficas, que integram este acervo bibliográfico, legado em vida ao Instituto de Geografia da FLUP, no ano de 1984.

Colocamos em relevo a figura de Orlando Ribeiro, de molde a conhecer melhor o homem, o percurso que o levou a passar por algumas universidades, já como investigador, já como docente, por onde foi deixando marca de relevo na vida social, política, académica, cultural, tornando-se um intelectual prestigiado no país e no estrangeiro.

Importante pareceu-nos a fixação em apêndice dos catálogos dos livros de História, revistas, disciplinas auxiliares da História, núcleo impresso e ainda os mapas mais significativos para uma melhor percepção dos diversos locais de proveniência das edições, que fazem parte da referida doação.

Procuramos construir uma metodologia de investigação assente na constituição de uma base de dados da qual constam as obras que Orlando Ribeiro legou ao Instituto de Geografia organizadas e classificadas segundo as respectivas temáticas, autores, títulos, lugares de edição e editores, data de publicação, apontando outros elementos imprescindíveis à boa identificação das espécies bibliográficas com as quais trabalhamos. Após este criterioso levantamento arrumado em base de dados tentaremos salientar os autores numericamente mais citados, saber da predominância da bibliografia em língua estrangeira, por nacionalidades.

A análise de conteúdo incidiu sobre documentos produzidos por Orlando Ribeiro tão variados como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, actas de reuniões e ainda relatórios de entrevistas.

Em termos metodológicos a nossa fonte principal obrigou-nos a olhar o acervo não somente no plano da reconstituição e quantificação temática mas, fazendo incursões no plano da avaliação do seu aproveitamento qualitativo, procurando daí tirar conclusões que permitiram conhecer mais profundamente os interesses e opções, enquanto investigador e professor, chegando à figura do intelectual Orlando Ribeiro. Debruçamo-nos de forma mais atenta sobre os livros de história, relacionando as temáticas abordadas, com a própria produção historiográfica de Orlando Ribeiro (artigos, livros e textos diversos). Todavia, para a reconstituição da produção científica de Orlando Ribeiro, foi necessário consultar a bibliografia disponível em bibliotecas universitárias, públicas, sobre distintas áreas da ciência, pela sua interdisciplinaridade e qualidade científica que o referido autor realizou ao longo da sua carreira. Foi por isso fundamental a consulta de toda a produção científica para podermos analisar sobre o nosso ponto de vista toda a historiografia de Orlando Ribeiro. Perseguindo tais objectivos, examinamos algumas fontes que fazem luz sobre a sua biografia, sobre o seu percurso científico, viajando com ele através da descrição de jornadas que ficaram no seu espólio e também através de estudos seus existentes noutras bibliotecas.

Pensamos ser este estudo um contributo válido para a comunidade académica pelas questões que se levantaram, onde a interdisciplinaridade toma grande relevo, procurando chamar a atenção para as muitas “portas” por ele abertas para a elaboração de novos estudos sobre Portugal, a História da Expansão e o Mundo.

Orientador: Prof. Doutor Luís Antunes Grosso Correia  
Provas Públicas: 3 de Março de 2010

**Autor: Rebeca Helena André**

**Título: *O Ensino de História em Angola: Balanço (1975 – 2009) e Prospectiva***

**Palavras-chave: Sistema Educativo Angolano, Organização Curricular, Programa Curricular e Ensino de História, Identidade Cultural.**

**Resumo:**

**Tema:** A dissertação reflecte a evolução histórica dos programas de ensino da História e procura compreender quais foram os factores que influenciaram a sua construção e que elementos dedicados à História de Angola foram representados em diferentes classes e ciclos de ensino.

A interpretação dos vários momentos da História de Angola começa a ser reflectida neste estudo, mas tornar-se-ia indispensável estender a análise ao período anterior à descolonização a fim de se ganhar eficácia e sustentar uma história da educação contínua. Os prazos académicos, porém, impediram isso.

Os programas curriculares de História são um instrumento didáctico de uso do professor. Integra no seu corpo teórico, entre outros, os objectivos gerais da disciplina de História, os conteúdos programáticos, esquema geral dos conteúdos, sugestões metodológicas, a avaliação, e a bibliografia. A partir deles, torna-se possível percebermos, à luz de teorias tradicionais, críticas e pós-críticas, as questões de saber, poder e identidade inerentes ao projecto curricular da disciplina de História.

Foram trabalhados os programas de História da 4<sup>a</sup> à 12<sup>a</sup> classe, no período de 1975 a 2009. Analisamos a documentação legal, produzida pelo Ministério da Educação, as políticas educativas traçadas nas duas reformas curriculares maiores desse período. Para dar maior firmeza às fontes de investigação, consultamos outros documentos e estudos do Ministério da Educação como, por exemplo: Educação Para Todos – O Desafio do Século XXI, Análise, Perspectivas e Estratégias para a Reformulação do Sistema de Educação de Base; os currículos do ensino primário e do ensino secundário e o plano de estudos do ensino de base e do ensino pré-universitário. Por outro lado, da parte do Ministério da Educação recebemos o manual sobre a metodologia do ensino da História (1985) e o plano mestre de formação de professores em Angola (2008). Mais adiante, tivemos que estender o nosso campo de recolha de documentos e analisámos o discurso do presidente Agostinho Neto no acto da proclamação da independência de Angola ao 11 de Novembro de 1975, na íntegra, seleccionando apenas as questões relacionadas com os desafios agendados para o sector da educação. Deslocámo-nos à sede do Movimento Popular de Libertação de Angola Partido do Trabalho (MPLA/PT), local de onde emanaram as principais orientações da política educativa e aí recolhemos orientações fundamentais para o desenvolvimento económico-social da República Popular de Angola saídas do I Congresso Extraordinário do MPLA/PT, as mensagens de José Eduardo dos Santos Presidente da República de Angola, entre outros.

Tivemos necessidade de consultar alguns documentos que intervieram na organização do subsistema do ensino superior, a fim de traçar um panorama geral do sistema educativo em Angola, focando todos os subsistemas de ensino. Para o efeito obtivemos outro documento como o “plano de implementação das linhas mestras para a melhoria da gestão do subsistema do ensino superior”, facto que muito contribuiu para compreender, no geral, as orientações da política educacional de Angola e das duas reformas educativas.

Ainda recolhemos alguns decretos, resoluções e leis os quais forneceram informações que permitiram seleccionar documentos diplomáticos relativos à educação e cultura. Foi indispensável visitar o Ministério das Relações Exteriores tendo sido consultados diversos documentos como protocolos, memorando, comunicação, planos, programas e acordos (de que não houve tempo para integrar na dissertação).

Os resultados da historiografia angolana ainda estão pouco presentes nos programas escolares de Angola, não se adequando às recomendações de apoio à leccionação dos temas constantes.

Ao recapitular os diversos momentos vividos neste trabalho, deparámo-nos com quatro períodos do ensino da História no sistema educativo angolano, caracterizados e agrupados em função de critérios de natureza organizativa e curricular e da relação aos diferentes contextos sociais:

1<sup>o</sup> Período: em 1975, a explosão escolar resultou em acções imediatas do Estado a partir do reconhecimento da situação social. A tendência de minorizar os conteúdos sobre Angola e África nos programas escolares representava uma permanência do quadro de ensino da história outrora (da colonização) exercido. São impulsionadas soluções imediatas, como o recrutamento de professores não qualificados e academicamente preparados, tendo-se ainda recorrido, através dos apoios diplomáticos e acordos de cooperação, a professores e técnicos cubanos. A República de Cuba foi o parceiro que, durante a Primeira República de Angola, colaborou e assegurou a educação e a gestão de ensino não universitário. Depois de aprovadas as normas para a instituição do novo sistema educativo, pós-independência, são acertados acordos com outros países, como a Bulgária, Brasil e Portugal. Este período termina em 1977 com I Congresso do MPLA/PT e a aprovação de novas políticas em educação.

2º Período: inicia-se em 1978, com a implementação do sistema educativo de base nacional. O ano de 1986 é considerado a etapa pelo Ministério da Educação (acomodado o sistema educativo, montado nos diferentes níveis de ensino e escolas do país) de estabilização do sistema educativo. Porém, o desmoronamento do Muro de Berlim (1989) veio atingir a política socialista mundial e, particularmente, a de Angola. No ramo da educação, foram efectuadas alterações nos programas curriculares de História, retirando-lhes as cargas ideológicas (teoria marxista). Dois anos depois (1991), foi reconhecida a necessidade de reformular o sistema educativo da primeira reforma, a partir do estudo da avaliação do processo educacional e dos resultados conferidos e apresentados com o apoio de consultores da UNICEF e técnicos do Ministério da Educação. Este período termina em 1991, com a identificação do fracasso do sistema em vigor.

3º Período: a partir de 1992, são registadas alterações nos programas curriculares de História nos anos lectivos de 1991/92, 1996 e 2001. Esta reorganização curricular, dos programas de ensino da História, destinava-se a aglomerar mais unidades temáticas, em favor de mais temáticas de ensino da História de Angola e de África. Este período termina em 2003, com o fim do exercício da primeira reforma educativa (1978).

4º Período: começa em 2004 com a implementação da reforma educativa aprovada em 2001. São activados e executados programas de formação de professores, de reforma da organização curricular e dos programas de ensino, de elaboração de manuais escolares, entre outros. Este período está em curso prevendo-se o seu final em 2012, com a generalização da reforma educativa a todas as classes do subsistema não universitário.

Orientador: Prof. Doutor Luís António Grosso Correia

Provas Públicas: 2 de Novembro de 2010

## Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento

Autor: Dirceu Marchini Neto

Título: *A Ordem do Hospital no Noroeste da Península Ibérica: Doações e Privilégios (Séculos XII – XV)*

Palavras-chave: Ordem do Hospital, Ordens Militares, Privilégios, Doações, Península Ibérica.

Resumo:

A Ordem do Hospital foi fundada na transição do século XI para o XII, como um fenómeno ligado ao movimento de Cruzada. As ordens militares eram instituições religiosas da Igreja cristã latina e as suas funções primordiais eram a defesa e a expansão da Cristandade ocidental frente ao Islão e aos demais povos infieis, pagãos ou heréticos. Além destes objetivos, a Ordem de São João de Jerusalém ou do Hospital cumpriu um programa assistencial, que lhe conferiu uma forte originalidade. Logo após serem fundadas, algumas ordens militares – onde se inclui a Ordem dos Hospitalários – adquiriram forte poder social, político e económico.

A Ordem de São João de Jerusalém, ou do Hospital, como também era conhecida, nasceu em Jerusalém como uma ordem religiosa hospitalária, que estava dedicada ao cuidado dos pobres, enfermos e peregrinos. No ano 1113, obteve a aprovação do Papa, passando a ser dependente diretamente do Sumo Pontífice, e ainda no século XII transformou-se numa ordem militar devido às urgentes necessi-

dades defensivas das terras cristãs do Oriente Latino. Entretanto, apesar da sua militarização, a Ordem nunca perdeu a sua primordial característica assistencial. Esta instituição religiosa converteu-se num dos grandes poderes atuantes nos reinos e principados do Mediterrâneo oriental, contribuindo ativamente para a defesa frente aos muçulmanos. Em poucos anos, os Hospitalários expandiram-se por todo o Ocidente europeu, passando a ser uma ordem militar supranacional. O seu oficial hierarquicamente superior era o grão-mestre, que era eleito para um mandato vitalício. O poder deste grão-mestre era equilibrado pela existência de um órgão colegial, chamado Capítulo Geral, que se reunia com frequência. Os membros masculinos da Ordem dividiam-se em cavaleiros, capelães e sargentos/serventes de armas. Também havia membros femininos na instituição, que viviam em conventos próprios.

Na Península Ibérica, as ordens militares também tiveram uma significativa presença durante a Idade Média. O processo de reconquista territorial movido pelos reinos ibéricos favoreceu muito o desenvolvimento das ordens militares nessa região.

As possessões hospitalárias na Europa tinham como objetivo prioritário proporcionar recursos materiais e humanos necessários para o sustento do convento central da Ordem no Mediterrâneo oriental, que era o seu centro administrativo e principal local de operações. Esse património da Ordem do Hospital formou-se sobretudo a partir de doações e agrupava-se em Línguas, Priorados, Comendas e Bailias, de acordo com distintos níveis hierárquicos de gestão.

São as doações e privilégios régios e pontifícios que formam o tema central desta dissertação de mestrado. Quando nos propusemos estudar a Ordem do Hospital, percebemos que seria interessante (e de certo modo importante) fazermos uma pesquisa acerca dos privilégios dos ramos galego e português da Ordem para, desta forma, podermos analisar as semelhanças e diferenças entre os Hospitalários de Portugal e os da Galiza. Assim, uma primeira parte desta dissertação representa um esforço de síntese sobre a Ordem, a partir de trabalhos já conhecidos. Por sua vez, a segunda parte é mais inovadora, pelo potencial de comparação com a Galiza. Este aspecto torna-se muito importante, dada a articulação que estes dois territórios tinham em tempos medievais.

No primeiro capítulo desta dissertação, explicamos como se originou e desenvolveu a ideia e o movimento de Cruzada, analisamos o surgimento da Ordem do Hospital na Terra Santa, as suas funções e, por fim, explanamos algumas considerações sobre a instalação da Ordem na Península Ibérica.

O segundo capítulo contém um estudo pormenorizado da formação do património hospitalário na região da Galiza situada no noroeste peninsular. Começamos o capítulo explicando que em terras galegas as comendas da Ordem se formaram ao longo dos caminhos de Santiago. Discorremos sobre cada caminho e sobre cada comenda, citamos as principais doações particulares, régias e pontifícias e enfatizamos a questão do recebimento dos bens das ordens do Templo e do Santo Sepulcro.

No capítulo III, analisamos a instalação e o desenvolvimento da Ordem de São João de Jerusalém em Portugal. Citamos e explicamos os principais privilégios régios e pontifícios, mesclando fontes bibliográficas com fontes documentais. Contudo, não fizemos um estudo minucioso acerca das comendas e dos bens hospitalários em Portugal, tendo em vista que o território português era consideravelmente mais extenso que o galego.

No último capítulo, comparamos os dois ramos da Ordem do Hospital estudados, o da Galiza e o de Portugal, e apresentamos algumas semelhanças e diferenças entre cada um. Nesta parte analisamos, por exemplo, as questões da data da implantação da Ordem em cada território, da sua militarização, da semelhança entre as doações e privilégios recebidos de monarcas e de papas e, mais uma vez, refletimos sobre o recebimento dos bens templários.

Acerca das fontes documentais impressas e publicadas, analisamos principalmente as obras: “Las Encomendas Gallegas de La Orden Militar de San Juan de Jerusalén: Época Medieval”, de Isidro García Tato, e o “Libro de Privilegios de La Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León (siglos XII-XV)”, de Carlos de Ayala Martínez, as quais são obras que possuem documentação medieval (relacionada aos Hospitalários ibéricos) devidamente transcrita.

Como anexos, apresentamos a transcrição paleográfica de excertos de dois documentos relacionados com a Ordem do Hospital em Portugal: o “Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de

Leça” (conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo), pertencente à Coleção Costa Basto e catalogado com o número 4, e a “Regra da Ordem de São João de Jerusalém” (guardada na Biblioteca da Ajuda), catalogada com o código 49-II-32. Entendemos conveniente fazer a transcrição paleográfica de dezoito fólios do Livro de Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça e dos fólios 245 a 258 da Regra da Ordem de São João de Jerusalém (cópia redigida no século XVIII). Os fólios transcritos desses documentos referem-se à documentação régia e pontifícia que beneficia o ramo português da Ordem do Hospital.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa  
Provas Públicas: 22 de Junho de 2010

**Autor: Duarte Gil Oliveira Nunes**

**Título: *A comenda de Noudar da Ordem de Avis no final da Idade Média***

**Palavras-chave: Comenda, Noudar, Idade Média, Avis.**

Resumo:

A dissertação de mestrado que apresentamos tem como título: A comenda de Noudar da Ordem de Avis no final da Idade Média.

Este trabalho está dividido em três partes, a saber: a Ordem de Avis enquanto instituição de contextualização, pois Noudar constituía uma comenda desta organização, a localização estratégica deste núcleo comendatário e a sua importância militar e, por fim, a sua dinâmica económica. Os dois últimos aspectos resultam sobretudo da localização fronteiriça das terras que constituíam a comenda de Noudar.

Do ponto de vista documental, o objectivo consistiu em reunir a documentação sobre esta comenda registada na Chancelaria de D. Afonso V e proceder à sua leitura e transcrição paleográfica, tendo em vista a sua publicação em anexo.

A perspectiva régia sobre a comenda de Noudar é especialmente sugestiva se tivermos em consideração o valor geo-estratégico da comenda, bem como o estatuto da própria Ordem de Avis no século XV, a par da relação que mantinha com a monarquia. Com efeito, desde 1434, esta Ordem Religioso-Militar estava entregue à administração da família real, tendo sido o infante D. Fernando o seu primeiro governador. Saliente-se que a condição fronteiriça do território da comenda de Noudar aumenta o interesse desta leitura na perspectiva da monarquia, pois ali funcionava um couro de homiziados, o que teve relevância para o percurso militar e económico da própria comenda.

O quadro teórico-metodológico subjacente a este trabalho académico proporcionou a consolidação do conhecimento sobre a matéria estudada. Neste sentido, permitiu perceber melhor a importância do papel das Ordens Militares na fronteira com Castela e a articulação entre estas instituições e os objectivos da monarquia para um espaço deste perfil. Por fim, outro aspecto importante consistiu na abordagem de uma comenda enquanto expressão de poder e não apenas enquanto núcleo proporcionador de um determinado rendimento económico.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa  
Provas Públicas: 23 de Novembro de 2010

## Curso de Mestrado em História e Património

Autor: **Carla Sofia Batista Caldas**

Título: *O rio Douro e a cidade do Porto no século XIX: vinte e duas gravuras da colecção do Engenheiro Monteiro de Andrade (Projecto de Estágio)*

Palavras-chave: Gravura, Porto, século XIX.

Resumo:

No âmbito do Mestrado em História e Património – Mediação Patrimonial desenvolveu-se um projecto de investigação cujo ponto central era o de estudo de uma colecção de gravuras de uma colecção particular propriedade do Engenheiro Monteiro de Andrade que retratava diversos aspectos da realidade da cidade do Porto no século XIX.

O estágio decorreu no Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) no Sector de Arquivos e Colecções 1, dado que o Arquivo recebera por tempo limitado, a colecção particular indicada, com o intuito de ser limpa e restaurada. Sob a orientação da Dr<sup>a</sup> Rute Reimão, o estágio consistiu na descrição e análise do conteúdo das gravuras, procurando descobrir as linhas orientadoras do espólio.

Assim sendo, o relatório de estágio debruçou-se mais especificamente sobre um produto final inédito, tendo, ainda, como objectivo, sublinhar os contributos curriculares e a sua articulação com os objectos que seriam alvo de mediação patrimonial – as gravuras

A investigação realizada teve, com efeito, como objectivo principal a preparação da exposição temporária (“O Rio e a Cidade no século XIX”, que depois evoluiu para “O Porto Oitocentista nas Gravuras da Colecção Monteiro de Andrade”) sendo certo que o estágio teve, como fio condutor, o enquadramento histórico da cidade do Porto, na transição dos séculos XVIII para XIX.

Metodologicamente, procurou-se cruzar a informação bibliográfica que contextualiza e justifica as opções estruturadoras da exposição proposta, com o trabalho técnico e de aplicação de conhecimentos adquiridos num trabalho prático, laboratorial e de contacto com as múltiplas valências da Instituição/Arquivo. O trabalho conceptual (pesquisa e estruturação da exibição) presidiu o trabalho de campo e este respondeu aos próprios elementos identificados e organizados em função da concepção.

Um primeiro capítulo debruçou-se sobre a instituição de estágio propriamente dita, onde se expôs a sua estrutura orgânico-funcional, com especial destaque para o sector de Arquivos e Colecções, local onde se fez todo o projecto e investigação para a concretização da exposição, passando-se depois para a apresentação do plano de estágio e eventuais desvios por ele sofridos, ao longo dos meses em que se trabalhou na instituição.

O capítulo seguinte debruçou-se sobre a gravura em geral. Apresenta-se a definição de gravura original, distinguindo-a de outro tipo de gravuras e de outras formas de expressão artística. Segue-se a apresentação de uma breve história da gravura, dos seus mais significativos representantes que contribuíram para a sua evolução, quer através da invenção de novas técnicas, quer aperfeiçoando as já existentes. Neste ponto, deu-se uma atenção especial à gravura do século XIX, já que a colecção integra, maioritariamente, gravuras desse século.

Segue-se a apresentação do trabalho realizado na instituição de estágio, a documentação consultada e as razões para essa consulta, as respostas obtidas, as dúvidas entretanto surgidas e os métodos utilizados para a sua resolução.

O ponto seguinte trata do ponto fulcral deste projecto: a colecção do Sr. Engenheiro Monteiro de Andrade (doravante designada por Monteiro de Andrade). Abordada a constituição da colecção e a sua origem, segue-se uma análise do corpo das gravuras, a descrição das gravuras seleccionadas para a exposição e os respectivos critérios de selecção, sendo certo que estes se justificam tendo em conta a estruturação da exposição na abordagem do Porto Oitocentista, em particular de uma focagem especial sobre traços da sua identidade: o rio e as suas margens.

Segue-se o ponto dedicado à preparação e montagem da exposição propriamente dita. Nele tem-se em conta os diferentes públicos que frequentam a Casa do Infante, escolhendo ao mesmo tempo um público-alvo, sem esquecer outros potenciais visitantes. A elaboração, criteriosa, dos textos e das legendas para a exposição, será outro ponto a abordar neste relatório.

Um dos produtos mais relevantes do trabalho desenvolvido, foi o contributo da investigação para a montagem de uma exposição patente no AHMP de 16 de Outubro a 31 de Dezembro de 2009 – “O Porto Oitocentista nas Gravuras da Coleção Monteiro de Andrade”

O trabalho realizado entre Outubro de 2008 e Maio de 2009 permitiu um aprofundamento da realidade do Porto Oitocentista ao mesmo tempo que incentivou a aquisição de conhecimentos sobre a gravura, elemento chave, tecnicamente incontornável para compreender as técnicas adoptadas à época. Apesar de não ter sido possível efectuar um estudo profundo sobre esta técnica, o que se descobriu e aprendeu contribuiu de forma decisiva para uma melhor inteligibilidade da gravura enquanto obra artística, as suas condicionantes, técnicas e humanas, uma vez que a sua produção foi fortemente influenciada pela realidade particular de cada país, tendo, assim condicionado o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

A fase do projecto desenvolvido no AHMP/Casa do Infante, correspondente ao trabalho com as gravuras da colecção de Monteiro de Andrade, não pôde ignorar a conceptualização de ideias chave em torno do Porto Oitocentista, e provocou, em simultâneo, a definição de temas possíveis de abordar a partir de cada gravura: o rio e o Porto Oitocentista.

Seguiu-se a selecção das peças, tendo em conta os critérios já referidos neste relatório, e a realização de textos para a exposição e para o catálogo, tendo em conta os diferentes públicos que frequentam o AHMP/Casa do Infante. Se é certo que procuramos aprofundar quadros contextualizadores, pareceu-nos ser uma medida válida para futuros catálogos que servissem um público com conhecimentos mais elaborados e cientificamente exigente. A partir deste processo pareceu-nos que qualquer fase de tratamento de informação que se aproximasse de públicos mais jovens ou infantis seria passível de concretização. Neste caso, uma ficha de visita que apele à inventariação de sinais de transporte (no rio e fora dele), de pessoas e vestuários (crianças) ou de pontos de observação, como a posição do olhar do produtor ou a localização dos lugares na planta redonda (jovens) serão desafios de fácil execução.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva.

Provas Públicas: 23 de Novembro de 2009

**Autor: José Delfim de Azevedo Gomes de Oliveira**

**Título: *Muros de Granito em GOUVEIA (Rota dos Penedos Mouros)***

**Palavras-chave: História, Património, Arquitectura tradicional, Rota, Muros de granito.**

Resumo:

No âmbito do Curso de Mestrado de História e Património da FLUP, propusemo-nos estudar “Os Muros de Granito em Gouveia (Rota dos Penedos Mouros)”. Uma abordagem que decorre de um percurso profissional e científico, porque se impõe um estudo contextualizado dos materiais que, aparentemente marcadores de limites territoriais, merecerão alguma inteligibilidade.

Uma narrativa histórica classifica Gouveia como uma terra com passado, antiga, e, como tal, dá-lhe legitimidade para lhe conferir identidade própria. Há que reavaliar essas memórias, creditar a sua dimensão espaço – temporal. Que a população que habitou o território aproveitou esse mesmo território e o potencializou em benefício próprio e comum, deixando marcas e interferindo na paisagem, é um percurso a avaliar neste estudo. Que a forma como se relacionou com o território durante o século XX tem a ver com contextos locais, regionais, nacionais e globais merece um estudo fundamentado em que procuramos contribuir.

Os muros serpenteiam na paisagem e interrogam-nos. Que significados, que funcionalidades, ontem ou ainda hoje? Os vestígios, porque alguns traços foram cortados, indicam perdas de memória. Todavia, é sobre estas mesmas perdas que recuperamos memórias.

Procuramos verificar se no concelho de Gouveia, e talvez noutras regiões do país, se faz um esforço de salvaguarda dos muros de granito, tantas vezes vilipendiados. Defende-se, ao reconstituir-se a sua funcionalidade, que englobados numa estrutura patrimonial ampla podem ser protegidos e revalorizados, a bem das populações locais e do todo nacional. Daí resultar a nossa vontade para a sua classificação. Sugerimos integrar os muros na Rota da Lã, Projecto Translana, dirigido pelo Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior

Entre as diferentes perspectivas de abordagem do património, aquela que resulta de mais estruturante e com maior potencial parece-nos ser a do património associado, na qual poderemos inserir os muros de granito, visto serem um património móvel e imóvel. Móvel porque os executantes desses muros passaram as suas memórias às gerações procedentes e imóvel pelo material utilizado e pela técnica aplicada donde resultou uma arquitectura própria.

Assim, consideramos que os muros de granito em Gouveia, como património vernacular, poderão constituir parte integrante a merecer uma atenção mais cuidada da rede municipal de percursos pedestres de Gouveia onde já se inserem: A Rota dos Galhardos, a Rota dos Caminhos da Fé e a Rota dos Penedos Mouros. Os percursos pedestres aparecem-nos caracterizados “como traçados pela própria natureza, levando-nos ao encontro de um património natural, cultural e histórico extremamente rico”.

Através do mapa do percurso poderemos verificar que o conceito de património associado é de grande relevância. Gouveia possui já estruturas culturais como museus, bibliotecas, associações culturais e recreativas em número suficiente que podem e devem estar interligadas em benefício das suas gentes, da região e do todo nacional.

Neste percurso, de reconstrução contextual, entre o arqueológico e o histórico, exige-se uma lógica de reconstrução histórico – antropológica do espaço, porque investigar significa “conferir valor”.

Assim, falta fazer o inventário desses muros, dos materiais, das técnicas, das argamassas de assentamento e revestimento, como dos principais sistemas de construção no que respeita ao património imóvel, e da linguagem dos pedreiros no que diz respeito ao património móvel.

A pesquisa bibliográfica, documental (alguns manuscritos e impressos) e o registo fotográfico fundamentam a informação contextual. A informação encontrou-se no Arquivo Histórico de Gouveia.

O trabalho de campo, percorrendo e avaliando os circuitos, exigiu a aplicação de fichas técnicas referentes aos muros, paredes murárias e construções de índole religiosas.

Finalmente, as entrevistas junto dos agentes institucionais (autarquias, museu, associações) e profissionais (essencialmente pedreiros) vieram consolidar, quer as pesquisas documentais, quer o trabalho de campo.

Metodologicamente, o universo terminológico sobre os muros aponta para um percurso de investigação possibilitando possíveis critérios de classificação e intervenção no seu restauro.

Os resultados do trabalho assentam em três núcleos. No primeiro, após uma apresentação geográfica da área, procura-se justificar a razão de ser das estruturas da organização do espaço, ou seja, perceber em que medida o quadro geo – morfológico e biológico fundamentam os usos do solo e a sua economia. Num segundo momento procura-se entender o quadro normativo e técnico da construção dos muros/paredes murárias e o uso de uma linguagem própria por parte dos executantes dessas obras, provenientes de duas famílias de Vinhó e Moimenta da Serra, como seja a família Borges e a família Figueiredo, com quem desenvolvemos entrevistas. Por fim, a análise da aplicação destas técnicas num caso concreto, o estudo ao longo de 18 km na Rota dos Penedos Mouros, quer na esfera privada ou colectiva, quer de índole religiosa ou profana. Foi realizado um inventário exaustivo dos muros e outras construções em granito e o respectivo enquadramento paisagístico. A Rota dos Penedos Mouros contém cerca de 4km de muros/paredes murárias.

Divulgação dos resultados: Da apresentação pública, efectuada em Março de 2010, na Biblioteca Vergílio Ferreira, em Gouveia, com a presença da responsável pelo pelouro da Cultura da Câmara

Municipal de Gouveia, Presidentes de Junta, Professores da Escola Secundária, Alunos e público em geral, resultou, por parte do elemento da autarquia, sensibilidade e disponibilidade para a abordagem da classificação dos Muros de Granito.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Doutora Nicole Devy Vareta

Provas Públicas: 11 de Dezembro de 2009

**Autor: Rute Maria Pereira Amaral**

**Título: *Reordenamento do território e elites – O concelho de Cinfães no século XIX (1836-1858)***

**Palavras-chave:** Liberalismo, reordenamento do território, administração, elite municipal, poder local.

**Resumo:**

Com o estudo apresentado, pretendemos traçar as mutações administrativas ocorridas no actual concelho de Cinfães, no período que decorreu entre 1836-1858.

O período cronológico a abordar, de 1836 até 1858, relaciona-se com a legislação produzida que pretendia conduzir a alterações consequentes enérgicas e eficazes no reordenamento do território. O ano de 1836, como data de início do estudo, justifica-se devido à primeira alteração efectiva no espaço administrativo em estudo, com a publicação do decreto de 6 de Novembro de 1836.

O ano de 1858, terminus deste estudo, justifica-se por possibilitar analisar as prováveis mutações ocorridas pelo decreto de 24 de Outubro de 1855, que levou a cabo o grande objectivo, que vinha a ser desenhado desde a década de 30, de diminuição do número de concelhos e extinção dos mais pequenos. Afinal, os concelhos de pequena dimensão e reduzido número de fogos eram incapazes de cumprir e fazer cumprir o código administrativo de 1842, por não terem meios físicos, humanos nem financeiros suficientes. A escolha terminus do nosso estudo, será, assim o ano de 1858, por pretendermos avaliar as consequências daquela medida, ao longo de 3 anos após a redefinição do espaço em estudo.

A escolha do concelho de Cinfães, com os limites administrativos actuais (hoje com 238,76 metros quadrados, situado numa posição do interior, distrito de Viseu), prende-se com o conhecimento da existência de mutações sucessivas prévias nas circunscrições administrativas que se aproximam das do actual concelho de Cinfães. O que se sabe, é que, neste espaço existiam cinco concelhos, no ano de 1834: Ferreiros de Tendais, Tendais, Cinfães, S. Cristóvão de Nogueira e Sanfins. Durante os anos de 1836 e 1855 quatro desses concelhos foram extintos de forma integral, sendo estes anexados ao concelho de Cinfães, doravante a “cabeça de concelho”.

Nesta averiguação, partia-se da possibilidade de terem existido reacções locais, decorrentes do processo legislativo, que conduziu a uma nova divisão nacional concelhia, assim como fricções no cumprimento da legislação relativa ao processo eleitoral, funções e atribuições da elite governativa. Assim, procurou-se averiguar as possíveis mutações sociais, económicas e políticas decorrentes das competências do concelho criado, investigar as reacções locais a essas mutações, os discursos locais, e compreender os factores que contribuíram para a aceitação, ou não, do decretado, testar a influência das elites locais face ao poder central (afrontamentos ou aceitação das alterações), analisar, enfim, as consequências das mutações administrativas na constituição da elite local. Em última análise, considerámos ser pertinente avaliar a eficácia da tentativa de uniformização das leis nacionais que pretendiam terminar com os particularismos na governação dos municípios, isto é, a imposição de uma nova ordem institucional, que trouxesse uma maior racionalidade e eficácia, para servir um Estado Constitucional, que se queria uno e coeso.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes. Na primeira parte foi efectuada a contextualização histórica e territorial, avaliando os processos legislativos, e deliberações centrais referentes à administração local. Na segunda parte, num primeiro momento, a reconstituição do processo de reordenamento

do território (sucessivas anexações e configurações) através do arrumar de lugares e freguesias, visíveis em cartografia; num segundo momento as competências e a identificação das elites administrativas, sendo efectuada a reconstrução do quadro orgânico da administração local e apresentada a elite local e as suas mutações (substituição de figuras) decorrentes das alterações administrativas.

No início deste projecto estabelecemos determinados objectivos que poderiam ser atingidos através de fontes que considerávamos necessárias para o seu desenvolvimento. Contudo, o percurso delineado foi um pouco conturbado devido à não localização de algumas informações que poderiam ser determinantes e, à partida, consideradas essenciais para o desenvolvimento e resposta às problemáticas enunciadas. Sem nos alongarmos sobre este ponto, parece-nos ser legítimo considerar que as sucessivas oscilações dos limites dos concelhos, o passado deste território, terá tido algumas consequências no desaparecimento de documentação, a que não será alheia a desorientação na organização do arquivo distrital de Viseu, ou o da diocese, e mesmo a forma caótica dos processos no arquivo parlamentar.

Para o estudo foram assim utilizadas fontes impressas como o Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1836 de Passos Manuel, Código Administrativo de 1842 de Costa Cabral, Actas das Câmaras dos Senhores Deputados de 1822-1855, Actas das Cortes Geraes Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa de 1837-1838, Decretos n.º 22, 23 e 24 de 1832 de Mouzinho da Silveira, Decreto de 1833, Decreto de 6 de Novembro de 1836, Diário do Governo, Diário do Governo, Cortes Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa, anno de 1837, 6 de Maio, Decreto de 24 de Outubro de 1855, Collecção Official de Legislação Portuguesa (1855) Imprensa Nacional, Lisboa 1856, Memórias Paroquiais in TT-online: Alhões, Bustelo, Escamarão, Espadanedo, Ramires, Fornelos, Gralheira, Moimenta, Nespereira, Nespereira St Marinha, S. Cristóvão de Nogueira, Ermida, Oliveira, Piães, Cinfães, Souselo, Tarouquela, Tendais, Travanca. Relativamente a fontes manuscritas, estas foram pesquisadas no Arquivo Morto da Câmara Municipal de Cinfães, Arquivo Distrital de Viseu e Arquivo Histórico Parlamentar de Portugal. Pesquisamos em documentos de origem eleitoral, processos eleitorais, actas e cadernos eleitorais, em representações de câmaras ao Governo Civil e à Câmara dos Senhores Deputados, Comissões e Petições, correspondência das câmaras municipais também à Câmara dos Senhores Deputados e actas de vereação do concelho de Cinfães e concelhos extintos anexados pelo mesmo.

As fontes mencionadas tiveram, necessariamente, consoante os seus conteúdos e os nossos objectivos, de obedecer a um tratamento que permitisse a síntese informativa, a sua análise e subsequente produção de informação.

Seguimos em todo o processo a seguinte ordem metodológica, primeiramente identificação da legislação nacional e decretos referentes ao espaço em estudo, que passamos através das fontes já referidas a averiguar como essa legislação era aplicada nesse espaço concreto, através de tabelas de cruzamento e comparação de dados. De seguida através dos dados recolhidos conseguir perceber as mutações por ela implicada e as reacções a essas mutações.

Os resultados desta investigação verificámos duas grandes mudanças na configuração no espaço, fruto das petições dos habitantes dos concelhos e freguesias anexados. Ao traçarmos estas mutações apercebemo-nos dos critérios que pesaram mais nessas decisões de arredondamentos ou absorções territoriais e os resultados são visíveis em cartografia apropriada, baseada em toponímia geo-refrenciadas..

No que concerne à reestruturação dos limites do concelho de Cinfães este foi de encontro à racionalização na administração do território levada a cabo pela administração central, decorrendo no espaço em estudo entre o decreto de 6 de Novembro de 1836 e 24 de Outubro de 1855. Verificou-se neste espaço, onde existiam 5 concelhos, numa primeira etapa a extinção de 2, Tendais e S. Cristóvão de Nogueira, em 1836, e numa segunda etapa, em 1855, a extinção de mais 2, Sanfins e Ferreiros de Tendais. Nos dois casos verificou-se como critério para o concelho que prevaleceu como “cabeça de concelho” a centralidade. Também observamos que a hidrografia teria funcionado como condicionante, pois com a anexação dos concelhos por Cinfães e não de outros, os rios Douro, Cabrum, Ardena e Paiva, tornaram-se ontem, como hoje, os limites desse concelho com os concelhos vizinhos, tendência de alguma forma natural que já se havia observado aquando da anexação dos concelhos de Tendais e S. Cristóvão em 1836. Neste processo, de avanços e recuos parece ter havido alguma aceitação, pouquís-

sima resistência, como se não adviesse qualquer consequência a nível de receitas ou encargos, porque as sessões camarárias, poucas, atêm-se, na maior parte dos casos, a quase se limitarem a questões eleitorais.

Contudo, as mutações não implicaram unicamente novas configurações administrativas. Por isso consideramos pertinente auscultar as consequências dessas mudanças, quer no funcionamento do quadro administrativo, tendo por base o Código Administrativo de 1842 e a sua aplicação no espaço, quer nas elites municipais e as sucessivas anexações, identificando e caracterizando esses indivíduos e analisando as alterações impostas pela legislação e pela nova configuração administrativa. Neste aspecto chegámos a algumas conclusões, que sucintamente se refere:

- relativamente ao quadro orgânico foi observável, aquando da anexação dos concelhos em 1855, um aumento considerável da periodicidade da realização das reuniões de vereação, sem ultrapassar a média de 2 reuniões por mês, ocorrendo meses em que não se realizou qualquer reunião, o que, comparando com outros espaços, parece mostrar sinais de alguma letargia municipal, como se nada mais interessasse, pelo menos nestes anos (excepção para a peste);

- relativamente à evolução e recrutamento da elite municipal, assistiu-se a permanência dos mesmos indivíduos desde 1845 a 1855, alternando-se entre as funções de presidente, vereador fiscal e vereador, notando-se uma presença constante dos mesmos nomes, como membros do conselho municipal para o mesmo período, nos cinco concelhos em estudo. Uma permanência que poderá apontar no sentido de uma elite municipal bem restrita e sem alternativa.

Aquando da primeira etapa de mutação no espaço administrativo do concelho de Cinfães, em 1836-1837, assistiu-se à prevalência de indivíduos do concelho Cinfães, verificando a prevalência do concelho que permaneceu, afinal, como “cabeça de concelho”, no entanto o concelho de S. Cristóvão demonstra números muitos próximos no que concerne à origem por mandato. Algo contrário verificou-se na segunda etapa pois, o maior número de indivíduos eleitos pertencia ao concelho extinto de Sanfins e não ao concelho que permaneceu como “cabeça de concelho”.

Na sua globalidade, ficou bem claro que a legislação de 1842, devido aos critérios impostos, fez diminuir a representatividade local, afinando a base dos elegíveis. Verifica-se que, antes de 1842, uma percentagem aproximada de 25% da população masculina total podia votar, enquanto que, a partir de 1842, essa percentagem é reduzida para 12%. Comprova-se assim neste espaço a clara intenção da legislação em reduzir, restringir, reduzir a base censitária, pelo menos no referente aos elegíveis.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva.

Provas Públicas: 12 de Novembro de 2010

**Autor: Telma Marília Assunção Correia**

**Título: *A família Azevedo Aguiar Brandão e a Indústria do Papel (séculos XIX e XX)* (Projecto de Estágio)**

**Palavras-chave:** Arquivo, arquivo de família, indústria, papel.

**Resumo:**

Numa tentativa de reunir as fontes existentes sobre as fábricas de papel, centramo-nos no arquivo ainda existente da família Azevedo Aguiar Brandão, directamente ligada a essa actividade industrial, em ordem à criação de um núcleo de um Centro de Documentação virtual, que tivesse como finalidade responder às necessidades de pesquisa do investigador. A sua divulgação e consulta constituíam objectivos últimos da reconstituição desse espólio documental.

Tendo este projecto uma preocupação de preservação patrimonial, mas também de divulgação cultural, não podíamos deixar de prestar particular atenção à envolvência social da indústria do papel no âmbito cronológico definido.

Preocupados com a preservação e reactivação dessa memória social, uma outra etapa estava por cumprir, sendo um dos principais objectivos a atingir o da divulgação deste projecto, indo ao encontro das necessidades do utilizador e da vocação da instituição que o acolheu – O Museu do Papel, em Paços de Brandão.

Após uma abordagem teórica centrada nos conceitos e metodologias aplicáveis ao trabalho de arquivo em geral e dos arquivos de família em particular, procurou-se aplicar empiricamente os conhecimentos adquiridos no âmbito dos patrimónios documentais. Lembramos que nos propúnhamos criar um núcleo de centro de documentação virtual, estudando, organizando e classificando o acervo documental da família Aguiar Brandão, inicialmente, e posteriormente descrever essa documentação, seguindo as normas internacionais (ISAD-G), no intuito de responder às necessidades do investigador, interessado nesta temática em particular, ou na indústria do papel, num contexto mais abrangente.

Procedemos à digitalização da documentação, que carecia de um tratamento minucioso e cuidadoso, para que pudéssemos fazer chegar ao potencial utilizador a documentação nas melhores condições, atendendo aos procedimentos básicos de preservação/conservação preventiva de documentos, como a limpeza da documentação e o seu manuseamento, com o intuito de proteger e salvaguardar o estado de cada documento.

Seguiu-se a fotografia das marcas de água que constam na documentação, uma vez que é um elemento caracterizador e identificativo do papel, usando os meios técnicos apropriados, não degradando o documento original.

Cumpridas estas tarefas, dedicámo-nos ao estudo do contexto de produção da documentação, onde fizemos um estudo da Família tutelar do fundo documental, e da estrutura orgânico-funcional que sustentava a produção da documentação, a fim de interpretar o conteúdo intrínseco do documento. Assim, criamos, intelectualmente, as respectivas séries e suas divisões, numa tentativa de organizar de forma funcional e orgânica esse acervo documental.

Dedicámos um capítulo do projecto à história da família, como forma de contextualizar a produção da informação em análise. Considerámos necessário dar especial ênfase à sua história, uma vez que há uma relação muito estreita entre a Família Azevedo Aguiar Brandão e o desenvolvimento da indústria do papel na região do concelho de Santa Maria da Feira.

Este acervo documental não possuía qualquer estrutura ou lógica de organização tipológica ou classificativa, uma vez que encontrámos várias tipologias documentais misturadas. Houve a necessidade de criar uma estrutura lógica de organização própria do arquivo, seguindo critérios de organização e classificação arquivística.

Passamos à etapa seguinte: identificação global das tipologias documentais. A documentação integrava diferentes tipologias documentais, referentes a diversas temáticas. Seguidamente, elaboramos uma lista com as tipologias documentais do fundo deste arquivo de família. De seguida, procedemos à selecção da documentação de cariz industrial. Decidimos pela inserção de documentos que tratassem da gestão das fábricas de papel desta família.

O Museu do Papel está estabelecido no espaço de umas antigas fábricas de papel, no lugar de Rio Maior, em Paços de Brandão. Por isso, e para concebermos uma articulação entre o Museu do Papel, o espaço envolvente e os seus visitantes, decidiu-se incluir, nesta primeira fase, somente documentação de cariz industrial no nosso núcleo de centro de documentação.

Posteriormente, debruçámo-nos sobre a descrição arquivística, respeitando a Norma ISAD (G). Começamos por recolher os dados pertinentes ao preenchimento de uma ficha de recolha de dados, em que foram preenchidos os diferentes campos.

Depois, fizemos a atribuição de códigos de referência aos documentos, fazendo corresponder os novos códigos aos códigos provisórios.

Passamos à concepção de uma estrutura da descrição intelectual da informação, permitindo-nos associar a documentação por tipologias e funções, sendo proposto um quadro classificativo.

Seguidamente, preenchemos uma base de dados, que estará futuramente disponível e acessível aos investigadores e aos utilizadores comuns, a partir do espaço do Museu de Papel, servindo-se da plataforma *intranet*, usando um suporte de registo de dados acessível a todos, o *Excel* que, futuramente, poderia ser exportado para outra base de dados mais sofisticada.

Imediatamente, procedemos à reorganização virtual da documentação, organizando-a intelectualmente, segundo um quadro de classificação de natureza funcional e tipológica. De salientar, novamente, que este fundo documental original não se encontrava guardado no arquivo do Museu do Papel. Organizámos índices, fazendo a indexação de conteúdos seleccionados em ordem à produção de um índice e à apresentação de entradas de pesquisa informática da informação. Utilizámos uma linguagem controlada, tendo como base a descrição feita no campo relativo ao âmbito e conteúdo dos documentos. Assim, o utilizador poderia efectuar a sua pesquisa de forma livre ou controlada.

Posteriormente, passámos à transcrição da documentação seleccionada, ou seja, procederemos à transcrição de documentos tidos como pertinentes para a História do Papel, que ilustrassem cada um dos grupos de tipologias documentais identificadas. Optámos por transcrever uma pequena amostragem da documentação, mas diversificar a tipologia documental transcrita, tendo em conta o quadro de classificação da documentação.

Este projecto foi o início de um investimento, pessoal e profissional, numa área ainda em sedimentação, mas que, futuramente, estará difundida e que merecerá uma atenção mais peculiar. O trabalho contém, com certeza, algumas lacunas que, posteriormente serão trabalhadas, com o intuito de o aperfeiçoar. Tivemos consciência, no final do projecto, que este núcleo de centro de documentação virtual estaria melhor constituído caso possuíssemos documentação relativa a legislação, a alvarás régios, a concessões de privilégios a estas fábricas de papel, mas a documentação desse cariz achava-se, designadamente, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

De todo este processo extraímos, nós, um ensinamento prático: numa dinâmica de preservação patrimonial e de mediação cultural não pode haver fronteiras: a informação sobre as memórias colectivas das comunidades que servimos deve ser preservada, estudada e partilhada de uma forma activa, dinâmica e numa lógica de complementaridades que esbate já e deve diluir cada vez mais, no futuro, as fronteiras entre as diversas áreas do saber e as várias disciplinas que, conjuntamente, contribuam para um objectivo comum. Ciência da Informação, Museologia, História, Arqueologia, todas devem contribuir, numa lógica multi e interdisciplinar, para o conhecimento, a reconstituição, a preservação e a divulgação de um património e de uma memória que se reportam a vivências históricas que não conheceram, na prática, as fronteiras impostas pelas aproximações e, por vezes, pelas ferramentas que cada uma das disciplinas pretende manusear de forma especializada.

Orientadoras: Prof.<sup>ta</sup>. Doutora Amélia Maria Polónia da Silva; Dr.<sup>a</sup> Maria José Santos.

Provas Públicas: 11 de Dezembro de 2009.

**Autor: Vânia de Jesus Dinis Maio**

**Título: *Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955). “Reconstituição da Memória” (Projecto de Estágio)***

**Palavras-chave:** Arquivo, Arquivo de Família, Património, Casa e Família, Barros, Arquivo da Casa dos Barros.

**Resumo:**

O projecto de estágio desenvolvido recaiu sobre um arquivo de família – o arquivo da casa de Barros, que se encontra sob custódia do Arquivo Municipal de Vila Real.

O relatório de projecto e de estágio apresentado era constituído por 4 partes:

1. A abordagem de conceitos de património histórico, arquivo, casa e família.

2. A contextualização da produção da informação, de forma a inserir a documentação e análise no respectivo contexto de produção, tendo em conta os seus directos autores: os membros da Casa de Barros.
3. A descrição documental (a nível do documento), aplicando as normas internacionais de descrição arquivística (ISAD (G) e ISSAR (CPF), visando a elaboração de pontos de acesso à informação (catálogo, índices, tabelas de equivalência) e a criação de uma base de dados.

Por último, apontamos um leque de actividades passíveis de ser desenvolvidas em torno deste arquivo e da sua utilização cultural, de forma a expandir para a comunidade os resultados deste trabalho académico, desenvolvido em colaboração com a autarquia de Vila Real, através do seu arquivo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Doutora Amélia Maria Polónia da Silva.

Provas Públicas: 11 de Dezembro de 2009

## Curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

Autor: Ana Maria Ferreira Campos

Título: *O relacionamento Portugal – Galiza: das afinidades históricas e linguísticas à cooperação económica*

Palavras-chave: Gallaecia, Galego-Português, Nacionalismo Galego, Reintegracionismo, Cooperação Transfronteiriça.

Resumo:

Nesta dissertação é feita uma aproximação ao relacionamento entre Portugal e Galiza do ponto de vista das suas afinidades históricas, culturais e linguísticas e da cooperação económica. Estas duas nações partilham uma identidade histórica e cultural formada no seio da Gallaecia romana, criando um ponto comum na nacionalidade portuguesa e galega. Contudo, ambas acabam por conhecer um desenvolvimento histórico distinto. Mas um elemento fulcral manteve a união entre estas duas nações peninsulares: a língua. Apesar de o Galego e o Português terem conhecido uma diferente evolução histórica e uma diferente implantação social, ambos se apresentam muito próximos, devido à matriz comum, o Galego-Português. As semelhanças entre as duas línguas e o desejo de uma adopção das fórmulas mais próximas do idioma original têm gerado na Galiza um intenso debate relativamente à norma oficialmente adoptada, denominada isolacionista, que se distancia dessa matriz, mas acaba por adoptar fórmulas consideradas muito próximas do Castelhana. Em oposição, a norma reintegracionista procura uma maior aproximação ao Português, que se considera ser o âmbito original do Galego. Estas afinidades históricas, culturais e linguísticas entre a Galiza e Portugal interferem no discurso nacionalista galego, no qual a presença do nosso país é inequívoca. Todavia, é no domínio da cooperação transfronteiriça, impulsionada com a integração europeia, que o relacionamento entre Portugal e Galiza é actualmente mais evidente.

Ao longo de cinco capítulos, o objectivo é entender a interacção, os comportamentos e as potencialidades económicas, incorporando o relacionamento numa dimensão institucional, histórica, linguística e política. Procura-se perceber qual o papel de cada uma destas dimensões e se há um aproveitamento

estratégico destas compatibilidades no contexto da cooperação transfronteiriça, promovida no contexto da União Europeia.

O primeiro capítulo desta dissertação ocupa-se da contextualização histórica, revelando que Portugal e Galiza apresentam uma matriz identitária comum, formada no seio da Gallaecia romana, separando-se definitivamente, em 1143, com a independência de Portugal. Após esta separação, ambas as nações vão escrever uma História com características distintas. Ao longo de nove séculos, Portugal reforçou a sua identidade, lutando em diversas situações contra as ameaças à sua independência e contra o domínio castelhano. A Galiza, por sua vez, foi sendo gradualmente absorvida pela centralização do reino de Castela, que aspirou e fragilizou os seus traços identitários, muitas vezes através da repressão. A sua situação periférica e pequena dimensão tornou-a numa espécie de “apêndice” político no quadro peninsular.

No capítulo dois é feita uma apresentação do Galego – Português como língua histórica de um território histórico. Neste ponto pretende-se entender as diversas mutações que esta língua foi sofrendo, afastando-se do seu modelo original. Nesta parte é importante reflectir sobre a função social da língua. Em Portugal, o Português tem uma função política e social sendo a língua oficial do Estado, a língua literária, a língua falada pelo povo e pelas elites e a língua que levamos e impusemos a outros povos com os descobrimentos. Por seu turno, o Galego foi sendo alvo de constante repressão e uma certa descaracterização, devido à influência do castelhano, o que em boa parte se deveu à falta de uma elite galego-falante. Apesar de, a partir do século XIX, com o rexurdimento, se ter constatado uma tendência para reverter esta situação, nunca o galego deixou de ser associado à língua do povo. Um dos grandes problemas associado a esta questão é a co-oficialidade e a falta de consenso relativamente à norma a adoptar. A contenda entre reintegracionistas (que defendem uma aproximação ao Galego-Português) e isolacionistas (que defendem uma norma afastada tanto do Português como do Castelhana) acabou por tornar a língua ainda mais vulnerável, observando-se mesmo uma realidade dual, com os devidos efeitos negativos para o idioma em termos sociais.

O terceiro capítulo reflecte sobre problemática do nacionalismo na Galiza. Em primeiro lugar deve-se entender o seu processo de formação, o que implica a abordagem das suas versões, a provincialista e, sucedendo-lhe no tempo, a regionalista. Com a ajuda de uma elite intelectual com uma grande consciência da sua raiz identitária e da importância da expressão em Galego, a retórica nacionalista galega vai-se manifestar com maior evidência no início do século XX, altura em que surgem as primeiras aspirações autonómicas. Porém, a longa e repressiva ditadura franquista (1936-1977) vai resultar na interrupção deste processo, remetendo para o exílio ou para o silêncio os ideólogos do nacionalismo, pelo que é importante entender quais as repercussões deste acontecimento. Num segundo momento deste capítulo, procura-se compreender que a presença de Portugal como referente histórico é inevitável no nacionalismo galego em geral. Sustentada nesta ligação, mas de uma forma mais evidente, surge uma corrente reintegracionista, que proclama que a Galiza tem mais afinidades com a cultura portuguesa do que com a castelhana, defendendo uma reintegração cultural e linguística no seu âmbito originário e natural.

No quarto capítulo procura-se compreender porque razão a Galiza não está tão presente em Portugal, como acontece no inverso, e quais as razões de uma aparente apatia portuguesa, tanto da sociedade, como da classe política, perante esta ligação que os galegos têm com Portugal. Nota-se um profundo desconhecimento dos portugueses, em especial nas gerações mais novas, relativamente à nossa história, às nossas raízes culturais, bem como à nossa base linguística. Ao mesmo tempo, parece-se ignorar a Espanha, como uma nação plural, a sua organização política e a co-oficialidade no que respeita à língua. Não se entende que a Catalunha, o País Basco e a Galiza são nações históricas, com características e idiomas próprios. Para a maioria dos portugueses, parece existir uma Espanha una, não há uma distinção entre catalães, bascos, galegos e os restantes povos de Espanha, por exemplo. A tendência é para os denominar a todos apenas como espanhóis.

Finalmente, no capítulo cinco, partindo das questões anteriores, pretende-se entender o estado actual do relacionamento entre portugueses e galegos, com especial destaque para a dimensão eco-

nómica. O objectivo é estudar a interacção, os comportamentos e potencialidades económicas deste relacionamento, incorporando-o numa dimensão histórica, política e cultural. Aqui, pretende-se avaliar, também, se a criação da euro-região Galiza-Norte de Portugal pode representar um novo ponto de encontro entre estas duas nações. Na sequência desta situação é fulcral compreender o funcionamento das duas organizações de cooperação transfronteiriça – a Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal e o Eixo Atlântico – avaliando o cumprimento dos objectivos inerentes ao funcionamento das euro-regiões, em especial no que respeita à dinamização de espaços periféricos e fronteiriços. Deste modo, impõe-se avaliar se à luz do projecto de cooperação impulsionado pela integração europeia, o Norte de Portugal e a Galiza conseguiram dar corpo ao espaço transfronteiriço, fazendo a sua devida articulação, bem como a capacidade de projecção deste espaço para o exterior.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Provas Públicas: 21 de Dezembro de 2009

**Autor: Carla Angelina Mendes Rodrigues**

**Título: *O relacionamento externo bilateral entre Portugal e a Venezuela, entre 2005 e 2009. Sinceridade ou Oportunidade?***

**Palavras-chave: Venezuela, Hugo Chávez, Portugal, diplomacia, negócios.**

Resumo:

O tema que serviu de início à dissertação de Mestrado teve por base as relações bilaterais entre Portugal e a Venezuela, nos anos compreendidos entre 2005 e 2009. O objectivo era perceber se esta tendência era ocasional ou permanente, sendo que à partida se notava que era uma relação totalmente nova em intensidade. O problema que serviu de base à investigação foi o seguinte – Que objectivos norteiam o fortalecimento das relações bilaterais entre Portugal e a Venezuela? – elenquei algumas questões:

- Estará o Governo português a assumir-se como porta-voz de Hugo Chávez junto da União Europeia?

- Terá a comunidade portuguesa influenciado o novo impulso que se percebe nas relações económicas?

- Que terá a Venezuela a ganhar em termos económicos com o fortalecimento das relações bilaterais?

- Haverá uma aproximação ideológica entre os dois governos ou trata-se apenas de uma questão de diplomacia económica, onde ambos têm a ganhar?

A política e a economia mundial apresentaram mudanças substanciais nas últimas décadas e houve, por parte dos Estados, uma necessidade de fomentar e defender os interesses estratégicos dos países, nomeadamente em termos políticos e económicos. A globalização trouxe a internacionalização das empresas e as mesmas passaram a ser tidas em conta, modificando a forma de actuação do Estado e das próprias empresas. Os interesses estratégicos dos Estados passam a ter uma forte componente económica e a diplomacia económica passa a ser dominante. É incontornável que a política externa dos países hoje é mais pautada pelos interesses económicos dos Estados e das empresas do que com as possíveis aproximações ideológicas. Cada vez mais é necessário projectar as empresas nacionais em cenários internacionais, uma vez que isso traz mais-valias políticas aos Estados, ainda que os Estados envolvidos apresentem questões relevantes ao nível dos direitos humanos ou de liberdades e garantias.

Quando se estuda diplomacia económica, por ser uma preocupação mais recente dos Estados, estamos em muitos casos a falar de contemporaneidade. A investigação que produzi, por ter uma janela temporal muito recente está, obviamente, no campo da História do tempo presente, com as vantagens e desvantagens inerentes; por um lado, os actores são capazes de facultar informação primária, por outro, muita da pesquisa bibliográfica fica deficitária.

Dada a actualidade do tema, foi necessário produzir algumas fontes de informação, sob a forma de entrevista oral, uma vez que, considerando que se trata de uma investigação em História do Tempo

Presente, a bibliografia se revelou insuficiente, razão pela qual, elenquei organismos, entidades, pessoas que considereí peças-chave na investigação e dividi-as por áreas, apresentando apenas as que me facultaram informação, entrevista ou documentos:

- Política – Secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, tendo obtido desta entidade o Acordo firmado em 2008 e Consulado-Geral de Portugal na Venezuela, através da Cônsul-Geral Isabel Brilhante Pedrosa e do Conselheiro Económico da Agência para o Investimento e Comércio Externo Português, Carlos Sousa, obtendo informações oficiais; Representantes Parlamentares da Segunda Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas – Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), Deputado Fernando Rosas; Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD), Deputado José Cesário; Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP), Deputado Jorge Machado; Eurodeputado Silva Peneda, tendo registado entrevistas a todos eles; foi entrevistado, sob a forma de resposta escrita a um questionário, o Embaixador da Venezuela em Portugal, General-em-Chefe Lucas Rincón Romero, de forma a possuir uma opinião da parte venezuelana.

- Institucional – Agência para o Investimento e Comércio Externo Português, tendo recolhido informação institucional; Casa do Azeite, tendo obtido dados estatísticos de exportação; Universidade Autónoma de Lisboa – Dra. Nancy Gómez, tendo abordado informações bibliográficas; Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas – Dr. Nuno Sebastião –, obtendo dados oficiais de portugueses na Venezuela;

- Empresarial – Edifer; Efacer; Galp Energia; Grupo Lena; Teixeira Duarte, recolhendo entrevistas com dados relevantes das empresas que estão presentes no mercado venezuelano.

As entrevistas que solicitei e que não se realizaram não comprometeram a investigação, apenas a deixaram mais pobre. Em termos de espectro político, não ouvi a opinião do PS e do CDS-PP, mas entendo não haver espaço para parcialidade, uma vez que tentei analisar os dados que possuía dos diferentes quadrantes.

Todas as entrevistas que produzi foram de extrema importância para a realização da investigação, orientaram-me no estudo, alterando algumas das ideias pré-concebidas que tinha inicialmente. Em termos bibliográficos, tive necessidade de recorrer a livros solicitados à Venezuela e aos Estados Unidos, uma vez que os que existiam em Portugal versavam a biografia de Simón Bolívar, que não cabia na investigação em curso. Pesquisei três jornais portugueses, Público, Jornal de Notícias e Expresso, escolhidos para entender a forma como a comunicação social tratava os Acordos; na verdade, muita da avaliação que é feita dos Acordos passa pelo que a imprensa e a televisão dizem deles e isso influencia a forma como a população em geral os entende. O caminho de investigação aqui foi entender se existia imparcialidade na informação produzida e se ia ou não de encontro ao que as entrevistas com políticos e empresas pensavam acerca do momento vivido em termos de comércio externo.

Para a pesquisa de dados foram usadas fontes, recolhidas através das suas páginas oficiais na Internet, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Instituto Nacional de Estatística (INE) português e venezuelano, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), o Ministério da Economia e Inovação (MEI), o Banco de Portugal (BP) e até mesmo a Central Intelligence Agency (CIA).

A minha aproximação ao problema estava inicialmente impregnada das opiniões dominantes na comunidade de emigrantes, desconhecendo a realidade complexa do país e tendo inúmeras reservas acerca da governação de Hugo Chávez. Com o desenrolar do processo e com a troca de impressões com alguns dos meus entrevistados, percebi que nem tudo era o que me parecia e em alguns casos, eu estava muito distante da realidade.

O estudo do Acordo complementar ao Acordo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Venezuela, em matéria de cooperação económica, energética e de turismo entre a República Portuguesa e a República Bolivariana da Venezuela foi primordial. Por ser um acordo inédito e pioneiro, uma espécie de “petróleo por alimentos” ou “petróleo por casas”, não tem ponto de comparação com os anteriores. É possível designá-lo como excepcional, na medida em que Portugal

nunca tinha assinado qualquer acordo desta envergadura, que configurasse um impulso económico, como o que se espera. É expectável que se equilibre a balança comercial, que é bastante deficitária para Portugal; a dependência energética é uma realidade e pode ser combatida da forma como foi pensada: compramos petróleo que é pago a preços acessíveis e lançamos as nossas empresas num mercado em expansão, impulsionando as exportações. Neste sentido, a Venezuela tem a ganhar com o acordo: através da venda do seu maior tesouro, aplica e desenvolve as missões que criou para dar resposta a problemas que têm décadas; as missões são entidades de política social que desenvolvem o seu trabalho junto da população mais necessitada, auxiliando na resolução de problemas relacionados com a alimentação, a saúde, a educação, a habitação e a alimentação.

O grande entrave à implementação do acordo é o facto de as exportações portuguesas dependerem do preço do barril do petróleo, uma vez que ele é o motor da economia venezuelana. Quando aquele foi assinado, o barril estava altamente cotado no mercado, sendo que muitos dos projectos não têm tido seguimento pelo valor oscilante do petróleo, não comprometendo os acordos, mas atrasando-os. Para que a Venezuela possa dar seguimento aos projectos acordados e as empresas portuguesas laborem no mercado venezuelano, tem de haver dinheiro para os pagar. É expectável que a curto prazo os acordos sejam postos em prática e que as empresas portuguesas se implantem no mercado venezuelano, incrementando as exportações.

Entendi, antes de começar a investigação, que o Governo Português poderia estar a assumir-se como porta-voz de Hugo Chávez junto da UE, até porque, desde o golpe de Estado que foi tentado contra Chávez em 2002, a relação com Espanha se tinha deteriorado. No entanto, ainda que José Sócrates possa ter tido essa pretensão, esse papel cabe, por relação histórica, à Espanha e, em circunstâncias normais, é a antiga potência colonial que a desempenha.

No incremento das relações bilaterais há um papel que é preponderante: o da comunidade portuguesa. Há uma boa imagem dos portugueses no país, são importantes na geração de riqueza, ainda que sejam críticos em relação a Hugo Chávez, pois a maioria dos portugueses na Venezuela faz parte de uma classe média ou alta, que adere muito pouco ao projecto da Revolução Bolivariana. No entanto, tudo se resume a uma questão de diplomacia económica. Na investigação, entendi que a comunicação social tem tendência a fazer uma colagem ideológica no que diz respeito aos acordos; entende-os como vantagens económicas, mas insinua que os mesmos acontecem porque os governos têm proximidade ideológica. É recorrente associarem os líderes dos dois Estados em algumas situações.

Esta questão de uma pretensa proximidade ideológica nunca é abordada por nenhum dos opositores políticos do Primeiro-Ministro que entrevistei. Não consideram esse facto relevante, preferindo ressaltar o carácter abrangente e alargado dos acordos. O BE e o PCP congratulam-se com a não-ingerência e com a inexistência de juízos ao Governo de Hugo Chávez; o PSD entende as relações como mera diplomacia económica, rejeitando a retórica ideológica. Todos entendem que é bom para o país este tipo de acordos, mesmo quando é necessário abdicar de alguns conceitos básicos. Este facto parece-me curioso, na medida em que parece haver uma ruptura com o tradicionalismo português nas relações internacionais. Por norma, as relações eram feitas com países ocidentais que partilhavam o mesmo espírito e a mesma forma de governar. Assiste-se, de há uns anos a esta parte, uma forte aposta no desenvolvimento ou no retomar de relações com alguns países onde os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos não são devidamente observados.

No entanto, como conclusão do estudo, é importante salientar que estamos a assistir a um pragmatismo ideológico em nome da uma prioridade económica, uma vez que é necessário incentivar e projectar economicamente o país e o seu tecido produtivo, pondo, por vezes, de lado questões de discordância ideológica ou governativa. É com isto que as empresas portuguesas têm a ganhar: diversificar mercados e intensificar as áreas de negócio.

Orientador: Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Provas Públicas: 21 de Dezembro de 2009

**Autor: Maria João Camelo de Barros**

**Título: *Cooperação Descentralizada: um campo de acção determinante nas Relações Internacionais (Projecto de Estágio)***

**Palavras-chave:** Cooperação, Câmara Municipal, Relações Internacionais.

**Resumo:**

Como forma de concluir o Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, ministrado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, realizei um estágio profissionalizante na Divisão das Relações Internacionais e Cooperação Económica (DRICE) da Câmara Municipal da Maia, durante o período de 3 de Novembro de 2008 a 30 de Abril de 2009.

Durante esse estágio participei activamente em actividades de fomento e gestão de Acordos de Geminação e de Protocolos de Cooperação (como o caso da celebração de um Protocolo de Geminação com a Câmara Distrital de Água Grande, São Tomé e Príncipe, e de um Protocolo de Colaboração com o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto), na preparação e execução de projectos de Cooperação Económica (especificamente, a organização do Colóquio “Vias para a Internacionalização e Investimento e Cooperação em São Tomé e Príncipe”) e de Cooperação para o Desenvolvimento (doação de ambulâncias à Câmara Distrital de Água Grande, São Tomé e Príncipe, e início de um projecto no âmbito da formação que envolve 29 jovens dessa região) e na organização de eventos culturais de carácter internacional (World Press Photo 2008 e Oitavo Prémio de Fotografia Visão/BES).

Adicionalmente, esta experiência deu-me a oportunidade de trabalhar directamente com uma entidade e uma unidade orgânica que se dedicam à cooperação, pelo que enriqueci as minhas noções teórico-práticas acerca deste tema.

Assim, este trabalho consiste no relatório do estágio por mim realizado e está sub-dividido em duas partes distintas: a primeira secção consiste numa exposição mais prática do estágio profissionalizante; a segunda secção apresenta uma discussão e contextualização teórica e metodológica sobre cooperação, e mais especificamente, sobre cooperação descentralizada, para permitir uma breve avaliação da pertinência da acção da Câmara Municipal da Maia nessa área.

Em termos práticos, este estágio permitiu-me desenvolver as minhas aptidões técnicas, científicas e humanas e espero, muito sinceramente, que o trabalho por mim desenvolvido tenha sido tão proveitoso para a DRICE, para a Câmara Municipal da Maia e para os residentes no Concelho, como o foi para mim.

Em termos teóricos/científicos, este estágio permitiu-me tomar consciência do longo caminho que ainda temos de percorrer na área da cooperação e perceber que a Câmara Municipal da Maia, apesar de ainda se encontrar a dar os primeiros passos nesta área, pode ter um importante papel a desempenhar no futuro, no âmbito da Cooperação Portuguesa.

**Orientador:** Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

**Provas Públicas:** 30 de Novembro de 2009.

**Autor: Orlando do Rosário Sebastião**

**Título: *“Massacre de Wiriyamu e a opinião pública Portuguesa: Negacionismo, Revisionismo ou Empirismo (1972-2009)”***

**Palavras-chave:** Moçambique, Massacre de Wiriyamu, comunicação social

**Resumo:**

**OBJECTO DE ESTUDO:** O objecto de estudo da dissertação que se resume são as diferentes visões da actual opinião pública portuguesa (na realidade, alguns sectores desta) sobre o massacre de Wiriyamu ocorrido no dia 16 de Dezembro de 1972, na província de Tete, em Moçambique. Contudo,

importa ressaltar que somente no dia 14 de Julho de 1973, o padre Hastings denunciou o massacre ao mundo nas colunas do *The Times* nas vésperas da visita Marcelo Caetano à Londres.

Portanto, o massacre de Wiriyamu foi um episódio bastante marcante para os povos moçambicano e português, e exaltou ressentimentos e culpas. Debater este massacre é regressar a um passado colonial presidido por um sistema colonial português baseado na violência sobre as populações africanas preestabelecidas em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, etc. Tal violência manifestou-se pela imposição de um quotidiano estrutural e fisicamente violento, para além das próprias guerra colonial que teve como palco três colónias portuguesas, a guerra química e os massacres de populações civis (ex.: Wiriyamu, o objecto de estudo da dissertação levada a cabo). Nesse âmbito, a responsabilização pelo massacre permanece um impasse passível de solução judicial, política e moral por parte do povo moçambicano.

Contudo, mesmo diante da imprescritibilidade dos crimes de guerra do género do de Wiriyamu, parece que os governos português e moçambicano optaram pelo esquecimento. Mas, quem vive em Moçambique ou em Portugal, e é africano ou português, experimenta quotidianamente os ventos do passado colonial soprarem tanto em discussões amigáveis quanto em casos mais graves de racismo, etc. Por isso, o debate da questão reveste-se de importância no alerta a necessidade de um maior debate sobre o assunto entre ambos povos ou até mesmo um pedido de desculpas público dos portugueses aos moçambicanos, por via do seu governo, pelo que aconteceu, para que não se fique “sempre a olhar para o passado” (Lopes, 2008). Logo, motivado pelos factores expostos, avancei para a investigação pretendendo saber qual a visão portuguesa sobre o massacre de Wiriyamu, através da recolha, leitura e análise de documentação, imagens e reportagens relevantes publicamente divulgadas em Portugal sobre o massacre.

**QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO – FONTES:** Quanto à metodologia utilizada para materializar a referida dissertação de Mestrado, esta baseou-se, crucialmente, na leitura e análise de toda documentação relevante encontrada divulgada em Portugal sobre o massacre de Wiriyamu, incluindo obras e informação encontradas na internet (vídeo/filme e documentários, e jornais digitais). Além disso, a leitura generalizada de todo material encontrado na internet, objectivou descortinar a visão do que se publica nesse mundo virtual.

Após a leitura das fontes, prosseguiu o processo do seu exame à luz de diversos critérios de análise (tipo de autor e período cronológico) e categorias teóricas como o negacionismo, o revisionismo histórico e o empirismo. Em primeiro lugar, empreendeu-se a categorização dos autores, criando-se, assim, alguns grupos representativos de sectores da opinião pública portuguesa. Em vista disso, definiram-se os seguintes grupos de opinião: as opiniões politicamente comprometidas (OPC), os historiadores, os militares e os jornalistas.

Em segundo lugar, apoiado no critério de análise cronológico, dividiu-se o período 1972-2009 em décadas (70, 80, 90 do séc. XX, e a primeira década do séc. XXI) com o fim de analisar e compreender a evolução das visões das perspectivas grupais de opinião portuguesas sobre o massacre de Wiriyamu ao longo desse período.

Em terceiro lugar, formados os grupos de opinião que seguidamente foram inseridos nas diversas décadas em que lançaram as suas obras sobre o massacre, seguiu-se a análise dos referidos livros, artigos jornalísticos e materiais filmológicos e videográficos à luz das perspectivas teóricas negacionista (N), revisionista (R) e empirista (E), fundamentais para a sistematização das referidas análises. Estas perspectivas foram condiccionadas na fórmula analítica NRE [x – (N) – Nr – Rn – (R) – Re – Er – (E) – X]. A interpretação da fórmula é simples: os signos linguísticos N, R e E, correspondem respectivamente ao negacionismo (N), revisionismo (R) e empirismo (E). As outras combinações de signos representam os pontos intermédios (convergência entre as diferentes perspectivas teóricas). Nesse sentido, Nr significa um negacionismo de cariz revisionista [negacionismo menos radical comparativamente ao negacionismo (N) propriamente dito]. Assim, sucede com os restantes signos, sendo o revisionismo negacionista (Rn) mais duro que o revisionismo (R) e até mesmo o que revisionismo empírico (Re). Portanto, sempre que o negacionismo (N) avança para a direita (em direcção aos campos revisionista (R) e empirista (E) a sua radicalidade vai gradualmente diminuindo. Relativamente ao signo X (neutro), este representa

o espaço vazio entre o N e o E, pois, na fórmula, assume-se impraticável a convergência entre o N e o E [impossibilidade de um negacionista empírico (Ne) defender igualmente uma visão empirista negacionista (En)]. Assim, o signo X representam os autores que não negam e nem aceitam o massacre.

Ora, a investigação empreendida também enfrentou dificuldades. Entre tantas, o árduo acesso às obras que frequentemente se encontraram em diversas regiões de Portugal, implicando a minha deslocação para as mesmas, nomeadamente, Lisboa (Biblioteca Nacional de Portugal) e Porto (Biblioteca Municipal Almeida Garrett, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Associação 25 de Abril, e a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto) foi a principal.

Quanto às limitações concernentes às fontes consultadas a maior foi a impossibilidade de recolha e análise, por imperativos de tempo, de toda a imprensa escrita sobre Wiriyamu dos últimos 37 anos presente em Portugal. O cumprimento deste intento teria sido extremamente enriquecedor sem, contudo, colocar em causa a validade e valiosidade das fontes primárias consultadas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS:** Em vista do exposto e em concordância com os objectivos traçados, as conclusões principais da pesquisa aqui resumida apresentam-se seguidamente:

- O sistema ditatorial e colonial salazarista- marcelista português baseou-se fundamentalmente na violência estrutural e física contra as populações civis negras e brancas, mas com maior incidência e gravidade sobre as primeiras.
- Na identificação e apresentação dos aspectos maioritariamente assumidos pelas diversas versões sobre os vários episódios que compõem o massacre de Wiriyamu, concluiu-se que permanecem como os aspectos maioritariamente assumidos pelas diferentes obras publicamente divulgadas em Portugal, os vários episódios constantes no Capítulo II (antecedentes; bombardeamento e cerco; Cerco, morte de fugitivos, reunião do povo e massacre; fuga para o hospital de Tete; Eliminação de provas; e Denúncia e consequência).
- Actualmente, a opinião pública portuguesa é essencialmente empirista (E) em relação ao massacre de Wiriyamu. Na década de 70 a opinião dominante era a negacionista radical (N), por a acção da censura e as várias imposições do sistema colonial marcelista contribuírem para a eliminação de obras (livros, artigos, etc.) que apresentassem visões revisionistas (R) e Empiristas (E). Somente nos finais da década, a eliminação da censura prévia e a valorização das liberdades democráticas (liberdade de expressão, imprensa, cultural, religiosa, etc) começaram a modificar o cenário. Nos anos 80, das poucas obras publicadas (somente três), a visão dominante foi a negacionista (N), contrariando a tendência generalizada de democratização da sociedade portuguesa (democratização de vários sectores da sociedade, eliminação do legado do passado, tendência anti-ditatorial, afastamento dos militares da cena política, integração de Portugal na Comunidade Europeia, sucessivas revisões constitucionais, etc.). Finalmente, os anos 90 e 2000 (primeira década) testemunhou-se o melhoramento relacional dos vários sectores de opinião pública com o passado colonial. Assim, a forte consolidação democrática, a grande crítica da maioria da população ao passado marcelista-salazarista (assunção do colonialismo como inaceitável), a renovação natural da população portuguesa (desaparecimento dos retornados – auto-vitimização), aceitação da guerra colonial como forma inaceitável de impedir a autodeterminação, etc.
- Nesse contexto, o conhecimento por parte dos públicos moçambicano e português da actual visão portuguesa sobre Wiriyamu é de grande utilidade na reflexão sobre o valor do pedido de desculpas, ou no mínimo o reconhecimento público dos vários wiriyamus do período colonial, para que se passe a olhar para o futuro com ânimo e numa amizade sincera entre os dois povos e estados. Nesse sentido, um dos prováveis benefícios que pode daqui retirar-se é que Portugal não passará uma imagem, a Moçambique e aos moçambicanos, de não reconhecimento do massacre, supondo assim que pretende reabilitar moralmente o colonialismo e reeditar o passado anterior aos acordos de Lusaka (o sentimento de superioridade dos portugueses sobre os moçambicanos).
- Finalmente, o debate à volta de Wiriyamu revela, por um lado, um sentimento de sentimento de superioridade de alguns portugueses que, ao negarem o massacre de Wiriyamu, supostamente assumem exactamente a postura colonial (cometimento dos vários wiriyamus; consideração dos

negros como inferiores (Kaulzismo) e merecedores de maus-tratos). Por outro lado, Wiryamu e os wiriyamus revelaram a existência de grupos de moçambicanos que, imbuídos de raiva pelo ocorrido, evitam o aprofundamento de relações com os portugueses. Neste contexto, chama-se atenção dos dois governos para o desenvolvimento de esforços visando eliminar aspectos negativos que possam afectar, sobremaneira, as relações internacionais luso-moçambicanas almejando uma relação baseada no respeito da igualdade soberana e dos Acordos de Lusaka.

Orientadores: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Provas Públicas: 28 de Outubro de 2009.

Notas Biográficas  
dos Autores



ALBERTO AMARAL é doutorado na Universidade de Cambridge, foi reitor da Universidade do Porto e Director do CIPES. Preside actualmente à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. É membro da Direcção do IMHE/OECD e membro vitalício da IAUP. É membro do corpo editorial de *Quality Assurance in Education*, de *Studies in Learning, Evaluation, Innovation and Development* e da série de livros da Springer, *Higher Education Dynamics*. É editor e co-editor de diversos livros, incluindo *Governing Higher Education: National Perspectives on Institutional Governance* (2002), *The Higher Education Managerial Revolution?* (2003), *Markets in Higher Education: Rhetoric or Reality?* (2004), *Reform and Change in Higher Education: Analysing Policy Implementation* (2005), *A Festschrift for Mary Henkel: From Governance to Identity* (2008), *Essays on Supportive Peer Review* (2008) e *European Integration and Governance of Higher Education and Research* (2009).

AMÉLIA VEIGA é doutorada na Universidade do Porto, em ciências da educação, com a tese “Bologna and the institutionalisation of European Higher Education Area”. Actualmente integra o Gabinete de Análise e Desenvolvimento da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Desde 1998 colabora com o CIPES – Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, sendo membro da equipe de investigação dos projectos “Percepções dos académicos sobre a avaliação da qualidade do ensino superior”, financiado pela FCT e “Transforming Universities – Governing and Governance in Higher Education”, promovido pela European Science Foundation.

ANA LÚCIA CUNHA FERNANDES. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2004) e doutora em Ciências da Educação, especialidade História da Educação, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (2007). Investigadora Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa na área de História da Educação e Educação Comparada onde lecciona a Unidade Curricular de Educação Comparada na licenciatura e participa do Curso de Formação Avançada do Doutoramento em História da Educação e Educação Comparada.

ARMANDO LUÍS DE CARVALHO HOMEM é natural de Coimbra (n. 1950). Bacharel, licenciado, doutor e graduado em História (*História Medieval*) pela FL/UP, nesta Escola exerce funções docentes desde 1973, tendo atingido em 1998 a situação de professor catedrático. Rege actualmente disciplinas e seminários no âmbito da *História Medieval* e da *História da Historiografia*. É membro da *Commission Internationale de Diplomatique* e do *Instituto de História do Direito e do Pensamento Político* (Fac. de Direito / UL).

CARLA PATRÍCIA SILVA RIBEIRO. Licenciada em História, variante Arqueologia (ramo educacional), em 1998, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Mestre em História Contemporânea, em 2010, pela FLUP, com uma investigação sobre António Ferro e o cinema português nas décadas de 1930 e 1940. Doutoranda, na FLUP, em História Contemporânea. Docente na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, desde 2005, nas áreas científicas de História, Geografia e Antropologia.

FÁTIMA VIEIRA é Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde lecciona desde 1986. Doutorou-se em 1998 em Cultura Inglesa, tendo-se especializado na área dos Estudos sobre a Utopia. É coordenadora de dois projectos de investigação financiados pela FCT, directora da colecção “Nova Biblioteca das Utopias” (Afrontamento) e directora dos periódicos electrónicos *E-topia* e *Spaces of Utopia*. É Presidente da Utopian Studies Society/Europe desde 2006 e Book Review Editor do periódico norte-americano *Utopian Studies*. É membro do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa e do Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies), integrando, desde a sua fundação, a equipa de investigadores que se tem vindo a dedicar à tradução e estudo da obra de Shakespeare. Tem também trabalhado na área da pedagogia no Ensino Superior, integrando, desde 2004, o GIIPUP (Grupo de Investigação e de Intervenção Pedagógicas da Universidade do Porto, e assumido a coordenação da linha de Investigação sobre “B-learning”.

JOÃO VILELA MOREIRA nasceu na cidade do Porto em 1987. Tendo frequentado o ensino secundário na Escola Secundária Aurélia de Sousa, em 2005/06 ingressou na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde se licenciou em História no ano lectivo 2007/08. Mestre em História e Educação com a dissertação *Os Estudantes do Porto e a Resistência ao Estado Novo (1968-1974)*. É professor de História da Cultura e das Artes nos cursos de Técnico de Audiovisuais, Técnico de Multimédia e Técnico de Vídeo do Instituto Multimédia, Porto.

JON PENCHE (Bilbao, 1977) es Doctor en Historia Contemporánea por la Universidad del País Vasco. Actualmente es becario Postdoctoral del Gobierno Vasco adscrito a la Universidad del País Vasco, pero desplazado a la Universidade Nova de Lisboa. Es miembro del grupo de investigación Biografía y Parlamento (<http://www.ehu.es/biografiaparlamentarios>). Sus líneas de investigación se centran en la historia política, la biografía y la prosopografía. Es autor del libro *Republicanos en Bilbao (1868-1937)*, coautor del *Diccionario Biográfico de Parlamentarios de Vasconia (1876-1939)*, además de haber publicado varios artículos en revistas especializadas.

JOSÉ ANTÓNIO MARTIN MORENO AFONSO é Professor Auxiliar do Departamento de Teoria da Educação, Educação Artística e Física, sendo presentemente seu Director-Adjunto e membro da Comissão Directiva do Centro de Investigação em Educação do mesmo Instituto de Educação da Universidade do Minho (Braga). No âmbito da História da Educação tem realizado investigação sobre os movimentos sociais, os dispositivos institucionais e as práticas discursivas, reflectindo temas como a exclusão social, o insucesso e o abandono escolares na sociedade portuguesa contemporânea. Tem feito diversos estudos sobre aspectos educativos e de socialização da comunidade protestante em Portugal. É autor de numerosos artigos e comunicações a congressos, para além dos livros *Educação Especial: pais, deficientes e organizações* (1997), *Identities pagãs. Ensaio sobre a desqualificação social* (1999) e *Protestantismo e Educação. História de um projecto pedagógico alternativo na transição do séc. XX* (Braga: Univ. Minho, 2009).

NUNO JENNINGS TASSO DE SOUSA, arquiteto diplomado pela ESBAP, lecionou na FAUP, membro do Conselho Geral da Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, no decurso da sua atividade realizou inúmeros projetos, designadamente: Plano Geral do Pólo 3 (1ª e 2ª Fase), Escolas Superiores de Educação do Porto e de Lisboa; Faculdade de Letras da U.P.; Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto; Remodelação e Restauro da Casa do Infante – Arquivo Histórico Municipal do Porto; Instalação da 8ª Cimeira Ibero-Americana no Edifício da Alfândega Nova do Porto; Plano de Pormenor do topo poente do Cais de Gaia e respetivos Pavilhões.

PATRÍCIA COSTA. Doutoranda em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com Bolsa de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Mestre em Estudos Locais e Regionais pela FLUP. Licenciada em História pela FLUP. Tem vindo a colaborar em projectos de investigação, entre eles: *Preços, Salários e Rendas em Portugal 1500-1900* (PTDC/HAH/70938/2006) do ICS – Universidade de Lisboa; SAL(H)INA. *História do Sal – natureza e meio ambiente – séculos XV a XIX*, (POCI/HAR/56381/2004/PPCDT/HAR/56381/2004) do IHM – Universidade do Porto; HISPORTOS. *História dos Portos do Noroeste Português na Época Moderna – séc. XV-XVIII*, (POCTI/HAR/36417/2000) do IHM – UP.

ROSA MARIA DOS SANTOS CAPELÃO. Aluna de Doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto desde 2007, com a tese em curso: O culto de relíquias em Portugal nos séculos XVI e XVII, sob a orientação de Amélia Polónia. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto entre 2002 e 2006. Diplomada em Enfermagem pela Universidade de Santiago de Compostela entre 1995 e 1998. Actualmente a trabalhar como enfermeira para o Serviço Galego de Saúde. E-mail: arale1717@hotmail.com.

WALLISON DE OLIVEIRA ANTUNES é graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Desde 2006 desenvolve atividades como bolsista de iniciação científica financiado pelo CNPq/Brasil. Integrou a equipe de pesquisa do Projeto *Populações Mineiras: A Vila e Termo de São José do Rio das Mortes, 1720-1850*, sob coordenação do Prof. Doutor Douglas Cole Libby. Actualmente é intercambista na Universidade do Porto, Portugal.





